

SEP

SISTEMA DE ENSINO
PREPARA ENEM

HUMANAS



2



CIÊNCIAS HUMANAS

Volume 2 - 1ª Edição

Goiânia
CLASSIS EDITORA
2015



CLASSIS
EDITORA

SISTEMA DE ENSINO PREPARAENEM - HUMANAS

Volume 2

©2015 CLASSIS EDITORA

AUTORES

Caius Vinícius de Oliveira Gomes
Renato Fagundes Pereira
Marco Aurélio Corrêa de Araújo
Mateus Bezerra

DIREÇÃO EDITORIAL

Alexandre Pullig Corrêa

COORDENAÇÃO DE ARTE

Gedson Clei Ribeiro Alves

CAPA

Gedson Clei Ribeiro Alves

IMAGEM DE CAPA

shutterstock.com

EDIÇÃO DE ARTE

Alex Alves da Silva
Gedson Clei Ribeiro Alves
Luiz Felipe Magalhães
Silvio Ribeiro da Cunha Filho

REVISÃO

Alex Alves da Silva
Alexandre Pullig Corrêa
Cristiano Siqueira
Danielle Pullig Corrêa
Gedson Clei Ribeiro Alves
Yani Rebouças de Oliveira

PREPARAÇÃO DE TEXTOS

Alexandre Pullig Corrêa
Cristiano Siqueira

PROJETO GRÁFICO

Gedson Clei Ribeiro Alves
Alexandre Pullig Corrêa

DIAGRAMAÇÃO

Gedson Clei Ribeiro Alves

Goiânia - 1ª edição - 2015

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

CLASSIS EDITORA

Av. Eng. Eurico Miranda, Qd. 04, Lt. 12/14 - Sala 209
Ed. Concept Office - Vila Maria José
CEP: 74815465 - Goiânia - Goiás - Brasil
Fone: +55 (62) 3877 3214
classiseditora@gmail.com

ISBN: 978-85-88249-24-0

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

POLIGRÁFICA

“Competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos – como saberes, habilidades e informações – para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações. Pensar em termos de competência significa pensar a sinergia, a orquestração de recursos cognitivos e afetivos diversos para enfrentar um conjunto de situações que apresentam analogias de estrutura.”

Philippe Perrenoud

Caro estudante,

Os novos desafios e mudanças propostas para a melhoria da educação brasileira têm provocado significativas transformações, exigindo mudanças tanto por parte da escola como por parte dos estudantes do ensino médio.

Nossa tradição escolar ainda tem muito do enciclopedismo iluminista. Muitos educadores ainda acreditam que devem fazer com que os alunos absorvam todo o conhecimento que existe no mundo, o que é impossível.

O novo aprendizado deve promover, não apenas a mera reprodução de dados, mas sim ajudá-lo a responder às transformações da sociedade e da cultura em que está inserido, desenvolvendo a capacidade cognitiva de interpretar textos, solucionar problemas e relacionar diferentes áreas do conhecimento.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), desde a sua criação em 1998, procura avaliar as competências e habilidades adquiridas pelos estudantes ao término do ensino médio. Em 2009 o ENEM foi reformulado e, a partir de então, ganhou maior importância no cenário nacional, tornando-se o principal instrumento de seleção para as universidades no país. Ademais, ainda é o primeiro passo na promoção de um novo currículo para o ensino médio do Brasil.

A adoção do ENEM por todas as instituições federais de ensino superior do país em 2013 e o número recorde de inscritos em 2014 (que superou os 9,5 milhões de candidatos), revela que, além de ser hoje a forma principal de conquistar a tão sonhada vaga no curso superior, o exame está cada vez mais concorrido.

Com o intuito de oferecer condições mais efetivas para o aprendizado e o desenvolvimento das competências e habilidades estabelecidas pelo exame, o Sistema de Ensino PreparaEnem (SEP), apresenta os conteúdos de forma a desvendar os mistérios do exame, e de outros vestibulares, para garantir a você uma preparação completa e eficaz.

MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA O ENEM

EIXOS COGNITIVOS	10
CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS	10
OBJETOS DE CONHECIMENTO ASSOCIADOS.....	13

FRENTE A

POMBAL, DESPOTISMO ESCLARECIDO E "A VIRADEIRA"	15
REVOLTAS COLONIAIS	15
REVOLTA DE BECKMAN	16
GUERRA DOS EMBOABAS	17
GUERRA DOS MASCATES	17
REVOLTA DE VILA RICA	17
UM TIRADENTES SEM BARBA.....	17
EM BUSCA DE UMA TRADIÇÃO INVENTADA	19
CONJURAÇÃO DOS ALFAIATES, 12 DE AGOSTO DE 1798	23
DA COLÔNIA À INDEPENDÊNCIA.....	24
A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL	27
DE ONDE VEM O MITO?.....	31
Exercícios Resolvidos	32
Exercícios de Fixação.....	33
Enem e Vestibulares.....	34
PRIMEIRO REINADO E REGÊNCIA: INSTABILIDADE E TURBULÊNCIA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO (1822 - 1840)	38
PERÍODO REGENCIAL (1831-1840)	42
AVANÇO LIBERAL (1831 - 1837)	43
REGRESSO CONSERVADOR (1837 - 1840)	44
GOLPE DA MAIORIDADE (1840).....	44
REVOLTAS REGENCIAIS.....	44
TODOS OS HOMENS DO IMPERADOR.....	45
O MITO DE GARIBALDI NA AMÉRICA DO SUL.....	47
UMA REPÚBLICA SEM POVO	50
REVOLTA DOS MALÊS.....	51
PINTOU UM NOVO PAÍS.....	52
Exercícios Resolvidos	54
Exercícios de Fixação.....	54
Enem e Vestibulares.....	55

SEGUNDO REINADO (1840 - 1889)	60
OS INVENTORES DO BRASIL	74
ABERTURA DOS PORTOS ÀS AVESSAS	75
Exercícios Resolvidos	76
Exercícios de Fixação.....	80
Enem e Vestibulares.....	82

FRENTE B

TRANSFORMAÇÕES DO FEUDALISMO	88
AS CRUZADAS: PANORAMA GERAL	90
JUSTIFICATIVAS PARA A GUERRA SANTA	91
AS CONSEQUÊNCIAS DAS CRUZADAS	93
RENASCIMENTO DO COMÉRCIO EUROPEU	94
RENASCIMENTO URBANO MEDIEVAL	96
O PAPEL DA MULHER NA IDADE MÉDIA	98
A INFLUÊNCIA RELIGIOSA NO PENSAMENTO ECONÔMICO	98
A FORMAÇÃO DAS MONARQUIAS NACIONAIS	100
A MONARQUIA FRANCESA	100
A GUERRA DOS CEM ANOS (1337 – 1453)	102
A MONARQUIA INGLESA	104
AS MONARQUIAS NACIONAIS IBÉRICAS	106
A FORMAÇÃO DO SACRO IMPÉRIO ROMANO-GERMÂNICO	108
A CRISE DO SÉCULO XIX	109
A CRISE DO SÉCULO XIV	110
A CULTURA MEDIEVAL EUROPEIA	110
Exercícios Resolvidos	114
Exercícios de Fixação.....	115
Enem e Vestibulares.....	117

FRENTE C

IDADE MODERNA	122
A FORMAÇÃO DO ESTADO MODERNO	122
Exercícios Resolvidos	127
Exercícios de Fixação.....	128
Enem e Vestibulares.....	129

SUMÁRIO

O RENASCIMENTO	132
OLHAR CRÍTICO	133
Exercícios Resolvidos	141
Exercícios de Fixação.....	141
Enem e Vestibulares.....	142
REFORMA PROTESTANTE E CONTRARREFORMA CATÓLICA	144
ASCETISMO MUNDANO E EXTRAMUNDANO	151
Exercícios Resolvidos	154
Exercícios de Fixação.....	155
Enem e Vestibulares.....	156
MERCANTILISMO: A POLÍTICA ECONÔMICA DO ESTADO MODERNO	159
Exercícios Resolvidos	160
Exercícios de Fixação.....	162
Enem e Vestibulares.....	163
A EXPANSÃO EUROPEIA PELOS MARES: ROTA ATLÂNTICO	165
A EXPANSÃO IBÉRICA	167
DA EXPANSÃO MARÍTIMA À GLOBALIZAÇÃO	171
Exercícios Resolvidos	171
Exercícios de Fixação.....	173
Enem e Vestibulares.....	174
REVOLUÇÕES NA INGLATERRA	177
MARXISMO E LUDISMO	183
Exercícios Resolvidos	184
Exercícios de Fixação.....	186
Enem e Vestibulares.....	187
ILUMINISMO: O MOVIMENTO DAS “LUZES”	190
IRRESISTÍVEL POMBAL	193
Exercícios Resolvidos	194
Exercícios de Fixação.....	196
Enem e Vestibulares.....	197
INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS	200
CIDADANIA NA INDEPENDÊNCIA NORTE-AMERICANA	203
Exercícios Resolvidos	204
Exercícios de Fixação.....	205
Enem e Vestibulares.....	206

FRENTE D

CLIMATOLOGIA	209
FENÔMENO DOS RIOS VOADORES	223
Exercícios Resolvidos	225
Exercícios de Fixação.....	226
Enem e Vestibulares.....	229
GEOMORFOLOGIA	236
ESPEOLOGIA: O ESTUDO DAS CAVERNAS	241
Exercícios Resolvidos	242
Exercícios de Fixação.....	243
Enem e Vestibulares.....	245

FRENTE E

REVOLUÇÃO VERDE	252
AGRICULTURA NO MUNDO	252
AGRICULTURA NO BRASIL	254
O QUE É AGRICULTURA ORGÂNICA ?	256
Exercícios Resolvidos	257
Exercícios de Fixação.....	258
Enem e Vestibulares.....	261

FRENTE F

CONFLITOS	268
ORIENTE MÉDIO	268
QUESTÃO DA PALESTINA	269
ORGANIZAÇÃO DE LIBERTAÇÃO DA PALESTINA E ARAFAT	270
QUESTÃO BASCA	271
CÁUCASO	271
IUGOSLÁVIA	272
ÍNDIA, PAQUISTÃO E A QUESTÃO DA CAXEMIRA	272
RUANDA	273
PÓS GUERRA FRIA (NOVA ORDEM)	273
CHINA	277
EUA VÃO VENDER DRONES ARMADOS AOS SEUS ALIADOS	278
Exercícios Resolvidos	279
Exercícios de Fixação.....	280
Enem e Vestibulares.....	283
GABARITOS	290

MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA O ENEM

EIXOS COGNITIVOS (comuns a todas as áreas de conhecimento)

I. Dominar linguagens (DL)	dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica e das línguas espanhola e inglesa.
II. Compreender fenômenos (CF)	construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.
III. Enfrentar situações-problema (SP)	selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.
IV. Construir argumentação (CA)	relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.
V. Elaborar propostas (EP)	recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

Competência de área 1

Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

H1	Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.
H2	Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.
H3	Associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos.

H4	Comparar pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura.
H5	Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.

Competência de área 2

Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.

H6	Interpretar diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos.
H7	Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.
H8	Analisar a ação dos estados nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e no enfrentamento de problemas de ordem econômico-social.
H9	Comparar o significado histórico-geográfico das organizações políticas e socioeconômicas em escala local, regional ou mundial.
H10	Reconhecer a dinâmica da organização dos movimentos sociais e a importância da participação da coletividade na transformação da realidade histórico-geográfica.

Competência de área 3

Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

H11	Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.
H12	Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades.
H13	Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.
H14	Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.
H15	Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história.

MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA O ENEM

Competência de área 4

Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

H16	Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social.
H17	Analisar fatores que explicam o impacto das novas tecnologias no processo de territorialização da produção.
H18	Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações socioespaciais.
H19	Reconhecer as transformações técnicas e tecnológicas que determinam as várias formas de uso e apropriação dos espaços rural e urbano.
H20	Selecionar argumentos favoráveis ou contrários às modificações impostas pelas novas tecnologias à vida social e ao mundo do trabalho.

Competência de área 5

Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

H21	Identificar o papel dos meios de comunicação na construção da vida social.
H22	Analisar as lutas sociais e conquistas obtidas no que se refere às mudanças nas legislações ou nas políticas públicas.
H23	Analisar a importância dos valores éticos na estruturação política das sociedades.
H24	Relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades.
H25	Identificar estratégias que promovam formas de inclusão social.

Competência de área 6

Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos.

H26	Identificar em fontes diversas o processo de ocupação dos meios físicos e as relações da vida humana com a paisagem.
H27	Analisar de maneira crítica as interações da sociedade com o meio físico, levando em consideração aspectos históricos e/ou geográficos.
H28	Relacionar o uso das tecnologias com os impactos socioambientais em diferentes contextos histórico-geográficos.
H29	Reconhecer a função dos recursos naturais na produção do espaço geográfico, relacionando-os com as mudanças provocadas pelas ações humanas.
H30	Avaliar as relações entre preservação e degradação da vida no planeta nas diferentes escalas.

OBJETOS DE CONHECIMENTO ASSOCIADOS À MATRIZ DE REFERÊNCIA

Diversidade cultural, conflitos e vida em sociedade

Cultura material e imaterial; patrimônio e diversidade cultural no Brasil. A conquista da América. Conflitos entre europeus e indígenas na América colonial. A escravidão e formas de resistência indígena e africana na América. História cultural dos povos africanos. A luta dos negros no Brasil e o negro na formação da sociedade brasileira. História dos povos indígenas e a formação sociocultural brasileira. Movimentos culturais no mundo ocidental e seus impactos na vida política e social.

Formas de organização social, movimentos sociais, pensamento político e ação do Estado

Cidadania e democracia na Antiguidade; Estado e direitos do cidadão a partir da Idade Moderna; democracia direta, indireta e representativa. Revoluções sociais e políticas na Europa Moderna. Formação territorial brasileira; as regiões brasileiras; políticas de reordenamento territorial. As lutas pela conquista da independência política das colônias da América. Grupos sociais em conflito no Brasil imperial e a construção da nação. O desenvolvimento do pensamento liberal na sociedade capitalista e seus críticos nos séculos XIX e XX. Políticas de colonização, migração, imigração e emigração no Brasil nos séculos XIX e XX. A atuação dos grupos sociais e os grandes processos revolucionários do século XX: Revolução Bolchevique, Revolução Chinesa, Revolução Cubana. Geopolítica e conflitos entre os séculos XIX e XX: Imperialismo, a ocupação da Ásia e da África, as Guerras Mundiais e a Guerra Fria. Os sistemas totalitários na Europa do século XX: nazi-fascista, franquismo, salazarismo e stalinismo. Ditaduras políticas na América Latina: Estado Novo no Brasil e ditaduras na América. Conflitos político-culturais pós-Guerra Fria, reorganização política internacional e os organismos multilaterais nos séculos XX e XXI. A luta pela conquista de direitos pelos cidadãos: direitos civis, humanos, políticos e sociais. Direitos sociais nas constituições brasileiras. Políticas afirmativas. Vida urbana: redes e hierarquia nas cidades, pobreza e segregação espacial.

Características e transformações das estruturas produtivas

Diferentes formas de organização da produção: escravismo antigo, feudalismo, capitalismo, socialismo e suas diferentes experiências. Economia agroexportadora brasileira: complexo açucareiro; a mineração no período colonial; a economia cafeeira; a borracha na Amazônia. Revolução Industrial: criação do sistema de fábrica na Europa e transformações no processo de produção. Formação do espaço urbano-industrial. Transformações na estrutura produtiva no século XX: o fordismo, o toyotismo, as novas técnicas de produção e seus impactos. A industrialização brasileira, a urbanização e as transformações sociais e trabalhistas. A globalização e as novas tecnologias de telecomunicação e suas consequências econômicas, políticas e sociais. Produção e transformação dos espaços agrários. Modernização da agricultura e estruturas agrárias tradicionais. O agronegócio, a agricultura familiar, os assalariados do campo e as lutas sociais no campo. A relação campo-cidade.

Os domínios naturais e a relação do ser humano com o ambiente

Relação homem-natureza, a apropriação dos recursos naturais pelas sociedades ao longo do tempo. Impacto ambiental das atividades econômicas no Brasil. Recursos minerais e energéticos: exploração e impactos. Recursos hídricos; bacias hidrográficas e seus aproveitamentos. As questões ambientais contemporâneas: mudança climática, ilhas de calor, efeito estufa, chuva ácida, a destruição da camada de ozônio. A nova ordem ambiental internacional; políticas territoriais ambientais; uso e conservação dos recursos naturais, unidades de conservação, corredores ecológicos, zoneamento ecológico e econômico. Origem e evolução do conceito de sustentabilidade. Estrutura interna da terra. Estruturas do solo e do relevo; agentes internos e externos modeladores do relevo. Situação geral da atmosfera e classificação climática. As características climáticas do território brasileiro. Os grandes domínios da vegetação no Brasil e no mundo.

Representação espacial

Projeções cartográficas; leitura de mapas temáticos, físicos e políticos; tecnologias modernas aplicadas à cartografia.

POMBAL, DESPOTISMO ESCLARECIDO E “A VIRADEIRA”

O declínio da mineração no Brasil coincide com a crise do Antigo Regime. A emergência do Iluminismo possibilitou uma nova visão do mundo e do homem, e conseqüentemente, a noção de Estado.

É nesse contexto que várias Monarquias Europeias tentaram se modernizar, entre elas Portugal. À tentativa de conciliação das ideias iluministas com a estrutura do Antigo Regime damos o nome de Despotismo Esclarecido. Os representantes do Despotismo Esclarecido em Portugal foram o Rei D. José I e seu ministro, Marquês de Pombal, de 1750 até 1777.

Pombal implementou inúmeras reformas na administração da colônia, com o objetivo de racionalizar a administração, ou seja, tornar a colônia mais rentável, principalmente, num momento de crise da economia mineradora. Essas medidas foram interpretadas pela população local como autoritárias:

- Expulsão dos jesuítas, pois não atendiam aos interesses do Estado português, “era um estado, dentro do estado”;
- Centralização administrativa;
- Extinção das capitanias hereditárias;
- Transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro;
- Criação de Companhias monopolistas;
- Criação da Derrama;
- Diminuição da influência da nobreza nas decisões coloniais.

Após o fim do governo Pombal e ascensão da rainha D. Maria I, as medidas que buscavam a modernização da monarquia foram, em certo sentido, canceladas, por isso o termo “Viradeira” para descrever o governo de D. Maria I. No entanto, D. Maria I continuou buscando meios para aumentar a produtividade e a dominação sobre a colônia, um exemplo disso foi o Alvará de 1785, que proibia a colônia de produzir atividade manufatureira.

REVOLTAS COLONIAIS

MOVIMENTOS NATIVISTAS

Os movimentos nativistas foram manifestações contra administração colonial, os abusos da exploração metropolitana e do pacto colonial. Apesar de serem movimentos locais, representaram, em certo sentido, a manifestação de uma identidade local, nativa.

- **Revolta de Beckman – 1684**

Motivo: Contra a companhia monopolista e a proibição do uso do escravo indígena.

Líderes: Tomás e Manuel Beckman

Local: Maranhão

- **Guerra dos Mascates – 1709/1711**

Motivo: Conflito entre os senhores de engenho de Olinda e os Mascates de Recife.

Líderes: Bernardo Vieira de Melo (senhor de engenho de Olinda); do lado dos comerciantes de Recife, Sebastião de Castro Caldas Barbosa.

Local: Pernambuco

- **Revolta de Felipe dos Santos – 1720**

Motivo: Contra proibição da circulação de ouro em pó e a construção de casas de fundição.

Líder: Felipe dos Santos

Local: Vila Rica

- **Guerra dos Emboabas – 1708**

Motivo: Conflito entre os paulistas e emboabas pelo controle das regiões das Minas.

Líderes: Do lado dos paulistas, Borba Gato; e do lado dos Emboabas, Manuel Nunes Viana.

Local: Minas Gerais.

CONJURAÇÕES E INCONFIDÊNCIAS

As conjurações e inconfidências se diferem das revoltas nativistas, por estarem inseridas de forma mais diretas na crise do Antigo Regime. Portanto, as conjurações possuem um apelo contra o domínio metropolitano maior, influenciadas pelas correntes iluministas e a independência dos EUA.

▪ **Conjuração Mineira – 1789**

Em Minas Gerais, o clima de revolta se intensificou com a informação que a Derrama seria cobrada. É nesse contexto, que um grupo de homens, na grande maioria da elite, começou a se reunir em Vila Rica planejando uma rebelião contra o domínio português.

Entre os Rebeldes podemos citar: Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa e Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes. Tiradentes era o maior propagandista dos projetos dos inconfidentes, e atraiu para o movimento inúmeros simpatizantes.

Entre os planos dos conjurados estava a emancipação de Minas Gerais, transformando-a em uma República, a criação de uma Universidade, da casa da moeda da nova República. Inclusive, já haviam pensado numa bandeira, com o lema “Liberitas quae sera tamen”, liberdade ainda que tardia.

Um dos conjurados, Joaquim Silvério Reis, denunciou os planos dos conjurados para o governador, Visconde de Barbacena. Ao receber a informação o governador, suspendeu a derrama e começou a caça aos envolvidos. Tiradentes e os demais conjurados foram presos. Inicialmente, todos os conjurados foram condenados a forca, a sentença foi alterada e somente Tiradentes foi morto, os demais foram degredados.

▪ **Conjuração Baiana ou dos Alfaiates – 1798**

A principal singularidade da conjuração dos Alfaiates em relação a conjuração mineira são seus líderes e envolvidos. A Conjuração baiana era popular, enquanto a conjuração mineira era arquitetada pela elite ilustrada, a dos alfaiates foi pensada por pobres de pouco estudo.

O motivo imediato que causou a conjuração foi o alto preço dos alimentos, resultado de altos impostos cobrados à população, mas entre suas ideias estavam a proclamação de uma república democrática, fim do preconceito contra os negros, diminuição dos impostos e aumento do salário. No dia 12 de agosto de 1789, a cidade de Salvador acordou cheia de cartazes com as ideias rebeldes.

O governador da Bahia começou a investigar quem eram os autores dos cartazes, e em pouco tempo prendeu 30 conspiradores, sendo que quatro foram condenados a morte: Luís Gonzaga, João de Deus, Lucas Dantas e Manoel Faustino foram esquartejados em praça pública.

REVOLTA DE BECKMAN

A Revolta de Beckman (1864) é um importante episódio das rebeliões coloniais do Brasil, assunto que cai bastante no Enem. Muitos colonos queriam capturar e escravizar os indígenas para utilizá-los como mão-de-obra, contrariando os jesuítas, que defendiam a proposta de aculturá-los e controlá-los dentro das missões.

A partir de 1650, a capitania do Maranhão começou a passar por grave crise econômica, provocada pela redução dos preços do açúcar no mercado internacional. Sem condições de pagar os altos preços cobrados pelo escravo africano, os senhores de engenho da região organizaram tropas para invadir as missões e capturar indígenas para o trabalho escravo em suas propriedades. Essa atitude provocou o protesto dos jesuítas, junto ao governo português, que interveio e acabou reeditando a proibição de escravizar indígenas aldeados.

Para suprir a mão-de-obra da capitania, o governo português criou a companhia Geral de Comércio do Maranhão (1682), com a responsabilidade de introduzir na região 500 escravos negros por ano, durante 20 anos. Essa companhia não conseguiu, no entanto, cumprir seus compromissos, agravando a crise de mão-de-obra e aumentando o descontentamento dos colonos.

Um grupo de senhores de engenho, liderados por Manuel Beckman, organizou um movimento para acabar com a Companhia e com a influência dos jesuítas. Os rebeldes formaram um governo provisório. Ao saber dos acontecimentos, o rei enviou um novo governador, Gomes Freire de Andrade que, ao chegar, ordenou o enforcamento de Beckman e outros dois líderes do movimento.

GUERRA DOS EMBOABAS

O rápido e caótico afluxo de milhares de pessoas às regiões das minas logo trouxe seus problemas. Os paulistas, descobridores do ouro de Minas Gerais, sentiam-se no direito de explorá-lo com exclusividade. Entretanto, muitos portugueses vindos da metrópole ou de outras partes da própria colônia também queriam apoderar-se das jazidas descobertas. A tensão cresceu quando os portugueses passaram a controlar o sistema de abastecimento de mercadorias na região das minas, em 1707.

O conflito teve fim em 1709, no chamado Capão da Traição, quando muitos paulistas foram mortos por tropas emboabas de cerca de mil homens. Posteriormente, os paulistas organizaram uma vingança contra os emboabas.

Entre as consequências da Guerra dos Emboabas podemos destacar: o controle mais rígido por parte da Metrópole; a elevação de São Paulo à categoria de cidade; a criação da capitania de São Paulo e Minas Gerais do Ouro e a descoberta de ouro em Mato Grosso a Goiás.

GUERRA DOS MASCATES

Devido à queda do preço do açúcar no mercado europeu, causada pela concorrência do açúcar antilhano, os ricos senhores de engenho de Olinda, principal cidade de Pernambuco em 1710, viram-se arruinados. Começaram, então, a pedir empréstimos aos comerciantes do povoado do Recife (Mascates), que cobravam juros bastante elevados por eles.

Convencidos de sua relevância, os comerciantes de Recife pediram ao rei de Portugal, d. João V, que seu povoado fosse elevado à categoria de vila. D. João V atendeu ao pedido e, com isso, os senhores de engenho organizaram uma rebelião e invadiram Recife. Sem condições de resistir, os comerciantes mais ricos fugiram para não ser capturados.

Em 1711, o governo português interveio na região, reprimindo duramente os revoltosos. Os principais líderes foram presos ou condenados ao exílio. Os Mascates reassumiram suas posições, e Recife tornou-se a capital de Pernambuco.

REVOLTA DE VILA RICA

O anúncio da Criação das Casas de Fundação causou insatisfação entre os mineradores, pois consideravam que a medida dificultava a circulação e o comércio do ouro dentro da capitania facilitando apenas a cobrança de impostos. Tal descontentamento acabou provocando a chamada Revolta de Felipe dos Santos ou Revolta de Vila Rica, em 1720.

Cerca de 2 mil revoltosos, comandados pelo tropeiro português Felipe dos Santos, conquistaram a cidade de Vila Rica. Esse grupo exigiu do governador da capitania de Minas Gerais a extinção das Casas de Fundação.

Apanhados de surpresa, o governador fingiu aceitar as exigências, ganhando tempo para organizar suas tropas e reagir energicamente. Pouco depois, os líderes do movimento foram presos, e Felipe dos Santos foi condenado, enforcado e esquartejado em praça pública.

<http://educacao.globo.com/historia/assunto/independencia-das-americas/rebelioes-coloniais-na-america-portuguesa.html>

TEXTO COMPLEMENTAR

UM TIRADENTES SEM BARBA

No livro 1789, Pedro Doria se debruça sobre os principais personagens da Inconfidência Mineira, desfazendo mitos e revelando nuances dos homens que, por muito pouco, não conseguiram deflagrar uma revolta no Brasil Colônia, seguindo o exemplo americano

Por Flávia Ribeiro

Herói nacional ou bode expiatório? Quem foi, afinal, Tiradentes? Essa é uma das perguntas a que o livro 1789 – A história de Tiradentes e dos contrabandistas, assassinos e poetas que lutaram pela independência do Brasil (Nova Fronteira, 2014), do jornalista Pedro Doria, procura responder, ao tratar de um dos episódios mais conhecidos de nossa história: a Inconfidência Mineira. Conhecido, mas só até certo ponto, acredita o autor. “Se você perguntar por aí o que foi a Inconfidência, a grande maioria das pessoas vai dizer que foi um movimento brasileiro liderado, em Minas Gerais, por Tiradentes, um sujeito barbudo. Não há conhecimento muito além disso, e história e mito se misturam, porque, para começar, o Tiradentes nunca teve barba”, comenta Doria, que também escreveu 1565 – Enquanto o Brasil nascia (Nova Fronteira, 2012).

A ideia de que Tiradentes foi um grande herói faz parte da construção de um mito, assim como a de que ele era um pobre e ignorante alferes que serviu de bode expiatório para os verdadeiros cabeças do movimento. O alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes por seus conhecimentos como dentista, mostra o livro, não foi nem uma coisa nem outra. De pobre não tinha nada. Podia não ser o mais rico dos inconfidentes, mas tinha fazenda e escravos, além de ser sócio em uma botica. Possuía talento não só no tratamento dentário, mas também na produção de remédios. Não era também o mais estudado entre os conspiradores, mas era interessado e lia muito. Esteve em todas as reuniões nas quais a Inconfidência foi tramada. Não estava entre seus líderes intelectuais – papel que cabia a homens como o poeta Tomás Antônio Gonzaga e o cônego Vieira da Silva –, mas criou o símbolo do triângulo que adorna a bandeira dos inconfidentes. E era seu líder militar. Seria dele a missão de entrar na residência do governador e o matar, no momento em que a revolução fosse deflagrada.

Foi o principal propagandista do movimento. Falava nele o tempo todo, buscando cooptar cada vez mais simpatizantes. Sempre em voz alta, para quem quisesse ouvir. Estudava a independência americana. Tanto que, quando foi preso, em 10 de maio de 1789, carregava um pequeno livro que continha as leis da nascente república norte-americana. Quase um manual de como se formar um Estado republicano liberal, naquele momento. Havia uma ideologia, um projeto de nação por trás do movimento. Assim como havia interesses financeiros e articulares também – o padre Rolim, por exemplo, contrabandista e mau-caráter notório, pensava no movimento apenas como um meio de manter seus negócios.

Tiradentes via na Inconfidência o potencial para criar um novo Brasil, mas também se sentia frustrado com a ausência de oportunidades de ascensão na hierarquia militar e de chances de mostrar tudo o que tinha a oferecer – apresentou, por exemplo, projetos de canalização de rios cariocas, que nunca foram aprovados. Precisava chacoalhar sua vida e, de quebra, o país.

“Ele era um cara ressentido, sim. Esse é um lado. Mas era realmente empolgado com a revolução. Sabe aquele cara que toma dois chopes e já começa a fazer discurso? Esse era o Tiradentes”, compara Pedro Doria. No livro, o jornalista aponta essa empolgação toda como o principal motivo para Tiradentes ter sido o único dos inconfidentes a ter sua pena de morte executada, sendo enforcado em praça pública e posteriormente esquartejado.

“Segundo a ordem régia de 1790, só não receberiam o perdão os réus que, porventura, ‘com discursos práticos ou declamações sediciosas, assim em público como em particular, procurassem em diferentes partes fora das ditas assembleias introduzir no ânimo de quem os ouvia o veneno de sua perfídia e dispor e induzir os povos’. É onde Tiradentes se encaixava”, escreve.

Mas, ao contrário da crença popular, isso não significa que todos os outros tiveram vida fácil. Com exceção talvez de Tomás Antônio Gonzaga, cuja pena foi o degredo em uma prisão angolana, mas que pouco tempo depois se tornou um homem importante na burocracia portuguesa em Moçambique, onde se casou com a filha de um comerciante rico.

Nos outros casos, houve outras penas de degredo em prisões africanas – ou penas de morte comutadas em degredo – que se mostraram duríssimas. O contratador Domingos de Abreu Vieira, por exemplo, morreu um mês depois de ter chegado a um presídio em Luanda. O tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade foi rebaixado a alferes também em Luanda, de onde nunca pôde sair sequer para conhecer o filho.

“Tiradentes é enforcado também porque é réu confesso, os outros não são. Mas os degredos são pavorosos. Portugal nunca tinha dado penas tão severas. O interessante é que não prende nem julga ninguém do Rio de Janeiro ou de São Paulo. Porque, se a Coroa começasse a prender e julgar os principais membros de todas essas elites, criaria uma situação incontrolável de revolta. Mas ao pegar apenas a elite de um desses lugares – e, no caso, foi a mineira, estabeleceu uma punição exemplar. Portugal foi muito hábil nisso”, avalia Pedro Doria.



Tiradentes, frustração com ausência de oportunidades e discursos inflamados

No livro, o autor mostra que a conspiração tinha braços no Rio e, provavelmente, em São Paulo. “Tiradentes passa um ano e meio no Rio, fala com muita gente. Quando começa a ser perseguido, diz que seus contatos cariocas vão informá-lo do que está acontecendo. E eles informam mesmo”, conta Doria.

O foco do livro não é apenas Tiradentes. Conhecemos melhor a primeira Marília de Dirceu, a loura, que não ficou tão famosa na história quanto a morena, e descobrimos que Tomás Antônio Gonzaga era um intelectual refinado, mas de poucas posses. Nem sequer tinha escravos. A escravidão, aliás, é um ponto sobre o qual os conspiradores não chegaram a um consenso. Alguns queriam o seu fim; outros, entre os quais os donos de fazendas e escravos, preferiam a sua permanência. Havia ainda os que estavam em busca de um meio-termo: os escravos que lutassem na guerra da independência ganhariam a alforria, situação pensada também por alguns dos cabeças da independência americana.

“Era na Revolução Americana que os inconfidentes pensavam o tempo todo; aquele era, até então, o exemplo de República que eles tinham. E havia aquele fascínio de tentar descobrir o que era aquela democracia, por parte de homens como Gonzaga”, comenta Doria, lembrando que, em 1787, o carioca José Joaquim da Maia, integrante do grupo de 12 brasileiros que começaram a pensar a independência do país, chegou a ter encontros em Paris com Thomas Jefferson, autor da Declaração de Independência americana, de 1776 e, futuramente, terceiro presidente dos Estados Unidos.

Foi Jefferson quem presenteou Maia com o livrinho que estava com Tiradentes no momento de sua prisão. A Revolução Americana havia acontecido na década anterior. A francesa estaria para começar ainda naquele ano de 1789. A brasileira não aconteceu por dois dias. Os planos eram deflagrar o movimento no dia da execução da Derrama – cada região de exploração de ouro deveria pagar 100 arrobas de ouro (1.500 quilos) por ano para a metrópole; quando a exigência não era cumprida, acontecia a derrama, pela qual soldados da Coroa entravam nas casas das famílias para retirar os pertences até completar o valor.

Mas a derrama foi cancelada dois dias antes da data marcada, esfriando o movimento. “A Inconfidência não aconteceu por muito pouco. Se tivesse acontecido, a história não falaria sobre duas revoluções republicanas que mudaram tudo no século XVIII, e sim sobre três: a americana, a francesa e a brasileira”, acredita Doria. E o Brasil ainda esperou 33 anos pela sua independência. Que veio pelas mãos da própria monarquia portuguesa, com aspirações bem diferentes das dos conspiradores de 1789.

“A Inconfidência não aconteceu por muito pouco. Se tivesse acontecido, a história não falaria sobre duas revoluções republicanas que mudaram tudo no século XVIII, e sim sobre três: a americana, a francesa e a brasileira”, acredita Doria. E o Brasil ainda esperou 33 anos pela sua independência. Que veio pelas mãos da própria monarquia portuguesa, com aspirações bem diferentes das dos conspiradores de 1789.

Flávia Ribeiro é jornalista

http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/um_tiradentes_sem_barba.html

TEXTO COMPLEMENTAR

EM BUSCA DE UMA TRADIÇÃO INVENTADA

A partir de 1870, a maçonaria elege Tiradentes como seu símbolo maior e reivindica a organização do levante dos inconfidentes

Por Françoise Jean de Oliveira Souza

A história é continuamente reescrita. À medida que a realidade presente muda, as interpretações acerca de um fato passado também são alteradas, buscando respostas que correspondam melhor às necessidades do tempo atual. Foi assim com a Inconfidência Mineira (1789). Poucos momentos foram tão debatidos, reescritos e apropriados quanto esse.

Durante boa parte do século XIX, a Inconfidência não assumiu lugar de destaque na historiografia brasileira. Tal situação modificou-se apenas na segunda metade do século, quando o princípio da nacionalidade tornou-se uma questão premente a ser resolvida. Urgia ao Brasil a construção de laços de pertencimento capazes de criar um sentimento nacionalista, e era

fundamental encontrar os elementos fundadores da nação, construindo uma identidade que pudesse particularizá-la. Com o golpe militar que inaugurou a República em 1889, essas necessidades foram reforçadas. O regime instaurado de cima para baixo estava longe de apresentar-se como uma demanda da população em geral. Assim, era preciso legitimá-lo perante o povo, apresentando-o não como um elemento estranho à sociedade, mas sim como um desejo histórico presente havia muito tempo.

A solução para essas questões passava pela criação de um mito fundador que estabelecesse uma ideia de continuidade entre o fato presente e o passado brasileiro. Era necessário criar uma tradição republicana para a nação por meio de heróis que já tivessem ansiado pela implantação desse regime. Nessa ocasião, a Inconfidência Mineira e Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, assumiram com propriedade o papel de precursores da República.



Diploma maçônico, 1870, litografia Colorida
Biblioteca Nacional, Lisboa



No monumento à civilização mineira, Tiradentes na forca. Praça da Estação Ferroviária, Belo Horizonte

A escolha de Tiradentes como herói nacional não é difícil de ser explicada. Com a publicação da obra de Joaquim Norberto de Souza e Silva, *História da Conjuração Mineira* (1873), que ressaltava o fervor religioso do personagem nos últimos momentos de sua vida, inúmeras representações simbólicas tornaram-se possíveis, aproximando-o à figura de Cristo. Outro fator importante para essa opção foi que o movimento não aconteceu efetivamente, o que poupou os inconfidentes do derramamento de sangue e os manteve imaculados. Eles foram apenas vítimas da violência, nunca agentes.

A Inconfidência como objeto passível de ser novamente apropriado permitiu à historiografia refazer as linhas gerais do levante sempre que a conjuntura política brasileira teve necessidade de reavivar o sentimento nacional. Seu legado simbólico foi retomado de tempos em tempos, mais especificamente nos momentos de rupturas históricas no decorrer do século XX. Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e até mesmo os militares de 1964, auto-intitulados “os novos inconfidentes”, apropriaram-se do fato histórico em favor de seus interesses políticos. Sob novas roupagens, o mito repetia-se incessantemente.

Contudo, não foram apenas os governos que utilizaram a influência do movimento e de seu herói. Muitas instituições também procuraram um “lugar ao sol” nessa festa de apropriações simbólicas. Foi o caso da maçonaria, que tomou Tiradentes como seu símbolo maior no Brasil ainda no século XIX. A partir de 1870, ocorreu um crescimento acelerado do número de lojas maçônicas no país e muitas delas foram batizadas de “Tiradentes”. Frequentemente, suas bibliotecas tinham o inconfidente por patrono e até mesmo os jornais maçônicos carregavam seu nome. Já no século XX, Tiradentes pareceu ganhar em definitivo um lugar de destaque no panteão maçônico, tornando-se patrono da Academia Maçônica de Letras.

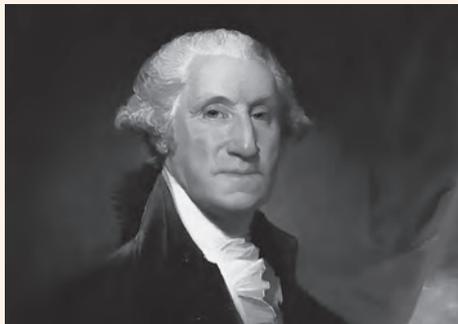
Mas por que esse mineiro poderia representar a maçonaria? Que legitimidade haveria nisso? “Simples”, responderiam os historiadores ligados a essa organização: Tiradentes teria sido maçom, e a Inconfidência Mineira, uma conspiração maçônica em prol da libertação nacional!

Muitos maçons, historiadores ou não, aventuraram-se a escrever sobre o episódio para desvendar sua “verdadeira”



Antônio da Silva Parreiras (1860-1937), *Jornada dos mártires*, óleo sobre tela (200 cm x 365 cm), Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora

história e demonstrar o papel crucial da maçonaria na definição dos acontecimentos de 1789. Em geral, essas narrativas começam demonstrando que a Inconfidência não foi um episódio regional. Tal movimento teria feito parte de um projeto internacional elaborado para tornar livres todos os povos oprimidos. A Inconfidência, a Revolução Francesa e a Independência dos Estados Unidos seriam expressões de um mesmo fenômeno: o do anseio revolucionário por independência, democracia e liberdade que sacudiu a Europa e a América por meio das atividades maçônicas.



Gilbert Stuart, George Washington, 1795.
O presidente americano teria inspirado
Tiradentes
Biblioteca do Congresso, Washington

Desse modo, o sentimento nativista (ver glossário) não seria suficiente para explicar os anseios dos inconfidentes pela República. Acreditar apenas nisso, segundo os escritores da maçonaria, seria “ingenuidade e romantismo”. Os conspiradores mineiros agiriam inspirados não só pela idéia de nação brasileira, mas, principalmente, pelos sentimentos de sua organização. “Mirando-se no exemplo vitorioso da revolução americana guiada por George Washington, Thomas Jefferson, etc., (...) os líderes inconfidentes questionaram o que a metrópole impunha como sendo inquestionável”, escreve o maçom Raymundo Vargas. Eles não teriam planejado uma revolta se não tivessem certeza de que os “irmãos” americanos prestariam auxílio ao restante do continente. O projeto também incluía a Europa, e a França foi o palco escolhido para os contatos que uniriam o Brasil “ao elo dessa corrente universal de liberdade”.

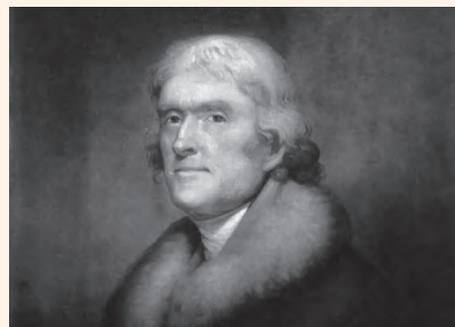
A narrativa maçônica apresenta-se confusa para aqueles que sabem que a instituição foi fundada no Brasil em 1801. A Inconfidência poderia caracterizar-se como um movimento maçônico se ainda não havia lojas no Brasil? De acordo com seus escritores, haveria, sim, centenas de maçons organizados em lojas, mas estas funcionavam clandestinamente, já que a ordem se encontrava proibida pela legislação portuguesa.

O relato que inaugurou a crença em uma Inconfidência de caráter maçônico partiu de Joaquim Felício dos Santos, que, curiosamente, não era maçom. Em sua obra *Memórias do distrito diamantino da comarca do Serro Frio* (1924), ele escreve que a “Inconfidência de Minas tinha sido dirigida pela maçonaria, Tiradentes e quase todos os conjurados eram pedreiros-livres”. Com base nessa passagem, estudiosos, maçons ou não, começaram a associar automaticamente a Inconfidência à maçonaria. Surgiu a crença de que Tiradentes, que ia muito à Bahia para refazer o sortimento de mercadorias de seu negócio, acabou, numa de suas viagens, tornando-se maçom. Ele seria o responsável pela criação de uma loja maçônica, local onde os conjurados teriam sido iniciados na organização, “introduzida por Tiradentes quando por aqui passava vindo da Bahia para Vila Rica”, escreve Tenório D’Albuquerque.

Prova maior da importância do triângulo como símbolo maçônico teria se dado no momento da execução de Tiradentes, quando o maçom e capitão Luiz Benedito de Castro não distribuiu as tropas em círculo como de costume, e sim formou um triângulo humano em torno do patíbulo. A multidão “não poderia compreender o significado simbólico daquele triângulo, mas Tiradentes, no centro dele, compreendia aquela última e singela homenagem”, descreve Raymundo Vargas.

Finalmente, as narrativas maçônicas encontram explicação também para um instigante mistério: o sumiço da cabeça de Tiradentes. A urna funerária contendo a cabeça do herói da Inconfidência teria sido retirada secretamente às altas horas da noite pelos irmãos maçons remanescentes do movimento. O roubo da cabeça seria, segundo Raymundo Vargas, uma das primeiras afrontas da maçonaria às autoridades repressoras portuguesas, mostrando-lhes que “a luta só começava”. Segundo autores maçons, não teria sido por acaso que, no mesmo local onde a cabeça de Tiradentes fora exposta, o então presidente da província mineira e grão-mestre da maçonaria brasileira em 1874 Joaquim Saldanha Marinho, em 3 de abril de 1867 ergueu uma coluna de pedra em memória do mártir maçom.

Vários outros aspectos da Inconfidência foram trabalhados pelos autores ligados à organização, tais como a personalidade maçônica do Visconde de Barbacena ou as “irrefutáveis” provas da viagem de Tiradentes à Europa

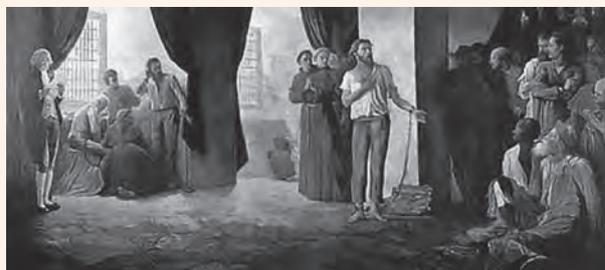


Rembrandt Peale, Thomas Jefferson, 1805.
O presidente americano teria inspirado
Tiradentes
Biblioteca do Congresso, Washington

para fazer contato com seus irmãos da ordem. Percebe-se que a maçonaria, por meio de seus intelectuais, construiu uma série de argumentos para não deixar dúvida quanto ao papel de destaque dessa instituição no desenrolar de todos os fatos da Conjuração. Recentemente, surgiram alguns trabalhos elaborados por historiadores maçons mais criteriosos que refutam muitas das teses aqui apresentadas. Contudo, estes ainda não foram suficientes para derrubar do imaginário maçônico a figura do herói mineiro.

De fato, existem vestígios de que maçons passaram pelas Minas setecentistas. Analisando os processos inquisitoriais luso-brasileiros de fins do século XVIII e início do XIX, encontram-se denúncias contra mineiros de Vila Rica e do Tijuco, acusados de libertinos, heréticos e maçons. Sabe-se também que muitos estudantes brasileiros em Coimbra e Montpellier iniciaram-se na maçonaria européia e trouxeram seus valores e idéias para o Brasil. Alguns deles, como José Álvares Maciel e Domingos Vidal, ajudaram nos planos dos inconfindentes.

Para além da discussão da veracidade ou não desses relatos acerca da Inconfidência, é interessante perceber de que maneira a elaboração de tal narrativa histórica favorece a instituição dos pedreiros livres. Em diversos momentos, a presença da maçonaria em território brasileiro foi questionada. Com a proclamação da República, por exemplo, a Igreja Católica perdeu o título de religião oficial do Estado e, para tentar reaver sua influência política, reforçou o combate à organização. O catolicismo oficial passou a apresentar a maçonaria como uma sociedade “estranha” à cultura brasileira, vinda de fora, representante do imperialismo e, logo, uma ameaça à soberania nacional. Mais tarde, com esses argumentos, Getúlio Vargas a colocaria na ilegalidade.



Eduardo de Sá, A leitura da sentença de Tiradentes, óleo sobre tela, Rio de Janeiro. Segundo alguns historiadores, até em sua execução Tiradentes foi homenageado pela maçonaria: o comandante Luiz Benedito de Castro distribuiu a tropa em formato triangular, e não circular

Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro

Diante de situações como essas, tornou-se fundamental para a maçonaria apresentar-se à sociedade brasileira como uma instituição que, ao contrário do que dizem seus opositores, mostra-se presente há tempos em nosso território e em nossa cultura. Assim, a narrativa da Inconfidência como um movimento maçônico pode ser denominada de “tradição inventada”, expressão cunhada por Eric Hobsbawm que indica a criação de um passado com o qual se busca estabelecer uma continuidade. Construir por meio de uma historiografia uma tradição na qual os maçons teriam feito parte do momento fundador da nação brasileira é, sem dúvida, uma maneira de assegurar sua presença no Brasil. Ao associar a imagem de Tiradentes à sua, essa ordem passa a ser lembrada como a defensora dos nobres valores carregados pelo herói nacional. Mais do que uma forma de defesa, a apropriação maçônica da simbologia da Inconfidência lhe dá legitimidade perante a sociedade. Por ora, a estratégia teve êxito na medida em que a insurreição de 1789 e a atuação maçônica encontram-se, ainda hoje, intimamente associadas no imaginário popular.

A BANDEIRA MINEIRA

A origem da bandeira de Minas Gerais é mais uma prova, para os maçons, do envolvimento desta organização na Inconfidência. “Se ainda ao mais incrédulo dos incrédulos restasse um resquício de dúvida quanto à origem maçônica da Inconfidência Mineira, bastaria contemplar-lhe a bandeira”, afirma Tenório D’Albuquerque, em *A bandeira maçônica dos inconfindentes*. Utilizando como disfarce a idéia da Santíssima Trindade, o triângulo representaria, na verdade, a sagrada trindade da maçonaria: liberdade, igualdade e fraternidade. No interrogatório relatado nos autos da devassa, ao ser perguntado sobre o significado da bandeira, Tiradentes teria respondido “sagrada trindade” e não “santíssima”. Tal detalhe supostamente passou despercebido ao escrivão.



DISCORDÂNCIA ENTRE OS HISTORIADORES

A historiografia acadêmica encontra-se longe de um consenso acerca da participação ou não da maçonaria na Inconfidência. As hipóteses vão desde o papel central dos maçons na elaboração dos planos do levante até a negação total de sua influência na Conjuração.

Augusto de Lima Júnior ressalta o papel da maçonaria ao percebê-la como um importante elemento de ligação e comunicação dos inconfidentes com os grupos de apoio no Rio de Janeiro e na Europa. Em posição oposta está Lúcio José dos Santos, alegando que o fato de não haver nenhum vestígio da ação propriamente maçônica nos autos da devassa seria a maior prova da ausência dessa sociedade na Inconfidência. Também argumenta que, se a maçonaria possuísse prestígio suficiente a ponto de ser a idealizadora do movimento, ela teria tido forças para impedir a condenação de seus membros. Finalmente, a meio-termo entre as duas opiniões encontra-se Márcio Jardim, para quem a atuação maçônica teria sido importante, mas secundária: seu papel seria apenas o de aglutinar pessoas e idéias. O autor observa, ainda, como a maçonaria dos dias atuais se apropria da figura de Tiradentes, o que revelaria um desejo de mostrar poder acima do comum, causando-lhe surpresa o fato de “boatos sobreviverem ao tempo e à evidência das provas contrárias”.

Françoise Jean de Oliveira Souza é doutoranda em história pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e autora da dissertação Vozes maçônicas na Província Mineira – 1869-1889, UFMG, 2004

http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/em_busca_de_uma_tradicao_inventada_imprimir.html

TEXTO COMPLEMENTAR

CONJURAÇÃO DOS ALFAIATES, 12 DE AGOSTO DE 1798

Na manhã do dia 12 de agosto de 1798, a cidade de Salvador se deparou, ao acordar, com uma série de boletins manuscritos afixados em locais públicos. Na esquina da Praça do Palácio, nas paredes da cabana da preta Benedita, na Igreja de São Bento, entre outros locais de grande circulação, os onze papéis convocavam a população para uma revolução que instituiria uma república democrática no Brasil.

Por Françoise Jean de Oliveira Souza

A Revolta dos Búzios, também chamada de Revolução dos Alfaiates, Conjuração Baiana ou Inconfidência Baiana (ver Revista de História da Biblioteca Nacional, n. 10), reuniu pessoas que sonhavam e lutavam pela instauração de uma república democrática e justa, e pelo fim da escravidão. Sem dúvida, foi um dos mais importantes movimentos libertários do país. Isto porque representou, ao mesmo tempo, os anseios populares de melhoria de vida e as lutas anticoloniais contra monopólios e privilégios portugueses que prejudicavam as classes médias locais e aumentavam o custo de vida. Os boletins divulgados anunciavam ainda o fim dos impostos e taxas cobrados pela Coroa de Portugal, o aumento do salário para os soldados, a abertura dos portos para o comércio com as nações amigas, especialmente a França.

O governador da Bahia, D. Fernando José de Portugal e Castro, imediatamente ordenou uma investigação para descobrir os autores dos pasquins sediciosos, como foram chamados os boletins, por seu conteúdo subversivo. Após um exame das letras dos pasquins e a comparação com antigos documentos que estavam na Secretaria de Estado, pôde-se chegar a alguns culpados. A partir daí, as autoridades iniciaram as prisões dos acusados. Porém, após as prisões, outras duas cartas encontradas na Igreja do Carmo radicalizam as propostas dos boletins; nelas, os “anônimos republicanos” nomeavam o próprio governador da Bahia como chefe do “Supremo Tribunal da Democracia Bahiense”.

Assustadas com a ameaça, as autoridades recorreram novamente ao exame das letras nas petições da Secretaria e, desta vez, concluíram ser o soldado pardo Luís Gonzaga das Virgens e Veiga o autor das cartas. Depois da prisão do soldado, os partidários do movimento se reuniram no dia 25 de agosto do mesmo ano, no Campo do Dique do Desterro, a fim de verificar quantos eram e iniciar o confronto armado. Ocorre que, desesperados com a prisão de Luís Gonzaga, alguns soldados decidiram convidar outras pessoas para participar da reunião. Para azar dos conjurados, havia entre os convidados três homens que iriam denunciar o movimento às autoridades.

Delatados, os conspiradores foram localizados pelas forças portuguesas quando faziam outra reunião. O resultado foi a prisão de 59 pessoas, das quais 34 foram processadas e algumas condenadas ao degredo. Apenas quatro homens, todos negros, receberam a pena de morte. Os membros das classes mais abastadas foram inocentados ou receberam indultos.



<http://antoniolassance.blogspot.com.br/2014/08/conjuracao-dos-alfaiates-12-de-agosto.html>

DA COLÔNIA À INDEPENDÊNCIA

INTRODUÇÃO

A transição do século XVIII para o século XIX tornou evidente o processo que se manifestou no Brasil colonial com a crise da mineração e as conjurações, o Antigo Regime estava em crise e com ele seus mecanismos de exploração colonial, o sistema colonial. As transformações que se sucederam nesse período foram definidas por Fernando Novais, da seguinte forma:

“Nos quadros da civilização ocidental, o fim do século XVIII e o início do XIX aparecem como um desses momentos tórridos e fecundos em que se acelera significativamente o tempo histórico: o movimento revolucionário promove a demolição progressiva do Antigo Regime e a construção de novas instituições do Estado da época contemporânea”.

Na história do Brasil, esse momento também é caracterizado por grandes acontecimentos que foram decisivos para sua história: o processo de Independência. O processo de independência do Brasil, não pode ser interpretado como fato isolado, o ato institucionalizado por D. Pedro I no dia 7 de setembro de 1822 possui antecedentes sem os quais não poderíamos compreendê-lo. A Independência do Brasil se deu de forma extremamente singular, principalmente, se comparado aos outros países da América Latina. Enquanto a América espanhola fragmentou-se em várias repúblicas, a América portuguesa tornou-se uma monarquia, a antiga colônia manteve seu território, sem se fragmentar, o recém nascido Estado brasileiro foi governado por membros da família real portuguesa, afinal, que independência foi essa?

FAMÍLIA REAL PORTUGUESA NO BRASIL

Para compreender a singularidade no processo de Independência do Brasil, em parte, temos que retomar o contexto europeu do início do século XIX. A Europa vivia momentos de grande tensão, o conflito entre a França de Napoleão e a Inglaterra. Em certa medida, esse conflito foi resultado de uma nova forma de entender a economia política ou a manifestação de uma nova etapa do capitalismo, o capitalismo industrial e a sede imperialista de Napoleão Bonaparte, aclamado imperador desde o plebiscito de 1804. Apesar das conquistas, faltava a França vencer sua principal rival, a Inglaterra, cuja poderosa frota naval detinha a hegemonia em águas internacionais.



Embarque da família Real portuguesa para o Brasil 1807, Henry L'Évêque (1769-1832).

A derrota naval para a Inglaterra na batalha de Trafalgar (1805) tornou evidente a dificuldade francesa. Para superar os ingleses, a saída pensada foi o enfraquecimento econômico através do Bloqueio Continental (1806), decreto que proibia os países europeus de comerciar com os Ingleses sob ameaça de serem invadidos e dominados pelas tropas napoleônicas.

Com o objetivo de superar o embargo econômico, a Inglaterra buscou fortalecer relações comerciais com aliados antigos, os portugueses. Como define o historiador Boris Fausto, “Portugal representava uma brecha no bloqueio e era preciso fechá-la”. As tropas Napoleônicas cruzaram a fronteira portuguesa em 1807 em direção a Lisboa. D. João, príncipe regente de Portugal, decidiu-se pela transferência da corte para o Brasil. Cerca de 15 mil pessoas embarcaram em direção à colônia portuguesa sob a proteção de frotas da marinha inglesa. Com a família real, migrou também o corpo burocrático, funcionários da coroa, o tesouro real, arquivos do governo e até bibliotecas, que posteriormente foram a base para a biblioteca nacional do Rio de Janeiro.

O fato da sede administrativa do Império português se deslocar para uma de suas colônias é, sem sombra de dúvidas, um acontecimento único, um Império europeu com sede nos trópicos, que provocou uma verdadeira reviravolta nas relações entre Metrópole e colônia. A partir daquele momento, o Brasil seria a sede do Império Português. A família real desembarcou no Brasil em janeiro de 1808 e, após breve passagem pela Bahia, chegou no Rio de Janeiro em abril do mesmo ano.

PERÍODO JOANINO (1808 - 1821): COLÔNIA SE VESTIU DE METRÓPOLE.

Tradicionalmente, nomeamos a época compreendida entre a chegada da família real no Brasil (1808) e o retorno de D. João VI a Portugal (1821), de período joanino. Esse momento histórico é caracterizado pela regência do príncipe D. João que ascendeu ao trono português em 1792, quando sua mãe foi declarada louca. Em 1816, após a morte da rainha D. Maria I, o príncipe tornou-se rei, sob o título de D. João VI. Entre as medidas realizadas neste período podemos destacar:

ABERTURA DOS PORTOS AS NAÇÕES AMIGAS (1808)

Em sua breve passagem por Salvador, antes mesmo de chegar ao Rio de Janeiro, então capital da colônia, D. João decretou “Abertura dos Portos às Nações amigas”. Esse decreto permitia aos portos brasileiros estabelecer relações comerciais com outros países sem o intermédio português. Na prática, era o fim do pacto colonial, que estabelecia o exclusivismo metropolitano. Como define Boris Fausto, “o ato punha fim a trezentos anos de sistema colonial”.



*Chegada do príncipe Regente à Igreja do Rosário no Rio de Janeiro, 1808.
Armando Martins Viana.*

ALVARÁ DE 1º DE ABRIL DE 1808

D. João revogou o Alvará de 1785, que proibia a instalação de manufatura no Brasil. Essa medida complementava a abertura dos portos, rompendo com o pacto colonial e buscava estimular a produção de manufatura no Brasil. Em certo sentido, essa medida não foi suficiente para desenvolver a atividade manufatureira no Brasil, principalmente, em função da concorrência dos produtos ingleses e da ausência de um mercado interno forte marcado pelo predomínio da mão de obra escrava.

TRATADOS DE ALIANÇA E AMIZADE, COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO (1810)

Esses tratados beneficiavam os ingleses, ferindo frontalmente os interesses portugueses e brasileiros, pois asseguravam a taxa de 15% sobre produtos ingleses importados, sendo que os produtos portugueses pagavam 16% e os demais 24%. Na prática, esses acordos inundavam o mercado brasileiro com produtos ingleses e desestimulavam qualquer tentativa de industrialização no Brasil. Para a economia brasileira, esses tratados representaram um deslocamento do capitalismo comercial português para o capitalismo industrial inglês. O Brasil continuaria orbitando ao redor de grandes potências europeias.

ASCENSÃO DO BRASIL A REINO UNIDO DE PORTUGAL E ALGARVE (1815)

Foi a oficialização do Brasil como sede do Império português, após a reorganização do mapa político europeu realizada pelo Congresso de Viena (1814 – 1815) após a derrota de Napoleão Bonaparte. Já que na prática não era mais uma colônia e também não era um país independente, em qual situação jurídica o Brasil se enquadrava? Qual o seu estatuto no interior do Império Luso? Para que a coroa portuguesa tivesse a legitimação do congresso de Viena era preciso normalizar essa situação elevando o Brasil a status de “reino unido”. Essa decisão causou enorme insatisfação em Portugal, pois atestava o interesse de D. João em permanecer no Brasil, mesmo após a expulsão das tropas francesas de Portugal e o fim da ameaça napoleônica.

TENTATIVA DE MODERNIZAÇÃO: INSTITUIÇÕES, MISSÕES E CULTURA

Banco do Brasil (1808) – Como a receita das importações estavam comprometidas pelos tratados firmados com os ingleses e a necessidade de gastos para adequar a sede do império e às exigências da luxuosa corte europeia eram cada vez maiores foram necessários a criação de novos tributos e o aumento dos existentes (opressão fiscal). Para servir de instrumento financeiro e emitir papel-moeda foi criado o Banco do Brasil, embora o discurso oficial declarasse que o Banco foi criado para estimular novos negócios, na prática ele servia para cobrir os déficits financeiros usando os impostos cobrados.

Gazeta do Rio de Janeiro (1808) – Foi o primeiro jornal produzido e editado no Brasil. Publicado duas vezes por semana, tinha o caráter de comunicação oficial da coroa (Imprensa Régia) e, como todas as demais publicações, estava sujeito a uma censura prévia que garantia “os bons costumes” da publicação. O Correio Braziliense de Hipólito José da Costa era

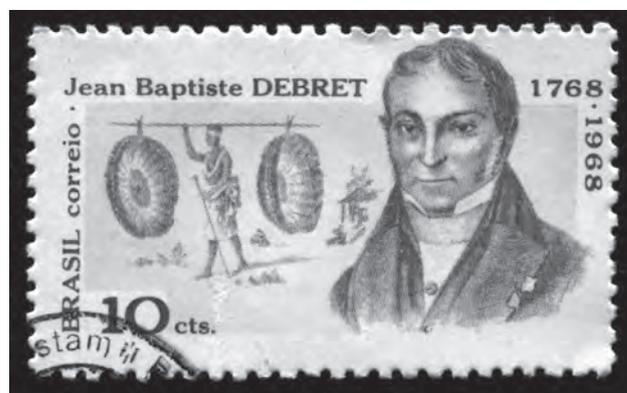


Jardim Botânico no Rio de Janeiro, Construído durante o período Joanino.

- **Missão Artística Francesa (1816)** – Grupo de artistas liderados por Joaquim Lebreton com o objetivo de renovar a arte sob influência europeia. Essa Missão encontrou muitas dificuldades, principalmente, por causa da forte tradição barroca. Os artistas dessa expedição pintaram imagens que relatam o cenário e o cotidiano do Brasil no período. Destacam-se Nicolas Taunay e Jean Debret.
- **Cientistas e viajantes** – Foram responsáveis por transformar a visão do Brasil na Europa. Muito do imaginário europeu sobre o país era povoado pelas histórias maravilhosas e narrativas quinhentistas. Esses cientistas e naturalistas descreveram a fauna e flora brasileira com o olhar do cientificismo. Se por um lado, os naturalistas que visitaram o Brasil no início do século XIX dissiparam a visão “Renascentista” que sobrevivia na Europa sobre o país; por outro, eles descreveram um Brasil arcaico e atrasado, marcado pela mão de obra escrava e distante dos padrões civilizados da Europa e ainda mantiveram uma visão eurocêntrica tentando encontrar no Brasil o que ele não poderia ser, uma Europa tropical. Podemos destacar entre esses viajantes e cientistas o zoólogo bávaro Spix, o botânico Martius e o naturalista francês Saint-Hilare.

um jornal de grande circulação no Brasil. Ele era editado em Londres e por isso possuía independência para publicação e, por vezes, conseguia esquivar-se da censura da Coroa e criticava decisões da administração feita no Brasil.

Várias instituições foram criadas, tais como a Faculdade de Medicina da Bahia, Academia de Belas Artes, Jardim Botânico, Biblioteca Nacional e a Academia Militar e da Marinha. Essas instituições foram criadas com o objetivo de modernizar e dar uma feição mais europeia para a nova sede da coroa portuguesa. Essa tentativa de modernização pode ser observada, principalmente, na política cultural e científica da coroa com a criação de bibliotecas, teatros e a organização de visitas de artistas e cientistas, que foram chamadas de Missão.



REVOLUÇÕES LIBERAIS NO BRASIL E EM PORTUGAL

São revoltas que eclodiram no Brasil, principalmente no nordeste, a Revolução Pernambucana de 1817 e Portugal, a Revolução Liberal do Porto de 1820. Essas revoluções foram inspiradas pelo iluminismo, pela luta pela independência na América espanhola e pelas revoluções burguesas contra o Antigo Regime. Apesar de se situarem num contexto geral, não podemos desconsiderar suas especificidades e singularidades.

REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817

A vinda da família real não conseguiu promover a dissolução dos problemas brasileiros. Grande parte do Brasil se sentia negligenciada nas decisões políticas, negligência esta que aumentava conforme a distância do centro político. A periferia geográfica coincidia com a política. Regiões como o Norte e o Nordeste brasileiros clamavam por maior participação nas decisões políticas no país. Essa sensação de falta de representatividade política foi acentuada por três fatores: a nomeação de portugueses para os altos cargos administrativos e do exército, os novos e altos impostos cobrados pela coroa, por fim, o aumento dos preços de suprimentos essenciais. Além disso, o monopólio comercial realizado pelos portugueses nos portos nordestinos contribuiu para estimular o sentimento antilusitano. Presenciava-se uma crise econômica atribuída à atuação portuguesa, mas resultante da queda do preço do açúcar e algodão, principais produtos de exportação nordestino.

Pelos motivos descritos anteriormente, os ânimos estavam acirrados e a tensão social aflorada. Esse clima foi favorecido pela propagação dos ideais iluministas em Pernambuco, através de instituições como o Seminário de Olinda e o Areópago de Itambé. O clero pernambucano eram conhecedor e difusor da filosofia da ilustração, podemos citar Padre João Ribeiro e Miguel Joaquim de Almeida Castro, entre outros que participaram efetivamente da Revolução Pernambucana, não por acaso chamada de “Revolução dos Padres”.

Mas essa não foi uma revolução apenas do clero, os mais diversos grupos sociais e étnicos contribuíram com o movimento, que chegou ao sertão estendendo-se a Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. A Revolução que estourou em março de 1817 logo tomou Recife, implementando um governo provisório e estabelecendo a “lei orgânica” que proclamava a República, estabelecia a igualdade de direito e a tolerância religiosa, mas não aboliu a escravidão, afinal, entre os participantes também havia senhores de engenhos e comerciantes de escravos. Foram enviados emissários aos EUA e Europa em busca de apoio, mas em Maio daquele ano as tropas portuguesas recuperaram Recife e iniciaram o processo de prisões e execuções dos líderes, reprimindo definitivamente a Revolução.

REVOLUÇÃO LIBERAL DO PORTO – 1820

A partir de 1811, após a expulsão das tropas francesas de Portugal, o país passa a ser administrado pelos ingleses. Sob tutela do Lord Beresford o Brasil ascende à categoria de reino unido em 1815, deixando claro aos portugueses que a coroa não pretendia retornar imediatamente para Portugal. A sensação de que o país estava abandonado à própria sorte e o descaso da monarquia portuguesa alimentava o sentimento contra as forças do Antigo Regime. De forma especial, os comerciantes portugueses queixavam-se das medidas adotadas pela Coroa que prejudicavam o comércio lusitano e beneficiavam os ingleses e os luso-brasileiros.

Esse clima de insatisfação despertou na cidade do Porto uma revolução com inspiração liberal, iniciada em agosto de 1820, liderada por Manuel Antônio Tomás, com apoio de militares e do clero. Rapidamente, a revolução se alastrou para outras importantes cidades portuguesas, chegando até Lisboa. Os revolucionários tomaram o poder e organizaram uma junta administrativa para governar sob os moldes da filosofia ilustrada.

Em certo sentido, a Revolução Liberal do Porto de 1820 tinha aspectos contraditórios. Por um lado, ela se posicionava contra a Monarquia Absolutista, por outro, para promover os interesses da burguesia portuguesa, pretendia subordinar totalmente o Brasil a Portugal novamente, posicionando-o mais uma vez ao status de colônia, ou seja, de recolonização.

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

No Brasil, as notícias da revolução causaram grandes preocupações. Alguns defendiam o envio de D. Pedro ao país como meio de acalmar os ânimos, outros pediam o retorno do rei à Lisboa. No fim de 1820, os revolucionários estabeleceram uma junta provisória para governar em nome do rei e exigiram sua volta a Metrópole. Foram convocadas Cortes com objetivo de formular e aprovar uma Constituição liberal, à qual o rei fosse submetido. Sem saída, D. João VI retornou à Lisboa no dia 26 de Abril de 1821, nomeando D. Pedro príncipe regente do Brasil.

Em Portugal, começaram a chegar integrantes da recém-formada Assembleia Constituinte, na qual o Brasil contava com cerca de 70 membros. Entre eles, Cipriano Barata, Padre Feijó e Nicolau Vergeiro, políticos que participaram de momentos de grande importância para o Brasil do século XIX.

Algumas medidas tomadas pela Assembleia Constituinte demonstravam sua clara inclinação à recolonização do Brasil, tais como a transferência de repartições administrativas e a subordinação dos governos provinciais à Lisboa. Por fim, para estabelecer a recolonização do Brasil restava o retorno do príncipe regente, medida que não foi atendida após D. Pedro receber um abaixo assinado solicitando sua permanência. Esse momento entrou para os anais da história como o famoso dia do Fico, 9 de janeiro de 1822.



Jean Baptiste Debret, A Volta de D. João para Lisboa, Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, 1834.

Na verdade, o dia do Fico representava a associação de D. Pedro ao grupo que se posicionava contra a recolonização do Brasil. Esse grupo, formado principalmente por grandes proprietários rurais, burocratas e membros do judiciário, moradores ou nascidos no Brasil e portugueses que tinham interesses na liberdade comercial da colônia, liderado por José Joaquim Rocha, começou a lutar pela permanência do príncipe. A estratégia era conquistar D. Pedro para a causa da independência. Na consolidação do processo de Independência, destaca-se a participação de José Bonifácio, que atuou na Assembleia Constituinte, criticando severamente a atuação da Corte e atentando para a importância de D. Pedro no processo que se desenrolava.



Após o dia do Fico, as relações entre Brasil e Portugal ficaram ainda mais abaladas. Na colônia, grupos a favor da recolonização preocupavam-se com o acirramento da situação, principalmente após o “Cumpra-se”, decreto assinado por D. Pedro, em maio de 1822, que designava que qualquer determinação da Corte de Lisboa só seria executada mediante sua autorização. Na prática esse ato conferia autonomia ao Brasil. Diante deste decreto, a Câmara do Rio de Janeiro emitiu imediatamente seu sinal de apoio, conferindo a ele o título de Defensor Perpétuo do Brasil.

Se por um lado existiam grupos favoráveis à recolonização, por outro, os radicais que se posicionavam a favor da emancipação do Brasil e do processo de Independência que também dessa abertura às transformações políticas, como voto direto e instalação da República. Liderados por Gonçalves Ledo, os radicais representavam um perigo iminente aos interesses dos grupos aristocráticos brasileiros, que eram favoráveis ao processo de independência, controlado pela elite, que apenas buscava manter a unidade territorial, sem contudo promover grandes transformações sociais e políticas. A ideia de que a independência pudesse partir das ruas liderada pelos radicais assustava a aristocracia brasileira, principalmente no contexto pós-independência do Haiti, caracterizado pela explosão violenta e desordenada do povo contra a elite.

A pressão de Gonçalves Ledo pela convocação de uma Constituinte brasileira foi atendida, contudo Bonifácio articulou manobras políticas no intuito de impedir eleições diretas, mantendo, assim, a elite no controle do processo. A convocação da Constituinte brasileira fortaleceu o caminho para a independência. Em Agosto, foi decretado que tropas vindas de Portugal seriam consideradas inimigas e cartas solicitando apoio foram enviadas às nações.

O fio que separava o Brasil da independência foi rompido quando um ultimato de Lisboa determinava o regresso do príncipe a Portugal. José Bonifácio e a princesa Leopoldina foram rápidos em notificar D. Pedro sobre a situação e este, próximo ao riacho do Ipiranga, assinou o decreto declarando a Independência do Brasil no dia 7 de Setembro de 1822, formalizando o processo que se iniciara a partir do dia do Fico. No dia 1 de dezembro de 1822, D. Pedro foi coroado imperador do Brasil aos 24 anos de idade, recebendo o título de D. Pedro I.



O processo de independência do Brasil foi conduzido pela elite agrária de forma conservadora, sem um processo revolucionário e sem participação popular. A exclusão do povo brasileiro do movimento pela independência bem como das decisões políticas marca a história do Brasil no século XIX. Nesse contexto, a população é vista como ameaça à ordem e não como agente político. Ainda assim esse processo de emancipação conservador foi fundamental para manter a unidade política, mas deixou uma situação incomoda: uma monarquia portuguesa em um país que acabara de se tornar independente de Portugal. Esse elemento é fundamental para compreender os anos conturbados que se seguiram, caracterizado pela tensão entre brasileiros e portugueses.



TEXTO COMPLEMENTAR

Na entrevista à **Folha**, de Nova York (EUA), Maxwell - também autor de "A Construção da Democracia em Portugal", sobre o período pós-Revolução dos Cravos (1974), lançado em Portugal, mas não aqui - fala sobre o distanciamento entre os dois países.

A história é continuamente reescrita. À medida que a realidade presente muda, as interpretações acerca de um fato passado também são alteradas, buscando respostas que correspondam melhor às necessidades do tempo atual. Foi assim com a Inconfidência Mineira (1789). Poucos momentos foram tão debatidos, reescritos e apropriados quanto esse.

Durante boa parte do século XIX, a Inconfidência não assumiu lugar de destaque na historiografia brasileira. Tal situação modificou-se apenas na segunda metade do século, quando o princípio da nacionalidade tornou-se uma questão premente a ser resolvida. Urgia ao Brasil a construção de laços de pertencimento capazes de criar um sentimento nacionalista, e era

Folha – Como o Sr. vê a relação entre Brasil e Portugal hoje?

Kenneth Maxwell – Após o período da Independência (1822), há uma grande diferença no progresso da história. Há várias zonas de contato do ponto de vista da cultura, mas, na vida cotidiana, elas são hoje sociedades completamente diferentes. Portugal tem mudado muito, mas ainda tem uma sociedade muito fechada em relação à brasileira.

Folha – Quando essa relação começou a se distanciar?

Maxwell – Já antes da Independência, mas isso varia de acordo com a região. Se você volta para o século 17, no Nordeste, Pernambuco esteve separado de Portugal, durante a presença holandesa. No final do século 18, isso se torna mais claro. A Inconfidência Mineira (1789), a Baiana (1798), todas essas revoltas eram antiportuguesas, em vários sentidos.

Folha – O que, para o Sr., diferencia hoje o Brasil de Portugal?

Maxwell – A grande diferença é econômica. O Brasil é um país continental. Os brasileiros sentem-se parte de um grande país, enquanto os portugueses acham que são ainda menores do que realmente são. Nesse sentido, o Brasil, como civilização, é mais parecido com os Estados Unidos.

Folha – Não lhe parece que Brasil e Portugal celebram os 500 anos de modo um tanto quanto independente, como se o Brasil não tivesse sua origem na história portuguesa?

Maxwell – Concordo. A Folha trouxe, no final do ano passado, uma polêmica entre o historiador brasileiro Luiz Felipe de Alencastro e o cineasta português Manoel de Oliveira que ilustra essa distância. Para Oliveira, a Independência não passou de um presente de Portugal, não uma conquista dos brasileiros, o que é muito típico do pensamento português, uma falsa impressão da história.

Folha – As escolas de samba de São Paulo e Rio decidiram que o Carnaval seria só sobre os 500 anos. Para o povo, a festa é mais importante que para as elites?

Maxwell – Não, acho que são coisas diferentes. As duas coisas podem acontecer. Podemos fazer uma analogia com as comemorações dos 500 anos da chegada de Cristóvão Colombo na América (1492). Houveram reações variadas. Exibições, festas, mas também diferentes maneiras de interpretar o que se passou. É preciso considerar as divisões na sociedade. As pessoas veem a história de maneira diferente porque tem vidas diferentes. Se seus antepassados chegaram num navio negreiro, você verá a história de um modo diverso do que aqueles cujos parentes vieram em caravelas.

Folha – No Brasil, os mais pobres vêem nos 500 anos um fato mais relevante que as elites?

Maxwell – O Brasil tem uma cultura popular muito forte, e talvez essa impressão tenha origem aí. É algo muito diverso do que se passou no México e nos EUA, em que havia forte rejeição à idéia de ser "descoberto" e "colonizado". Brasileiros têm mais autoconfiança.

Folha – Usa-se a palavra "descobrimento" no Brasil, enquanto em Portugal volta-se a utilizar também "achamento"...

Maxwell – Portugal também se valeu, no século 19, da palavra "encontro", evitando assuntos difíceis, como a escravidão e a colonização. Talvez o Brasil use mais tranquilamente a palavra "descobrimento" devido a essa autoconfiança, mas essa é uma falsa visão. Os que foram "descobertos" acabaram, na verdade, eliminados.

Folha – Portugal e Espanha utilizam as comemorações como um bom momento para recontar a história a seu modo?

Maxwell – O que acontece é que há sempre uma reinterpretação da história. Mas é preciso considerar que nada patrocinado pelo governo tem relação direta com a realidade, mas com imagens que ele quer criar e manipular de acordo com seu interesse político. As pessoas criam também as próprias imagens.

Folha – Para o Sr., o que está mudando na história do Brasil nesse momento?

Maxwell – Esta foi uma década muito importante para a historiografia brasileira. Os historiadores brasileiros têm feito um grande trabalho, olhando para a vida cotidiana, para a cultura. É uma oportunidade para olhar para o passado. O Brasil é um país que está sempre preocupado com o futuro, mas já tem cinco séculos.

Folha – Qual é, para o Sr., a palavra correta para descrever o que aconteceu há 500 anos?

Maxwell – Acidente. Os portugueses queriam chegar às Índias.

Folha – Essa palavra tem mais de um sentido.

Maxwell – É verdade. Para os índios, a chegada do europeu foi também um acidente, numa outra conotação, mais trágica.

Folha – Para definir o paradoxo do Marquês de Pombal, o Sr. usa uma citação: "Pombal quis civilizar a nação e, ao mesmo tempo, escravizá-la". Qual é o paradoxo do Brasil de hoje?

Maxwell – O Brasil tem uma sociedade dinâmica, enquanto o sistema político é rígido. É interessante pensar no período pombalino, em que o Estado busca modernizar toda a sociedade. As grandes modernizações têm de ocorrer no longo prazo.

Folha — Usualmente, a grande data nacional era o Sete de Setembro. Para o Sr., por que trocamos a festa da Independência pela do Descobrimento?

Maxwell — É uma pena. O período da Independência precisa ser recuperado e visto numa perspectiva que reconheça sua natureza completa —complexa e contraditória. Mas governos preferem "conciliação" a uma lembrança de conflito. Só compreendendo o conflito é que se pode ver como e por que uma nação se desenvolve —ou "não" se desenvolve.

(http://www1.folha.uol.com.br/fo/brasil500/entre_3.htm)

TEXTO COMPLEMENTAR

DE ONDE VEM O MITO?

“Patriarca da Independência” foi um título disputado por muitos adversários políticos no século XIX. Por que a figura de José Bonifácio prevaleceu e sua lenda persiste até hoje?

- Heróis estão sempre presentes na história das nações. Nos Estados Unidos, são chamados de Founding Fathers (pais fundadores). George Washington, Thomas Jefferson e Benjamin Franklin moldaram a República norte-americana. Simón Bolívar e José de San Martín são ídolos da independência das antigas colônias espanholas. Uns e outros se transformaram em figuras exemplares, cujas vidas continuaram, através do tempo, a ser invocadas em solenidades públicas, louvadas em biografias, citadas em discursos ou registradas nos livros de História como forjadores da nacionalidade. No Brasil, esse foi o destino de José Bonifácio de Andrada e Silva.

A identificação do Andrada como “Patriarca da Independência” surgiu logo após a emancipação política do Brasil, em 1822. Na ocasião, esse título era ferozmente disputado pelos seus adversários. Homens como Gonçalves Ledo e Evaristo da Veiga também reclamavam para si o papel de construtores da nação. Este embate político forneceu argumentos para a construção de duas versões: a andradina, que concentrou seus louvores na figura de Bonifácio, e a antiandradina, que confere a seus inimigos a liderança do processo. Para se entender a criação do mito, é preciso separá-lo da história. Nascido em uma família abastada, José Bonifácio foi um jovem que, como muitos outros, deixou o Brasil para estudar em Coimbra, mas, diferentemente destes, permaneceu em Portugal por mais de trinta anos, ocupando posições importantes a serviço da Coroa. Aos 56 anos de idade regressou ao Brasil, e pouco tempo depois tornou-se conselheiro do príncipe e veio a desempenhar papel relevante no processo que resultou na Independência do país. Ao ser nomeado ministro do Reino e dos Estrangeiros, em 1822, passou a ser hostilizado por liberais e conservadores, e acabou preso e exilado pelo imperador. No entanto, alguns anos depois, José Bonifácio regressou à pátria para assumir o cargo de tutor do futuro Pedro II. Mais uma vez seria contestado por seus inimigos políticos, que o destituíram do cargo e o processaram. Ao ser absolvido, em 1835, recebeu uma estrondosa manifestação popular a seu favor. Velho e alquebrado, retirou-se da vida pública e passou a dedicar-se aos seus estudos, vindo a falecer em 1838. Apesar de uma carreira repleta de reveses e percalços, como explicar a consagração de Patriarca da Independência? Primeiramente, o próprio Bonifácio construiu uma imagem idealizada de sua participação nos eventos que culminaram na Independência. Seus escritos, anotações e poemas revelam um homem com pouco apreço pela “elite” brasileira, que, com raras exceções, lhe parece ignorante, ávida por riquezas e títulos de nobreza. Nem mesmo o imperador escapa de sua língua ferina. Nos jornais da época e nos Anais do Parlamento, José Bonifácio é apresentado como um homem sábio e justo, que batalhara arduamente pela Independência e pela implantação da monarquia constitucional no país, servindo fielmente ao imperador e à nação. A versão antiandradina aparece em jornais da oposição que se definem como liberais e caracterizam José Bonifácio como conservador e inimigo do povo. Acusam-no de perseguir impiedosamente os adversários políticos, mandando-os prender de forma arbitrária, de ser contra a Constituição e a liberdade de pensamento, e finalmente, depois da abdicação de D. Pedro I, chegam a acusar Bonifácio de traidor da pátria e de tramar a volta do imperador. Diante dessas duas versões tão contraditórias, o que fazer? Felizmente, outros documentos permitem avaliar melhor o desempenho de José Bonifácio: suas propostas de medidas governamentais, estudos técnicos sobre economia, política e sociedade e sua participação nos debates políticos. São escritos que revelam o homem público, uma imagem complexa de um intelectual típico da Ilustração. Homem culto e viajado, um cientista que percorreu a Europa numa época tumultuada pela Revolução Francesa, o que deixou nele profundo receio dos levantes populares e das revoluções. José Bonifácio confessava ser amante da liberdade controlada, da monarquia constitucional, inimigo dos despotismos, contrário à escravidão do negro, favorável à concessão dos votos às mulheres e crítico do latifúndio improdutivo. Desprezava homens servís e bajuladores e aqueles que disputavam títulos

de nobreza. No Brasil, José Bonifácio seria um homem fora do lugar. Um colonial que viveu na Metrópole a maior parte de sua vida, convivendo com as idéias da Ilustração, e que voltou a viver numa sociedade elitista e patriarcal, cuja economia se baseava no latifúndio e no braço escravo. Conservador em política e liberal nas questões sociais e econômicas, ele estava fadado a desagradar a uns e outros. Apoiou-se no Apostolado, uma organização que, no dizer de frei Caneca (1779-1825), não passava “de um Clube de aristocratas servis”, os grandes proprietários de terra, cujos interesses José Bonifácio feria ao pleitear o confisco das propriedades improdutivas e a emancipação gradual dos escravos. Identificava-se com os comerciantes portugueses quando estes denunciavam os privilégios concedidos aos estrangeiros, mas, ao mesmo tempo, contrariava os interesses daqueles ao pleitear o confisco de suas propriedades. Atacado pelos liberais por assumir a perspectiva conservadora, e pelos conservadores por seus projetos de transformação da ordem social, tornou-se presa fácil de seus inimigos. Com a abdicação de Pedro I, os liberais que assumiram o poder não tiveram complacência com seu velho inimigo e o colocaram no ostracismo. Ironicamente, as contradições que o condenaram em vida foram as mesmas que garantiram a sobrevivência do mito. O nome de José Bonifácio seria invocado pelos abolicionistas, que nele viam um precursor. Seu projeto de emancipação dos escravos teve numerosas edições. A figura do Patriarca, politicamente conservadora, procurando conciliar a liberdade com a ordem, pouco amigo dos “excessos democráticos e da liberdade sem limites”, agradaria aos políticos e ideólogos que durante o Império e Primeira República (1889-1930) pregavam um Executivo forte. Esse antagonismo marcou a documentação da época e se fixou em livros de História publicados durante o Império. Com o passar do tempo, porém, a versão andradina se tornaria hegemônica, à medida que as lutas políticas dos primeiros anos arrefeceram e os contendores, amigos e inimigos de Bonifácio, desapareceram da cena política, deixando apenas suas memórias. Somente no século XX, passados mais de cem anos da proclamação da Independência do Brasil, o equilíbrio entre as duas versões foi restabelecido, quando o historiador Otávio Tarquínio de Souza (1889-1959) escreveu a História dos Fundadores do Império do Brasil, obra que teve um de seus volumes dedicado à biografia de José Bonifácio. Com as mudanças ocorridas na historiografia e na sociedade nos anos 1950 e 1960, surgiu a possibilidade de utilização de novos métodos explicativos que permitiriam aos historiadores fazer uma análise mais objetiva do contexto político que deu origem às versões andradina e antiandradina. Ao mesmo tempo, houve uma mudança de foco na historiografia. Em consonância com a tentativa de democratização da sociedade, os historiadores começaram a se interessar pelas classes subalternas. Foram introduzidos novos agentes históricos que até então haviam sido ignorados – mulheres, artesãos, negros livres, escravos, pequenos comerciantes, que constituíam as populações urbanas que se incorporaram ao movimento da Independência com um projeto de nação muito diferente daquele apoiado pelas elites. Entretanto, à margem da historiografia, a lenda andradina persiste no que tem de mais irredutível – o mito da nacionalidade.

Emília Viotti da Costa é professora emérita da USP e professora da Universidade de Yale, nos Estados Unidos. É autora do livro Da Monarquia à República – momentos decisivos. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

(<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/politica-e-arte-e-vice-versa>)

R EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

01| CEFET Das 18 províncias que o Brasil tinha na época da Independência política, muitas eram governadas por portugueses que não aceitaram a separação de Portugal. A maior resistência portuguesa, na Guerra da Independência, foi encontrada na Província de:

- A** Minas Gerais.
- B** Rio de Janeiro.
- C** Bahia.
- D** Pernambuco.
- E** Maranhão.

Resolução:

*A Bahia era uma província com grande número de portugueses, em parte, isso se deve ao fato de ter sido a primeira capital. Resposta letra: **C**.*

02| UFSC O movimento em favor da emancipação política no Brasil, em 1822, ocorreu, fundamentalmente, devido:

- A** Às manifestações da Igreja em prol da Independência.
- B** À volta de D. João VI para Portugal.
- C** Aos ideais de emancipação da revolução do Porto.
- D** Às tentativas de recolonização por parte de Portugal.
- E** À influência dos comerciantes de escravos.

Resolução:

*O processo de independência do Brasil teve a luta contra a recolonização como um dos seus principais motivos. Os comerciantes e a aristocracia que tinham seus interesses ligados a autonomia do Brasil não queriam retornar as condições coloniais rompidas em 1808 com a chegada da Família Real no Brasil e a Abertura dos portos. Resposta: Letra **D**.*

F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01| UERJ O enriquecimento da vida cultural do Rio de Janeiro, e até mesmo do país, após 1808, decorreu, sobretudo, das necessidades da elite dominante. No ambiente acanhado da sociedade americana, as novidades dos procedimentos característicos do círculo real exerceram extraordinário fascínio, produzindo um poderoso efeito “civilizador” em relação à cidade. Em contrapartida, a Coroa não deixou de adotar também medidas de controle mais eficientes. Após a tormenta da Revolução Francesa e ainda vivendo o turbilhão do período napoleônico, era o medo dos princípios difundidos pelo século das Luzes, especialmente as “perniciosas” ideias francesas, que ditava essas cautelas.

LÚCIA M. P. DAS NEVES E HUMBERTO F. MACHADO. Adaptado de *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

O texto aborda um duplo movimento provocado pela presença da Corte portuguesa no Brasil: o estímulo às atividades culturais na colônia e, ao mesmo tempo o controle conservador sobre essas atividades. Indique duas ações da Coroa que enriqueceram a vida cultural da cidade do Rio de Janeiro. Explique, ainda, como o Estado português exercia controle sobre as atividades culturais.

02| UERJ Possa este, para sempre memorável dia, ser celebrado com universal júbilo por toda a América Portuguesa, por uma dilatada série de séculos, como aquele em que começou a raiar a aurora da felicidade, prosperidade e grandeza, a que algum dia o Brasil se há de elevar, sendo governado de perto pelo seu soberano. Sim, nós já começamos a sentir os saudáveis efeitos da paternal presença de tão ótimo príncipe, que [...] nos deu as mais evidentes provas, que muito alentam as nossas esperanças, de que viera ao Brasil a criar um grande Império.

Luís Gonçalves dos Santos. *Memórias para servir à História do reino do Brasil*. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1981.

O texto acima revela o entusiasmo e as esperanças daqueles que assistiram à chegada da família real portuguesa ao Brasil. Indique duas inovações de caráter científico ou cultural decorrentes da política de D. João. Indique também uma mudança política ou econômica observada durante a permanência da Corte e sua respectiva consequência para o Brasil.

03| PUC “O Rio de Janeiro é a capital do Brasil há bastante tempo, muito antes de a família real deixar Lisboa. Traçarei uma breve descrição dessa cidade a partir do que pude apurar durante a minha estada. [...] O comércio [...] progrediu muito depois que a cidade tornou-se residência real [...] Os ingleses têm aberto muitos cafés no Rio de Janeiro, uma novidade, que tenho certeza, será bem acolhida. De fato, desde março de 1808, toda

a cidade vem passando por transformações e recebendo melhorias.”

Conde Thomas O’Neill, 1809. Apud Jean Marcel Carvalho França. *Outras visões do Rio de Janeiro Colonial – Antologia de Textos*. Rio de Janeiro, José Olympio, 2000. Pp: 310-320.

A descrição do inglês Thomas O’Neill destaca algumas das transformações ocorridas desde a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro no ano de 1808.

- A** Explique por que, a partir da abertura dos portos (1808), ocorreu a preponderância dos ingleses nas transações comerciais com o Brasil.
- B** Cite duas transformações culturais ocorridas na cidade do Rio de Janeiro durante o Período Joanino (1808-1821).

04| FUVEST *Não parece fácil determinar a época em que os habitantes da América lusitana, dispersos pela distância, pela dificuldade de comunicação, pela mútua ignorância, pela diversidade, não raro, de interesses locais, começam a sentir-se unidos por vínculos mais fortes do que todos os contrastes ou indiferenças que os separam, e a querer associar esse sentimento ao desejo de emancipação política. No Brasil, as duas aspirações – a da independência e a da unidade – não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas.*

Sérgio Buarque de Holanda, “A herança colonial – sua desagregação”. *História geral da civilização brasileira*, tomo II, volume 1, 2ª ed., São Paulo: DIFEL, 1965, p. 9.

- A** Explique qual a diferença entre as aspirações de “independência” e de “unidade” a que o autor se refere.
- B** Indique e caracterize ao menos um acontecimento histórico relacionado a cada uma das aspirações mencionadas no item a).

05| UNICAMP No tempo da independência, não havia ideias precisas sobre o federalismo. Empregava-se “federação” como sinônimo de “república” e de “democracia”, muitas vezes com o objetivo de confundi-la com o governo popular, embora se tratasse de concepções distintas. Por outro lado, Silvestre Pinheiro Ferreira observava ser geral a aspiração das províncias à autonomia, sem que isso significasse a abolição do governo central da monarquia. Mas a historiografia da independência tendeu a escamotear a existência do projeto federalista, encarando-o apenas como produto de impulsos anárquicos e de ambições personalistas e antipatrióticas.

(Adaptado de Evaldo Cabral de Melo, *A Outra Independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004, p. 12-14.)

- A** Identifique no texto dois significados distintos para o federalismo.
- B** Quais os interesses econômicos envolvidos no processo de independência do Brasil?

T ENEM E VESTIBULARES

01| FATEC Tem sido apontado, como preparatório para a nossa independência, o período em que, devido à inversão metropolitana entre Portugal e Brasil (1808-1821), D. João tomou a iniciativa de algumas medidas econômicas, políticas e culturais.

Assinale a alternativa que NÃO se aplica ao período citado:

- A** O Tratado de Aliança e Amizade, assinado com a Inglaterra, em 1810, tinha uma cláusula que afetava diretamente a economia brasileira, pois determinava a gradual extinção do tráfico negreiro para o Brasil.
- B** Ocorreu a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, de acordo com os interesses da aristocracia rural brasileira e dos negociantes ingleses, aos quais não convinha mais o monopólio português sobre o comércio do Brasil.
- C** O Alvará de Liberdade Industrial não surtiu efeitos esperados, porque, apesar dos incentivos às indústrias têxtil e metalúrgica, no Brasil, qualquer possibilidade de desenvolvimento esbarrava nos privilégios concedidos à burguesia inglesa.
- D** Esse período começou com o reconhecimento oficial do fato de não sermos mais colônia; assim, por iniciativa exclusiva de D. João, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, depois do Congresso de Viena.
- E** O período foi marcado pela crescente intervenção da Inglaterra que, com o intuito de obter novos mercados consumidores para seus produtos industriais, passaria a incentivar movimentos de independência sul-americanos, entre eles, o do Brasil.

02| FGV Ao proclamarem a sua independência, as colônias espanholas da América optaram pelo regime republicano, seguindo o modelo norte-americano. O Brasil optou pelo regime monárquico:

- A** Pela grande popularidade desse sistema de governo entre os brasileiros;
- B** Porque a república traria forçosamente a abolição da escravidão, como ocorrera quando da proclamação da independência dos Estados Unidos;
- C** Como consequência do processo político desencadeado pela instalação da corte portuguesa na colônia;
- D** Pelo fascínio que a pompa e o luxo da corte monárquica exerciam sobre os colonos;
- E** Em oposição ao regime republicano português implantado pelas Cortes.

03| UFU A transferência da Corte portuguesa alterou o estatuto colonial brasileiro, com a adoção de inúmeras medidas, entre elas a assinatura da Carta Régia de 1808, que permitia a abertura dos portos brasileiros para o exterior. Essa abertura dos portos significou para o Brasil:

- A** A proibição de instalação de manufaturas que pudessem concorrer com os produtos ingleses.
- B** A manutenção do Pacto Colonial, garantindo ao Brasil o estatuto de colônia portuguesa.
- C** A penetração do Brasil no mercado internacional, como parceiro igual das grandes potências mundiais.
- D** Um passo no processo de emancipação política do Brasil e seu ingresso na órbita de influência britânica.
- E** A afirmação da economia brasileira, que deixa de ser área de influência norte-americana.

04| FATEC Apesar da liberdade para a instalação de indústrias manufatureiras no Brasil, decretada por D. João, através do alvará datado de 1º de abril de 1808, estas não se desenvolveram. Isto se deveu, entre outras razões, à:

- A** Impossibilidade de competir com produtos manufaturados provenientes dos Estados Unidos, que dominavam o mercado consumidor interno.
- B** Impossibilidade de escoamento da produção da Colônia, uma vez que Portugal, intermediário entre a Colônia e a Europa, estava ocupado pelos franceses.
- C** Canalização de todos os recursos para lucrativa lavoura cafeeira, não havendo, por parte dos latifundiários, interesse em investir na indústria.
- D** Concorrência dos produtos ingleses, que gozavam de privilégios especiais no mercado brasileiro.
- E** Dificuldade de obtenção de matéria-prima (algodão) na Europa, aliada à impossibilidade de produzi-la no Brasil.

05| CEFET Os Tratados de “Comércio e Navegação” e de “Aliança e Amizade”, assinados pelo Príncipe Regente D. João no Brasil, foram inequivocamente favoráveis:

- A** A Portugal.
- B** À França.
- C** À Espanha.
- D** À Inglaterra.
- E** À Alemanha.

06| FGV A vinda da Família Real ao Brasil está diretamente ligada ao seguinte episódio:

- A** A adesão portuguesa ao Bloqueio Continental decretado por Napoleão.
- B** O desafio de Portugal ao decreto napoleônico do Bloqueio Continental e sua aliança com a Inglaterra.
- C** A habilidade diplomática de D. João que fez aliança com a França e Inglaterra para sair da Europa em guerra.
- D** O apoio português às tropas franco-hispânicas para evitar as guerras de independência na América.
- E** A articulação entre os fazendeiros de café do Vale do Paraíba e as Cortes portuguesas para a independência do Brasil.

07| FGV Marque a alternativa correta:

- I. A política de recolonização proposta pelas cortes portuguesas foi um dos fatores que levaram à proclamação da Independência.
 - II. As rebeliões ocorridas durante o período regencial permitiram que as camadas mais pobres da população tivessem representação e participação política junto às instituições imperiais.
 - III. A abdicação de D. Pedro I significou a vitória dos liberais e a consolidação do poder da aristocracia rural.
- A** Se todas as proposições forem verdadeiras.
 - B** Se apenas forem verdadeiras as proposições I e II.
 - C** Se apenas forem verdadeiras as proposições I e III.
 - D** Se apenas forem verdadeiras as proposições II e III.
 - E** Se todas as proposições forem falsas.

08| CESGRANRIO “As ruas estão, em geral, repletas de mercadorias inglesas. A cada porta, as palavras Superfi no de Londres saltam aos olhos: algodão estampado, panos largos, louça de barro, mas, acima de tudo, ferragens de Birmingham, podem-se obter um pouco mais caro do que em nossa terra nas lojas do Brasil, além de sedas, crepes e outros artigos da China.”

(GRAHAM, Mary. Diário de Uma Viagem ao Brasil, in Campos, Raymundo. História do Brasil. São Paulo: Atual, 1991, 2.ª ed. p. 98).

Esta descrição das lojas do Rio de Janeiro, feita por uma inglesa que estava no Brasil em 1821, justifica-se historicamente pelo(a):

- A** Tratado de Maastricht.
- B** Tratado de Comércio e navegação.
- C** Tratado de Fontainebleau.
- D** Bloqueio Continental
- E** Criação do NAFTA e da ALCA.

09| UFES No início do século XIX, a transformação do Brasil em sede da monarquia portuguesa levou D. João IV a adotar medidas que mudaram o contexto socioeconômico da antiga colônia. Dentre essas medidas, podemos destacar:

- I. A organização da maçonaria, constituída por grandes latifundiários e comerciantes do Rio de Janeiro.
- II. A criação do Banco do Brasil, da Casa da Moeda e do Jardim Botânico.
- III. A convocação de uma Assembléia Constituinte, que estabeleceu a liberdade de comércio para os comerciantes nacionais.
- IV. A criação da Faculdade de Medicina na Bahia, da Imprensa Régia, da Escola Nacional de Belas-Artes e da Biblioteca Pública no Rio de Janeiro.
- V. A assinatura de tratados de comércio e navegação com a Inglaterra, os quais favoreciam a comercialização de produtos portugueses pelas baixas tarifas alfandegárias.

Assinale a opção que contém as afirmativas corretas:

- A** I e II.
- B** I e V.
- C** II e IV.
- D** III e IV.
- E** IV e V.

10| ESPM Quando se estabelece uma comparação entre monarquia brasileira e os períodos coloniais e republicanos, imediatamente anteriores e posteriores, é relevante mencionar que:

- A** A grande marca da monarquia foi a liquidação da grande propriedade que predomina nos outros períodos.
- B** Coube à República e ao Período Colonial apresentar diferenças, como o trabalho imigrante e o escravismo, que o Império não conheceu.
- C** A monarquia fez predominar uma tendência centralizadora muito contrária ao federalismo da República e à subordinação da Colônia.
- D** O Período Colonial e também a Primeira República fizeram valer apenas a autoridade nacional, enquanto, no Império, os governos provinciais eram escolhidos por eleições locais.
- E** Enquanto Colônia e República apresentaram, com destaque, economias voltadas para a exportação, em todo o Império predominou a atividade introvertida.

11| UCPEL Para reconhecer a independência do Brasil, o governo inglês exigiu:

- A** O pagamento de dois milhões de libras esterlinas.
- B** A renovação do Tratado de Comércio de 1810.
- C** A promessa de não se atacar em colônias inglesas.
- D** A abolição da escravidão.
- E** A permissão de implantação de empresas multinacionais de exploração de petróleo.

12| CEFET Das 18 províncias que o Brasil tinha na época da Independência política, muitas eram governadas por portugueses que não aceitaram a separação de Portugal. A maior resistência portuguesa, na Guerra da Independência, foi encontrada na Província de:

- A** Minas Gerais.
- B** Rio de Janeiro.
- C** Bahia.
- D** Pernambuco.
- E** Maranhão.

13| UFSC O movimento em favor da emancipação política no Brasil, em 1822, ocorreu, fundamentalmente, devido:

- A** Às manifestações da Igreja em prol da Independência.
- B** A volta de D. João VI para Portugal.
- C** Os ideais de emancipação da revolução do Porto.
- D** Às tentativas de recolonização por parte de Portugal.
- E** À influência dos comerciantes de escravos.

14| UECE Uma das causas da Revolução Pernambucana em 1817, entre outras, foi a:

- A** Primeira Guerra Mundial.
- B** Independência dos Estados Unidos.
- C** Confederação do Equador.
- D** Revolução Praieira.

15| UNIFOR A vinda da Corte para o Brasil marca a primeira ruptura definitiva do Antigo Sistema Colonial. (Fernando A Novais. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 298) A ruptura a que o autor se refere estava intimamente relacionada, dentre outros fatores, à decisão da Coroa portuguesa de:

- A** Conceder liberdade para o estabelecimento de fábricas nas cidades brasileiras.

B Interromper o comércio de escravos praticado entre a colônia e a Inglaterra.

C Proibir o comércio de manufaturas feitas entre a colônia e a burguesia inglesa.

D Romper os laços comerciais com a Inglaterra por exigência dos franceses.

E Abrir os portos brasileiros ao livre-comércio com as “nações amigas”.

16| UFMS A década de 1990 foi considerada muito profícua para o cinema brasileiro. Alguns dos filmes nela produzidos alcançaram grande sucesso em razão da qualidade estética, do enredo e da opção por temas de fácil compreensão pelo grande público. Em 1995, o longa-metragem *Carlota Joaquina: princesa do Brasil*, dirigido por Carla Camurati e estrelado por reconhecidos atores brasileiros como Marco Nanini, Marieta Severo e Ney Latorraca, entre outros, foi considerado uma “comédia histórica” de bom nível, embora tenha provocado muitos debates sobre a opção narrativa adotada. O filme ora referido tem como pano de fundo o seguinte episódio da história brasileira:

A A chegada da esquadra portuguesa à costa brasileira, em 1500.

B A chegada da Família Real portuguesa e da Corte ao Brasil, em 1808, além de aspectos do cotidiano da realeza.

C A presença do Imperador Pedro I na Bahia e suas dificuldades na implantação do Império.

D A partida de D. João IV, em direção a Portugal, em obediência a determinações da Corte portuguesa.

E A invasão dos territórios brasileiros, durante as guerras napoleônicas, pelo general Junot.

17| UFMT A emancipação política do Brasil deu-se no contexto de insatisfações portuguesas diante da atitude protelatória de D. João VI. A elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e a Algarves, em 1815, provocou descontentamentos posteriores, até que a solução encontrada envolveu o retorno da Corte para Portugal em 1821. Sobre a temática, assinale a afirmativa correta:

A D. Pedro I, na condição de Príncipe Regente, atendeu aos clamores populares e decidiu desobedecer à convocação das Cortes de Lisboa em manifestação pública, no Rio de Janeiro, no dia 9 de janeiro de 1822.

- B** Os partidários da manutenção da Corte Portuguesa no Brasil eram favoráveis à abolição da escravidão, à reforma agrária e ao rompimento definitivo com a antiga metrópole.
- C** A revolução do Porto, movimento de cunho liberal que eclodiu em 24 de agosto de 1820, tinha intenção de emancipar o Brasil, desmembrando o que ainda estava no império ultramarino português.
- D** D. João VI retornou a Portugal em 1821, após ter se recusado a atender as manifestações populares que o pressionavam a jurar obediência à nova constituição portuguesa.
- E** D. Pedro I, profundamente marcado por concepções liberais e democráticas, acatou as deliberações da Assembléia Constituinte de 1822.

18| UPE A crise do sistema colonial trouxe mudanças políticas importantes para a sociedade na América Latina. Com a proclamação da independência e a organização do Estado na década de 1820, no Brasil houve:

- A** Um crescimento econômico importante com a implantação de novas técnicas de produção na agricultura;
- B** Uma fragmentação política, dificultando o crescimento das cidades mais importantes e enfraquecendo a liderança do imperador;
- C** A manutenção da escravidão, embora a Constituição de 1824 fosse amplamente liberal nos seus princípios políticos;
- D** Uma crise política, em 1829, com repercussões na economia, com a desvalorização da moeda e a falência do Banco do Brasil;
- E** Uma quantidade expressiva de rebeliões políticas, entre elas a Rebelião Praieira, com a defesa da democracia e o fim da monarquia.

19| UFPR A respeito da Revolução Pernambucana de 1817, considere as seguintes afirmativas:

- I. Foi marcada por forte sentimento antilusitano, resultante do aumento dos impostos e dos grandes privilégios concedidos aos comerciantes portugueses.
- II. Não contou com o apoio de religiosos e militares, tendo apenas a adesão dos demais segmentos da população.
- III. Foi uma revolta sangrenta que durou mais de dois meses e deixou profundas marcas no Nordeste, com os combates armados passando de Recife para o

sertão, estendendo-se também a Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

- IV. A revolta foi sufocada apenas dois anos depois por tropas aliadas, reunindo forças armadas portuguesas, francesas e inglesas.
- V. Propunha a República, com igualdade de direitos e a tolerância religiosa, mas não previa a abolição da escravidão.

São verdadeiras apenas as afirmativas:

- A** I, II e III.
- B** I, IV e V.
- C** I, III e V.
- D** II, III e IV.
- E** II, III e V.

20| MACK De tudo trouxeram os ingleses desde as primeiras viagens: fazendas de algodão, lã e seda; peças de vestuário, alimentos, artigos de armarinho, móveis, vidros, cristais, louças, porcelanas, painéis de ferro, cutelaria, quinquilharias, carruagens, etc. O mercado brasileiro abria-se no momento em que a maioria dos outros mercados tradicionais estavam fechados para a Grã-Bretanha, de modo que os comerciantes ingleses logo exportaram quantidades enormes de mercadorias, acima da capacidade de absorção do mercado brasileiro. O desejo de solucionar esse problema (...) é responsável pelo aspecto que tomaram as exportações para o Brasil em 1808-1809. Olga Pantaleão, A presença inglesa. As referências presentes no trecho acima permitem relacioná-lo com a seguinte situação histórica:

- A** O comércio que piratas ingleses realizavam com os índios, ao longo do litoral brasileiro, nas décadas que se seguiram à descoberta do Brasil;
- B** A necessidade crescente de abastecimento da população das cidades mineiras, ao longo do período de auge da economia mineradora;
- C** A ampliação das relações comerciais entre Inglaterra e Brasil, resultado imediato da assinatura do Alvará de Abertura dos Portos pelo regente D. João;
- D** A carência brasileira de produtos industrializados, em decorrência da estagnação da produção nacional durante os anos da guerra contra o Paraguai;
- E** O estreitamento das relações entre Inglaterra e Brasil, depois de este romper com a Coroa portuguesa, em virtude do impasse político criado pela Revolução do Porto.

21| FUVEST “... quando o Príncipe Regente português, D. João, chegou de malas e bagagens para residir no Brasil, houve um grande alvoroço na cidade do Rio de Janeiro. Afinal era a própria encarnação do rei [...] que aqui desembarcava. D. João não precisou, porém, caminhar muito para alojar-se.

Logo em frente ao cais estava localizado o Palácio dos Vice-Reis.” (Lilia Schwarcz. *As Barbas do Imperador*.) O significado da chegada de D. João ao Rio de Janeiro pode ser resumido como:

- A** Decorrência da loucura da rainha Dona Maria I, que não conseguia se impor no contexto político europeu.
- B** Fruto das derrotas militares sofridas pelos portugueses ante os exércitos britânicos e de Napoleão Bonaparte.
- C** Inversão da relação entre Metrópole e Colônia, já que a sede política do Império passava do centro para a periferia.
- D** Alteração da relação política entre monarcas e vice-reis, pois estes passaram a controlar o mando a partir das colônias.
- E** Imposição do comércio britânico, que precisava do deslocamento do eixo político para conseguir isenções alfandegárias.

22| UNIFOR Considere o texto que segue, sobre o processo de Independência do Brasil. “Não se veja neste episódio, contudo uma simples parada, uma festa, pois o coroamento da luta pelo menos desde o século XVII, com o custo de milhares de vidas. Se não houve aqui batalhas vistosas da guerra pela emancipação das colônias espanholas, houve muito protesto individual e organizado, nas tentativas de liberdade (...) Se as províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo dirigiram o processo, houve a colaboração das demais. Em algumas, houve

luta contra a ideia de ruptura com Portugal. Sobretudo nas províncias de alta população portuguesa, nas quais só se admitiu a independência após combates e conversações (...) Dom Pedro conseguiu subjulgá-las (...), em fins de 1823, todas as províncias formavam em torno do ex-regente, agora no trono”.

(IGLESIAS, Francisco. *Trajatória política do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 115)

Conforme o texto, pode-se afirmar que:

- A** A independência do Brasil foi um processo de lutas políticas e militares, ocorridas sobretudo nas províncias com predomínio de população portuguesa que resistiu à unificação do Brasil durante o governo de Dom Pedro I.
- B** O processo de independência do Brasil não teve a violência típica dos processos similares das colônias espanholas, sendo caracterizado principalmente por uma articulação política entre as elites, sem o alcance de efetivos resultados políticos.
- C** A independência não foi produto de uma guerra, como na América espanhola, pois Portugal pouco resistiu à independência do Brasil, uma vez que a Coroa se contentou com o fato de que um príncipe português seria o novo Imperador brasileiro.
- D** O processo de independência, mesmo não sendo caracterizado por uma guerra generalizada e longa, não foi tão pacífico quanto se acredita, sendo marcado por uma série de protestos contra a dominação portuguesa, articulações políticas entre as províncias próximas da capital e lutas militares localizadas.
- E** As províncias rebeldes citadas no texto, a partir de 1823, formavam em torno de Dom Pedro I uma aliança para impedir a hegemonia política das elites do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais no governo do novo país independente.

PRIMEIRO REINADO E REGÊNCIA: INSTABILIDADE E TURBULÊNCIA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO (1822 - 1840)

INTRODUÇÃO.

Tradicionalmente, o período que vai da Independência do Brasil em 1822, até a Proclamação da República em 1889, é chamado de Brasil Imperial e está dividido em três fases: Primeiro Reinado, Período Regencial e Segundo Reinado.

Os 18 anos que se seguiram à independência do Brasil são marcados por muitos conflitos internos, pela instabilidade política e por experiências políticas e institucionais inéditas. É preciso, no entanto, diferenciar dois momentos: o Primeiro Reinado e a Regência.

O Primeiro Reinado deve muito da sua instabilidade aos ranços do processo de independência. A desconfiança de um monarca português e a ausência de transformações significativas para grande parte da população impulsionou revoltas como a Confederação do Equador. Os grupos fieis à Lisboa ainda perseguiam uma recolonização que se mostrava cada vez mais distante, de qualquer forma a atuação desses grupos que contribuiu ainda mais para a instabilidade política da época.

O período Regencial foi marcado pela polarização entre grupos conservadores e liberais, contra ou a favor de uma maior autonomia política às províncias. É lugar comum na historiografia, definir esse período como uma experiência republicana que não deu certo, caracterizada por conflitos internos e tentativas de emancipações que colocaram em perigo a unidade territorial do país.

Entre o Primeiro Reinado e o Período Regencial houve a abdicação do primeiro governante do Estado nacional, estigma que, de certa forma, não se dissipou no decorrer da história brasileira. Essa época foi marcada por instabilidades, tentativas de golpes, revoluções e muitas constituições. No transcorrer desse capítulo falaremos sobre a primeira das Constituições brasileiras e sobre os acontecimentos que marcaram e nos ajudam a compreender esse primeiros anos pós-independência.

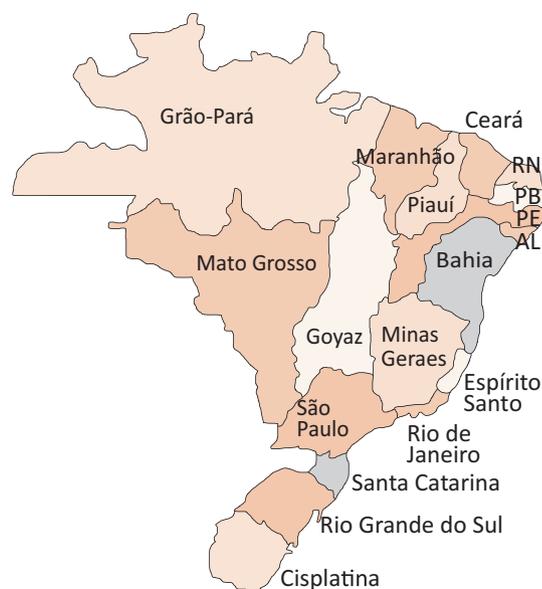
PRIMEIRO REINADO

RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA

Comparado com os outros países da América Latina, o processo de independência brasileiro mostrou-se mais tranquilo. No entanto, isso não significa que não houve conflitos com grupos de resistência de portugueses que negavam a independência e que se encontravam no Brasil, principalmente na Bahia, Maranhão e Pará. Na Bahia foram reprimidos definitivamente em 1823, com apoio do Lorde Inglês Cochrane e com ajuda fundamental dos senhores de engenho do Recôncavo baiano.

No plano internacional, os EUA, México e Argentina reconheceram a Independência do Brasil. Sendo que os EUA reconheceram a independência do Brasil com uma certa resistência, em função da manutenção do modelo monárquico. Os ingleses informalmente reconheciam a soberania brasileira, afim de garantir os benefícios comerciais, mas retardavam um pronunciamento oficial com o objetivo de forçar a abolição da escravidão no Brasil.

Os ingleses foram fundamentais na mediação da negociação entre Brasil e Portugal, que assinaram um tratado em 1825, no qual a Coroa brasileira se comprometia em compensar os portugueses com 2 milhões de libras. Para pagar essa dívida, o recém Estado contraiu uma dívida externa junto aos ingleses. Se a independência não foi obtida por meio de uma guerra contra os portugueses, nem por isso ela deixou de ser onerosa à economia nacional.



Províncias Brasileiras, 1822

CONSTITUIÇÃO DE 1824

Uma vez conquistada a Independência, os conflitos começaram a aparecer nos movimentos que antecederam a formação da Constituição. Os absolutistas, que defendiam um governo forte e centralizado, pretendiam formar uma constituição que desse controle e poderes totais a D. Pedro I, no entanto, parte da assembleia queria limitar esse poder, impedindo-o de dissolver a câmara e de ter poder de veto absoluto.

A Assembleia Constituinte elaborou um anteprojeto conhecido como Constituição da Mandioca, inspirado na filosofia iluminista, mas que descartava uma participação popular direta. Esse anteprojeto seguia o ideário liberal nas premissas antiabsolutista e limitava os poderes de D. Pedro I. Para isso, declarava a indissolubilidade da câmara, o veto apenas suspensivo do Imperador e o controle das forças armadas pelo parlamento e não pelo imperador. As eleições seriam realizadas em sistemas de primárias e secundárias, garantindo o afastamento da população das decisões diretas e estabelecia o voto censitário, usando como medida 150 alqueires de mandioca, daí o nome da constituição, Constituição da Mandioca.

A reação de D. Pedro foi imediata, temendo uma aprovação de uma constituição que diminuísse seus poderes voltou-se contra a Assembleia e decretou a sua dissolução, numa noite que ficou conhecida como “Noite da Agonia”, 12 de Novembro de 1824, as tropas imperiais invadiram a câmara, prenderam os deputados e deportaram seus líderes.

A dissolução da Assembleia agiu como catalizador no conflito entre os portugueses e brasileiros. Os brasileiros acusavam Dom Pedro de defender os interesses dos portugueses e enxergavam seus atos como movimentos que abriam espaço para a recolonização. Um clima de guerra civil se alastrava por todo o território nacional, portugueses eram atacados em vários Estados e militares portugueses espancavam aqueles que eram apontados como hostilizadores e antilusitanos.

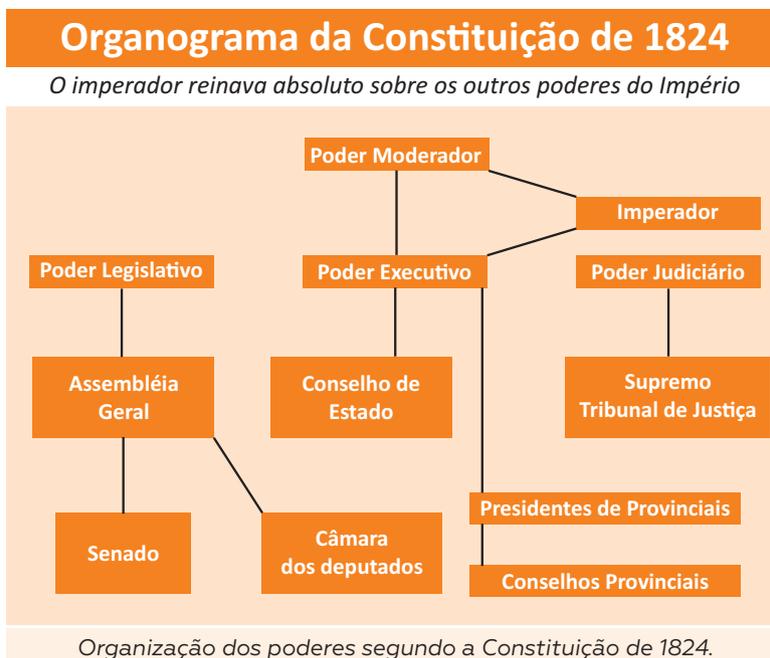
Foi nesse contexto, que o imperador nomeou uma comissão, com dez membros, responsável por redigir a constituição, outorgada quarenta dias depois, no dia 25 de março de 1824.

CARACTERÍSTICAS DA CONSTITUIÇÃO DE 1824

▪ **Poder moderador:** Um dos elementos de destaque da constituição de 1824 foi a adoção do poder moderador. Idealizado pelo teórico suíço Benjamin Constant, na sua obra intitulada *Curso de política constitucional*, o poder moderador deveria ser um poder neutro, cuja a função era garantir a harmonia e o equilíbrio entre os outros poderes. Na prática, era o mecanismo que garantia poder total e absoluto ao imperador, já que cabia a ele exercê-lo, e tornou-se efetivamente um meio para governar de acordo com sua vontade pessoal.

Ao poder moderador cabia aprovar ou não as medidas do legislativo, nomear senadores vitalícios e dissolver a câmara dos deputados, nomear o conselho de Estado e o presidente das províncias, nomear e demitir juízes. Portanto, perceba que todos os poderes (legislativo, executivo e judiciário) estavam sobre controle direto do Imperador.

- **Padroado:** A constituição determinava o Catolicismo como religião oficial. Além disso, os clérigos eram pagos e nomeados pelo imperador, como funcionários do Estado. Esse regime era chamado de Padroado e, segundo ele, as aprovações das bulas papais também deveriam ser aprovadas de maneira previa pelo Imperador.
- **Eleições:** O legislativo era dividido entre Senadores (vitalícios) e Deputados (eleitos em ciclos de 4 anos). Em ambos os casos, a eleição era dividida em primárias e secundárias, ou seja, os membros do legislativo eram eleitos de forma indireta. Nas primárias era escolhido um corpo eleitoral, que depois elegeria Deputados e Senadores, sendo que, no caso dos últimos, era formada uma lista tríplice, cuja escolha definitiva cabia ao Imperador.



Para participar das eleições primárias era necessário ser homem, livre (escravos libertos não tinham direito ao voto), maior de 25 anos (casado), não podia fazer parte do clero regular ou ser criminoso. Além disso, deveria possuir uma renda superior a 100 mil reis anuais. Para participar do corpo eleitoral, ou seja, se candidatar nas primárias, a renda mínima era de 200 mil reis anuais, sendo que, para se candidatar a deputado, a renda era de 400 e senador 800 mil reis anuais.

Essa divisão e marginalização criava no interior do Império dois tipos de cidadãos: os ativos e os passivos. Os cidadãos ativos tinham direito ao voto, eram eleitores e elegíveis, já os cidadãos passivos não tinham direito a voto. A Independência do Brasil e a Constituição de 1824 institucionalizou o poder da aristocracia branca, negros, mulheres e outras minorias ficaram à margem dessa sociedade e excluídos do processo político.

CRISE DO PRIMEIRO REINADO

Dissolvendo a Constituinte e outorgando a Constituição de 1824, o imperador demonstrou sua faceta absolutista, autoritária e centralista, criando rejeição e inimigos. Esse elemento político tinha um ingrediente perigoso, a crescente onda antilusitana e os conflitos entre brasileiros e portugueses. Muitos criticavam o imperador por beneficiar os portugueses. Uma forte crise política nascia no interior do primeiro império. Essa crise política gerou mais uma crise econômica profunda que somada às inúmeras críticas pessoais a D. Pedro o levaram à abdicação. Começamos agora por estudar uma das reações ao seu autoritarismo: a Confederação do Equador.

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR (1824)

Em Pernambuco, os atos autoritários do imperador não foram bem recebidos. Essa província já possuía uma tradição liberal forte, que remontava à Revolução Pernambucana de 1817, assim, as atitudes do imperador terminaram por inflamar ainda mais os ideais republicanos, antiabsolutistas, federalistas e antiportugueses. Estas ideias ganharam representatividade em líderes políticos regionais, como Cipriano Barata e Frei Caneca, que lançavam ataques pelos periódicos *Os Tamoios*, *Sentinelas da Liberdade* e *Tífis Pernambucano*.

O estopim do movimento foi a nomeação, que contrariava aos interesses locais, do presidente da província. Esse quadro provocou uma rebelião que se alastrou para outras províncias, como Paraíba e Rio Grande do Norte. Contando com um forte apoio urbano e popular, os rebeldes planejavam instalar em parte do norte e nordeste brasileiro uma república federalista.

Além de líderes como Cipriano Barata e Frei Caneca, a rebelião contou com a colaboração de comerciantes, latifundiários e estrangeiros, como João Guilherme Ratcliff. Apesar do grande apoio, os rebeldes não conseguiram organizar uma resistência militar eficiente às tropas do Império, e a revolta, que começou em julho, teve seu fim em novembro. A punição dos envolvidos foi extremamente violenta. Um tribunal, considerado manipulado por muitos, condenou à morte Frei Caneca, Ratcliff e o Major Cavalcanti. Diante da recusa de levar Frei Caneca à forca, o clérigo foi fuzilado. A punição violenta associou ainda mais a imagem do imperador ao autoritarismo, aumentando a pressão popular sobre seu governo.

CRISE ECONÔMICA E FINANCEIRA

A primeira metade do século XIX foi extremamente crítica para a economia brasileira. O açúcar estava sofrendo com a concorrência cubana e jamaicana. O algodão e o arroz perdiam espaço para a produção dos EUA, ademais a pressão inglesa para o fim do tráfico negreiro diminuiu o consumo externo do tabaco, produto utilizado na compra de escravos no litoral africano. O couro estava vivenciando uma retração de mercado, principalmente com o crescimento do produto platino (couro uruguaio). Economicamente, a exportação de produtos brasileiros estava em queda desenfreada.

A situação financeira agravava-se em função dos acordos realizados entre Brasil e Inglaterra no intuito de garantir o apoio inglês ao processo de independência. Esses acordos reduziram drasticamente o principal meio de arrecadação de recursos: a tarifa alfandegária.

A estagnação econômica somada à dívida externa contraída durante o processo de independência contribuíram para o agravamento da crise política e econômica do Primeiro Reinado. O pagamento de indenização necessário ao reconhecimento da Independência e a contratação de mercenários nos episódios da Confederação do Equador e na Guerra da Cisplatina conduziram ao fortalecimento da mencionada crise.

Na tentativa de tampar o buraco econômico que o Brasil se encontrava, D. Pedro I ordenou a emissão de papel-moeda, aumentando exponencialmente a inflação, atingindo principalmente as camadas mais populares com a elevação no preço dos alimentos. O Banco do Brasil, cuja situação andava de mal a pior em função da retirada de todo o fundo em 1821, quando D. João retornou a Portugal, teve que declarar falência em 1829.

GUERRA DA CISPLATINA (1825 – 1828)

A independência da Cisplatina se enquadra no contexto dos processos emancipatórios da América latina. Tropas lideradas por Lavalleja, com apoio da população local, proclamaram a independência do país que pertencia ao território brasileiro. Os altos gastos, o derramamento de sangue e a perda do território, fez com que o descontentamento com o império aumentasse ainda mais.

ABDIÇÃO: 7 DE ABRIL DE 1831

A impopularidade de D. Pedro deixou brasileiros e portugueses ainda mais distantes. O Brasil estava vivenciando uma crise político-econômica e uma guerra civil entre brasileiros e portugueses prestes a explodir. O assassinato de Líbero Badaró, opositor do governo importante do jornal *O Observador Constitucional*, agravou ainda mais a situação.

Diante dessa situação caótica, o imperador decidiu visitar as províncias e conter possíveis revoltas, no entanto, ao passar por Minas Gerais foi recebido friamente. Esperava-se que seu retorno ao Rio de Janeiro provocasse grande alarde por parte dos portugueses, no entanto, os brasileiros reagiram organizando uma manifestação contrária. O conflito de portugueses e brasileiros nessa noite não pôde ser contido e entrou para a história como a “Noite das Garrafas”, 13 de Março de 1831.

Para tentar conter a animosidade dos brasileiros, D. Pedro organizou às pressas um ministério brasileiro, porém já era tarde demais. Essa atitude fez com que os portugueses se voltassem contra ele, o deixando isolado e sem apoio. Não restava saída a não ser abdicar, o que fez, em nome do seu filho, no dia 7 de abril de 1831.



D. Pedro entregando o ato de renúncia

PERÍODO REGENCIAL (1831-1840)



O príncipe Pedro de Alcântara

D. Pedro I abdicou em nome do seu filho, no entanto, D. Pedro II era menor e foi proclamado "imperador constitucional", tendo como tutor José Bonifácio. O governo ficará ao encargo das regências, como não havia parente próximo para assumir a regência, a Assembleia Legislativa passa a elegê-los, de acordo com o disposto na Constituição de 1824.

Inicialmente, foi organizada uma regência provisória, com duração de dois meses, em decorrência da ausência dos deputados e senadores que estavam de recesso na época da abdicação de D. Pedro I. Em junho, a regência provisória foi substituída por uma regência permanente, eleita pela Assembleia Geral. Os regentes tiveram seus poderes determinados pela Assembleia, eles não podiam declarar guerra, conceder títulos, vetar leis e dissolver a câmara. Portanto, na prática, os poderes estavam concentrados na Assembleia.

Politicamente, o início do período regencial, foi caracterizado pela configuração de três grupos políticos:

- Restauradores ou caramurus, formados em sua maioria por portugueses que desejavam o retorno de D. Pedro I.
- Jurujubas, exaltados ou farroupilhas, eram os liberais exaltados que pretendiam extinguir as instituições absolutistas, como o poder moderador, o conselho de Estado e o senado vitalício.
- Moderados ou chimangos, eram liberais moderados formados por grupos diversos que tinham como principal objetivo manter a unidade territorial do país e, ao mesmo tempo, conceder autonomia política às províncias.

Para fins didáticos, o período regencial pode ser dividido de duas formas:

Usando como critério as regências:

- Regência trina provisória (1831).
- Regência trina permanente (1831 – 1834).
- Regência una de Feijó (1834 – 1837).
- Regência una de Araújo Lima (1837 – 1840).

Usando como critério as ideologias:

- Avanço Liberal (1831 – 1837).
- Regresso Conservador (1837 – 1840).

Usaremos o critério ideológico, cientes de que qualquer divisão ou periodização histórica comete equívocos de generalizações em prol de ganhos didático-pedagógicos e representam determinadas concepções historiográficas de interpretação do passado e visão de mundo.

AVANÇO LIBERAL (1831-1837)

Nesse período, os moderados eram os dominantes na Assembleia e formavam uma aliança com os liberais exaltados, que tinham em comum um programa que previa mais liberdade política às províncias. O homem forte dessa primeira fase regencial foi o Padre Diogo Antônio Feijó, líder dos moderados, que participou ativamente das reformas do avanço liberal. Podemos destacar como principais medidas desse período:

CRIAÇÃO DA GUARDA NACIONAL (1831)

Diante de um momento de extrema desconfiança dos grupos populares e portugueses, que compunham os grupos militares, criou-se um grupo armado subordinado aos interesses da aristocracia recebendo ordens diretas do Ministro da Justiça, a Guarda Nacional. Ela era formada por cidadãos com rendas anuais superiores a 100 mil réis. Alguns recebiam o título simbólico de coronel, daí o termo coronel para descrever o latifundiário da primeira República, mesmo sem participar do exército, muitos haviam sido membros da Guarda Nacional.

CÓDIGO DE PROCESSO CRIMINAL (1832)

Esse código deu amplos poderes aos municípios, que agora podiam ter seus juizes de paz, eleitos para julgar e prender. Esses juizes foram facilmente dominados pela elite local.

ATO ADICIONAL DE 1834

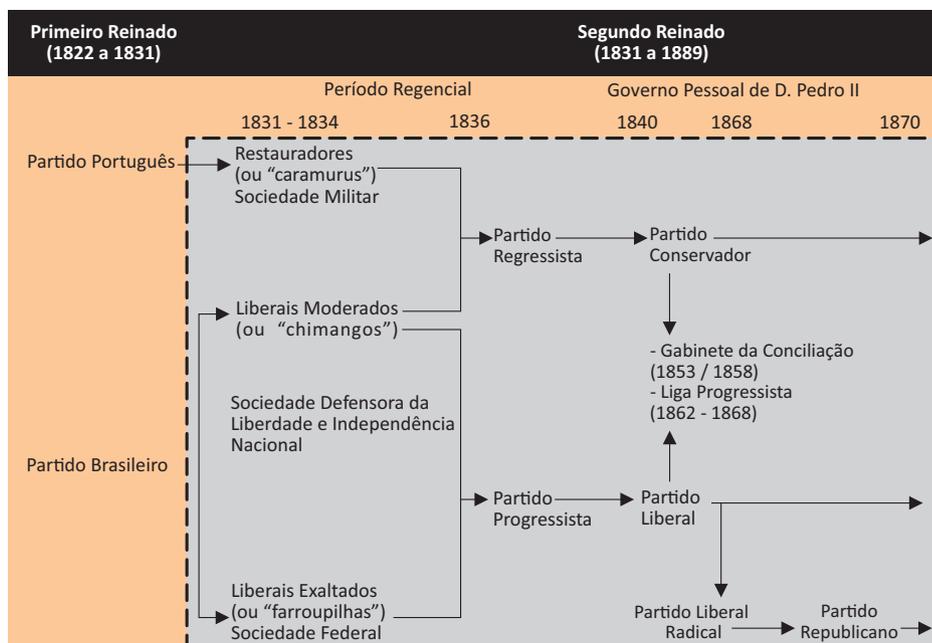
- A transformação dos Conselhos de Províncias em Assembleias Provinciais:

Os conselhos de províncias eram instituições consultivas, com as reformas liberais se transformaram em Assembleias Provinciais, ou seja, tinham poderes para legislar no âmbito regional.

- Abolição do Conselho de Estado.
- Transformação de Regência Trina para Regência Una.

CONSEQUÊNCIAS DO AVANÇO LIBERAL

A partir do ano de 1834, o período regencial experimentou uma reorganização política. Em parte, isso se deve à discordância no interior do grupo dos liberais moderados em relação ao Ato Adicional, mas outro elemento importante foi a morte de D. Pedro I, afinal, os restauradores perdiam sua principal bandeira. Existiam aqueles que eram contra o Ato Adicional, por acharem eles achavam suas medidas perigosas, concedendo autonomia demais as províncias e colocando em risco a unidade territorial, eram os chamados de Regressistas. Esse grupo era formado por antigos restauradores e pela ala tradicional conservadora dos moderados. Os progressistas eram a favor das medidas tomadas no Ato Adicional, e contavam com a participação dos exaltados e dos membros mais liberais dos antigos moderados. Portanto, a partir de 1834 temos Regressistas e Progressistas, se posicionando em relação à aceitação ou não das transformações políticas promovidas pelo Ato Adicional.



Foi nesse contexto político que várias revoltas eclodiram no interior do Brasil, e o perigo da unidade territorial se tornou evidente. A oposição ao Ato Adicional cresceu, pois era apontado como grande impulsionador das revoltas, Feijó acabou substituído por Araújo Lima, dando início ao Regresso Conservador.

REGRESSO CONSERVADOR (1837-1840)

Araújo Lima, homem forte do regresso conservador, havia sido ministro de Feijó, mas ao assumir a regência foi o maior representante regressista, a assumir o controle da Assembleia Geral. Para limitar os impactos do Ato Adicional, foi criada a lei Interpretativa do Ato Adicional (1840), que, em certo sentido, revisou, reverteu e anulou medidas do Ato Adicional. A regência havia começado liberal, mas terminaria conservadora.

GOLPE DA MAIORIDADE (1840)

Diante da intensa crise política e da ameaça à unidade territorial, a antecipação da maioria do Imperador passou a ser discutida. Muitos dos conflitos do período regencial eram justificados por uma sensação de orfandade deixada pela inexistência de um poder centralizador forte, personificado na pessoa do Imperador. Para os liberais, o retorno do Imperador produzia possibilidade de voltar ao jogo político, de onde haviam sido afastados a partir de 1837, com a saída de Feijó. Para os conservadores, que temiam uma fragmentação do território, a maioria também aparecia como uma oportunidade de conter a instabilidade política. Não por acaso, com 15 anos, em junho de 1840, D. Pedro II foi aclamado Imperador, o golpe da maioria de havia sido realizado com êxito, começava assim o Segundo Reinado encerrando um ciclo e de intensa instabilidade política.

REVOLTAS REGENCIAIS

Durante o período regencial eclodiram uma série de rebeliões. Seus motivos divergiam de acordo com os interesses locais e o grupo atuante. Tradicionalmente dividimos essas revoltas em dois grandes grupos: Revoltas Provinciais e Revoltas Escravas.

REVOLTAS REGENCIAIS PROVINCIAIS

A – Cabanagem (1835 – 1840)

Local: Grão-Pará

Motivo: Imposição do presidente da província (estopim), fome e miséria.

Líderes: Félix Malcher, Manuel Vinagre e Lobo Souza.

Característica: Movimento extremamente popular, repressão severa.

B – Sabinada (1837 – 1838)

Local: Bahia, Salvador

Motivo: Rebelião contra o poder central.

Líder: Francisco Sabino

Característica: Movimento urbano, com participação de grupos médios urbanos.

C – Balaiada (1838 – 1841).

Local: Maranhão

Motivo: Divergências políticas entre elites locais e recrutamento obrigatório.

Líderes: Lívio Lopes e Raimundo Gomes.

Característica: Repressão liderada por Duque de Caxias, participação de diferentes grupos, inclusive de vaqueiros.

D – Farroupilha (1835 – 1845)

Local: Rio Grande do Sul

Motivo: Conflito com o poder central pela questão do Charque.

Líderes: Bento Gonçalves, Davi Canabarro e Giuseppe Garibaldi.

Características: Chegaram a implantar a República, foi encerrada com anistia total, Revolta com ampla participação da elite do RS.



Movimentos sociais no período Regencial

REVOLTA REGENCIAL ESCRAVA: LEVANTE DO MALÊ

Revolta escrava que ocorreu na Bahia no ano de 1835. Organizada por escravos adeptos do islamismo. A Rebelião durou cerca de três horas, 70 escravos foram condenados a morte.

TEXTO COMPLEMENTAR

TODOS OS HOMENS DO IMPERADOR

Por meio do Conselho de Estado, D. Pedro I cercou-se de gente de confiança e se uniu a importantes redes de relações familiares nas diversas províncias do Império

- Limitação intelectual, práticas autoritárias e irrefreáveis aventuras amorosas ainda são as principais características coladas à imagem do primeiro imperador brasileiro. Mas basta conhecer um pouco mais sobre a atuação de D. Pedro I à frente do governo (1822-1831) para constatar como este é um retrato impreciso.

O Primeiro Reinado foi o momento no qual foram lançadas as bases políticas e administrativas do novo Estado independente. Apesar de todas as dificuldades encontradas nas diferentes províncias do Império, a unidade territorial foi satisfatoriamente conseguida, descontada a perda da província Cisplatina (atual Uruguai) em 1828. É bem verdade que essa integridade foi conseguida pela imposição das armas de mercenários estrangeiros e por tropas enviadas por D. Pedro I. Mas foi também resultado de estratégias políticas muito bem definidas, o que nos leva a repensar o papel do próprio imperador nos primeiros anos do Brasil independente.

Uma das principais iniciativas de D. Pedro foi a escolha de sua base de sustentação política, que tinha nos “excelentísimos” conselheiros de Estado o seu mais importante ponto de apoio. O Conselho de Estado foi criado por decreto em 13 de novembro de 1823, um dia depois de dissolvida a Assembleia Constituinte. Os ocupantes do órgão – todos “homens probos, e amantes da dignidade imperial”, segundo o decreto – ficaram incumbidos de elaborar a Constituição de 1824, a primeira a vigorar no Brasil. Os cargos eram vitalícios e o número de conselheiros, escolhidos pelo imperador, não poderia exceder dez.

Cabia-lhes tanto auxiliar o imperador no uso das atribuições do Poder Moderador como nos momentos da escolha dos senadores vitalícios por meio das listas tríplexes, conforme determinava a Constituição. Nessa seleção, o imperador e os conselheiros tinham preferência por homens próximos a suas redes de relacionamento, ou por aqueles que facilitassem novas alianças com grupos emergentes, ou ainda pelos que simplesmente mantivessem afastados potenciais inimigos.

gos, cujos interesses pudessem diferir dos seus. Não à toa, todos os indivíduos que tomaram assento no Conselho foram também senadores. Os mineiros Felisberto Caldeira Brant Pontes Oliveira e Horta (1772-1841), marquês de Barbacena, João Severiano Maciel da Costa (1769-1833), marquês de Queluz, e o baiano Antônio Luiz Pereira da Cunha (1760-1837), marquês de Inhambupe de Cima, foram todos eleitos por mais de uma província, sendo escolhidos para representar divisões administrativas diferentes daquelas em que nasceram. Homens de confiança do imperador, eles favoreciam o diálogo do governo central com as províncias, não por acaso algumas das mais remotas do Império.

Os nomes que integravam o Conselho de Estado são reveladores das intenções de D. Pedro. Todos pertenciam a importantes famílias, com redes de amizade e familiares muito tradicionais, anteriores ao período da Independência, e espalhadas por diferentes regiões. A família de Manoel Jacinto Nogueira da Gama (1765-1847), o marquês de Baependi, por exemplo, era muito influente em Minas Gerais e logo estenderia suas relações para o Rio de Janeiro. O próprio Baependi era casado com a filha de um grande negociante estabelecido nessa província, Braz Carneiro Leão, cuja história também se cruzava com a de outro conselheiro de Estado, Luis José de Carvalho e Mello (1774-1826), visconde da Cachoeira, igualmente casado com uma de suas filhas.

O já citado marquês de Barbacena faria um caminho parecido, só que em direção à Bahia. Ali viria a se casar com a filha de Antônio Cardoso dos Santos, um rico proprietário da região, tornando-se também ele um grande senhor de engenho no Recôncavo baiano. Dessa mesma Bahia era originário o marquês de Inhambupe, que desposou a filha do desembargador, conselheiro e intendente geral da extração dos diamantes do Tijuco (hoje Diamantina, MG), João da Rocha Dantas e Mendonça, membro da destacada família pernambucana Rocha Dantas.

A influência de Inhambupe certamente contribuiu para que um de seus filhos, Joaquim Antonio Pereira da Cunha, conquistasse grande poder na administração e na política na região cafeeira do Vale do Paraíba fluminense, inclusive ao longo do Segundo Reinado. Por sua propriedade, conhecida como “Fazenda do Governo”, passaram muitas personalidades brasileiras e estrangeiras, entre elas o imperador D. Pedro II, recebido para almoçar quando realizava uma excursão pela região em 1848.

Famílias de conselheiros também se enlaçavam entre si. Como no casamento de uma das filhas do marquês de Barbacena com um dos filhos do conselheiro José Egídio Álvares de Almeida (1767-1832), o marquês de Santo Amaro, um dos poucos “brasileiros natos” que receberam título de nobreza durante a estada de D. João no Brasil (1808-1821), homem de grande prestígio na província da Bahia.

Outras famílias serviam para fortalecer ainda mais os laços entre os membros do Conselho de Estado – como os Lima do Rio de Janeiro, que tiveram como representante mais destacado o duque de Caxias, Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880). O enlace matrimonial de um dos filhos do conselheiro D. Francisco de Assis Mascarenhas (1779-1843), marquês de São João da Palma, com uma filha do também conselheiro Mariano José Pereira da Fonseca (1773-1848), marquês de Maricá, deu origem a uma grande teia de relações que alcançava a família de Caxias. Situação parecida protagonizou uma das netas de José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774-1847), visconde de São Leopoldo, que foi casada com um tio do duque de Caxias, o marechal João Manuel de Lima e Silva. A mais significativa ligação, no entanto, concretizou-se com o casamento entre a filha primogênita do duque de Caxias com um dos filhos do conselheiro marquês de Baependi. Eles receberiam durante o Segundo Reinado os títulos de Barão e Baronesa de Santa Mônica.

Mas nem só de redes de parentes e amigos era feita a reputação dos conselheiros. Com um passado de ocupação de cargos na administração de D. João, alguns construíram ainda brilhantes carreiras no Exército e nos negócios. Havia quem tivesse forte carisma, além de uma convincente oratória na tribuna do Senado, como era sem sombra de dúvida o caso do já mencionado marquês de Barbacena. Outros tiveram atuação de destaque nas atividades acadêmicas e culturais, como o visconde de São Leopoldo, sócio-fundador e primeiro presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e o marquês de Maricá, considerado um grande pensador e dedicado a uma atividade intelectual intensa. Coube a um conselheiro de Estado, o visconde da Cachoeira, a notável tarefa de elaborar os estatutos das Faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda, as duas primeiras estabelecidas no Brasil.

Do interior do Conselho de Estado, aqueles homens tinham uma posição privilegiada para observar a política, articular interesses e influenciar nas tomadas de decisões. O simples fato das reuniões contarem com a presença do imperador, e mesmo a ideia de que o soberano se submetia aos conselhos dos “homens probos, e amantes da dignidade imperial, e da liberdade dos povos” deixam clara a importância simbólica, política e social desse grupo. Foram eles os que mais vezes desempenharam as funções de ministros de Estado, obviamente por serem as opções mais seguras e convenientes nos momentos de dificuldades.

A aproximação de D. Pedro I com os componentes do seu Conselho de Estado em alguns casos beirava a amizade pessoal. Alguns poucos conselheiros, como o marquês de Barbacena, tinham o privilégio de receber cartas pessoais do imperador e vê-las terminar com as palavras “Seu amo e amigo”. Mas raros eram os que tinham o privilégio de gozar da confiança irrestrita de D. Pedro, como o marquês de São João da Palma, mordomo-mor, “primo, e amigo” do imperador, que lhe confiou o segredo sobre o nascimento de sua filha com a marquesa de Santos, sua amante.

O fim do Primeiro Reinado, com a abdicação de D. Pedro I em 7 de abril de 1831, não significou a derrota definitiva do grupo articulado a partir do seu Conselho de Estado. Embora outros indivíduos tenham passado a frequentar as mais altas esferas do poder, muitos daqueles que faziam parte das extensas redes de alianças tecidas pelos conselheiros de Estado de D. Pedro I ainda teriam espaço privilegiado na continuidade da história imperial brasileira.

Eder da Silva Ribeiro é professor do Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro (Iuperj-Ucam) e autor da dissertação “O Conselho de Estado no tempo de D. Pedro I: um estudo da política e da sociedade no Primeiro Reinado” (UFF, 2010).

(<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/conselho-da-alta-rodada>)

TEXTO COMPLEMENTAR

O MITO DE GARIBALDI NA AMÉRICA DO SUL

No século XIX, o herói da unificação italiana participou ativamente das lutas republicanas no sul do Brasil e no Uruguai, tornando-se um “herói de dois mundos”

Pietro Rinaldo Fanesi

Em 1836, o líder da Revolução Farroupilha, Bento Gonçalves, então preso no Rio de Janeiro, recebeu a visita de um imigrante que havia chegado há pouco da Itália e começava a circular pelos círculos da maçonaria brasileira. Seu nome era Giuseppe Garibaldi, e assim começava a trajetória política do revolucionário italiano pela América do Sul, que lhe renderia o título de “herói de dois mundos”.

Ao aportar no Brasil no final de 1835, Garibaldi havia imediatamente se dirigido à comunidade de italianos que adotaram o Rio de Janeiro como lar depois de expulsos de seu país por lutarem pela unificação italiana. Seu primeiro contato político foi Giuseppe Stefano Grondona, imigrante oriundo da Ligúria que chegara ao Rio em 1815, admirador do pensamento político do republicano italiano Giuseppe Mazzini. Grondona mantinha relações com os círculos democráticos de Marselha, porto de onde Garibaldi havia embarcado para a América, e aparentemente o recebeu bem na capital brasileira, introduziu-o nos meios da maçonaria local.

O recém-chegado estreitou relações com outros dois exilados italianos, Luigi Rossetti, instalado no Brasil desde 1827, e Giovanni Battista Cuneo, que era ao mesmo tempo o principal divulgador das idéias de Mazzini entre os italianos residentes no Brasil, por meio da revista *Giovine Italia*, e um grande captador de recursos para uma futura insurreição em sua terra natal. Foi por meio desses exilados e do também italiano Livio Zambeccari que Garibaldi entrou em contato com o gaúcho Bento Gonçalves, que se tornara também um simpatizante de Mazzini por meio da influência dos maçons italianos e representava um elo dos republicanos com a elite brasileira e, em particular, a do Rio Grande do Sul.

Sabe-se pouco sobre estas relações travadas no interior da maçonaria, motivadas por comuns ideais humanitários, internacionalistas e republicanos, mas elas podem ajudar a entender o mito que se criou no Brasil em torno da figura de Garibaldi que, após a libertação de Bento Gonçalves, lutou ao lado dos riograndenses na tomada de Laguna, em Santa Catarina, onde foi fundada a breve República Juliana em 1839. Foi ali que o “herói de dois



Anita, a grande paixão da vida de Garibaldi, contribuiu para que o mito do aventureiro italiano assumisse um caráter popular no Brasil. Garibaldi na revolução – Anita Garibaldi, óleo sobre tela, Johann Moritz Rugendas, século XIX

mundos” conheceu a mulher que viria a ser a grande paixão de sua vida: Ana Maria de Jesus Ribeiro, ou simplesmente Anita Garibaldi. Por meio dessa relação o mito construído em torno de Garibaldi no Brasil assumiria uma forte ligação com a cultura popular local, permanecendo vivo até os nossos dias. Entre a população do sul do país tornou-se consenso ver no aventureiro italiano a figura de um herói popular, a não ser em áreas de grande imigração italiana procedente do Vêneto, com forte matriz católica e conservadora, como no caso da região de Caxias do Sul. Nessa região, a figura de Garibaldi foi objeto de uma confrontação política e cultural que teve consequências até épocas mais recentes.

Após a derrota da Revolução Farroupilha em 1840, Garibaldi estabeleceu-se no Uruguai e novamente lutaria ao lado dos republicanos e independentistas na guerra civil uruguaia ao participar da defesa de Montevideú junto com os unionistas para libertar a cidade do cerco imposto pelas tropas do ditador argentino Manuel de Rosas e do líder conservador uruguaio Manuel Oribe. Ao contrário do Brasil, no entanto, no Uruguai as façanhas de Garibaldi não tiveram o mesmo reconhecimento unânime por parte da população local.

Na sociedade uruguaia a figura de Garibaldi sempre esteve no centro do debate entre as duas principais formações políticas do país: os colorados e os blancos. Os primeiros, representantes do liberalismo local, viam no revolucionário o chefe da Legião Italiana, herói da defesa de Montevideú e da batalha de Santo Antonio del Salto, símbolo de uma visão laica e republicana da sociedade. Os outros, que representavam setores clericais e conservadores, viam nele apenas um mercenário intronizado numa guerra alheia.

A ligação de Garibaldi com o Uruguai foi tão forte que nas décadas posteriores ao seu retorno à Europa, várias ondas de exilados italianos aportaram em Montevideú. Depois que os voluntários comandados por Garibaldi que marchavam para tomar Roma foram derrotados em Mentana, em 1867, mais de 1700 camisas vermelhas chegaram à capital uruguaia, muitos deles acompanhados pelas famílias, reforçando uma relação que nunca havia esvanecido. Esta imigração de tipo peculiar contribuiu com certeza para dar nova seiva, entre outras coisas, aos ideais garibaldinos que desde o primeiro momento tiveram fácil inserção na região do Rio da Prata dentro dos grupos inspirados pelos primeiros pensadores socialistas, como Saint-Simon, e depois por liberais ligados à maçonaria.



Garibaldi lutou ao lado dos republicanos riograndeses na Revolução Farroupilha, o que fez dele um herói no sul do Brasil
Batalha dos Farrapos, óleo sobre tela, José Washington Rodrigues/ Prefeitura Municipal de São Paulo



No Uruguai, Garibaldi lutou pela causa republicana e tornou-se a grande figura na defesa de Montevideú contra o cerco imposto pelos conservadores locais
Retorno de Garibaldi depois da Batalha de Santo Antonio, óleo sobre tela, Johann Moritz Rugendas, século XIX, Museu histórico de Montevideú/ Museu Histórico de Montevideú-Cabildo, Uruguai

Por fim, também na Argentina foi construído um mito em torno de Garibaldi. Apesar do “herói de dois mundos” nunca ter de fato atuado nesse país, sua figura foi associada ao ativismo político ligado às idéias republicanas e, mais tarde, socialistas e anarquistas, pelo trabalho de Giovanni Battista Cuneo e outros seguidores de Giuseppe Mazzini que atuavam na república platina. A presença dos exilados italianos na Argentina, e em Buenos Aires em particular, passou a ser marcante a partir de 1820, quando ativistas começaram a chegar ao Rio da Prata após serem expulsos de sua terra natal por participarem dos primeiros levantes republicanos na Itália.

Muitos marinheiros e mercantes instalaram-se na região e com certeza contribuíram para alimentar os ideais do Risorgimento entre os primeiros núcleos de imigrantes italianos e na própria sociedade portenha. Na Argentina, graças ao trabalho de Giovanni Battista Cuneo, o pensamento de Mazzini influenciou fortemente os intelectuais liberais da chamada “Geração dos Proscritos”, e da Joven Generación Argentina, também conhecida como Asociaci-

ón de Mayo, ponto de reunião, desde 1837, de figuras como Esteban Echeverria, Juan Battista Allberdi, Bartolomé Mitre e Miguel Irigoyen, que formavam a flor da elite rioplatense nos anos da grande imigração. Cuneo foi, muitas vezes, o respaldo intelectual da ação de Garibaldi na América Latina, e sua relevância foi tal que foi escrito que “a história da difusão do pensamento de Mazzini na América Latina foi em grande parte a história deste grande italiano imigrante”.

Em todos os países sul-americanos onde atuou, Garibaldi tornou-se um mito que foi utilizado de forma ambígua como elemento de identificação das comunidades italianas, relacionado ao binômio patriotismo-italianidade: de um lado Garibaldi maçom, anticlerical, democrático, internacionalista; do outro, o “pai da Pátria” (em particular a partir dos primeiros anos do século XX), sacralizado em alguns casos não apenas pela parte laica da sociedade.

Na ocasião da morte do “herói dos dois mundos”, em junho de 1882, em muitos países americanos as comemorações e as homenagens fúnebres adquiriram feições não apenas rituais, mas com forte significado político. No Uruguai a notícia da morte de Garibaldi foi recebida com forte emoção, com comemorações que foram organizadas pela comunidade italiana e a maçonaria local, e honras militares que lembraram a memória do vencedor da batalha de Santo Antonio del Salto. Em Porto Alegre, no ano seguinte foi inaugurado o primeiro trecho da rua Garibaldi, enquanto em várias localidades do sul do Brasil e na Argentina numerosas associações de assistência social e hospitais fundados pelas comunidades italianas receberam o nome de Garibaldi.

Com a chegada do novo século, as comunidades italianas aproveitaram a data do 4 de julho de 1907, primeiro aniversário do nascimento de Garibaldi, para dar continuidade a projetos destinados a consolidar a memória do herói, inaugurando estátuas e monumentos e batizando novas ruas e praças em várias cidades. A história da construção de monumentos dedicados a Garibaldi, e também a Anita, mereceria uma reconstrução cuidadosa, mas aqui cabe ressaltar a relevância desta questão para o conjunto das relações políticas e culturais dentro das comunidades italianas e nos meios locais. Em Montevidéu, por exemplo, os “camisas vermelhas”, herdeiros da memória garibaldina, esforçaram-se para convencer o governo local da necessidade de tornar visível a presença do herói na capital da república oriental. Seus esforços foram premiados quando, em 1900, foi colocada a pedra fundamental de um monumento nacional em homenagem a Garibaldi, com um discurso inaugural de Pietro Gori, incansável animador do movimento anarquista entre os imigrantes italianos no Rio da Prata. No entanto, a obra projetada pelo escultor espanhol Augustin Querol, e financiada pelo governo com 100.000 pesos já em 1883, nunca chegou a ser realizada pela obstinada oposição do partidoblanco, que pressionou o parlamento a impedir a finalização do monumento, provocando grande polêmica política.

Em Porto Alegre o monumento iniciado com uma subscrição pública em 1907, demoraria seis anos para ser inaugurado na nova praça dedicada ao herói, com grande participação da comunidade italiana. A escultura apresenta algumas peculiaridades interessantes: Garibaldi veste o poncho, representado o revolucionário da Farroupilha e ao seu lado já aparece Anita, a mulher guerreira.

Apesar da oposição de alguns setores políticos que não consideravam Garibaldi merecedor de um monumento de grande porte, por não ser um protagonista da história da Argentina, no bairro de Palermo, em Buenos Aires, foi erguida uma estátua equestre, obra do italiano Eugenio Maccagnani, inaugurada em 18 de junho de 1908, com a presença do presidente da república, Julio A. Roca.

O mito de Garibaldi, ainda bem depois da sua morte e da conclusão do processo de unificação nacional, teve uma excepcional e inédita capacidade de difusão e enraizamento popular não apenas na Itália, mas em todos os países onde o “herói de dois mundos” lutou, ou com presença de significativas comunidades italianas. Talvez porque Garibaldi, sendo neste sentido precursor de um moderno estilo de ação política, soube despertar o imaginário coletivo e popular por meio de seu extraordinário protagonismo.



Imigrantes italianis garibaldinos no Brasil comemoram o aniversário de morte do herói no início do século XX

http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/o_mito_de_garibaldi_na_america_do_sul.html

TEXTO COMPLEMENTAR

UMA REPÚBLICA SEM POVO

O historiador José Murilo de Carvalho explica como o novo regime se instalou sem a participação da população, contrariando uma tradição que remontava à Independência

Por José Murilo de Carvalho

A presença política do povo nas ruas tem sido uma constante na história brasileira desde a Independência, sobretudo nas ruas da antiga capital, o Rio de Janeiro. A começar pela própria Independência, que não se verificou nas remotas margens do Ipiranga, mas nas ruas da capital brasileira do Reino Unido. Basta dizer que a decisão de D. Pedro de permanecer no país (o “Fico”, de 9 de janeiro de 1821) se deveu à pressão de 8 mil assinaturas e foi seguida, dois dias depois, de um conflito com as tropas portuguesas rebeladas, quando cerca de 10 mil pessoas, muitas armadas, reunidas no Campo de Santana (hoje praça da República), ajudaram a devolvê-las a Portugal.

TURBULÊNCIAS NO IMPÉRIO Houve uma guerra de independência na Bahia e conflitos armados no Maranhão, Piauí e Pará. Durante o Primeiro Reinado, a agitação foi constante nas ruas da capital. Em Pernambuco, uma guerra civil separou a província do Império. Finalmente, D. Pedro I, alçado ao governo do país com a ajuda das ruas, foi despedido em 1831, também com o auxílio de uma multidão de cerca de 4 mil pessoas reunida novamente no Campo de Santana.

O período regencial (1831-1840) caracterizou-se, em todo o país, por uma sequência de revoltas com presença, ou mesmo protagonismo, popular. Poucas capitais ficaram livres desses movimentos, apesar de terem sido mais agressivos no Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belém e Ouro Preto. Na segunda metade da década, as revoltas populares, às vezes em aliança com facções da elite, espalharam-se pelo interior do país em guerras sangrentas. Pará e Bahia chegaram a se separar do Brasil.

Nas revoltas rurais a presença do povo foi forte, com destaque para a Guerra dos Cabanos (Pernambuco e Alagoas, 1832-1835), a Balaiada (Maranhão, 1838-1841) e, sobretudo, a Cabanagem (Pará, 1835-1840). Nesta última, calcula-se que morreram cerca de 30 mil pessoas, 20% da população da província.

D. Pedro I foi elevado e deposto com a presença do povo na rua. Seu filho, D. Pedro II, foi aclamado sucessor no Campo de Santana em 1831 e subiu ao trono em 1840, com 14 anos incompletos, num golpe de Estado que contou também com o apoio da população do Rio de Janeiro.

REVOLTAS No Segundo Reinado (1840-1889), criou-se um arranjo estável entre as elites avalizado pelo Poder Moderador exercido por D. Pedro II. Sem conflitos entre grupos da elite, reduziram-se também as oportunidades para as revoltas populares. O povo passou a manifestar-se, sobretudo, contra medidas do governo consideradas prejudiciais a seus interesses ou ofensivas a seus valores. Dessa natureza foram, por exemplo, as revoltas contra o recenseamento obrigatório e o registro civil dos nascimentos em 1851-1852, contra o recrutamento militar, desde o início da Guerra da Tríplice Aliança até a década de 1880, contra a introdução do sistema métrico, o Quebra-quilos, em 1874, contra o imposto de 20 réis sobre as passagens dos bondes em 1879-1880. As manifestações contra o recrutamento militar tiveram a particularidade de serem lideradas por mulheres, o primeiro exemplo de ação política coletiva delas em nossa história. No Rio de Janeiro, a Revolta do Vintém foi a mais próxima cronologicamente da proclamação da República. Multidão de até 5 mil pessoas, encorajada por líderes republicanos, como Lopes Trovão, foi a São Cristóvão para falar ao imperador. Impedidos



Proclamação da República, detalhe, óleo sobre tela, Benedito Calixto, 1893

pela polícia, os manifestantes voltaram a se manifestar quatro dias depois no centro, quando a reação da polícia levou a multidão a depredar bondes, arrancar trilhos e fazer barricadas, deixando nas ruas alguns mortos.

Ainda antes da proclamação, o movimento abolicionista reuniu povo, intelectuais e políticos. A campanha foi feita nos teatros, nas ruas, nas escolas, nas fazendas. Multidões acompanharam na Câmara e no Senado a votação final do projeto e festejaram nas ruas a Lei Áurea.

(...)

José Murilo de Carvalho é historiador e membro da Academia Brasileira de Letras.

http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/uma_republica_sem_povo.html

TEXTO COMPLEMENTAR

REVOLTA DOS MALÊS

Por Tales Pinto

A Revolta Malê ocorrida em 25 de janeiro de 1835, em Salvador – Bahia, inseriu-se na série de revoltas que colocaram em perigo o Estado imperial brasileiro durante o Período Regencial (1831-1840). Não tanto pela sua duração, mas sim por sua composição e ameaça à sociedade escravocrata.

A Revolta Malê foi uma revolta organizada e dirigida por africanos, escravizados ou livres, cujo objetivo era a abolição da escravidão e a africanização da Bahia. A revolta fez surgir novamente o medo junto à classe exploradora escravocrata brasileira da repetição em solo nacional da Revolução do Haiti, que exterminou e expulsou da ilha das Antilhas quase toda a população branca.

Outra característica peculiar da Revolta Malê foi o fato de os escravos que dela participaram serem em sua maioria muçulmanos. Malê era o nome dado a todo escravo, de qualquer etnia, que professasse a religião muçulmana e soubesse ler e escrever em árabe. Além disso, a maioria dos participantes, graças a essas atribuições, cumpria principalmente a função de escravos de ganho, destinada a executar serviços urbanos remunerados, conseguindo dinheiro para seus senhores.

É interessante ler um extrato do relato do chefe de polícia de Salvador, Francisco Gonçalves Martins, publicado no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em 10 de fevereiro de 1835:

“a insurreição estava tramada de muito tempo, com hum segredo inviolavel, e debaixo de hum plano superior ao que devíamos esperar de sua brutalidade e ignorancia. Em geral vão quasi todos sabendo ler e escrever em caracteres desconhecidos, que se assemelham ao Arabe, usado entre os Ussás, que figurão terem hoje combinado com os Nagós. Aquella Nação em outro tempo foi a que se insurgio nesta Provincia por varias vezes, sendo depois substituida pelos Nagós. Existem mestres que dão lições, e travão de organizar a insurreição, na qual entravão muitos forros Africanos, e até rios.”

“Tem sido encontrados muitos livros, alguns dos quaes, diz-se, serem preceitos religiosos, tirados de misturas de sectas, principalmente du Alcorão. O certo he que a Religião tinha sua parte na sublevação, e os chefes fazião persuadir aos miseraveis, que certos papeis os livrarião da morte, d’onde vem encontrar-se nos corpos mortos grande porção dos direitos, e nas vestimentas ricas e exquisitas, que figurão pertencer aos chefes, e que forão achados em algumas buscas.”

O chefe da polícia aponta o fato de os negros serem principalmente das nações nagô e ussás (ou hauçá) e com unidade construída entre eles em decorrência da religião e da alfabetização. Esses africanos organizaram ainda outras revoltas na província, o que permite perceber que a Revolta Malê foi uma dentre outras revoltas escravas.

A revolta havia sido organizada com certa antecedência e contava ainda com a participação dos negros forros, os que haviam recebido sua alforria. O fato de o chefe de polícia indicar que a religião tinha parte na sublevação e que a participação poderia livrá-los da morte pode indicar que a Revolta Malê fosse também um caso de *jihad*, a guerra santa contra os não muçulmanos.

Mesmo com a organização realizada com antecedência, a revolta não logrou sucesso. A previsão era o ataque aos prédios do governo, principalmente os edifícios ocupados pelas forças policiais e militares. A data foi escolhida em razão de haver uma festa católica, a de Nossa Senhora da Guia, e também por ser o dia do *Qadr*, o dia da revelação corânica. O objetivo

era realizar o assalto aos prédios na aurora do dia 25 de janeiro. Porém, uma denúncia feita às forças policiais, possivelmente por duas escravas libertas que souberam da ação um dia antes, levou à precipitação do ataque.

Uma casa onde se reunia cerca de 60 escravos foi invadida pela polícia. Os africanos, ameaçados de serem pegos, partiram para o confronto com as forças policiais munidos de espadas e facões, além de poucas armas de fogo. Durante a madrugada e o dia seguinte, a capital da província da Bahia foi sitiada pelos revoltosos. Porém, a cavalaria e mais tropas que vieram em reforço conseguiram conter a revolta. Alguns conseguiram fugir pelo Recôncavo, atacando os canaviais, mas também foram contidos nesses espaços.

Estima-se que cerca de 600 a 1500 africanos participaram do levante. Dezenas foram mortos e muitos foram presos, castigados e deportados. Torturas e açoites compuseram as formas de punição, principalmente aos libertos, já que os escravos ainda tinham funções produtivas a cumprir.

Contrariamente a outras rebeliões coloniais e do Período Imperial, a Revolta Mal é foi composta exclusivamente por africanos, sem a direção de brancos. Esse fato que proporcionou o grande impacto e medo na população baiana e brasileira livre do período. Um comentarista anônimo que presenciou a rebelião, no jornal *Pão D'Assucar*, publicado no Rio de Janeiro, em 10/02/1835, ilustrou com suas palavras a apreensão de parte da população do Império: “Avalia agora por aqui o risco que correemos com semelhante gente, e o que ainda poderemos sofrer um dia, se não tivermos sempre a mais rigorosa cautela”.

<http://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/o-medo-do-escravocrata-e-a-revolta-male-de-1835.htm>

TEXTO COMPLEMENTAR

PINTOU UM NOVO PAÍS

A Academia Imperial das Belas Artes pode ser estudada como instrumento político para consolidar a Independência e criar primeiros símbolos nacionais do Brasil

Ad by GreatSave4U | Close

- “Enquanto o poder estiver sozinho de um lado, as luzes e a sabedoria sozinhas do outro, os sábios raramente pensarão grandes coisas, os príncipes raramente farão coisas belas, e os povos continuarão vis, corrompidos e infelizes”. O aviso foi dado em 1750 por Jean-Jacques Rousseau, e o filósofo suíço não era o único a alertar que “poder” e “saber” estão irreversivelmente associados. Naquele momento, a base do pensamento iluminista já ecoava entre grande parte dos dirigentes e intelectuais europeus. Não demorou para que o estreitamento da relação entre política e arte também começasse a ganhar terreno no Brasil. Um dos capítulos mais importantes dessa história foi a organização de uma academia de belas artes.

A iniciativa estava longe de ser uma unanimidade. Estrangeiros de passagem por aqui ficavam inconformados com o fato de que o governo local se ocupasse com arte e cultura ao invés de se dedicar às necessidades básicas da população. Dois séculos depois, muitos ainda podem ter este pensamento em relação ao Brasil atual. Para enfrentá-lo nas salas de aula, é preciso reforçar a ideia de que, no passado como no presente, não se pode entender a arte no país sem vinculá-la à política. E vice-versa.

Inaugurada oficialmente em 1826, a Academia Imperial das Belas Artes tornou-se a menina dos olhos do governo, servindo aos esforços oficiais para consolidar a Independência e construir um sentimento de nacionalidade capaz de unificar o território. Sua história, porém, começou a ser desenhada mais cedo.

Em 1808, quando a família real aportou e o Brasil tornou-se sede do império português, uma grande leva de instituições e funcionários do governo também cruzou o Atlântico para se estabelecer no Rio de Janeiro. Pela primeira vez, o Brasil convivia com a presença física de seus máximos governantes e com a sociedade de corte que os acompanhava. A importância da colônia na América para a economia e a administração lusitanas só fazia aumentar. Isso ficou ainda mais evidente em 1815, quando o Brasil teve seu estatuto político elevado à condição de Reino Unido ao de Portugal e Algarves. Sete anos depois, viria a independência.

Esse contexto de mudanças – apresentado de forma enxuta e didática – precisa ficar claro para que os alunos compreendam o papel político da Academia Imperial das Belas Artes. O pontapé inicial veio em março de 1816, quando chegou aquela que ficaria conhecida como Missão Artística Francesa. Em sua maioria, os membros desse grupo haviam trabalhado para o regime de Napoleão Bonaparte. Um deles, Jean-Baptiste Debret (1768-1848), autor do desenho da bandeira do Império brasileiro, era primo e discípulo de Jacques-Louis David, pintor oficial de Napoleão.

O governo português enxergou naquele grupo um caminho para semear no país a “civilização” e o “progresso” europeus. A arte trazida e executada pelos pintores, escultores e arquitetos foi imediatamente incorporada ao cotidiano da política monárquica. Retratos, gravuras e pinturas registravam personagens e acontecimentos oficiais. Projetos de cenografia para os eventos reais – como festas de aclamação, aniversários e casamentos – traziam para as ruas cariocas a linguagem artística do neoclassicismo.

Pouco a pouco, ganhava forma uma história visual da monarquia no país. Apoiado pelo governo, o time de artistas colocou de pé, no reinado de D. Pedro I, a primeira instituição de ensino oficial das artes, sob forte inspiração da academia francesa. Na Academia Imperial das Belas Artes (AIBA) se concentrariam as atividades de ensino e produção artísticas do Brasil imperial.

Antes mesmo de sua abertura oficial, que ocorreu em novembro de 1826, os artistas já estavam engajados na construção visual da imagem do imperador como garantidor da ordem constitucional. Uma portaria de junho do ano anterior, por exemplo, incumbia o diretor da Academia de confeccionar 16 retratos de D. Pedro I, a serem enviados para palácios do governo em diferentes províncias do Império.

Em sala de aula, vale destacar que os mecanismos de propaganda costumam ser muito eficientes nas monarquias: o simbolismo do poder real se manifesta por meio de diferentes expressões artísticas. Filmes como o francês *Vatel – Um banquete para o Rei* (Roland Joffé, 2000) podem ajudar na compreensão dessa temática.

Nas obras dos artistas franceses também despontavam a riqueza natural brasileira, e os símbolos da civilização europeia erguidos em território nacional. Na trilha de uma produção volumosa, em 1829 e 1830, Jean-Baptiste Debret, que havia se tornado pintor da Corte e professor de pintura histórica, organizou as primeiras exposições de trabalhos na AIBA. Iniciativas que receberam forte impulso durante o Período Regencial (1831-1840), principalmente quando o francês Félix-Émile Taunay (1795-1881) assumiu a direção da Academia, em 1834. Seu pai, Nicolas Antoine Taunay, era um dos membros da Missão Artística Francesa. Durante sua longa gestão à frente da AIBA (1834-1851), Félix-Émile fez o que pôde para estreitar os laços da Academia com o governo. Defendia, por exemplo, que as encomendas de edifícios e obras públicas deveriam ser atribuídas exclusivamente aos arquitetos formados pela instituição. Criou as Exposições Gerais de Belas Artes, realizadas anualmente, e os Prêmios de Viagem ao Exterior (para artistas estudarem na Europa).

A obra *Estudo para desembarque de D. Leopoldina no Brasil*, por exemplo, foi produzida por Debret no período joanino, para a chegada da duquesa austríaca que vinha se casar com D. Pedro. Como o Rio de Janeiro era ainda uma cidade com poucos recursos materiais, era crucial o papel dos artistas da Missão Francesa na promoção desses eventos da realeza. Debret usa os códigos neoclássicos para construir essa pintura histórica: simetria na disposição dos personagens, centralização do elemento principal (que não é a princesa, mas D. João, governante do Império português), iluminação equilibrada e realismo ao retratar os participantes do evento.

Em 1838, quando política e arte já estavam enlaçadas no Brasil, as relações entre governo e instituições artísticas e de ensino ganharam novo reforço com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A instituição realizava pesquisas, organizava viagens de exploração, produzia artigos e debates sobre temas considerados relevantes para a nação. A AIBA e o IHGB tiveram papel crucial nos caminhos do governo. Prova disso é que a classe política era constituída pelos mesmos intelectuais que frequentavam os quadros do Instituto, do qual também faziam parte artistas da Academia. Muitos de seus fundadores, como o cônego Januário da Cunha Barbosa, José Clemente Pereira e Bento da Silva Lisboa, eram políticos ativos no Império. Mais tarde, Manuel de Araújo Porto Alegre, diretor da AIBA entre 1854 e 1857, seria um dos artistas a integrar os quadros do IHGB.

Entre 1850 e 1870, a AIBA seguia produzindo obras que serviam à construção de uma identidade para o país. Pinturas exaltavam a exuberância de sua natureza, lida agora através da ótica romântica; obras indianistas reforçavam a figura idealizada do índio como origem da nação; representações oficiais do imperador e de sua família vendiam a confiança no regime monárquico; pinturas históricas tentavam consolidar uma memória das conquistas para conter a crise do Império, como na iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870).

Chegando ao fim do Império e do século, a Academia também se aproximava do fim de uma época artística. Diante das inspirações que chegavam da Europa, sobretudo o realismo de Gustave Courbet e o impressionismo, cobrava-se da Academia que ela se atualizasse e flexibilizasse as regras do ensino. Acusada de conservadorismo, não parecia mais combinar com a modernidade da República.

De Academia Imperial, em 1889 passou a se chamar Escola Nacional de Belas Artes (atualmente integrada à UFRJ, como Escola de Belas Artes). Mais uma entre as muitas mudanças que escreveram a história da arte e da política no Brasil.

Valéria Alves Esteves Lima é professora da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) e autora de *Uma viagem com Debret* (Jorge Zahar, 2004).

(<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/politica-e-arte-e-vice-versa>)

R EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

01| Aponte qual era a principal questão que deu início às rebeliões regenciais:

- A** O interesse das províncias em promover o retorno de D. Pedro I ao poder.
- B** A exigência popular em tornar o Brasil independente de Portugal.
- C** Disputas políticas entre as elites e as condições de pobreza da maior parte dos brasileiros.
- D** A tentativa portuguesa em restabelecer o seu monopólio colonial sobre o Brasil.

Resolução:

A principal questão que despertou as rebeliões regenciais foram as disputas entre as elites locais (principalmente na Balaiada), o conflito com o poder central (no caso da Farroupilha) e o aumento da pobreza. Resposta letra C.

02| A criação da Guarda Nacional, em 1831, durante o governo regencial, teve como um de seus objetivos.

- A** Apoiar o governo de Pedro I na consolidação da independência.
- B** defender a integridade das fronteiras ameaçadas de invasão
- C** Conter as agitações e amotinacões que ameaçavam a Nação
- D** Combater a influência da aristocracia rural na vida política.

Resolução:

A criação da Guarda Nacional esteve ligada à formação de um grupo militar aristocrático em um momen-

to de desconfiança dos grupos militares que estavam próximos das camadas populares. Existia a reprodução do medo de que as camadas populares usassem desses grupos militares contra a própria elite. Nesse sentido, a Guarda Nacional era o grupo armado, o exército da aristocracia para conter as agitações. Resposta: letra C.

03| Do ponto de vista político, podemos considerar o Período Regencial como:

- A** uma época conturbada politicamente, embora sem lutas separatistas que comprometessem a unidade do país.
- B** um período em que as reivindicações populares, como direito de voto, abolição da escravidão e descentralização política, foram amplamente atendidas.
- C** uma transição para o regime republicano que se instalou no país a partir de 1840.
- D** uma fase extremamente agitada com crises e revoltas em várias províncias, geradas pelas contradições das elites, classe média e camadas populares.
- E** uma etapa marcada pela estabilidade política, já que a oposição ao Imperador Pedro I aproximou os vários segmentos sociais, facilitando as alianças na Regência.

Resolução:

O período regencial pode ser caracterizado por um período de intensos conflitos e instabilidades políticas de diversas origens, que colocaram em risco a unidade do país. Resposta letra D.

F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01| UERJ Trecho da carta de despedida de D. Pedro I a seu filho Pedro II

Meu querido filho e imperador... Deixar filhos, pátria e amigos, não pode haver maior sacrifício; mas levar a honra ilibada, não pode haver maior glória. Lembre-se sempre de seu pai, ame a sua e a minha pátria, siga os conselhos que lhe derem aqueles que cuidarem de sua educação, e conte que o mundo o há de admirar... Eu me retiro para a Europa: assim é necessário para que o Brasil sossegue, e que Deus permita, e possa para o futuro chegar àquele grau de prosperidade de que é capaz. Adeus, meu amado filho, receba

a bênção de seu pai que se retira saudoso e sem mais esperanças de o ver.

D. Pedro de Alcântara 12 de abril de 1831. (revistadehistoria.com.br)

Ainda permanece a imagem de Pedro I como um dos responsáveis pela autonomia política do Brasil. Contudo, nove anos após proclamar o 7 de setembro de 1822, o imperador abdicava de seu trono e retornava à Europa. A instabilidade política e econômica foi a marca de seu breve reinado. Cite um setor da sociedade brasileira da época que se opunha à manutenção do governo de Pedro I e uma razão para essa oposição. Em seguida, aponte um motivo para a instabilidade econômica que caracterizou esse governo.

02| UEG Brasileiros [...] para que tantas desconfianças, que não podem trazer à pátria senão desgraça? Desconfiais de mim? Assentais que poderei ser traidor àquela mesma pátria que adotei para mim [...] Poderei eu querer atentar contra a Constituição, que vos ofereci e que convosco jurei?

Proclamação de D. Pedro I ao povo, em 6 de abril de 1831. In: BONAVIDES, P; VIEIRA, R. A. A. *Textos Políticos da história do Brasil*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, s.d. p. 228.

O texto trata de uma carta aberta do Imperador Pedro I ao povo brasileiro, escrita num momento de extrema tensão política. Sobre esse fato, responda:

- A** Qual cenário político forçou o Imperador D. Pedro I a lançar uma proclamação em tom tão dramático ao povo brasileiro?
- B** Qual decisão tomou D. Pedro I no dia seguinte a essa proclamação e quais seus desdobramentos imediatos?

03| UFG Analise a imagem a seguir.



DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica pelo Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989. s. p. (Figura 144).

Produzida em 1822, esta pintura constituiu uma alegoria do Estado nacional por ocasião da Independência. Nela se construiu uma imagem positiva do Império e do papel político do monarca, aclamado como “Defensor Perpétuo do Brasil”. Ao longo do Primeiro Reinado, entretanto, a imagem do monarca se modificou.

Diante do exposto e com base na análise da pintura, explique:

- A** uma característica do projeto político monárquico do Primeiro Reinado.
- B** Um dos motivos que levaram à mudança da imagem de D. Pedro I ao longo do Primeiro Reinado.

04| FGV Entre 1831 e 1845, estouraram revoltas em diversas províncias brasileiras. A Revolta dos Malês (1835) teve por base a cidade de Salvador, na Bahia. A Balaiada (1838-1841) alastrou-se pelo Maranhão e Piauí. A Farrroupilha (1835-1845) desenrolou-se no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

- A** Aponte uma característica de cada revolta indicada no enunciado.
- B** Do ponto de vista das propostas sociais, qual a grande diferença entre os projetos da Balaiada, em sua fase final, e os da Farrroupilha?
- C** Em que contexto da política brasileira ocorreram tais revoltas?

05| UFU A fatalidade das revoluções é que sem os exaltados não é possível fazê-las e com eles é impossível governar. Cada revolução subentende uma luta posterior e aliança de um dos aliados, quase sempre os exaltados, com os vencidos. A irritação dos exaltados [trouxe] a agitação federalista extrema, o perigo separatista, que durante a Regência [ameaçou] o país de norte a sul, a anarquização das províncias. [...] durante este prazo, que é o da madureza de uma geração, se o governo do país tivesse funcionado de modo satisfatório – bastava não produzir abalos insuportáveis –, a desnecessidade do elemento dinástico teria ficado amplamente demonstrada.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época*. 2ed. São Paulo: Editora Nacional, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936, p.21.

Na obra *Um Estadista do Império*, escrita entre os anos de 1893 e 1894, Joaquim Nabuco faz uma análise da história do Brasil Imperial. O trecho acima remete ao período regencial (1831-1840) do país. Com base no texto e em seus conhecimentos, faça o que se pede:

- A** Explique como Joaquim Nabuco interpretou o período regencial no Brasil.
- B** O período da Regência é citado por diversos autores, incluindo Nabuco, como o de uma experiência republicana federalista. Aponte duas razões pelas quais a Regência no Brasil ganhou essa interpretação.

T ENEM E VESTIBULARES

01| UFMS Analise o texto abaixo:

“Brasileiros! Salta aos olhos a negra perfídia, São patentes os reiterados perjuros do imperador E está conhecida nossa ilusão ou engano em Adotarmos um sistema de governo defeituoso em Sua origem, e mais defeituoso em suas partes Componentes. As constituições, as leis e todas as

Instituições humanas são feitas para os povos e não Os povos para elas. Eia, pois, brasileiros, tratemos De constituir-nos de um modo análogo às luzes do Século em que vivemos; o sistema americano deve Ser idêntico; desprezemos instituições oligárquicas, Só cabidas na encanecida Europa.”

(Manifesto da Confederação do Equador. In: PESSOA, Reynaldo C. A idéia republicana no Brasil através de documentos. São Paulo: Alfa-Ômega. 1973. p. 16.)

Com base no texto e em seus conhecimentos sobre a história da América Latina, assinale a alternativa correta:

- A** O manifesto expunha claramente o descontentamento dos confederados do Equador em relação ao imperador de Portugal, na época, D. João VI.
- B** Trata-se de um manifesto de 1824 em que os confederados manifestavam o seu descontentamento com o regime colonial espanhol. A partir desse momento, ficava oficialmente declarada a independência do Equador.
- C** Com esse documento, os confederados do equador manifestavam-se surpreendidos e decepcionados com o imperador D. Pedro I, que tinha então dissolvido a Constituição do Brasil.
- D** Os confederados do Equador queriam a instituição imediata de um governo forte para governar o Império Brasileiro.
- E** Somente interessava aos manifestantes o estabelecimento de um governo calcado nos princípios básicos republicanos e na libertação de todos os escravos existente em território brasileiro.

02| PUC Ao estabelecer critérios para o exercício da cidadania, a Constituição brasileira de 1824 criou limites à participação de diversos grupos sociais na organização política do Estado. Assinale a opção que identifica corretamente revoltas e conflitos, ocorridos no Brasil, envolvendo demandas desses grupos excluídos do exercício da cidadania.

- A** Revoltas Liberais de 1842 e a Revolta de Manuel Congo.
- B** Sabinada e a Confederação do Equador.
- C** Balaiada e a Guerra dos Farrapos.
- D** Revolta dos Malês e a Cabanagem.
- E** Revolta dos Praieiros e a Revolta dos Quebra Quilos.

03| UNESP Brasileiros do norte! Pedro de Alcântara, filho de D. João VI, rei de Portugal, a quem vós por uma estúpida condescendência com os brasileiros do sul aclamastes vosso imperador, quer descaradamente escravizar-nos (...). Não queremos um imperador criminoso, sem fé nem palavras; podemos passar sem ele! Viva a Confederação do Equador! Viva a constituição que nos deve reger! Viva o governo supremo, que há de nascer de nós mesmos! (Proclamação de Manuel Paes de Andrade, presidente da Confederação do Equador, 1824.) A proclamação de Manuel Paes de Andrade deve ser entendida:

- A** No contexto dos protestos desencadeados pelo fechamento da Assembléia Constituinte e da outorga, por D. Pedro I, da Carta Constitucional.

- B** Como um desabafo das lideranças da região norte do país, que não foram consultadas sobre a aclamação de D. Pedro.
- C** No âmbito das lutas regionais que se estabeleceram logo após a partida de D. João VI para Portugal.
- D** Como resposta à tentativa de se estabelecer, após 1822, um regime controlado pelas câmaras municipais.
- E** Como reação à política adotada pelo Conselho de Estado, composto em sua maioria por portugueses.

04| UFSC Universidade Federal de Santa Catarina – Assinale a(s) proposição(ões) verdadeira(s) em relação ao processo de independência do Brasil:

- A** No Período Colonial ocorreram numerosos motins e sedições como: a Aclamação de Amador Bueno, em São Paulo; a Guerra dos Emboabas e a Revolta de Vila Rica, em Minas Gerais.
- B** A revolta em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, liderada pelo alferes Joaquim José da Silva Xavier, apressou os planos de D. Pedro, apoiado pela aristocracia. Forçado pelas circunstâncias, teve de proclamar a independência.
- C** A independência do Brasil, a sete de setembro de 1822, atendeu aos interesses da elite social do Brasil Colônia e da burguesia portuguesa favorecida pelo decreto de abertura dos Portos de 1808.
- D** A independência, proclamada por D. Pedro foi aceita incondicionalmente por todas as províncias.
- E** A maçonaria no Brasil, no século XIX, defendia os princípios liberais. As Lojas Maçônicas, em especial as do Rio de Janeiro, tiveram papel importante no movimento pela separação do Brasil de Portugal.

05| ACADE Crises e conflitos foram uma constante no Brasil durante o Primeiro Reinado (1822-1831). Com relação a esse período, assinale a alternativa incorreta:

- A** A primeira Constituição, 1824, foi outorgada (imposta) e consagrava formas desiguais de representação política, como o voto censitário.
- B** A Guerra de Farrapos, iniciada no Rio Grande do Sul e posteriormente estendendo-se até Santa Catarina, causou a abdicação de Dom Pedro I.
- C** Movimento com características republicanas, a Confederação do Equador, em Pernambuco (1824), foi uma revolta contra o autoritarismo de Dom Pedro I.
- D** Nessa época, o catolicismo era a religião oficial do Império Brasileiro.
- E** A política externa do Brasil foi desastrosa, inclusive com uma guerra contra a Argentina (Guerra da Cisplatina), que muito desgastou o país e o imperador.

06| PUC Sobre a formação do Estado Brasileiro, da Monarquia à República, é correto afirmar, exceto:

- A** O Estado Brasileiro, com a Constituição de 1824, conseguiu a proeza de avançar na conquista dos princípios liberais, em especial no que se referia à Igreja e à escravidão negra.
- B** A fase regencial foi extremamente conturbada, com a eclosão de várias revoltas, que colocaram em risco a estabilidade política, a integridade territorial e os interesses das oligarquias regionais.
- C** Por volta de 1849, já no Governo de D. Pedro II, a Conciliação, como ajuste de cúpula, procurou resolver situações de conflito político, mas manteve intocada a realidade social;
- D** Com a Proclamação da República, em 15 de novembro 1889, a monarquia, que chegou ao Brasil por acaso, sem participação do povo, foi embora sem nenhuma grandeza, com a indiferença do povo.

07| UNIRIO

OBSERVE OS TEXTOS ABAIXO

(...) É sabido que a independência desencadeou um momento lusófono e nativista de troca de nomes de batismo. Há casos conhecidos de “tupinização” de sobrenomes. Como o de um ramo da família pernambucana Galvão, que passou a chamar-se Carapeba. (...) Havia na elite imperial um fascínio pelos astecas, os quais, aparecendo como a sociedade mais civilizada da América pré-colombiana, inspiravam a maneira mais civilizada de declarar-se pró-americano. O próprio regente D. Pedro, futuro D. Pedro I, toma o nome de Guatimazin, o último imperador asteca, ao aderir, em 1822, à loja maçônica Grande Oriente do Brasil (...) Os excessos da imagem indígena que se pretendia colar ao Império suscitaram, anos mais tarde, uma reação, do historiador, médico, militante homeopata e polígrafo alagoano Mello Moraes, ascendente do poeta Vinícius de Moraes. (...)

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida Privada e Ordem Privada no Império, In: História da Vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Para análise do trecho dentro de uma perspectiva política, deve-se ressaltar que:

- A** Demonstra conscientização política e necessidade de se afirmar como um estado independente que buscou através do índio a legitimação do poder da elite brasileira;
- B** A busca pela valorização indígena e a perseguição ao elemento lusitano está presente na Assembléia Constituinte de 1823 e também na Constituição de 1824, pois tanto o projeto constitucional como a Constituição não concede qualquer direito político aos portugueses;

- C** Houve uma mobilização popular pela necessidade de se afirmar como brasileiro, pois o voto instituído pela Constituição de 1824 alijava os portugueses e beneficiava a participação dos brasileiros;
- D** Mostra, politicamente, a figura indígena ganhando importância e que a essa foi dado o direito à cidadania desde o projeto constitucional de 1823;
- E** A elite brasileira, aliada a D. Pedro, promove o 7 de setembro, tem como interesse claro a retirada do elemento lusitano do poder administrativo e a valorização dos brasileiros pelo projeto constitucional de 1823.

08| UNIRIO

OBSERVE OS TEXTOS ABAIXO

(...) É sabido que a independência desencadeou um momento lusófono e nativista de troca de nomes de batismo. Há casos conhecidos de “tupinização” de sobrenomes. Como o de um ramo da família pernambucana Galvão, que passou a chamar-se Carapeba. (...) Havia na elite imperial um fascínio pelos astecas, os quais, aparecendo como a sociedade mais civilizada da América pré-colombiana, inspiravam a maneira mais civilizada de declarar-se pró-americano. O próprio regente D. Pedro, futuro D. Pedro I, toma o nome de Guatimazin, o último imperador asteca, ao aderir, em 1822, à loja maçônica Grande Oriente do Brasil (...). Os excessos da imagem indígena que se pretendia colar ao Império suscitaram, anos mais tarde, uma reação, do historiador, médico, militante homeopata e polígrafo alagoano Mello Moraes, ascendente do poeta Vinícius de Moraes. (...)

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida Privada e Ordem Privada no Império, In: História da Vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Analisando por uma perspectiva cultural, vimos que o texto:

- A** Demonstra como os brasileiros buscavam nos índios brasileiros e nos portugueses a sua marca identitária, mestiça, por “natureza”.
- B** Revela a busca por uma identidade brasileira que passou a utilizar o ameríndio como ascendente comum, peça importante para formação da Nação.
- C** Mostra como se passou a utilizar o índio como símbolo exclusivo de brasilidade, juntamente com o negro, e a refutar a figura do europeu, visto agora como usurpador.
- D** Relata que o brasileiro passou a valorizar em todos os aspectos a influência européia, sobretudo a idéia de nacionalismo.
- E** Marca a ausência de uma identidade e a apropriação de outros modelos identitários para o recém formado Estado Brasileiro.

09| UCS Assinale a alternativa que apresenta de forma correta as diferenças e/ou semelhanças entre a Carta outorgada por D. Pedro I, em 1824, e a Constituição Republicana promulgada em 1891.

- A** Ambas previam o voto censitário, ou seja, só teriam direito de voto aqueles que comprovassem uma determinada renda, o que valia também para o direito à candidatura.
- B** A religião Católica Apostólica Romana, declarada oficial no Império, assim continuou na República, só que a partir deste período com base em artigo específico da Constituição de 1891.
- C** A Carta de 1824 estabelecia quatro poderes, reduzidos a três na Constituição de 1891, com a supressão do Poder Moderador.
- D** Ambas se basearam na constituição norte-americana, em especial, no princípio do federalismo, pelo qual as províncias teriam ampla autonomia política e administrativa.
- E** Diferentemente da Carta de 1824, a Constituição de 1891 garantia o direito de voto a todo cidadão brasileiro, independentemente de sexo, raça, credo ou nível de escolarização.

10| UFPR Com a abdicação do imperador D. Pedro I em 1831, o fracasso do primeiro reinado tomou corpo. Com relação a isso, considere os fatos abaixo:

- I. A imigração europeia para o Brasil ocorrida nesse período.
- II. A eclosão da guerra na Província Cisplatina (1825-1828) contra as Províncias Argentinas, a qual consumiu recursos do Estado em formação, e cujo principal resultado foi a criação da República Oriental do Uruguai, em 1828.
- III. A indisposição do Imperador nas negociações com os deputados das províncias do Brasil, que levou ao fechamento da Assembléia Constituinte, em 12 de novembro de 1823, e à imposição de uma carta constitucional em 1824.
- IV. A queda do gabinete dos Andradas, que levou o Imperador a se cercar de inúmeros portugueses, egressos de Portugal ainda ao tempo do governo de D. João VI.

Tiveram influência direta no desfecho do primeiro reinado os fatos apresentados em:

- A** II, III e IV somente.
- B** I, III e IV somente.
- C** III e IV somente.
- D** I, II e III somente.
- E** I e II somente.

11| UFPE No governo de D. Pedro I, a situação do Brasil:

- A** Assistia a dificuldades diplomáticas, devido à não aceitação da Inglaterra, de considerar o Brasil como um país independente;
- B** Era de estabilidade política, em face do apoio da maior parte da população, e devido ao fato de o imperador ter decidido permanecer no Brasil;
- C** Era de prosperidade econômica, com o crescimento da lavoura cafeeira na região de São Paulo;
- D** Era alvo de constantes conflitos políticos provocados pelos adversários do imperador, na defesa de mais liberdade;
- E** Era de estabilidade, depois da Constituição de 1824, com a defesa das idéias liberais.

12| UECE No dia 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdicava em favor de seu filho e voltava para Portugal para assumir o trono e ser Pedro IV. Neste sentido, assinale a alternativa verdadeira em relação às razões que tornaram o Imperador “indesejável” para a condução do império brasileiro:

- A** A crescente aproximação do Imperador com o Partido Brasileiro, formado pelos grandes proprietários de terra, o que acentuou o seu afastamento do Partido Português.
- B** A aliança crescente do Imperador com o Partido Português e alguns excessos cometidos com base na autoridade concedida pelo Poder Moderador.
- C** A obediência condicional do Imperador à Constituição de 1824, que o tornava cada vez mais autoritário, desagradando ao Partido Brasileiro e aos brasileiros de modo geral.
- D** A crise política ocasionada pela instabilidade do governo imperial, pois, do ponto de vista econômico do Império ia muito bem: as exportações dos principais produtos brasileiros estavam em alta.

13| UNIFOR Termos da abdicação de Dom Pedro I:

Usando do direito que a Constituição me concede, declaro que hei muito voluntariamente abdicado na pessoa do meu mui amado e prezado filho o Sr. Pedro de Alcântara. Boa Vista – 7 de abril de 1831, décimo de Independência e do Império – D. Pedro I. Antonio Mendes Jr. Et al. Brasil-História, Texto e Consulta. Império. São Paulo: Brasiliense, 1977. p. 200 Os fatos que conduziram à abdicação foram:

- A** repressão aos revolucionários da Confederação do Equador, incorporação da Guiana Francesa e outorga da Constituição.
- B** favorecimento aos comerciantes brasileiros em detrimento dos portugueses, dívida externa elevada com a Guerra da Cisplatina e falência do Banco do Brasil.

- C repressão aos revolucionários da Confederação do Equador, perda da Província Cisplatina e falência do Banco do Brasil.
- D perda da província Cisplatina, dissolução da Assembleia Constituinte e punição exemplar aos pistoleiros que executaram o jornalista Líbero Badaró.
- E controle das finanças nacionais, respeito aos constituintes que elaboraram a primeira constituição e favorecimento aos comerciantes brasileiros.

14| UFMG Leia este texto:

Sigamos os passos da política centralizadora e veremos que é a centralização das luzes o seu complemento. A interpretação do ato adicional roubou às províncias o melhor do seu poder, reconcentrando na corte a maior parte das atribuições das assembleias. As reformas judiciárias avocaram para o mesmo centro a nomeação de quase todos os empregos judiciais. As províncias se acham pois já esgotadas de seus recursos; porque até se lhes tirou a administração da maior parte de seus rendimentos. Suas forças físicas, o recrutamento as tem extenuado. Que faltava pois tirar-lhes? A Instrução, o único apoio que lhes resta.

(O Athleta, 16 set. 1843.)

A partir das idéias contidas nesse trecho e considerando-se o contexto histórico do Brasil Imperial, é correto afirmar que:

- A O restauracionismo, que congregava as classes médias urbanas, foi, durante esse período, um dos mais severos críticos do processo de centralização imposto pelo Imperador.
- B A centralização do poder foi um dos instrumentos utilizados pela Monarquia no sentido de tentar coibir os conflitos que haviam eclodido na primeira metade do século XIX.
- C O constitucionalismo das elites rurais advogava o fim da anarquia inicialmente vigente nas províncias, o que se faria a partir do controle das novas instituições educacionais;
- D O corporativismo influenciou diversas instituições na primeira metade do século XIX – como o Exército e a Escola, ambos em processo de progressiva profissionalização.

15| Leia, com atenção, o fragmento abaixo:

“Constituição do Império do Brasil – Título V, Cap. 1 – Do Poder Moderador. Art. 98. O poder moderador é a chave de toda a organização política e é delegado privativamente ao imperador, como chefe supremo da nação, e seu primeiro representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais poderes políticos”. Com base na citação acima e em seus conhecimentos, assinale a opção correta:

- A O Império Brasileiro foi original ao adotar uma estrutura política com quatro poderes – executivo, legislativo, judiciário e moderador –, diferente da clássica divisão de Montesquieu em três poderes.
- B O poder moderador era também chamado de “poder neutro”, pois não poderia interferir nas decisões, ações e nomeações dos demais poderes.
- C O quarto poder era exercido pelo Imperador, pelos senadores e pelo ministério, que conjuntamente definiam as diretrizes políticas do Brasil – como os tratados de paz e a declaração de guerra.
- D O poder moderador, criado na Constituição de 1824, foi transformado, no início da República, em “poder executivo conservador”, exercido pelo presidente
- E O poder moderador instituía, no Brasil, o sistema parlamentar, pois o monarca, além de ser o chefe supremo da Nação, era também o seu primeiro ministro.

16| UFC Observando o mapa, percebe-se que as primeiras décadas do Brasil após a independência foram marcadas por uma série de movimentos sociais, em especial no Nordeste. Embora tenham ocorrido em espaços e períodos diferentes, é possível identificar elementos comuns entre eles, por serem todos:



- A Movimentos que conseguiram a adesão da Igreja e dos latifundiários na luta contra o modelo regencial de governo.
- B Rebeliões contra a adoção do sistema decimal de pesos e medidas e o recrutamento forçado por parte do governo imperial para as guerras do período.
- C Movimentos liderados pelas oligarquias contra a independência e por uma maior autonomia para as províncias.
- D Rebeliões que tinham propósitos separatistas e defendiam o modelo de governo republicano parlamentarista;
- E Movimentos com participação popular contra a centralização de poderes pelo governo imperial.

SEGUNDO REINADO (1840 - 1889)

INTRODUÇÃO

O Segundo Reinado foi o período histórico brasileiro em que um mesmo governante ficou mais tempo no poder, D. Pedro II governou o império brasileiro de 1840 até 1889. Embora extenso para a realidade histórica da política do Brasil, esse período é considerado estável e de grande importância para a consolidação do Estado.

No entanto, a estabilidade não significou a ausência de acontecimentos importantes para a compreensão do presente e do passado brasileiro. Foi durante o Segundo Reinado que se concretizou o processo de abolição da escravidão, o café reinou como maior produto da economia, o projeto de imigração estrangeira se consolidou, a guerra do Paraguai e, entre outras coisas, a crise do Império e a República. São quase 50 anos emblemáticos e de importância inquestionável para o entendimento do Brasil.

Após o fim do período regencial, o Segundo Reinado teve a árdua tarefa de estabilizar a política nacional e unir o Brasil depois de inúmeras tentativas de fragmentação. Nesse sentido, entre o período que se estendeu de 1840 até 1889 o imperativo da organização do Estado e a formação de uma identidade nacional estiveram sempre presentes. O Brasil conviveu também com “a grande onda modernizadora” do século XIX e suas contradições, a experiência industrial liderada por Mauá e a Rebelião Praieira. No capítulo que se segue, temos o objetivo de demonstrar a importância do Segundo Reinado para a compreensão da realidade presente do Brasil.



CONSOLIDAÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO (1840 – 1864)



“O Mequetrefe”, 09 jan. 1878.) A charge faz alusão à prática política do Segundo Reinado, quando o Imperador tinha grande influência na dinâmica político-partidária.

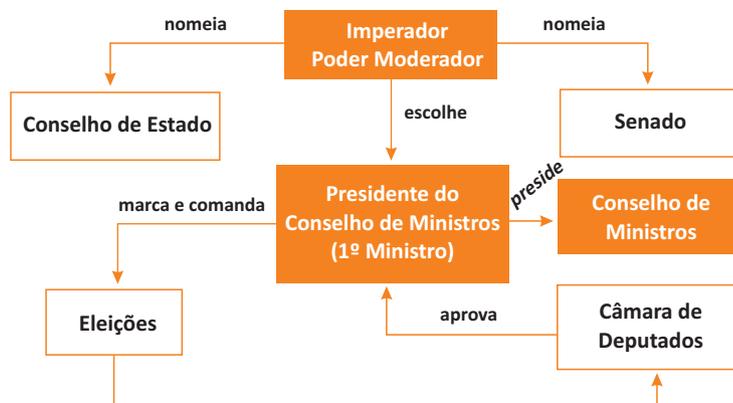
principal órgão de assessoria ao imperador, deu, novamente, feições absolutistas ao país. A criação do Conselho de Ministros pelo presidente, em 1847, encerrou um ciclo de medidas antiliberais e centralistas. A presidência do conselho de ministros era escolha do imperador, por sua vez, o presidente era responsável pela nomeação dos outros ministros, nascia desse modo, o parlamentarismo brasileiro, também denominado pela historiografia como parlamentarismo às avessas, pela sua diferença do parlamentarismo tradicional, o Inglês.

No parlamentarismo tradicional, o primeiro ministro é escolhido pelo parlamento que também tem autonomia para depô-lo, caso necessário. Em síntese, o parlamento controla o ministro. O Parlamentarismo às avessas inverte a lógica inerente ao parlamentarismo inglês, já que a nomeação do presidente do gabinete de ministros, cargo semelhante ao de primeiro-ministro, era exercida pelo imperador, o verdadeiro titular do Poder Moderador.

Uma das primeiras medidas de D. Pedro II foi nomear os liberais, arquitetos do golpe da maioria, para o ministério. Entre os membros do novo gabinete estavam os irmãos Andrada (Antônio Carlos e Martim Francisco) e os Irmãos Cavalcanti (Viscondes de Albuquerque e Suassuna), não por acaso, esse ministério foi denominado de Ministério dos Irmãos. A ascensão de um ministério liberal deu início a disputas políticas intensas para dominação da câmara dos deputados. Os conservadores acusaram os liberais de utilizarem de meios fraudulentos para vencer, como bandos armados para coação, por isso, a eleição de 1840 foi chamada de eleições do “cacetete”, por dar início à práticas “questionáveis” no processo eleitoral.

Em 1840 foi instituída a lei interpretativa do Ato Adicional finalizando a autonomia das Assembleias Provinciais e consolidando as medidas centralistas e autoritárias. A restauração do Conselho de Estado, que tornou-se o

Durante o Segundo Reinado, muitas alternâncias entre liberais e conservadores foram experimentadas nos gabinetes ministeriais. No entanto, as diferenças ideológicas entre os dois grupos políticos haviam se reduzido. Os dois grupos se entendiam no essencial, pois eram formados praticamente pelo mesmo grupo social, escravistas e latifundiários, ou seja, representavam o interesse da aristocracia. Justamente por essa identidade de interesses, liberais e conservadores começaram a governar juntos, dando início a “Era da conciliação”, em 1853. A Era da Conciliação foi alternância pacífica entre liberais e conservadores, produzindo um clima de relativa tranquilidade no cenário político que perdurou até a Guerra do Paraguai.



REVOLUÇÃO PRAIEIRA (1848 – 1850)

Em 1848 ocorreu em Pernambuco, província com forte tradição liberal, a rebelião provincial chamada de Praieira. Alguns historiadores a definem como manifestação brasileira inspirada na primavera dos povos, pois contou com um apoio intenso das massas e um programa que tinha elementos do radicalismo liberal e do socialismo utópico. O movimento começa a se alicerçar por volta de 1842, quando um grupo radical do partido liberal fundou o partido nacional liberal, que tinha como principal meio de divulgação o jornal Diário novo, localizado na Rua da Praia, no Recife, daí o nome Praieira.

Os membros do novo partido conseguiram controlar a política local, inclusive indicando o presidente de província, Antônio Pinto Chicorro da Gama, em 1845. A hegemonia política dos praieiros contrariava os conservadores, principalmente, porque os liberais radicais realizavam uma política de perseguição aos opositores, que incluía a elite açucareira pernambucana. A situação fez com que o governo imperial intervisse na região, mas os presidentes de província não tinham governamentalidade, cinco presidentes foram nomeados em cinco meses. A indicação do conservador Herculano Ferreira Penha ao cargo foi o estopim para o conflito e o início para luta armada, que começou em Olinda.

Em um documento redigido pelos revoltosos, denominado Manifesto ao Mundo, os praieiros reivindicaram a expulsão dos portugueses, a extinção do poder moderador, a instituição do voto universal, o fim do recrutamento obrigatório e autonomia provincial. A reação do poder imperial foi rápida: enviou tropas, os líderes foram mortos ou presos. Em 1851, todos os presos foram anistiados, de acordo com a filosofia da “era da conciliação”. A vitória do Império sobre os praieiros foi considerada como vitória contra o regionalismo e a fragmentação, uma alegoria, sem dúvidas, das ameaças que assolavam o Estado brasileiro durante o período regencial, a simbologia era clara: O Estado brasileiro estava consolidado.

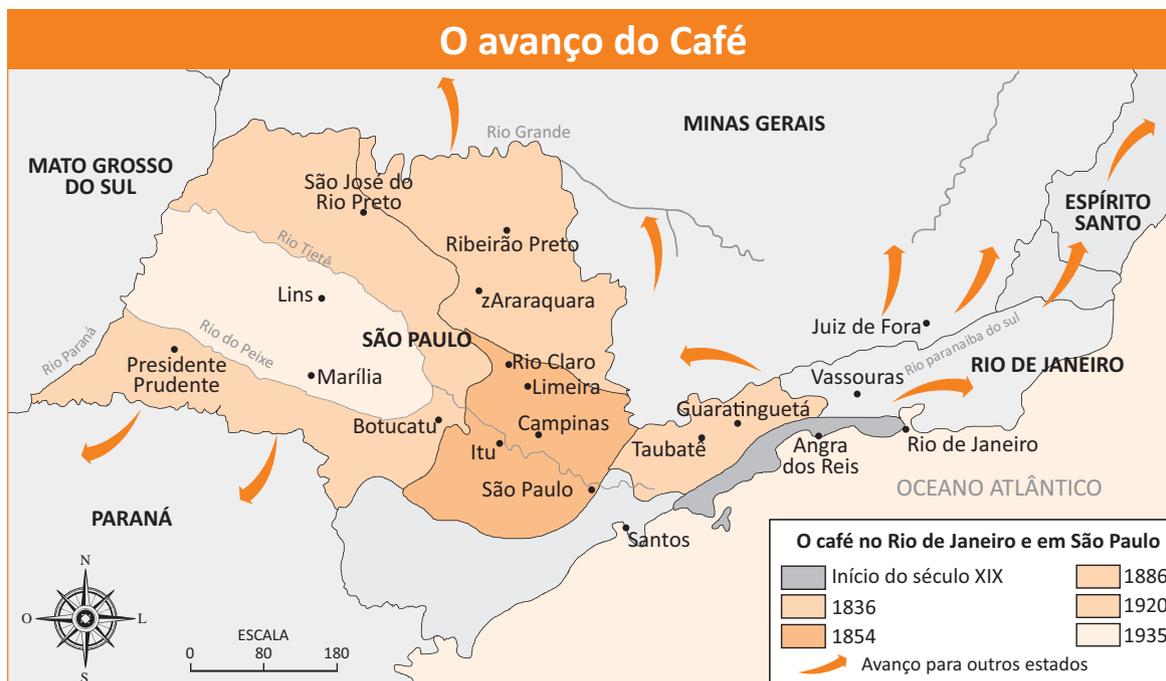
ECONOMIA CAFEIEIRA

Brasil – Exportação de mercadorias (% do valor dos oito produtos principais sobre o valor total da exportação)									
Decênio	Total	Café	Açúcar	Cacau	Erva-mate	Fumo	Algodão	Borracha	Couros e Peles
1821 – 1830	85,8	18,4	30,1	0,5	–	2,5	20,6	0,1	13,6
1831 – 1840	89,8	43,8	24,0	0,6	0,5	1,9	10,8	0,3	7,9
1841 – 1850	88,2	41,4	26,7	1,0	0,9	1,8	7,5	0,4	8,5
1851 – 1860	90,9	48,8	21,2	1,0	1,6	2,6	6,2	2,3	7,2
1861 – 1870	90,3	45,5	12,3	0,9	1,2	3,0	18,3	3,1	6,0
1871 – 1880	95,1	56,6	11,8	1,2	1,5	3,4	9,5	5,5	5,6
1881 – 1890	92,3	61,5	9,9	1,6	1,2	2,7	4,2	8,0	3,2
1891 – 1900	95,6	64,5	6,6	1,5	1,3	2,2	2,7	15,0	2,4

Fonte: COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL, n.1, C: E: e n. 12-A do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda apud. SILVA, 1953 p. 8

No final do século XVIII, o café apareceu como o mais novo hábito de consumo europeu. Inúmeras cafeterias e salões foram abertos em grandes avenidas e pontos turísticos, era a demanda que necessitava de um produtor. Foi nesse contexto, que o café começou a se destacar como principal produto brasileiro para exportação, superando o açúcar e o algodão, principalmente, após 1830.

Inicialmente, o café encontrou na região do Vale da Paraíba, que se situava entre a província do Rio de Janeiro e São Paulo, sua maior produtora. A região do Vale do Paraíba era uma região conhecida durante o ciclo do ouro, pela quantidade de ranchos que abasteciam as regiões mineradoras. Essa região tem como características clima e regularidade de chuva adequada para a produção do café, que levou a fortalecimento da tradição latifundiária e escravista, formando um verdadeiro grupo de aristocratas rurais ligados ao café: Os Barões do café. A década de 1860 foi o auge da produção de café no Vale da Paraíba, que não tinha concorrentes no mercado internacional, era comum a expressão “O Brasil é o vale”, para descrever a dependência econômica que o país tinha da região.



No entanto, o cultivo de café é extremamente mais desgastante para o solo do que o cultivo do açúcar. O desgaste do solo provoca um deslocamento silencioso, que terminou por provocar a migração, a partir da década de 60, dos principais produtores para a região do Oeste paulista, criando verdadeiras “cidades mortas” na região do Vale.

Ano	Região	Arrobas de café	%	
1854	Vale do Paraíba	2 737 639	77,5	100
	Oeste Paulista	796 617	22,5	
1888	Vale do Paraíba	2 074 267	20,0	100
	Oeste Paulista	8 300 063	80,0	

A região do Oeste Paulista é a região da “terra rocha”, conhecida pelo seu potencial de fertilidade. Não por acaso, no final do século XIX, essa região superou todas as outras em produtividade. O Oeste Paulista se estendia de Campinas até Ribeirão Preto. Diferente do Vale, a Região do Oeste Paulista estimulou a formação de uma ampla formação de linhas de estrada de ferro, integrando a economia e colaborando com a exportação. Essa região se tornou o polo oposto do Vale. Enquanto o Vale era tradição, arcaísmo e atraso, o Oeste era moderno, novidade e experimentação. Não por acaso, nessa região ocorreram as primeiras experiências com a mão de obra imigrante, e o fortalecimento do movimento republicano e do abolicionista.

ESCRavidÃO E PROCESSO ABOLICIONISTA NO BRASIL

Abolição da escravatura			
1850	1871	1885	1888
Lei Eusébio de Queirós (Fim do tráfico negreiro)	Lei do Ventre Livre (Liberdade para os filhos de escravos nascidos a partir dessa data)	Lei dos Sexagenários (Liberdade para os escravos maiores de 60 anos)	Lei Áurea (Abolição da Escravatura)

A intensificação do tráfico negreiro para o Brasil está diretamente relacionada aos conflitos entre colonos e jesuítas pela tutela do índio. É no interior desse conflito que a metrópole portuguesa estimulou o uso do escravo negro que, além de representar uma solução, tornou-se um produto valioso para a economia metropolitana. Não por acaso, a coroa portuguesa criou obstáculos para a escravização do índio, para estimular o comércio negreiro e o enriquecimento dos cofres reais pelo tráfico de escravos. Mesmo após o processo de independência, a estrutura social brasileira continuava muito semelhante, era o escravo negro a principal mão de obra. Estima-se, que mais de quatro milhões de escravos negros foram importados da África para o Brasil do século XVI até o século XIX. No entanto, com a Revolução Industrial, a mão de obra escrava se tornou um verdadeiro obstáculo para interesses do capital industrial, afinal, escravo não é consumidor.

É nesse contexto, que o início do século XIX também representou o início da pressão do capitalismo industrial para a realização do processo abolicionista, e a expansão do mercado consumidor para produzir a demanda necessária aos parques industriais nascentes. A maior manifestação desse processo foi a pressão inglesa para o fim da escravidão no Brasil. O apoio britânico para o processo de Independência brasileira e os posteriores acordos comerciais firmados entre Brasil e Inglaterra contemplavam o comprometimento de nosso país com o fim da escravidão. A insistência inglesa gerou vários inimigos no Brasil, um verdadeiro sentimento antibritânico surgiu, principalmente, entre alguns senhores escravistas. Os grupos brasileiros mais inteirados sobre as demandas industriais sabiam que a mão de obra escrava também era um obstáculo para a industrialização e modernização do país. Atender aos interesses ingleses e ao ideal de modernização fez com que, no século XIX, se iniciasse no Brasil o processo abolicionista, seguindo a tradição vertical brasileira, de cima para baixo, o Estado brasileiro foi o principal agente no processo abolicionista através de leis:

LEI PARA INGLÊS VER – 1831

No processo de Independência, para se ter o apoio da Inglaterra D. Pedro se comprometeu a realizar a abolição da escravidão. Em 1831, mesmo após a abdicação de D. Pedro I, a diplomacia inglesa pressionou o governo regencial para declarar o fim do tráfico negreiro, o que foi feito em novembro de 1831. No entanto, a lei não pegou, não havia fiscalização intensa e o contrabando aumentou, na prática, a lei foi sancionada apenas para atender aos interesses ingleses, por isso ficou conhecida como “lei para Inglês ver”.

BILL ABERDEEN – 1845

A partir de 1845, a Inglaterra assumiu uma posição de ainda maior ofensiva contra a escravidão e o tráfico aprovando a Bill Aberdeen, criada pelo parlamentar inglês de mesmo nome. Essa lei autorizava a marinha inglesa, a aprisionar traficantes de escravos e navios negreiros. Navios foram aprisionados próximo ao litoral brasileiro.

LEI EUSÉBIO DE QUEIRÓS – 1850

Em 1850, após as ameaças inglesas chegarem ao limite de guerra, foi declarado o fim do tráfico negreiro, ou seja, não era mais permitida a chegada de escravos negros para a venda no Brasil. Imediatamente, o preço do escravo que já estava alto subiu e provocou a migração intraprovincial, a venda de escravos entre províncias. A proibição do tráfico também disponibilizou capital, que agora poderia ser empregado em outras atividades, como a industrial.



AGOSTINI, Ângelo. Revista Ilustrada. In: Retrato do Brasil. São Paulo: Editora Três / Política Editora, s. d. fascículo 10. p. 110

LEI RIO BRANCO OU DO VENTRE LIVRE – 1871

Essa lei, proposta pelo Barão de Rio Branco, declarava livre os filhos recém-nascidos de escravos a partir de 28 de setembro de 1871. No entanto, a tutela do filho do escravo permaneceria com o senhor até os 21 anos, ou seja, na prática a criança era escrava até essa data.

LEI SARAIVA-COTEGIPE OU DO SEXAGENÁRIO – 1885

A lei do sexagenário estabelecia a liberdade de escravos, que atingissem a marca de 60 anos, na prática, o número de escravos livre com essa lei foi mínimo. Primeiro, pela expectativa de vida do escravo que era baixa. Segundo, porque o escravo que chegava a essa marca não tinha, normalmente, lugar para ficar ou atividade para fazer, optava por continuar aos serviços do senhor.

LEI ÁUREA – 1888

Muitos mitos foram criados em torno da lei que determinou o fim da escravidão no Brasil, mas a lei foi aprovada pelo parlamento e assinada pela princesa Isabel pela ausência do seu pai, D. Pedro II. Essa lei não foi um ato de rebeldia, mas uma forma de capitalizar um terceiro reinado. É importante destacar que o fim da escravidão não representou a inclusão do negro na sociedade capitalista, aliás, os estigmas da escravidão são visíveis até hoje.

MOVIMENTO ABOLICIONISTA

TRANSIÇÃO DA MÃO DE OBRA ESCRAVA PARA MÃO DE OBRA ASSALARIADA

Imigração para o Brasil, por nacionalidade, por décadas de 1884 – 1893, 1924 – 1933 e 1945 – 1949

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Nacionalidade	Década							
	1884–1893	1894–1903	1904–1913	1914–1923	1924–1933	1945–1949	1950–1954	1955–1959
Alemães	22,778	6,698	33,859	29,339	61,723	5,188	12,204	4,633
Espanhóis	113,116	102,142	224,672	94,779	52,405	4,092	53,357	38,819
Italianos	510,533	537,789	196,521	86,320	70,177	15,312	59,785	31,263
Japoneses	–	–	11,868	20,398	110,191	12	5,447	28,819
Portugueses	170,621	155,542	384,672	201,252	233,650	26,268	123,082	96,811
Sírios e Turcos	96	7,124	45,803	20,400	20,400	N/A	N/A	N/A
Outros	66,524	42,820	109,222	51,493	164,586	29,552	84,851	47,599
Total	883,668	852,110	1.006,617	503,981	717,223	80,424	338,726	247,944

Com a pressão inglesa para o processo abolicionista, uma questão foi levantada: como realizar a transição da mão de obra escrava para mão de obra assalariada? Uma das soluções encontradas foi o estímulo à imigração estrangeira. No entanto, a imigração estrangeira não deve ser entendida apenas como fator de substituição da mão de obra escrava, afinal, os próprios negros libertos poderiam ocupar essa função. É nesse sentido, que devemos entender o processo migratório no contexto de políticas darwinistas do século XIX. A imigração europeia fez parte do projeto civilizatório implantado no Brasil no final do século XIX, afinal, para um Brasil moderno, não bastava o fim da escravidão, era necessário também o “branqueamento” do Brasil. Essa política higienista, racista e preconceituosa foi um dos elementos que favoreceu e estimulou a imigração europeia para o Brasil. A imigração europeia, portanto não foi exclusivamente, um mecanismo para a substituição da escravidão, mas também um processo ideológico de construção de um Brasil moderno baseado numa concepção cientista equivocada finissecular.

PARCERIA (FRACASSO)	COLONATO (SUCESSO)
Primeiro sistema introduzido (1847).	Oeste Paulista (por volta de 1870), subvencionada pelo governo.
Trabalho familiar camponês.	Trabalho familiar camponês.
Colono dividia lucros e prejuízos. Ficava com metade do produzido.	Camponês recebia 2 salários: fixo anual e por produtividade.
Colonos se endividavam (passagens, mantimentos, juros elevados...).	Governo paulista pagava as passagens.
Eventualmente era permitida uma pequena roça ao imigrante.	Era garantido um pedaço de roça para subsistência ou comércio.

A chegada do imigrante europeu, principalmente oriundos de países que estavam vivenciando a crise da época, provocou comparações e interpretações equivocadas. A ideia de que o branco era trabalhador e o negro preguiçoso foi difundida pelos rincões do Brasil, pelo fato da comparação do Europeu que buscava trabalho e do negro, que muitas vezes o dispensava. Na verdade, é importante estabelecer parâmetros para a ética do trabalho nesse período, pois, o negro acabara de se libertar de séculos de escravidão, mas não da associação no imaginário social do trabalho com a escravidão. Enquanto isso, o imigrante europeu, advindo de regiões de conflito, instabilidade e fome, buscava no Brasil uma oportunidade que não existia no seu país. Por isso, é fundamental desmistificar o mito do branco trabalhador e do negro preguiçoso, buscar compreender a historicidade e localizar a ética do trabalho nesse momento extremamente singular da história brasileira.

LEI DE TERRAS DE 1850

Com o início efetivo do processo abolicionista, em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós, foi estabelecida a Lei de Terras, que restringia a aquisição fundiária de terras públicas à compra. Com essa lei, os grandes latifundiários pretendiam dificultar o acesso à terra para pessoas de pouco recursos. A ideia era evitar que todos conseguissem acesso a terra e, conseqüentemente, deixassem de fornecer mão de obra para os grandes fazendeiros. Essa lei foi aprovada em um momento que o processo migratório ganhava amplo fôlego no Brasil e serviu como mecanismo para impedir o acesso à terra aos imigrantes. Essa lei também serviu para reforçar a estrutura histórica latifundiária no Brasil, que até hoje tem problemas seríssimos de distribuição de terra.

LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850

Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. Bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros autorizados o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetua do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Súditos, que a Assembleia Geral Decretou, e Nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

Excetuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente.

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nelas derribarem matos ou lhes puserem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de benfeitorias, e de mais sofrerão a pena de dois a seis meses da prisão e multa de 100\$, além da satisfação do dano causado. Esta pena, porém, não terá logar. Nos atos possessórios entre hereis confinantes.

Parágrafo único. Os Juizes de Direito nas correições que fizerem na forma das leis e regulamentos, investigarão se as autoridades a quem compete o conhecimento destes delitos põem todo o cuidado em processá-los o puni-los, e farão efetivas a sua responsabilidade, impondo no caso de simples negligencia a multa de 50\$ a 200\$000.

Art. 3º São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem applicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso,

forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei.

Art. 4º Serão revalidadas as sesmarias, ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial, que se acharem cultivadas ou com princípios de cultura, e morada habitual do respectivo sesmeiro ou concessionário, ou do quem os represente, embora não tenha sido cumprida qualquer das outras condições, com que foram concedidas.

Art. 5º Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura, e morada, habitual do respectivo possessor, ou de quem o represente, guardadas as regras seguintes:

§ 1º Cada posse em terras de cultura, ou em campos de criação, compreenderá, além do terreno aproveitado ou do necessário para pastagem dos animais que tiver o possessor, outro tanto mais de terreno devoluto que houver contíguo, contanto que em nenhum caso a extensão total da posse exceda a de uma sesmaria para cultura ou criação, igual às últimas concedidas na mesma comarca ou na mais vizinha.

§ 2º As posses em circunstâncias de serem legitimadas, que se achar em sesmarias ou outras concessões do Governo, não incursas em comisso ou revalidadas por esta Lei, só darão direito à indenização pelas benfeitorias.

Excetua-se desta regra o caso do verificar-se a favor da posse qualquer das seguintes hipóteses: 1ª, o ter sido declarada boa por sentença passada em julgado entre os sesmeiros ou concessionários e os posseiros; 2ª, ter sido estabelecida antes da medição da sesmaria ou concessão, e não perturbada por cinco anos; 3ª, ter sido estabelecida depois da dita medição, e não perturbada por 10 anos.

§ 3º Dada a exceção do parágrafo antecedente, os posseiros gozarão do favor que lhes assegura o § 1º, competindo ao respectivo sesmeiro ou concessionário ficar com o terreno que sobrar da divisão feita entre os ditos posseiros, ou considerar-se também possessor para entrar em rateio igual com eles.

§ 4º Os campos de uso comum dos moradores de uma ou mais freguesias, municípios ou comarcas serão conservados em toda a extensão de suas divisas, e continuarão a prestar o mesmo uso, conforme a prática atual, enquanto por Lei não se dispuser o contrário.

Art. 6º Não se haverá por princípio da cultura para a revalidação das sesmarias ou outras concessões do Governo, nem para a legitimação de qualquer posse, os simples roçados, derrubadas ou queimas de matos ou campos, levantamentos de ranchos e outros atos de semelhante natureza, não sendo acompanhados da cultura efetiva e morada habitual exigidas no artigo antecedente.

Art. 7º O Governo marcará os prazos dentro dos quais deverão ser medidas as terras adquiridas por posses ou por sesmarias, ou outras concessões, que estejam por medir, assim como designará e instruirá as pessoas que devam fazer a medição, atendendo às circunstâncias de cada Província, comarca e município, o podendo prorrogar os prazos marcados, quando o julgar conveniente, por medida geral que compreenda todos os possuidores da mesma Província, comarca e município, onde a prorrogação convier.

Art. 8º Os possuidores que deixarem de proceder á medição nos prazos marcados pelo Governo será reputado caído em comisso, e perderão por isso o direito que tenham a serem preenchidos das terras concedidas por seus títulos, ou, por favor, da presente Lei, conservando-o somente para serem mantidos na posse do terreno que ocuparem com efetiva cultura, havendo-se por devoluto o que se achar inculto.

Art. 9º Não obstante os prazos que forem marcados, o Governo mandará proceder á medição das terras devolutas, respeitando-se no ato da medição os limites das concessões e posses que acharem nas circunstâncias dos arts. 4º e 5º.

Qualquer oposição que haja da parte dos possuidores não impedirá a medição; mas, ultimada esta, se continuará vista aos oponentes para deduzirem seus embargos em termo breve.

As questões judiciais entre os mesmos possuidores não impedirão tão pouco as diligências tendentes á execução da presente Lei.

Art. 10. O Governo proverá o modo pratico de extremar o domínio público do particular, segundo as regras acima estabelecidas, incumbindo a sua execução ás autoridades que julgar mais convenientes, ou a comissários especiais, os quais procederão administrativamente, fazendo decidir por árbitros as questões e duvidas de facto, e dando de suas próprias decisões recurso para o Presidente da Província, do qual o haverá também para o Governo.

Art. 11. Os posseiros serão obrigados a tirar títulos dos terrenos que lhes ficarem pertencendo por efeito desta Lei, e sem eles não poderão hipotecar os mesmos terrenos, nem aliená-los por qualquer modo.

Esses títulos serão passados pelas Repartições provinciais que o Governo designar, pagando-se 5\$ de direitos de Chancelaria pelo terreno que não exceder de um quadrado de 500 braças por lado, e outro tanto por cada igual quadrado que de mais contiver a posse; e, além disso, 4\$ de feito, sem mais emolumentos ou selo.

Art. 12. O Governo reservará das terras devolutas as que julgarem necessárias: 1º, para a colonização dos indígenas; 2º, para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaisquer outras servidões, e assento de estabelecimentos públicos; 3º, para a construção naval.

Art. 13. O mesmo Governo fará organizar por freguesias o registro das terras possuídas, sobre as declarações feitas pelos respectivos possuidores, impondo multas e penas àqueles que deixarem de fazer nos prazos marcados as ditas declarações, ou as fizerem inexatas.

Art. 14. Fica o Governo autorizado a vender as terras devolutas em hasta publica, ou fora dela, como e quando julgar mais conveniente, fazendo previamente medir, dividir, demarcar e descrever a porção das mesmas terras que houver de ser exposta á venda guardadas as regras seguintes:

§ 1º A medição e divisão serão feitas, quando o permitirem as circunstâncias locais, por linhas que corram de norte ao sul, conforme o verdadeiro meridiano, e por outras que as cortem em ângulos retos, de maneira que formem lotes ou quadrados de 500 braças por lado demarcado convenientemente.

§ 2º Assim esses lotes, como as sobras de terras, em que se não puder verificar a divisão acima indicada, serão vendidos separadamente sobre o preço mínimo, fixado antecipadamente e pago á vista, de meio real, um real, real e meio, e dois réis, por braça quadrada, segundo for a qualidade e situação dos mesmos lotes e sobras.

§ 3º A venda fora da hasta pública será feita pelo preço que se ajustar, nunca abaixo do mínimo fixado, segundo a qualidade e situação dos respectivos lotes e sobras, ante o Tribunal do Tesouro Público, com assistência do Chefe da Repartição Geral das Terras, na Província do Rio de Janeiro, e ante as Tesourarias, com assistência de um delegado do dito Chefe, e com aprovação do respectivo Presidente, nas outras Províncias do Império.

Art. 15. Os possuidores de terra de cultura e criação, qualquer que seja o título de sua aquisição, terão preferência na compra das terras devolutas que lhes forem contiguas, contanto que mostrem pelo estado da sua lavoura ou criação, que tem os meios necessários para aproveitá-las.

Art. 16. As terras devolutas que se venderem ficarão sempre sujeitas aos ônus seguintes:

§ 1º Ceder o terreno preciso para estradas publicas de uma povoação a outra, ou algum porto de embarque, salvo o direito de indemnização das benfeitorias e do terreno ocupado.

§ 2º Dar servidão gratuita aos vizinhos quando lhes for indispensável para saírem á uma estrada publica, povoação ou porto de embarque, e com indemnização quando lhes for proveitosa por encurtamento de um quarto ou mais de caminho.

§ 3º Consentir a tirada de aguas desaproveitadas e a passagem delas, precedendo a indemnização das benfeitorias e terreno ocupado.

§ 4º Sujeitar ás disposições das Leis respectivas quaisquer minas que se descobrirem nas mesmas terras.

Art. 17. Os estrangeiros que comprarem terras, e nelas se estabelecerem, ou vierem á sua custa exercer qualquer indústria no país, serão naturalizados querendo, depois de dois anos de residência pela forma por que o foram os da colônia de S, Leopoldo, e ficarão isentos do serviço militar, menos do da Guarda Nacional dentro do município.

Art. 18. O Governo fica autorizado a mandar vir anualmente à custa do Tesouro certo número de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração publica, ou na formação de colônias nos lugares em que estas mais convierem; tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achem emprego logo que desembarcarem.

Aos colonos assim importados são applicáveis as disposições do artigo antecedente.

Art. 19. O produto dos direitos de Chancelaria e da venda das terras, de que tratam os arts. 11 e 14 será exclusivamente applicado: 1º, á ulterior medição das terás devolutas e 2º, a importação de colonos livres, conforme o artigo precedente.

Art. 20. Enquanto o referido produto não for sufficiente para as despesas a que é destinado, o Governo exigirá anualmente os créditos necessários para as mesmas despesas, ás quais applicará desde já as sobras que existirem dos credits anteriormente dados a favor da colonização, e mais a soma de 200\$000.

Art. 21. Fica o Governo autorizado a estabelecer, com o necessário Regulamento, uma Repartição especial que se denominará — Repartição Geral das Terras Publicas — e será encarregada de dirigir a medição, divisão, e descrição das terras devolutas, e sua conservação, de fiscalizar a venda e distribuição delas, e de promover a colonização nacional e estrangeira.

Art. 22. O Governo fica autorizado igualmente a impor nos Regulamentos que fizer para a execução da presente Lei, penas de prisão até três meses, e de multa até 200\$000.

Art. 23. Ficam derogadas todas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir, e guardar tão inteiramente, como nela se contém. O Secretario de Estado dos Negócios do Império a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro aos 18 dias do mês do Setembro de 1850, 29º da Independência e do Império.

IMPERADOR com a rubrica e guarda.

Visconde de Mont'alegre. Carta de lei, pela qual Vossa Majestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembleia Geral, que Houve por bem Sancionar, sobre terras devolutas, sesmarias, posses e colonização.

Para Vossa Majestade Imperial Ver. João Gonçalves de Araújo a fez. Euzébio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara. Selada na Chancelaria do Império em 20 de Setembro de 1850. — Josino do Nascimento Silva. Publicada na Secretaria de Estado dos Negócios do Império em 20 de setembro de 1850. — José de Paiva Magalhães Calvet. Registrada á fl. 57 do livro 1º do Atos Legislativos. Secretaria d'Estado dos Negócios do Império em 2 de outubro de 1850. — Bernardo José de Castro

SISTEMA DE PARCERIA

O Sistema de Parceria (1847-1860) foi o primeiro sistema utilizado no processo imigratório. Nele o imigrante recebia um salário equivalente a produção dos pés de café que estavam sob sua tutela. Essa experiência foi marcada pelo fracasso, pois as dívidas dos colonos se acumulavam aos gastos, pagos por eles, na viagem e moradia na fazenda. Como a dívida com o fazendeiro nunca era saldada, logo esse sistema gerou inúmeras revoltas de imigrantes.

SISTEMA DE COLONATO

Com o fracasso do sistema de parceria, foi estabelecido o sistema de colonato. Esse mecanismo que estabelecia a relação entre colono e fazendeiro teve um êxito muito maior que o anterior, mas só foi possível após uma política de divulgação e propaganda do governo brasileiro, no entanto, foi necessária uma política de divulgação e propaganda para atrair a imigração europeia nessa segunda fase, tendo em vista que, após o fracasso do sistema de parceria, o Brasil não gozava de boa reputação entre os imigrantes.

O sistema de colonato, diferentemente do sistema de parceria, era baseado no pagamento por pé de café e não por produtividade. Além disso, o colono recebia uma espécie de gratificação por produtividade. Era muito comum, os colonos plantarem alimentos entre os pés de café, principalmente leguminosas, que aumentavam a “nitrogenação” do solo e tornavam o colono menos dependente do fazendeiro. Além disso, as despesas de instalação, viagem e moradia eram divididas com os estados produtores, ou seja, no sistema de colonato havia o investimento dos Estados.

ERA MAUÁ: SURTO INDUSTRIAL NO BRASIL

O capital disponibilizado pelo fim do tráfico negreiro estimulou o investimento nas áreas mais diversas na economia, entre elas, a indústria. A necessidade de integralizar a produção cafeeira nas estruturas do capitalismo internacional estimulou a construção de grandes ferrovias, barateando o transporte e criando grupos de serviços, como ensacadores, refinadores, empresas ligadas ao melhoramento e exportação do café. Além das ferrovias, telégrafos, sistema de gás, bancos e até cervejaria, setores novos da economia nacional. Todas essas transformações, um verdadeiro surto industrial, foram chamadas de Era Mauá, pela participação ativa e pioneirismo de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá.

A reunião de fatores favoráveis como a tarifa Alves Branco, abolição do tráfico e ascensão do café estimularam uma onda de investimentos e empreendimentos que duraram até 1870. A partir da década de 70, a pressão inglesa contribuiu para a substituição da tarifa Alves Branco pela Silva Ferraz, que beneficiava os produtos ingleses novamente. Outro fator para o fim do surto industrial, foi a falta de investimento estatal, o fim do surto foi marcado pela declaração de falência do Barão de Mauá, seu maior ícone.

TARIFA ALVES BRANCO (1844)

Tarifa Alves Branco é o nome dado à legislação aduaneira, adotada a partir de 1844. Essa legislação funcionou como medida protecionista e regulou a distorção alfandegária que concedia benefícios aos países exportadores, principalmente à Inglaterra. Os baixos impostos cobrados aos produtos importados produziam dois problemas diretamente: baixa arrecadação de impostos e desestímulo industrial. É nesse sentido que a tarifa Alves Branco pode ser interpretada como uma lei protecionista, pois reservava o mercado consumidor interno para as indústrias nacionais. Os pontos fundamentais da tarifa Alves Branco, são:

- Se o produto tivesse um similar nacional, os direitos alfandegários seriam de 60%.
- Se o produto não tivesse um similar nacional, os direitos alfandegários seriam de 30%.

A tarifa Alves Branco foi um dos elementos mais importante para compreender o surto industrial experimentado, no Brasil, após a década de 40 no século XIX.

GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870)**PARAGUAI ANTES DA GUERRA**

Durante o século XIX, após sua independência, o Paraguai desenvolveu uma política para dentro, com o objetivo de depender o mínimo possível do exterior. Carlos Lopez (1840 – 1862) e seu filho e sucessor, Solano Lopez (1862 – 1870) imprimiram um modelo peculiar de governo, voltado para o mercado interno, estimulando pequenas e médias empresas e proprietários. Após o governo de quase trinta anos realizado por Francias, Carlos Lopez se propõe a industrializar o Paraguai, equipando tecnicamente o país. Do ponto de vista educacional, os governos paraguaios, do século XIX, foram caracterizados pelo processo de alfabetização do país, alcançando ainda nesse século um índice quase zero de analfabetismo.

CONFLITO URUGUAIO E AS TENSÕES NO RIO PRATA.

O Brasil e a Argentina eram os dois países mais poderosos da América do Sul, com nítido interesse de dominarem a bacia do rio Prata. Em 1860, o general Bernardo Berro assumiu como presidente do Uruguai, com uma política contra a interferência política externa no país. Os colorados, grupo rival ao do presidente, que era Blanco, organizaram um golpe de Estado, chamado de Cruzada libertadora. Como o presidente Berro, membro do partido Blanco, era contra interferência estrangeira, Brasil e Argentina, que queriam dominar a Bacia do rio da Prata, apoiaram o golpe do partido dos Colorados contra os Blancos. Para o Brasil, a questão política era vital, afinal, muitas propriedades latifundiárias uruguaias eram de brasileiros. Já os argentinos se posicionaram contra os blancos, já que esses apoiavam as pretensões federalistas da província argentina de Corrientes e Entre rios. Portanto, o conflito contra os blancos no Uruguai colocou do mesmo lado Brasileiros e Argentinos, que até aquele momento havia experimentado muitos conflitos imperialistas pela bacia do rio Prata.

Em 1864, com apoio de Brasil e Argentina, os colorados deram um golpe de Estado contra o presidente uruguaio Atanásio Aguirre, sucessor do partido blanco à presidência após o mandato de Berro. O conflito entre blancos e colorados no Uruguai, representou o estopim para a Guerra do Paraguai. Afinal, os paraguaios eram extremamente dependentes da bacia para se ter acesso ao mar, Solano López, presidente paraguaio, com o objetivo de ampliar seu acesso à Bacia do Prata, apoiou os blancos no conflito. Para os paraguaios, o domínio colorado sobre o Uruguai e a Bacia do rio Prata representava o controle brasileiro e argentino, dificultando as pretensões paraguaias de expansão e consolidação da economia. A grande questão paraguaia era a ausência de acesso ao mar e a extrema dependência da Bacia da Prata que, com o domínio colorado, estava sobre o controle brasileiro e argentino.

O Paraguai enviou um ultimato ao Brasil para que não interferisse na questão Uruguaia, que não obteve sucesso. López invadiu o Mato Grosso e capturou o navio brasileiro Marquês de Olinda: a guerra estava declarada. Entre os paraguaios, a guerra é conhecida como a grande guerra. Na historiografia brasileira e argentina, a guerra também foi nomeada de guerra da tríplice aliança, pelo acordo firmado entre Argentina, Brasil e Uruguai (dominado pelos colorados), que ainda contaram com o apoio informal inglês.



Solano López, o presidente do Paraguai, em charge de Ângelo Agostini. A legenda da época diz: "O Nero do Século XIX – Projeto de Monumento que os paraguaios reconhecidos pretendem erigir a Francisco Solano López" – 12/06/1869.

A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA: A GRANDE GUERRA.

No início da guerra, os paraguaios tiveram uma onda favorável de vitórias. Tomaram a iniciativa e, após mais de um ano de guerra, só tiveram sua primeira derrota em junho de 1865, na batalha de Riachuelo. A virada na guerra está relacionada com a troca da liderança das tropas da tríplice aliança de Mitre, presidente argentino, para Duque de Caxias. A partir do ano de 1866, o Paraguai deixou de ser o invasor para ser o invadido. As tropas brasileiras chegaram até a capital Assunção, provocando a fuga de Solano López para o norte do país. Essa terceira fase da guerra foi liderada pelo Conde D'Eu, marido da princesa Isabel, e tinha claro objetivo de aumentar a sua popularidade, afinal, após o domínio de Assunção, faltava a queda de Solano López para por fim à guerra. A liderança de Conde D'eu tinha o claro objetivo de capitalizar esforços para um Terceiro Reinado, que nunca viria acontecer. Em 1870, Solano López foi morto em Cerro-Corá, encerrando a maior guerra da América do Sul.



Batalha do Riachuelo, Victor Meirelles.

A vitória veio em grande medida para o lado brasileiro, embora tenha sido amarga para o Império, pois foi extremamente onerosa e gerou uma profunda crise política. Deve-se destacar a organização do exército, que saiu da guerra como uma instituição organizada e fortalecida, com grande prestígio social. Além disso, a marcante atuação dos “voluntários da pátria”, corpo de soldados voluntários que recebiam soldos e, caso retornassem, pensões e empregos públicos.

CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA DO PARAGUAI



Batalha do Riachuelo, Victor Meirelles.

- Perda de quase 40% do território paraguaio para o Brasil e a Argentina.
- Endividamento com a Inglaterra.
- Ampliação do debate abolicionista, em virtude da presença de negros, escravos e ex-escravos, na guerra.



O negro voluntário, imbuído do espírito do guerreiro que derramou seu sangue em defesa da pátria, volta do Paraguai e se depara com a, ainda vigente, atrocidade da escravidão em seu país.

- Fortalecimento do Exército Brasileiro;
- A morte de mais de 300 mil soldados;
- A morte de quase 50% da população masculina paraguaia.



A destruição causada pela guerra. Quadro de Juan Blanes (1880). Museu Nacional de Montevidéu, Uruguai.

CRISE DO IMPÉRIO (1870-1889)

MOVIMENTO REPUBLICANO

A partir de 1850, o Brasil se transformou. A população brasileira de 3 milhões (1822), passou para 14 milhões (1880). Existiam mais de 600 indústrias têxteis, nove mil quilômetros de ferrovias, navios a vapor, urbanização em curso e consolidação de um mercado interno. Somado a tal processo ganhavam contornos mais expressivos a abolição e o processo de imigração europeia.

Essas transformações permitiram o aumento exponencial da população urbana no Brasil, ligados a grupos médios urbanos, como dentistas, médicos, soldados, grupo social no qual a adesão ao movimento republicano, não por acaso, muito maior. Em 1870, foi lançado o Manifesto Republicano, solicitando reformas imediatas, defendendo a tese de que a República era resultado da evolução do Império e não de uma ruptura revolucionária. A bandeira do republicanismo também foi levantada por alguns militares, de clara ideologia positivista, entre eles, podemos destacar Benjamin Constant, professor da escola militar e difusor das ideias positivistas e republicanas.

É nessa aliança perigosa entre positivismo e militares, que os primeiros movimentos republicanos começam a se consolidar, justo em um momento de crise profunda do Império. Uma das teses que explicam a proclamação da República defende a ideia que o 15 de Novembro foi resultado de um processo de modernização política e social, que via no Império um obstáculo para sua concretização definitiva. Portanto, como o Império era avesso à modernização precisava ser excluído. Por isso, as frequentes associações de D. Pedro II ao Império como figura velha, decrépita e sempre doente.



El rey, nosso senhor e amo, dorme o sono da... indiferença. os jornais, que diariamente trazem os desmandos desta situação, parecem produzir em s.m. o efeito de um narcótico. bem aventurado senhor! para vós o reino do céu e para o nosso povo... o do inferno!

(Ángelo Agostini. 1887. El Rey – Nosso Senhor e Amo.

O OCASO DO IMPÉRIO

O termo “Ocaso do Império” foi utilizado por Oliveira Viana, para descrever o processo de isolamento político que se configurou nos últimos 20 anos do Império. Nessa perspectiva, a proclamação da República é interpretada mais como uma crise do Império, do que como anseio pela modernização política do Brasil. Diversos fatores corroboram essa tese, entre eles as questões: religiosa, militar e servil. Vejamos:



Charge de c.1870 a respeito da Questão Religiosa.

- A questão religiosa foi o conflito entre o Império e a Igreja católica, em torno da maçonaria. O papa Pio IX havia declarado a bula Syllabus, condenando a maçonaria e solicitando o afastamento dos membros da maçonaria da Igreja Católica. No entanto, D. Pedro II veta a aplicação da bula no Brasil, amparado pelo padroado, dispositivo da constituição que estabelecia o beneplácito e determinava as aplicações das regras do Vaticano no país, somente mediante a aprovação do Imperador. Alguns bispos desobedeceram o veto de D. Pedro II e foram condenados à prisão, mas libertados posteriormente. Enquanto isso, a situação não foi resolvida e a relação entre a Igreja e o Império continuava abalada.



- A questão militar girou em torno do conflito entre o Império e grupos militares ligados ao exército brasileiro. Após a guerra do Paraguai, os militares ficaram extremamente fortalecidos, com alto prestígio social. No entanto, essa situação não foi transferida para a esfera política, na qual os militares eram praticamente excluídos. A insatisfação dos militares, aliada a um desejo de maior participação política, contribuiu para a adesão daqueles ao movimento republicano.
- A questão servil ou da mão de obra foi o conflito entre o Império e os senhores escravistas, que se sentiam traídos com o processo abolicionista, ao qual se referiam como “traição nacional”. Esse conflito chegou ao seu auge com a lei Áurea, que foi decretada sem indenização aos ex-donos de escravos.



Tela “Colheita do Café” (1903), de Antônio Ferrigno

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

A situação crítica da monarquia fez com que o Império tentasse uma reforma que ficou ao encargo do Visconde de Ouro Preto, que assumiu a presidência do ministério em 1889. Quando o programa de Ouro Preto foi apresentado na Câmara, os parlamentares dissolveram-na por o considerarem a proposta reformista de mais, em função de uma maioria conservadora. Foi nesse clima de extrema tensão, que os partidos e movimentos republicanos pediram uma intervenção militar. Liderada por Marechal Deodoro da Fonseca, os militares, no dia 15 de Novembro de 1889, declararam a proclamação da República.

“A TRANSIÇÃO DA MONARQUIA PARA A REPÚBLICA FOI QUASE UM PASSEIO”

Essa expressão é do historiador Boris Fausto, nela ele se utiliza da ambiguidade do termo passeio. Afinal, a proclamação da República foi um passeio, pois os militares não encontraram resistência, pelo contrário, apenas a facilidade em sua implantação, o que nos permite afirmar que não foi resultado de um processo revolucionário militar.

“O POVO ÀQUILO ASSISTIU BESTIALIZADO”

Essa expressão pertence ao republicano Aristides Lobo. Ele descreve a perplexidade com a qual o povo recebeu a proclamação da República. Esta é a grande contradição desse momento histórico: instaura-se uma forma de governo, na qual o povo é soberano, sem a sua efetiva participação.

TEXTO COMPLEMENTAR

OS INVENTORES DO BRASIL

Responsável pela produção dos primeiros estudos históricos sobre o país, o IHGB completa 170 anos fiel às tradições.

Quando começa a História do Brasil? Há controvérsias. Em 1500, com a chegada do colonizador e os primeiros registros escritos sobre a terra? Muito antes disso, com as primeiras sociedades indígenas que aqui se estabeleceram? Ou só em 1822, quando viramos um país independente? Pode escolher sua referência favorita, mas não deixe de levar em conta outra hipótese: a História do Brasil começa em 21 de outubro de 1838. Nessa data foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Começava então a construção oficial do nosso passado. A cargo das mentes coroadas daquela casa do saber ficava a missão de interpretar o país recém-independente: quem éramos de onde vínhamos, qual era o nosso lugar? “Mentes coroadas” não é força de expressão. O IHGB nasceu fortemente vinculado ao regime imperial. Sua primeira sede funcionava dentro do Paço, no centro do Rio de Janeiro, pertinho de Pedro II. Um dos fundadores, o desembargador e político Cândido José de Araújo Viana, futuro marquês de Sapucaí, era inclusive professor do menino imperador. Mas pode-se creditar a iniciativa a dois homens: o cônego (e jornalista, e político) Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), dos tempos de D. João VI, e o marechal português (e historiador) Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839), outro personagem do Primeiro Reinado, envolvido no episódio do “Dia do Fico”. Na breve descrição destes personagens fica evidente a característica principal da instituição: a composição variada. Todos os membros da elite, todos monarquistas, a maioria políticos – mas gente intelectualmente destacada em áreas diversas, disposta a discutir os rumos do país. O momento era especialmente delicado. Durante o período regencial, o Brasil ainda estava longe de ser um fato consumado: revoltas explodiam de Norte (Cabanagem) a Sul (Farroupilha). Sob a ameaça da desagregação territorial, em 1840 D. Pedro II é declarado maior e assume o poder aos 14 anos. Era o momento de a elite criar uma identidade para o país. Dois anos depois, o IHGB lançou um concurso de monografias com o sugestivo título “Como escrever a História do Brasil?” E o vencedor, um naturalista alemão chamado Von Martius, não fez por menos, elaborando a versão oficial de nossa independência. Não foi ruptura, mas uma continuidade do Império português.

Outra controvérsia rondava a definição do que seria “o povo brasileiro”. O viés mais romântico, que propunha a incorporação dos índios na raiz da nacionalidade, era defendido pelo poeta Gonçalves de Magalhães. O historiador Francisco Adolfo de Varnhagen privilegiava a matriz europeia (os negros só seriam levados em conta no século XX). “Quem mais se divertia com essas discussões era o próprio D. Pedro II. Tanto que escolheu para os dois intelectuais títulos de nobreza que remetessem à sua respectiva tese nacionalistas. Varnhagen virou visconde de Porto Seguro, em alusão à chegada dos portugueses, e o indigenista Magalhães tornou-se visconde do Araguaia”, comenta a historiadora Lúcia Guimarães, especialista na história do IHGB e há três anos sócia do Instituto.

D. Pedro II foi assíduo frequentador dos debates. O fato de ter o imperador como patrono e mecenas costuma render à instituição o rótulo de “chapa branca”. Embora não haja dúvidas sobre o monarquismo do IHGB no século XIX, essa impressão soa anacrônica, segundo Lúcia Guimarães. “Era um espaço de contraposição de interpretações. As ideias eram debatidas, mas não impostas. A versão sobre a independência que se consolidou nos livros didáticos tinha opositores no Instituto. Varnhagen combatia a ideia de que o episódio tinha sido fruto da vontade de ‘José Bonifácio, D. Pedro I e do povo’. Ele foi o primeiro a propor a tese de que a gênese do Estado brasileiro na verdade vinha da chegada da Corte, em 1808, com a abertura dos portos. Tese que está sendo reabilitada só agora”, explica.

Ou seja, a ideia de “chapa branca” faz sentido atualmente, mas não é adequado para se pensar um tempo em que os contornos do Brasil mal existiam. Literalmente falando. Em 1841, convocado ao Parlamento para expor informações sobre os limites do país, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Aureliano de Sousa Coutinho, teve que confessar que... Não sabia. Quando D. João voltou para Portugal, em 1821, levou com ele os mapas originais. Sócio do IHGB, Aureliano convocou os outros para levantar a documentação nos cartórios das províncias e viajar até as fronteiras para demarcá-las. Missões também foram enviadas a Portugal com o objetivo de copiar o maior número possível de manuscritos sobre o Brasil.

Como se pode imaginar, o fim do Império e a chegada da República deixaram o IHGB em situação desconfortável. Poucos dias depois dos 15 de novembro de 1889, o ministro do Interior, Aristides Lobo, redigiu um decreto determinando a extinção do Instituto. “Não faça esta asneira”, teria dito o advogado Araripe Júnior, do IHGB, arrancando-lhe o decreto das mãos e rasgando-o em pedaços. Não é um órgão público, argumentava.

De fato não era, mas a ausência do padrinho fez a entidade mergulhar em profunda crise financeira. No início da República, o Instituto lançou mão de uma estratégia temerária de sobrevivência: a figura do sócio-benemérito. Não era preciso demonstrar conhecimento – bastava pagar (e muito) para exibir-se como sócio. Foi o que fizeram os deslumbrados novos-ricos de então. Revoltado com a chegada dos novos colegas, que “maculavam” o prestígio da casa, o visconde de Taunay abriu mão de sua cadeira. Os beneméritos não tinham lá grandes pretensões: desfilavam com seus fardões, mas quase não participavam dos trabalhos.

Com o tempo, e com presidentes da envergadura de um barão do Rio Branco, o IHGB recuperou seu prestígio. Em 1910, lançou uma campanha para estimular a criação de Institutos Estaduais. Os primeiros haviam sido os de São Paulo e Pernambuco, ainda no século XIX. Dali para frente, não só os estados ganharam seus institutos, mas também muitos municípios. De São Vicente (“aqui nasceu o Brasil”) a Montes Claros (MG), de São João de Meriti (RJ) a Paranaguá (PR), o culto à memória e ao passado disseminou-se.

Graças às doações de seus sócios e de interlocutores diversos, o IHGB acumulou um dos principais acervos de documentação colonial e imperial do país. “Não se pode fazer uma pesquisa histórica sobre o Brasil antes do século XX sem consultar o IHGB”, decreta Arno Wheling, o atual presidente. Já a documentação histórica do último século está mais dispersa, mas o IHGB detém a guarda dos acervos presidenciais de Rodrigues Alves e Epitácio Pessoa.

Todo presidente da República é automaticamente “presidente de honra” do IHGB. Getúlio Vargas foi um dos que mais desfrutaram do status, frequentando as sessões e incluindo o local no roteiro oficial das visitas de chefes de Estado estrangeiros. A sede definitiva, um prédio no centro do Rio, foi conquistada em 1972, com as bênçãos do general Emílio Médici. E quando as sombras da política voltam a rondar o ambiente, os membros apressam-se a dizer: o IHGB não se mete nessa seara. Quase não há mais políticos entre os sócios – o ex-presidente José Sarney é exceção – e os confrontos ideológicos são evitados. A discussão ali é histórica e cultural. “Eles têm uma noção muito clara disso”, confirma Lúcia, involuntariamente colocando-se fora do time, “senão vira núcleo de militantes”. Outro cuidado da casa é zelar pelo pluralismo, pelo espírito “amador” de fazer história. Nas últimas décadas, com o crescimento das universidades, surgiu certo conflito entre a antiga “academia de ciências” e os historiadores profissionais. “Não existe só uma História, estruturalista, dos grandes tempos e durações. A História perde graça ao se limitar a esta visão. Torna homogêneo o que não é, fica descarnada, sem homem de carne e osso. A História tem que ter ‘molho’”, defende Lúcia Guimarães. Ou seja: genealogistas, antiquários, colecionadores, economistas, engenheiros, jornalistas, militares, religiosos... Todos são bem-vindos. Tem sessão aberta todas as quartas, das 15h às 17h.

Ao completar 170 anos, o IHGB mantém-se fiel à sua filosofia original. E por incrível que pareça, é daí que vem o seu frescor: ser interdisciplinar está na ordem do dia.

Lorenzo Aldé

(<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos- revista/os-inventores-do-brasil>)

TEXTO COMPLEMENTAR

ABERTURA DOS PORTOS ÀS AVESSAS

Quando o tráfico negreiro começou a diminuir, o Reino de Onim, na África, ofereceu mundos e fundos para que continuasse o comércio de escravos com o Brasil.

Durante o período colonial, aportaram por aqui milhões de escravos africanos que levaram nas costas as principais atividades econômicas do Brasil. O tráfico negreiro internacional seguia sem freios. Até que, em 1810, portugueses e ingleses assinaram os Tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação. Foi um tiro certo no comércio de cativos que Portugal alimentava por vias marítimas. As consequências rapidamente chegaram à outra ponta do mercado, do lado de lá do Atlântico. Nessa época, a principal rota de africanos para o Brasil começava na Costa da Mina, na África Ocidental. E, na primeira década do século XIX, quem liderava a atividade era o Reino de Onim – situado onde hoje está a cidade de Lagos, capital da Nigéria. Quando Adoxa, rei de Onim, viu sua lucrativa atividade ameaçada pelo cerco dos ingleses, não pensou duas vezes: pegou papel e pena e escreveu à Coroa portuguesa. Guardada na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, “Carta ao rei de Portugal, franqueando aos portugueses portos em seus domínios” foi escrita em março de 1812. Propunha-se exatamente o que sugere o título: Adoxa comunica a D. João – talvez desconhecendo que na época ele ainda era Príncipe Regente – que os portos de seu reino africano estavam inteiramente à disposição dos portugueses. Na tentativa de reatar os laços comerciais com um de seus maiores com-



Na primeira década do século XIX, Adoxa, o rei de Onim, ainda liderava o “negócio dos escravos” da Costa da Mina. Acima, um registro desse comércio de gente entre europeus e africanos. (Imagem: Fundação Biblioteca Nacional)

pradores de escravos, ao longo da carta o rei Adoxa desfia argumentos e exalta a veia comercial de sua terra. Segundo ele, desde muito antes do reinado de seu pai, Onim já mantinha uma relação de amizade com vários povos, entre portugueses, ingleses, dinamarqueses, americanos, holandeses, espanhóis. Com todos eles comercializavam escravos – sua principal mercadoria – azeite de palma, marfim e “panos do Gabu” (região vizinha a Onim, hoje Guiné-Bissau). Para o rei de Onim, não havia motivos para que Portugal quebrasse essa relação tão duradoura que chamava de amizade. É que esses laços fraternos sempre lhe renderam bons frutos. Como grande parte do continente africano, Onim tinha no comércio internacional, especialmente o de escravos, sua principal atividade econômica.

Adoxa seguia em frente na argumentação, defendendo a soberania dos reinos africanos em face dos ingleses. Ele ressalta que seu reino e vários vizinhos, como o Porto de Appé e Badagre, não fizeram qualquer tratado com o país, não franquearam seu litoral para instalações inglesas, tampouco poderiam permitir que os navios daquela nação aprisionassem embarcações das nações amigas no litoral africano, como já havia acontecido com Portugal.

Ele escreveu: “Não me consta que nenhuma destas nações fizessem tratado algum com os ingleses, ou que lhe franqueassem o mais pequeno palmo de terra para sua habitação, sem que estivessem empregados no seu negócio (...). E que por esta posse e título pode-se chamar aos Portos declarados acima seus domínios, e virem sem atenção tomar os navios da Nação amiga e aliada, bem como aconteceu no meu Porto que fizeram prisioneiros a três navios Portugueses”. De fato, é possível encontrar registros do aprisionamento de várias embarcações baianas no litoral africano durante aqueles anos. Quando faziam as negociações locais, os comerciantes portugueses recebiam recados de que deveriam circular apenas nos trechos da costa em que houvesse entreposto português. Por isso mesmo, a oferta de Onim de abrir seus portos para Portugal era tentadora. Em troca, era pedida manutenção da amizade entre os países e, claro, o tráfico negreiro: “sendo este o sentimento que me motiva a oferecer a Real Coroa Portuguesa, em meu nome e dos meus sucessores, as minhas Praias para que nelas possa V. ^a Real mandar edificar quantos Fortes quiser e ter o título de Praias Portuguesas, sem que para isso eu queira tributo, ou débito algum só sim deseja a boa amizade, e opulência do Comércio”. Os esforços para potencializar as oportunidades no comércio de escravos vinham de muitos lados. Durante o século XVIII e início do XIX, as autoridades africanas chegaram a enviar embaixadores à América. Do Daomé e de Ardra, outros de importantes reinos da Costa da Mina, estiveram algumas vezes no Brasil para conversas que pretendiam proteger suas transações comerciais. Adoxa, portanto, não estava sozinho.

Lia Jordão

(<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/por-dentro-do-documento/caminho-sem-volta>)

R EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

01 | UFG Analise os documentos a seguir:

Art. 1º. As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos do Brasil, tendo a seu bordo escravos, ou havendo-os desembarcado, serão apreendidas pelas autoridades, ou pelos navios de guerra brasileiros, e consideradas importadoras de escravos.

Art. 4. A importação de escravo no território do Império fica nele considerada como pirataria, e será punida pelos seus tribunais com as penas declaradas no Código Criminal.

LEI EUSÉBIO DE QUEIRÓZ, de 4 de setembro de 1850.

Disponível em <<http://www.gptec.cfch.ufrj.br/html/eusebio.html>>. Acesso em: 26 out. 2012. (Adaptado).

Art. 1º. Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

Art. 18. O Governo fica autorizado a mandar vir anualmente à custa do Tesouro certo número de colonos livres

para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração pública, ou na formação de colônias nos lugares em que estas mais convierem; tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achem emprego logo que desembarcarem.

LEI DE TERRAS, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 26 out. 2012. (Adaptado).

A promulgação da Lei Eusébio de Queiróz e da Lei de Terras revela uma preocupação latente com a definição do estatuto da escravidão e da propriedade fundiária no Brasil. Com base nos documentos apresentados e considerando-se o contexto do Segundo Império, explique:

- A** uma consequência socioeconômica da implementação da Lei Eusébio de Queiróz, no Rio de Janeiro.
- B** As mudanças na estrutura produtiva brasileira, proporcionadas pelas duas leis.

Resolução:

- A** A implementação da Lei Eusébio de Queiróz teve as seguintes consequências socioeconômicas para a cidade do Rio de Janeiro (o candidato deve indicar apenas uma):
- inversão dos investimentos aplicados no tráfico de escravos para a consolidação da infraestrutura da cidade. Nesse sentido, as ações podem assim ser descritas: 1) implantou-se a malha ferroviária, a partir de 1864, bem como a primeira linha de telégrafo, em 1852; 2) ampliou-se o sistema bancário;
 - intensificação do comércio de produtos com a Europa, que incidiu no aumento das importações de bens de consumo;
 - melhorias na estrutura urbana da capital, que podem ser identificadas por meio da construção de palácios, do calçamento de ruas, da instalação de iluminação a gás e de bonde com tração animal.
- B** As leis, aprovadas com uma diferença de duas semanas, transformaram diretamente a estrutura econômica do Segundo Império. Por um lado, a implementação da Lei Eusébio de Queiróz trouxe como consequência a diminuição da oferta de mão de obra escrava, necessária à manutenção da vida econômica nacional, principalmente em São Paulo, onde a cafeicultura utilizava-se do trabalho compulsório em larga escala. Na indisponibilidade da utilização da mão de obra escrava, o incentivo à imigração foi o mecanismo substitutivo encontrado, capaz de evitar a crise da economia nacional. Ao mesmo tempo, a implementação da mão de obra livre foi feita de modo condicional, com o objetivo de garantir o controle da propriedade fundiária, restringindo-lhe o acesso – esse controle e restrição foram normatizados pela Lei de Terras. Com a implementação dessa lei, o acesso à terra, que antes era considerada sem valor, ficou restrito àqueles que possuíam condições de adquiri-la por meio da compra e de registrá-la. Esse dispositivo visava impedir que os trabalhadores recém-chegados pleiteassem a posse do solo onde trabalhavam e, ao mesmo tempo, tornou-os dependentes das relações de trabalho impostas pelos proprietários da terra. Em virtude disso, por um lado, ambas as leis garantiram que o instrumento promotor da riqueza individual permanecesse nas mãos da elite proprietária, por outro, sua aplicação modificou a estrutura produtiva da agricultura brasileira.

02| FUVEST Observe os dois quadros a seguir.



Fonte: Victor Meirelles de Lima. Combate naval do Riachuelo, 2ª versão, 1882 / 1883



Fonte: Juan Manuel Blanes. A destruição causada pela guerra, 1880

Essas duas pinturas se referem à chamada Guerra da Tríplice Aliança (ou Guerra do Paraguai), ocorrida na América do Sul entre 1864 e 1870.

- A** Esses quadros foram pintados cerca de dez anos depois de terminada a Guerra do Paraguai, o da esquerda, por um brasileiro, o da direita, por um uruguaio. Analise como cada um desses quadros procura construir uma determinada visão do conflito.
- B** A Guerra do Paraguai foi antecedida por vários conflitos na região do Rio da Prata, que coincidiram e se relacionaram com o processo de construção dos Estados nacionais na região. Indique um desses conflitos, relacionando-o com tal processo.

Resolução:

- A** O quadro da esquerda, pintado por um brasileiro, retrata uma das mais importantes batalhas da guerra (Batalha do Riachuelo), na qual o exército brasileiro se faz vencedor. Tal obra exalta o exército como uma força superior (navios brasileiros X homens inimigos), que iria acabar definitivamente com o conflito e marcar a hegemonia brasileira na região. Já o quadro da direita, pintado por um uruguaio, representa a situação de destruição e miséria na qual se encontram as localidades marcadas pela guerra (mais especificamente, áreas paraguaias). Vale ainda a ressalva de que esta obra retrata uma mulher solitária em meio à destruição e morte, situação que marcou o Paraguai após o fim do conflito devido ao alto índice de mortalidade masculina.
- B** A Guerra da Cisplatina (Brasil X Argentina), entre 1825 e 1828, que resultou na Independência do Uruguai. A região havia sido anexada por D. João VI e a população local, assim como os argentinos nunca aceitaram tal situação. Apesar do desejo argentino de controlar a região, a guerra garantia a independência e a origem de um novo Estado, o Uruguai. Podemos citar ainda a Guerra contra Oribe e Aguirre, líderes blancos uruguaios contrários a influência do Brasil na sua nação; e a Guerra contra Rosas, líder argentino que buscava anexar o Uruguai e ameaçava o domínio brasileiro na região.

03| UFF



Estação central da Estrada de Ferro Central do Brasil (Marc Ferrez, c. 1870).

A inauguração da estação da Estrada de Ferro Central do Brasil em 1870 simboliza uma aparente contradição: o Brasil era um país escravocrata ao mesmo tempo que buscava instalar as novas e modernas máquinas e tecnologias oriundas da Revolução Industrial. O trem era, assim, o símbolo da modernização.

A partir dessa afirmação, discuta a importância da estrada de ferro na manutenção das relações escravistas na economia brasileira do século XIX.

Resolução:

O candidato deverá abordar a redução dos custos de transportes propiciada pela instalação dos ramais ferroviários, entre as regiões produtoras de café e o porto. Ainda deverá destacar que a ferrovia possibilitou a concentração de mão de obra escrava diretamente na produção cafeeira, força de trabalho antes também utilizada na condução do produto, através do comércio tropeiro, para a cidade do Rio de Janeiro.

04| UNESP



Cheio de glória, coberto de louros, depois de ter derramado seu sangue em defesa da pátria e libertado um povo da escravidão, o voluntário volta ao país natal para ver sua mãe amarrada a um tronco! Horrível realidade! ...

(Ângelo Agostini. A Vida Fluminense, 11.06.1870. Adaptado.)

Identifique a tensão apresentada pela representação e por sua legenda e analise a importância da Guerra do Paraguai para a luta de abolição da escravidão.

Resolução:

Tensão apresentada pela representação e sua legenda: O contraste entre a condição de liberdade adquirida pelo negro que combateu na Guerra do Paraguai e a permanência, nas fazendas brasileiras, de inúmeros escravos que continuavam sujeitos à brutalidade do sistema escravista e à crueldade de seus senhores.*

**O adaptador faz uma afirmação que é desmentida pela ilustração: o personagem que está sendo açoitado não pode ser a mãe do soldado, pois pertence ao sexo masculino, como se depreende não só de sua complexão, mas também do fato de usar calças idênticas às do algoz, em uma época na qual as mulheres vestiam saias. A importância da Guerra do Paraguai para a luta*

de abolição da escravidão: foi a participação de milhares de negros na Guerra do Paraguai – muitos deles escravos alforriados para serem incorporados ao Exército – fortaleceu a campanha abolicionista porque, além de coloca-los em igualdade com os brancos, no tocante à defesa da Pátria, em geral portaram-se bravamente (como se pode concluir, na ilustração, do conde corações fixados na túnica do soldado negro).*

**O adaptador afirma que o soldado da ilustração era um “voluntário”, o que não pode ser comprovado pela mera observação do desenho de Ângelo Agostini, mas que visa realçar o patriotismo da personagem, dentro de uma perspectiva abolicionista.*

05| UNICAMP A foto A mostra famílias de colonos imigrantes alemães que participaram do povoamento do Paraná e a foto B mostra colonos italianos na cidade de Caxias do Sul (RS).



FOTO A

(Fonte: <http://www.infoescola.com/historia/colonizacaoalema-no-sul-do-brasil/>. Acessado em 16/10/2012.)



FOTO B

(Fonte: <http://www.infoescola.com/historia/colonizacao-italiana-nosul-do-brasil/>. Acessado em 16/10/2012.)

A primeira grande política regional executada pelo nascente Estado nacional brasileiro foi a colonização dirigida na Região Sul do Brasil.

A Identifique os objetivos do governo brasileiro quando formulou a política de povoamento da Região Sul com populações imigrantes, especialmente europeus.

B Aponte duas características que predominaram no tipo de povoamento empreendido pela colonização dirigida na Região Sul, uma, referente ao regime de propriedade da terra adotado, e outra, referente às formas de cultivo da terra.

Resolução:

A O Estado nacional brasileiro, constituído em 1822, teve como um dos seus principais objetivos a formulação de políticas regionais que garantissem o povoamento dos espaços de fronteira, a manutenção da unidade nacional, o aumento da produção de alimentos e adoção de regime de trabalho livre com população branca de origem europeia. Para tanto, o governo imperial empreendeu, como uma de suas ações, a colonização dirigida na Região Sul do Brasil, especialmente nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a qual consistia, entre outros aspectos, em incentivar a imigração de população europeia para o país e a sua instalação na mencionada região, sobretudo em zonas fronteiriças com os países do Rio da Prata ou em áreas de baixo povoamento nos planaltos, pela presença de florestas, e nos vales dos rios.

B O regime de propriedade adotado na colonização dirigida era o de pequena propriedade; o cultivo nos lotes, frequentemente com rotação de terras com várias culturas, era realizado com instrumentos simples e força de trabalho familiar, voltado predominantemente para a subsistência.



QUEM NÃO É PELO BRASIL, É CONTRA O BRASIL

(Revista Semana Ilustrada, 25/06/1865. In: Nossa História, nº 31, 2006.)

06| UERJ Essa ilustração foi publicada em 1865, durante a Guerra do Paraguai, e reflete o posicionamento de vários membros das elites intelectuais brasileiras favoráveis à guerra.

Apresente dois argumentos, utilizados na época, para justificar a participação do Brasil nesse conflito.

Resolução:

Dois dentre os argumentos:

- *O caráter heroico, civilizador e libertador da guerra contra o ditador Solano Lopez, uma vez que o Brasil levaria a civilização a um país que era identificado como expressão da barbárie.*

- *A guerra ocorreu num período de mudanças na América Latina, em virtude dos investimentos britânicos, que permitiram o desenvolvimento de infraestrutura nos países. O Brasil, a fim de obter os benefícios desses investimentos, teve que se aproximar dos interesses dos britânicos, ou seja, manter a livre navegação na bacia platina.*
- *O Estado imperial temia que uma política expansionista paraguaia viesse a colocar em xeque a integridade territorial do Brasil, uma vez que, apesar da expansão da malha ferroviária, a ligação do restante do país com regiões do atual centro-oeste e do oeste da região sul fazia-se predominantemente por via fluvial.*

F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01| UFG Leia o fragmento da peça teatral a seguir.

Cena II

Pedro – Senhor chamou?

Eduardo – Onde andava?

Pedro – Fui ali na loja da esquina.

Eduardo – Fazer o quê? Quem lhe mandou lá?

Carlottinha – Foi vadiar, é só o que ele faz.

Pedro – Não, não; fui comprar soldadinho de chumbo.

[...]

Cena XVII

Eduardo – Os antigos acreditavam que toda a casa era habitada por um demônio familiar, do qual dependia o sossego e a tranquilidade das pessoas que nela viviam. Nós, os brasileiros, realizamos infelizmente esta crença; temos no nosso lar doméstico esse demônio familiar.

ALENCAR, José. *O demônio familiar*. Campinas, SP: Pontes, 2003, p. 10; 89.

Escrita em 1857, a peça *O demônio familiar* fez grande sucesso, quando foi encenada no Rio de Janeiro. As obras de teatro de Alencar pretendiam, pedagogicamente, fixar a percepção que a Corte tinha da escravidão. Nesse sentido,

- A** caracterize as formas de trabalho do escravo urbano, em vigor no período.
- B** Explique o porquê de o escravo ser considerado um demônio familiar, na peça de Alencar.

02| UFF “O tráfico de escravos do Atlântico, apesar de sua importância central na história econômica e social do imperialismo ocidental, de seu papel fundamental na história da América e de seu profundo impacto sobre a sociedade africana, permaneceu como uma das áreas menos estudadas na moderna historiografia ocidental até as últimas décadas deste século. O interesse tardio não se deu por falta de fon-

tes, pois o material disponível para seu estudo foi abundante desde o começo. Ao contrário, foi ignorado devido a sua associação com o Imperialismo europeu de que resultou falta de interesse por um problema moralmente difícil, a que se acresceu a falta de instrumental metodológico, que permitisse analisar complexos dados quantitativos.”

KLEIN S. Herbert. Novas interpretações do tráfico de escravos do Atlântico. In: *Revista de História*. n.120, São Paulo, jul.1989.

A partir das informações do historiador Herbert Klein, pode-se afirmar que atualmente há uma historiografia dedicada a rever muitos dos paradigmas consagrados a respeito do tráfico transatlântico de cativos.

- A** Analise o papel dos africanos no comércio de cativos.
- B** Enumere duas razões para o fracasso da lei de abolição do tráfico em 1831 no Brasil.

03| UFRRJ Leia o texto a seguir.

Mauá – Um Homem a frente do seu Tempo

Irineu Evangelista de Souza, nascido no Rio Grande do Sul, em 28 de dezembro de 1813, foi um homem de personalidade forte, controvertido e irreverente. Trabalhando como balconista no Rio, onde chegou levado por um tio em 1822, ele começou a observar o atraso em que o Brasil vivia. E de lá saiu para ajudá-lo, tornando-se poderoso e rico. No fim faliu. Segundo o historiador Heitor Ferreira, o Barão de Mauá teve muitos problemas porque era um “adversário social do regime”. Mas, como “homem de negócios”, ele personificou uma das aspirações de seu tempo: a aspiração capitalista, que era então o ideal mais avançado.

OLIVEIRA, Ivacy F.(org.). Heróis de Verdade. Tatui-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2. ed. 1986. Disponível em www.guaruja1.hpg.ig.com.br/visconde_maua.htm. Acesso em:03/09/07.

Além do esforço pessoal de Mauá, apresente um outro fator que tenha contribuído para o desenvolvimento industrial do Brasil entre as décadas de 1840 e 1850.

08| UNIFESP (...) *o paulista nunca se afez às coisas do mar. É homem do interior. A palavra interior é das que mais usa o paulista. É no sertão que está a terra boa e não na beirada do oceano, como no Norte.*

(Rubem Borba de Moraes. Prefácio do livro de Saint-Hilaire, *Viagem à província de São Paulo*, 1819.)

O texto alude às diferenças históricas existentes entre São Paulo e o Norte do Brasil (atual Nordeste brasileiro),

que remontam ao início da colonização portuguesa.

- A** Quais condições geográficas e econômicas favoreceram a colonização litorânea de Pernambuco e do Recôncavo baiano nos séculos XVI e XVII?
- B** Explique a razão da rápida ocupação econômica do Oeste Velho paulista, a partir de 1830.

T ENEM E VESTIBULARES

01| UDESC No Brasil do século XIX, as principais formas de trabalho e os meios de acúmulo de riquezas estavam ligados à posse de escravos. Além da riqueza, ter escravos era sinal de poder e prestígio na sociedade escravista. Contudo, após 1850 esse sistema sofreria mudanças e entraria em crise.

Analise as proposições sobre o contexto histórico que contribuiu para o entendimento da crise do sistema escravista.

- I. Principalmente nas capitais das províncias passaram a surgir os primeiros movimentos abolicionistas, sendo que em 1880 o abolicionismo representava um amplo movimento social, com o envolvimento de jornais, clubes e comícios, liderado por intelectuais e políticos. Muitos negros e mestiços participaram dessas lutas.
- II. Com a proibição do tráfico negreiro, o número de escravos, no Brasil, passou a decrescer, conseqüentemente o preço dos escravos aumentou, dificultando o atendimento da demanda das grandes fazendas de café e de açúcar.
- III. Fugas em massa, desobediências e rebeliões de escravos ocorreram por quase toda a região Sudeste no último quartel do século XIX, o que contribuiu para fazer ruir o sistema baseado na propriedade escrava.
- IV. A crise do sistema escravista não pode ser dissociada da própria crise do Império no Brasil. Não é por acaso que o decreto que pôs fim à escravidão seria assinado apenas um ano antes do fim do Império e da inauguração do novo regime político: a República.

Assinale a alternativa correta:

- A** Somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- B** Somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- C** Somente as afirmativas I e III são verdadeiras.
- D** Somente as afirmativas II e IV são verdadeiras.
- E** Todas as afirmativas são verdadeiras.

02| FAC. DIREITO DE SOROCABA Pouco mais de um ano separa a abolição da escravidão (13 de maio de 1888) do golpe da República (15 de novembro de 1889). Essa proximidade de datas:

- A** Explicita a importância da aristocracia rural do nordeste, amplamente favorável à República e a primeira a empregar mão de obra livre.
- B** Demonstra a força política que os cafeicultores do oeste paulista, contrários à abolição da escravidão, tinham naquele momento.
- C** Revela como a elite escravista era um dos pilares de sustentação do Império, que foi derrubado pouco depois da abolição.
- D** É apenas uma coincidência, pois não há relação entre os dois episódios, um deles social e o outro político.
- E** Evidencia o impacto político da chegada de imigrantes italianos ao Brasil, muitos deles líderes das revoltas populares republicanas.

03| FUVEST Examine a seguinte tabela:

Ano	Nº de escravos que entraram no Brasil
1845	19.453
1846	50.325
1847	56.172
1848	60.000

A tabela apresenta dados que podem ser explicados:

- A** Pela lei de 1831, que reduziu os impostos sobre os escravos importados da África para o Brasil.
- B** Pelo descontentamento dos grandes proprietários de terras em meio ao auge da campanha abolicionista no Brasil.
- C** Pela renovação, em 1844, do Tratado de 1826 com a Inglaterra, que abriu nova rota de tráfico de escravos entre Brasil e Moçambique.

- D Pelo aumento da demanda por escravos no Brasil, em função da expansão cafeeira, a despeito da promulgação da Lei Aberdeen, em 1845.
- E Pela aplicação da Lei Eusébio de Queirós, que ampliou a entrada de escravos no Brasil e tributou o tráfico interno.

04| FAC. SANTA MARCELINA SP

Observe a charge que mostra D. Pedro II.



(Ángelo Agostini. Revista Ilustrada, 1882.)

Foram fatores que contribuíram, no Brasil, para essa situação:

- A A defesa do federalismo pelos barões do café e o apoio norte-americano ao golpe.
- B A decadência das exportações agrícolas e os incidentes entre a monarquia e os escravos.
- C A oposição da aristocracia à Lei Áurea e o perigo de recolonização pelos portugueses.
- D A emergência de um exército forte após a Guerra do Paraguai e a modernização econômica.
- E A hegemonia política das camadas médias urbanas e o grande endividamento público.

05| UPE

Analisar a charge a seguir:



Fonte: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/charge-do-mes/a-questao-religiosa>.

A charge de Bordallo Pinheiro, publicada em 1875, mostra o imperador D. Pedro II sendo castigado pelo Papa em clara alusão à chamada questão religiosa. Sobre esse episódio do final do regime monárquico no Brasil, é CORRETO afirmar que:

- A A tensão entre Estado e Igreja não contribuiu para a crise da monarquia no Brasil.
- B A origem da questão foi a não determinação de expulsão de maçons das irmandades religiosas por D. Pedro II, descumprindo determinação papal.
- C Apesar da opinião pública contrária, o imperador manteve na prisão, até o cumprimento total da pena, os dois bispos por não acatarem suas determinações.
- D Na província de Pernambuco, as determinações de D. Pedro II foram postas em prática pelo bispo de Olinda.
- E Após o incidente, a Igreja passou a condenar oficialmente a prática da escravidão negra no Brasil.

06| FGV O conhecimento da industrialização no Brasil, isto é, das formas particulares da industrialização no Brasil, deve estar, explícita ou implicitamente, apoiado na análise das relações entre o café e a indústria. *E a análise correta dessas relações é impossível se considerarmos café e indústria como elementos opostos. É indispensável reunir café e indústria como partes da acumulação de capital no Brasil;* mais precisamente, como partes das novas formas de acumulação cuja *formação* encontra as suas *origens* na década de 1880 a 1890.

(Sérgio Silva, *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*).

No contexto do Brasil da passagem do século XIX para o XX, acerca das relações entre a produção cafeeira e a indústria, é correto considerar que:

- A O avanço da produção industrial foi inversamente proporcional ao crescimento da produção cafeeira, uma vez que a entrada de recursos derivada da exportação de café era reuplicada apenas na produção cafeeira.
- B A ampliação do trabalho livre permitiu que parcelas dos capitais acumulados fossem investidas nas atividades industriais, desse modo, a economia cafeeira e a indústria fazem parte de um mesmo processo de desenvolvimento.
- C Os empresários ligados à produção e exportação do café tinham representação política hegemônica e seus interesses eram defendidos pelo Estado brasileiro, que impedia a inversão de capitais cafeeiros na indústria.
- D Os interesses dos cafeicultores e os dos industriais eram excludentes, visto que, com a expansão cafeeira, as maciças exportações desse produto atrapalharam os investimentos na indústria.
- E A exportação cafeeira atrelou o comércio externo brasileiro às importações de produtos industrializados da Europa e dos Estados Unidos, impedido o desenvolvimento da indústria no Brasil antes de 1930.

07| UEL Apesar da prosperidade inicial, as atividades empresariais de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, nos setores de comunicação, de transporte e bancário, além dos empreendimentos na área dos serviços públicos e em melhoramentos urbanos, não conseguiram perdurar, nem tampouco alteraram os quadros de dependência que caracterizaram nossa economia na segunda metade do século XIX.

Sobre o fracasso da industrialização empreendida por Mauá, no Segundo Reinado, é correto afirmar:

- A** A proliferação em todo o Brasil de estabelecimentos industriais e bancários, similares aos da região Centro-Sul, levou a uma diminuição do capital disponível para novos empreendimentos no Oeste paulista.
- B** Apoiadas por setores governamentais e, sobretudo, pelo próprio Imperador, as realizações de Mauá naufragaram em decorrência da competição dos produtos nacionais no mercado interno.
- C** O novo momento que se inaugurou para o capitalismo internacional favoreceu a penetração e concorrência de capitais norte-americanos no setor de serviços e nas atividades bancárias do Império brasileiro.
- D** Os investimentos de Mauá no sistema ferroviário para escoamento da produção cafeeira foram boicotados pelos seus adversários, os ricos proprietários de terras.
- E** Mauá encontrou dificuldades em vencer o espírito tradicional, avesso à mentalidade empresarial, ao risco e às formas de lucro implícitas no desenvolvimento do capitalismo industrial.

08| UFRN As transformações econômico-sociais da segunda metade do século XIX no Brasil, conhecidas como a “Era Mauá”, especialmente o surto industrial, foram estimuladas:

- A** Pela política industrialista do governo imperial em detrimento dos grandes produtores rurais.
- B** Pela introdução maciça de imigrantes europeus para trabalharem nas fábricas urbanas.
- C** Pela abolição da escravidão, que transformou imediatamente os ex-escravos na mão-de-obra preferida nessas indústrias.
- D** Pelo fim do tráfico negreiro, que liberou capitais que foram aplicados em outras atividades.
- E** Pela substituição das importações de produtos manufaturados ingleses, incentivada pelas necessidades da Guerra do Paraguai.

09| UFTM O fato de ser a única monarquia na América levou os governantes do Império a apontarem o Brasil como um solitário no continente, cercado de potenciais inimigos. Temia-se o surgimento de uma grande república liderada por Buenos Aires, que poderia vir a ser um centro de atração sobre o problemático Rio Grande do Sul e o isolado Mato Grosso. Para o Império, a melhor garantia de que a Argentina não se tornaria uma ameaça concreta estava no fato de Paraguai e Uruguai serem países independentes, com governos livres da influência argentina.

(Francisco Doratioto. *A Guerra do Paraguai*, 1991.)

A partir das preocupações citadas no texto, o Império brasileiro agiu no Prata:

- A** Intervindo na Banda Oriental e anexando-a ao território brasileiro, com o nome de Província Cisplatina.
- B** Aproveitando as lutas internas nos países vizinhos e apoiando as facções que garantissem a livre navegação dos rios da região.
- C** Rejeitando a atuação da Tríplice Aliança, que pretendia intervir no Paraguai, para submetê-lo aos interesses de Buenos Aires.
- D** Tolerando as revoltas regionalistas no sul de seu próprio território e intensificando a integração comercial com os países vizinhos.
- E** Apoiando a Confederação Argentina de Juan Manuel Rosas, que defendia a fragmentação política na região.

10| UEL Analise o mapa a seguir (Fig. 16).



Figura 16: América do Sul com a localização do Lago de Itaipu.

A histórica disputa pelo controle geopolítico da Bacia do Prata colocou em guerra, no período de 1864 a 1870, Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina.

O conflito envolveu distintos interesses, entre os quais:

- I. As questões de livre navegação nos rios Paraguai e Paraná, caminhos naturais de acesso ao estuário do Prata.
- II. A constituição de uma confederação nos moldes bolivarianos, capaz de unir diferentes etnias indígenas daqueles países.
- III. A política expansionista do Paraguai, efetivada, na época, pela conquista de áreas do Mato Grosso.
- IV. A presença britânica na região, que defendeu as suas iniciativas socioeconômicas opondo-se aos interesses da Argentina.

Assinale a alternativa correta:

- A** Somente as afirmativas I e II são corretas.
- B** Somente as afirmativas I e III são corretas.
- C** Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- D** Somente as afirmativas I, II e IV são corretas.
- E** Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

11 | UFGD A historiografia sobre a guerra do Paraguai – ou guerra da Tríplice Aliança para os paraguaios – era até bem pouco tempo algo que valorizava demasiadamente o papel de um entre os quatro contendores (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai) e que atribuía a um quinto país uma grande parte da responsabilidade por esse que foi o mais longo e cruel conflito a envolver países da América do Sul. Uma revisão das visões tradicionais sobre a Guerra feita nos últimos vinte anos recolocou vários dos problemas. Considerando isso, assinale a alternativa que apresenta uma das causas que provocou essa guerra.

- A** Pelo desejo da Inglaterra de dominar o comércio na região do Prata. Situação que levou a então maior potência econômica do planeta a armar Argentina, Brasil e Uruguai para que esses países atacassem o Paraguai.
- B** Pelo desenvolvimento diferenciado da economia Paraguaia que, sob o controle de ditadores democráticos, afastava-se cada vez mais da Inglaterra na direção da autossustentabilidade e da

sua transformação em um modelo que poderia ser seguido por Argentina, Brasil e Uruguai.

- C** Pela ambição do ditador paraguaio, que o levou a armar-se e constituir um exército nacional destinado a invadir Argentina, Brasil e Uruguai, a fim de garantir novas terras para a expansão da agricultura e indústria paraguaia e também pode alcançar o mar.
- D** Pelo sentimento de superioridade do Brasil monárquico. Este necessitava controlar seus vizinhos, considerados inferiores, não somente por serem menores, mas, sobretudo, por serem “republicuetas”.
- E** Pelas contradições platinas acentuadas pelo processo de consolidação dos estados nacionais na região. Tais contradições se cristalizaram em torno da guerra civil uruguaia, na qual Argentina, Brasil e Paraguai interferiram. A guerra interessava a todos os estados envolvidos, que julgaram incorretamente que o conflito seria curto e que seus objetivos seriam alcançados sem muito esforço, o que terminou por não ocorrer principalmente devido aos erros de análises dos países envolvidos.

12 | UNESP A Guerra do Paraguai (1864-1870) foi definida, por alguns historiadores, como um momento de apogeu do Império brasileiro. Outros preferiram considerá-la como uma demonstração de seu declínio. Tal discordância se justifica porque o conflito sul-americano:

- A** Estabeleceu pleno domínio militar brasileiro na região do Prata, mas provocou grave crise financeira no Brasil.
- B** Abriu o mercado paraguaio para as manufaturas brasileiras, mas não evitou a entrada no Paraguai de mercadorias contrabandeadas.
- C** Freou o crescimento econômico dos países vizinhos, mas permitiu o aumento da influência americana na região.
- D** Ajudou a profissionalizar e politizar o Exército brasileiro, mas contribuiu na difusão, entre suas lideranças, do abolicionismo.
- E** Fez do imperador brasileiro um líder continental, mas gerou a morte de milhares de soldados brasileiros.

13| UNISA Observe as imagens.



(www.webpoli.blogspot.com)



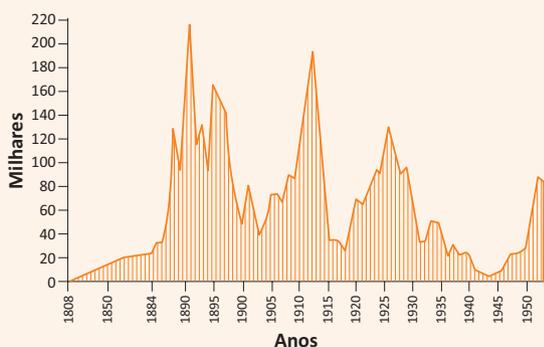
(Museu Histórico Ernesto Ricciardi. www.acquintaldasartes.com.br)

Comparando as fotografias, pode-se observar uma das consequências da expansão do cultivo do café na região Sudeste do Brasil, a partir da segunda metade do século XIX. Trata-se de:

- A** Utilização de mão de obra feminina na agricultura.
- B** Substituição da mão de obra escrava pela do imigrante europeu.
- C** Desvalorização do artesanato nativo no campo da cestaria.
- D** Mecanização das fazendas, visando o aumento da produtividade.
- E** Evolução da indústria de confecção de trajes femininos.

14| UFG Leia o gráfico a seguir.

Fluxo de imigrantes no Brasil no período de 1808 a 1950



Disponível em: <www.scipione.com.br/ap/ggb/unidade6_c3_a01.htm>. Acesso em: 4 out. 2010.

Analisando-se os dados do gráfico, verifica-se que a oscilação de maior expressão representada decorre:

- A** Da promulgação das leis que proibiram o tráfico de escravos, facilitando o afluxo de imigrantes.
- B** Das consequências da crise econômica mundial, motivando o aumento do fluxo de imigrantes.
- C** Da abolição da escravidão, intensificando a opção pela mão de obra imigrante.
- D** Da política racial da Era Vargas, expulsando grandes contingentes populacionais.
- E** Da Segunda Guerra Mundial, que resultou no afluxo populacional de deslocados.

15| UPE A partir das últimas décadas do século XIX, uma série de mudanças importantes e cada vez mais rápidas marcaram a cultura e a língua do Brasil, que foram motivadas pelo (a):

- A** Fim da escravidão, pela chegada de imigrantes, pela industrialização e pelo contínuo deslocamento de milhares de pessoas de áreas rurais para o centro urbano.
- B** Crescimento das cidades que se multiplicaram, tornando-se verdadeiros “caldeirões” de línguas e pelo *Romantismo* que surgiu em oposição aos valores da sociedade proletária que então se firmava.
- C** Surgimento do *Naturalismo* que acentuava a relação entre o indivíduo e o *meio ambiente* e estimulava a reflexão sobre as condições ambientais de sua época.
- D** *Realismo* que retratava a realidade de um modo direto e impessoal, embora se deixasse envolver emocionalmente por ela e pelo deslocamento do eixo cultural do campo para a cidade.
- E** Invenção do cinema que registrava cenas do cotidiano, do sentimento e da história, com a tecnologia do som e a imprensa que divulgava os principais eventos da sociedade.

16| PUC

Considere o poema e o texto abaixo.

*Primeiro houve entradas para pegar índio
Entradas para descobrir o ouro
Agora há entradas para plantar café.
(...)
Marcha soldado,
Pé de café!
Se não marchar direito
O Brasil não fica em pé.*

(Manuel Bandeira (excerto). Poesia completa & Prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985. p. 401 e 402)

De todas as colônias inglesas, a melhor é o reino de Portugal. (Dito popular, muito em voga na metrópole em meados do século XVIII, sobre a dependência crescente de Portugal em relação à Inglaterra.)

(Francisco M. P. Teixeira. Brasil, História e Sociedade. São Paulo: Ática, 2001. p. 98)

O poema de Manuel Bandeira refere-se à expansão da economia cafeeira, que ocorreu no *Brasil* na segunda metade do século XIX. Neste contexto, a cafeicultura desenvolvendo-se principalmente no sudeste:

- A** Possibilitou a elevação das taxas alfandegárias, garantindo maior arrecadação e estimulando o desenvolvimento de um mercado interno.
- B** Forneceu uma sólida base econômica para o domínio dos grandes proprietários de terras e favoreceu a consolidação do Estado Nacional.
- C** Colocou à mostra as contradições do Segundo Reinado, expondo claramente a questão escravista e incentivando a imigração europeia.
- D** Estimulou a expansão do trabalho assalariado, o crescimento do mercado consumidor e a exportação de bens de consumo nacional.
- E** Desestabilizou as antigas formas de dominação do Estado e de organização social e promoveu o desenvolvimento industrial no País.

17| PUC

A dois séculos de distância, o espetáculo ainda é assombroso (...) Que de tão longe uma Rainha enlouqueça e venha a morrer no cenário final do drama; que os sonhos dos Inconfidentes se cumpram depois de tantas sentenças; e que o Brasil se torne independente dali a 31 anos, e a República seja proclamada exatamente ao cumprir-se um século sobre aquelas prisões – tudo parece impregnado de um mistério claro, desejoso de revelar-se e de se fazer compreender.

(Cecília Meireles. "Como escrevi o Romanceiro da Inconfidência", anexo a Romanceiro da Inconfidência. São Paulo: Global, 2012. p. 255)

Contribuíram para a proclamação da *República* no *Brasil* alguns fatores econômicos e políticos que emergiram na segunda metade do século XIX. Dentre esses fatores, pode-se citar:

- A** O rompimento do Vaticano com as monarquias videntes em razão do questionamento à estrutura de poder hierárquico nelas existente, acompanhado da opção pelos ideais republicanos considerados mais humanistas e universais.

- B** O desgaste econômico da monarquia devido aos gastos despendidos com a Guerra do Paraguai e o enfraquecimento político dos militares após o desfecho desse conflito, fenômeno que favoreceu o crescimento de movimentos civis republicanos.
- C** O fortalecimento do republicanismo, que contou com o poder político e econômico da elite cafeeira paulista, responsável pela fundação do Partido Republicano Paulista, em defesa do ideal republicano e do federalismo.
- D** A difusão do positivismo, doutrina de origem norte-americana que pregava a ordem e o progresso, a fim de que outras nações, a exemplo dos Estados Unidos, se desenvolvessem economicamente, servindo-se de instituições políticas modernas.
- E** O desprestígio do governo de Pedro II em razão do fracasso de sua política imigratória subsidiada, das revoltas populares antimonárquicas e do golpe desencadeado pelos republicanos radicais, que selou, definitivamente, a queda da monarquia.

18| FAC. DIREITO DE FRANCA SP No que se refere ao Brasil do século XIX, esses interesses europeus por matérias-primas e mercados consumidores africanos provocaram:

- A** Estímulo para a modernização da agricultura nacional, com o objetivo de aumentar a produção e baratear o custo das exportações para o mercado europeu.
- B** Pressão inglesa para o encerramento do tráfico de escravos, reduzindo a saída de africanos do seu continente de origem e ampliando a oferta de mão-de-obra na África.
- C** Industrialização, reduzindo a produção de matérias-primas que não tinham mais mercado na Europa, e buscando nova vocação econômica para o país.
- D** Intensificação dos acordos mercantis com outros países latino-americanos e ampliação do mercado consumidor interno por meio da substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado de imigrantes.
- E** Crescimento das relações comerciais com os Estados Unidos, que passaram a absorver as mercadorias que antes eram exportadas para os países europeus.

TRANSFORMAÇÕES DO FEUDALISMO

A EUROPA DA BAIXA IDADE MÉDIA

O Ocidente europeu passou por uma série de transformações que marcaram definitivamente este período denominado de Baixa Idade Média (séculos XI ao XV).

Tais mudanças na sociedade feudal desencadearam a crise do Feudalismo. Essa época, sobre a qual falaremos a seguir, foi marcada pela superação das estruturas feudais.

Para começarmos nosso estudo, leia a citação do historiador Édouard Perroy:

“De um modo geral, a organização social funda-se numa especialização das atividades de duas elites, uma encarregada das funções espirituais e, a outra, da ação militar, ambas sustentadas pelo trabalho da massa camponesa. O nível de vida dos eclesiásticos e cavaleiros era ainda muito medíocre, [...] mas, se ele se elevar, se a produção agrícola aumentar, os especialistas da prece e do combate disporão de maiores riquezas para o seu lazer, para as despesas do luxo, para as empresas de conquista longínqua, para as pesquisas artísticas e intelectuais.”

Essa passagem textual indica os elementos das estruturas sociais feudais, quais sejam: os encarregados das “funções espirituais” (clérigos \ Igreja) e das ações militares (nobres \ senhores feudais).

O historiador faz referência à elevação do “nível de vida”, advindas das mudanças que poderiam ser alcançadas caso a “produção agrícola” aumentasse. Dentre as observações propostas por Perry, a partir da melhoria das condições de vida da sociedade medieval, ganham destaque os trechos referentes às “empresas de conquista longínqua” e as “pesquisas artísticas e intelectuais” que estão relacionados ao desenvolvimento das grandes navegações e ao movimento renascentista.

Ainda tendo como referência a citação acima, destacam-se alguns aspectos que nortearão o estudo sobre a **Baixa Idade Média**: primeiramente, no que se refere às mudanças ligadas ao progresso do Feudalismo na medida em que o cultivo de gêneros agrícolas se desenvolvia, bem como o avanço das atividades comerciais, artísticas e intelectuais inerente a essa nova realidade. Por outro lado, os fatores que conduziram a esses avanços contribuíram fortemente para a desarticulação do mundo feudal, pois, a sociedade caminhava para alcançar uma nova realidade econômica capitalista incipiente impulsionada pelo avanço da própria mentalidade burguesa; transformações políticas também ocorriam quanto à posição da nobreza e da monarquia; e por fim a Igreja passava a lutar pela manutenção do universalismo cristão quando questionada.

Demonstraremos que estes e outros aspectos abrirão caminho para chegar ao que na época era entendido como “moderno”.

AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO FEUDAL

A partir do século X, verifica-se que houve um progressivo aumento populacional.

Alguns fatores tendem a explicar tal fenômeno, tais como: a diminuição das guerras, a expansão das áreas cultiváveis, o advento de novas técnicas agrícolas de produção que facilitavam o trabalho braçal do servo e, finalmente, o isolamento geográfico dos feudos, o que deixava servos e senhores feudais menos expostos a possíveis epidemias.

Tal fenômeno demográfico pode ser constatado, em especial, do ano 1000 a 1300.



Representação da ordem social tripartite da Idade Média: o clérigo, o cavaleiro e o camponês. Iluminura do século XIII, França. Imagem: reprodução internet.

O fim das invasões bárbaras na Europa permitiu período de relativa tranquilidade e estabilidade a partir do século X.

Uma vez que as guerras aconteciam em menor proporção, era possível ao homem medieval uma vida mais longa e estável, longe da violência advinda desse tipo de conflito.

A **expansão de áreas cultiváveis** foi possibilitada pela drenagem de pântanos e a derrubada de densas áreas florestais o que provocou, quanto ao segundo aspecto, significativas alterações no clima, como chuvas torrenciais e contínuas.

Da mesma forma, o progressivo aproveitamento das áreas de pastagens ocasionou a diminuição do adubo animal, refletindo negativamente na produtividade das áreas cultiváveis e, conseqüentemente, provocando uma alta de preços dos produtos agrícolas.

Algumas inovações técnicas se destacaram merecendo nossa atenção.

O **sistema trienal de rotação de culturas** permitiu aos feudos ampliar a variedade de produtos cultivados, acrescentando ao cardápio medieval diferentes benefícios nutricionais.

	1º ANO	2º ANO	3º ANO
CAMPO 1	Cevada	Pousio	Trigo
CAMPO 2	Trigo	Cevada	Pousio
CAMPO 3	Pousio	Trigo	Cevada

A **utilização do cavalo** na agricultura em substituição ao boi permitiu maior agilidade e rentabilidade ao processo de produção agrícola. Pois, além de ser mais resistente e veloz, o atrelamento do primeiro animal se dava no peito e não no pescoço, conforme ocorria com o segundo.

Outras invenções, como o **moinho hidráulico**, o **arado de ferro** (em substituição ao de madeira) e a **atrelagem dos bois às carroças**, contribuíram inicialmente com a expansão das áreas cultiváveis, contudo não alcançaram, a longo prazo, seu intuito de aumentar a produtividade, pois esbararam na falta de motivação dos servos.

Para os camponeses, as inovações tecnológicas não lhes traziam benefícios, somente mais dificuldades, tendo em vista os impostos (analisaremos adiante) que eram obrigados a pagar ao senhor feudal.

Podemos afirmar que a explosão demográfica na Europa, não foi acompanhada pelo aumento na oferta de produtos.

Nesse período, dois importantes acontecimentos ganham destaque: a **marginalização dos servos** e dos **nobres sem terra**.

Primeiramente, a relativa paz pela qual a Europa passava questionava a razão da existência dos feudos como garantia de segurança aos servos. Além disso, a baixa produção do feudo, inversamente proporcional ao excedente populacional, impedia a manutenção dos servos em tais unidades produtivas.

Sem alternativa, muitos camponeses migravam em direção às cidades em busca de oportunidades de subsistência. A maioria se deslocava para antigos centros urbanos, enquanto outros se refugiavam nas florestas e passavam a viver do saque.



Detalhe de um vitral da Catedral Notre-Dame de Chartres: um ferreiro colocando a ferradura em um cavalo. Fotografia: reprodução internet.



A burguesia dedicava-se ao comércio de diversas mercadorias e a prestação de serviços nos burgos. Por lidarem com dinheiro, não eram bem vistas pela Igreja. Imagem: reprodução internet.

Europa oferecendo seus serviços militares a reis, nobres ou à Igreja, em troca de terras, o que lhes garantia posses e certa posição social.

Nesse contexto de crise, a Igreja tentava se fortalecer promovendo expedições cristianizadoras de caráter militar ao Oriente, conhecidas como **Cruzadas**. Contudo, o principal objetivo da Igreja era recuperar a região da Palestina, dada a importância religiosa da cidade de Jerusalém para os cristãos e que se encontrava, desde o século VII, em poder do Império Islâmico.

AS CRUZADAS: PANORAMA GERAL

Para o homem medieval o Ano Mil foi um marco não apenas no aspecto econômico e político, sobretudo religioso. Foi nesse período que um acontecimento religioso marcaria para sempre a história do Cristianismo: as **Cruzadas**.

Elas consistiam em campanhas militares empreendidas entre os séculos XI e XIII e inspiradas no ideal religioso cristão; partiram da Europa em direção à Terra Santa (Palestina) e à cidade de Jerusalém com a finalidade de conquistá-las.

Nos primeiros anos do século XI houve um crescente fluxo de peregrinos rumo à Jerusalém e esses estavam a mercê de relações políticas instáveis com os muçulmanos. Esse seria o fato principal a justificar tais expedições de caráter militar-religioso, porém movidas por interesses diferentes, como veremos adiante.

O termo *cruzada* se deve ao fato de que os membros do exército cristão possuíam a imagem da cruz vermelha bordada em suas roupas.

Esses homens se consideravam verdadeiros “soldados de Cristo” e estavam a serviço de uma *guerra santa*, na qual a utilização de armas foi, pela primeira vez, sacralizada pela Igreja. As regiões da Palestina e de Jerusalém se encontravam sob o controle dos muçulmanos desde o século VII.

Após a morte de Maomé, no ano 632, os **árabes** começaram a se organizar militarmente movidos pelo **intuito expansionista territorial** e pela **conversão dos infiéis** à fé islâmica.

Partiram para a conquista de regiões da Ásia Menor e, no caso dos bizantinos, conseguiram manter a integridade de sua capital, Constantinopla.

Em torno dos castelos surgiram pontos de comércio de produtos locais e advindos de outras regiões da Europa. Cidades importantes emergiam junto às rotas comerciais marítimas e terrestres. A expansão comercial renovou a necessidade do uso das moedas.

Todas essas transformações se contrapunham à economia de subsistência que prevaleceu ao longo da Alta Idade Média.

Quanto aos nobres, muitos eram excluídos do acesso a terra em consequência do **Direito de Primogenitura**.

Essa tradição privilegiava apenas o filho mais velho, dando a ele a herança das terras e dos títulos paternos. Aos outros filhos restava vagar pela Eu-



Sagração de um cavaleiro (1315). Biblioteca Universitária de Heidelberg. Imagem: reprodução internet.

Por volta do século X, o exército muçulmano impulsionou novas conquistas quando os **turcos seljúcidas** iniciaram a unificação de territórios habitados por grupos mercenários convertidos ao islã, mas que tentavam se organizar em reinos independentes.

Nesse contexto, de guerra voltaram-se também contra os cristãos bizantinos, em 1071, cuja vitória os levaram a conquista de Jerusalém. Não restou ao Império Bizantino outra coisa senão pedir ajuda militar ao Ocidente frente à ameaça seljúcida.

Diante deste quadro, o **Papa Urbano II**, em 1095, no **Concílio de Clermont**, convocou os fiéis e a nobreza à luta pela libertação de Jerusalém do domínio muçulmano o que permitiria, em seu entendimento, a reestruturação do universalismo cristão sob o comando de Roma, cujo controle estava enfraquecido desde o **Cisma do Oriente**, em 1054.



Ilustração representativa da captura de Jerusalém, em 1099, durante a Primeira Cruzada. Imagem: reprodução internet

Posto que vossos irmãos que vivem no Oriente requerem urgentemente as vossas ajudas, e vós deveis esmerar para prestar-lhes a assistência que a eles vem sendo prometida faz tanto tempo. Aí que, como sabeis todos, os Turcos e os árabes, os tens atacado e estão conquistando vastos territórios (...). Se vós, impuramente, permitires que isso continue acontecendo, os fieis de Deus seguirão sendo atacados, cada vez com mais dureza. Em vista disso, eu, e não bastante, Deus, os designa como herdeiros de Cristo para anunciar em todas as partes e para convencer as pessoas de todas as gamas, os infantes e cavaleiros, para socorrer prontamente aqueles cristãos e destruir a essa raça vil que ocupa as terras de nossos irmãos.(...) Todos aqueles que morrerem pelo caminho, seja por mar ou por terra, em batalha contra os pagãos, serão absolvidos de todos seus pecados. Isso lhe é garantido por meio do poder com que Deus me investiu. (...)Façamos que aqueles que estão promovendo a guerra entre fieis marchem agora a combater contra os infiéis e conclua em vitória uma guerra que deveria ter se iniciado há muito tempo. Que aqueles que por muito tempo tem sido foragidos, que agora sejam cavaleiros. Que aqueles que estão pelejando com seus irmãos e parentes, que agora lutem de maneira apropriada contra os bárbaros. Que aqueles que estão servindo de mercenários por pequena quantia, ganhem agora a recompensa eterna. Que aqueles que hoje se malograram em corpo tanto como em alma, se dispunham a lutar por uma honra em dobro. (Fragmento do discurso de URBANO II, no Concílio de Clermont, em 1095)

JUSTIFICATIVAS PARA A GUERRA SANTA

Diversas foram as justificativas que legitimaram as Cruzadas.

Para alguns, as Cruzadas eram encaradas como forma de peregrinação, ou seja, uma manifestação particular de fé dos peregrinos, uma forma de pagar promessa ou de pedir a remissão de um pecado. Camponeses, dentre eles idosos, mulheres e crianças acompanhavam o exército cruzado movidos por promessas de caráter espiritual, como a obtenção de milagres e, até mesmo, da salvação.

Contudo, não foram apenas as justificativas religiosas que validaram a eclosão das Cruzadas. Ou seja, a Guerra Santa foi movida por diferentes interesses, religiosos, econômicos, políticos e sociais.

Nesse contexto, o Império Bizantino, buscou o apoio de Roma no combate aos turcos seljúcidas que ameaçavam, há tempos, seus limites territoriais.

Aspectos econômicos também se destacaram como fortes motivos a impulsionar a Guerra Santa, como o crescimento demográfico que não foi suportado pela inadequada estrutura feudal de produção, conduzindo diretamente à marginalização da massa servil.

Para cavaleiros andantes, excluídos pelo Direito de Primogenitura, a Guerra Santa constituía uma chance de aquisição de terras e títulos de nobreza.

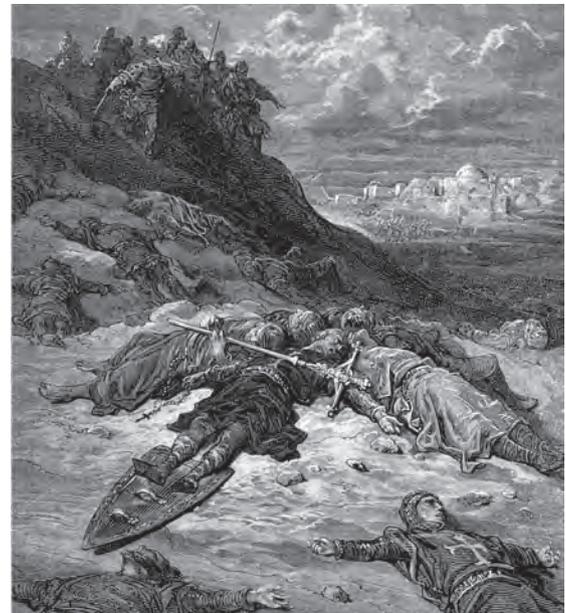
Havia interesses de ricos comerciantes europeus nos territórios do Oriente, devido as rotas comerciais que serviam de entrepostos ao comércio de mercadorias orientais. Pelo mesmo motivo ambicionavam o domínio das rotas comerciais do Mar Mediterrâneo como, por exemplo, as cidades comerciais italianas que se prontificaram a financiar o movimento cruzadístico esperando por vantagens econômicas relacionadas à sua livre navegação.

Algumas importantes figuras reais da Europa atenderam prontamente ao chamado da Igreja, como Felipe Augusto da França, Ricardo Coração de Leão da Inglaterra e Frederico Barba Ruiva do Sacro Império Romano Germânico.

A postura desses monarcas revela que a ideia de uma Guerra Santa contra o Islamismo era aceitável não apenas aos olhos do poder religioso, mas também dos poderes seculares, revelando uma inovadora concepção política do Cristianismo.

Os conflitos entre muçulmanos e cristãos se estenderam por mais de trezentos anos (século XI ao XIII).

As Cruzadas divididas em oito expedições, destacando-se as quatro primeiras, conforme se verifica no quadro abaixo.



A morte de Frederico Barba Ruiva, por Gustave Doré (1832-1883). O imperador partiu com soldados em direção à Terra Santa, mas afogou-se na Cilícia ao atravessar o rio Göksu. Imagem: reprodução internet.



- **PRIMEIRA CRUZADA (1096 – 1099):** denominada **Cruzada dos Nobres** ou **dos Cavaleiros**, conseguiu conquistar Jerusalém com o apoio bizantino. Algumas características feudais podem ser notadas nessas regiões dominadas no Oriente. Destacou-se a violência empregada.

- **SEGUNDA CRUZADA (1147 – 1149):** foi liderada pelos reis Luis VII, da França, e Conrado III, do Sacro Império. Fracassou após desentendimentos entre os dois monarcas e dificultou, ainda mais, a relação com os bizantinos e alguns reinos muçulmanos amigáveis.
- **TERCEIRA CRUZADA (1189 – 1192):** conhecida também como **Cruzada dos Reis** teve a participação dos monarcas Felipe Augusto, da França, Ricardo Coração de Leão, da Inglaterra e Frederico Barba Ruiva do, Sacro Império Romano Germânico. Essa Cruzada não conseguiu alcançar o objetivo principal de dominar Jerusalém, mas acabou por chegar a um acordo com os muçulmanos: os cristãos conseguiram o direito de peregrinação à Terra Santa.
- **QUARTA CRUZADA (1202 – 1204):** conhecida também como **Cruzada Comercial** (por ter se desviado de seu interesse original), foi organizada pelo Papa Inocêncio III e liderada por comerciantes de Veneza que financiaram a expedição. Todavia, os italianos convenceram os cruzados a atacarem Constantinopla que foi saqueada (riquezas acumuladas por séculos como estátuas, mosaicos e relíquias desapareceram). O maior interesse de Gênova e Veneza era acabar com a concorrência comercial advinda dos comerciantes de Constantinopla com o fim de monopolizar o comércio de especiarias via Mar Mediterrâneo. Consequentemente alargou ainda mais a distância entre as igrejas Ocidental e Oriental.

Das oito Cruzadas oficialmente descritas, as quatro últimas não obtiveram êxito na conquista de Jerusalém.

Ainda assim, destacam-se a Cruzada Albigense (1208) e a Cruzada das Crianças (1212) que repercutiram no simbolismo do imaginário místico medieval.

O Papa Inocêncio III convocou a cruzada contra os **heréticos** depois de fracassadas tentativas de conversão dos cátaros. Dessa ação resultou a criação da **Inquisição** ou **Tribunal do Santo Ofício**, em 1229, cujo objetivo era perseguir, julgar e punir os acusados da prática de heresia ou outros crimes condenados pela Igreja, como a feitiçaria.

Este Tribunal atuou vastamente na Europa durante os séculos XIII e XIV por meio de seus inquisidores, doutores em **direito canônico**¹, teologia e filosofia, que se deslocavam até as regiões denunciadas na caça de hereges.

A **Cruzada das Crianças**, expedição extraoficial, aconteceu com base na crença de que apenas as almas puras das crianças poderiam libertar Jerusalém do domínio muçulmano. Esse juízo ganhou força após a notícia de que os cruzados teriam saqueado Constantinopla durante a Quarta Cruzada.

Estima-se que aproximadamente 50 mil crianças teriam participado desta Cruzada, cujo resultado foi desastroso. A maioria delas teria perecido ainda no caminho de fome ou frio e, no caso das sobreviventes, muitas foram vendidas pelos turcos como escravas no Norte da África e outras se dispersaram por longínquos territórios.



Cruzada das Crianças. Por Gustave Doré (1832-1883). Os estudos históricos recentes afirmam que as versões deste evento contêm análises românticas, ao misturar ficção com fatos reais. Imagem: reprodução internet.

AS CONSEQUÊNCIAS DAS CRUZADAS

Diversas razões contribuíram para o fracasso das Cruzadas, quanto à conquista de Jerusalém e da Palestina, todavia, essas expedições contribuíram com importantes mudanças socioeconômicas em toda a Europa.

Uma de suas principais influências, se referem ao fornecimento de elementos que impulsionaram o **Renascimento Comercial** europeu.

¹ Interessantes são as obras de apoio ao trabalho inquisitorial como o **Manual dos Inquisidores** (Directorium Inquisitorum), de Nicolau Eymerich, verdadeiro livro de bolso desses religiosos. Esse manual jurídico expõe a origem, o direito e o processo da Inquisição. Dentre outras coisas, ensina táticas de interrogatório, de tortura e da identificação dos sinais das inúmeras práticas heréticas. Relata os tipos e cabimentos das penas, até a formalidade do suplício final, como o morte na fogueira.

A reabertura do mar Mediterrâneo à navegação e ao comércio intensificou as atividades comerciais entre o Ocidente e o Oriente. A Europa passou a ter contato com produtos até então desconhecidos como o açúcar, a pimenta e a canela, assim como com artigos de luxo como a seda, a púrpura, os tapetes persas e as porcelanas chinesas. Houve, nesse aspecto, o natural fortalecimento dos comerciantes e de suas cidades e o inevitável enfraquecimento da nobreza guerreira.

É notória a influência das Cruzadas como tema da **literatura medieval cavaleiresca**, mas a novidade está no avanço dos **contatos culturais** entre os europeus e o Oriente que, segundo estudos históricos, colaboraram para o movimento renascentista mais adiante.

Tais expedições motivaram ainda o **fortalecimento da Cristandade na Europa Oriental**, o processo de **reconquista cristã da Península Ibérica**, que estava sob domínio dos árabes muçulmanos desde o século VIII, e a exploração de novas regiões comerciais por meio das **Grandes Navegações**.

RENASCIMENTO DO COMÉRCIO EUROPEU

A expansão demográfica acarretou elevado crescimento dos mercados.

Muitas pessoas deixaram o campo, em direção às cidades em busca de novas oportunidades de vida. Aos poucos, as cidades medievais cresciam e, junto com elas, as feiras livres se desenvolviam.

Alguns centros urbanos se destacaram mais que outros, tais como as cidades, Gênova e Veneza. Os italianos forneciam **especiarias** e **artigos de luxo** advindos do Oriente, uma vez que controlavam a lucrativa e mais importante rota comercial da Europa via Mar Mediterrâneo. Através dessa rota, as cidades italianas impulsionaram também o comércio de marfim, ouro em pó, peles e plumas com o norte da África.



As mercadorias orientais eram muito valorizadas pelos europeus, o que garantiu a rápida formação de inúmeros pontos de comércio ao longo das rotas que ligavam a Europa ao Oriente.

Não tardou, a intersecção de algumas rotas serviu de palco para o surgimento e crescimentos de cidades que viviam do comércio das mercadorias orientais e locais, além do artesanato e do mercado ambulante.

O uso da **moeda** (cunhada em ouro ou prata) foi retomado facilitando as atividades financeiras em geral, incluído as de créditos e bancárias.

Diferentemente das cidades italianas, que atuavam no comércio de maneira independente umas das outras, no norte da Europa surgiram associações de controle comercial e produtivo, as chamadas **hansas**.

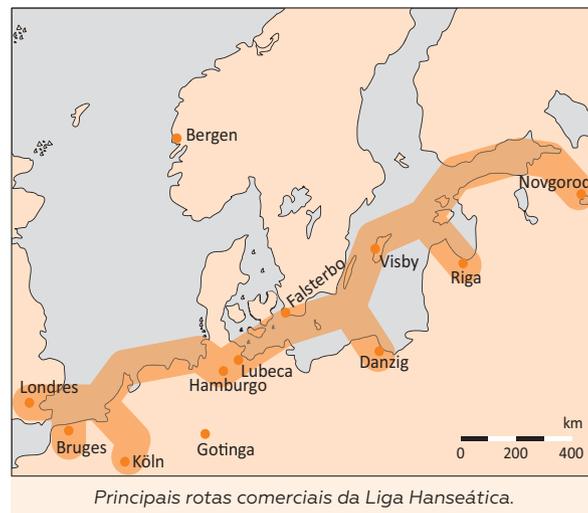
Essa espécie de aliança informal entre comerciantes tinha a dupla finalidade de oferecer proteção a seus associados contra possíveis ataques de saqueadores e ajudar na consolidação de interesses comerciais comuns ao mesmo grupo.

Os comerciantes das cidades que se recusavam a compor a liga eram impedidos de comercializar suas mercadorias nos lucrativos mercados hanseáticos.

Na Inglaterra, destacou-se a *Merchants of the Staple*, que controlava o comércio de diferentes produtos oriundos das cidades flamengas e a exportação de lã.

Todavia, as hansas de maior evidência se localizavam no correspondente território da Alemanha, incluindo as cidades de Lübeck, Hamburgo, Bremen e Rostock. Era a chamada **Liga Hanseática** ou **Hansa Teutônica**.

Essa associação de mercadores estabeleceu um monopólio comercial em quase todo norte europeu, principalmente sobre as rotas dos mares Báltico e do Norte. A liga comercial composta por cidades germânicas resistiu à concorrência dando preferência comercial às mais de 90 cidades associadas. Suas cidades eram equipadas com portos, armazéns e pensões que eram disponibilizadas aos comerciantes e marinheiros que necessitassem de apoio. Possuía um regulamento geral comum versando sobre navegação, trocas comerciais, pesos, medidas e circulação de moeda entre as cidades associadas. Um poderoso grupo de mercadores comercializava produtos marinhos, agrícolas e florestais, com destaque às peles, peixes, lãs, madeira e minerais.



Principais rotas comerciais da Liga Hanseática.

Neste período, as maiores **feiras medievais** eram realizadas em **Flandres** (atual Bélgica e Holanda) ou em Lagny-sur-Marne, Troyes e Bar-sur-Aube na região de Champagne, na França.

A posição geográfica da região de Champagne, situada entre a rota do norte e a mediterrânea, favoreceu a ligação do polo comercial italiano com o germânico, consolidando um dos maiores centros de consumo e de trocas de mercadorias da Europa.

Como resultado da expansão comercial, algumas práticas financeiras desenvolveram-se enormemente como o uso de **letra de câmbio**, empréstimos a juros, depósitos, dentre outras atividades bancárias.

Inventada na Itália, a **Letra de câmbio** corresponde à emissão de uma ordem de pagamento pelo sacado (quem paga) denominado saque que dá direito ao tomador (quem recebe) de receber o valor determinado no título. Nessa época, quando o comerciante não queria arriscar o transporte de altos valores monetários durante suas viagens realizava a operação de câmbio. Um banqueiro recebia as moedas em ouro ou prata do comerciante e lhe fornecia um documento assinado, correspondente ao devido valor, que seria trocado na região destino em outro escritório que possuísse. Quando se arriscavam a transportar moedas, cujo valor dependia do peso e da pureza do metal, chegando à cidade destino seria necessário realizar o câmbio, pois circulavam diferentes moedas.



O banqueiro e sua mulher. Por Marinus van Reymerswaele (1490-1546). Os bancos surgiram durante a Idade Média. Imagem: reprodução internet.

RENASCIMENTO URBANO MEDIEVAL

A expansão das cidades ocorreu paralelamente ao aumento de sua importância econômica, como centros de atividades mercantis de produtos artesanais e, incipientemente manufaturados.

Os centros urbanos ganhavam vida a partir de antigas cidades abandonadas, da aglomeração populacional ao longo das rotas comerciais que levavam às feiras, do desenvolvimento de pequenas vilas ou da aglomeração em torno de castelos.

Apesar das cidades da época não ultrapassarem uma população de mais de 20 mil habitantes, Paris chegou a ter cerca de 100 mil habitantes.

Era comum que, por uma questão de segurança, as cidades cercassem seus limites territoriais com muralhas, sendo está uma característica marcante dos burgos.

Quando os burgos medievais não estavam diretamente subordinados ao rei, acabavam por extrapolar as muralhas de antigos castelos, expandindo-se em direção às terras pertencentes a algum senhor feudal. Este acabava por lhes impor sua autoridade, o que pode ser constatado pela cobrança de tributos dos moradores (burgueses) que habitavam tal região.



Planta da cidade de Paris no ano de 1223. Projeto de Nicolas de La Mare (1639-1723) e Antoine Coquart (1668-1707). Imagem: reprodução internet.



Burgo de Osma, Espanha. Fotografia de Eduardo Maldonado Malo (2006).

revoltas ocorreram, principalmente, em regiões que possuíam uma burguesia economicamente mais forte, como o Norte da França e a Itália centro-setentrional.

Nas cidades independentes, os principais cargos políticos e administrativos passaram a ser ocupados por uma poderosa burguesia. A elaboração das leis locais, a cobrança de impostos, a administração judiciária e o exercício de uma espécie de poder de polícia eram, a partir de então, sua responsabilidade. Cada vez mais os nobres perdiam espaço, restando-lhes integrarem-se às atividades urbanas de acordo com a conveniência do pensamento burguês.

Os senhores feudais interligados a uma economia de tipo agrária não compreendiam a nova realidade que se apresentava, acabando por limitar o desenvolvimento das cidades e de seu comércio.

Tinha início as lutas pela libertação das cidades.

Em um primeiro momento, alguns senhores renunciaram aos seus direitos sobre determinadas cidades em troca de respectivo pagamento, vindo a lhes ceder uma carta de franquia. Estas eram chamadas de cidades francas, pois estavam livres do domínio senhorial.

Outros senhores, contudo, não concebiam a realização de um acordo, o que gerou confrontos em prol da autonomia da cidade em relação ao feudo. Essa luta foi denominada de movimento comunal. Tais

As principais instituições econômicas presentes nas cidades medievais eram as corporações de mercadores, também denominadas guildas, e as corporações de ofício.

As corporações de mercadores tinham o objetivo de manter uma associação de comerciantes com interesses comuns, sendo o principal deles monopolizar as atividades comerciais determinando preço, qualidade, quantidade, lucro, forma de aprendizagem, hierarquia de trabalho e limitação da presença de comerciantes estrangeiros. Exemplo de uma poderosa corporação de mercadores foi a Liga Hanseática, como anteriormente estudado.

Geralmente, cidades com mais de 10 mil habitantes possuíam corporações de ofício estruturadas de acordo com uma rígida hierarquia e um alto controle da técnica de produção das mercadorias.

Essas associações reuniam trabalhadores qualificados para o exercício de uma determinada função, a fim de tornar a produtividade mais eficiente e elevar a qualidade das mercadorias.

A especialização da função deveria ocorrer em relação a determinado ofício como, por exemplo, de carpinteiro, de pedreiro ou de ourives, pois, como membro de uma corporação, se a pessoa desobedecesse ao costume poderia ser expulsa da cidade.

Nas corporações de ofício de caráter artesanal, os mestres-artesãos, proprietários das oficinas artesanais, bem como das ferramentas e da matéria-prima, dominavam os conhecimentos técnicos necessários ao processo de produção da mercadoria. Em ordem decrescente de importância estavam oficiais (companheiros ou jornaleiros), ou seja, trabalhadores que se especializavam em determinadas funções inerentes àquele processo produtivo, recebendo um salário de acordo com a jornada de trabalho.

A seguir, temos os aprendizes que desempenhavam algum trabalho na oficina em troca de moradia, alimentação e vestuário, sem receber salários.

Aspecto interessante refere-se à certa mobilidade social presente nestes centros urbanos incentivada pela atividade comercial, pois era costume que pessoas desempenhassem um ofício, por aproximadamente 10 anos em posição inferior, almejando alcançar crescimento hierárquico na oficina.

Contudo, já ao final da Idade Média, tornava-se cada vez mais difícil ao jornaleiro atingir a condição de mestre, em razão do domínio de burgueses mais ricos sobre essas corporações, o que favorecia a concentração das riquezas nas mãos dos mestres-artesãos e de suas famílias.



Cotidiano de trabalho do mestre açougueiro e seu aprendiz. Imagem: reprodução internet.



Cenas do trabalho do mestre padeiro e seu aprendiz. Imagem: reprodução internet.

TEXTO COMPLEMENTAR

O PAPEL DA MULHER NA IDADE MÉDIA

O trabalho feminino teve incontestável significado na vida econômica das cidades. A superioridade numérica em parte explica essa importância. O que ocorria é que na aristocracia o excedente feminino era relegado aos conventos e, entre o povo, ao mundo do trabalho.

É interessante observar a tradição monástica antifeminina, que persistiu em toda a Idade Média. Um monge do século XII, numa obra poética intitulada *De contemptu feminae*, enumera uma porção de vícios femininos. As mulheres são, segundo ele, ignóbeis, pérfidas, covardes, corrompem o que é puro e aviltam as ações humanas. Seus pecados são como grãos de areia:

Toda mulher se alegra ao pensar no pecado e ao praticá-lo.

Nenhuma é boa, se alguém assim acha

Porque a mulher é coisa ruim

E quase nada de bom existe nela.

Na França existiram pequenas e grandes senhoras feudais. Na região de Champanha entre 1152 e 1284, de 279 possuidores de domínios territoriais, 58 eram mulheres, damas ou moças. A complexidade do feudalismo gerou um profundo desacordo entre a teoria e a prática. Não nos admira encontrar, na série de inquéritos judiciais ordenados por São Luís na segunda metade do século XIII, as reclamações de inúmeras pequenas feudatárias pedindo indenizações pelos abusos cometidos pelos oficiais do rei.

(MACEDO, José Rivair. *A mulher na Idade Média*. São Paulo: Contexto, 1992. p. 31-32)

A INFLUÊNCIA RELIGIOSA NO PENSAMENTO ECONÔMICO

A moral religiosa cristã influenciou fortemente o pensamento econômico medieval, interferindo no curso do desenvolvimento das atividades financeiras.

Uma das maiores expressões deste aspecto estava interligada a concepção de **preço justo** disseminada pela **filosofia escolástica, de Tomás de Aquino**.

A mercadoria cujo preço era justo estaria acessível ao consumidor, sem a pressão de extorqui-lo, mas que garantiria àquele que a vende sua subsistência digna.

A fixação do preço mais justo aplicado à mercadoria do artesão deveria proceder do meio-termo entre o trabalho por ele empregado (incluindo os esforços físicos e psicológicos) e a utilidade de seu serviço, bem como do valor da matéria-prima e dos gastos com a mão-de-obra empregada (salário do jornaleiro e ajuda de custo ao aprendiz). Extrapolando a noção de justiça nas trocas comerciais era algo condenado.

Seguindo o mesmo entendimento, a noção de justiça difundida pelos clérigos católicos condenava a prática da usura, ou seja, do empréstimo de dinheiro sobre o qual se cobrava altos juros, por entender tal atividade como desonesta, visto que o credor não despendia de tempo de trabalho para obter ganhos e lucros.



Tomás de Aquino (1517). Por Fra Bartolommeo. Esse religioso foi um dos maiores críticos da usura e defensor do preço justo das mercadorias. Imagem: reprodução internet.

A usura é um dos grandes problemas do século XIII. Nessa data, a Cristandade, no auge da vigorosa expansão que empreendia desde o Ano Mil, gloriosa, já se vê em perigo. O impulso e a difusão da economia monetária ameaçam os velhos valores cristãos. Um novo sistema econômico está prestes a se formar, o capitalismo, que para se desenvolver necessita senão de novas técnicas, ao menos do uso massivo de práticas condenadas desde sempre pela Igreja. Uma luta encarniçada, cotidiana, assinalada por proibições repetidas, articuladas a valores e mentalidades, tem por objetivo a legitimação do lucro lícito que é preciso distinguir da usura ilícita.

(Le Goff, Jacques. *A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 2004:p.6)

De acordo com a Igreja, tanto o usurário quanto aqueles que lucravam com a atividade comercial manipulavam o tempo para atender finalidades particulares, o que era considerado abominação, pois somente Deus poderia manejar o tempo.

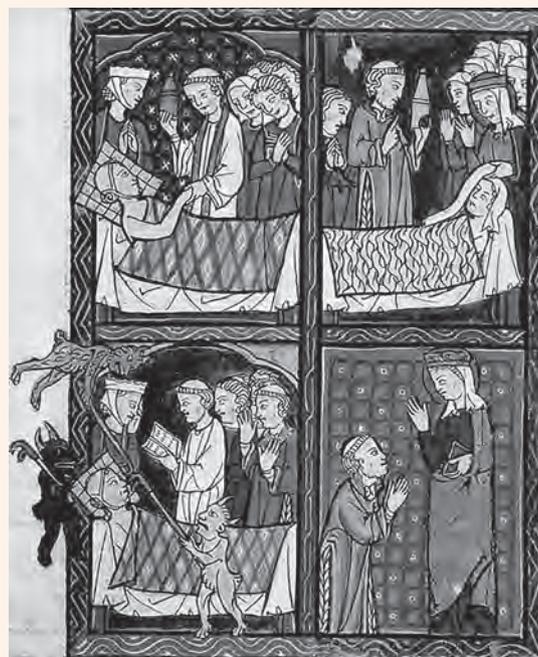
Apesar de ser um agente transformador de seu tempo, a burguesia era quem mais sofria com os ataques da Igreja, visto que não estava alheia à realidade e tradição que a cercava.

As práticas comerciais burguesas se chocavam com a interpretação que os clérigos medievais davam ao empréstimo monetário com cobrança de juros. A condenação religiosa a essa prática financeira tinha forte significado para a burguesia, visto que a sua salvação espiritual estava em risco.

Aspecto interessante foi a invenção do purgatório, reservado àqueles que precisam expiar seus pecados através do sofrimento antes de merecerem o paraíso. A partir desta invenção religiosa, a Igreja permitiu à burguesia ter esperanças de alcançar a salvação de acordo com sua devoção espiritual. De tal modo, o purgatório se apresentava como uma alternativa à condenação reservada aos usurários, o que impactou essa antiga ideia ainda na Baixa Idade Média. Sobre o tema o historiador Jacques Le Goff discorre: “Numa sociedade em que toda consciência é uma consciência religiosa, os obstáculos são antes de tudo – ou finalmente – religiosos. A esperança de escapar ao Inferno, graças ao Purgatório, permite ao usurário fazer avançar a economia e a sociedade do século XIII em direção ao capitalismo”

(LE GOFF, J. A bolsa e a vida – a usura na Idade Média. Trad. Rogério Silveira Muoio. São Paulo: Brasiliense, 2004. p.90)

O A morte do Usurário e do Mendigo. Gaultier de Coincy (1177-1236). *La Vie et les miracles de Notre-Dame*. França (c. 1260-1270). In: VORONOVA, Tamara e STERLIGOV, Andréï. *Manuscrits enluminés occidentaux VIII-XVI siècles à la Bibliothèque nationale de Russie de Saint-Petersbourg*. England/Rússia: Edits. D'Art Aurora/Parkstone, 1996, p. 69. A iluminura medieval traz “Dois momentos distintos: a morte do usurário e do mendigo. Inversão de papéis, subversão social que o cristianismo sugere para o Além: em seu leito de morte, com sua pobre e tosca coberta, em seu leito de morte o pobre vislumbra a Virgem e os Santos (acima à direita). A seguir, abaixo, à direita, o clérigo que o assistiu, agradece à Virgem pela graça concedida. Por sua vez, o usurário (acima, à esquerda), coberto por uma fina estampa xadrez, com um rico travesseiro colorido a lhe amparar a cabeça e cercado pelos que aguardam sua morte para serem agraciados com seus bens, é levado por três diabos (abaixo, à esquerda), um deles negro, para as profundezas do Inferno. Os diabos causam tanto desregramento ao corpo social que o contorno de seus corpos ultrapassa as linhas do quadro. Por fim, há dois tempos distintos: enquanto o usura ainda está sendo levado pelo diabo, o mendigo já partiu para o Paraíso. A recompensa pela vida virtuosa vem mais rápida; a punição pela vida pecaminosa é sempre lenta, como deve ser o suplício”.



COSTA, Ricardo. *A Morte e as Representações do Além na Doutrina para crianças* (c.1275) de Ramon Llull. Disponível em: <http://www.ricardocosta.com/artigo/morte-e-representacoes-do-alem-na-doutrina-para-criancas-c1275>

Apesar da postura resistente da Igreja, o crescimento do comércio aconteceu progressivamente.

Despontava, cada vez mais, diversas práticas econômicas como aquelas ligadas aos bancos, à expansão das atividades comerciais locais e regionais, a exemplo das corporações de mercadores, de mestres-artesãos e uma emergente burguesia.

Entretanto, precisamos entender que a representação da burguesia medieval durante o Renascimento Comercial não pode se confundir com burguês da Idade Moderna, da expansão capitalista dos séculos XVIII e XIX. Aquela personagem histórica possuía valores, interesses e práticas que não autorizam tal equiparação. Seu comportamento está mais para questionar os ditames da sociedade feudal, o que coloca o burguês medieval no centro das mudanças que marcam o fim da Idade Média.

PARA REFLETIR – Faça uma leitura dos textos abaixo e em seguida reflita sobre os questionamentos apresentados.

“O usurário que adquirir um lucro sem nenhum trabalho e até dormindo, o que vai contra a palavra de Deus que diz: “Comerás teu pão com o suor do teu rosto”. Assim o usurário não vende a seu devedor nada que lhe pertença, mas apenas o tempo, que pertence a Deus. Disso não deve tirar nenhum proveito”. (Teólogo do século XIII. Jacques Le Goff. *A bolsa e a vida*. São Paulo: Brasiliense, 1989.)

“Deus chama cada um para uma vocação particular cujo objetivo é a glorificação dele mesmo. O comerciante que busca o lucro, pelas qualidades que o sucesso econômico exige: o trabalho, a sobriedade, a ordem, responde também ao chamado de Deus, santificando de seu lado o mundo pelo esforço, e a sua ação é santa.” (João Calvino. In: Roland Mousnier. Os séculos XVI e XVII: os processos da civilização europeia. São Paulo: Dified, 1973)

- Ambos os textos são organizados por autoridades religiosas. Por que o teólogo e João Calvino apresentam opiniões tão diferentes sobre as atividades burguesas?
- Você acredita que o homem pode enxergar o mundo de formas distintas ao longo do tempo? Se positiva sua resposta, tente identificar as principais mudanças que marcaram a passagem entre a Idade Média e a Idade Moderna a fim de compreender os diferentes contextos históricos que permitiram a formação das distintas opiniões acima apresentadas.

A FORMAÇÃO DAS MONARQUIAS NACIONAIS

A Baixa Idade Média (XI – XV) pode ser caracterizada como um período de transição do feudalismo para o capitalismo.

A crise do sistema feudal levou ao enfraquecimento do poder senhorial contrariamente à centralização do poder político com o fortalecimento do poder real.

Como analisado anteriormente, o feudalismo tinha como características descentralização política, rígidas estruturas sociais e autonomia política dos feudos (variação de moedas, tributos, pesos e medidas), o que dificultava, enormemente, a atividade comercial burguesa.

A partir do século XI, a burguesia passou a interessar-se pela instituição de um poder político forte e centralizado, que pudesse sobrepor-se à autoridade dos senhores feudais. Do mesmo modo, muitos reis ambicionavam tal fortalecimento com a submissão da nobreza e da igreja o seu domínio.

A aliança entre rei e burguesia se consolidou neste contexto de união de interesses, ou seja, centralização da autoridade real e impulso das atividades comerciais com a instituição de impostos, moedas e exército a nível nacional.

Tal processo de fortalecimento do poder real foi construído gradualmente até atingir seu ápice na Idade Moderna, com os reis absolutistas. Grandes exemplos dessa nova realidade são as monarquias inglesas e francesas, que serão analisadas a seguir.

A MONARQUIA FRANCESA

A França consolidou uma das maiores monarquias nacionais da Europa, cuja história se originou com o declínio da monarquia carolíngia.

Nesta época, **Hugo Capeto**, Conde de Paris, assumiu o trono da França, dando início a uma nova dinastia, a **Capetíngia**, que governaria de 987 a 1328.

Esta dinastia foi responsável, pelo processo de instalação progressiva de um poder real forte e nacional, que subjugou a autoridade aristocrática e religiosa impondo o respeito a sua posição de maior suserano, vindo a destruir a organização feudal.

A intenção era demonstrar que os reis simbolizavam a paz, os camponeses, os burgueses e as virtudes cristãs o que mais adiante susterrá a **teoria do direito divino dos monarcas**. Nesse contexto, os reis que mais se destacaram foram Filipe Augusto, Luís IX e Filipe IV.

Filipe Augusto, ou Filipe II (1180-1223), contando com o auxílio financeiro da burguesia, organizou um poderoso exército nacional e expandiu as fronteiras



Catedral de Noyon, França (2007). Hugo Capeto foi coroado nesta Igreja, em 987. Imagem: reprodução internet

do reino até o norte da França, dominado pelos ingleses. Na luta contra o rei Plantageneta João Sem-Terra, conseguiu conquistar a Normandia.

Filipe II buscou capitalizar o reino, criando tributos nacionais que eram recolhidos por fiscais como os **bailios** e os **senescais**.

Estabeleceu novas fontes de recursos à monarquia, com a venda das cartas de franquia aos burgos e a exigência de pagamento em moeda, pelos suseranos, para a dispensa das respectivas obrigações feudais. Tais medidas objetivavam o controle político real do território, até então, controlado pelos nobres.

Luís IX (1226-1270) esforçou-se em combater a organização feudal em seus pormenores, dando seqüência às medidas de seu antecessor através de reformas judiciais e econômicas como, por exemplo, a instituição de uma moeda nacional.

Reconhecidamente religioso, esse monarca participou das sétima e oitava cruzadas, sem alcançar bons resultados. Veio a falecer ainda nesta última incursão religiosa e foi, posteriormente, canonizado sob o título de São Luís.

O governo de **Filipe IV, o Belo** (1285-1314), seguiu os passos de seus antecessores. Sua autoridade monárquica já estava consolidada, mas envolveu-se em conflitos com a Igreja.

Com a intenção de reafirmar a política real, esse monarca criou, em 1302, a **Assembleia dos Estados Gerais**, composta por membros do clero, da nobreza e da burguesia. Filipe IV conseguiu, assim, fixar tributos sobre as propriedades da Igreja, medida duramente criticada pelo papa Bonifácio VIII, que ameaçou o monarca de excomunhão.

Após a morte do papa, Filipe IV reivindicou a escolha do cardeal francês Clemente V como papa, forçando a transferência da sede do Vaticano para a cidade de Avignon, o que favoreceu o controle real sobre vários papas. Por isso ficou historicamente conhecido como o **Cativeiro da Babilônia** (1307 – 1377).

A partir deste momento, houve um acirramento dos conflitos entre o Estado francês e a Igreja, que elegeu um papa romano, dando início ao Cisma do Ocidente, marcado por mútua oposição entre os dois papados. Tal conflito findou-se, apenas, em 1417, com a eleição do papa romano Martinho V.



São Luís, rei da França. Por El Greco (1541–1614). Museu do Louvre. Imagem: reprodução internet.



Sede do papado em Avignon (2005). Imagem: reprodução internet

Apesar desse conflito com a Igreja, a supremacia da autoridade monárquica capetíngia parecia não ter mais nenhum entrave, mas sua tranquilidade foi quebrada com o início da guerra contra a Inglaterra.

A GUERRA DOS CEM ANOS (1337 – 1453)

A antiga rivalidade franco-inglesa intensificou-se com as disputas fiscais e territoriais entre os dois Estados, culminando na chamada **Guerra dos Cem Anos**. Este conflito, que durou, na verdade, 116 anos, foi o primeiro grande conflito europeu e ocasionou intensas transformações sociais e políticas.

A **origem da rivalidade** entre esses dois países está na conquista da Inglaterra em 1066 por **Guilherme, o Conquistador**, duque da Normandia. A partir dessa época, os monarcas ingleses passaram a controlar vastos territórios franceses o que ameaçava o processo de centralização franco.

Inúmeras tentativas de restabelecimento da autoridade francesa sobre estes territórios sucederam-se durante os séculos XII e XIII.

As relações entre os reis da Inglaterra e da França tornaram-se mais tensas, após a união matrimonial de Henrique II, da Inglaterra, com Leonor da Aquitânia. Com esta união matrimonial, o monarca inglês tornou-se vasalo do rei francês.

Conflitos políticos e militares, entre os dois reinados, motivados pelo domínio da região da **Gasconha**, no sudoeste da França, só terminaram com a assinatura do Tratado de Paris, em 1259, com a Inglaterra renunciando seu interesse sobre a Normandia.

Todavia, os conflitos estavam longe de terminar.

Ambos os Estados, tinham interesses no intenso comércio da região de **Flandres**, cujos nobres estavam ligados à França por laços de vassalagem, porém com uma burguesia vinculada economicamente à Inglaterra. Em meio a esse clima de rivalidade, a burguesia flamenga estabeleceu uma aliança com os ingleses, o que descontentou intimamente a França.



Em 1328, a morte do último filho de Felipe IV, o Belo, **Carlos IV** fez insurgir um problema sucessório, pois, o rei inglês **Eduardo III**, neto do falecido monarca pelo lado materno, e o nobre francês **Filipe, Conde de Valois**, sobrinho de Felipe IV, o Belo, se apresentaram como sucessores legítimos ao trono da França.

Apoiados na **Lei Sálica**, as aspirações dos dois pretendentes foram examinadas em uma assembleia francesa, vindo a concluir que o trono não poderia ser ocupado por um sucessor provindo da linhagem materna coroando, consequentemente, Filipe de Valois, com o título de **Filipe VI**.

O embate decidido a favor de Filipe de Valois prejudicou os planos de Eduardo III sobre Flandres que passou a submeter-se inteiramente ao monarca francês. Como resposta, Eduardo III suspendeu a exportação de lã para a região paralisando praticamente todo o comércio flamenco de tecidos.

Tal medida levou a burguesia flamenga a apoiar o rei inglês na investida pela conquista do trono da França que almejava, igualmente, total controle da Aquitânia. Para tanto, Eduardo III repudiou o **Juramento de Amiens**, em 1329, ocasião em que reconheceu a autoridade de Felipe VI, passando a defender sua legitimidade à sucessão monárquica francesa.

As oposições culminaram na eclosão da Guerra em maio de 1337, quando Filipe VI, temendo a expansão territorial inglesa, apoderou-se de Aquitânia. Em resposta, Eduardo III deslocou seu exército para Flandres.

A guerra dividiu-se em quatro períodos: primeiro período (1337 – 1364), segundo período (1364 – 1380), terceiro período (1380 – 1422) e quarto período (1422 – 1453).



Mudanças geográficas ocorridas ao longo dos anos de conflito.
Fonte: Mapas retirados do Cdrom "Atlas de História Geral" Editora Ática.

Em um primeiro momento, a Inglaterra garantiu a conquista de importantes territórios ao norte da França, incluindo a rota do Canal da Mancha. As conquistas inglesas advindas das batalhas de **Ecluse** (1340), **Crécy** (1346) e **Poitiers** (1356) só não foram mais significativas devido à ocorrência da **Peste Negra** que dizimou um terço da população europeia.

Durante o governo de **Carlos V**, os franceses conseguiram recuperar uma parte do território meridional francês, graças à reorganização militar e ao aumento da arrecadação tributária.

Com a morte deste monarca, teve início uma série de disputas entre a nobreza francesa pelo trono que culminou na guerra civil entre os **armagnacs**, partidários dos Orléans, e os **borguinhões**, partidários do duque de Borgonha.

Aproveitando-se do conflito interno entre a nobreza, a Inglaterra logrou vitórias sobre a França com o apoio dos borguinhões culminando, em 1420, na assinatura do **Tratado de Troys**. Com isso, o monarca inglês, **Henrique V**, assumiu o controle dos territórios do norte da França, em 1422.



A Peste Negra ilustrada na Bíblia de Togemburgo (1411). Imagem: reprodução internet.



Miniatura que retrata Gastão Fébus e João III de Grailli se defendendo dos Jacques na fortaleza de Meaux. Crônicas de Jean Froissart (século XV). Imagem: reprodução internet;

Aproveitando-se das divergências internas na Inglaterra, que mais adiante conduziram à **Guerra das Duas Rosas** (1455 – 1485), Carlos VII reorganizou uma reação militar contra os britânicos, que culminou com a conquista da Aquitânia, 1453. Neste mesmo ano, a **Batalha de Castillon**, marcou o fim da Guerra com a reconquista da cidade de Bordeaux, pelos franceses. Cumpre destacar que desde o início da Guerra das Duas Rosas os ingleses voltaram sua atenção as questões internas, abdicando as pretensões sobre a França, o que não significou o fim da rivalidade anglo-francesa.

A Guerra deixou milhares de mortos e devastou a economia e a produção agrícola europeia. A nobreza francesa, a exemplo da cavalaria, e o sistema feudal entraram em irreversível decadência possibilitando, igualmente, a centralização monárquica. A França tornar-se-ia, desde então, o Estado Absolutista mais poderoso da Europa.

Outra consequência perceptível refere-se ao atraso franco-inglês na expansão marítimo-comercial em direção à América consolidada pelos países ibéricos, como veremos mais adiante.

Ao longo do século XIV, os gastos com a Guerra, a baixa produtividade agrícola, a fome, as conturbações sociais provenientes da Peste Negra e das revoltas camponesas, como as **jacqueries**, abalaram as estruturas políticas, econômicas e sociais da Europa. No que tange à França, a situação era ainda mais grave devido às seguidas vitórias dos britânicos na Guerra o que incentivava a emergência de questionamentos da autoridade real.

Internamente, a monarquia francesa respondia violentamente aos movimentos camponeses. Nesse contexto, surgiu à figura de Joana D'Arc, filha de camponeses que teria comandado diversas lutas contra a Inglaterra alegando cumprir ordens divinas. **Joana d'Arc** organizou um poderoso exército nacional que levou à conquista de Reims, no norte da França, onde **Carlos VII** foi coroado segundo as antigas tradições.



Representação romântica de Joana D'Arc na Batalha de Orléans (1886-1890). Por Jules Eugene Lenepveu. Imagem: reprodução internet.

A MONARQUIA INGLESA

Para entendermos o processo de formação da monarquia nacional inglesa, precisamos retroagir no tempo quanto a alguns fatos importantes.



Guilherme, o Conquistador desembarcando na Inglaterra, em 1066. Por François Guizot (1787-1874). Fonte: *The History of France from the Earliest Times to the Year 1789*, London : S. Low, Marston, Searle & Rivington, 1883, p. 349.

Por volta do século V, vários povos germânicos, com destaque aos **anglos** e **saxões**, estabeleceram ao todo sete reinos nas ilhas Britânicas. Posteriormente, esses reinos foram reduzidos a três (séculos VI e VII) para que se formasse uma monarquia no século IX, a **Anglo-Saxônica**.

Após um período de relativa tranquilidade e composição do sistema feudal inglês, o rei **Haroldo II** foi derrotado na **Batalha de Hastings**, em 1066, por **Guilherme I, O Conquistador**, Duque da Normandia. Tinha início o governo da **dinastia normanda**.

Destacamos que na Inglaterra, diferentemente do que ocorrera na França, houve a rápida centralização do poder político, uma vez que Guilherme I não tinha relações obrigacionais pré-estabelecidas com a nobreza inglesa.

Visando minar os laços de vassalagem, enfraquecer a nobreza e estender seu domínio sobre a aristocracia, o monarca repartiu a Inglaterra em condados ou shires, os quais eram supervisionados pelos sheriffs, funcionários reais.

Além disso, Guilherme I estruturou e fortaleceu seu governo apoiado em dois aspectos: um de caráter militar, inclusive legitimado pela conquista do território anglo-saxão, e outro de caráter social, ao buscar proximidade com os plebeus livres.

No entanto, os anos seguintes à morte de Guilherme I foram marcados por intrigas e disputas pelo trono.

De 1139 a 1153, a Inglaterra travou uma guerra com a Normandia, cuja origem estava na crise de sucessão no final do reinado de **Henrique I**, filho de Guilherme I. Com a morte de seu filho, Guilherme Adelin, esse monarca tentou, sem sucesso, que sua filha Matilde o sucedesse. Com sua morte, em 1135, seu sobrinho **Estevão de Blois** usurpou o trono com o apoio dos barões e, do Papa Inocêncio II. Foram longos anos de conflito com Matilde pela manutenção do trono.

Com a morte de **Eustáquio**, herdeiro de Estevão, em 1153, o filho mais velho de Matilde, **Henrique, o Conde de Anjou**, invadiu a Inglaterra forçando Estevão a assinar o **Tratado de Wallingford** reconhecendo-o como herdeiro, iniciando a dinastia Angevina ou Plantagenetas na Inglaterra, em 1154.

O governo de **Henrique II** (1154 – 1189) esteve assinalado pelo alargamento dos poderes reais imposto aos nobres, em geral. Foi instituída a **Common Law** ou Leis Comuns, impostas a toda extensão territorial, cujo controle e aplicação fora atribuída aos juízes.

Henrique II foi sucedido por **Ricardo, Coração de Leão** (1189 – 1199). Este monarca, ao contrário de seus antecessores, permitiu o enfraquecimento do poder real e o fortalecimento dos senhores feudais, em consequência de seu envolvimento em inúmeras guerras, inclusive na Terceira Cruzada. Para tanto, exauriu o tesouro real, majorou a cobrança de tributos, bem como passou a vender títulos e cargos reais a valores exorbitantes, medidas essas que aumentaram as insatisfações populares com seu governo.

O monarca **João Sem-Terra** (1199-1216) deu continuidade ao aumento da cobrança de impostos destinados a sustentar os exorbitantes gastos na guerra contra a França em razão de disputas territoriais. O monarca chegou a confiscar terras da igreja, sendo excomungado, em 1209, pelo papa Inocêncio III, o que foi posteriormente sanado.

João foi derrotado pela França em 1204 e em 1214, o que, somado à insatisfação com a política fiscal empreendida, levou a nobreza a impor ao rei a **Magna Carta**, em 1215.



Esfínges de Richard I da Inglaterra na Igreja da Abadia de Fontevraud.
Fotografia: Adam Bishop (2011). Imagem: reprodução internet



Assinatura da Magna Carta pelo rei João Sem-terra. Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Joao_sem_terra_assina_carta_Magna.jpg

Por este documento, o poder real foi limitado, pois o aumento de impostos ou alteração de qualquer lei passou a depender do consentimento do **Grande Conselho**, composto por condes, barões e membros do clero, o que garantia o fortalecimento do poder da nobreza em detrimento do poder real.

Todavia, o sucessor de João Sem-Terra, **Henrique III**, empreendeu tentativas de violação da Carta Magna. Assim, em 1265, estabeleceram-se as **Provisões** ou **Estatutos de Oxford** que passaram a permitir, na composição do Grande Conselho, a presença de representantes da burguesia.

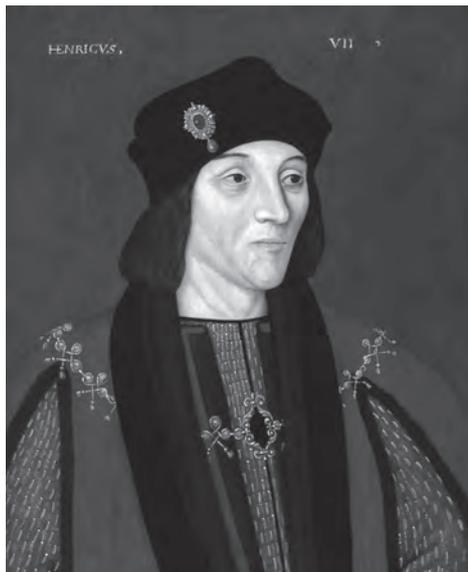
O século XIV, marcado pela Guerra dos Cem Anos motivada pela disputa territorial da região comercial de **Flandres**, propiciou um processo de empobrecimento da Inglaterra em virtude dos altos gastos que alcançou o auge com a epidemia continental causada pela **Peste Negra**, que atingiu toda a Europa.

As inúmeras revoltas camponesas agravaram a situação de crise interna da Inglaterra, inclusive enfraquecendo o poder dos nobres.

Com o término da Guerra dos Cem Anos, em 1453, as famílias Lancaster e York iniciaram a disputa pela sucessão do trono inglês, o que ficou conhecida como Guerra das Duas Rosas (1455 – 1485).

Os Lancasters representavam os interesses ligados às tradições feudais, enquanto os Yorks defendiam pretensões inerentes aos interesses mercantis.

Ao final do conflito Henrique Tudor, da família Lancaster, contando com o apoio burguês, findou a guerra sendo coroado como **Henrique VII**. Tinha início a **dinastia Tudor**, responsável por inaugurar o regime absolutista inglês, colocando em cheque os princípios estabelecidos na Magna Carta, com o cerceamento da autoridade dos nobres.



Henrique VII. National Portrait Gallery, Londres.

AS MONARQUIAS NACIONAIS IBÉRICAS

A formação das monarquias nacionais ibéricas possui estreita relação com a **Guerra de Reconquista**, travada contra a presença muçulmana, como veremos a seguir.

PORTUGAL

Como anteriormente analisamos, a Península Ibérica foi invadida pelos muçulmanos ou mouros, como eram chamados, vindos do norte da África, que ocuparam o sul do território e pressionaram os cristãos cada vez mais ao norte. Após a invasão muçulmana, em 711, tiveram início as primeiras tentativas de retomada do território pelos cristãos.

Neste contexto, destacou-se a Igreja Católica representada pelas pretensões papais em direção à Península Ibérica, cuja cristandade teria sido convocada a lutar contra os infiéis mouros. Esperançosos em receber as indulgências do papa, bem como terras, títulos e riquezas como forma de recompensa, nobres excluídos pelo direito de primogenitura, além de ex-servos emigrantes deste período, passaram a compor o exército cristão.

Em 1079, **Afonso VI**, de Leão, impulsionou o processo de expulsão dos infiéis, tomando a cidade de Toledo contando, inclusive, com o apoio das tropas francas. Neste contexto, surgiu **D. Henrique, da Casa de Borgonha**, França, nobre excluído pelo direito de primogenitura à procura de riquezas e títulos. Sua participação na guerra permitiu a união matrimonial com uma das filhas de Afonso VI recebendo, como dote, o **Condado Portucale**, composto pelas cidades de Porto, Viseu, Braga, Coimbra e Lamego.

D. Henrique deu continuidade à guerra de reconquista. Todavia, era continuamente ameaçado em seus domínios por D. Raimundo (que comporia os territórios da Espanha) quanto à pretensão em reaver o condado.



O filho de Henrique de Borgonha, **Afonso Henriques**, deu continuidade à guerra contra os mouros e ao processo de centralização o que alimentava, ainda mais, as rivalidades com os reis de Leão e Castela. Tal política lusa conduziria à formação de Portugal, a primeira monarquia nacional da Europa.

Sentindo-se ameaçado pela aproximação dos reinos de Leão e Castela, Afonso Henriques intitulou-se rei e proclamou a independência de Portugal, em 1139, sendo a mesma reconhecida na **Conferência de Zamara**, em 1143.

O poder político foi centralizado em torno do rei. Portugal lutou, ainda, contra os mouros até 1248, expandindo seu território em direção ao sul.

Quanto à formação do absolutismo português, os sucessores de Afonso Henriques contribuíram decisivamente ao firmarem uma administração eficiente e centralizada, porém, em um processo lento e gradual marcado por conflitos com Castela, entre os anos de 1369 a 1382.

Neste contexto, destacou-se o impulso oficial às atividades agrícolas e pesqueiras favorecendo o avanço econômico burguês. As doações de terras em caráter não hereditário aos fidalgos atraíam a simpatia da nobreza, mas contribuía para o crescente poder de uma autoridade real centralizada, além de proporcionar a ocupação dos territórios reconquistados dos mouros. Ao mesmo tempo, a transformação de Portugal em rota de passagem que ligava Constantinopla ao mar do Norte, impulsionada por comerciantes que vislumbravam um caminho menos atingido pela Guerra dos Cem Anos, favoreceu o surgimento de uma poderosa burguesia mercantil lusa.

Com a morte do último rei da dinastia de Borgonha, **D. Fernando**, em 1383, emergiu o problema em torno da sucessão monárquica. De acordo com a tradição, a filha legítima do monarca, a infanta **Dona Beatriz**, deveria sucedê-lo, mas tinha apenas onze anos de idade. A jovem era casada com o rei de Castela, o que importava a volta do domínio espanhol sobre Portugal e causava grande repulsa à burguesia mercantil.

Acontece que o pai de D. Fernando, **D. Pedro**, teve um caso extraconjugal com Inês de Castro, advindo desta união um herdeiro ilegítimo, bastardo, qual seja, D. João I, mestre da ordem militar de Avis, irmão de D. Fernando.

D. João de Avis tornou-se a opção mais provável à sucessão monárquica no entendimento da burguesia, do povo e dos nacionalistas, o acirramento da tensão conduziu a **Revolução de Avis**. D. João contou, ainda, com o apoio inglês em virtude do casamento contraído com Dona Felipa de Lencastre, neta de Eduardo III, rei da Inglaterra.



AFONSO HENRIQUES



D. João I, fundador da dinastia de Avis.
pt.wikipedia.org/wiki/João_I_de_Portugal

Apesar do apoio francês, após uma série de batalhas entre 1383 e 1385, o exército castelhano foi definitivamente derrotado na **batalha de Aljubarrota**, possibilitando a ascensão de D. João de Avis ao trono português, substituindo a linhagem de Borgonha. Tal fato marcou o início da monarquia absolutista em Portugal.

A partir deste momento, é possível observar maior incentivo ao comércio e uma aproximação entre a monarquia e a burguesia o que favoreceu, posteriormente, a expansão marítima e comercial portuguesa.

ESPAÑHA

Para entendermos a consolidação do Estado Nacional espanhol faremos um retorno ao seu passado histórico.

Durante a antiguidade, ainda no domínio romano, o território que compõe a atual Espanha compreendia a província da **Hispânia**. Com a queda do Império Romano e a crescente onda das invasões bárbaras, os **visigodos** acabaram por dominar a província após a expulsão de **suevos, alanos e vândalos** do território.

A falta de unidade política e cultural dos visigodos contribuiu para o sucesso da investida muçulmana, em 711, que acabara por compor um Emirado independente e dividido em **Califados** no território. Os cristãos, por sua vez, formaram o reino das Astúrias, ao norte.

Por outro lado, a presença cristã nesses territórios era algo significativo, mas a autonomia dos mesmos favorecia a presença moura naquela parte da Península Ibérica. Durante séculos, os cristãos lutaram contra os mouros pelo território, o que acabou por conduzir a formação dos reinos de Leão, Castela, Navarra e Aragão.

Esses reinos precisavam compor os conflitos internos, que assolavam a administração real. Enfrentaram sucessivas insurreições por parte da nobreza e das populações urbanas. Do mesmo modo, mediavam os interesses da Igreja representados pelos cruzados que combatiam, ao mesmo tempo, os infiéis mouros e os membros das ordens dos Templários e dos Hospitalares. O ideal separatista territorial da Catalunha que desejava autonomia política também ameaçava a estabilidade da região.

Após uma série de tentativas frustradas, os reinos de Castela, Leão e Navarra conseguiram efetivar a unificação territorial, em 1230, o que favoreceu em particular o fortalecimento de Castela durante o século XIV, sob os governos de **Afonso X** e **Afonso XI**, também responsáveis pela centralização política do reino.

Porém, o processo de unificação entre Castela e Aragão só teve início com o matrimônio (mesmo que sem o consentimento dos pais) da herdeira ao trono de Castela, **Isabel**, com **Fernando de Aragão**, em 1469. Ao assumirem os respectivos tronos, Isabel, em 1474, e Fernando, em 1479, promoveram de fato a unificação desses dois territórios.

A partir de então, Castela e Aragão, por meio dos Reis Católicos, empreenderam uma forte política voltada à **Guerra de Reconquista** contra os muçulmanos, vindo a assumir o controle do último reduto mouro, Granada, ao sul da Espanha, em 1492. Consolidada estava a formação da Monarquia Nacional Espanhola.

Diferente do que ocorrera em Portugal, o apoio da alta nobreza ao processo de centralização e fortalecimento da monarquia espanhola foi decisivo, além de impulsionar a conquista das terras americanas o que fará da Espanha um dos territórios mais poderosos da Europa moderna.

A FORMAÇÃO DO SACRO IMPÉRIO ROMANO-GERMÂNICO



A origem do Sacro Império Romano-Germânico remonta ao ano de 843, quando o Império Carolíngio foi dividido pelo **Tratado de Verdum**, entre os três netos de **Carlos Magno**, passando a França Oriental a ser governada por **Luís, o Germânico**, e seus descendentes até o ano 911, quando da morte de **Luís, o Infante**, que não deixou herdeiros.

Tal fato impulsionou os nobres alemães a constituírem o **Reino Germânico**. Possuindo uma **monarquia eletiva** composta pelos duques da **Baviera**, da **Saxônia**, da **Suábia** e da **Francônia** elegiam um imperador que representava o território como um todo, porém, ao permitir que os nobres mantivessem o controle de seus territórios, fortalecendo a aliança monárquicas com os mais influentes e poderosos senhores feudais.

Nesse contexto, a tentativa de centralização política da região conduziu ao processo de formação do **Sacro Império Romano Germânico**.

A vitória dos germânicos contra os húngaros proporcionou a **Oton I** poder e influência em relação à nobreza e à Igreja Católica que, no ano de 962, levou o Papa João XII a sagrá-lo este imperador nascendo, assim, o **Sacro Império**.

Considerando-se sucessor de Carlos Magno, Oton I aproximou-se da alta hierarquia da igreja alemã com o evidente interesse de controlá-la nomeando bispos e abades (Cesaropapismo), bem como legitimando o discurso de unificação territorial. Para tanto, ofereceu à Igreja poder e proteção em relação à nobreza, recebendo em troca bens e apoio militar, o que contrariava os interesses dos primeiros.

O extenso controle político sobre a Igreja conduziu, a posteriori, às lutas com o papado, o que foi acentuado durante as Reformas Gregorianas pelo papa Gregório VII, no século XI, iniciando a Querela das Investiduras motivada pela disputa ao direito de nomear os ocupantes de cargos eclesiásticos.



GREGÓRIO VII – QUERELA DAS INVESTIDURAS

A declaração de independência da Igreja em relação ao imperador germânico, a destituição de leigos ocupantes de cargos eclesiásticos e a reafirmação da autoridade papal sobre os fiéis desse território por Gregório VII desagradou, profundamente, o então imperador, **Henrique IV** que foi, inclusive, ameaçado de excomunhão papal. Em resposta, o imperador tramou a destituição do papa. Sem sucesso, a excomunhão papal foi efetivada e Henrique IV teve de enfrentar a oposição da nobreza que apoiava o pontífice.

Enfraquecido politicamente e temendo a perda do trono, Henrique IV se dirigiu a Canossa, em 1077, onde se encontrava Gregório VII, com a finalidade de se penitenciar e suplicar pela reconciliação com o pontífice, pela definitiva anulação da sentença de excomunhão. Alcançando seu intuito, após a imposição de certas condições pelo papa, não tardou Henrique IV a violar, novamente, os interesses da Igreja conseguindo, finalmente, destituir o papa romano.

Somente em 1122, com a assinatura da **Concordata de Worms**, pelo imperador **Henrique V**, houve o cessar passageiro da disputa. Tal acordo limitava a autoridade imperial sobre a Igreja e fortalecia a supremacia do poder papal que se expandia, cada vez mais, sobre os governantes da Europa.

Entre os séculos XII e XIII, os imperadores alemães reiniciaram os conflitos com a Igreja, impondo prestígio e poder sobre ela e limitando os territórios do Patrimônio de São Pedro e dos demais territórios italianos.

Frederico Barbarruiva acentuou a tensão nos territórios italianos, ao incentivar as cidades do norte a romperem com a influência religiosa romana sobre as questões políticas, surgem, então, os **gibelinos**, partidários do imperador, e os **guelfos**, favoráveis ao Papa. Em Roma, as pretensões desse imperador foram ainda mais incisivas ao apoiar a nobreza na composição de um governo civil que destruiria, definitivamente, o alicerce do poder temporal dos papas.

Porém, Frederico não conseguiu consolidar o domínio e apoio papal às suas pretensões, além do mais, internamente o Sacro Império encontrava-se fragilizado e fragmentado mediante as oposições políticas da nobreza, o que levou esse imperador a se concentrar nos conflitos internos de seu território. Sem sucesso, a Alemanha permanecerá até o século XIX dividida em dezenas de estados autônomos, alcançando sua Unificação apenas em 1871.

Como a Alemanha, a Itália estava fragmentada em diversos territórios compostos por poderosos burgos comerciais marcados pelas disputas das cidades e famílias burguesas. É importante destacar, que o intensivo comércio italiano pelo Mediterrâneo contribuiu para o fortalecimento e autonomia política dessas cidades, que se organizavam, administrativamente e militarmente, defendendo e conquistando os centros urbanos rivais.

Dessas conquistas territoriais emergiram, no século XV, os Estados Pontífices, a República de Veneza, a República de Florença, o Ducado de Milão e o Reino de Nápoles. Como a Alemanha, a Itália alcançará sua Unificação somente no ano de 1870.

A CRISE DO SÉCULO XIX

Os últimos séculos do período medieval foram marcados, como demonstrados anteriormente, por profundas transformações do Feudalismo. A emergente dinâmica urbana, acompanhada do impulso comercial, acabou por revelar as incongruências do sistema feudal com as inovações advindas deste processo, o que resultou em uma crise que conduzirá, adiante, ao fim do próprio Feudalismo. Esse sistema tornou-se incapaz de absorver as mudanças ocorridas até então.

A longa Guerra dos Cem Anos provocou a morte de milhares de pessoas, causando uma das maiores devastações territoriais do continente. Contudo, serviu para questionar as estruturas políticas e sociais medievais, ao possibilitar o incipiente conceito de nação, a partir do surgimento de algumas instituições de poder centralizadas, a exemplo da França.

As variações climáticas que marcaram a Baixa Idade Média levaram a um longo período de fome. Seguidos anos de intensas chuvas e frio, intercalados aos de seca, ocasionou a destruição de plantações e a morte de animais. Esse extenso período de fome medieval gerou mudanças na mentalidade social, visto que a atitude dos senhores feudais em aumentar a cobrança de impostos favoreceu a opressão e o agravamento da fome entre os camponeses.

Além das significativas mudanças elencadas, a sociedade medieval enfrentou ainda a epidemia de peste negra responsável pela morte de milhares de pessoas e, conseqüentemente, a falta de mão-de-obra nos campos, bem como nas cidades. O crescimento das cidades propiciou um ambiente favorável a essa doença que devastou a Europa em meados do século XIV.

Destacamos, porém, que a decadência do Feudalismo não foi algo repentino que aconteceu no contexto medieval. A queda do sistema feudal tornará insustentável a partir das contínuas transformações do pensamento político e econômico do período moderno, cuja burguesia representará o elemento transformador a extirpar, em definitivo, o que denominamos de resquícios feudais.

TEXTO COMPLEMENTAR

A CRISE DO SÉCULO XIV

O longo processo de mudanças que a Europa ocidental atravessou entre os séculos, XI e XIII, encontrou, ao mesmo tempo, um freio e um acelerador na chamada crise do século XIV. Por mais que as técnicas agrícolas se tivessem aperfeiçoado nesse período, permaneciam ainda muito rudimentares para superar o desequilíbrio entre o crescimento geométrico dos habitantes e o crescimento aritmético dos alimentos. Mal nutrida, a população tornava-se vulnerável aos flagelos naturais e as pressões sociais. Uma colheita prejudicada por motivos climáticos, uma epidemia, uma guerra – cada um desses fatores podia desencadear o súbito aumento da mortalidade, que restabelecia o equilíbrio entre o número de habitantes e o volume de alimentos que se podia produzir.

No século XIV, todos esses fatores se fizeram presentes. Entre 1313 e 1317, uma série de más colheitas serviu de estopim. A partir de 1328, disputas dinásticas deram início à Guerra dos Cem Anos. Após inúmeras outras, de caráter local, a Grande Peste Negra (1348) dizimou algo entre um terço e metade da população europeia. Como consequência, a produção diminuiu e desorganizou-se o comércio.

No entanto, essa sucessão de tragédias também criou as condições para novas transformações. A fome conduziu muitos habitantes dos campos para as cidades. Os senhores sem camponeses tiveram de recorrer à contratação de trabalhadores avulsos. Os camponeses sem senhor experimentaram uma liberdade que até então lhes era desconhecida. Os grandes mercadores, enriquecidos com o comércio a longa distância, viram a oportunidade de adquirir terras e, com elas, o prestígio que proporcionava a condição de proprietário. E procuraram aplicar à produção agrícola os mesmos critérios de lucratividade a que se tinham habituado em sua faina mercantil diária.

Grosso modo, a crise do século XIV tornou alguns ricos ainda mais ricos e a maioria dos pobres ainda mais pobres. De um lado, muitas vezes, o desespero conduziu estes últimos às revoltas (as jacqueries, ou seja, o movimento de um jacques, um João-ninguém). De outro, a concentração da riqueza em um número menor de mãos propiciou novos investimentos. Os requintados tecidos de lã das cidades italianas, por exemplo, foram suplantados por outros mais baratos, como a lã da Inglaterra e o fustão e o linho da Holanda. Novas rotas comerciais foram abertas. Adotaram-se práticas comerciais mais simples e rápidas. As monarquias, em virtude da guerra e das inquietações sociais, fortaleceram-se.

Essa intensificação das atividades econômicas, porém, ficaria tolhida enquanto a Europa não encontrasse novas fontes de suprimento de metais preciosos para servirem de meios de troca que representassem a maior quantidade de riqueza comercializada. Preparou-se, assim, a expansão marítima.

MACE, Eduardo & RIBEIRO, Marco Aurélio de Sá, História do Brasil ATR v.1.0., Rio de Janeiro, ATR, 1995 (CD-ROM).

A CULTURA MEDIEVAL EUROPEIA

A Idade Média esteve fortemente marcada pela emergência de uma cultura teológica vinculada à Igreja Católica, que influenciou o pensamento desse período. Durante a Alta Idade Média, a Igreja monopolizou a educação, organizou-se politicamente, adquiriu destaque econômico, com a posse de inúmeros feudos, e poder perante a nobreza e reis medievais. Todavia, nada se compara à poderosa influência que esta instituição religiosa exerceu sobre a mentalidade popular, refletindo nos aspectos culturais o próprio pensamento da Igreja. Absolutamente tudo o que cercava o homem estava vinculado ao entendimento religioso e à ideia do controle integral das coisas terrenas por Deus, demonstrando a subordinação das questões seculares ao mundo espiritual.

A Baixa Idade Média revelou uma nova realidade histórica, influenciada pelas transformações econômicas e a efervescência urbana, o que favoreceu o contato cultural com outros povos e o questionamento do domínio religioso acerca das questões terrenas. O dogmatismo religioso passou a não ser mais entendido como uma verdade inquestionável e absoluta.

A partir desta breve introdução, realizaremos uma análise temporal demonstrando a evolução do pensamento cultural no medievo, visto que os mil anos de história medieval não podem ser tratados de maneira uniforme, mas sim em suas particularidades e diferentes contextos de transformações.

A cultura vulgar: A cultura medieval esteve densamente marcada pela influência do pensamento religioso em quase sua totalidade. A religião cristã tornou-se o elemento central daquela sociedade, contudo, existiram aspectos a compor o campo cultural que os medievais denominavam de “vulgar”, classificando tudo aquilo que não compusesse o âmbito clerical.

Essa cultura vulgar era transmitida oralmente e de maneira informal. Presente no cotidiano das pessoas, expressou o pensamento social que acabou por receber influências diversas e não apenas a eminentemente religiosa.

No entanto, a Igreja delimitou seu espaço no corpo social, em função do diálogo que a cultura clerical possuía diariamente com os fiéis. Isso aconteceu, principalmente, por meio da pregação litúrgica e dos sermões que aconteciam durante os encontros dominicais nas missas e nos contatos sociais difundidos pelo clero secular. O cristianismo tinha, então, o propósito de aproximar as instâncias humanas e divinas, alcançando a simbiose entre os mitos (advindos, em geral, da cultura vulgar) e os ritos (originados, quase sempre, pela cultura clerical).

Um exemplo que demonstra a incorporação da cultura popular-vulgar aos rituais cristãos trata-se do reconhecimento pela Igreja do culto aos mortos. No século IX, esse ritual foi incorporado ao calendário litúrgico da festa de Todos os Santos e, posteriormente, na celebração de Finados.

No século XIV, o equilíbrio entre a cultura clerical e a cultura vulgar foi rompido em razão das manifestações culturais que variaram do radical misticismo a contundentes manifestações racionalistas, com o intuito de preparar o terreno para a emergência de uma nova visão de mundo, difundida pelo movimento renascentista.

Educação medieval: Quanto à cultura intelectual, houve um monopólio por parte da Igreja. A educação estava voltada à formação clerical e relacionada ao culto religioso. As escolas monásticas, ou catedralícias, ensinavam as sete artes liberais, tais como: a Gramática, a Retórica e a Dialética (*trivium*) e, em seguida, passava-se ao estudo da Aritmética, da Geometria, da Astronomia e da Música (*quadrivium*). Por fim, era realizado o estudo da Teologia. O conhecimento científico teve seu desenvolvimento limitado, pois imperava a compreensão de que o objetivo do homem era a conquista do Reino de Deus revelado nas Sagradas Escrituras e não a observação das leis da natureza.

As escolas urbanas surgidas a partir do século XI eram fortemente influenciadas pelo conhecimento eclesiástico. Todavia, o crescimento demográfico e a expansão da vida urbana forçaram a Igreja a ampliar o número de escolas e a aceitar a presença de leigos docentes. Tal decisão foi emitida no Concílio de Latrão, em 1179, o que não impediu a Igreja de manter o monopólio do ensino, uma vez que era ela a responsável por emitir a *licentia docendi*.

As universidades surgiram no século XII, também caracterizadas pela mista presença de clérigos e leigos em seus quadros. Apesar da crescente laicização do período, os cursos universitários eram norteados pelo método da Escolástica e o curso de Teologia, o mais prestigiado.

Lembramos que o ensino pautava-se no estudo geral (*studium generale*), visto que o ensino superior estaria agregado a alguma área do saber, a exemplo da escolha profissional do conhecimento ligado à teologia, ao direito ou à medicina. Posteriormente, as universidades procuraram desenvolver o estudo universal do saber (*universitas*), bem como os diversos ramos das ciências, organizando-se em faculdades.

A Literatura no medievo: A Literatura, predominante na língua latina, tendeu a conservar textos clássicos por meio das cópias monásticas, mas a produção hagiográfica cristã se tornou muito popular durante a Idade Média, com destaque a personagens religiosos.

Por volta do século XII, inseridas na cultura intermediária, ganharam destaque as **canções de gesta**. Dentre essas narrativas épicas em verso, ganhou destaque a *Canção de Rolando* (1100), que reproduzia a cerimônia de armação do cavaleiro feudal de uma forma sacralizada. Tratava-se do cavaleiro cruzado, um herói a serviço de Deus no combate aos infieis que, neste momento, foi equiparado ao santo em seu sacrifício. Destacaram-se também neste período a literatura fundamentada nas lendas célticas como as de *Chrétien de Troyes* (1135-1183) narrando a história do rei Artur e dos cavaleiros da Távola Redonda.

No século XII, a **lírica trovadoresca** exaltou o aspecto espiritual do amor, descredenciando o lado erótico ao impossibilitar sua concretização física. A relação vassálica foi incorporada à visão do amor, sendo demonstrada pela subordinação do poeta à “senhora” com o intuito de estabelecer uma evidente interligação com o culto mariano.



UNIVERSIDADE DE OXFORD, INGLATERRA

Os **fabliaux** se difundiram no século XIII. Esses pequenos contos em versos simples e cômicos estavam dotados de intensa crítica social a eclesiásticos, nobres, ou burgueses. Seu antifeminismo afrontava o culto à Virgem e a lírica trovadoresca.

No século XIII destacou-se igualmente a **literatura enciclopédica**. O objetivo era reunir, resumidamente, o conhecimento da época. Podemos citar como exemplos a Suma Teológica, de Tomás de Aquino, a Científica, de Vicente de Beauvais (*Speculum majus*), e a Hagiográfica, de Jacopo de Varazze (*Legenda Aurea*).

Música: Como vimos anteriormente, a música compunha uma das principais áreas do ensino medieval e foi incorporada pela Igreja em seu culto religioso. O papa Gregório I (590 – 604) introduziu a **melodia gregoriana** à prática religiosa do período por meio de uma reforma litúrgica, que reuniu antigos cânticos a outros de sua autoria. Tal coletânea foi designada **Antifonário**.

Resumidamente, a canção cristã se inspirava nos textos sagrados sendo que, inicialmente, o vocal a uma só voz, em um canto falado e sem acompanhamento instrumental (canto a *capella*), era apresentado aos fiéis em língua latina. Com o tempo, o órgão tornou-se o principal instrumento musical a compor o canto religioso.

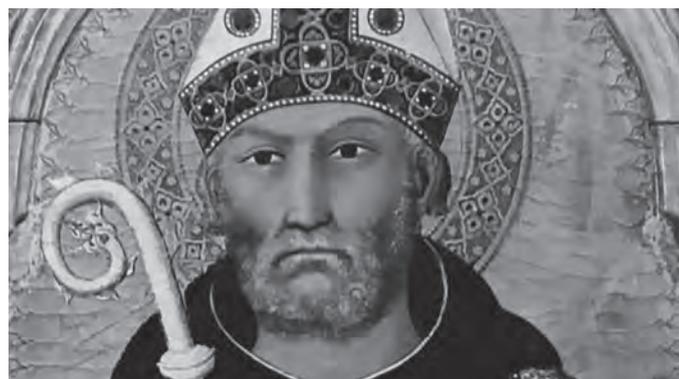
Durante a Baixa Idade Média surgiu a música não religiosa, denominada **profana**. Comum entre o povo e a nobreza, esta podia ser executada de forma mais livre, a representar, na maioria das vezes, canções relacionadas aos diversos ofícios, no que diz respeito ao povo, ou as canções dos trovadores, que falavam do amor, da natureza ou das cruzadas, no caso da nobreza.

A música profana utilizava diversos instrumentos musicais como a flauta, a harpa, a rabeca, a sanfona, a gaita, os tambores e, como língua, os dialetos de cada região. Nesta época surgiram também os **menestréis** que eram, ao mesmo tempo, cantores, músicos, poetas e malabaristas que viajavam para diversas regiões para difundir seu trabalho.

No século XII ganhou destaque a **música polifônica** que, a partir do canto gregoriano, passou a acrescentar outras vozes. Com esta, surgiram diversos compositores que mesclavam as músicas religiosas e profanas o que permitiu, mais adiante, a preponderância da música profana.



CANTO GREGORIANO



SANTO AGOSTINHO

Conhecimento Teológico e Filosófico: Santo Agostinho foi um dos maiores pensadores cristãos da Alta Idade Média. Entendia que as questões de fé, não podiam ser comprovadas por meio da razão. Acreditava que era necessário compreender para crer e, crer para compreender. Refutou ativamente o ceticismo e negou a existência do mal justificando que se Deus é a causa de todas as coisas, logo elas são boas. Todavia, afirmava esse doutor da Igreja que era algo natural a corrupção das coisas, bem como da natureza humana, pois a bondade era, quanto aos homens, algo relativo, sendo que apenas Deus, em sua perfeição, era incorruptível.

Apesar de o pensamento agostiniano defender a **predestinação divina** afirmava que, do ponto de vista humano, havia o livre-arbítrio no sentido de caber somente ao homem a aceitação ou a negação da graça da salvação. Para ele, embora o homem não pudesse interferir na vontade divina, Deus, como conhecedor prévio dos acontecimentos futuros, permitiria ao Homem a competência de alterá-los, o que, ao mesmo tempo, era captado por Deus. Contudo, essa autonomia revelada por Deus e precedida de graça divina deveria ser utilizada para a prática do bem, caso contrário, a falta de inspiração divina poderia conduzir o homem à prática do mal.

Sua principal obra, a *Cidade de Deus*, discutiu a existência de duas "Jerusaléns": uma Celeste e outra Terrena. Sua teoria, baseada nas ideias de Platão, afirmava a prevalência de um dualismo material-espiritual, cuja realidade terrena não passava de uma imitação imperfeita da realidade transcendental.

Durante a Baixa Idade Média, o pensador cristão de maior destaque foi **Tomás de Aquino**. Este procurou estabelecer uma relação entre os ensinamentos cristãos e o conhecimento aristotélico, no sentido de ajustar o pensamento da Igreja às condições socioculturais do período.

A principal obra de Tomás de Aquino, a *Suma Teológica*, aborda as relações entre a filosofia e a teologia, a ciência e a fé. Em seu entendimento, a teologia revelada era apreendida como ciência suprema que encontrou na filosofia racional (conhecimento auxiliar) a possível demonstração da existência de Deus.



SÃO TOMÁS DE AQUINO

Tomás de Aquino argumentava sobre a importância dos sentidos anteriormente ao que é inteligível, explicando assim que não se poderia apreender claramente e distinguir o que é Deus, devendo o homem, antes de tudo, partir da compreensão de que foi por ele criado. Para tanto, buscou justificativas na origem, no princípio das coisas terrenas, nas causas primeiras, considerando Deus o motor primitivo da história de todas as coisas. Contrariamente ao homem finito e imperfeito, existiria Deus como um ser necessário, perfeito e inteligente, a controlar as leis da natureza, inclusive os indivíduos.

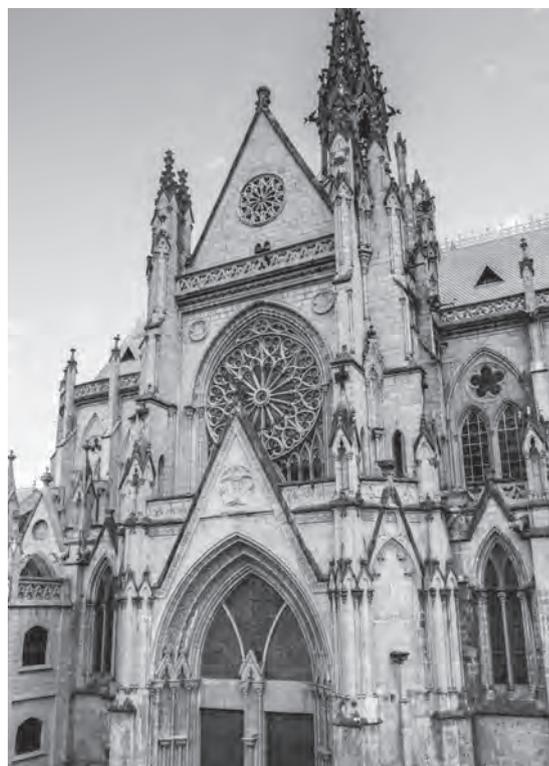
Divergindo de Platão, Tomás de Aquino afirmava que o conhecimento pela alma somente é alcançável com o bem, o que permite ao homem a suprema felicidade ao contemplar o que é absoluto, ou seja, a própria essência divina, mas que só pode ser possível na vida eterna, pois se trata de algo que está além das forças humanas. Diferente de Santo Agostinho, para este doutor da Igreja o progresso do homem, rumo ao conhecimento, dependeria não somente da vontade divina, mas também de seu próprio esforço, não havendo assim oposição entre a fé e a razão.

A escolástica valorizou a **teoria do livre-arbítrio humano**, que confere ao homem a capacidade consciente de identificar os aspectos da ordem moral, realizando o bem e evitando o que é mal. Para o **tomismo**, a vontade humana dotada de racionalidade como dom de Deus legado aos homens tenderia, em uma perspectiva mais otimista que a agostiniana, à prática do bem, logo, à presença divina. Entretanto, caberia somente ao homem a escolha do que é bom, sendo que a classificação do que seria convenientemente bom competia exclusivamente à Igreja.

A Arquitetura: Em uma sociedade praticamente iletrada, a manifestação artística iconográfica se tornou o melhor meio de transmissão do pensamento religioso de maneira didática. Dois importantes estilos arquitetônicos se desenvolveram: o **românico** e o **gótico**. As representações nos diversos ambientes sociais, principalmente nas Igrejas, de iluminuras, esculturas, mosaicos, murais, dentre outras, transmitiam verdadeiros ensinamentos bíblicos e teológicos de vasto alcance público.

O estilo românico ganhou destaque a partir do século XI. Sua origem estava interligada à cultura monástica, ao contexto do mundo rural, refletindo uma sociedade essencialmente agrária, estando neste ponto o destaque reservado a motivos do cotidiano do camponês. Revelou-se também em uma arquitetura sólida, com paredes largas, pilares grossos e janelas escassas, pois as construções das Igrejas deveriam se apresentar como verdadeiras fortalezas divinas. Seu ambiente interior favorecia a devoção religiosa e a reflexão interior.

O forte simbolismo presente no estilo românico não se preocupava em demonstrar a realidade palpável, mas sim a essência das coisas, a exemplo da exposição das cenas do Juízo Final ao logo da entrada dos edifícios religiosos, advertindo os fiéis que a salvação somente seria possível dentro da Igreja. Da mesma forma, os castelos representavam a segurança terrena.



ARTE ROMÂNICA

O estilo gótico manteve a ligação com o sagrado, porém ganhou destaque o espaço reservado à cultura vulgar, pois, diferentemente do estilo românico, o gótico teve sua origem atrelado ao desenvolvimento da economia e do meio urbano. Procurou revelar as necessidades espirituais, mas manteve ligação com as escolas urbanas harmonizando os princípios da Fé e da Razão.

Construídas com recursos advindos da burguesia e da monarquia, as catedrais góticas possuíam belos vitrais que permitiam a entrada da luz, para simbolizar a presença de Deus. O lado humano também passou a ser valorizado nos motivos artísticos. A natureza, encarada como a essência da Criação, foi retratada com realismo. O gótico revelava assim, não de maneira contraditória, o equilíbrio entre a sensibilidade do divino e a preocupação com o pensamento filosófico.

Impregnada de forte dramaticidade, a arquitetura gótica possuía decoração irregular de linhas carregadas. Flamejante, buscou romper com a harmonia das formas, com o equilíbrio entre o espaço e o volume arquitetônico, ao expor sua exagerada ornamentação.



CATEDRAL GÓTICA

R EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

01 | UFJF Os Tribunais da Inquisição foram criados pela Igreja no século XIII, para investigar e punir os crimes contra a fé. No século XVI a Inquisição foi reativada em vários países europeus, inicialmente para fazer frente ao avanço do protestantismo. Portugal foi um dos países que não só reativou essa instituição, como estendeu sua atuação também para seus domínios ultramarinos, inclusive para o Brasil.



Inquisição na Espanha, por Bernard Picard, 1723.

Disponível em: <www.integral.br/zoom> e capturada em junho de 2009.

Com base nas afirmações anteriores, na imagem e em seus conhecimentos, cite e analise:

- A** uma característica da Inquisição na Europa Moderna:
- B** uma característica da atuação da Inquisição no Brasil colonial:

Resolução:

- A** *O candidato pode apontar como características da Inquisição na Europa Moderna a perseguição a práticas judaicas, protestantes, islâmicas, here-sias, feitiçarias bruxarias e diversas práticas consideradas crimes morais. Na Península Ibérica res-salta-se a relação entre o Tribunal da Inquisição e o Estado, responsável em última instância pela punição dos culpados.*
- B** *Na colônia portuguesa, as perseguições dispunham do mesmo caráter, porém não foi implantado o Tribunal da Inquisição. A atuação do Santo Ofício ocorria através das denúncias dos familiares. Os suspeitos eram enviados para o tribunal de Lisboa.*

02 | UEG Uma novidade se difundiu em Goiânia nos últimos anos em relação à forma de morar: os condomínios horizontais fechados, caracterizados pelo forte esquema de segurança e com muita área verde.

Aponte uma semelhança e uma diferença dos condomínios horizontais fechados com a moradia da nobreza da Idade Média.

Resolução:

As afinidades históricas entre a moradia nos castelos medievais e nos condomínios horizontais fechados são:

- em ambos os casos, a elite econômica segrega-se dos segmentos mais pobres, por meio de um forte aparato de segurança: muros altos, guaritas, vigiância armada etc;
- em ambos os contextos históricos, há uma sensação de insegurança, o que estimula o investimento em segurança privada por parte da elite: na Idade Média, o ambiente de insegurança devia-se às guerras entre os senhores, as eventuais revoltas camponesas e os bandos de salteadores; na época atual, a sensação de insegurança deve-se ao medo de assalto e sequestros constantemente divulgados pela mídia.

Já as principais diferenças entre as duas formas de morar são:

- os castelos medievais não primavam pelo conforto, pela riqueza na decoração e no mobiliário; já as

casas dos condomínios horizontais geralmente são marcadas pelo conforto e pela ênfase na decoração;

- os castelos medievais situavam-se afastados das cidades, muitas vezes em regiões de difícil acesso, como montanhas ou bosques; já os condomínios horizontais situam-se geralmente na periferia das grandes e médias cidades;
- uma das justificativas ideológicas para a existência dos condomínios horizontais é um estilo de vida mais próximo à natureza, enquanto os castelos medievais não foram construídos com essa preocupação ecológica;
- o contexto histórico dos castelos medievais era de fragilidade do poder central do Estado perante a nobreza feudal; atualmente, o Estado desempenha um destacado papel político, administrativo e militar.

F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01| FUVEST “Pelas palavras das Escrituras somos instruídos de que há duas espadas: a espiritual e a temporal... é preciso que uma espada esteja sob o domínio da outra, por conseguinte que o poder temporal se submeta ao espiritual”

(Bonifácio VIII, Bula Unam Sanctum, 1302).

"Quando... o papa... se atribui a plenitude de poder sobre qualquer governante, comunidade ou pessoa individual, tal pretensão é imprópria e errada, e se afasta das divinas Escrituras e das demonstrações humanas, ou melhor, até as contradiz"

(Marsílio Ficino, O Defensor da Paz, 1324).

Explícite e comente o conflito histórico presente nestes dois textos do início do século XIV.

02| FUVEST “O ar da cidade torna um homem livre”.

Analise o significado desse adágio popular, no quadro do desenvolvimento das cidades europeias, a partir da Baixa Idade Média.

03| UFG “Imaginemos, tentemos imaginar, transpondo para os nossos dias: seriam em aglomerações como as de Paris ou de Londres, quatro, cinco milhões de mortos em alguns meses de verão; os sobreviventes, estarecidos, após semanas de medo, partilham as heranças e veem-se, por consequência, metade menos pobres do que eram antes, apressando-se para se casar, procriar: verifica-se uma prodigalidade de nascimentos no ano que se segue à hecatombe. Nem assim os vazios foram preenchidos: a doença havia se instalado, voltando a se manifestar periodicamente, a cada dez, vinte anos e

com igual fúria. (...) Nos cinquenta, sessenta anos, que se seguiram à pandemia de 1348, e que foram sacudidos pelos ressurgimentos da peste, situa-se uma das grandes rupturas da história da nossa civilização”

DUBY, Georges A Europa na Idade Média, op. Cit., FÁRIA, Ricardo de Moura, História, Belo Horizonte, ed. LÊ 1989, p. 14

A peste negra, descrita no texto acima, é um dos elementos agravantes da crise dos séculos XIV e XV, vivida pela Europa.

Considerando o exposto, pede-se:

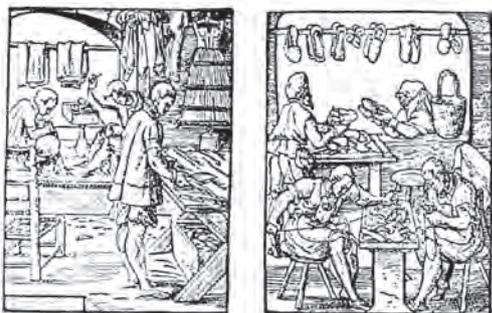
- A** Analise os elementos geradores desta crise;
- B** Responda: por que ela significou “uma das grandes rupturas da história da nossa civilização”?

04| UFG “... se pensamos na longa duração, se formos além mesmo do caso de Paris, as funções essenciais de uma cidade são a troca, a informação, a vida cultural e o poder. As funções de produção – o setor secundário – constituem apenas um momento da história das cidades, notadamente no século XIX, com a Revolução Industrial, visível, sobretudo nos subúrbios situados na periferia. Elas podem desfazer-se; a função da cidade permanece.”

LÊ Goff, J. Por amor às cidades: conversações com Jean Labrun. São Paulo: UNESP, 1998, p. 37.

Pensando a cidade na “longa duração”, vamos encontrá-la redefinindo suas funções, desde os séculos, XI e XII, período em que o chamado Renascimento Comercial e Urbano modificava a face do mundo medieval. Caracterize esse movimento, destacando os elementos econômicos e sociais desse processo.

05| UFRN As gravuras abaixo ilustram aspectos do sistema produtivo nas cidades da Europa medieval, nas quais as corporações de ofícios eram responsáveis pela indústria local.



BURNS, Edward M. História da civilização ocidental. Porto Alegre: Ed. Globo, 1965. p. 347.

Com relação às corporações de ofícios medievais, especifique

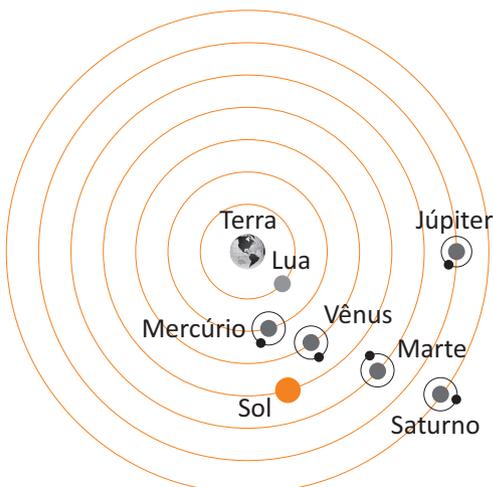
- A** as práticas do sistema corporativo da Idade Média;
- B** as categorias de artesãos e suas características, na hierarquia das corporações.

06| UFBA A “peste negra”, catástrofe social e demográfica que atingiu a Europa em meados do século XIV, produziu profundos efeitos na sociedade da época.

Com base nos conhecimentos sobre esse fato, indique dois desses efeitos, relacionando-os com o agravamento da crise econômica ocorrida no período.

07| UEG

O mundo segundo Ptolomeu



Disponível em: <<http://paginas.terra.com.br/educacao/pifer/ptolomeu.htm>> Acesso em: 25.set. 2006.

O modelo de funcionamento do cosmo criado por Cláudio Ptolomeu no século II foi aceito durante 14 séculos, até ser desmentido por Copérnico e Galileu. Analise as razões da aceitação desse sistema durante a Idade Média.

08| EFOA Entre os séculos, XIV e XV, a Europa viveu um longo processo de decadência da ordem vigente, responsável pela transformação do quadro social, político e econômico europeu.

Este momento foi retratado por Pieter Brueghel, na pintura reproduzida abaixo.



(Pieter Brueghel – O Triunfo da Morte (1562). Disponível em: <http://museoprado.mcu.es/img/59a.jpeg>. Acesso em: 8 ago. 2006.)

Com base nesta imagem e nos conhecimentos sobre este período histórico, faça o que se pede:

- A** Indique duas crises retratadas pelo artista.
- B** Aponte duas causas para estas crises.
- C** Explique como estas crises foram superadas.

09| UNICAMP Em 1478, o Papa Sisto IV assinou uma bula, através da qual fundou uma nova Inquisição na Espanha. Redigida como resposta às petições dos Reis católicos, essa bula atribuía a difusão das crenças e dos ritos judaicos entre cristãos-novos de Castela e Aragão à tolerância dos bispos e autorizava os reis a nomear três inquisidores para cada uma das cidades ou dioceses dos reinos. Esse poder concedido aos príncipes era até então reservado ao Papa.

(Adaptado de Francisco Bethencourt, História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 17.)

- A** A partir do texto, identifique os aspectos que definem a novidade da Inquisição fundada pelo papa Sisto IV.
- B** Quais as mudanças vividas pelos judeus na Espanha entre os séculos XV e XVI?

10| UFBA Baseando-se nos conhecimentos sobre a Idade Média, caracterize a vida urbana na sociedade medieval europeia quanto aos aspectos urbanísticos, sociais e de organização do trabalho.

- urbanísticos:
- sociais:
- organização do trabalho:

T ENEM E VESTIBULARES

01 | FGV

Chegam a Jerusalém a 07 de junho de 1099. Jejuam e fazem procissões em redor da cidade, esperando que as suas orações deitem abaixo as muralhas, do mesmo que as trombetas de Josué tinham derrubado as de Jericó. A chegada a Jafa de navios genoveses, pisanos e venezianos é para eles de um grande auxílio [...] A cidade tão cobiçada é tomada a 15 de julho de 1099. Assistimos, então, à pilhagem e ao massacre sistemático de toda a população. Depois do regresso dos cruzados ao Ocidente, a posse de Jerusalém torna-se precária.

Tate, G. Dois séculos de confronto entre o Oriente e o Ocidente. In Arneville, M.-B. D' e outros, *As Cruzadas*. Trad., Cascais: Pergaminho, 2001, p. 22.

O texto acima se refere à:

- A Terceira Cruzada e revela os interesses bizantinos nessa expedição.
- B Reconquista Ibérica e apresenta as motivações religiosas dessa empreitada.
- C Sétima Cruzada e demonstra a forte presença da monarquia francesa.
- D Primeira Cruzada e revela a forte religiosidade da peregrinação armada.
- E Quarta Cruzada e revela a participação exclusiva dos fiéis franceses.

02 | FGV Entre os séculos, XIII e XV, havia um intenso comércio de cerâmicas, produtos agrícolas, de cobre vindo da Zâmbia e de Chaba, de sal, ouro e marfim, enviados até a costa. De fora, chegavam (...) porcelana da China e da Pérsia, peças de vidro da Síria e outras mercadorias de luxo. O Grande Zimbábue (...) tinha o monopólio do comércio de ouro que era levado para Sofala e de lá embarcado para Quíloa.

(Regiane Augusto de Mattos, *História e cultura afro-brasileira*)

A partir do trecho, é possível considerar que:

- A O oceano Índico e a Península Arábica foram importantes “portas de entradas” de ideias e mercadorias da África, mesmo antes da costa atlântica.
- B A economia africana apenas ganhou importância em fins do século XV, quando ocorreu a chegada dos grandes negociantes europeus.
- C O isolamento cultural e político africano não impediu que esporádicas relações comerciais fossem travadas com outros continentes.
- D Desde a Antiguidade a África esteve aberta às influências externas, mas o continente só passou a ter história com o contato com a Europa moderna.

- E Até meados do século XVI, a costa mediterrânea foi o único espaço africano com contato externo, em função da expansão do Império carolíngio.

03 | FGV Guerra dos Cem Anos — Denominação dada a uma série de conflitos ocorridos entre a França e a Inglaterra no período 1337-1475. O termo, que vem sendo considerado impróprio, é uma criação moderna dos historiadores do século XIX, introduzido nos manuais escolares. (...) Alguns historiadores têm mesmo proposto que seja utilizada a expressão “cem anos de guerra” e não a tradicional.

(Antônio Carlos do Amaral Azevedo, *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos* apud Luiz Koshiba, *História: origens, estruturas e processos*).

Sobre essa guerra, é correto afirmar que:

- A Decorreu diretamente da chamada Crise do Século XIV, pois a Inglaterra e a França tinham leituras divergentes da paralisia econômica que atingiu a Europa ocidental desde os primeiros anos desse século.
- B Resultou da imediata reação da França, aliada dos reinos de Castela e Aragão, à aliança econômica e militar entre a Inglaterra e Portugal, iniciando o mais sangrento conflito bélico da Europa moderna.
- C Desenvolveu-se quase toda em território francês, com batalhas entremeadas por tréguas e períodos de paz, e as suas origens se ligam à sucessão do trono francês, também disputado pela Inglaterra.
- D Derivou da disputa por territórios recém-descobertos por franceses no norte da África, mas que eram estratégicos para a expansão da economia inglesa, já produtora de manufaturados.
- E Desenvolveu-se no contexto das reformas religiosas, obrigando cada nação europeia a se posicionar na defesa ou não do papado, fator principal do conflito bélico entre franceses e ingleses.

04 | MACK “A Idade Média não existe. Esse episódio de quase mil anos (...) é uma fabricação, uma construção, um mito, quer dizer, um conjunto de representações e de imagens em perpétuo movimento, amplamente difundidas na sociedade, de geração em geração (...)”.

Christian Amalvi. “Idade Média”. In: Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: EDUSC, 2006, p.537.

A respeito do tema, considere as seguintes afirmativas:

- I. As representações depreciativas do período remontam às tentativas, principalmente de humanistas italianos desde o século XIV, de retornar às fontes da Antiguidade Clássica.

- II. O século XVIII, com sua revalorização do racionalismo e antropocentrismo, assiste ao dualismo “obscurantismo” – representado pela Idade Média – e as “Luzes” – representadas pelo Iluminismo.
- III. A visão de uma Idade Média plena de cultura e da qual se originou a civilização europeia deve-se, em grande parte, ao século XIX, com o Romantismo.

Assinale:

- A** Se apenas I estiver correta.
- B** Se apenas I e II estiverem corretas.
- C** Se apenas II e III estiverem corretas.
- D** Se apenas I e III estiverem corretas.
- E** Se I, II e III estiverem corretas.

05| FGV A partir do século X, mas principalmente do XI, é o grande período de urbanização – prefiro utilizar esse termo mais a o de renascimento urbano, já que penso que, salvo exceção, não há continuidade entre a Idade Média e a Antiguidade.

LE GOFF, Jacques. Por amor às cidades. Conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Unesp, 1998, p. 16.

A respeito das cidades medievais, após o ano mil, é CORRETO afirmar:

- A** Tornaram-se centros econômicos e financeiros e vinculados às rotas mercantis e à produção agrária das áreas rurais próximas.
- B** Eram fundamentalmente sedes episcopais e centros administrativos do Sacro Império Romano Germânico.
- C** Tornaram-se núcleos da produção industrial que começou a desenvolver-se sobretudo no norte da Itália, a partir do século XI.
- D** Tornaram-se os principais entrepostos do comércio de escravos africanos desde o início das Cruzadas.
- E** Apresentaram-se como legado das pólis gregas e das cidades romanas da Antiguidade.

06| FAMECA No século XI, os tecelões de Flandres começaram a produzir a preço módico panos de lã que eram muito superiores aos tecidos em casa. Eles tiveram um crescente sucesso, primeiro em escala local, depois no exterior. Os tecelões tiveram que buscar em torno de si novas fontes de abastecimento. Acharam-nas na Inglaterra. O comércio de genoveses, pisanos e venezianos no leste transformou as lãs flamengas na mais popular e lucrativa de suas mercadorias, que se tornou um poderoso instrumento da expansão dessas cidades.

(Colin McEvedy. Atlas de história medieval, 2007. Adaptado.)

O texto descreve:

- A** Os contatos comerciais entre cristãos e muçulmanos, graças às relações de suserania e vassalagem.
- B** Dinamismo mercantil da Europa Medieval, com destaque para as cidades italianas e flamengas.
- C** Os motivos da decadência das feiras, devido às novas rotas comerciais entre o Norte e o Sul da Europa.
- D** O processo de formação do feudalismo, devido à ruralização provocada pelas invasões à Europa.
- E** O papel primordial do movimento cruzadista para o enriquecimento das cidades medievais, como as italianas.

07| UFG

Leia o poema a seguir:

A morte para todos faz capa escura,
E faz da terra uma toalha;
Sem distinção, ela nos serve,
Põe os segredos a descoberto,
A morte libera o escravo,
A morte submete rei e papa
E paga a cada um seu salário,
E devolve ao pobre o que ele perde
E toma do rico o que ele abocanha.

FROIDMONT, Hélianand. Os versos da morte. São Paulo: Ateliê/Imaginário, 1996. p. 50. [Adaptado].

Este poema do século XII refere-se ao impacto das mudanças ocorridas no Ocidente Medieval, relacionadas à expansão urbana e comercial. Tendo em vista esse ambiente, ao transformar a morte em personagem, o poema caracteriza-a com uma atitude:

- A** Moralizadora, que expressa a necessidade de correção dos costumes na vida terrena.
- B** Racionalista, que manifesta a retomada do pensamento aristotélico.
- C** Idealista, que constrói uma imagem sublime do homem como criatura de Deus.
- D** Heroica, que denota o desejo de incentivar a coragem nos homens.
- E** Indulgente, que promove a convivência tolerante entre cristãos e pagãos.

08| MACK “Ao lado dos sinos dos conventos e das igrejas, destinados a soar e a impor as horas canônicas dos ofícios religiosos, aparecem os sinos laicos, sobretudo utilizados para a proclamação do tempo do trabalho (início, interrupções e fim). Nas cidades do nordeste da Europa, importante região têxtil, os novos sinos opõem à autoridade dos campanários da igreja a altivez das torres que os desafiam. Em face do tempo da Igreja, afirma-se o tempo do mercador, senhor do processo de trabalho”.

Dicionário temático do Ocidente Medieval, v.II, p.163

O texto aponta:

- A Os erros de certas análises historiográficas a respeito das concepções medievais de tempo e de trabalho. De forma precipitada, tais análises tendem a considerar a Igreja detentora absolutas de tais concepções, durante toda a Idade Média, demonstrando a falta de análises históricas empíricas.
- B Que as estruturas e as mentalidades medievais não sofreram transformações substanciais. De fato, como apontado no texto, as ideias acerca do trabalho e do tempo continuaram as mesmas durante o período, demonstrando que mentalidades não se alteram rapidamente.
- C Para as transformações processadas na Idade Média acerca do papel regulador da Igreja e do mercador. Aquela atenta à nova realidade, adaptando-se cada vez mais; este senhor do comércio e das mercadorias, demonstra o seu poder ao impor o domínio sobre os sinos e os campanários medievais.
- D Para as transformações processadas no final da Idade Média em relação ao tempo e ao trabalho. De fato, se antes tais conceitos eram regidos e dominados pela Igreja, a partir daquele momento as concepções valorativas acerca deles passam a predominar na transição feudo-capitalista, sobretudo nos ambientes laicos.
- E Que as concepções de tempo e de trabalho se alteraram ao longo do tempo, exceto na Idade Média. De fato, analisado empiricamente, o período é rico em representações a respeito desses conceitos, sempre demonstrando a fragilidade eclesiástica em impor seus conceitos para a população em geral.

09| FGV

Leia o texto.

Entre 1315 e 1317 sucedem-se pesadas chuvas por todo o norte da Europa Ocidental, de forma tão intensa e ininterrupta que os campos são devastados e as colheitas perdidas, gerando uma situação de calamidade para o mundo camponês e que se soma aos vários anos bons que haviam levado o preço dos cereais a níveis bastante baixos. Sem colheitas e sem poupança, o mau tempo inaugura o grande movimento de crise do século XIV.

(Francisco C. Teixeira da Silva, Sociedade feudal: guerreiros, sacerdotes e trabalhadores)

Pode-se apontar, entre outros elementos, como parte da chamada Crise do Século XIV:

- A O progressivo processo de enfraquecimento das monarquias nacionais, em especial da França, diante da forte resistência liderada pela fração da nobreza voltada aos negócios financeiros.
- B A enorme disparidade entre a frágil produção de alimentos e o crescimento da população europeia, este resultado da ausência de conflitos bélicos e de revoltas populares importantes.

- C O efeito positivo das revoltas camponesas para a maioria dos trabalhadores dos campos e das cidades, especialmente na Europa Oriental, pois houve para estes consideráveis aumentos salariais e a concessão do direito à sindicalização.
- D O descompasso entre uma produção de mercadorias sempre menor do que a entrada de metais amedáveis na Europa, provocando um inédito processo de hiperinflação, que paralisou a atividade produtiva no final do século.
- E A conversão da prestação do trabalho gratuito – a corveia – ao senhor, pelo pagamento em produto ou em dinheiro por parte do servo, que representou um dos passos em direção à dissolução dos laços servis.

10| FGV

Leia o documento.

Deus criador do universo fixou duas grandes luminárias no firmamento do céu: a luminária maior para dirigir o dia e a luminária menor para dirigir a noite. Da mesma maneira, para o firmamento da Igreja universal, como se se tratasse do Céu, nomeou duas grandes dignidades; a maior para tomar a direção das almas, como se estas fossem dias, a menor para tomar a direção dos corpos, como se estes fossem as noites. Estas dignidades são a autoridade pontifícia e o poder real. Assim como a Lua deriva a sua luz da do Sol e na verdade é inferior ao Sol tanto em quantidade como em qualidade, em posição como em efeito, da mesma maneira o poder real deriva o esplendor da sua dignidade da autoridade pontifícia: e quanto mais intimamente se lhe unir, tanto maior será a luz com que é adornado; quanto mais prolongar [essa união], mais crescerá em esplendor.

(Apud Luiz Koshiba, História: origens, estruturas e processos)

No documento – escrito pelo papa Inocêncio III, em 1198 – é correto identificar:

- A A recuperação de um preceito dos primeiros tempos do cristianismo, que defendia a pureza da alma e a pecaminosidade do corpo.
- B Uma associação entre a estrutura moral dos monarcas e a aprovação dos seus governos pelas autoridades religiosas.
- C A condenação de todas as teorias que adotavam a cosmologia divina sobre a constituição do poder dos líderes da Igreja Católica.
- D Uma determinada visão sobre as relações hierárquicas entre o poder espiritual e o poder temporal no mundo medieval europeu.
- E Os resquícios de uma concepção da Antiguidade Oriental que reconhecia a supremacia das religiões monoteístas sobre o paganismo.

11| FUVEST Se o Ocidente procurava, através de suas invasões sucessivas, conter o impulso do Islã, o resultado foi exatamente o inverso.

Amin Maalouf, As Cruzadas vistas pelos árabes. São Paulo: Brasiliense, p.241, 2007.

Um exemplo do “resultado inverso” das Cruzadas foi a:

- A** Difusão do islamismo no interior dos Reinos Francos e a rápida derrocada do Império fundado por Carlos Magno.
- B** Maior organização militar dos muçulmanos e seu avanço, nos séculos XV e XVI, sobre o Império Romano do Oriente.
- C** Imediata reação terrorista islâmica, que colocou em risco o Império britânico na Ásia.
- D** Resistência ininterrupta que os cruzados enfrentaram nos territórios que passaram a controlar no Irã e Iraque.
- E** Forte influência árabe que o Ocidente sofreu desde então, expressa na gastronomia, na joalheria e no vestuário.

12| ESPM A antiga Flandres situava-se no nordeste da França, ocupando também uma parte da Bélgica e constituía-se num ponto central e de fácil acesso no Ocidente da Europa.

(Raymundo Campos. História Geral)

Sobre a importância da Flandres na Baixa Idade Média é correto assinalar que:

- A** Era uma região sob domínio dos muçulmanos, desde quando estes invadiram a Europa no século VIII;
- B** Era uma região banhada pelo Mar Báltico e importante centro de produtos como mel, peixe salgado, cereais, madeiras;
- C** Foi o berço de uma gigantesca associação de comerciantes denominada Liga Hanseática, conhecida ainda como Hansa Teotônica;
- D** Era uma região em que se realizavam feiras, que após o século XIII tornaram-se as mais procuradas do continente, famosas por seus tecidos de lã de carneiro;
- E** Era uma região cortada pelos varegues, comerciantes nórdicos, conhecidos pelo controle sobre o comércio de produtos orientais.

13| PUC Considere o texto abaixo, relato de uma pessoa que testemunhou em vida os fatos descritos.

“Eis que, em outubro do ano 1347 da Encarnação do Senhor (...), muitos genoveses, em doze galeras, fugindo à cólera divina que se abatera sobre eles em razão de sua iniquidade, acostaram no porto da cidade de Messina.

Os genoveses transportavam consigo, impregnada em seus ossos, uma doença tal que quem quer que tivesse falado com um deles era atingido por essa enfermidade mortal; essa morte, morte imediata, era absolutamente impossível de se evitar.”

(Michel de Piazza. Historia secula ab anno 1337 ad annum 1361. Apud DUBY, Georges. A Europa na Idade Média. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p.118).

Considerando o contexto europeu do período, é correto afirmar que o surto epidêmico descrito:

- A** Permaneceu restrito às cidades e regiões mencionadas.
- B** Fortaleceu a ordem sociopolítica clássica do feudalismo.
- C** Condição o abandono das explicações sobrenaturais para doenças e morte.
- D** Afetou apenas os pobres e a parcela mais velha das populações.
- E** Causou surtos de perseguição a grupos religiosos minoritários.

14| UNESP Com o crescimento comercial, na Baixa Idade Média, a Europa atravessou períodos de pânico coletivo, provocados por manifestações endêmicas ou epidêmicas da peste bubônica e de outras doenças, como tifo, varíola, gripe pulmonar e disenteria. A disseminação de várias dessas doenças era facilitada, entre outros motivos, pela:

- A** Condição precária de higiene, enfrentada principalmente pelos habitantes das cidades.
- B** Crença de que as epidemias não podiam ser combatidas, pois advinham da vontade divina.
- C** Dificuldade de contato e comunicação entre as populações do continente europeu.
- D** Proibição religiosa das pesquisas médicas e científicas durante toda a Idade Média.
- E** Omissão dos poderes políticos, uma vez que as doenças só atingiam as camadas pobres.

15| PUC “A Idade Média não é o período dourado que certos românticos quiseram imaginar, mas também não é, apesar das fraquezas e aspectos dos quais não gostamos, uma época obscurantista e triste, imagem que os humanistas e os iluministas quiseram propagar.”

Jacques Le Goff. A Idade Média explicada aos meus filhos. Rio de Janeiro: Agir, 2007, p. 18

A ambígua imagem da Idade Média que hoje temos deriva, em parte, de representações

- A** negativas do período, que destacam a opressão a que os camponeses eram submetidos, a intolerância da Igreja e as repetidas temporadas de fome.

- B positivas do período, que destacam o papel relevante que as mulheres tinham na vida social, o avanço tecnológico e o desenvolvimento nas artes visuais.
- C negativas do período, que destacam a atuação do Tribunal da Inquisição, a ausência de mobilizações sociais e o direito divino que justificava o absolutismo.
- D positivas do período, que destacam o resgate de valores religiosos oriundos da Antiguidade Clássica, a arquitetura românica e gótica e as festas populares.
- E negativas do período, que destacam a ausência de liberdades políticas, a persistência do politeísmo e de práticas de bruxaria em toda a Europa Ocidental.

16| UPE Na Baixa Idade Média (séculos X-XV), a sociedade feudal europeia assistiu a mudanças em sua estruturação e dinâmica de funcionamento que foram essenciais para a construção do mundo moderno. Sendo assim, é CORRETO afirmar que, neste período:

- A A burguesia surge e começa a atuar predominantemente, no contexto social dos incipientes centros urbanos feudais.
- B A igreja católica assiste a uma redução drástica do seu poder no contexto sócio-político mais amplo com a eclosão da Reforma Protestante.
- C O poder régio nas monarquias feudais, em especial na França e Inglaterra, passa a restringir a atuação da burguesia por meio de medidas de repressão fiscal.
- D Há uma expansão do modelo agrário feudal na economia europeia de então, com a diminuição dos centros urbanos.
- E As cidades feudais passam a sofrer com guerras locais ligadas aos conflitos religiosos entre os cristãos e os judeus, em especial na Península Ibérica.

17| MACK “Enfim, em novembro de 1095, (...) o papa Urbano II (...) dirigiu à aristocracia guerreira francesa uma advertência, divulgada, a seguir, por toda a Europa: aqueles que até então tinham vivido como saqueadores, martirizando seus irmãos cristãos, poderiam ir para o Oriente, onde os cristãos encontravam-se ameaçados pelos muçulmanos, e empregar suas energias contra os infiéis. Assim, com o recurso deste expediente destinado a ‘exportar a violência’, foi assentada a primeira pedra no edifício das futuras Cruzadas”.

Jacques Le Goff & Jean-Claude Schmitt. Dicionário Temático do Ocidente Medieval

De acordo com o texto, é correto afirmar que as Cruzadas:

- A Foram expedições de caráter essencialmente religioso, conclamando os europeus para um acordo de paz com os “infiéis” no Oriente Médio.
- B Tiveram nas ações militares contra os “infiéis” no oriente sua característica mais marcante, como maneira de solucionar problemas sociais vividos na europa.
- C Tiveram a característica de exportar para a América a ideia fixa de converter os indígenas em seguidores fiéis do cristianismo.
- D Analisaram sistematicamente as civilizações do Oriente, com o intuito de preservar sua cultura após a luta contra os “infiéis”.
- E Mesclaram princípios religiosos e militares, buscando, por meio da conversão dos “infiéis” no Oriente, aumentar seguidores do Cristianismo, então ameaçado pela Reforma Religiosa.

18| FMABC “[A peste negra] era transmitida essencialmente pelos parasitas, principalmente as pulgas e os ratos. Era uma doença exótica, contra a qual os organismos dos europeus não tinham defesas. Veio da Ásia pela rota da seda. Veja: a epidemia, essa catástrofe, é, portanto, também um dos efeitos do progresso, do crescimento.”

Georges Duby. Ano 1000 Ano 2000. Na pista de nossos medos. São Paulo: Editora da Unesp, 1998, p. 80.

A partir do texto acima, que trata do aparecimento da peste negra na Europa do século XIV, podemos dizer que:

- A Problemas de saúde, como a peste negra, derivam sempre da miséria social e as epidemias avançam apenas em períodos de crise econômica e conflitos sociais.
- B As doenças ficam em geral confinadas ao local de manifestação original e quando se alastram para outras áreas não provocam grandes problemas nem geram epidemias.
- C Epidemias, como a peste negra, são provocadas pela ira divina e não podem ser tratadas pelos homens, a não ser que a medicina recorra a procedimentos religiosos.
- D A integração entre regiões diferentes do planeta, provocada pelo comércio e por intercâmbios culturais, também pode contribuir para a disseminação de doenças.
- E Más condições de higiene e a falta de um sistema unificado de atendimento médico foram os principais responsáveis pela proliferação dos parasitas que provocaram a peste negra.

IDADE MODERNA

O período moderno nos leva a refletir sobre algumas questões que nos explicam o mundo atual. Você já parou para pensar, por que o mundo é dividido em países? O porquê dessa delimitação? Como era a geografia do mundo antes do surgimento dos Estados nacionais? Como surgiram as igrejas protestantes que atualmente estão em pleno crescimento em nosso país? Quando que o comércio deixou de ser em esfera local e passou a ser internacional? O que significa globalização e quando foi inaugurada? Estas são algumas das questões que iremos debater ao longo desta unidade e que nos ajudarão a refletir sobre determinados aspectos diretamente ligados ao nosso cotidiano.

A FORMAÇÃO DO ESTADO MODERNO

O ABSOLUTISMO MONÁRQUICO EM PAUTA

A Idade Moderna é o período compreendido entre a tomada de Constantinopla (capital do Império Bizantino e atual cidade de Istambul, na Turquia), em 1453 e a Revolução Francesa, em 1789. Conheceremos melhor esse período histórico a partir de agora.

O contexto histórico que precede a formação das Monarquias Absolutistas

É fundamental que entendamos o contexto de formação dos Estados Nacionais modernos, que foram marcados pelo processo de centralização política ocorrido com a crise do Feudalismo.

Ao longo do período medieval, no qual predominava o sistema feudal, o continente europeu estava fragmentado em diversos reinos, nos quais se verificava um poder político partilhado entre os grandes senhores feudais, ou seja, não existia um estado centralizado com um rei que comandasse a todos. O poder político era dividido entre a nobreza local que vivia da exploração dos servos em seus feudos.

Diversos fatores ligados à crise do sistema feudal foram primordiais para a formação dos Estados modernos, tais como: as revoltas camponesas contra a exploração feudal, o Renascimento comercial e urbano, que culminou o crescimento de uma nova classe social, a burguesia, a expansão comercial e o enfraquecimento do poder local da nobreza.

OS INTERESSES SOCIAIS SOBRE A MESA

O processo de centralização política pode até parecer ter sido algo rápido e sem contestações, como uma reviravolta na qual o rei volta a ter poder total, como outrora ocorrera no antigo Império Romano. No entanto, esse pensamento seria equivocado, pois houve uma forte oposição a esse processo, especialmente por aqueles que não queriam perder seu poder pessoal: os senhores feudais, que representavam a nobreza local e há séculos mandavam e desmandavam em suas regiões.

Entretanto, havia setores sociais interessados no fortalecimento do rei, como a burguesia – que já vislumbrava diversas melhorias como estradas, segurança pública e leis que facilitariam o desenvolvimento do comércio – e parte da nobreza, que idealizava o rei como o indivíduo capaz de conter as revoltas camponesas que tanto lhes atormentava e que, conseqüentemente, protegeria seus privilégios e domínios territoriais.

O ABSOLUTISMO MONÁRQUICO – ASPECTOS GERAIS

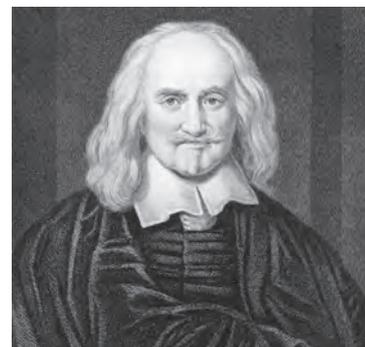
No contexto da formação dos Estados Nacionais modernos houve a criação de uma aliança política entre o rei e a burguesia ascendente, aspecto determinante para a constituição da sociedade moderna. Com essa união, o poder político voltou a ficar concentrado totalmente na figura real, o que historicamente denominamos de **Absolutismo Monárquico**.

Surgiram diversos intelectuais, que se posicionaram em defesa do Absolutismo e, desenvolveram teses que justificavam a concentração de poderes nas mãos dos monarcas europeus. Esses pensadores tinham um arsenal de argumentos voltados ao convencimento da sociedade, acerca dessa forma de poder. Esta política de persuasão resultou em séculos de dominação que, em grande parte, estiveram marcados pelo emprego da violência por estes monarcas europeus.

PARA PENSAR HOJE – Este momento é oportuno ao exercício de um paralelo histórico entre a Idade Média e o Brasil contemporâneo. Obviamente respeitando as diferenças políticas, culturais, geográficas e cronológicas, convidamos você a raciocinar acerca do desempenho atual de alguns veículos midiáticos nacionais. Por diversos momentos, a mídia brasileira buscou convencer a sociedade sobre que caminho político seguir, sempre atendendo aos seus interesses pessoais e da classe por ela representada (a elite, caracterizada pelo grande capital nacional e internacional). Ignorando modelos políticos que contrariassem seus objetivos e que demonstrassem preocupação com os reais interesses do povo, em geral, parte da mídia chegou a apoiar anomalias políticas, a exemplo da Ditadura Militar. Até que ponto vale a pena reproduzir o que se lê? Em tempos de tecnologia digital nunca foi tão necessária a existência de indivíduos com um senso de criticidade autêntica.

Dentre os pensadores europeus defensores do Absolutismo, destacamos:

- **Jean Bodin (1530-1596):** Em sua obra *A república*, o filósofo francês desenvolveu a **teoria do direito divino**, legitimado na ideia de que tudo que acontece deriva da vontade de Deus. O rei seria um instrumento dessa vontade sobrenatural na Terra, ou seja, um intermediário entre Deus e o povo. Verificamos aqui a ideia fundamental da teocracia antiga.
- **Thomas Hobbes (1588-1679):** O filósofo inglês, em sua obra *Leviatã* (termo que se refere ao monstro bíblico mencionado no livro de Jó, o qual governava o caos primitivo) afirma que, o estado seria um monstro criado para livrar a sociedade da anarquia. Para Hobbes, o homem, em seu estado de natureza (anárquico), vive em situação de guerra e por isso os indivíduos devem ceder ao soberano (o Estado) o seu direito a liberdade individual.



THOMAS HOBBS
Segurança da sociedade Leviatã
"O homem é o lobo do homem"



Nicolau Maquiavel Ver em:
<http://www.historiadigital.org/curiosidades/4-teoricos-absolutistas-que-justificavam-o-poder-do-rei/>

- **Nicolau Maquiavel (1469-1527):** O historiador, poeta e diplomata italiano reconhecido por ser o autor do cânone, *O Príncipe*. Ao formular a ideia de que "*os fins justificam os meios*" o governante pode, no entendimento de Maquiavel, fazer de tudo para atingir seus objetivos, inclusive matar. Ele é considerado o precursor da teoria política do Estado moderno.

As obras mencionadas possuem uma concepção hierárquica orgânica das sociedades europeias. Destaca o simbolismo social por meio do corpo, cujo rei representaria a cabeça demonstrando, assim, sua privilegiada posição social centralizadora de condução desse corpo.

Hoje é natural ouvirmos os europeus afirmando sua nacionalidade como "sou inglês", "sou português", etc. Entretanto, nem sempre isso foi possível. Com a formação dos Estados Nacionais, o **patriotismo** e o **nacionalismo** modernos ganharam contornos mais evidentes a partir das delimitações geográficas, políticas, sociais e culturais daquelas sociedades que passaram a se ver como nações soberanas.

A formação dos Estados Nacionais diminuiu a autoridade da Igreja católica, instituição que ao longo do período medieval tinha o controle das rédeas sociais. Mais adiante, quando analisarmos a Reforma Protestante, destacaremos mais profundamente o debate envolvendo o contexto da crise de poder no seio católico.

Vejamos a seguir, como ocorreu o processo de formação dos Estados Nacionais em alguns países: Inglaterra, Portugal, Espanha e França.

A FORMAÇÃO DA MONARQUIA ABSOLUTISTA INGLESA

Guilherme I, então Duque da Normandia (região ao norte da França), venceu a confederação de tribos germânica denominada de saxões, em 1066, na **Batalha de Hastings** e, diante desta vitória, conseguiu se tornar rei da Inglaterra.

Guilherme I foi sucedido pelos seguintes reis: **Henrique II** (1154-1189); **Ricardo Coração de Leão**, filho de Henrique II, e passou parte do seu reinado lutando nas Cruzadas; **João Sem Terra** (1199-1216), irmão de Ricardo Coração de Leão, e que recebeu esse apelido de "sem terra" pelo fato de ter perdido parte dos imensos latifúndios (feudos) que sua família possuía em solo francês.

João Sem Terra aumentou os impostos para custear gastos militares, o que desagradou imensamente à nobreza que o obrigou a assinar a **Magna Carta**, em 1215. Dentre os diversos pontos destacados pela Carta ficou estabelecido que nenhum imposto seria instituído no reino sem que houvesse um consenso geral entre a nobreza e alto clero.

Henrique III destacou-se, por desobedecer às regras firmadas pela Magna Carta ao continuar impondo a cobrança de impostos. Assim, foi criado um poderoso conselho formado por nobreza, alto clero e burguesia que, posteriormente, foi designado de **Parlamento**.

Em 1350, o Parlamento inglês, já fortalecido, foi dividido em duas câmaras: a **Câmara dos Lordes**, composta pelo alto clero e a alta nobreza, e a Câmara dos Comuns, integrada pela burguesia e a pequena nobreza.



A assinatura da Magna Carta por João Sem Terra. Por James William Edmund (1864).
Disponível em: http://www.bbc.co.uk/schools/primaryhistory/british_history/magna_carta/

O ABSOLUTISMO INGLÊS

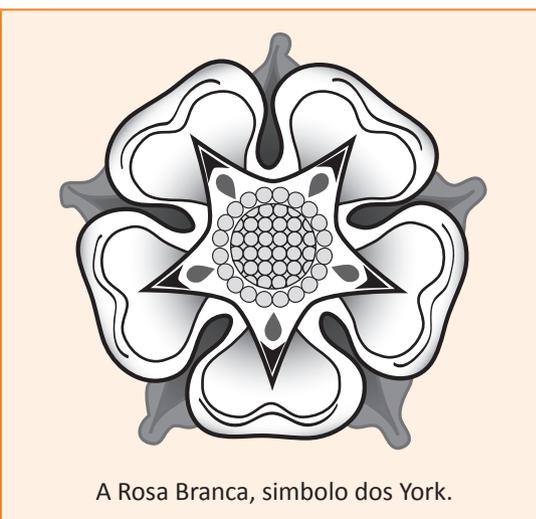
A monarquia inglesa foi uma das várias monarquias europeias que evoluíram em direção ao Absolutismo. A partir de agora buscaremos analisar, brevemente, como o Absolutismo foi instaurado naquela sociedade.

Com a derrota inglesa na Guerra do Cem Anos (1337-1453), a nobreza inglesa ficou extremamente fragilizada. Decorreu do conflito uma grave crise político-econômica das instituições inglesas.

Diante deste contexto conturbado, duas poderosas famílias, a Lancaster e a York, deram início à disputa pelo trono inglês que ficou conhecida como a Guerra das Duas Rosas, em razão de seus brasões representativos: uma rosa vermelha (Lancaster) e uma rosa branca (York).



A Rosa Vermelha, símbolo dos Lancaster.



A Rosa Branca, símbolo dos York.

Com o desgaste do conflito, uma terceira família aproveitou-se da emergente fragilidade dos Lancaster e dos York que foram mutuamente se destruindo e conseguiu assumir o poder político: a família **Tudor**. Coroando rei, Henrique VII deu início ao fortalecimento do Absolutismo Inglês.

Durante o governo de **Elizabeth I**, marcado pela expansão marítima e a conquista da América do Norte, o Absolutismo inglês alcançou o seu auge. Com a morte de Elizabeth I **Jaime I**, assumiu o poder dando início à dinastia **Stuart**, assunto este que abordaremos no contexto da Revolução Inglesa.

PORTUGAL E ESPANHA: O ABSOLUTISMO NA PENÍNSULA IBÉRICA

As formações das monarquias absolutistas portuguesa e espanhola estão associadas ao contexto da luta cristã pela expulsão dos árabes muçulmanos da Península Ibérica. Este conflito ficou conhecido como **Reconquista Cristã** e esteve marcado pelo confronto entre cristãos e mouros (conjunto de populações árabes, etíopes, turco-otomanas e afegãs).

A invasão muçulmana da Península Ibérica ocorreu no século VIII, momento em que os cristãos se refugiaram ao norte do território formando os reinos de Castela, Navarra, Leão e Aragão. Diversas batalhas ocorreram na tentativa cristã de reconquistar o território perdido, o que contribuiu para a lenta formação desses reinos.

Portugal se formou enquanto reino independente em 1139, tendo como primeiro monarca D. Afonso Henriques que pertencia a dinastia Borgonha. Somente em 1240 houve o término da reconquista em Portugal, cuja vitória dos cristãos ocorreu, definitivamente, com a conquista da região de Algarves, ao sul do território. No século XIV, com as fronteiras já delimitadas, ocorreu em Portugal a chamada Revolução de Avis, marcada pela disputa do trono português entre o rei de Castela e D. João, mestre da ordem militar de Avis.

A vitória de D. João, em 1383, deu início à dinastia de Avis, representando o triunfo da burguesia portuguesa (os mercadores do litoral) sobre a sociedade feudal/latifundiária que dominava o país. Com isso, Portugal tornava-se o primeiro país europeu caracterizado por um Estado Absolutista e Mercantilista.



No caso da Espanha, todos aqueles reinos mencionados anteriormente – Castela, Navarra, Leão e Aragão – deram o contorno fronteiriço ao país. Primordial neste processo de formação da Espanha com a unificação política dos grandes reinos de Castela e Aragão que ocorreu com o casamento, em 1469, da rainha Isabel, de Castela, com o rei Fernando, de Aragão. Delineado o Estado nacional moderno, os espanhóis intensificaram as lutas contra os mouros, pois, a cidade de Granada ainda estava tomada pelos muçulmanos que, em 1492, foram derrotados e expulsos da região.

A completa expulsão dos mouros representa o fim das Guerras de Reconquista e, conseqüentemente, o fortalecimento do poder político real em Portugal e Espanha. Ademais, os monarcas puderam se concentrar no apoio à burguesia mercantil, por meio das Grandes Navegações pelo Atlântico que conduzirão, *a posteriori*, à conquista da América.

FORMAÇÃO DA MONARQUIA NACIONAL NA FRANÇA

O processo de formação da monarquia na França foi marcado por etapas, ou seja, diante de ações e decisões de diversos reis foram se estabelecendo os traços de centralização política naquele reino.

Durante muito tempo o território francês esteve nas mãos de diversos senhores, sendo o rei apenas mais um destes.

Com **Felipe Augusto** (1180-1223), essa situação começou a mudar. Por meio da compra de casamentos arranjados ou de guerras, esse monarca conseguiu incorporar consideráveis extensões territoriais, o que contribuiu para o fortalecimento de sua autoridade imposta a todos os habitantes do reino.

Os reis **Luís IX** (1226-1270), conhecido como São Luís, e Felipe IV, o Belo (1285-1314), deram continuidade ao processo de centralização política.

O primeiro determinou que a moeda real fosse aceita em todo o reino e criou o tribunal do rei. Por este, qualquer cidadão que fosse condenado pelo tribunal da nobreza poderia recorrer em última instância.

Felipe, o Belo, pretendendo reforçar o poder real, exigiu que os membros da Igreja pagassem impostos. A discordância do Papa Bonifácio VIII, quanto a essa atitude, levou o rei a convocar uma assembleia, em 1302, conhecida como **Assembleia dos Estados Gerais**, formada por membros da burguesia, da nobreza e do clero aprovando, enfim, sua iniciativa.

Além dessas medidas, a Guerra dos Cem Anos foi igualmente fundamental ao fortalecimento do poder real na França, como em diversos outros reinos europeus. Destacou-se, neste contexto, a figura de **Joana D'Arc**, uma jovem que se tornou símbolo da resistência e do nacionalismo francês, mediante sua importância na vitória dos franceses sobre os ingleses.

Diante de todos esses aspectos, se formava a monarquia nacional francesa, a qual, pouco mais de um século depois, se tornaria uma das mais poderosas Monarquias Absolutistas da Europa, assunto que analisaremos a seguir.

O ABSOLUTISMO FRANCÊS

Com o fim da Guerra dos Cem Anos, o poder da nobreza feudal se enfraqueceu, enquanto o do rei se fortalecia.

Alguns monarcas da dinastia de **Valois** conseguiram fortalecer, ainda mais, o poder real, dentre eles **Henrique IV**.

Esse monarca colocou fim à guerra entre católicos e protestantes, e ainda concedeu liberdade de culto aos segundos, atuando como árbitro das disputas políticas entre a burguesia e a nobreza, ações estas que renderam-lhe prestígio e respeito diante de seus súditos.

O **Cardeal Richelieu** também se destacou neste contexto. Cabe-nos, então, levantar a seguinte questão: se estamos falando de reis responsáveis pelo fortalecimento do poder real francês, então porque mencionamos um cardeal? Responderemos a esta questão destacando uma curiosidade.

Quando Henrique IV faleceu, seu filho, Luís XIII, tinha apenas 9 anos de idade, o que garantiu a entrega do controle político ao Cardeal Richelieu. Visando projetar a França no exterior, aliou-se aos protestantes e iniciou uma guerra contra a família católica dos Habsburgos, família esta que reinava sobre a Espanha e Áustria. O conflito, que durou de 1618 a 1648, ficou conhecido como **Guerra dos Trinta Anos** e a vitória francesa serviu para fortalecer, ainda mais, o poder do rei-cardeal.

Richelieu foi sucedido por **Luís XIV**, conhecido como o **Rei Sol**. Atribui-se a ele a famosa frase *L'État c'est moi* (O Estado sou eu). No processo de centralização política, seu governo representou o ápice do Absolutismo francês. Utilizando da propaganda e do exército real, Luís XIV conseguiu garantir sua autoridade e soberania.



A GRANDIOSIDADE DO PALÁCIO DE VERSALHES



Na imagem um dos principais protagonistas do absolutismo francês: o rei Luís XIV
Ver em: pt.wikipedia.org/wiki/Luís_XIV_de_França

Ao mesmo tempo, buscando equilibrar o seu poder, intermediou os conflitos entre a nobreza e a burguesia. No intuito de agradar os nobres, concedeu-lhes empregos, pensões e ainda mandou construir o luxuoso **Palácio de Versalhes**, transferindo a sede do governo para o local. Versalhes, que na época era uma aldeia rural afastada de Paris, e hoje é subúrbio da cidade, é considerado um dos maiores palácios do mundo, com mais de 700 aposentos.

TEXTO COMPLEMENTAR

Luís XIV, filho de Ana da Áustria e Luís XIII, foi conduzido ao centro do poder em 1643 após a morte do pai. Sua mãe, auxiliada pelo cardeal Mazarin, tornou-se regente do trono até março de 1661 quando, após a morte do cardeal, o jovem Luís expressou sua vontade de governar sozinho.

Coroadado e sagrado em 1654 para fins de “(...)mostrar sua legitimidade, estabelecendo contato com os soberanos anteriores” e de projetar a “(...)imagem da monarquia sagrada”, tornando assim “(...) Luís semelhante a Cristo” (p.54), Luís permaneceu no poder durante 72 anos. Somente sua morte em 1715 interrompeu seu reinado. Principal rei absolutista francês sobre o qual pesam os epítetos de Rei Sol, Augusto, belo, brilhante, constante, iluminado e outros. Oficialmente, o adjetivo atribuído a Luís XIV, a partir de 1671, era Louis Le Grand, Luís o Grande.

A propósito de seu absolutismo, a ele teria sido atribuída a frase que é uma verdadeira máxima do estado absoluto: “O estado sou eu”. No entanto, contrariamente ao que a frase sugere, o próprio Luís XIV teria dito em seu leito de morte “Vou partir, mas o estado permanecerá depois de mim” (p.21).

A construção da imagem de Luís XIV se inicia justamente após a morte do pai em 1643. Até então, o jovem Luís era representado “como qualquer bebê, enrolado em cueiros, ou na camisola geralmente usada pelos meninos até os sete anos” (p.51). Mas a partir de 1643 ele passou a ser reproduzido nas artes com as representações enaltecidas da realeza, ou seja, as imagens, escritas, plásticas ou dramáticas, não visavam simplesmente “(...) fornecer uma cópia reconhecível dos traços do rei ou uma descrição sóbria de suas ações. Ao contrário, a finalidade era celebrar Luís, glorificá-lo, em outras palavras, persuadir os espectadores, ouvintes e leitores de sua grandeza” (p.31). Para tanto, eram usados os mais diversos gêneros, alguns de fórmulas de sucesso emprestadas de tradições como a romana, como a estátua equestre, o retrato solene, a epopéia, as odes, os panegíricos, os sermões e até mesmo a historiografia. Sempre em estilo grandioso ou magnífico (caso das pinturas e retratos), elevado (caso das epopéias, odes e sermões) e até mesmo em tom sóbrio, mais raso (caso do jornal Gazette) para demonstrar imparcialidade e sugerir uma áurea de confiabilidade (p.38).

A partir de 1661, Jean-Baptiste Colbert, assumiu o cargo de conselheiro do estado, passando a patrocinar, em nome do rei, às artes e conduzir estas a servir “para conservar o esplendor das realizações do rei” (p.62). Com a adesão de Colbert, pôe-se em prática uma verdadeira estrutura pública-cultural a serviço da elevação da imagem do rei. Fundaram-se academias, que eram corporações de artistas, fábricas de móveis, tapeçarias e jornais (p.63). Todas estas instituições trabalhavam para dignificar o rei. É claro que era “importante para a honra de sua majestade que o elogio que lhe era feito parecesse espontâneo” (p.64).

A vida de Luís XIV era alvo destes artistas e artesãos. A própria decisão de governar sozinho (tomada com a morte de Mazarin), foi tida como uma “maravilha” (p.73). O evento de auto-afirmação foi anunciado, noticiado, representado, esculpido, cantado e pintado. Da mesma maneira, foram ilustrados como provas da superioridade do rei francês, o caso dos embaixadores em Roma (1661), quando a Espanha teve de pedir desculpas à França e também quando em 1662, o próprio Papa teve de pedir desculpas a Luís XIV pelas pretensas ofensas feitas por seus sectários ao embaixador da França (p.76).

Resenha crítica sobre a obra A Fabricação do Rei, de Peter Burke, por Marcos André Pizzolatto. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=9>

R EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

01 | UNESP A singular história portuguesa, sulcada interiormente com a marcha da supremacia do rei, fixou o leito e a moldura das relações políticas, das relações entre o rei e os súditos. Ao príncipe, afirma-o prematuramente um documento de 1098, incumbe reinar (regnare), ao tempo que os senhores, sem a auréola feudal, apenas exercem o dominare, assenhoreando a terra sem governá-la.

(Raymundo Faoro, Os donos do poder.)

A partir do texto, explique os fatores que marcam a singularidade da história política portuguesa.

Resolução:

A singularidade da história portuguesa a que o texto se refere está na precoce centralização política nas

mãos dos reis. Desde a ocupação muçulmana na península Ibérica, as monarquias da região foram marcadas por um forte caráter militar. Nessa época da chamada Reconquista, as constantes lutas para expulsar os muçulmanos não favoreceram as forças de descentralização (“os senhores, sem a auréola feudal”). O constante conflito favorecia a centralização do poder na figura do monarca e a nobreza ibérica nunca se sentiu forte para desafiar um poder real que foi se sedimentando ao longo do processo de Reconquista, na luta contra um inimigo em comum. Portanto, ao príncipe “incumbe reinar”. Pela história portuguesa, os poderes do Estado nunca deixaram de estar centrados na figura do rei.

02| UERJ



A ilustração acima está estampada na folha de rosto da obra *Leviatã*, de Hobbes, publicada em 1651, na Inglaterra. A figura do Leviatã é proveniente de mitologias antigas, sendo empregada para personificar o Estado Absolutista europeu.

Descreva a conjuntura política da Inglaterra em meados do século XVII e aponte duas características da teoria de Estado formulada por Hobbes.

Resolução:

A Inglaterra foi marcada, em meados do século XVII, por uma série de conflitos que opuseram o rei – que defendia um absolutismo de feições continentais – a setores do Parlamento – que visavam a limitar os poderes reais e

afirmar a supremacia parlamentar em alguns âmbitos como o fiscal. Esses conflitos foram denominados de Revoluções Inglesas.

Duas dentre as características:

- *Ideia do pacto social;*
- *O direito de legislar do soberano;*
- *Fundamentação racional da política;*
- *A renúncia de direitos do indivíduo para o soberano;*

03| UFG

“Um príncipe desejoso de conservar-se no poder tem de aprender os meios de não ser bom.”

MAQUIAVEL, N. O Príncipe. In: WEFFORT, Francisco. Os clássicos da política. São Paulo: Ática, 1993. p.37.

Com Nicolau Maquiavel (1469–1527), constitui-se um novo pensamento político, crítico em relação aos critérios que fundamentavam a legitimidade do príncipe medieval. Explique por que o pensamento político moderno excluiu a bondade como critério legitimador do poder do príncipe.

Resolução:

Há uma crítica à noção de “bom governo”, fundamental para o pensamento político medieval. Segundo essa noção, o rei deveria ser portador de virtudes cristãs, morais e principescas. O príncipe deveria ser amado por seus governados. Para Maquiavel, o rei bom, portador de virtudes morais e religiosas, corre o risco de perecer e perder o seu reino.

Sua crítica se dirige à ineficiência do rei bom em conservar o poder. Para manter os principados, sobretudo os recém-conquistados, até alcançar respeito e legitimidade entre seus súditos, ele “tem de aprender os meios de não ser bom”. A partir do século XVI, com Maquiavel, o pensamento político se desliga da moral e da religião. Maquiavel substitui na política a categoria “bondade” pela “eficácia”.

F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01| UEG Nada havendo de maior sobre a terra, depois de Deus, que os príncipes soberanos, e sendo por Ele estabelecidos como seus representantes para governarem os outros homens, é necessário lembrar-se de sua qualidade, a fim de respeitar-lhes e reverenciar-lhes a majestade com toda a obediência, a fim de sentir e falar deles com toda a honra, pois quem despreza seu príncipe soberano despreza a Deus, de Quem ele é a imagem na terra.

BODIN, J. In: MARQUES, A.; BERUTTI, F.; FARIA, R. História moderna através de textos. São Paulo: Contexto, 1999. p. 61-62.

O documento citado refere-se a uma forma de governo existente na Europa na Idade Moderna.

Sobre ela, responda:

- A** Qual era esta forma de governo?
- B** Como era justificada ideologicamente?

02| UERJ Nasce daqui uma questão: vale mais ser amado que temido ou temido que amado? Responde-se que ambas as coisas seriam de desejar; mas porque é difícil juntá-las, é muito mais seguro ser temido que amado, quando haja de faltar uma das duas. Deve, todavia, o príncipe fazer-se temer de modo que, se não adquire

amizade, evite ser odiado, porque pode muito bem ser ao mesmo tempo temido e não odiado; o que sempre conseguirá desde que respeite os bens dos seus concidadãos e dos seus súditos porque os homens esquecem mais depressa a morte do pai que a perda do patrimônio. Mas quando um príncipe está com os exércitos e tem uma multidão de soldados sob o seu comando, então é de todo necessário que não se importe de passar por cruel; porque sem esta fama não se mantém um exército unido, nem disposto a qualquer feito.

O Príncipe, de Nicolau Maquiavel
Adaptado de www.arqnet.pt

Nicolau Maquiavel foi um pensador florentino que viveu na época do Renascimento. Ele é considerado um dos fundadores do pensamento político moderno, e suas ideias serviram de base para a constituição do Absolutismo monárquico.

Identifique no texto duas práticas do Absolutismo monárquico.

03| UFBA A formação das Monarquias Nacionais na Europa, entre os séculos XV e XVIII, resultou da superação de antigas práticas feudais e do estabelecimento de novos princípios.

A partir dessa afirmação, identifique uma dentre as práticas superadas e um novo princípio estabelecido para a formação das referidas monarquias.

04| UFG Elizabeth I (1558-1603) e a Declaração dos Direitos (Bill of Rights, de 1689) são emblemas da história política da Inglaterra. Considerando essa informação,

- A** identifique a que se associa cada um desses emblemas.
- B** no que se refere às instituições políticas e à organização do poder, explique as diferenças entre essas associações.

05| UFJF A figura abaixo retrata Luís XIV, governante francês, entre 1661 a 1715, e autor da famosa frase *L'État c'est moi (O Estado sou eu)*.



Também é dele o texto:

Todo poder, toda autoridade estão nas mãos do rei e não pode haver outra no reino que aquela por ele estabelecida (...). É somente à cabeça que compete deliberar e resolver, e todas as funções dos outros membros consistem apenas na execução das ordens que lhes são dadas.

Luís XIV. Memórias. Apud.: ISAAC, Jules & ALBA, André.
Tempos modernos. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

Com base nessas informações e em seus conhecimentos, responda ao que se pede.

- A** Identifique a forma de exercício do poder político expressa pela figura e texto de Luís XIV.
- B** Cite e analise DUAS inovações introduzidas nos Estados em que predominou esse modelo político, sendo:
 - I. UMA inovação de ordem econômica.
 - II. UMA inovação de ordem político-administrativa.

T ENEM E VESTIBULARES

01| FAMECA [...] um sistema mais amplo, denominado Antigo Regime. Esse nome só surgiu muito tempo depois, com os franceses, que o utilizaram para nomear o sistema social que eles haviam destruído por meio de uma revolução – a Revolução Francesa.

(Luiz Koshiba. História: origens, estruturas e processos, 2000.)

Entre as principais características desse sistema, é correto incluir:

- A** Os Estados teocráticos, nos quais o monarca era o sumo pontífice, e o sistema de monopólios nas atividades mercantis.

- B** As monarquias absolutistas, justificadas pela teoria do direito divino, e a política mercantilista, baseada no intervencionismo.
- C** As monarquias constitucionais, com voto censitário, e o controle estatal sobre as atividades econômicas e a circulação de capitais.
- D** Os Estados liberais, fundamentados na ideologia iluminista burguesa, e práticas de liberdade de produção e de comércio.
- E** As repúblicas aristocráticas, marcadas pelos privilégios sociais, e o desenvolvimento da indústria e do trabalho livre.

02| FGV O paradoxo aparente do absolutismo na Europa ocidental era que, ele representava fundamentalmente um aparelho de proteção da propriedade dos privilégios aristocráticos, embora, ao mesmo tempo, os meios pelos quais tal proteção era concedida pudessem assegurar simultaneamente os interesses básicos das classes mercantis e manufatureiras nascentes. Essencialmente, o absolutismo era apenas isto: um aparelho de dominação feudal recolocado e reforçado, destinado a sujeitar as massas camponesas à sua posição tradicional. Nunca foi um árbitro entre a aristocracia e a burguesia, e menos ainda um instrumento da burguesia nascente contra a aristocracia: ele era a nova carapaça política de uma nobreza atemorizada.

(Perry Anderson, Linhagens do Estado absolutista. p. 18 e 39. Adaptado)

Segundo Perry Anderson, o Estado absolutista:

- A** Não tinha força política para submeter os trabalhadores do campo e a aristocracia com a cobrança de pesados impostos e, simultaneamente, oferecer participação política e vantagens econômicas para o crescimento da burguesia comercial e manufatureira.
- B** Nunca se submeteu aos interesses da burguesia mercantil e manufatureira em detrimento da aristocracia, mas, ao contrário, tornou-se um escudo de proteção dos camponeses contra o domínio feudal exercido por meio de pesados impostos.
- C** Garantiu, sob a sua proteção, o domínio econômico e político da aristocracia sobre os camponeses e, para sobreviver economicamente, atendeu aos interesses de expansão do mercado da burguesia mercantil e manufatureira, mas a afastou do poder político.
- D** Preservou a propriedade feudal e os interesses dos camponeses, mas, para que isso se efetivasse, submeteu-se à pressão da burguesia mercantil e manufatureira ao aproximá-la do poder político, oferecendo cargos públicos a essa classe.
- E** Não protegeu a aristocracia nem os camponeses que, para sobreviverem, estabeleceram alianças pontuais com a burguesia comercial em ascensão econômica e com crescente participação política, com o intuito de obter acesso à terra.

03| UEA Escrito entre 1601 e 1602, Hamlet é um drama de autoria de William Shakespeare. A peça representa a história de Hamlet, príncipe da Dinamarca, que volta ao seu país, depois de ter recebido a notícia da morte de seu pai. Ao retornar ao castelo de Elsenor, percebe que sua mãe, recém viúva, casou-se com Cláudio, irmão do rei morto, que se apossou do trono do reino. O conflito agrava-se quando o espectro do falecido rei aparece

a Hamlet, relatando-lhe que ele havia sido assassinado pelo seu irmão. Hamlet procura vingar a morte de seu pai e combater o usurpador do poder. As consequências do conflito, interno à monarquia dinamarquesa, redundam em sofrimentos, mortes e conquista do país por um exército estrangeiro.

Situando-se a peça na história do período em que foi escrita e analisando-se o seu conteúdo político, pode-se sustentar que:

- A** A preservação do poder legítimo do monarca é entendida como condição necessária à manutenção da paz e à autonomia do reino.
- B** A centralização política antidemocrática produz a oposição e a rebelião das populações mais pobres do reino.
- C** O poder absolutista dos reis é considerado causa de desentendimentos entre indivíduos, sem que isso altere a estabilidade política dos reinos.
- D** A fragilidade, as incompetências políticas e militares dos monarcas ingleses impediram a consolidação do absolutismo.
- E** As monarquias absolutistas conseguiram impor a religião cristã ao conjunto da sociedade europeia.

04| UNIVAG

Texto 1

O Estado nasce do interior da sociedade, mas ele se eleva acima dela. Antes do seu advento imperava o “estado de natureza”, a guerra de todos contra todos. Assim, ele surge como manifestação da evolução humana, cujo sinal é a consciência da necessidade de um poder superior, absoluto e despótico, voltado para a defesa da sociedade. Essa consciência origina um contrato pelo qual os homens abdicam da sua liberdade anárquica em favor do Estado, afim de evitar o caos. A figura bíblica do Leviatã representa o Estado: um monstro cruel que, no entanto, impede que os peixes pequenos sejam devorados pelos maiores.

(www.cefetsp.br. Adaptado.)

Texto 2

No estado natural do homem ele possuiria direitos naturais que não dependeriam de sua vontade (um estado de perfeita liberdade e igualdade). Locke afirma que a propriedade é uma instituição anterior à sociedade civil (criada junto com o Estado) e por isso seria um direito natural ao indivíduo, que o Estado não poderia retirar. “O Homem era naturalmente livre e proprietário de sua pessoa e de seu trabalho”.

(www.brasilecola.com)

A partir da leitura dos textos, assinale a alternativa correta.

- A O texto 1 representa a concepção do Estado, segundo a ótica liberal.
- B Os dois textos apresentam a mesma concepção de Estado.
- C O texto 1 contém argumentos favoráveis ao Estado Absolutista.
- D O texto 2 contém críticas à propriedade privada.
- E O texto 2 apresenta ideias opostas ao individualismo burguês.

05| MACK Thomas Hobbes, em sua obra *Leviatã*, discute a origem da autoridade do soberano, negando sua origem divina, contrapondo a ideia de que o soberano nasce da vontade dos homens. Essa forma de governo que marcou a Idade Moderna foi:

- A Resultado do apoio da aristocracia que, defrontando-se com problemas de obtenção de rendas, encontrou na monarquia centralizada uma nova forma para manutenção de seus privilégios.
- B Apoiada pelos camponeses e servos que, aspirando libertar-se dos grandes proprietários de terras, passaram a apoiar a política real de unificação e centralização administrativa e judicial.
- C Incentivada pelos setores populares urbanos (artesãos e pequenos comerciantes), interessados em neutralizar o poder dos grandes comerciantes e banqueiros nas importantes cidades europeias.
- D A solução para os problemas que a burguesia mercantil enfrentava, pois esta necessitava do poder real forte para efetivar uma política econômica que garantisse as suas possibilidades de expansão.
- E Resultado de uma aliança entre o clero e a nobreza rural para apoiar a centralização do poder nas mãos do monarca e assim evitar a ascensão política da burguesia mercantil europeia.

06| UNISC O ano de 2014 apresenta eventos importantes para o Brasil, como eleições para os cargos mais altos da hierarquia de poder político, envolvendo o poder Executivo e Legislativo. Assim como o Brasil, outros países do mundo também têm eleições para escolher os governantes. Porém, nem sempre na história o poder político foi democrático. Por exemplo, na Europa, na época moderna os reis eram absolutistas. Sobre o Absolutismo é correto afirmar que:

- A Foi organizado numa estruturação de Estado fraco e pouco centralizado.

- B Foi uma forma de governo em que os reis nunca centralizaram o poder, pois esse poder ficou com a Igreja.
- C Possibilitou o surgimento e fortalecimento das monarquias centralizadas em países como França, Inglaterra e Espanha.
- D Com a formação dos Estados Nacionais, a Igreja Católica continuou, ao longo da Idade Moderna, como uma das maiores aliadas dos reis absolutistas.
- E Permitiu à burguesia assumir o poder político dos Estados Nacionais e da Igreja Católica.

07| UEM Assinale o que for correto sobre os Estados Nacionais Europeus da Época Moderna:

- 01. A ideia de que o poder dos monarcas é delegado por Deus está na base da fundamentação teórica do Estado Nacional.
- 02. No processo de formação dos Estados Nacionais, a burguesia e a nobreza se uniram para combater o poder do rei e os privilégios dos senhores feudais.
- 04. Na Inglaterra e na França, os Estados Nacionais fortaleceram o poder político e militar dos príncipes e dos barões feudais.
- 08. Thomas Hobbes figura como um dos teóricos do Estado Nacional Absolutista.
- 16. Para Nicolau Maquiavel, a plenitude do poder do Estado Nacional se completaria com a submissão do poder político ao poder da Igreja Católica.

08| FAC. DIREITO DE FRANCA "A etiqueta foi, nos séculos do seu apogeu (do XV ao XVIII), minucioso cerimonial regendo a vida em sociedade: roupas, formas de tratamento, uso da linguagem, distribuição no espaço, tudo isso esteve determinado pela lei e pelo costume."

Renato Janine Ribeiro. A etiqueta no Antigo Regime. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 7.

O papel da etiqueta no Antigo Regime pode ser associado:

- A Ao esforço da realeza para impedir a exposição pública da ostentação e da pompa que orientavam sua vida privada.
- B À dinâmica política do Estado absolutista, em que os governantes deviam acolher no seu espaço privado representantes de todas as classes sociais.
- C À disposição, natural na burguesia mercantil metropolitana, de buscar o luxo e a ostentação.
- D À lógica hierarquizadora da sociedade, em que cada pessoa devia conhecer seu lugar, sua posição e seu papel social.
- E Ao papel regrador da sociedade, exercido pela Igreja Católica, que determinava o vestuário adequado dos fiéis.

09| UEMG O Absolutismo como forma de governo esteve presente na península Ibérica, na França e na Inglaterra, tendo impactado e influenciado as maiores economias de seu tempo.

Seus pensadores mais conhecidos e suas teorias foram:

- A** Nicolau Maquiavel e sua teoria de que o indivíduo estava subordinado ao Estado; Thomas Hobbes, criador da teoria do Contrato; Jacques Bossuet e Jean Bodin, que defenderam que o Rei era um representante divino.
- B** Nicolau Maquiavel e a teoria do Contrato; Thomas Hobbes e a teoria da supremacia do Rei como representante divino; Jacques Bossuet e Jean Bodin, que defenderam a subordinação do indivíduo ao Estado.
- C** Maquiavel, Jacques Bossuet e Jean Bodin, cujas teorias só se diferenciaram na aplicabilidade teológica, bem como Thomas Hobbes, que preconizou o indivíduo como senhor de seus direitos.
- D** Maquiavel e Thomas Hobbes, que conceberam o Contrato Social, Jacques Bossuet, que estabeleceu o conceito de individualismo primordial, e Jean Bodin, que defendeu a primazia da esfera governamental.

10| MACK A respeito do nascimento e da consolidação dos Estados nacionais ibéricos, no limiar da Idade Moderna, são feitas as seguintes afirmações:

- I. As lutas de reconquista do território da península aos muçulmanos, que a haviam ocupado desde o século VIII, constituem um dos principais elementos do processo de formação desses Estados nacionais.
- II. A ascensão de D. João, mestre de Avis, ao trono português, em 1385, encontrou apoio nos grupos de comerciantes portugueses, numa época de florescimento das atividades comerciais no Reino.
- III. O ano de 1492, além de selar definitivamente a centralização política da futura Espanha após a vitória militar sobre o rei mouro de Granada, marca a descoberta da América por Colombo, que viajara a serviço dos “Reis Católicos”.

Assinale:

- A** Se apenas I é correta.
- B** Se apenas I e II são corretas.
- C** Se apenas II e III são corretas.
- D** Se apenas I e III são corretas.
- E** Se I, II e III são corretas.

O RENASCIMENTO



A criação de Adão de Michelângelo Buonarroti (1475–1564) que demonstra a valorização do ser humano. Capela Sistina.

O mundo contemporâneo, repleto de tecnologias e do rápido acesso às informações, às vezes não nos permite pensar um pouco em sua dinâmica interna.

Como alcançamos tais tecnologias? E quanto à cultura e às artes? Que lugares ocupam nas sociedades modernas?

Essas indagações, bem como as suas respostas, estavam inscritas em um poderoso processo de transformação em curso na Idade Moderna denominado **Renascimento**.

O Renascimento conseguiu relacionar conhecimentos científicos e culturais daquelas sociedades que lhes permitam pensar um futuro diferente, legitimado em novas formas de interpretar, produzir e representar o aspecto social e a transmissão do conhecimento.

O campo da cultura revelou nas artes diferentes estruturas discursivas que passaram a compor o horizonte social da época e as percepções de mundo que drasticamente se transformavam.

Assim, devemos compreender o Renascimento como um processo de transformação que se materializou através de estruturas simbólicas que introduziram novas formas de compreensão do mundo inspirando nos valores greco-romanos e rejeitando os valores feudais.

Não podemos, todavia, perder de vista a concepção de que, em cada sociedade, encontraremos estruturas simbólicas peculiares inerentes às formas de pensamento dos indivíduos que compõem seu corpo social e que são, inevitavelmente, responsáveis pelos processos de transformação aos quais estão sujeitos.

AS PRINCIPAIS IDEIAS RENASCENTISTAS

O Renascimento foi o primeiro grande movimento cultural, artístico, literário, filosófico e científico burguês dos tempos modernos.



Retrato de Johann Joachim Winckelmann (1717-1768). Considerado o pai da História da Arte, Winckelmann foi um dos primeiros a se preocupar com a elaboração de uma metodologia científica de classificação das artes. Por Anton von Maron (1733–1808). Localização: Weimarer Stadtschloss

Defendendo a concepção de uma cultura laica, racional e científica, se opôs aos valores medievais buscando subsídios na cultura greco-romana, no estudo científico do corpo humano e do mundo natural. O Renascimento destacou-se por seu anticlericalismo ao valorizar a cultura leiga e humanística.

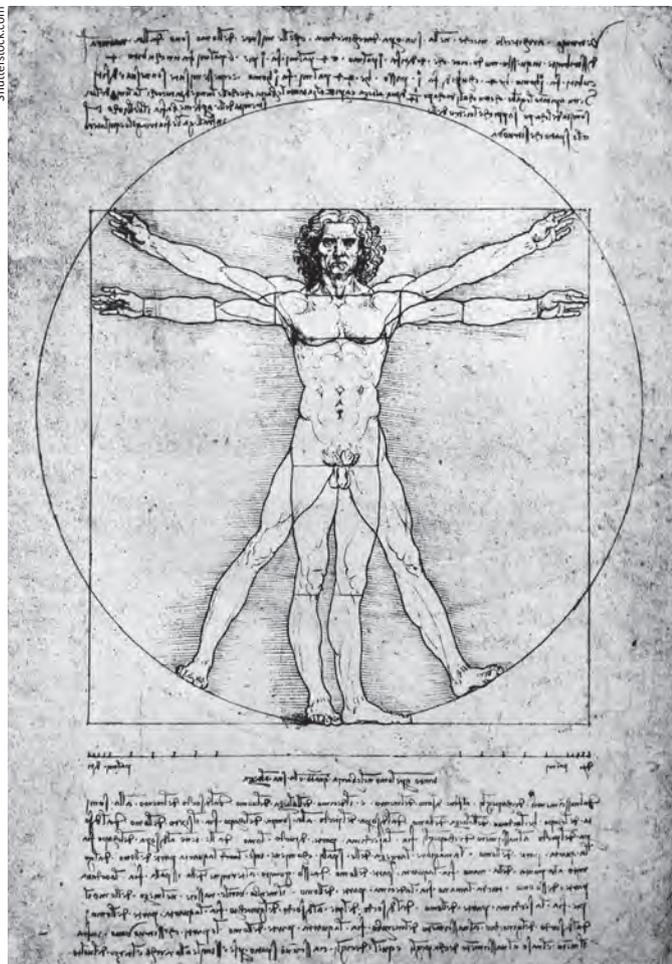
Tendo início no século XV em Florença e Siena se estendeu para Roma e Veneza e, posteriormente, para o resto da Europa Ocidental. A Itália foi como o maior centro difusor do movimento. Suas cidades eram grandes centros mercantis da época, nos quais ricos mecenas não se furtavam em patrocinar caras e grandiosas produções artísticas e científicas, a exemplo das famílias Médici (Florença) e Sforza (Milão).

Pairava, dentre os renascentistas, declarado menosprezo pela Idade Média, que passou a ser associada a valores negativos. Expressões como “idade das trevas”, “ignorância”, “a grande noite de mil anos”, “barbarismo” e “escuridão” foram largamente utilizadas pelos renascentistas em referência ao medievo.

TEXTO COMPLEMENTAR

OLHAR CRÍTICO

Os debates historiográficos atuais acerca do Renascimento têm relativizado a posição dos humanistas quanto às críticas feitas ao Medievo. Não se pode negar que houve avanços nesta época em relação à Idade Média e que o pensamento moderno em muito se desenvolveu.



O Homem de Vitruvius (aproximadamente 1492). Por Leonardo da Vinci (1452–1519). Localização: Accademia

Por outro lado, a época renascentista, assim como a medieval, esteve marcada pela miséria, pela falta de liberdade e intolerância religiosa e pelas perseguições políticas. Mesmo assim, os intelectuais e artistas desse período acreditavam vivenciar um momento inédito de ruptura com o período anterior.

Para outros estudiosos do Renascimento tais mudanças nas expressões artísticas, literárias e filosóficas representavam, apenas, uma tendência ao distanciamento dessa incipiente sociedade capitalista em relação à medieval como resultado do aparecimento da classe burguesa.

Outros historiadores reconhecem os avanços introduzidos pela renascença, mas questionam se os mesmos representaram uma mudança positiva, uma vez que desprezaram destruíram aspectos importantes relacionados a Idade Média, a exemplo o uso da língua latina clássica (“esquecendo” sua evolução até então).

O questionamento dos historiadores acerca dos supostos avanços renascentistas eivados de uma supervalorização em detrimento da desvalorização da Idade Média, contribuiu para a releitura do período que, para alguns, se tratava de uma “*Primeira Modernidade*” que marcaria a passagem do medieval para os tempos modernos, visão igualmente criticada no campo historiográfico.

Apesar das polêmicas que envolvem seu contínuo estudo pela classe historiadora, o Renascimento é visto como um período de admirável importância histórica que ainda não encontrou uma opinião crítica uníssona quanto à sua própria significação histórica, o que alimenta debates acalorados nas ciências humanas.

Inspirando-se na Antiguidade Clássica, o **humanismo** foi o principal elemento renascentista. Tal expressão refere-se a valorização ser humano, bem como de suas ideias, reunindo uma série de aspectos que passamos a analisar.

O homem tornou-se o centro do universo ocupando um lugar que, até então, pertencia exclusivamente ao divino. Caracterizando o que os humanistas entendiam como **antropocentrismo**. Isso significava que o Universo deveria ser analisado a partir da sua relação com o ser humano.

Comum nos estudos renascentistas é a compreensão de que o homem moderno se colocava em oposição ao **teocentrismo medieval**, cuja perspectiva filosófica e cultural estava centralizada em Deus e não no homem, que deveria permanecer submisso a Deus, centrado nas questões espirituais, temeroso ao sagrado e completamente voltado ao aspecto religioso mágico-simbólico que norteava a sociedade medieval.

Diferentemente, o homem renascentista seria inventivo, questionador, inquieto e observador o que lhe impulsionava conhecer a realidade e o mundo que o cercava. Seria esse homem capaz de desfrutar desse mesmo mundo e dos prazeres por ele oferecido, bem como o seu próprio corpo. Não podemos, contudo, esquecer que as ideias religiosas não desaparecem, mas apenas perdem força se comparadas ao período medieval. Os homens continuavam crendo na salvação, nos milagres, na redenção e na concepção do pecado original.

O **Otimismo** compreendia o pensamento positivo, a descoberta e a vivência do novo. O **Individualismo**, como um conceito político, moral e social manifestava a liberdade do indivíduo frente à sociedade e o Estado. A teoria filosófica-moral denominada **Hedonismo** valorizava o alcance do prazer individual e imediato do ser humano. A corrente filosófica do **Racionalismo** tornou-se uma das principais características dos humanistas, uma vez que incentivava o desenvolvimento do raciocínio lógico e discursivo, sendo a razão a principal fonte do conhecimento humano. Com isso, a supremacia da teologia medieval, pautada na sujeição do homem à fé, foi irreversivelmente fragilizada. O **Naturalismo** contribuiu, principalmente, com o avanço científico ao defender que a observação e a fiel representação da realidade por meio de experimentos garantiriam o acesso a um conhecimento mais seguro em razão do empirismo empregado. O **Neoplatonismo**, como uma filosofia metafísica e epistemológica, baseado nos ensinamentos de Platão e dos platônicos, foi redescoberto durante a renascença.

AS FASES DO RENASCIMENTO E SUAS NUANCES ARTÍSTICAS E DE PENSAMENTO

O estudo do Renascimento está dividido em três fases: **Trecento** (século XIV), **Quattrocento** (século XV) e **Cinquecento** (século XVI).

A Itália era naturalmente uma fonte de inspiração aos artistas do período em razão dos vestígios materiais da civilização romana presentes em praticamente todo o território. Das cidades italianas, podemos listar pensadores renomados.

Dante Alighieri (1265 – 1321) é considerado um dos precursores do Renascimento, o que pode ser percebido na contun-

dente crítica à Igreja em sua obra literária “A divina comédia”.



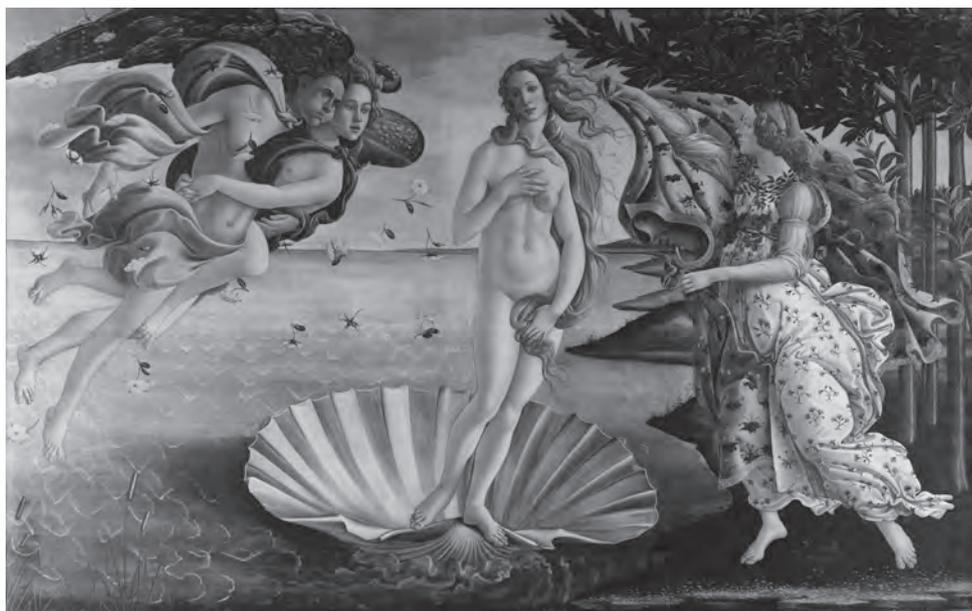
Dante e Virgílio no inferno de Eugène Delacroix (1798–1863). Localização: Museu do Louvre.

Petrarca (1304 – 1374), considerado o “pai do Humanismo”, lançou as bases de tal concepção ao destacar o espírito investigador da natureza pelos homens, a valorização da cultura e da filosofia clássicas e a compreensão antropocêntrica e racionalista do mundo.

Outro importante nome do *Trecento* foi **Giovanni Boccaccio** (1313 – 1375), autor de *Decameron*. Nesta obra literária, Boccaccio critica a moral medieval pautada na valorização do amor espiritual e no divino. Discutia o realismo e a questão dos valores terrenos tão caros ao humanismo.

O **Quattrocento** revelou nomes como **Masaccio** (1401 – 1428), um dos maiores responsáveis pela difusão da técnica perspectiva tridimensional onde o homem era representado de maneira concreta e real. As paisagens possuíam efeitos de volume, profundidade e espaço.

Sandro Botticelli (1445 – 1510) realizou diversos trabalhos para a família Médici, principalmente de retratos, e para o Vaticano em afrescos da **Capela Sistina**. Destacou-se pela fusão de elementos de influência neoplatônicas e clássicas.



O Nascimento de Vênus de Sandro Botticelli (entre 1483 – 1485).Localização: Uffizi Gallery.

Com **Leonardo da Vinci** (1452 – 1519) temos o que é denominado a **Alta Renascença**, uma fase de fortalecimento das

principais ideais renascentistas expressas nas artes como o humanismo, a autonomia e a liberdade do artista em sua obra e a expressividade realista da natureza.



A Última Ceia (aproximadamente 1495-1498) de Leonardo da Vinci. Localização: Santa Maria delle Grazie

Um dos maiores avanços dessa fase esteve relacionado à imprensa. **Johannes Gutenberg** facilitou e barateou a produção de livros e livretos por toda Europa contribuindo para a difusão das ideias renascentistas. Além disso, grandes obras clássicas puderam ser facilmente compiladas aumentando os acervos disponíveis.

A produtividade literária de **Erasmus de Roterdã** (1466 – 1536) focou na análise de temas atuais da época com destaque em literatura e religião. Severo crítico da Igreja questionou sua estrutura institucional e defendeu a purificação da doutrina e a liberdade das instituições cristãs. Foi simpático às principais críticas de Lutero à Igreja.

O filósofo **Francis Bacon** (1561 – 1626) refletiu a respeito da sociedade ideal que, conseqüentemente, viveria na cidade ideal pensada e planejada em seus espaços.

Nicolau Maquiavel (1469 – 1527) autor de uma das mais célebres obras, **O Príncipe**, apresenta um pensamento político adequado aos novos tempos, às mudanças políticas, sociais e religiosas que se revelavam. Neste manual de governo, a política do Estado moderno está associada ao autoritarismo e à dissimulação não havendo clara distinção entre o poder e a autoridade real que controla os cidadãos utilizando a força.



Folha de rosto da edição de 1550 de *O Príncipe* e de *A vida de Castruccio Castracani da Lucca*, de Nicolau Maquiavel. RJC – English Wikipedia

Um dos maiores artistas da Alta Renascença foi **Rafael Sanzio** (1483 – 1520), destacou-se pelo realismo e suavidade de suas obras. Influenciado por Leonardo Da Vinci, Rafael incorporou a estética renascentista e pintou as famosas "madonas".



Madona e a criança de Rafael Sanzio (1505). Localização: National Gallery of Art, Washington.

O mais destacado artista renascentista foi **Michelangelo Buonaroti** (1475 – 1564). Com Michelangelo ocorreu a plena exaltação do ser humano centrada na representação da figura humana (especialmente o nu masculino) em uma nova dimensão. Michelângelo mesclou o idealismo clássico com as ideias científicas produzindo, assim, uma arte quase universal, a do sobre-humano, que foi capaz de abstrair o particular em seus caracteres individuais.



Madona e a criança de Rafael Sanzio (1505). Localização: National Gallery of Art, Washington.



O Juízo Final de Michelângelo (aproximadamente 1534-1541). Localização: Capela Sistina.

Um dos humanistas mais respeitados foi **Thomas Morus** (1478 – 1535), autor de *Utopia*. Nessa obra, Morus idealizou uma comunidade imaginária centrada no racionalismo e erigida na perfeição, com um Estado ideal. Muitos críticos acreditam que Morus estava se referindo satiricamente a Europa do século XVI.

O maior dramaturgo desse período foi **William Shakespeare** (1564 – 1616) que soube utilizar como ninguém o contexto histórico, cultural e artístico da época em suas produções. As personagens shakespereanas foram psicologicamente complexas, sendo que o dramaturgo caminhou entre identidades cômicas, dramáticas e trágicas a exemplo de *Romeu e Julieta*.



O Último Beijo de Romeu em Julieta (1823) por Francesco Hayez (1791–1882). The Yorck Project: 10.000 Meisterwerke der Malerei. DVD-ROM, 2002. ISBN 3936122202. Distributed by DIRECTMEDIA Publishing GmbH.

Em terras lusitanas a intensa circulação de riquezas coloniais favoreceu o financiamento das artes na Espanha destacando-se **El Greco** (1541 – 1614). Sua arte peculiar de forte influência romana apresentava figuras alongadas de perspectiva violenta, retorcidas e inesperadas demonstrando agilidade.



Cristo espoliado de El Greco (aproximadamente 1577-1579). Catedral de Toledo.

Outro importante castelhano foi **Miguel de Cervantes Saavedra** (1547 – 1616), autor de *Dom Quixote de La Mancha*. Essa obra de Cervantes foi escrita em um período de grandes inovações e diversidades político-sociais o que lhe garantiu um campo fértil à composição de uma narrativa que parodiou os romances de cavalaria medievais, bem como a outros valores desse período.

O português **Gil Vicente** (1465 – 1536) mesclou em sua obra elementos da cultura popular que revelavam as mudanças do período de transição entre a Idade Média e o Renascimento, a partir de uma postura reflexiva que criticava a rigidez da hierarquia social e realçava a subversão da ordem instituída a partir de posturas questionadoras.

Os grandes feitos portugueses tornaram-se tema de "Os Lusíadas", um poema épico de Luís Vaz de Camões (1525 – 1580) considerado um dos maiores épicos modernos. A obra narra a história de Vasco da Gama e sua viagem para as Índias em uma perspectiva humanista, apesar de presentes elementos da mitologia pagã ao lado de elementos do ideal cristão, destacando os vários sentimentos e percepções humanas ao longo de sua narrativa.

Esse breve balanço dos avanços renascentistas, impulsionados pelas personalidades acima elencadas, revela que esse foi um período cuja investigação científica, as liberdades humanas, do pensamento político e da atuação dos Estados modernos, a representação dos espaços, da natureza e do corpo humano, o pensamento filosófico e a surpreendente produção artística fundamentaram as bases da construção sócio-política e cultural do mundo ocidental.



Retrato de Camões pintado em Goa (1581)



Fotografia da catedral de Santa Maria del (2005). A arquitetura renascentista está assentada no Classicismo e no Humanismo, fundamentos responsáveis pela ruptura com a produção artística medieval gótica

OUTROS AVANÇOS RENASCENTISTAS

O Renascimento expandiu-se para outras áreas do conhecimento, sempre mantendo a conexão ideológica que caracterizou o movimento.

O astrônomo e matemático **Nicolau Copérnico** (1473 – 1543) desenvolveu a teoria heliocêntrica que contestava o geocentrismo de origem medieval. Essa teoria defendia que o Sol encontrava-se no centro do Universo ocupando, assim, o centro do sistema, cujo raciocínio contribuiu diretamente para o avanço dos estudos astronômicos.

O teólogo e **filósofo Giordano Bruno** (1548 – 1600) foi um dos maiores defensores do heliocentrismo de Copérnico e, por isso, acabou condenado pela Inquisição à morte na fogueira sob a acusação do cometimento do crime de heresia.



Julgamento de Giordano Bruno pela Inquisição. Relevo em bronze por Ettore Ferrari, Campo de' Fiori, Roma. Jastrow

Tal como Giordano Bruno, **Galileu Galilei** (1564 – 1642) acabou perseguido por suas ideias científicas. A defesa do heliocentrismo rendeu a Galileu a condenação por desobediência, baseada na denúncia de que havia produzido conteúdos que contrariavam os dogmas católicos.



Galileu perante a Inquisição (1857), por Cristiano Banti (1824–1904).

O astrônomo, astrólogo e matemático **Johannes Kepler** (1571 – 1630) formulou as leis fundamentais das **Leis de Kepler** (ou mecânica celeste), que influenciaram a estruturação da **teoria da gravitação universal** de Isaac Newton.

R EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

01| EFEI Em oposição aos velhos valores medievais a mentalidade do homem renascentista formulou novos princípios. Um desses princípios foi o racionalismo. Explique em que consistia esse racionalismo.

Resolução:

Racionalismo – Explicação das coisas através do uso da razão, em substituição à explicação predominante no período medieval que era de origem religiosa.

02| UERJ Leia o texto escrito por Marsílio Ficino no século XV:

Quem poderia negar que o homem possui quase o mesmo gênio que o Autor dos céus?

E quem pode negar que o homem também poderia de algum modo criar os céus, obtivesse ele os instrumentos e o material celeste, pois até agora o faz, se bem que com um material diferente mas ainda segundo uma mesma ordem?

(HELLER, Agnes. O homem do Renascimento. Lisboa: Presença, 1982.)

Explique uma característica da civilização do Renascimento evidenciada no texto.

Resolução:

No texto, destaca-se a visão humanista que defendia, numa perspectiva otimista, as potencialidades do homem, característica da civilização do Renascimento.

F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01| UNICAMP O livro Utopia, escrito pelo humanista Thomas More, em 1516, divide-se em duas partes. Na primeira, More descreveu a situação de seu país, dizendo:

(...) os inumeráveis rebanhos que cobrem hoje toda a Inglaterra são de tal sorte vorazes e ferozes que devoram mesmo os homens e despovoam os campos, as casas, as aldeias. Onde se recolhe a lã mais fina e mais preciosa, acorrem, em disputa de terreno, os nobres, os ricos e até santos abades. Eles subtraem vastos terrenos da agricultura e os convertem em pastagens, enquanto honestos cultivadores são expulsos de suas casas.

(Adaptado de Thomas More, Utopia. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p. 7 e 29-30.)

Na segunda parte do livro, More concebeu uma ilha imaginária chamada Utopia.

- A** Explique o que foi o processo de cercamentos ocorrido na Inglaterra a partir do século XVI.
- B** Qual o significado de utopia para Thomas More?

02| UFRJ “Entre 1450 e 1620 a Europa testemunhou a onda mais carregada de energia intelectual e criativa [a cultura do renascimento] que jamais passara pelo continente. Foi igualmente um período em que se deram mudanças tão extraordinárias – religiosas, políticas, econômicas e, em consequência das descobertas ultramarinas, globais – que nunca anteriormente tantas pessoas haviam visto o seu tempo como o único, referindo-se a ‘esta nova época’, ‘à presente época’, ‘a nossa época’. Para um observador era uma ‘época abençoada’, para outro ‘a pior época da História’”

Fonte: adaptado de HALE, John. A Civilização européia no Renascimento. Lisboa, Editorial Presença, 2000, p. 19.

No período considerado aprimorou-se o conhecimento do mundo, tanto na geografia quanto na zoologia e na botânica. A partir do texto, identifique dois processos cuja combinação permitiu semelhante aprimoramento.

03| UNICAMP Para as artes visuais florescerem no Renascimento era preciso um ambiente urbano. Nos séculos XV e XVI, as regiões mais altamente urbanizadas da Europa Ocidental localizavam-se na Itália e nos Países Baixos, e essas foram as regiões de onde veio grande parte dos artistas.

(Adaptado de Peter Burke, O Renascimento Italiano. São Paulo: Nova Alexandria, 1999, p. 64.)

- A** Cite duas características do Renascimento.
- B** De que maneiras o ambiente urbano propiciou a emergência desse movimento artístico e cultural?
- C** Por que as regiões mencionadas no texto eram as mais urbanizadas da Europa nos séculos XV e XVI?

04| UNIRIO “Deus era, portanto, racional. Mais do que isso, o Deus criador era matemático, tal como o grande arquiteto da maçonaria. O dever do cientista era medir todas as coisas, quantificar os elementos. Não obstante seu ceticismo, pela razão o homem poderia chegar à lógica da criação, uma vez desvendada sua linguagem simbólica.”

(WOORTMANN, Klaas. Religião e Ciência no Renascimento. Brasília: Ed. UnB., 1997, ps. 35-36.)

O texto acima analisa a cultura do Renascimento europeu, ocorrido entre os séculos XIV e XVI, especificamente o surgimento de uma nova relação do homem com Deus, que rompia com o monopólio da explicação do mundo até então exercido pela Igreja medieval. Conforme propunha o neoplatonismo na mentalidade renascentista, o conhecimento de Deus era o conhecimento do próprio homem. Esta característica da cultura renascentista fundamentou uma das origens da ciência moderna, pois possibilitou o estudo da natureza através do experimentalismo e o surgimento de uma ciência leiga livre de diversos dogmas medievais.

Considerando o texto acima, explique o neoplatonismo no contexto do Renascimento europeu.

T ENEM E VESTIBULARES

01 | FGV "Na verdade, Ciência e Razão eram apenas uma face de realidade bem mais complexa. Enquanto as elites redescobriam Aristóteles ou discutiam Platão na Academia florentina, de Lourenço de Médicis, a quase totalidade da população européia continuava analfabeta. Praticamente alheia à matematização do tempo, tinha seu trabalho regido ainda por galos e pelos sinos (...) a vida continuava pautada por ritmos sazonais."

(Laura de Mello e Souza)

A partir do texto acima, podemos afirmar que:

- A** a transição, da transcendência à imanência, da verticalização à horizontalização, realizou-se plenamente no Renascimento;
- B** a experiência renascentista foi vivida por todos os povos da Europa simultaneamente;
- C** a matematização do tempo, assim como as redescobertas de Aristóteles e Platão, foram experiências vividas primeiramente pelas elites letradas;
- D** a democratização do saber letrado foi a principal característica da primeira fase do Renascimento;
- E** a Europa burguesa viu com temor a propagação do ideal renascentista.

02 | FGV

"Postulados

1. (...);
2. O centro da terra não é o centro do universo, mas tão somente da gravidade e da esfera lunar;
3. Todas as esferas giram ao redor do sol como de seu ponto médio, e, portanto, o sol é o centro do universo;
4. (...);
5. Todo movimento aparente que se percebe nos céus provém do movimento da terra, e não de algum movimento do firmamento, qualquer que seja;
6. O que nos parece movimento do sol não provém do movimento deste, mas do movimento da terra e de nossa esfera, junto com a qual giramos em redor do sol, o que acontece com qualquer outro planeta;
7. (...)." (séc. XVI)

(citado em Berutti et al)

O documento refere-se à:

- A** ruptura com o heliocentrismo, conduzida pelas investigações de Kepler.
- B** ruptura com o antropocentrismo, conduzida pelas investigações de Galileu Galilei;
- C** concepção de universo, que recupera o pensamento de Ptolomeu, recusado pela Igreja durante a Idade Média;
- D** concepção de universo, que recupera as preocupações de Heráclito ("tudo está em movimento"), apresentada por Isaac Newton;
- E** ruptura com o geocentrismo, conduzida pelas investigações de Copérnico.

03 | FGV "Assim o avaro fecha, num cercado, milhares de jeiras; enquanto que honestos cultivadores são expulsos de suas casas, uns pela fraude, outros pela violência

(...) e de questiúnculas que os forçam a vender suas propriedades

(...) Os infelizes abandonam

(...) Então vendem a baixo preço o que puderam carregar de seus trastes

(...) Esgotados esses fracos recursos, que lhes resta? O roubo, e, depois, o enforcamento segundo as regras.

(Thomas Morus)

A partir do texto acima é incorreto afirmar:

- A** Trata-se de uma leitura crítica do processo de cercamentos, uma das fases decisivas da acumulação primitiva de capital, na Inglaterra;
- B** Morus mantém uma posição de neutralidade diante do fato apresentado apenas como um processo;
- C** Para o autor, o roubo é uma consequência do processo de expropriação sofrido pelos camponeses;
- D** A posição do autor, a partir da análise do texto, é contrária ao processo de expropriação sofrido pelos camponeses;
- E** O enforcamento é uma regra para os que cometem o roubo.

04 | FUVEST No fim da Idade Média e início da Idade Moderna, o rompimento dos monopólios que os letrados mantinham sobre a cultura escrita e os clérigos sobre a religião criou uma situação nova, potencialmente explosiva.

Esse rompimento deveu-se

- A aos descobrimentos e invenções científicas.
- B á invenção da imprensa e á Reforma.
- C ao Renascimento e ao Estado absolutista.
- D ao aparecimento do alfabeto e das heresias.
- E ao humanismo e à Inquisição.

05| FUVEST “Minhas composições me rendem muito, posso dizer que tenho mais encomendas do que poderia atender. E, para cada coisa, tenho seis, sete editores e mais ainda se o coração mo ditar, eles não negociam mais comigo eu exijo e me pagam”. Beethoven, em carta de 1801.

Dessa afirmação, pode-se deduzir que Beethoven foi um artista que.

- A ao se colocar sob a proteção dos mecenas, continuou a tradição dos antecessores.
- B ao vender suas obras no mercado, tornou-se independente dos mecenas.
- C ao se independizar dos mecenas, foi repudiado pelos demais músicos clássicos.
- D ao adaptar suas composições ao gosto popular, rompeu com a música erudita.
- E ao subordinar sua arte ao melhor preço, tornou-se um músico venal e conformista

06| FATEC Sobre o Renascimento científico é correto dizer:

- A as Ciências não avançaram muito nesse período, pois sofriam a influência do Cristianismo.
- B houve, nesse período, grandes progressos na Trigonometria e na Álgebra, além de se desenvolverem pesquisas sobre a refração da luz e se criarem fundamentos da óptica.
- C o homem renascentista adotava a Teoria Geocêntrica formulada por Nicolau Copérnico e defendida por Galileu Galilei.
- D o espírito crítico do homem renascentista partiu para a Ciência experimental, a observação, a fim de obter explicações racionais para os fenômenos da natureza.
- E o homem renascentista via o Universo como uma obra sobrenatural, fruto dos preceitos cristãos.

07| PUC No estudo do processo de transformação cultural do mundo europeu, no início dos tempos modernos, isto é, do renascimento, verifica-se que, em Portugal:

- A Gil Vicente introduziu o teatro com a obra "TRIOLOGIA DAS BARCAS".
- B Camões, em seus sonetos, enaltece a dinastia de braganças.
- C Garcia de Rezende acentua a dependência da poesia em relação a música.
- D "A FARSA DE INÊS PEREIRA" é teatro clássico religioso de CAMILO CASTELO BRANCO.
- E Fernão Lopes, pai da historiografia portuguesa, foi nomeado cronista-mor da torre do tombo em 1434.

08| PUC A respeito das transformações ocorridas no pensamento científico no século XVII, podemos afirmar que:

- I. Na astronomia, uma série de descobertas e inventos possibilitou a ampliação do conhecimento sobre o movimento dos planetas, o que levou à rejeição da teoria heliocêntrica.
- II. Newton, com sua teoria sobre a gravitação universal, permitiu aperfeiçoar o conhecimento acerca do movimento dos corpos celestes.
- III. O desenvolvimento de uma forma de conhecimento baseada na observação e na experimentação foi uma das mais importantes contribuições desse período para a ciência.
- IV. O aparecimento de novas teorias na astronomia, na medicina e na física provocou a reação da Igreja Católica, que, vendo sua concepção de mundo ameaçada, acusou diversos cientistas de heresia.

Assinale a alternativa que contém a(s) afirmativa(s) correta(s):

- A somente II e III.
- B somente II, III e IV.
- C somente I, III e IV.
- D somente I, II e III.
- E somente I, II e IV.

REFORMA PROTESTANTE E CONTRARREFORMA CATÓLICA

Discussões envolvendo política e religião sempre causaram polêmica ao longo da história, e nos dias atuais verificamos isso na práxis. Discutir no sentido de convencer de que sua opinião é a única correta e de que a do outro é sem sentido, é uma atitude contraproducente. Importa arguir criticamente temas referentes a essas questões, até porque é debatendo que poderemos analisar e adotar posições mais equilibradas e sem exageros dogmáticos.

Voltando especificamente ao campo religioso, daremos início ao estudo da **Reforma Protestante**, o que nos permite compreender melhor as cisões que ocorreram no seio do Cristianismo durante a modernidade e que levaram, conseqüentemente, ao surgimento de novas Igrejas cristãs.

A REFORMA PROTESTANTE

Enquanto o Renascimento artístico e científico se expandia pela Itália e em outros países europeus, surgia na Alemanha, do século XVI, um movimento de caráter religioso e político historicamente denominado Reforma Protestante.



Ilustração que demonstra a primeira noite de São Bartolomeu, com o massacre de protestantes na França no século XVI
Ver em: <http://filhosdehيران.blogspot.com.br/2012/01/noite-de-sao-bartolomeu-rainha-margot.html> ACESSO EM 23\08\2012.

Desde já, é fundamental ter em mente que a percepção acerca deste movimento não deve se prender apenas em seus aspectos religiosos, mas considerar também seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais.

Com o afloramento das ideias renascentistas – o que permitiu um conhecimento melhor sobre o mundo – o homem passou a ter uma visão mais crítica da realidade, diante do autoritarismo e abusos da Igreja Católica o que levou, diretamente, a "desconstrução das verdades absolutas" defendidas por esta instituição.

A Reforma surgia, portanto, como um movimento crítico à Igreja Católica que conduziu a cisão do Cristianismo.

Como resultado, houve o surgimento de novas religiões cristãs, mais precisamente das vertentes protestantes.

OS MOTIVOS QUE IMPULSIONARAM A REFORMA

Diversos foram os fatores/causas que levaram ao movimento. Dentre eles, podemos destacar:

- **A crise moral do clero**, já que vários padres estavam envolvidos em escândalos amorosos e, portanto, fora do celibato (proibição de se casar) e da castidade (abster-se de relação sexual), pontos base dos dogmas católicos;
- **A leitura da bíblia restrita aos membros do clero**: fator eliminado com a difusão da imprensa que permitiu o acesso à bíblia e, conseqüentemente, a possibilidade de novas interpretações, resultando em uma nova consciência religiosa;
- **A corrupção no clero**, cujo maior exemplo foi o exercício da simonia, ou seja, o comércio de relíquias sagradas, como a venda de pedaços de madeira como se fossem retirados da cruz de Cristo, e a prática das **indulgências**, pela qual indivíduos endinheirados compravam sua salvação mediante pagamentos a Igreja, ou seja, tinham seus pecados perdoados e, assim, garantiam seu lugar no céu;



O comércio das indulgências impulsionou o início da Reforma Protestante. Pintura de Augsburg, 1530. Imagem: Reprodução internet.

- **A condenação ao lucro excessivo** (a usura) despertava nos comerciantes o temor do inferno, o que contrariava a ganância da burguesia ascendente. Esse grupo social necessitava, desse modo, de uma nova ética religiosa adequada a lógica capitalista;
- Finalmente destacamos a **dualidade teológica** entre duas vertentes cristãs: o Tomismo, de *São Tomás de Aquino*, aceito pela maioria católica e que defendia o alcance da salvação por meio da fé e da prática das boas obras; e a teoria agostiniana, de *Santo Agostinho*, acolhida pela maioria dos protestantes, segundo a qual a salvação se daria unicamente pela fé, não necessitando das boas obras.

Diante dessa pequena explanação dos motivos que, conduziram a Reforma, partiremos, agora, para a análise individual dos principais líderes reformadores e do ambiente que atuaram.



Xilografia do século XVI. A venda de indulgências pelo papa. Imagem: Reprodução internet

REFORMA LUTERANA

À época de Martinho Lutero, ainda monge católico, a Alemanha pertencia ao Sacro Império Romano-Germânico. Predominando o caráter feudal. O território alemão era politicamente formado por uma série de ducados, condados e principados.

Devido à extensão territorial, não existia um poder político, suficientemente centralizado, nas mãos do imperador que lhe pudesse garantir o controle total do Sacro Império, o que teria facilitado os abusos da instituição católica naquela região.

Destaca-se neste contexto, a atitude do então papa **Leão X** que, visando a reconstrução da Basílica de São Pedro em Roma, autorizou a concessão de indulgências, a fim de arrecadar finanças para sustentar a construção da grandiosa obra. Ele simplesmente colocou o céu "à venda".



Lutero afixa as 95 teses na Catedral de Wittenberg. Imagem: <http://www.fisica-interessante.com/aula-historia-e-epistemologia-da-ciencia-5-historia-da-epistemologia-5.html>

Outra figura de destaque foi a do frade dominicano **João Tetzel** que prometeu o perdão de todos os pecados àqueles que os confessassem e doassem dinheiro a Igreja. Lutero, indignado com a atitude do Papa e do mencionado frade, afixou na porta da Igreja de Wittenberg as famosas 95 teses, destacando suas principais críticas a Igreja Católica.

O papa Leão X reagiu à atitude de Lutero publicando, a bula denominada *Exsurge Domine* que, ordenava a queima de todas as obras do monge, além de exigir sua retratação em 60 dias, caso contrário, seria excomungado. Entretanto, Lutero não voltou atrás e foi adiante em sua afronta à Igreja, vindo a queimar a referida bula papal em praça pública, no ano de 1520, o que resultou em sua excomunhão.

Lutero foi um dos primeiros a traduzir a Bíblia do latim para o alemão vernáculo, facilitando, assim, o acesso à leitura bíblica e a quebra

do monopólio católico quanto à sua interpretação. Vale lembrar que, se a população já tinha dificuldades em ler um texto na língua local, quanto mais no latim, que já era uma língua morta. Por isso, a importância de Lutero neste processo de facilitar o acesso à leitura das Escrituras Sagradas.

Além de traduzir a Bíblia, Lutero também demonstra sua cisão com o catolicismo na proibição do uso de imagens nas igrejas.

REFORMA CALVINISTA

A expansão das ideias Luteranas conquistou novos adeptos que possuíam perspectivas religiosas semelhantes. Um deles foi o francês **João Calvino** (1509-1564), que construiu sua carreira política na cidade suíça de Genebra, mesmo local, que veio a desenvolver sua crença e vertente religiosa.



Ilustração de Martinho Lutero traduzindo a Bíblia do latim para o alemão. Imagem: reprodução internet.

Calvino assemelhava-se a Lutero em alguns aspectos. Acreditava que a salvação seria alcançada somente pela fé e igualmente rejeitava o culto às imagens.

Todavia, em Calvino a salvação ganhou contornos particularizados. Para este teólogo, a salvação dependia da escolha ou vontade divina, ou seja, o homem já nascia **predestinado** à salvação ou à condenação eternas, princípio este que tornou-se o sustentáculo de sua doutrina.

Houve, nesse sentido, a valorização do enriquecimento por meio do trabalho honesto e da vida regrada. Tal aspecto correspondia aos anseios religiosos dos burgueses, além de contribuir diretamente para com o avanço do sistema capitalista.

Muitos estudiosos, como Max Weber em sua obra **A ética protestante e o espírito do capitalismo**, destacaram o Calvinismo como peça fundamental para o crescimento da burguesia e, conseqüentemente, do capitalismo. O acúmulo de capitais e a riqueza outrora condenados pela Igreja Católica, eram acolhidos nesta perspectiva, fortalecendo a presença burguesa nos países convertidos a esta religião.

Em caráter de curiosidade deve-se destacar que os calvinistas na Escócia foram chamados de **presbiterianos**, na Inglaterra, de **puritanos** e na França de **huguenotes**.

REFORMA ANGLICANA

Enquanto o Luteranismo possuía marcante caráter dogmático, e o Calvinismo acentuado caráter econômico, o Anglicanismo destacou-se por uma questão pessoal relacionada ao rei da Inglaterra, **Henrique VIII**.

O monarca pretendia divorciar-se de sua esposa, a princesa espanhola **Catarina de Aragão**, alegando como determinante o fato desta não ter lhe dado um filho homem como herdeiro. Pediu ao Papa que lhe concedesse a anulação do matrimônio e realizasse seu casamento com uma jovem do reino, **Ana Bolena**.

O papa não concedeu a anulação, em consonância com os dogmas da Igreja, porém, Henrique VIII casou-se mesmo assim com Ana Bolena, que estava gestante, desrespeitando a orientação papal. A atitude do rei provocou uma severa reação papal: a anulação do novo matrimônio real e a excomunhão de Henrique VIII da Igreja Católica.

O rei inglês não ficou atrás e contra-atacou o papa com a aprovação do **Ato de Supremacia**, em 1534. Por meio deste documento, o rei fundava uma igreja nacional diminuindo o poder papal no território inglês. Tratava-se da criação da **Igreja Anglicana**.

Nesta vertente protestante, o culto continuou sendo católico, mas o chefe da Igreja passou a ser Henrique VIII, ou seja, o rei acumulava simultaneamente os poderes político e religioso.

REFORMADORES

				
Lutero	Calvino	Zuínglio	Menno Simons	Henrique VIII
Alemanha	Genebra	Zurique	Zurique	Inglaterra
Luteranismo	Calvinismo		Anabatistas	Anglicanismo
Reforma Luterana	Movimento Reformado		Reforma Radical	Reforma Anglicana

CONTRARREFORMA

A Igreja Católica experimentou as ameaças ao seu amplo poder com a eclosão da Reforma Protestante.

Diante do prenúncio do movimento protestante, a primeira reação da Igreja foi castigar os principais líderes objetivando, desta forma, barrar o avanço daquelas ideias no "seio" de seu "rebanho".

Todavia, pouco adiantou a tentativa de impedir a difusão das ideias protestantes, pois estas se espalharam pela Europa velozmente, ganhando cada vez mais adeptos no velho continente.

A instituição católica se viu, então, forçada a reorganizar sua estrutura e moralizar seu clero, processo que ficou conhecido como **Reforma Católica** ou simplesmente **Contrarreforma**.

Dentre as principais medidas, nas quais se fundamentou a Contrarreforma, podemos destacar: o **Concílio de Trento**, a criação da **Companhia de Jesus** e a restauração da Inquisição.



O Concílio de Trento.

Disponível em: http://www.vaticanocattolico.com/iglesiaticolica/category/concilios-ecumenicos/concilio-de-trento/#.VPoKs_nF8ud

CONCÍLIO DE TRENTO

O papa Paulo III convocou um concílio, ou reunião de bispos, em 1545, na cidade italiana de Trento. As primeiras reuniões ocorreram nesta cidade, entretanto, várias outras ocorreram em outras localidades, já que perduraram por longos 18 anos.

Na busca da moralização de seu clero e da manutenção da fidelidade de seus fiéis, os representantes do clero viram-se obrigados a realizar alterações em sua doutrina. Alguns pontos foram abolidos, outros mantidos e alguns criados.

ABOLIDO	MANTIDO	CRIADO
A cobrança de Indulgências, já que a Igreja percebeu o quanto aquela prática corrupta estava manchando sua imagem diante de seus fiéis mais críticos.	O celibato; a castidade; o culto aos santos; a salvação humana dependendo da fé e das boas obras; a afirmação de que no ato da eucaristia ocorria a presença real de Jesus no pão e no vinho, etc.	O Índex (<i>Index librorum prohibitorum</i>), que é uma lista de livros em que sua leitura é proibida aos católicos.



Ilustração retratando a reunião entre o alto clero católico, que ficou conhecida como Concílio de Trento.

Fonte: <http://revistaescola.abril.com.br/historia/pratica-pedagogica/autor-conceito-educacao-util-423139.shtml>

COMPANHIA DE JESUS

Em 1534 foi fundada a **Companhia de Jesus**, pelo militar espanhol Inácio de Loyola, entretanto apenas em 1540 a companhia foi aprovada pelo papa Paulo III.

Os jesuítas, como eram chamados os integrantes da Companhia, consideravam-se "soldados de Cristo" e tinham como missão fundamental barrar o avanço do Protestantismo. As principais "armas" utilizadas, nesse sentido, foram a conversão de pagãos e hereges. Converter os povos do continente recém descoberto, a América, era a prioridade.

Desta forma, visando a conversão dos povos ameríndios, diversos jesuítas foram enviados para o novo continente. No Brasil recém-descoberto, estes padres tiveram papel fundamental no processo de aculturação indígena.

INQUISIÇÃO

Em 1231 foi criado o Tribunal do Santo Ofício, também conhecido como Inquisição, o qual reduziu suas ações ao longo do tempo. Contudo, a ascensão do protestantismo no século XVI contribuiu para a restauração do tribunal eclesiástico diante o contexto histórico que se apresentava.



Cristo espoliado de El Greco (aproximadamente 1577-1579). Catedral de Toledo.



Galileu Galilei enfrenta a Inquisição. Por Joseph Nicolas Robert-Fleury, século XIX. Imagem: Fundação Biblioteca Nacional.

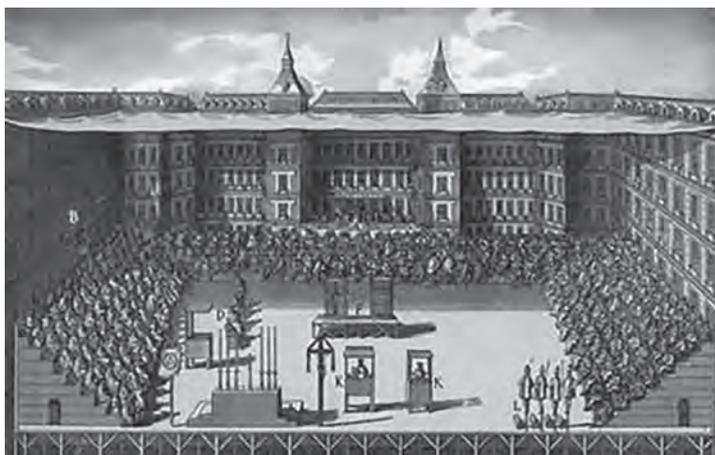
universalismo religioso passava a ser questionado.

Destacamos que a Inquisição moderna foi também um instrumento de fortalecimento da presença das monarquias portuguesa e espanhola, não somente em seus territórios, quando da perseguição a mouros, judeus e cristãos-novos, mas em terras além-mar, na América, a conter as oposições dogmáticas.

Tratava-se de um jogo duplo: a religião servia aos Estados ibéricos como legitimadora da presença do próprio Estado e, ao mesmo tempo, justificava a catequização e conversão dos infiéis das terras americanas, como uma missão institucional sagrada e de contenção do avanço protestante, como outrora ocorrera na Europa.

A reação católica incluía não somente a crítica aos que professavam dogmas protestantes, mas incluiu também a perseguição, pelo tribunal eclesiástico, dos chamados cristãos-novos (judeus recém convertidos ao Cristianismo), e de cientistas que defendiam teorias contrárias àquelas professadas pela Igreja. Exemplo clássico foi a condenação do cientista italiano Galileu Galilei por defender a teoria heliocêntrica, que considerava correta a teoria de que o Sol ocupava o centro do sistema solar – como hoje é sabido –, discordando do que era ensinado pela Igreja, que acreditava na teoria geocêntrica.

O Tribunal Inquisitorial cuidaria de manter e proteger a fé católica que encontrava-se ameaçada, não somente pela emergência de novas visões religiosas, mas por compreensões racionais pautados no avanço do pensamento científico. Sua justificativa era a legitimação da Cristandade, representada pela própria Igreja, cujo uni-



Corte da Inquisição Espanhola em Madri. Século XVIII. Imagem: Fundação Biblioteca Nacional.

TEXTO COMPLEMENTAR

Segundo a tradição luterana que celebra a persona Lutero (1483-1546), as “95 Teses” foram afixadas na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg em 31 de outubro de 1517. Se este ato, recorrentemente celebrado como fundador da Reforma Luterana, realmente aconteceu, não teria, em si mesmo, nada de excepcional: na verdade, isso era um modo costumeiro de se anunciar uma “*disputa*” ou “*justa teológica*” entre os doutos de Wittenberg. Portanto, não se tratava de uma ação que deveria ter uma conotação individual, visto que as *disputas* eram debates que envolviam professores e estudantes. Isso explica o fato de Lutero pedir para aqueles que não pudessem se fazer presentes à disputa que, ao menos, enviassem as suas opiniões por escrito para serem lidas. Afinal, segundo as regras da eloquência, as “teses” deveriam ser vistas como “pontos a serem debatidos” em uma plenária de doutos.

Nesse sentido, trata-se de um ato público envolvendo doutos e/ou seus estudantes, como demonstra o fato de as teses terem sido escritas originalmente em latim e não em alemão (língua familiar de Lutero). Observa-se também que o tom irônico e uma certa preocupação com a métrica e a rima fazem parte do ritual de “belo discurso” (arte da retórica) – conhecimento obrigatório nas universidades de teologia e direito da época de Lutero. Portanto, ao lançar as suas “95 Teses”, Lutero tornava públicas (mas não populares) as suas ideias, com a finalidade de expor a doutos algumas questões que o incomodavam a respeito das “vendas de perdão/indulgências”, cujas contradições práticas e doutrinárias, somadas à corrupção de determinados setores do clero, eram vistas por ele como uma ameaça à credibilidade da fé cristã e da Igreja de Roma. Isso significa que, ao tornar públicas as suas teses, Lutero esperava receber o apoio do papa, em vez de sua censura. No entanto, depois de novas disputas teológicas, desta vez com agentes enviados pelo Papa Leão X (1475-1521; pontificado: 1513-1521), foi redigida contra Lutero uma carta de excomunhão datada em 21 de janeiro de 1521, que ele receberia meses depois.

Entre 1517 e 1521, Lutero fora submetido a algumas disputas teológicas – e quase metade de suas teses foi refutada pelos doutos do papa. Aos poucos, a situação fugiu dos muros da universidade, e muitas ideias de Lutero foram convenientemente distorcidas por membros da nobreza alemã, que utilizaram a “desculpa da fé” para tomar bens e terras de famílias inimigas e da própria Igreja. Imprevisivelmente, toda esta situação foi consolidando uma atmosfera de cisma religioso na Europa que estava longe das intenções de Lutero. Portanto, deve-se entender que a ação de Lutero misturou-se involuntariamente com interesses políticos e com outras tendências do debate teológico e da cultura religiosa que remontavam ao século XIII.

Ora, isso nos possibilita entender por que Lutero manifestou-se tanto contra as revoltas camponesas (marcadamente “anabatistas”) quanto contra os nobres que mesclavam seus interesses mundanos com o debate teológico que ele suscitara. Além disso, não se deve perder de vista que Lutero estava historicamente inscrito no universo sociocultural do Antigo Regime e, portanto, era muito cioso das hierarquias sociais. Por isso mesmo, criticava a nobreza e parte do clero por não darem “bom exemplo” ao explorarem os camponeses com tributações extraordinárias, pois isso apenas servia, segundo a sua opinião, para alimentar novas circunstâncias de revoltas sociais. Assim, não é paradoxal que, em 1520, ele tenha escrito o seu “**Apelo à Nobreza Germânica**” e, em 1525, no contexto das guerras camponesas, tenha escrito “**Sobre a Autoridade Secular**”, admoestando ambos os estamentos por criarem situações de instabilidade política e social.

Nestes dois escritos, Lutero define claramente o caráter secular da autoridade política como chave para se manterem equilibrados os direitos e responsabilidades que justificavam as hierarquias sociais tradicionais. Portanto, frente a um mundo que se apresentava instável e inseguro, Lutero apelava para dispositivos tradicionais como meios de restauração da segurança no mundo, mas com uma novidade doutrinal que jamais foi praticada plenamente em parte nenhuma da Europa do Antigo Regime: uma década antes de ceder ao pragmatismo dos príncipes protestantes da Liga de Smalkalde (1531-1547), quando então ratificou o princípio “*cujus regio, ejus religio*”, Lutero afirmava que era Deus que deveria julgar a fé individual e, portanto, nenhuma autoridade política deveria, em nome dela, causar perdas de vida e de bens entre seus súditos.

Por fim, valeria fazer uma última indagação: Se a ação de Lutero de lançar as suas teses em 1517 não teria nada de excepcional, por que posteriormente isso foi celebrado em muitos livros didáticos de história com uma certa conotação de heroicidade ou excepcionalidade?

- Em primeiro lugar, porque os desdobramentos não necessariamente luteranos de uma fé reformada ganharam avultado corpo e agentes sociais nas décadas que se seguiram a Lutero. Sem isso, não há quem celebre ou crie memória social em torno de determinado evento como “marco fundador”. Em todo caso, foi ao final do século

XVII, contexto da expansão militar de Luís XIV (que revogou o Édito de Nantes em 1685) na Europa Central, que se começou a celebrar nos meios protestantes o “dia de lançamento das 95 Teses de Lutero” como um marco histórico de ruptura com Roma.

- Em segundo lugar, desde meados do século XVIII, várias idéias de outros escritos de Lutero foram lidos numa chave interpretativa iluminista de progresso cultural, particularmente as implicações sociais e institucionais de sua percepção de que a fé ou a consciência religiosa não deveria ser matéria dos príncipes. Aliás, vale lembrar que Immanuel Kant (1724-1804) está inscrito na tradição luterana quando escreve o artigo “O que é Esclarecimento?” (1784), no qual define um nexos causal entre secularização, tolerância religiosa e progresso cultural.
- Em terceiro lugar, é bastante significativo lembrarmos que, no último terço do século XIX, políticos e intelectuais – bem antes da sociologia de Max Weber – começaram a estabelecer um nexos causal entre “protestantismo”, “progresso capitalista” e “expansão colonial moderna”, de modo a explicar e justificar a emergência imperial da Grã-Bretanha e da Prússia em face à “decadência ibérica” e à “derrocada napoleônica”.

Cronologia:

1483, 10 de novembro: Nasce Lutero.

1509: Henrique VIII (1491-1547) torna-se rei da Inglaterra. Nasce João Calvino em 10 de julho.

1517, 31 de outubro: Lutero fixa as suas “95 Teses” na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg.

1518: Lutero recusa-se a retratar-se perante o papa Leão X (1475-1521; pontificado: 1513-1521).

1520, junho: Leão X condena 41 proposições de Lutero.

1521, 21 de janeiro: Leão X excomunga Lutero, mas levam vários meses até a ordem de excomunhão chegar à Alemanha.

1522: Lutero publica a sua advertência contra os distúrbios e publica a tradução do grego para o alemão do Novo Testamento, com gravuras de Lucas Cranach (1472-1553).

1523: Lutero publica texto que fala do direito de a comunidade de fiéis julgar toda a doutrina e nomear e demitir clérigos.

1524-1525: Revolta camponesa liderada por Thomas Müntzer (1490-1525).

1525: Lutero publica texto contra os “profetas sagrados” e contra as “revoltas camponesas”.

1528: Mandato imperial ameaça de morte os anabatistas.

1530: Carlos V (1500-1558) – rei de Espanha desde 1516 e eleito imperador Habsburgo desde 1519 – fracassa em impor uma ortodoxia religiosa ao império.

1534: Ruptura de Henrique VIII da Inglaterra com Roma, supressão dos mosteiros e concessão de permissão para os padres se casarem. Na Alemanha, Lutero publica a tradução do hebreu para o alemão do Velho Testamento.

1534-1535: Anabatistas tomam o poder em Múnster, mas seu “reino” é derrubado pela coligação de forças católicas e protestantes.

1536: Surge a primeira edição de “Instituições da Religião Cristã”, de João Calvino. Ocorre também a introdução da bíblia vernácula na Inglaterra.

1542: Calvino organiza o seu catecismo em Genebra.

1544: Calvino admoesta os anabatistas.

1545, 13 de dezembro: Começa o Concílio de Trento.

1546, 18 de fevereiro: Morre Lutero.

1547: Eduardo VI (1537-1553) assume o trono na Inglaterra e demonstra forte tendência calvinista.

1549: Eduardo VI lança o livro de pregações e pretende forçar a uniformidade religiosa em torno da fé reformada na

Inglaterra.

1553: Morre Eduardo VI e sua irmã mais velha, Maria I (1516-1558), pretende o retorno da Inglaterra ao Catolicismo.

1558: Morre Carlos V da Espanha e Maria I da Inglaterra. Elizabeth (1533-1603) assume o trono da Inglaterra e tenta restaurar o anglicanismo de seu pai, Henrique VIII, o que significava evitar os extremos puritano (Eduardo VI) e católico (Maria I).

1560, Março: Fracasso de uma conspiração de jovens aristocratas huguenotes contra a Casa Católica do Duque de Guise na França. Primeiro édito de tolerância é editado.

1561, Setembro-Novembro: Colóquio de Poissy, mas fracassa a tentativa de restaurar a unidade entre huguenotes e católicos na França.

1562, março: Massacre dos huguenotes em Vassy comandada pela Casa Católica de Guise. Primeira Guerra Civil Religiosa na França.

1563: Em março, Catarina de Médicis (1519-1589; regente: 1560-1574) tenta por fim à guerra civil francesa com a assinatura da Paz de Amboise, que concede certo grau de tolerância para os huguenotes. Neste mesmo ano, encerra-se o Concílio de Trento.

1564, 27 de maio: Morre João Calvino. Théodore de Bézé (1519-1605) sucede Calvino como líder da reforma protestante centrada em Genebra.

1572, 23-24 de agosto: Noite do Massacre de São Bartolomeu em Paris.

1598: Publicação do Édito de Nantes.

1685: Revogação do Édito de Nantes.

Revista Espaço Acadêmico – Nº 34 – Março de 2004 – ISSN 1519.6186. Edição revista e estudo introdutório ampliado. Por Alexander Martins Vianna, professor do departamento de história da FEUDUC-RJ. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/034/34tc_lutero.htm.

TEXTO COMPLEMENTAR

ASCETISMO MUNDANO E EXTRAMUNDANO

Segundo Émile Durkheim, em sua famosa *Formas Elementares da Vida Religiosa*, o puro asceta é

[] um homem que se eleva acima dos homens e que adquire uma santidade particular por meio de jejuns, de vigílias, pelo retiro e pelo silêncio, em uma palavra, por meio de privações, mais do que por atos de piedade positiva. (Durkheim, 2003: 330)

Portanto, segundo o sociólogo a característica fundamental que marca o ascetismo é a atitude de renúncia ou privação por parte do religioso de uma vida própria do seu cotidiano, em virtude da crença de que tal sacrifício pessoal possa elevá-lo a um estado de pureza, proximidade ou agrado da divindade cultuada. É neste sentido que, para Durkheim, "o ascetismo não é, como se poderia pensar, um fruto raro, excepcional e quase anormal da vida religiosa; ao contrário, é um elemento essencial dela" (Durkheim, 2003: 331).

Desse modo, quando pensamos, dentro do cristianismo católico, na vida dos santos pela Igreja canonizados, percebemos que o status de pureza por eles adquirido tem relação direta com um ascetismo vivido, normalmente, em forma de renúncia das atividades e prazeres da vida cotidiana no mundo. Até os últimos séculos que encerraram a Idade Média, a forma de ascetismo mais comum, seja na Igreja Católica, seja em movimentos condenados como heresias, qualificava-se pela *fuga do mundo*, ou seja, pela retirada do indivíduo das atividades cotidianas passando a viver isoladamente, ou em uma comunidade isolada em mosteiros, abadias e conventos.

Diante disso, torna-se uma tendência comum se pensar que tal forma de ascetismo, por Weber chamada de *extramundano*, somente foi rompida ou contestada pelo Protestantismo calvinista, que inauguraria uma forma de

ascetismo a que o mesmo autor chamou de *intramundano*. Entretanto, é necessária uma reflexão mais profunda para não cometermos uma análise leviana da questão.

Se pensarmos a Baixa Idade Média, especialmente no advento de movimentos taxados como heréticos, como os valdenses e albigenses, ou mesmo nas ordens mendicantes, como os franciscanos e dominicanos, percebemos que há desde aí uma tendência ao ascetismo que, em alguma medida, se diferencia essencialmente da vida monástica. Como bem ressaltou Weber na sua *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, "a Ordem Terceira de São Francisco era, por exemplo, uma poderosa tentativa na direção de uma penetração ascética na vida cotidiana, e, como sabemos, de forma alguma foi a única" (Weber, 2013: 148).

Entretanto, a questão que se coloca é: podemos pensar aí já em um ascetismo intramundano? A resposta parece, necessariamente, ambivalente: se por um lado temos neste caso um tipo de ascetismo de atuação no mundo, portanto um tipo de vida religiosa essencialmente missionária, por outro ainda temos uma forma de vida religiosa que distingue o frade (agora também distinto do monge) do leigo¹. Ou seja, embora atuando no mundo, a forma de ascetismo aqui elencada trata-se de uma vida extramundana em missão intramundana, o que a torna essencialmente diferente do ascetismo protestante analisado por Weber. Em outras palavras:

O ascetismo cristão, que de início fugia do mundo pela solidão, já havia dominado o mundo a que ele renunciara pelo monastério e pela Igreja. Mas ele tinha, no seu conjunto, deixado intocado o caráter naturalmente espontâneo da vida cotidiana dentro do mundo. Agora ele caminhou para dentro do mercado da vida, fechou a porta do monastério atrás de si e comprometeu-se em penetrar justamente naquela rotina cotidiana com seu caráter metódico, para transformá-la em uma vida no mundo, mas não para este mundo. (Weber, 2013: 175).

Neste sentido, percebemos que, se por um lado o ascetismo fundamentalmente extramundano cristão, não foi rompido somente pelo protestantismo seiscentista (uma vez que dentro do seio católico a prática missionária no mundo já estava em alguma medida exercendo a vida asceta fora dos muros das abadias e mosteiros), por outro, a forma de ascetismo protestante, especialmente calvinista, foi decididamente diferente e inauguradora de uma nova forma da prática religiosa cristã. Neste sentido, João Calvino "substituiu a aristocracia espiritual dos monges realizada fora e acima do mundo, pela aristocracia espiritual dos santos predestinados de Deus dentro do mundo" (Weber, 2013: 149).

Em termos gerais, portanto, podemos classificar, para a época analisada, pelo menos três tipos gerais (no sentido weberiano) de ascetismo cristão: 1) o ascetismo extramundano, característicos de monges e religiosos que se isolam pessoal ou comunitariamente do restante da sociedade; 2) o ascetismo intramundano missionário católico, a que atribuímos ordens e congregações de indivíduos que também se isolam do meio social ao professar votos religiosos, mas atua diretamente no mundo visando sua transformação; 3) e o ascetismo intramundano missionário protestante (fundamentalmente puritano), que acreditava que "o único modo de vida aceitável para Deus não era superar a moralidade mundana em um ascetismo monástico, mas somente pelo cumprimento das obrigações impostas ao indivíduo por sua posição no mundo" (Weber, 2013: 96).

Isso significa que temos diante de nós duas formas distintas de ascetismo *missionário*: por um lado a missão católica intramundana, ou seja, que, não obstante sua condição religiosa extramundana, atua diretamente no mundo; e por outro a missão protestante que, devido ao singular dogma da predestinação, possui características bastante específicas e distintas do missionarismo católico.

Para esta distinção, não obstante, faz-se necessário pensarmos esta característica fundamental do ascetismo intramundano protestante: o dogma da *predestinação*. Sem nos atermos às discussões da origem desse dogma, ou mesmo em suas características mais específicas², tomamos por discussão principal os efeitos que tal ideia acarretou

1 O mesmo se aplica ainda ao padre diocesano, uma vez que ainda que não se retirasse à uma vida monacal, deveria cumprir votos que o tornava em alguma medida diferenciado do leigo, praticando, portanto, um tipo de ascetismo que não pode ainda ser classificado de totalmente intramundano.

2 Para esta discussão é impossível não indicarmos a obra de Max Weber (2013), cuja discussão sobre as características e consequências da predestinação para o assunto que aqui discutimos é feita em espaço e competência necessários.

para a prática da missão em si, posto que, uma vez já decretado o destino pós-morte de cada indivíduo³, qual seria o fundamento de se dedicar à missão enquanto conversão e evangelização de outrem?

Diante disso, apontamos duas reflexões principais que se põem em jogo para pensarmos essa questão. A primeira delas é que para o protestante (fundamentalmente o puritano), uma vez que acredita que nada pode ser feito pela própria salvação, ou pela salvação de outrem⁴, a principal razão de sua existência é perceber os sinais de graça ou perdição de seu destino já posto. Ou seja, a dedicação religiosa do protestante puritano se pautava fundamentalmente na prova, neste mundo, para si mesmo e para seu meio social, de ele que estava entre os eleitos de Deus. Isso significa tal individualismo, cuja "consequência é uma sensação sem precedentes de solidão interior do indivíduo" (Weber, 2013: 134), que se torna difícil pensarmos de que maneira tais sujeitos poderiam se dedicar à evangelização missionária, isto é, a um ascetismo em qualquer medida semelhante ao missionarismo católico.

Isso nos leva à segunda reflexão: é sabida a existência de inúmeros trabalhos missionários, seja na América, África e Ásia de comunidades protestantes, mesmo de linhas puritanas, que se dedicam à evangelização e propagação de seu cristianismo desde o século XVI. Em face disso, qual seria o fundamento, ou mesmo motivação dessas ações missionárias? Max Weber, ao pensar nesta indagação, utilizou-se, para resposta, de exemplos das missões puritanas da *China Inland Mission*, cuja missão somente na China oitocentista utilizou-se de um verdadeiro exército de missionários. Segundo Weber (2013, nota 34: 188. *Grifos nossos*)

Com tremendas despesas, um exército de missionários estava equipado (por exemplo, somente na China eram mil), a fim de realizar uma pregação itinerante para oferecer o Evangelho, em sentido estritamente literal, a todos os pagãos, desde que Cristo assim havia ordenado e que a Sua segunda vinda dependia disso. Se esses pagãos deviam ser convertidos ao cristianismo e, portanto, conseguir a salvação, mesmo se eles podiam compreender a língua na qual os missionários pregavam, era uma questão de pequena importância, que podia ser deixada para Deus, que sozinho podia tomar conta de tais coisas. De acordo com Hudson Taylor, a China tinha cerca de cinquenta milhões de famílias; mil missionários podiam chegar a cinquenta famílias por dia (!), ou seja, o Evangelho podia ser apresentado a todos os chineses em menos de três anos. É precisamente da mesma forma que, por exemplo, o calvinismo levou a cabo a sua disciplina eclesiástica. *O fim não era a salvação daqueles submetidos a ela "o que era questão exclusiva de Deus (na prática, das próprias pessoas), e não podia de modo algum ser influenciado pelos meios de que dispunha a Igreja "era puramente aumentar a glória de Deus.*

Isso significa que, embora os protestantes em questão se dedicassem ao trabalho missionário, exercendo uma espécie de ascetismo intramundano de missão, esta era fundamentalmente diferente do ascetismo missionário católico do nosso objeto de pesquisa, uma vez que, enquanto para os puritanos a missão tinha como fim somente a glória de Deus, provando para si mesmo sua eleição à salvação (portanto, com finalidade individual), para os missionários católicos a missão consistia na tentativa de salvação do outro, ou seja, pautava-se na crença de que sua renúncia vocacional do mundo consistia na ação mundana de salvação daqueles que neste mesmo mundo habitavam, além, claro, da própria "glorificação de Deus"⁵.

GOMES FILHO, Robson. Missão, vocação e juros: reflexões sobre apropriações do ethos protestante por missionários católicos nas primeiras décadas do século XX. Revista Estudos Históricos. Vol 1, n. 55, 2015.

- 3 "Por um decreto de Deus, para a manifestação da Sua glória, alguns homens e anjos são predestinados à vida eterna, e outros preordenados à morte eterna" (Confissão de Westminster de 1647, cap. III, §III)
- 4 "O homem, por sua queda no estado de pecado, perdeu toda a capacidade própria para realizar qualquer bem espiritual que o leve à salvação. Dessa forma, um homem natural, estando distante daquele bem, e morto no pecado, não é apto, por sua própria for, a converter a si mesmo, ou para preparar a si mesmo para isso". (Confissão de Westminster de 1647, cap. XI, §III).
- 5 Entretanto, é importante ressaltarmos uma questão retomaremos em um momento mais adiante do presente ensaio: em ambos os casos uma ideia tornava-se central e o fundamento de todo o ascetismo missionário, seja católico ou protestante: a vocação

R EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

01| UFG

Leia o texto a seguir.

Somos prejudicados pelos nossos senhores, que se apoderaram de nossas florestas. Se o pobre precisa de lenha, tem que pagar o dobro por ela. Nós somos de opinião que deve ser restituída à comunidade toda e qualquer floresta que se encontre nas mãos de leigos ou religiosos que não a adquiriram legalmente. [...] Preocupam-nos os serviços que somos obrigados a prestar e que aumentam dia a dia. Exigimos que esse assunto seja examinado, a fim de que não sejamos sobrecarregados. [...] Não queremos que nosso senhorio aumente suas exigências, mas que se atenha ao acordo estabelecido entre ambas as partes.

MANIFESTO DOS CAMPONESES, datado de 1525. In: MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa; FARIA, Ricardo de Moura. História Moderna através de textos. São Paulo: Contexto, 1990. p. 128. (Adaptado).

O texto destacado consiste em trechos do manifesto elaborado pelo movimento camponês da Alemanha no século XVI durante a chamada Reforma Protestante. A partir do documento e de seu contexto histórico, explique:

- A As críticas e as reivindicações do movimento camponês expressas no manifesto.
- B A reação de Martinho Lutero e da nobreza alemã diante da revolta camponesa.

Resolução:

- A *O manifesto apresenta crítica à concentração fundiária, alegando que os nobres se apropriam de forma ilegal das terras das comunidades. Nesse sentido, os camponeses reivindicam a restituição de terras comuns. O manifesto é também uma crítica à exploração senhorial, alegando que as obrigações dos servos para com os senhores aumentam a cada dia, sobrecarregando aqueles de encargos. Assim, os camponeses reivindicam a revisão e a limitação das obrigações servis.*
- B *A nobreza e os príncipes alemães reagiram contrariamente às revoltas camponesas que ocorreram na Alemanha no século XVI, na medida em que elas questionavam a concentração de terras e a exploração senhorial. A alta nobreza financiou tropas militares para reprimir brutalmente tais revoltas, o que levou à prisão e à morte de milhares de pessoas, incluindo o seu principal líder, Thomas Münzer, que foi decapitado. Martinho Lutero, por sua vez, não obstante tenha atribuído à nobreza certa responsabilidade na eclosão dessas rebeliões, colocou-se também abertamente contra esse movimento popular, condenando publicamente seus líderes. Tal posição*

de Lutero decorreu de seu comprometimento com a nobreza visando ao fortalecimento e à expansão da Reforma Protestante na Alemanha.

- 02| UEG A especificidade da reforma religiosa inglesa, a chamada Reforma Anglicana, originou-se a partir do pedido do rei Henrique VIII ao papa Clemente VII para se divorciar de Catarina de Aragão e casar-se com Ana Bolena. Considerando esse acontecimento, analise:

- A o motivo da negação do papa Clemente VII ao pedido de divórcio do rei.
- B a solução encontrada por Henrique VIII para casar-se com Ana Bolena.

Resolução:

- A *Espera-se que o (a) candidato (a) possa, num texto claro e coerente, demonstrar que o principal motivo de o papa Clemente VII negar o pedido de divórcio a Henrique VIII foi o fato de não querer desagradar o poderoso rei da Espanha, Carlos V, sobrinho de Catarina de Aragão, um dos principais aliados do papado. Além disso, não se pode desconsiderar totalmente a especificidade da doutrina católica que só permitia o divórcio em casos bastante especiais, como, por exemplo, a não consumação do casamento.*
- B *Espera-se que o (a) candidato (a) possa, num texto claro e coerente, demonstrar que, diante da negação do pedido de divórcio pelo Papa, Henrique VIII, por meio do Ato de Supremacia, rompeu com a Igreja Católica, criando a Igreja Anglicana, subordinada ao Estado inglês. Com isso, ele pôde divorciar-se de Catarina de Aragão e casar-se com Ana Bolena.*

- 03| PUC Observe a reprodução da gravura Os reformadores: Wycliffe, Huss, Lutero, Zwinglio, Calvino, Melancton, Bucer e Beza (1886).



http://www.virtualmuseum.ca/Exhibitions/Annodomini/THEME_13/IT/theme-it-13-1-zoom.html

- A** A imagem sugere que a problemática central desses reformadores era o retorno à Bíblia, às Sagradas Escrituras, traduzidas e consideradas como o único fundamento da fé e da conduta para todos os seres humanos.

EXPLIQUE um motivo pelo qual a adoção desse princípio foi uma das causas das reformas religiosas no século XVI.

- B** Na imagem, Calvino e Lutero estão enfileirados em primeiro plano, ressaltando a importância de suas propostas para a criação de novas igrejas, reformadas, na Época Moderna.

APRESENTE duas diferenças entre o luteranismo e o calvinismo.

Resolução:

- A** *A gravura faz uma referência explícita à centralidade da Bíblia, considerada única fonte de autoridade religiosa e única regra em que o crente deve acreditar. A livre interpretação da Bíblia eliminava a necessidade e o valor da hierarquia eclesial; introduzia as línguas nacionais nos ofícios religiosos e*

estimulava a tradução da Bíblia de modo a torná-la diretamente acessível aos crentes. Assim, o acesso direto ao texto sagrado convertia-se em um forte instrumento de contestação da autoridade espiritual e temporal da Igreja Católica.

- B** *As principais diferenças entre calvinismo e luteranismo eram quanto à doutrina da salvação — o luteranismo defendia que apenas a fé em Deus salvaria, enquanto o calvinismo acrescentava de forma explícita a doutrina da predestinação — e quanto à difusão: o luteranismo se concentrou naqueles países onde recebeu o apoio direto das autoridades políticas (a nobreza germânica e a monarquia na Dinamarca, Suécia e Noruega), enquanto os calvinistas penetraram na Escócia (conhecidos como presbiterianos), na França (huguenotes), e na Inglaterra (puritanos), onde foram perseguidos e emigraram em grande número para a América. Além disso, o calvinismo se diferenciava do luteranismo pela sua valorização do trabalho e do enriquecimento material fruto do empenho honesto, vistos como sinais da salvação, o que lhe rendeu um explícito apoio da burguesia.*

F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

- 01 | FGV** Luteranismo, anglicanismo e calvinismo são expressões religiosas ligadas à chamada Reforma Protestante, iniciada na Europa a partir do século XVI.

- A** Aponte uma característica de cada uma dessas expressões religiosas.
- B** Por que luteranismo e calvinismo espalharam-se por diversas regiões da Europa e o anglicanismo concentrou-se sobretudo na Inglaterra?
- C** Quais relações podem ser estabelecidas entre o calvinismo e o desenvolvimento do capitalismo?

- 02 | UFBA** Criada em 1534 por iniciativa de Inácio de Loyola (1491-1556), a Companhia de Jesus foi um modelo de ordem religiosa nascida da Contrarreforma — ou da Reforma Católica, como quer a historiografia recente. A fundação da Societas Iesu ocorreu quase 20 anos depois de Martinho Lutero (1483-1556) afixar suas 95 teses na Catedral de Wittemberg, dividindo a cristandade romana. Os jesuítas se esforçaram ao máximo para defender uma Igreja acuada. E, assim, correram o mundo.

(VAINFAS, 2012, p. 15).

A partir da descrição sobre a Companhia de Jesus, contida no texto, explique o papel dos jesuítas no processo de consolidação da Contrarreforma e no estabelecimento do domínio ibérico no Novo Mundo.

- A** Na Contrarreforma:
- B** No Novo Mundo:

- 03 | UFJF** O texto e a gravura abaixo se referem ao contexto de um importante processo histórico ocorrido no século XVI em vários países europeus.



Gravura retratando a venda de indulgências — O Anticristo, de Lucas Cranach, 1521. Disponível em: <<http://www.en.wikipedia.org>>. Acesso em: 14 jun. 2010.

Deus chama cada um para uma vocação particular cujo objetivo é a glorificação dele mesmo. O comerciante que busca o lucro, pelas qualidades que o sucesso econômico exige: o trabalho, a sobriedade, a ordem, responde também ao chamado de Deus, santificando de seu lado o mundo pelo esforço, e sua ação é santa.

(CALVINO, João apud MOUSNIER, Roland). MOUSNIER, Roland. Os séculos XVI e XVII: os processos da civilização europeia. In: CROUZET, Maurice. História geral das civilizações. 4. ed. São Paulo: Difel, 1973, p. 90. v. 1, tomo IV.

Com base nas referências acima e em seus conhecimentos, responda ao que se pede.

- Qual movimento pode ser identificado pelas referências acima?
- Identifique e analise dois desdobramentos desse movimento para a Europa moderna:
 - quanto aos aspectos econômicos:
 - quanto às questões religiosas:

04| UNICAMP A base da teologia de Martinho Lutero reside na ideia da completa indignidade do homem, cujas vontades estão sempre escravizadas ao pecado. A vontade de Deus permanece sempre eterna e insondável e o ho-

mem jamais pode esperar salvar-se por seus próprios esforços. Para Lutero, alguns homens estão predestinados à salvação e outros à condenação eterna. O essencial de sua doutrina é que a salvação se dá pela fé na justiça, graça e misericórdia divinas.

(Adaptado de Quentin Skinner, *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 288-290.)

- Segundo o texto, quais eram as idéias de Lutero sobre a salvação?
- Quais foram as reações da Igreja Católica à Reforma Protestante?

05| FUVEST Antes de o luteranismo e calvinismo surgirem, no século XVI, e romperem com a unidade do cristianismo no ocidente, houve, na Baixa Idade Média, movimentos heréticos importantes, como o dos cátaros e dos hussitas, que a Igreja Católica conseguiu reprimir e controlar.

Explique:

- Como a Igreja Católica conseguiu dominar as heresias medievais?
- Por que o luteranismo e o calvinismo tiveram êxito?

T ENEM E VESTIBULARES

01| ANHEMBI MORUMBI

O céu está à venda

Uma igreja romana, se a pessoa simplesmente entrasse nela, tirava-lhe quarenta e oito mil anos de sua sentença no purgatório. A cidade alemã de Wittenberg possuía dezessete mil relíquias, inclusive uma palha da manjedoura de Jesus, uma gota do leite de Maria e duzentos e quatro fragmentos das crianças trucidadas por Herodes. A Catedral de Exeter, na Inglaterra, possuía a vela que iluminou o túmulo de Cristo e um raminho da Sarça Ardente da qual Deus falara a Moisés. Um mosteiro, Durham, guardava zelosamente a camisa da Virgem e mostrava-a aos peregrinos após a recepção de um pequeno donativo.

(Nelson Piletti e Claudino Piletti. História moderna e contemporânea, 1994.)

A situação descrita no texto, relativa à Igreja Católica, foi um entre os fatores que provocaram:

- A criação do Tribunal do Santo Ofício, ou Inquisição, cuja função era punir aqueles que agiam contrariamente à doutrina.
- A Contra-Reforma, iniciativa da Igreja Católica visando retomar os valores e práticas da doutrina cristã original.
- A Reforma Protestante, que criticava a importância dada pela Igreja Católica à riqueza material e ao poder político.

- O movimento monástico, por meio do qual aqueles que pretendiam dedicar-se ao serviço de Deus isolavam-se do mundo.
- O surgimento das heresias, movimentos que defendiam uma postura de desrespeito dos sacerdotes às sagradas escrituras.

02| UFPE A Reforma Protestante, como é conhecido o movimento desencadeado no seio da Cristandade Ocidental, em princípios do século XVI:

- Revela algumas das contradições vivenciadas pelo catolicismo a partir da sua institucionalização e de seu empoderamento político-financeiro.
- Teve, entre as suas motivações mais imediatas, a autorização do papa Leão X, em 1517, para a venda de Indulgências.
- Na Alemanha, foi liderada pelo monge Martinho Lutero, que desafiou o poder da Igreja, questionando, entre outros pontos da doutrina católica, a infalibilidade papal.
- Se insurgiu contra a Igreja Católica, adepta, desde a Idade Média, da tese do geocentrismo, posicionando-se a favor da teoria heliocêntrica de Copérnico.
- Encontrou, nas propostas de Lutero e de Calvino, uma divergência quanto à existência de um purgatório pós-morte para o cristão.

03| UEG



RODRIGUE, Joelza Ester. História em documento: imagem e texto. 6º ano. São Paulo: FTD, 2001. p. 169.

A gravura apresentada foi produzida no contexto da Reforma Protestante, ocorrida na Alemanha no século XVI.

Ela critica qual prática católica?

- A A de que a crença na infalibilidade do papa foi transformada em dogma.
- B A de que as indulgências eram um meio de livrar as almas do Purgatório.
- C A de que a prática da usura era um pecado que impedia a salvação do fiel.
- D A de que a tradição da Igreja possuía um peso religioso maior do que as Escrituras.

04| FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE BARRETOS

Na primeira metade do século XVI, os questionamentos sobre a atuação da Igreja Católica deram origem, na Europa, aos movimentos conhecidos pelo nome de Reforma Protestante. Em reação, o catolicismo desencadeou a Contrarreforma. Entre os princípios dos reformistas protestantes e dos contrarreformistas, podemos destacar, respectivamente:

- A São fundados seminários de teologia, para aprimorar a formação do clero; a Bíblia deve ser interpretada livremente pelos fiéis.
- B É revogado o celibato clerical; é confirmado o dogma da transubstanciação, o reconhecimento da transformação do pão e do vinho em corpo e sangue de Cristo.
- C O Tribunal do Santo Ofício é reorganizado com o fim de julgar e punir as heresias; são mantidos apenas os sacramentos do batismo e da eucaristia.

- D A salvação é consequência das obras, entendidas como as boas ações orientadas pelas autoridades eclesiásticas; são mantidos a hierarquia e o celibato do clero.
- E O papa só pode perdoar as penas que ele tenha imposto por sua vontade; a fé constitui a única e verdadeira fonte de salvação.

05| UDESC Em 1545, o papa convocou uma reunião entre os membros mais importantes da Igreja Católica a fim de debater sobre questões doutrinárias e disciplinares. O Concílio de Trento, como ficou conhecida esta reunião, durou 18 anos e foi motivado pelos questionamentos à Igreja Católica os quais se tornaram cada vez mais frequentes no início do século XVI, e que levaram à Reforma Protestante.

Analise as proposições em relação ao contexto.

- I. A Reforma Protestante difundiu-se em várias regiões da Europa, entre as quais as regiões que atualmente compõem a Alemanha, Suíça, Inglaterra e Holanda.
- II. Martinho Lutero foi um crítico da Igreja Católica. Após a publicação das suas críticas, conhecidas como 95 teses, que foram afixadas na porta da Igreja de Wittenberg, ele foi excomungado pelo Papa Leão X.
- III. Entre as novas doutrinas que surgiram com a Reforma Protestante estão o Luteranismo, o Calvinismo e o Anglicanismo.
- IV. A Reforma Protestante ocorreu juntamente com outras mudanças, como o aumento do poder dos reis e o fortalecimento dos Estados Nacionais.

Assinale a alternativa correta:

- A Somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- B Somente as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
- C Somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- D Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
- E Todas as afirmativas são verdadeiras.

06| UFTM Podemos afirmar que um dos instrumentos da Contrarreforma, no século XVI, foi:

- A O estímulo à venda de indulgências.
- B A tradução livre da Bíblia para as línguas nacionais.
- C A supressão do Tribunal do Santo Ofício.
- D A extinção da Companhia de Jesus e de outras ordens religiosas.
- E A criação de uma lista de livros proibidos.

07| UEPG Ao pregar as 95 teses que criticavam aspectos da doutrina católica na porta da igreja de Wittenberg (Alemanha), em 1521, Martinho Lutero deu início à chamada Reforma Protestante. A reação da Igreja Católica não tardou e, assim, teve início à chamada Reforma Católica (ou Contrarreforma). A respeito da Reforma Católica, assinale o que for correto.

- 01. As ações da Reforma Católica foram traçadas a partir do Concílio de Trento, sendo a catequização de terras descobertas, a retomada da Inquisição e a criação de um índice de livros proibidos, as principais medidas adotadas no Concílio.
- 02. Juntamente com a Reforma Católica, emergiu na Europa um forte sentimento de intolerância religiosa, que resultou conflitos entre católicos e protestantes, sendo a Noite de São Bartolomeu um dos episódios exemplares desse cenário.
- 04. A Companhia de Jesus foi uma ordem criada com o objetivo de levar o catolicismo para regiões coloniais, como o caso da América portuguesa e espanhola.
- 08. A venda de indulgências (perdão parcial ou total de pecados fora dos sacramentos) foi fartamente estimulada e praticada pelo clero no contexto da Reforma Católica. O objetivo era atrair novos fiéis com a promessa do perdão divino.
- 16. A reafirmação da autoridade do Papa, que a partir de então passou a ter a palavra final sobre os dogmas da Igreja Católica, foi outra decisão tomada pela Reforma Católica e visava unificar todos os fiéis sob a autoridade do Pontífice, fortalecendo a identidade e a fé católicas.

08| UEPG Movimentos antagônicos e, ao mesmo tempo, complementares, a Reforma Protestante e a Contrarreforma Católica marcaram profundamente a história ocidental no século XVI. A respeito desse tema, assinale o que for correto.

- 01. O descompasso filosófico e ideológico entre a Igreja Católica e as mudanças generalizadas ocorridas na Europa do século XVI, ajudam a entender a deflagração do movimento da Reforma Protestante.
- 02. Entre as motivações religiosas que contribuíram para o processo de ruptura e ocorrência da Reforma Protestante está a venda de indulgências.
- 04. A defesa do princípio do preço justo e a condenação ao lucro excessivo estão entre os princípios que integraram as teses defendidas pelos promotores da Reforma Protestante.
- 08. Uma das principais teses defendidas pela Contrarreforma era a liberdade de interpretação bíblica. A capacidade de refletir e criticar por parte dos fiéis tornou-se uma questão de princípio para os reformistas católicos.

16. A chamada nova ética protestante, decorrente da Reforma, se assentava na crítica aos avanços da burguesia e do capitalismo, vistos pelos protestantes como elementos nocivos ao desenvolvimento humano.

09| UEA O cristianismo da Idade Média Ocidental foi, em muitos aspectos, herdeiro das instituições e da cultura do Império Romano. Entretanto, as reformas religiosas do século XVI que deram origem ao protestantismo:

- A** Consideraram que atos e obras virtuosas garantiam seguramente a salvação.
- B** Empregaram as pinturas e as esculturas na cristianização dos índios americanos.
- C** Romperam com a unidade cristã da Europa ocidental e aboliram o culto aos santos.
- D** proibiram a tradução da Bíblia do latim para as línguas nacionais.
- E** Sustentaram o dogma da infalibilidade do Papa em assuntos de fé.

10| FMJ Sobre a reação da Igreja Católica frente aos diferentes movimentos protestantes que, no século XVI, se difundiam no território europeu, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Igreja Católica reafirmou que a salvação eterna não seria alcançada apenas pela oração e boas obras, mas, que dependia, essencialmente, da predestinação e da fé individual em Deus.
- II. Além de restaurar o Tribunal do Santo Ofício, a Igreja Católica elaborou o Index Librorum Prohibitorum para impedir a divulgação de crenças e interpretações consideradas heréticas.
- III. A Igreja Católica manteve inalterados seus dogmas e princípios como o da infalibilidade papal, os sete pecados capitais, a importância dos sete sacramentos e o celibato clerical.
- IV. Ao excomungar Martinho Lutero, a Igreja reverteu sua desfavorável situação, restaurou a unidade Católica na Europa e expandiu-se para a América, África e Ásia.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- A** I e II.
- B** II e III.
- C** III e IV.
- D** I, II e IV.
- E** I, III e IV.

11| UEPG A reforma protestante foi iniciada por Martinho Lutero, monge agostiniano alemão, cujo pensamento sofreu influência de São Paulo, Santo Agostinho e do humanista Erasmo de Roterdã. A respeito da reforma protestante, assinale o que for correto.

- 01. A venda de indulgências por parte do vaticano pode ser considerada como uma das causas que levaram Lutero a escrever e a divulgar suas "95 Teses", criticando a igreja católica e condenando tal procedimento.
- 02. A disseminação das ideias de Lutero fez com que outros líderes religiosos também intensificassem a crítica ao catolicismo, e propusessem a criação de novas religiões. O francês João Calvino aderiu às crí-

ticas de Lutero, e dinamizou o movimento reformista com a criação do calvinismo.

- 04. Na Inglaterra coube ao rei Henrique VIII liderar o movimento de separação da igreja católica e da criação da igreja anglicana.
- 08. É possível afirmar que a reforma protestante contribuiu para o fortalecimento dos nacionalismos europeus contra o internacionalismo político do papado.
- 16. A perseguição a reformadores e a criação de ordens religiosas com objetivo de catequizar e expandir o catolicismo pelo mundo foram algumas das atitudes tomadas pelo papado para tentar conter o avanço protestante.

MERCANTILISMO: A POLÍTICA ECONÔMICA DO ESTADO MODERNO

Com a formação do Estado Nacional Moderno, diversas transformações ocorreram naquela antiga sociedade feudal e um dos pontos base que desencadeou esse processo foi a economia.

O que marcou o campo econômico neste contexto foi o Mercantilismo, política econômica que resultou na implantação do sistema de exploração colonial em toda América Latina, assunto que abordaremos no tópico relacionado a Expansão Marítima.

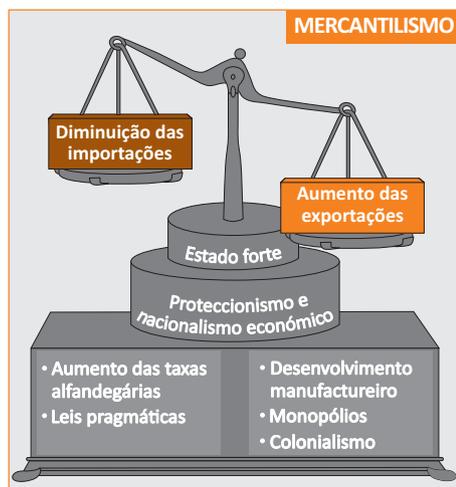
O termo mercantilismo é dado ao conjunto de doutrinas e práticas econômicas desenvolvidas pelas monarquias nacionais que vigoraram na Europa do século XV a meados do XVIII. Tinham como objetivo fortalecer o Estado e a burguesia na fase de transição do feudalismo para o capitalismo, através da acumulação primitiva de capital.

CARACTERÍSTICAS DO MERCANTILISMO

Diversas são as características que marcaram essa política econômica e, na tentativa de ressaltar as que consideramos de mais relevância, faremos a seguir uma breve exposição acerca de cada uma delas.



O credor e sua esposa, de Quentin Metsys. 1514. Museu do Louvre de Paris. Internet: reprodução.



- **Metalismo:** toda a riqueza e poder de um Estado seria medida pela quantidade de metais preciosos que ele possuía em seus cofres. Portanto, juntar metais preciosos era um dos objetivos fundamentais dos Estados Nacionais.
- **Balança comercial favorável:** refere-se ao comércio internacional, quando um Estado, para ter uma balança favorável do seu comércio, tem que exportar mais do que importar. O princípio é vender cada vez mais e comprar cada vez menos o que garantia, por outro lado, o crescente acúmulo de metais preciosos.
- **Protecionismo:** um Estado para proteger sua economia e conseqüentemente ter sua balança comercial favorável, também deveria incentivar a produção de artigos manufaturados, evitar a saída de matéria-prima de suas fronteiras e dificultar a importação de produtos concorrentes. É uma forma de incentivar a produção, e ao mesmo tempo proteger os produtos nacionais da concorrência externa.

- **Intervencionismo estatal:** trata-se da intervenção do Estado na economia, a exemplo da fixação de tarifas alfandegárias mais pesadas aos produtos importados, além de estabelecer o controle sobre os preços e produção de mercadorias.
- **Expansão colonial:** o processo de colonização foi uma maneira dos Estados Nacionais atingirem os objetivos dessa nova política econômica, estando marcado pelo pacto colonial que se resume em uma estreita relação entre a metrópole e a colônia, sendo que a primeira possuía o monopólio comercial da segunda, controlando a extração de sua matéria-prima, seu mercado consumidor, a entrada e saída de mercadorias do território e o preço das mesmas.

AS VERTENTES DO MERCANTILISMO

Na medida em que diversos países foram adotando o Mercantilismo como sua política econômica, este foi tomando formas e características particulares em cada região, fazendo com que se formassem diversas vertentes, conforme veremos a seguir.

- **Bulionismo ou Metalismo:** esta forma se desenvolveu primeiramente no Estado Moderno Espanhol. Pioneiro na expansão marítima e comercial, destacou-se nesta modalidade o grande acúmulo de metais preciosos, ouro e prata, nos cofres espanhóis. Não se preocuparam em desenvolver a produtividade interna de mercadorias, já que a grande quantidade de metais preciosos lhes permitiram, por certo tempo, importar de países vizinhos os produtos que necessitavam.
- **Colbertismo:** A França, ao contrário da Espanha, optou pelo investimento na produção industrial manufatureira a partir da matéria-prima obtida em suas colônias, na América. O termo Colbertismo deve-se ao fato de, o então ministro das finanças de Luís XIV, Colbert, ter sido o pioneiro nesta forma econômica do Mercantilismo.
- **Fortalecimento do comércio:** os ingleses, com sua prestigiosa frota marítima, considerada umas das mais poderosas do período moderno, passaram a monopolizar o comércio internacional pelos mares garantindo, desta forma, lucros exorbitantes. Com a lucratividade comercial puderam investir na industrialização, na conquista de mercados consumidores na Europa, o que contribuiu decisivamente para o pioneirismo inglês durante a Revolução Industrial.



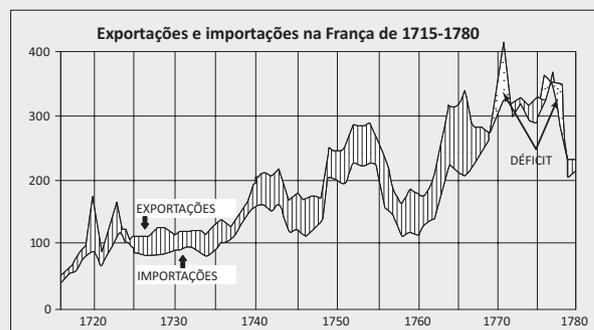
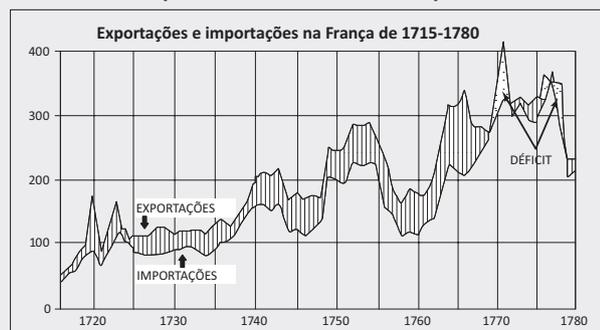
Gravura de Jean-Baptiste Colbert

Fonte: http://sk.wikipedia.org/wiki/Jean-Baptiste_Colbert

R EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

01| FUVEST

BALANÇAS COMERCIAIS DA FRANÇA E INGLATERRA NO SÉCULO XVIII (EM MILHÕES DE LIBRAS)



Fernand Braudel, *Civilização material, economia e Capitalismo*, Vol. II, Lisboa, Teorema, 1992, p. 175. Adaptado.

Considerando os dois gráficos acima:

- A Defina e explique o significado geral de uma balança comercial "favorável" ou "desfavorável" para um determinado país:
- B Compare os papéis político-econômicos da França e da Inglaterra na competição internacional do século XVIII, bem como a importância desses países para as regiões coloniais americanas da época.

Resolução:

- A *O termo "balança comercial" refere-se à diferença entre as exportações e as importações realizadas por um país. Exportações maiores que as importações indicam uma balança comercial favorável – o que significava a entrada de divisas e a possibilidade de um maior acúmulo de capital e, conseqüentemente, maior fortalecimento dos estados nacionais. Dentro dessa lógica, obter uma balança comercial desfavorável (importações maiores que as exportações) configurava uma situação indesejável.*
- B *Ao longo do século XVIII, a preocupação com a obtenção de uma balança comercial favorável dominavam as políticas econômicas europeias, no rastro de três séculos de mercantilismo. Se, por um lado, o comércio internacional francês apresentava oscilações, o inglês, por outro, tendia a ser constantemente alimentado por um setor manufatureiro em franca expansão. Como principais potências político-econômicas europeias, França e Inglaterra mantinham intenso comércio com a América, e sentiram os efeitos da crise do antigo sistema colonial no final do século.*

02 | UNIFESP

Chegamos à terra dos Ciclopes, homens soberbos e sem leis (...) Não têm assembleias que julguem ou deliberem, nem leis; vivem em grutas, no cimo das altas montanhas: e uma dita a lei a seus filhos e mulheres, sem se preocupar uns com os outros.

(Homero. *Odisseia*, Século VIII a.C.)

Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse, e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles não têm nem entendem nenhuma crença, segundo parece. E, portanto, se os degradedos que aqui hão de ficar, aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, fazerem-se cristãos e crerem na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade e imprimir-se-á [facilmente] neles qualquer cunho que lhes quiserem dar.

(Pero Vaz de Caminha. *Carta a el-rei dom Manuel sobre o achamento do Brasil*, 1.º de maio de 1500.)

Os textos apresentados expressam valores próprios às sociedades em que foram produzidos: a Grécia da antiguidade e a ibérica do século XV.

- A Que diferença de valores pode ser constatada entre essas sociedades, a partir dos textos?
- B Além do objetivo expresso pela Carta de Caminha, a colonização portuguesa do Brasil teve uma clara finalidade econômica. Qual finalidade era essa?

Resolução:

- A *Ambos os textos mostram enunciadores que observam "o outro" do ponto de vista de sua cultura. Homero enfatiza valores políticos presentes na sociedade grega ao expressar a ausência de leis ou assembleias destinadas a tal função na terra dos Ciclopes; Caminha descreve os índios pela ótica dos valores religiosos, uma característica comum da cultura ibérica do século XV.*
- B *A finalidade imediata era garantir a posse do território, devido às pretensões de outros países europeus em relação a ele. Era, porém, necessário fazer essa ocupação de forma economicamente viável, o que implicava a montagem de um sistema produtor. Resumindo: ocupar a terra para não perdê-la, mas de modo produtivo, ou seja, colonizá-la destinando os produtos coloniais ao comércio metropolitano.*

03 | UEG O mercantilismo foi o conjunto de práticas econômicas dos estados absolutistas europeus, durante a idade moderna. Considerando esta afirmação, responda:

- A Como ficaram conhecidas as práticas mercantilistas na Inglaterra e na Espanha?
- B Qual era o papel das colônias dentro do Mercantilismo?

Resolução:

- A *As práticas mercantilistas na Inglaterra ficaram conhecidas como comercialismo. Na Espanha, receberam a denominação de Metalismo ou Bulionismo.*
- B *No Mercantilismo, as colônias desempenhavam o seguinte papel:*
 - *fornecer matéria-prima às metrópoles;*
 - *comprar produtos manufaturados exclusivamente da metrópole;*
 - *ser palco de investimento ou conquista das Companhias de Comércio.*

F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01| UFG

Analise a imagem a seguir.



Trocas comerciais entre metrópoles e colônias. Disponível em: <<http://historiaonlineceen.blogspot.com.br/2012/10/pacto-colonial.html>>. Acesso em: 8 nov. 2013. (Adaptado).

Por mercantilismo designa-se o conjunto de ideias e práticas econômicas desenvolvidas pelos Estados Nacionais Modernos entre os séculos XV e XVIII, que marcou a relação entre as metrópoles e suas colônias. Diante do exposto, explique como a imagem apresentada remete

- A a um princípio do mercantilismo;
- B à relação entre as metrópoles e as colônias.

02| UFSC



“A expansão marítima teve ligações com os questionamentos e as inovações que acompanharam o Renascimento e, politicamente, com a formação do Estado moderno na Europa. Assim, é impossível analisá-la sem mencionar as mudanças econômicas, a intensificação das atividades comerciais, o fascínio pelas especiarias, a luta da burguesia para consolidar sua riqueza.”

REZENDE, Antonio Paulo; DIDIER, Maria Thereza. Rumos da História: História Geral e do Brasil. São Paulo: Atual, 2001. p. 158. Gravura do sec. XVI, de Theodore de Bry. p. 157-158.

Sobre a expansão marítima e comercial europeia:

- A Explique (em no máximo 4 linhas) duas razões para o pioneirismo do reino português.
- B Considerando que o mercantilismo é um conjunto de práticas econômicas relacionadas ao processo de expansão marítima, explique (em no máximo 6 linhas) duas de suas características citadas abaixo:
 - Metalismo
 - Protecionismo
 - Balança Comercial Favorável
 - Colonialismo

03| UFMG

Leia este trecho:

Este fluxo de prata é despejado em um país protecionista, barricado de alfândegas. Nada sai ou entra em Espanha sem o consentimento de um governo desconfiado, tenaz em vigiar as entradas e as saídas de metais preciosos. Em princípio, a enorme fortuna americana vem, portanto, terminar num vaso fechado. Mas o fecho não é perfeito [...] Ou dir-se-ia tão comumente que os Reinos de Espanha são as “Índias dos outros Reinos Estrangeiros”.

BRAUDEL, Fernand. O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico à época de Felipe II. Lisboa: Martins Fontes, 1983-1984, v.1, p. 523-527.

1. IDENTIFIQUE a prática econômica a que se faz referência nesse texto.
2. CITE o principal objetivo dessa prática.
3. Mas o fecho não é perfeito [...] Ou dir-se-ia tão comumente que os Reinos de Espanha são as “Índias dos outros Reinos Estrangeiros”.

EXPLIQUE o sentido histórico dessa frase.

04| UNIFESP Mercantilismo é o nome normalmente dado à política econômica de alguns Estados Modernos europeus, desenvolvida entre os séculos XV e XVIII. Indique

- A duas características do Mercantilismo.
- B a relação entre o Mercantilismo e a colonização da América.

05| EFEI Dentro da política mercantilista, o sistema colonial representava uma peça fundamental para o enriquecimento das Metrôpoles. A partir daí tivemos a exploração colonial que marcou a colonização da América e algumas regiões da Ásia e da África. Entretanto, essa colonização não foi igual para todas as regiões conquistadas. Formaram-se as colônias de exploração e as colônias de povoamento.

Quais as diferenças básicas entre esses dois tipos de colônias?

T ENEM E VESTIBULARES

01| UNICASTELO *A colonização da América foi uma extensão da expansão marítima e comercial europeia. Houve uma associação do capital privado com os Estados Nacionais Modernos, com o objetivo de tornar os diversos empreendimentos rentáveis, tudo em meio a uma dura competição entre as potências colonialistas pela busca de poder e de hegemonia.*

(Renato Mocellin e Rosiane de Camargo. *História em debate*, 2010.)

Esse excerto ajuda a compreender:

- A** A relação entre os Estados absolutistas e o sistema mercantilista de colonização da América, no qual o monopólio de comércio favorecia a acumulação de capitais nas metrópoles.
- B** A implantação do sistema de porto único e exclusivo metropolitano na América colonial, em decorrência dos princípios liberais defendidos pelas elites nobres e burguesas da Europa.
- C** Os efeitos nocivos da colonização para as populações nativas da América, escravizadas e transferidas para áreas de produção na Europa, como símbolo de hegemonia do cristianismo.
- D** Os vínculos econômicos entre o Estado Moderno e a burguesia industrial, responsáveis pelo acirramento das rivalidades políticas e territoriais entre as potências imperialistas europeias.
- E** O objetivo primordial das navegações, a expansão do livre comércio, que contribuiu para fortalecer as monarquias europeias e estabelecer feitorias na África e América colonial.

02| FAC. CULTURA INGLESA

O Mercantilismo não era um sistema em nosso sentido da palavra, mas antes um número de teorias econômicas aplicadas num esforço para conseguir riqueza e poder.

(Leo Huberman. *História da riqueza do homem*, 1983. Adaptado.)

Na prática econômica conhecida como Mercantilismo, a atuação do Estado:

- A** É inexistente, uma vez que essa prática econômica é baseada na não intervenção do governo na economia.
- B** É relativa, pois somente as colônias do continente americano são responsabilidade direta do Estado nessa prática.
- C** É baseada na regulamentação dos preços dos produtos nacionais, porém sem agir sobre a política alfandegária.
- D** É efetiva, uma vez que essa prática é baseada no controle direto do governo sobre a economia.
- E** É atuante no sentido de garantir meios e estrutura para sua prática, mas sem participar diretamente do processo.

03| UEM Leia o fragmento abaixo e assinale a (s) alternativa (s) correta(s) sobre os Tempos Modernos.

"Os chamados Tempos Modernos que, para os países do Mediterrâneo Ocidental e da orla atlântica do continente europeu, nasceram da crise do sistema feudal e da gestação do capitalismo conheceram o primeiro momento de expansão transoceânica da história ocidental. Com o descobrimento dos caminhos marítimos, para o controle do comércio oriental, e a colonização da América, formaram-se os impérios mercantilistas dos séculos XVI, XVII e XVIII."

(LINHARES, M. Y. Em face do Imperialismo e do Colonialismo. In: SILVA, F. C. T.; CABRAL, R.; MUNHOZ, S. (org.). *Impérios na História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009, p. 235)

- 01. Com o objetivo de preservar a economia mercantilista, os monarcas ingleses do século XVII incentivaram o desenvolvimento de fábricas que utilizavam a energia a vapor como força motriz.
- 02. O fortalecimento dos Estados Nacionais vincula-se às determinações e às práticas mercantilistas estabelecidas pelos Reis.
- 04. Ao longo do período de predomínio das ideias e das práticas mercantilistas, ocorreu, na Inglaterra, um crescimento da produção e do comércio de produtos têxteis.
- 08. Com a exportação de produtos manufaturados para a Europa, houve uma maior distribuição de renda nas colônias.
- 16. As ideias dos iluministas da Revolução Francesa serviram de base para fundamentar os Estados Absolutistas e a prática da economia mercantilista.

04| UEFS [...] o Estado absolutista precisava dispor de um grande volume de recursos financeiros, necessários à manutenção de um exército permanente e de uma marinha poderosa, ao pagamento dos funcionários reais e à manutenção do aparelho administrativo, e ainda, ao custeio dos gastos suntuosos da corte e das despesas das guerras no exterior.

(MELLO; COSTA, 1993, p. 63).

A conquista dos objetivos descritos no texto levou o Estado absolutista a adotar como prática econômica o Mercantilismo, que, na versão espanhola, denominava-se

- A** Protecionismo Alfandegário, baseado no controle dos impostos de exportação e no seu papel na reserva do mercado para os produtos nacionais.
- B** Intervencionismo Estatal, sobre a produção de mercadorias e a proteção do mercado nacional contra a concorrência externa.

- C** Metalismo, fundamentado na crença de que a riqueza do país dependeria de sua capacidade de acumular metais preciosos em seu território.
- D** Revolução Comercial, que alterou as rotas tradicionais que ligavam o comércio europeu ao Extremo Oriente, pelo caminho do Atlântico Norte.
- E** Balança Comercial Favorável, que garantia a distribuição equitativa das riquezas nacionais entre a área metropolitana e as áreas coloniais.

05| FATEC O Mercantilismo pode ser definido como um conjunto de práticas e doutrinas econômicas adotadas pelo Estado absolutista, na Idade Moderna, com o objetivo de obter e acumular riqueza. Partindo do princípio de que a riqueza de uma nação era determinada pela quantidade de metais preciosos mantidos dentro de seu território, os estados absolutos desse período

- A** Proibiam as atividades manufatureiras e desviavam os capitais assim liberados para o desenvolvimento de frotas comerciais.
- B** Criavam cooperativas multinacionais para dividir os custos de empreendimentos, como a colonização de áreas periféricas.
- C** Eliminavam a livre iniciativa, submetendo as atividades econômicas rurais e urbanas ao monopólio estatal.
- D** Estabeleciam a lei da oferta e da procura para garantir a livre concorrência e eliminar os entraves ao desenvolvimento comercial.
- E** Utilizavam políticas intervencionistas para regular o funcionamento da economia e obter uma balança comercial favorável.

06| UFGD Assinale a alternativa correta acerca das relações entre nativos e europeus no que diz respeito à exploração do Novo Mundo:

- A** A consolidação de novas relações de dominação não se deu por meio do aproveitamento de formas de trabalho compulsórios já existentes no Novo Mundo.
- B** Portugueses e espanhóis construíram acerca da América visões que destacavam a fertilidade e riqueza da terra e a inocência dos povos nativos.
- C** Conflitos e epidemias ocorreram. No entanto, não explicam a redução demográfica das populações indígenas.
- D** A catequização das populações indígenas, baseada na ideia da tolerância religiosa, facilitou a solidificação dos valores europeus, o que explica o caráter benigno dessa exploração.

- E** A construção de acordos bélicos entre nativos e europeus, possibilitados pelas rivalidades internas, contribuiu para a conquista do Novo Mundo, excluindo-se o Brasil, onde não existiam rivalidades entre populações indígenas.

07| UEFS

- I. Dentre essas Revoluções Atlânticas, denominação adotada por vários historiadores, destaca-se a *Revolução Industrial*, que, promovida pela burguesia triunfante, representou o *momento decisivo da vitória do capitalismo* como forma de produção econômica predominante e única em várias sociedades da Europa Ocidental. Isso é o mesmo que dizer que, a partir desse momento, a sobrevivência da maioria das pessoas teria por base um trabalho assalariado.

AQUINO, R.S.L. de et al. História das sociedades. 28. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993.

- II. A própria integração da economia global acentuou-se a partir dos anos 1990, por intermédio da revolução tecnológica, especialmente no setor de telecomunicações. A internet, rede mundial de computadores, revelou-se a mais inovadora tecnologia de comunicação e informação do planeta. A troca de informações (dados, voz e imagens) tornou-se quase instantânea, o que acelerou muito o fechamento de negócios. [...] Com a expansão do comércio e as facilidades da rede mundial de computadores, ocorreu a intensificação do fluxo de capitais entre os países. A busca de maior lucratividade levou as empresas a investir cada vez mais no mercado financeiro, que se tornou o epicentro da economia globalizada.

A HEGEMONIA do novo liberalismo. Atualidades e Vestibular + ENEM. São Paulo: Abril, ed. 6, 2008.

A vitória do capitalismo, afirmada no texto I, foi precedida, na Europa, por fatores que a favoreceram, destacando-se, dentre eles,

- A** as guerras de religião, quando a Igreja Católica impôs sua ideologia econômica do justo preço a todos os países comerciais.
- B** a revolução de Avís em Portugal, responsável pelo fortalecimento da classe feudal no governo do país.
- C** a acumulação primitiva do capital, gerado, em grande parte, pela exploração colonial, pela mineração e pelo tráfico de escravos.
- D** o Renascimento artístico, responsável pelo embelezamento das cidades e pelo aprimoramento educacional das massas populares.
- E** as invasões holandesas na América luso-espanhola e a desagregação do mercado monopolista do açúcar.

08| FATEC A respeito do mercantilismo é correto afirmar:

- A Foi uma doutrina desenvolvida exclusivamente na Península Ibérica e sustentava que o desenvolvimento econômico era obtido graças ao comércio e à produção de gêneros agrícolas.
- B Tratou-se de um conjunto de ideias sociais que confrontava os privilégios da nobreza e do clero em defesa dos interesses dos setores mercantis e manufatureiros.
- C Tratou-se de um conjunto de práticas e ideias religiosas desenvolvido nas regiões europeias de penetração protestante e associada, sobretudo, ao calvinismo e ao luteranismo.
- D Foi um conjunto de práticas e ideias econômicas que visava o enriquecimento dos Estados europeus por meio, principalmente, do metalismo, da exploração colonial, de práticas protecionistas e de uma balança comercial favorável.
- E Foi uma doutrina econômica desenvolvida na Inglaterra e que defendia o livre comércio, o fim das barreiras alfandegárias, o desenvolvimento industrial e a abolição das relações escravistas de produção.

09| UNINOVE

Analise as notícias.

Em 13 de dezembro de 1596, o Rei da Espanha ordenou severamente que nenhum ouro ou prata seja exportado do reino com objetivos de comércio.

Em 29 de janeiro de 1600, um alto funcionário papal mandou avaliar novamente todas as moedas de prata, locais e estrangeiras, decretando que no futuro ninguém poderá levar para fora daqui mais de cinco coroas.

(Notícias enviadas aos banqueiros Fuggers por seus agentes. In: Agnaldo Kupper e Paulo A. Chenso. *História Crítica do Brasil*. Adaptado)

Considerando o contexto histórico em que as notícias se inserem, as medidas dos mandatários apoiavam-se em um dos objetivos fundamentais do mercantilismo:

- A O entesouramento de moedas, derivado da tese de que a riqueza de um Estado era mensurada pela quantidade de metais preciosos que ele possuía dentro de suas fronteiras.
- B A balança comercial favorável, derivada da tese de que o Estado deveria incentivar as exportações e importações de metais preciosos para promover o enriquecimento do país.
- C O colbertismo, que consistia no desenvolvimento da indústria manufatureira por meio da utilização de matérias-primas e da exploração de metais preciosos nos domínios coloniais.
- D O protecionismo, derivado da idéia de que o Estado deveria incentivar a produção de artigos que pudessem concorrer vantajosamente no exterior e dificultar as importações.
- E O intervencionismo estatal, que consistia no controle do Estado sobre preços e quantidade de mercadorias produzidas pelas empresas manufatureiras para o comércio externo.

10| PUC O mercantilismo europeu, com suas origens na formação do Estado moderno, fundamenta-se em dois princípios: _____ e _____.

- A Colbertismo absolutismo
- B Bulionismo intervenção do Estado
- C Metalismo industrialismo
- D Metalismo balança comercial favorável
- E protecionismo liberdade dos mercados

A EXPANSÃO EUROPEIA PELOS MARES: ROTA ATLÂNTICO

ANTECEDENTES

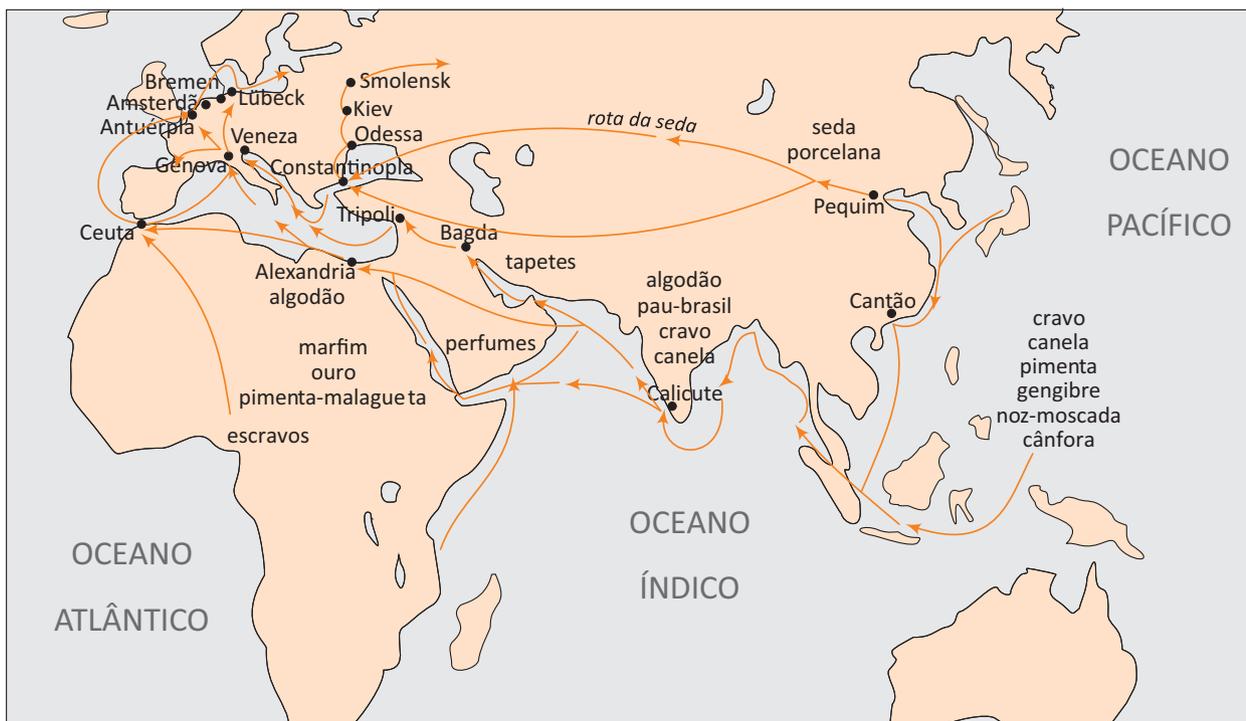
Ao analisarmos o processo conhecido por **Expansão Marítima**, é fundamental compreendermos como os europeus, ditos civilizados, chegaram a um território “desconhecido” pelo homem branco e, além disso, como conseguiram estabelecer todo seu aparato de exploração e violência sobre as populações ameríndias.

Antes de partirmos para essa análise, devemos rememorar alguns pontos que antecederam tal processo e que foram fundamentais ao seu desenvolvimento.

Na transição do século XIV para o XV ocorreu a crise do sistema feudal na Europa ocidental. Essa crise teve como elementos propulsores uma série de aspectos diferenciados tais como aqueles relacionados à agricultura – como a falta de alimentos –, as epidemias – em especial a peste negra que dizimou 1\3 da população europeia –, e as revoltas camponesas.

Os monarcas souberam tirar proveito deste contexto, como vimos anteriormente, em favor da concentração dos poderes políticos em torno de si, aliando-se à burguesia. Esta união de interesses serviu para alavancar o desenvolvimento das atividades comerciais e, conseqüentemente, do próprio Capitalismo.

As ricas minas de metais preciosos na Europa haviam se esgotado e o que restava era tentar negociar as especiarias que vinham do Oriente. Estas especiarias tinham como rota o mar Mediterrâneo, o qual era monopolizado por comerciantes italianos (genoveses e venezianos) e árabes.



Rotas comerciais das especiarias e artigos de luxo (séculos XII ao XV). Reprodução: internet

A única saída para tentar quebrar o monopólio de italianos e árabes, com relação às especiarias seria descobrindo uma rota alternativa que não passasse pelo Mediterrâneo.

A busca pela superação da crise feudal, inicialmente com a comercialização das riquezas do Oriente, levou o homem do Ocidente europeu às Grandes Navegações. Contudo, não podemos nos esquecer, que a Igreja Católica, no contexto da contrarreforma – a qual já analisamos – também tinha interesses nas Grandes Navegações, pois poderiam catequizar os não-cristãos e combater os muçulmanos.

É neste cenário de acontecimentos que “levantaremos âncora” na busca da compreensão de como se deu o processo em questão.



Gravura retratando as embarcações no contexto da expansão marítima

Fonte: <http://www.estudopratico.com.br/a-expansao-maritima-e-comercial-da-europa/>

OBJETIVOS DA EXPANSÃO

A expansão marítima e comercial tinha como principal objetivo superar a crise feudal, a empreitada aventureira, em busca de uma rota marítima alternativa ao Mediterrâneo, utilizando o oceano Atlântico, foi fundamental para o surgimento de um mercado mundial, já que propiciou a interligação entre Europa, África, Ásia e América. Para alguns historiadores teríamos neste momento a inauguração da **globalização**.

Nunca antes na história da humanidade os homens conseguiram interagir comercialmente daquela forma, ou seja, com uma ligação geográfica continental (com diversos continentes envolvidos) e com a consciência da existência de terras que eles desconheciam ou pouco conheciam.

O primeiro, trata, da expansão do **mercado consumidor**, já que algumas nações produziam suas próprias manufaturas e precisavam desovar suas mercadorias. Outro objetivo era a **comercialização das especiarias**, já que a procura por esses produtos orientais era alta e gerava elevada lucratividade para quem os comercializasse. A título de curiosidade, um navio carregado com pimenta-do-reino (uma das especiarias de maior demanda) propiciava lucros de mais ou menos 500 %,

relato este extraído do balanço das vendas dessa mercadoria após o retorno de Vasco da Gama de Calicute, nas Índias. Do mesmo modo, o tráfico de escravos tornou-se um dos principais atrativos aos exploradores em virtude da grande necessidade do trabalho escravo, sendo os indígenas e os negros africanos os protagonistas neste contexto. Por fim, destacamos anteriormente que a busca de **metais preciosos** estava inserida na política mercantilista da época sendo, a exploração do ouro, o que mais levava as pessoas a se mudarem para as terras d'além-mar, apesar de sua falta de estrutura em comparação com a Europa do período.

A EXPANSÃO IBÉRICA

O PIONEIRISMO PORTUGUÊS

Diversos são os fatores que explicam o porquê de o Estado nacional português ter sido o primeiro a se lançar nas Grandes Navegações. Vejamos quais são estes fatores.

Portugal tornou-se o **primeiro Estado nacional moderno**, ainda em 1385, após a Revolução de Avis. E a característica essencial de um Estado nacional moderno é a centralização política, centralização a qual foi fundamental para o desenvolvimento econômico e para a organização política deste país.

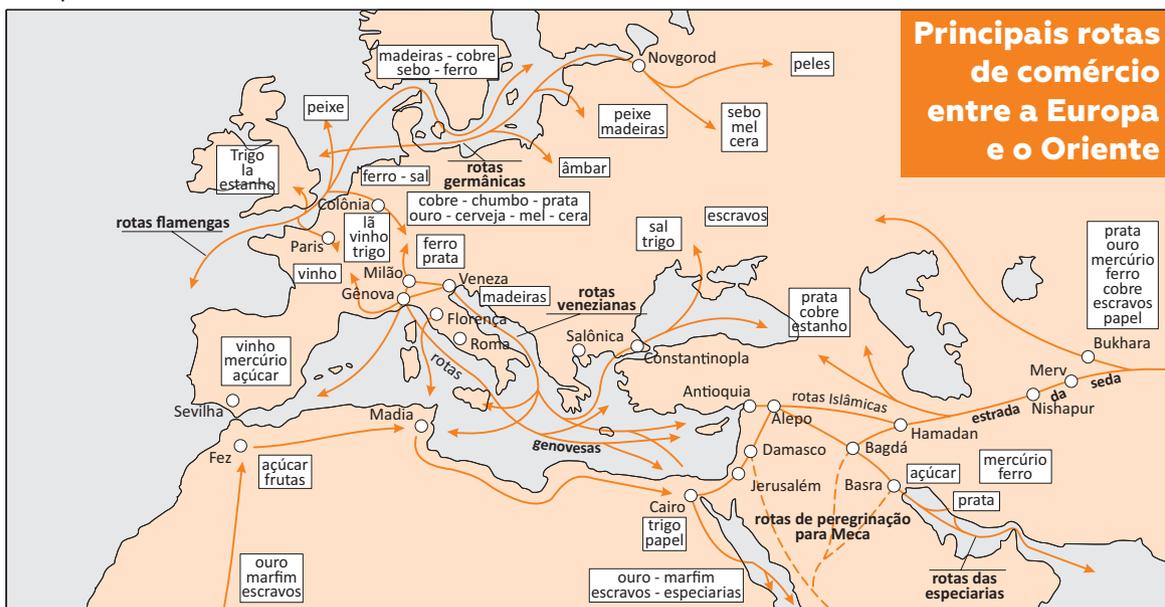
Enquanto outras potências do período estavam envolvidas em guerras, como Inglaterra e França, que se enfrentavam na Guerra dos Cem Anos, e a Espanha, envolvida no combate aos muçulmanos nas guerras de reconquista, tentando expulsar os mouros de seu território, Portugal não estava envolvido em nenhum conflito. Essa **ausência de guerras** foi determinante para o equilíbrio econômico e político em Portugal.

Consciente da lucratividade do comércio das especiarias o Estado, com apoio econômico burguês, irá incentivar a descoberta de novas rotas comerciais pelo oceano Atlântico, inclusive superando o medo e a insegurança inerentes a essas viagens marítimas e que, por séculos, povoou o imaginário do homem europeu. Esse medo alimentou estórias fantásticas como a de que os oceanos e mares seriam povoados por monstros marinhos gigantes e seres encantadores, como as sereias, ou do perigo da navegação em direção a enormes cachoeiras, visão fomentada pela crença de que a Terra era quadrada.

Economicamente, a presença de uma **forte burguesia**, financeiramente poderosa e virtuosamente empreendedora, facilitou o investimento de Portugal nas Grandes Navegações. Esse grupo social se aliou ao rei, financiou e investiu na Expansão Marítima. Devemos, é claro, considerar que esta classe econômica visava vantagens comerciais advindas do alto lucro proveniente daquelas expedições, como o rei que almejava expandir seus domínios territoriais e conquistar, cada vez mais, riquezas e poder.

Outro aspecto que contribuiu para o pioneirismo português nas Grandes Navegações foi a sua **localização geográfica favorável**. Esse país ibérico está situado entre o oceano Atlântico e o mar Mediterrâneo, no chamado estreito de Gibraltar, separando naturalmente o continente europeu do continente africano. Considera-se, então, a facilidade de comunicação entre Portugal e a África.

Além disso, Portugal possuía portos marítimos extremamente movimentados e acabou se tornando um dos principais pontos de parada de embarcações que percorriam a rota mediterrânea trazendo as mais diversas mercadorias despertando na região o forte potencial comercial.



Os produtos orientais tinham muito valor na Europa.

Disponível em: http://sesi.webensino.com.br/sistema/webensino/aulas/repository_data/SESleuca/ENS_FUN/ENS_FUN_F09_HIS/82_HIS_ENS_FUN_F09_06/leitura_mundo.html

Essa proximidade geográfica de Portugal com o oceano Atlântico possibilitou o desenvolvimento de uma considerável **experiência de navegação** em alto mar o que, aliado a **conhecimentos técnicos**, facilitou a conquista portuguesa de rotas marítimas no Atlântico.

Quanto aos conhecimentos técnicos, não podemos deixar de mencionar o fato de navegadores portugueses conseguirem aperfeiçoar os mapas e os portulanos medievais, que retratavam diversas rotas marítimas por meio de descrições e ilustrações, inventaram a caravela e ainda adaptaram a bússola e o astrolábio às suas embarcações, facilitando a localização dos astros utilizados como pontos de referência a orientar as navegações. Tratava-se de uma verdadeira revolução dos meios de orientação e condução marítima.

Diante desses motivos, Portugal se lançou nas Grandes Navegações objetivando, sobretudo, descobrir novas rotas que levassem ao Oriente, já que a única rota conhecida era a do mar Mediterrâneo controlada pelos comerciantes italianos e árabes.

Fugindo daquele controle e visando ter lucro, os portugueses iniciaram sua investida contornando o denominado **périplo africano**, região conhecida como “Mar Tenebroso”, devido sua agitação natural e também pelos mitos que foram criados.

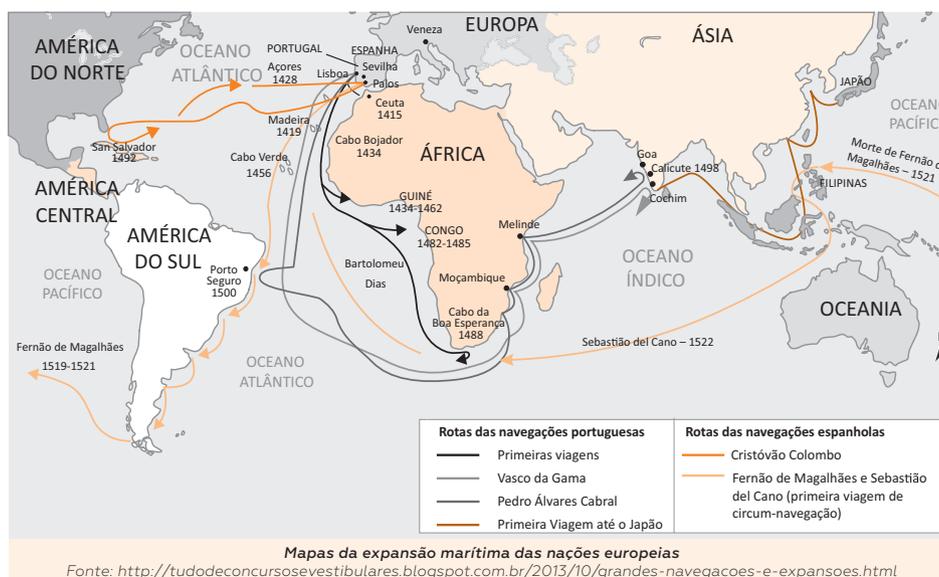


O medo do desconhecido povoou o imaginário europeu por séculos e esteve representado em obras de arte. Reprodução. Internet

ETAPAS DA EXPANSÃO PORTUGUESA

A procura por uma nova rota marítima, que levasse os portugueses ao Oriente e a conquista das ricas regiões produtoras de especiarias, progressivamente impulsionou Portugal a contornar a costa africana, conforme as etapas a seguir:

ANO	CONQUISTA
1415	Os portugueses invadiram a cidade de Ceuta, no norte de África, região rica em ouro e escravos.
1419	Conquista das Ilhas da Madeira
1456	As Ilhas de Cabo Verde foram conquistadas. Lá, os portugueses construíram engenhos de açúcar utilizando a mão de obra escrava africana para no processo produtivo.
1482	Já na região do rio Zaire, os lusos deram início à exploração do Congo.
1488	Bartolomeu Dias atingiu o Cabo da Boa Esperança, no extremo sul da África.
1498	Depois de inúmeras tentativas, finalmente as caravelas portuguesas, lideradas por Vasco da Gama, conseguiram realizar o sonho de se atingir a região das especiarias. Chegaram a Calicute, província considerada o centro comercial da Índia naquele período.
22/04/1500	Sob o comando de Pedro Álvares Cabral e buscando chegar as Índias a frota portuguesa atingiu a região da então Ilha de Vera Cruz, o que hoje corresponde ao Brasil. Mais precisamente, chegaram na atual cidade de Porto Seguro, no Estado da Bahia.



Cabe ressaltarmos e questionarmos a visão de que os portugueses chegaram aqui por acidente, por acaso, desconhecendo a existência de terras no hemisfério ocidental. Já está comprovado historicamente que o governo português tinha total consciência da existência, ou da provável existência, de terras à oeste e, mesmo tendo como objetivo fundamental chegar às Índias, Cabral certamente foi orientado a desviar sua rota para averiguar o que poderia ter de riquezas em “solo tupiniquim”.

Cabral por aqui passou, mas logo em seguida deu continuidade à sua viagem em sentido às Índias e, nos anos posteriores, Portugal ainda conquistaria importantes territórios, como Moçambique (África) e Macau (China).

Formava-se assim o poderoso império marítimo português.



Vitor Meireles, *Primeira Missa no Brasil, 1860*, Museu Nacional de Belas Artes.

A EXPANSÃO ESPANHOLA

A partir de 1492, quando os espanhóis tomaram o reino de Granada (local onde se encontrava o último reduto muçulmano em seu território) e que representou, conseqüentemente, o fim das Guerras de Reconquista, o governo espanhol partiu para a corrida marítima.

Vislumbrando alcançar as Índias, diferente dos portugueses que navegavam em direção ao leste, seus conterrâneos peninsulares rumaram em sentido oeste.

Cristóvão Colombo, um navegador genovês que prestava serviços à monarquia espanhola, foi o grande mentor desta teoria. Para ele seria possível chegar ao Oriente navegando em direção ao Ocidente, entendimento esse legitimado em sua crença pessoal na esfericidade da Terra.

Inicialmente, quando Colombo apresentou seu plano aos conterrâneos italianos foi considerado louco. Suas concepções tiveram pouca repercussão, pois a Itália possuía os melhores navegadores da época e a argumentação visionária de Colombo soou como uma aventura “cara demais e irresponsável”.

Entretanto, Colombo recebeu na Espanha amplo apoio e investimentos necessários a essa empreitada e, a serviço da Coroa espanhola, partiu com as famosas caravelas Pinta, Niña e Santa Maria com a plena convicção de que atingiria as Índias.

Em 12 de outubro de 1492 Colombo chegou a Ilha de Guanaani, atual San Salvador, na América Central. Acreditando estar nas Índias apelidou todos os nativos de “índios”, e carregou essa convicção até a morte.

O engano somente foi desfeito alguns anos depois quando **Américo Vesúcio** comprovou que aquelas terras pertenciam a um continente ainda desconhecido pelos europeus. Em sua homenagem, o “novo” continente recebeu a terminologia ainda hoje utilizada: **América**.

Diante dessa “descoberta”, as duas grandes potências daquele período, Portugal e Espanha, simplesmente decidiram dividir o “latifúndio terrestre” (o mundo) entre eles. Para resolver o problema foi assinado, em 1494, o **Tratado de Tordesilhas** que estipulou a criação de uma linha imaginária a 370 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde, sendo que as terras a oeste pertenceriam à Espanha e as localizadas a leste seriam de Portugal.



Réplica da caravela de Niña. Palos de la Frontera, Espanha. Reprodução: internet



A título de curiosidade, um ano antes, em 1493, a bula papal *inter coetera* havia determinado uma linha imaginária de partilha do mundo passando a 100 léguas das Ilhas de Cabo Verde, porém, os portugueses não concordaram com aquela divisão, já que seriam prejudicados perdendo territórios. Foi com o Tratado de Tordesilhas que portugueses e espanhóis chegaram a um acordo comum.

CONSEQUÊNCIAS DA EXPANSÃO

O processo de expansão marítima provocou diversas alterações nos campos político-econômico, social, geográfico e militar, mudanças essas que, em virtude de seus efeitos, transformaram o cenário mundial. Dentre as principais transformações, podemos mencionar algumas.

- Com a descoberta de uma nova rota para as Índias, portugueses e espanhóis, além de romperem com o monopólio comercial italiano e árabe sobre as especiarias orientais, desencadearam o processo de intensa exploração econômica sobre o Atlântico. Portanto, houve um **descolamento do eixo econômico** do mar Mediterrâneo para o oceano Atlântico.
- Obviamente conferiu **maior conhecimento geográfico**, já que se confirmou a tese da existência de terras a oeste do hemisfério ocidental.
- Houve o progressivo **fortalecimento da burguesia**, classe que se aliou ao rei e financiou as grandes navegações, cuja maior retribuição foram os altos lucros obtidos com o comércio alimentado pela exploração das terras além-mar e de seu poder.
- **A cultura europeia foi amplamente difundida pelo mundo conhecido.** O contato com outros continentes e povos, de forma violenta na maioria das vezes, propiciou a imposição da cultura europeia àqueles povos dominados. Desconsiderando os valores culturais e étnicos dos povos da América, os europeus impunham seus hábitos e costumes aos gentios, pois, guiados por uma concepção eurocêntrica, consideravam sua cultura superior à do restante do mundo. Tal posição é completamente avessa ao entendimento antropológico atual de respeito cultural a esse “outro” desconhecido.
- Considerando sua cultura superior e objetivando se apossar das riquezas minerais daquelas regiões, os europeus deram início a uma desenfreada exploração **do trabalho dos povos indígenas**, bem como ao **exterminio dos mesmos**, seja pela violência da conquista, pelo excesso de trabalho penoso ou pela disseminação de doenças.
- Podemos considerar que houve um **incipiente processo de globalização** devido à interligação continental de diversos povos impulsionada, principalmente, pela atividade comercial.
- O apoio da burguesia foi fundamental ao processo de fortalecimento do poder real, cuja **intensificação ocorria desde o processo de centralização política** fomentando um poder real absoluto.

TEXTO COMPLEMENTAR

DA EXPANSÃO MARÍTIMA À GLOBALIZAÇÃO

Existem discussões acaloradas sobre o tema Globalização, são várias as divergências sobre a sua definição e sua origem. Ao tratar do assunto faz-se necessária muita cautela no emprego deste termo, principalmente quando falamos sobre isto no século XV, pois seu desenvolvimento e conceito estão sempre atrelados a consolidação do capitalismo e as revoluções tecnológicas dos sistemas de informação do século XX e século XXI. Este texto tratará da globalização como um fenômeno que levou a uma maior integração política econômica e social e a “aproximação” de diversos “países” por meio do aprimoramento dos meios de transporte e comunicação, motivado pelos interesses comerciais e políticos no século XV na chamada Expansão Marítima.

Se visualizarmos no termo globalização a ideia de integração podemos sim, falar sobre uma globalização do século XV em diante. Os povos nativos “brasileiros” puderam experimentar uma manga pela primeira vez quando os portugueses as trouxeram da Índia além da canela e da pimenta, assim como a laranja-doce e o tamarindo, vindos da China e da África. Os Europeus somente conheceram o chocolate e o abacaxi quando chegaram aqui na América. (SCHMIDT, Mario, 2005). O fio condutor dessa grande integração que o mundo começa a viver são as relações comerciais, o interesse dos Europeus em encontrar uma nova rota até as tão desejadas e lucrativas especiarias da Índia. As rotas tradicionais eram muito problemáticas, pois por terra havia muitos contratemplos – assaltos, acidentes com as cargas, impostos – e a demora era grande o que encarecia os produtos. (SCHMIDT, Mario, 2005). Essas dificuldades se tornavam ainda mais desencorajadoras diante do monopólio dos Árabes e Italianos sobre o comércio das especiarias na Europa através do mediterrâneo. O transporte marítimo era mais eficaz, pois poderia transportar uma maior quantidade de produtos de forma mais segura barata e veloz. As expedições eram grandes projetos visionários e onerosos. Portugal foi pioneiro nas verdadeiras aventuras expansionistas, pois já havia formado um Estado forte, com poder centralizado e condições para financiar as viagens, depois outros países também iniciaram o processo de expansão como Espanha, França e Inglaterra. (SCHMIDT, Mario, 2005). A integração de culturas e mercadorias toma rumo sem precedentes na História até então, a disputa política e econômica entre esses países Europeus motiva o desenvolvimento tecnológico, o aprimoramento das técnicas de navegação, de mapeamento do mundo e o tráfego de informações sobre as novas terras e os novos povos encontrados. Cartógrafos, navegadores e viajantes aventureiros agiam como grandes coletores de informações e se relacionavam cada vez mais com os povos do oriente em busca de diferentes rotas e fontes para seus mapas e relatos. Foram eles que se tornaram responsáveis pelo trânsito de informações sobre o mundo ainda desconhecido, muitas vezes defendendo suas bandeiras nacionais e trabalhando em prol da expansão comercial e territorial de seu país e muitas outras “vendendo” registros importantes e sua própria mão de obra para quem pagasse melhor em um verdadeiro “mercado negro” de mapas e rotas que poderiam levar a “novas terras” ou as Índias. (GUEDES, Max Justo, 2004).

Portanto as relações estabelecidas nesse novo mundo de interações não foram apenas de trocas comerciais, as relações entre os Europeus com o resto do mundo não foi “uma via de mão única” todos os processos envolvidos – colonização, exploração, tráfico de escravos, troca de mercadorias – criaram pontes de trocas de informação, de comunicação, em que todos foram influenciadores e influenciados pela cultura, política e economia de cada sociedade.

Por Matheus Blach

Disponível em: <http://www.sobrehistoria.org/da-expansao-maritima-a-globalizacao/>.

R EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

01 | FUVEST

*Não mais, musa, não mais, que a lira tenho
Destemperada e a voz enrouquecida,
E não do canto, mas de ver que venho
Cantar a gente surda e endurecida.
O favor com que mais se acende o engenho
Não no dá a pátria, não, que está metida*

No gosto da cobiça e na rudeza

Duma austera, apagada e vil tristeza.

Luís de Camões, Os Lusíadas.

- A Cite uma característica típica e uma característica atípica da poesia épica, presentes na estrofe. Justifique.
- B Relacione o conteúdo dessa estrofe com o momento vivido pelo Império Português por volta de 1572, ano de publicação de *Os Lusíadas*.

Resolução:

A *Entre as características típicas da poesia épica presentes na estrofe apresentada, pode ser apontada a referência à musa, uma entidade da mitologia clássica. Além disso, a ideia de que a musa tem a função de inspirar a produção de um poema (o eu lírico pede para que essa deusa pare de inspirá-lo) é também comum a esse gênero poético. Entretanto, o tom desencantado de Camões, decepcionado com a cobiça e o embrutecimento em que está mergulhada sua pátria, foge do tom grandiloquente e eufórico da poesia épica.*

B *Por volta de 1572, a iminência da União Ibérica (efetivada em 1580) não podia ser vista como tal, pois se esperava que o jovem rei D. Sebastião – então com 18 anos – viesse a se casar e gerar descendência, dando continuidade à Dinastia de Avis. Assim sendo, o desencanto expresso por Camões na estrofe transcrita se relaciona com uma mudança de foco na expansão ultramarina portuguesa: do esforço heroico para dilatar a Fé e o Império, passara-se para um interesse mercantilista voltado para a acumulação de riquezas materiais. A lamentação do poeta reflete o ponto de vista de um membro da pequena nobreza saudosos do ideal cruzadista da época anterior.*

02 | UERJ Uma questão acadêmica, mas interessante, acerca da “descoberta” do Brasil é a seguinte: ela resultou de um acidente, de um acaso da sorte? Não, ao que tudo indica. Os defensores da casualidade são hoje uma corrente minoritária. A célebre carta de Caminha não refere a ocorrência de calmarias. Além disso, é difícil aceitar que uma frota com 13 caravelas, bússola e marinheiros experimentados se perdesse em pleno oceano Atlântico e viesse bater nas costas da Bahia por acidente.

Rejeitado o acaso como fonte de explicação no que tange aos objetivos da “descoberta”, fica de pé a seguinte pergunta: qual foi, portanto, a finalidade, a intenção da expedição de Cabral?

Adaptado de LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil colonial*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

Os descobrimentos marítimos dos séculos XV e XVI foram processos importantes para a construção do mundo moderno. A chegada dos portugueses ao Brasil decorre dos projetos que levaram diferentes nações europeias às grandes navegações.

Formule uma resposta à pergunta do autor, ao final do texto: *qual foi a finalidade da expedição de Cabral?*

Em seguida, cite dois motivos que justificam as grandes navegações marítimas nos séculos XV e XVI.

Resolução:

Garantir a posse de terras a oeste do Atlântico que pertenceriam a Portugal, segundo o Tratado de Tordesilhas, como estratégia para controle da rota atlântica que levava às Índias.

Dois dos motivos:

- *busca de especiarias;*
- *propagação da fé católica;*
- *busca de metais preciosos;*
- *busca de terras pela nobreza decadente;*
- *busca de matérias-primas rentáveis para o comércio europeu;*
- *afirmação do poder territorial por parte dos Estados modernos recém-implantados.*

03 | UEG Atualmente, o ataque de piratas africanos a navios comerciais é um grave desafio ao comércio internacional. Desde a antiguidade, piratas e corsários são presença permanente nos mares, desafiando potências e provocando insegurança nos navegantes. Em relação a esse fato, responda ao que se pede:

- A** Qual é a diferença entre piratas e corsários?
- B** Qual foi a motivação da rainha britânica Elisabeth I ao apoiar os saques de corsários ingleses?

Resolução:

A *Espera-se que o candidato possa apontar as seguintes diferenças:*

- *Piratas são grupos autônomos de navegadores que buscam a riqueza por meio de saques de navios ou regiões.*
- *Corsários são navegadores autorizados por meio de Missão de Governo ou Carta de Autorização a saquear navios de outra nação inimiga.*

B *Espera-se que o candidato aponte os seguintes interesses da Rainha Elisabeth I:*

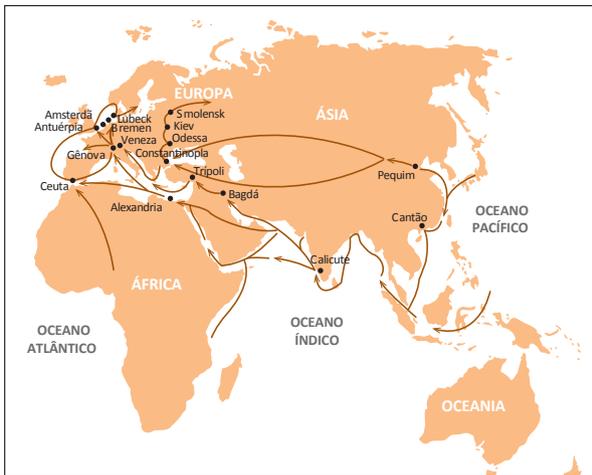
- *Enfraquecer militarmente e economicamente a Espanha, inimiga dos ingleses;*
- *Combater o catolicismo;*
- *Angariar as riquezas do Novo Mundo para a Coroa Britânica.*

F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01| UERJ

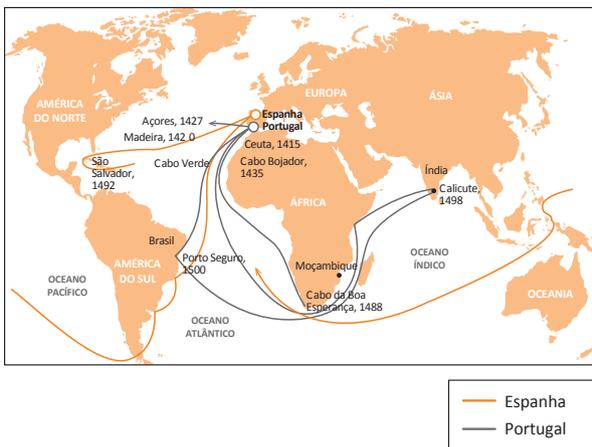
Rotas comerciais europeias

Séculos XIII e XIV



Adaptado de olhonahistoria.blogspot.com.br

Após o século XVI



Adaptado de ced31c.blogspot.com.br

Nos mapas, estão indicadas as principais rotas comerciais europeias, respectivamente, na Baixa Idade Média e na Idade Moderna. Comparando-os, percebem-se alterações significativas nesses caminhos a partir do século XVI, provocadas pela chamada Revolução Comercial iniciada no século XV.

Indique a mudança provocada pela Revolução Comercial e duas de suas consequências econômicas, uma para a Europa e outra para os demais continentes conhecidos à época.

02| UNICAMP

Segundo o historiador indiano K. M. Panikkar, a viagem pioneira dos portugueses à Índia inaugurou aquilo que ele denominou como a época de Vasco da Gama da história

asiática. Esse período pode ser definido como uma era de poder marítimo, de autoridade baseada no controle dos mares, poder detido apenas pelas nações europeias.

(Adaptado de C. R. Boxer, *O Império Marítimo Português, 1415-1835*. Lisboa: Edições 70, 1972, p. 55.)

- A) Quais fatores levaram à expansão marítima europeia dos séculos XV e XVI?
- B) Qual a diferença entre o domínio dos portugueses no Oriente e na América?

03| UNESP Nas Grandes Antilhas, alguns anos após a Descoberta da América, enquanto os espanhóis enviavam comissões de investigação para indagar se os indígenas possuíam ou não alma, estes últimos dedicavam-se a afogar os brancos feitos prisioneiros para verificarem através de uma investigação prolongada se o cadáver daqueles estava ou não sujeito à putrefação. Esta anedota simultaneamente barroca e trágica ilustra bem o paradoxo do relativismo cultural: é na própria medida em que pretendemos estabelecer uma discriminação entre as culturas e os costumes, que nos identificamos mais completamente com aqueles que pretendemos negar. Recusando a humanidade àqueles que surgem como os mais "selvagens" ou "bárbaros" dos seus representantes, mais não fazemos que copiar-lhes suas atitudes típicas. O bárbaro é em primeiro lugar o homem que crê na barbárie.

(Claude Lévi-Strauss. *Raça e História*, 1987.)

Considerando o texto do antropólogo Lévi-Strauss, responda se os critérios que definem o grau de progresso de determinada civilização ou cultura são absolutos ou relativos.

Explique o conceito de "bárbaro" para o autor e indique as implicações de seu pensamento para a análise da justificação ideológica da dominação da civilização ocidental sobre outras civilizações na história.

04| UNESP (...) A abertura de novas rotas, a fim de superar os entraves derivados do monopólio das importações orientais pelos venezianos e muçulmanos, e a escassez do metal nobre implicavam dificuldades técnicas (navegações do Mar Oceano) e econômicas (alto custo dos investimentos) (...), o que exigia larga mobilização de recursos (...) em escala nacional (...) A expansão marítima, comercial e colonial, postulando um certo grau de centralização do poder para tornar-se realizável, constituiu-se (...) em fator essencial do poder do Estado metropolitano.

(Fernando Novais, *O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial*. In: Carlos Guilherme Motta (org.) *Brasil em perspectiva*)

A partir do texto, responda:

Por que a centralização política foi condição para a expansão marítima e comercial nos séculos XV e XVI?

05 | UERJ

Mar Português

Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.

Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.
Fernando Pessoa

Seleção poética. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1972.

O poema de Fernando Pessoa descreve aspectos da expansão marítima portuguesa no século XV, dando início a um movimento que alguns estudiosos consideram um primeiro processo de globalização.

Identifique duas motivações para a expansão portuguesa e explique por que essa fase de expansão pode ser considerada um primeiro processo de globalização.

T ENEM E VESTIBULARES

01 | FGV Sobre as relações entre os reinos ibéricos e a expansão ultramarina, é correto afirmar que a:

- A** Centralização do poder no reino português só ocorreu após a vitória contra os muçulmanos na guerra de Reconquista, o que garantiu o estabelecimento de alianças diplomáticas com os demais reinos ibéricos, condição para sanar a crise do feudalismo por meio da expansão ultramarina.
- B** Guerra de Reconquista teve papel importante na organização do Estado português, uma vez que reforçou o poder do rei como chefe político e militar, garantindo a centralização do poder, requisito para mobilizar recursos a fim de bancar a expansão marítima e comercial.
- C** Canalização de recursos, organizada pelo Estado português para a expansão ultramarina, só foi possível com a preciosa ajuda do capital dos demais reinos da península Ibérica na guerra de Reconquista, interessados em expulsar o invasor muçulmano que havia fechado o rentável comércio no Mediterrâneo.
- D** Expansão marítima e comercial precisou de recursos promovidos pelo reino português, ainda não unificado, que usou a guerra de Reconquista para garantir a sua unificação política contra os demais reinos ibéricos, que lutavam ao lado dos muçulmanos como forma de impedir o fortalecimento do futuro Estado luso.
- E** Vitória do reino de Portugal contra os muçulmanos foi garantida pela ajuda militar e financeira do Estado espanhol, já unificado, o que permitiu também a expansão marítima e comercial, condição essencial para o fim da crise do feudalismo na Europa Ocidental.

02 | UEA

*Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!*

(Fernando Pessoa. Mar português. Mensagem, 1970.)

Mensagem foi o único livro que o poeta português Fernando Pessoa publicou em vida. Ele pensou, a princípio, dar-lhe o título de *Portugal*, considerando que os poemas tratavam da história do esplendor e da decadência do antigo reino. A estrofe transcrita exprime com lirismo e tristeza:

- A** O orgulho do poeta em ser descendente de ilustres navegadores e a consciência portuguesa de ter criado o mundo moderno.
- B** Os motivos da decadência abrupta de Portugal, devido aos gastos com a fabricação de caravelas e à perda de homens nos naufrágios.
- C** A resignação cristã que caracterizou a expansão marítima portuguesa, carente de qualquer interesse comercial ou político.
- D** As dificuldades inerentes às navegações marítimas da Idade Moderna e as suas consequências para a população portuguesa.
- E** A perda do domínio dos mares pelo governo português e a redução do número de habitantes do reino com as conquistas no além-mar.

03| UECE A chegada dos europeus à América no final do século XV – como parte de sua expansão marítima e comercial – marcou de forma profunda as alterações que esta região do planeta sofreria nos séculos seguintes; povos foram dizimados e culturas ancestrais foram obscurecidas. Sobre este processo, analise os itens seguintes:

- I. Colombo possuía a exata noção de sua ação, pois sabia da existência deste "novo mundo" e de suas variadas sociedades desde quando zarpar do porto de Palos em 03 de agosto de 1492.
- II. Até 1492, somente a Espanha tinha-se lançado à busca por novos caminhos para as riquezas do Oriente, daí o seu pioneirismo neste processo.
- III. Somente quando se corrigiu o equívoco inicial de Colombo, que pensava ter chegado às Índias, é que a Europa se deu conta da "descoberta" de um novo território até então não registrado nos mapas.
- IV. Mesmo antes de Colombo chegar à América, os navegantes portugueses já haviam iniciado a busca por um caminho marítimo para as Índias.

Está correto o que se afirma apenas em:

- A** I, III e IV.
- B** II e III.
- C** I e II.
- D** III e IV.

04| UEPA As crenças de navegadores portugueses e espanhóis dos séculos XV e XVI, inspiradas na teologia medieval, de que o Paraíso estava ao alcance dos homens, embora em lugar ainda desconhecido, estimularam as viagens de “descobertas” que incorporaram o Novo Mundo ao espaço geográfico das terras conhecidas pelos europeus. As pistas desta mentalidade estão em obras filosóficas e literárias da Antiguidade Greco- Romana e de autores humanistas, além de novelas de cavalaria. O conteúdo destas obras fazia parte do patrimônio intelectual europeu de fins da Idade Média e forneceu o quadro mental a partir do qual foram escritas as obras de viajantes europeus que vieram à América no século XVI. A busca do paraíso terrestre, quando da expansão marítima europeia voltada para a descoberta de novas rotas de comércio com o Oriente, significou:

- A** A ruptura entre a mentalidade medieval e aquela do Renascimento.
- B** A permanência de elementos da mentalidade medieval no período inicial do Renascimento.
- C** A confirmação dos relatos bíblicos, que podiam ser constatados com as navegações.
- D** A correspondência entre as crenças europeias e os mitos indígenas do Novo Mundo.
- E** A uso da justificativa religiosa para o financiamento das navegações pelas Coroas Ibéricas.

05| UNESP

Inserido em um empreendimento mercantil, financiado com o objetivo de exploração econômica para o fortalecimento do absolutismo espanhol, o navegante genovês [Cristóvão Colombo] encontra uma realidade na América que não permite a identificação das imaginadas riquezas orientais, dando origem a uma dupla narrativa: a do esperado e a do experimentado, em que o discurso é pressionado pela necessidade de obter informações e um projeto colonizador.

(Wilton Carlos Lima da Silva. *As terras inventadas*, 2003. Adaptado.)

Segundo o texto, o relato de Colombo:

- A** Revela a convicção do navegador de que as novas terras oferecem riquezas imediatas e poder planetário aos reis da Espanha.
- B** Expõe o esforço do navegador de conciliar o reconhecimento da especificidade americana com as expectativas europeias ante a viagem.
- C** Confirma o caráter casual da descoberta da América e o desconsolo do navegador diante das pressões comerciais da metrópole.
- D** Demonstra a superioridade religiosa e tecnológica dos navegadores europeus em relação aos nativos americanos.
- E** Mostra a decepção do navegador com o que encontrou na América, pois não havia riquezas que justificassem a longa viagem.

06| FATEC As caravelas foram um grande avanço tecnológico no final do século XV. Graças a elas, foi possível realizar viagens de longa distância de forma eficiente. Centenas de homens embarcaram nas caravelas dos descobrimentos. Alguns buscavam enriquecimento rápido, outros, oportunidade de difundir a fé em Cristo. Estes homens eram atraídos pela aventura, porém as surpresas nem sempre eram agradáveis. Nas embarcações, proliferavam doenças e a alimentação era precária.

(Revista de História da Biblioteca Nacional, setembro de 2012, p.22-25. Adaptado)

Sobre a época descrita no texto e considerando as informações apresentadas, é correto afirmar que as viagens nas caravelas:

- A** Foram realizadas no contexto da expansão do mercantilismo europeu, visando também à ampliação do catolicismo.
- B** Não pretendiam descobrir novos territórios, apenas estabelecer rotas para aventureiros e marginalizados da sociedade.
- C** Tinham como principal objetivo retirar as populações muçulmanas da Península Ibérica, após as Guerras de Reconquista.
- D** Eram feitas em condições precárias, pois eram clandestinas, ou seja, eram realizadas sem o consentimento das Coroas europeias.
- E** Não ocorriam em condições apropriadas, embora a maior parte dos tripulantes das caravelas pertencesse à nobreza feudal.

07| **MACK**



América. Adrien Collaert e Marten de Vos, c.1600, Rijksmuseum, Amsterdã.

Os homens que saíram para o Atlântico em 1492 não tinham a certeza de que chegariam às Índias, apesar do incentivo de Colombo nesse sentido. Em 12 de outubro daquele ano, um Novo Mundo se descortinou àqueles homens, extasiados com as diversas possibilidades daquela “descoberta”. A partir daquele momento, civilizações diferentes – em diversos sentidos – entrariam em contato, alterando definitivamente os rumos históricos de ambas as partes (nativos e europeus).

Nesse sentido, a gravura:

- A** Contém elementos que indicam a visão, entre os séculos XVI e XVII, de uma América exótica e exuberante que ainda povoava o imaginário europeu.
- B** Demonstra que as guerras entre os povos ameríndios era uma prática combatida pelos europeus e, por isso, extinta do continente.
- C** Que é encomendada pelas coroas ibéricas, revela a preocupação em demonstrar uma América exótica e perigosa e, assim, evitar ataques piratas ao continente.
- D** Enfatiza a existência de fauna e flora muito diferentes do continente europeu, representando animais efetivamente encontrados pelos colonizadores.
- E** Procura desqualificar práticas habituais das ameríndias, como a nudez, ao representar uma mulher sentada sobre um animal exótico.

08| UPE Segundo Alexandre de Freitas, “A globalização caracteriza-se, portanto, pela expansão dos fluxos de informações – que atingem todos os países, afetando empresas, indivíduos e movimentos sociais –, pela aceleração

das transações econômicas – envolvendo mercadorias, capitais e aplicações financeiras que ultrapassam as fronteiras nacionais – e pela crescente difusão de valores políticos e morais em escala universal.”

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *O mundo globalizado: política, sociedade e economia*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 12-13.

Com base na definição acima e nos estudos sobre globalização, é **CORRETO** afirmar que:

- A** O autor não leva em consideração a internet e a tecnologia para a construção de computadores no processo de globalização.
- B** Segundo a definição de Freitas, a globalização se restringe aos eventos em escala internacional.
- C** A globalização, por sua natureza planetária, é um duro golpe contra a expansão religiosa.
- D** Há autores que consideram a Expansão Marítima do século XVI como primeiro ato na história do processo de globalização.
- E** Por suas carências políticas, sociais e financeiras, os países pobres não participam do processo de globalização.

09| UNIRG Analise a tira a seguir:



Disponível em: <www.custodio.net>. Acesso em: 20 out. 2012.

A imagem representando o encontro entre indígenas e europeus ironiza uma concepção histórica que predominou na formação da identidade europeia e nos discursos referentes à conquista do Novo Mundo. Esta concepção pode ser caracterizada como:

- A** Mercantilista, centrada na busca do lucro por meio do tráfico de pau-brasil, metais preciosos e escravos africanos.
- B** Dialógica, marcada pelo intercâmbio de mercadorias e de conhecimentos entre europeus e indígenas.
- C** Eurocêntrica, pautada na inferiorização do conhecimento e da religiosidade das populações indígenas.
- D** Humanista, caracterizada pela proposta jesuítica de proibição da escravidão indígena.

10| UFSC



Universalis Cosmographia Secundum Ptholomei Traditionem e Et Americi Vespucci Aliorum Lustrationes (mapa mundo) – Martin Waldseemüller, 1507.

Disponível em: <www.novomilenio.inf.br/santos/major18.htm> Acesso em: 19 set. 2011.

As grandes navegações foram responsáveis por transformações importantes, tanto na Europa como nas Américas.

Sobre as grandes navegações, assinale a (s) proposição (ões) **CORRETA (S)**.

01. Portugal possui um grande litoral e, conseqüentemente, só poderia se dedicar ao comércio marítimo: o pioneirismo português nas navegações se deu exclusivamente a uma dádiva natural.
02. Dois importantes concorrentes portugueses nas grandes navegações foram França e Inglaterra que, assim como Portugal, foram países favorecidos pela paz reinante em seus territórios durante os séculos XIV e XV.
04. São conseqüências importantes das grandes navegações o crescimento de operações comerciais e a diversificação de produtos provenientes das Américas, como o tabaco, o milho, a batata e o cacau.
08. A conquista espanhola nas Américas ocorreu de forma pacífica, uma vez que os incas tiveram a liberdade de exercer suas atividades culturais e econômicas de modo independente da Espanha.
16. Dentre os habitantes das Américas estavam astecas, incas e maias. Os maias desenvolveram um sistema matemático e astronômico bastante apurado.

REVOLUÇÕES NA INGLATERRA

DO FORTALECIMENTO POLÍTICO DA BURGUESIA AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Neste capítulo, abordaremos dois importantes acontecimentos que marcaram, não somente a história da Inglaterra, mas que repercutiram em vários outros países: trata-se da Revolução Gloriosa e da Revolução Industrial.

A Revolução Gloriosa, comandada pela burguesia, libertou a Inglaterra do Estado absolutista que passou a ser encarado por esta classe como uma “barreira” ao avanço econômico da burguesia pautado pelo acúmulo de capitais. O Estado intervencionista perderia espaço para dar lugar ao Estado liberal comandado pela burguesia que, apesar de aliada à aristocracia rural, exerceria diretamente o poder político no Parlamento. Fortaleciam-se as bases do capitalismo.

As transformações advindas da Revolução Gloriosa permitirão das condições favoráveis ao pioneirismo inglês na Revolução Industrial em meados do século XVIII, conforme veremos adiante.

A REVOLUÇÃO GLORIOSA: CONHECENDO AS ORIGENS DO CONFLITO

Ao longo do século XVI, a **dinastia Tudor** governou a Inglaterra de forma absoluta diante do equilíbrio de interesses entre as classes sociais.

Tanto a burguesia quanto a nobreza rural (*gentry*: exploravam a terra de forma capitalista, ou seja, com fins lucrativos) apoiaram os governos desta dinastia naquele período, sendo o governo de maior representatividade o de **Elizabeth I**, o qual fortaleceu o absolutismo e deu início à expansão colonial inglesa.

Entretanto, no século XVII aquele cenário de calma foi substituído por inúmeros conflitos que emergiam entre as classes sociais. De um lado, aqueles que defendiam a manutenção do sistema feudal e, de outro, os que defendiam a expansão das práticas capitalistas.

Esse duelo tinha como personagens a **Monarquia**, que buscava manter seu poder absoluto, e o **Parlamento**, formado pela burguesia e pela *gentry*.

Com a morte de Elizabeth I, seu primo **Jaime I** assumiu o poder colocando fim à dinastia Tudor e dando início à **dinastia Stuart**.

Jaime I acumulou os cargos de rei da Escócia, coroa que já lhe pertencia, e rei da Inglaterra, já que sua prima não havia deixado herdeiros legítimos ao trono. No entanto, esses dois reinos continuavam existindo como Estados soberanos, independentes, tanto que cada qual possuía suas próprias leis e o seu Parlamento havendo, assim, apenas a união pessoal quanto à pessoa do rei.

Durante o governo Jaime I houve a intensificação dos conflitos sociais na Inglaterra mediante a tentativa real de exercer um **absolutismo de direito**, tanto no que tange a plenitude do poder, quanto no que se refere ao seu reconhecimento jurídico.

Nesse momento destacam-se a presença da burguesia e da gentry como agentes opositoristas à política real absolutista. A consciência burguesa insurge contra essa forma de governar considerando-a prejudicial aos seus interesses capitalistas, pois, o ilimitado poder real de intervenção em seus negócios descontentava essa classe que almejava, a partir de agora, efetiva representação política.

A partir desta situação ficou clara a disputa pelo poder entre a monarquia e o parlamento, o que culminou no processo denominado **Revolução Inglesa**.

Do início da Revolução às consequências do conflito

Jaime I governou até a sua morte e foi substituído pelo seu filho **Carlos I**.

O governo de Carlos I adotou postura política ainda mais radical se comparada àquelas adotadas por seu pai, o que marcou a declarada revolta do Parlamento em relação à figura do monarca.

Para entendermos esse episódio devemos destacar a criação, em 1628, da **Petição de Direitos**. Por meio desta, ficou estabelecido que o rei não poderia criar impostos, convocar o exército ou prender qualquer cidadão sem a autorização formal do Parlamento.

É justamente neste momento que podemos verificar a radicalização de Carlos I que reagiu energicamente ao documento aumentando os impostos e dissolvendo, em seguida, o Parlamento. Era o início da **Revolução Inglesa**.



Rei Jaime I da Escócia e Inglaterra. Por Daniel Mytens (1621).
Imagem: National Portrait Gallery.



Carlos I em Três Posições. Por Antoon van Dyck (1635-1636).
Imagem: Royal Collection.

No intuito de facilitar a compreensão didática dos fatos relacionados a este processo revolucionário, devemos analisá-lo dividindo seu estudo em quatro etapas, quais sejam: a Revolução Puritana, a República de Cromwell, a Restauração da Monarquia e a Revolução Gloriosa.

- **Revolução Puritana (1642-1648):** essa revolução foi na verdade uma guerra civil (conflito armado entre grupos de um mesmo país).

Em 1641 teve início uma revolta interna na Irlanda católica. Carlos I recorreu ao Parlamento para que lhe entregasse o comando do exército inglês, a fim de retomar o controle daquele território, o que lhe foi negado. Esse foi, então, o estopim da Revolução Inglesa.

O rei Carlos I, já se encontrava insatisfeito com a forte oposição sofrida, e com a tentativa de limitação de sua autoridade pelo Parlamento e, diante do conflito irlandês, comandou a invasão do Parlamento com um grupo de apoiadores e ordenou a prisão de seus principais líderes.

O Parlamento reagiu de imediato organizando tropas e partindo para a luta contra os defensores do rei. Tinha início a guerra civil.

De um lado, estava o exército real, formado pela nobreza anglicana e a nobreza católica e, do outro, o exército do Parlamento, integrado pela burguesia, a *gentry* e os camponeses. Liderados por **Oliver Cromwell**, as tropas do Parlamento saíram vitoriosas e o rei Carlos I, derrotado, foi preso e decapitado em 1649.

- **República de Cromwell:** com a vitória das tropas parlamentares e o prestígio sagrado com a derrota do rei, **Oliver Cromwell** instalou um regime republicano, o qual perdurou de 1649 a 1658. Em 1653 recebeu o título de **Lorde Protetor** se tornando ditador vitalício e hereditário.

Durante o período republicano formou-se a **Comunidade Britânica**, o que hoje corresponde ao **Reino Unido**, ou seja, a unificação da Inglaterra, Escócia, Irlanda e País de Gales em uma só República.

Todavia, devemos ter em mente que o atual Reino Unido integra a Inglaterra, a Escócia, o País de Gales e a Irlanda do Norte e que, diferente da Comunidade Britânica, formam uma Monarquia Parlamentarista, não uma República.

Cromwell enfrentou a reação dos monarquistas apoiados pela Coroa Escocesa, perseguiu e assassinou líderes que lhe faziam oposição, a exemplo dos *diggers* e *levellers*.

Neste período, Cromwell decretou o **Ato de Navegação**, o qual gerou uma monopolização do comércio marítimo pela Inglaterra. De acordo com essa lei, embarcações estrangeiras só poderiam atracar no litoral da Inglaterra caso fossem provenientes do mesmo país de origem da mercadoria. A medida de Cromwell objetivava recuperar a economia britânica beneficiando setores da burguesia.



Estátua de Oliver Cromwell no Palácio de Westminster, Londres. Fotografia: Tagishsimon.

chegou a se dividir entre os **liberais** ou pró-Parlamento, chamados de "*whigs*" e os **conservadores**, chamados de "*tories*", que tinham um posicionamento favorável ao rei.

Em 1685, Carlos II foi sucedido por seu irmão, **Jaime II**, que pretendeu realizar o que o Parlamento mais temia, ou seja, restaurar o Absolutismo e restabelecer o Catolicismo na Inglaterra, fé que professava.

As relações entre o monarca e o Parlamento se tornaram mais tensas quando Jaime II teve um filho capaz de sucedê-lo ao trono visto que, até então, a herdeira ao trono era sua filha Maria Stuart que, diferente do pai, professava o protestantismo.

Diante disso, a burguesia e a nobreza anglicana passaram a conspirar pela deposição do rei e se uniram novamente contra este iniciando a **Revolução Gloriosa**.



O julgamento de Carlos I. Carlos foi acusado de trair a Inglaterra em prol de seus interesses pessoais. Imagem: Museu Britânico.

A lei, no entanto, prejudicava diretamente a Holanda que costumeiramente fretava seus navios a vários países que dependiam do comércio marítimo para realizar seus negócios. Insatisfeitos, os holandeses declararam guerra aos ingleses, mas acabaram sendo derrotados e a Inglaterra se tornou a "rainha dos mares", ou seja, a maior potência naval do mundo.

- **A Restauração da Monarquia:** Cromwell faleceu em 1658, sendo substituído pelo seu filho **Richard Cromwell**. Este deveria dar continuidade à República, entretanto, sua inabilidade política e a pouca autoridade sobre o exército permitiram que ficasse no poder por apenas 8 meses sendo, em seguida, deposto por militares ligados ao Parlamento.

O Parlamento decidiu, então, restaurar a Monarquia e convidou **Carlos II**, filho do rei decapitado, para assumir o poder, dando continuidade a dinastia dos Stuart, porém, o rei devia subordinação política ao Parlamento que, ainda, temia a restauração do Absolutismo.

A desconfiança que pairava sobre Carlos II era alimentada, sobretudo, por sua proximidade com Luís XIV, rei da França e representante máximo do Absolutismo na Europa. O Parlamento



Ilustração da coroação de Carlos II, dando continuidade a dinastia Stuart. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_II_de_Inglatera

- **Revolução Gloriosa:** Sabendo das pretensões de Jaime II, o Parlamento reagiu propondo ao holandês **Guilherme de Orange**, casado com Maria Stuart e rei dos Países Baixos, que assumisse o trono inglês, desde que se subjugasse ao Parlamento.

Este aceitou a proposta e, em 1688, invadiu a Inglaterra com seu exército, destronando seu sogro e assumindo o poder como monarca.

O episódio ficou conhecido como **Revolução Gloriosa**, pois, teve apenas pequenos combates e Jaime II pouco resistiu, e acabou fugindo para a França, sendo o movimento foi essencialmente pacífico, o que justifica o uso da expressão “Revolução Sem Sangue”.

Destacamos aqui a criação da **Declaração de Direitos (Bill of Rights, 1689)**, que novo rei prometeu obedecer e que ainda vigora em território inglês.

Esta declaração limitou o poder dos reis na Inglaterra e garantiu a autoridade do Parlamento diante dos monarcas representando, assim, a fundação de uma **Monarquia Parlamentarista** na qual “o rei reina, mas não governa”. Claro que esta frase é reducionista com relação às funções do monarca, entretanto, de fato a Inglaterra deixou de ser uma monarquia absolutista e se tornou uma monarquia parlamentar.

Para finalizarmos, é relevante destacar que o processo revolucionário inglês foi inspirado nas ideias do pensador político e filósofo inglês, considerado um dos fundadores do **liberalismo, John Locke**. Este pensador, atuante na luta contra o Absolutismo monárquico, foi um ferrenho defensor dos direitos naturais do homem como o direito à **vida, à liberdade e à propriedade**.

Segundo Locke, cabia aos governos garantir tais direitos aos cidadãos e a partir do momento que um determinado governante atuasse de modo absolutista, desrespeitando a liberdade individual, seus súditos deveriam se unir e retirá-lo do poder através do uso de armas.

Inspirados nessas ideias os ingleses promoveram a revolução e ainda desencadearam o desenvolvimento do Capitalismo em seu território fazendo com que se tornassem pioneiros no contexto da Revolução Industrial, assunto, que além de interessante, é fundamental para compreendermos como foi a gestação do modo de produção capitalista em nível mundial. A seguir abordaremos esta questão.



*Chegada de Guilherme de Orange a Inglaterra (1688).
Por Jan Wyck. National Maritime Museum.*

A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: O PIONEIRISMO INGLÊS

Denominamos **Revolução Industrial** as transformações socioeconômicas que ocorreram na Europa ocidental a partir de 1750.

Inúmeras mudanças afetaram, direta e indiretamente, a vida de milhares de pessoas nas diversas regiões do globo terrestre. De modo bem resumido, a transformação fundamental foi a substituição do trabalho manufatureiro e artesanal que utilizava, predominantemente, ferramentas, pelo trabalho assalariado com a utilização de máquinas nas fábricas.

Tradicionalmente, este processo de mudança industrial é dividido em duas etapas: **I Revolução Industrial (1760-1860)**, e **II Revolução Industrial (1860-1900)**.

A I Revolução Industrial restringiu-se à Inglaterra. Destacou-se, inicialmente, a **indústria de tecidos (têxtil)**, produto que passou a ser mundialmente procurado e que, devido ao baixo custo de produção, estimulou a criação de máquinas de tecer e fiar.

O **ferro** constituiu uma das principais matérias-primas exploradas nesta fase. Tal fato se deve a sua utilização na construção de máquinas, ou seja, no próprio avanço da **indústria de bens de capitais** que, neste momento, compunha a estruturação do parque industrial inglês. Consciente da importância deste aspecto, a Inglaterra esforçava-se em apenas exportar suas mercadorias, evitando a transferência de tecnologia, pois, o controle da indústria de bens de capital lhe garantiria, igualmente, o domínio de vastos mercados consumidores.

Como fonte de energia destacou-se o **carvão**, pois está era a força motriz predominante a alimentar as primeiras **máquinas a vapor**.

Já no contexto da **II Revolução Industrial**, ao longo do século XIX, houve a expansão da revolução para outros países, tais como: EUA, Alemanha, Japão, Itália, e etc. Nesta fase predominou o uso do **aço** como matéria-prima utilizada nas fábricas, material mais leve e resistente que o ferro. E como fonte de energia destacou-se o uso da **eletricidade** e do **petróleo**.

Uma série de condições históricas favoráveis justificam a restrição do processo de industrialização à Inglaterra caracterizando, assim, o seu **pioneirismo**. Dentre estes fatores, podemos destacar os abaixo especificados.

- **Acúmulo de capitais:** ocorre, principalmente, a partir do governo de Elizabeth I com a estruturação da política mercantilista, pois, os ingleses passaram a lucrar números exorbitantes com a exploração colonial e o comércio decorrente desta relação.
- **Estruturação de um vasto império colonial:** as conquistas de regiões coloniais garantiram aos ingleses um amplo mercado consumidor para suas mercadorias e, ao mesmo tempo, atendiam suas necessidades quanto ao fornecimento de matérias-primas, como o algodão.
- **Região rica em carvão mineral e ferro:** sendo o ferro a matéria-prima fundamental para a elaboração de máquinas e o carvão a fonte de energia que garantia o funcionamento dessas máquinas.
- **Mão de obra barata:** a transformação da organização fundiária elevou o desemprego no campo e dificultou o acesso as terras pelos camponeses após a imposição da **política de cercamentos** (*enclosures*). A consequência foi a migração da população em direção às cidades (êxodo rural) constituindo um exército de reserva de trabalhadores a disposição dos capitalistas industriais, cuja abundante disponibilidade contribuía para a submissão dos proletários ao trabalho em troca de baixos salários. Acirrava-se a oposição de interesses entre proletários e burgueses com a solidificação da **mais-valia** pautada na superexploração da mão-de-obra trabalhadora que gerava, diretamente, os altos lucros perseguidos por aqueles que detinham o controle dos meios de produção.
- **Modernização da agricultura:** ocorre a partir da utilização do sistema trienal de rotação de culturas e de técnicas como a drenagem de pântanos e a adubação o que, conseqüentemente, suscitou uma maior produtividade.
- **O puritanismo:** introduzido pelos calvinistas ingleses, com base nas ideias do reformador João Calvino, os puritanos acreditavam na **predestinação** que, por sua vez, não condenava o lucro excessivo, desde que a vida estivesse pautada no trabalho e na fé em Deus. Desta maneira, o gasto desnecessário ou desmedido era interpretado como pecado, ideia que forçava seus adeptos a viverem regradamente contribuindo para o sistemático acúmulo de capitais, de geração em geração. Tal perspectiva, permitia constantes investimentos no desenvolvimento e na expansão do processo produtivo que acabava por impulsionar, cada vez mais, a expansão do capital que, adiante, financiaria a Revolução Industrial.
- **A Revolução Gloriosa:** por último, não menos importante, a Revolução Gloriosa conduziu a estruturação da Monarquia Parlamentarista. O Parlamento, controlado pela burguesia, passou a ter mais autonomia e poder garantindo, desta forma, a expansão dos negócios dessa classe e da *gentry*, grupos que tinham líderes integrados àquele organismo. Tal Revolução derrubou, de uma vez por todas, os atributos do Antigo Regime que impediam o deslanchar da burguesia inglesa.

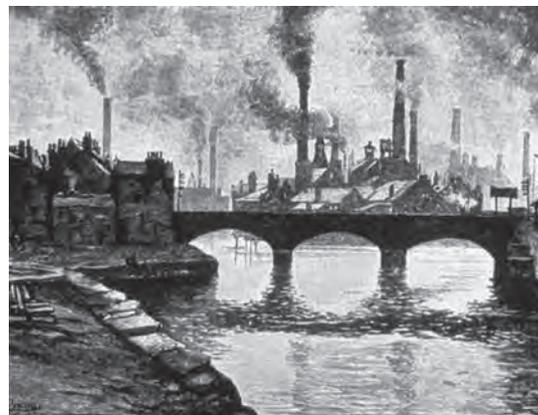


Ilustração das grandes chaminés na paisagem inglesa durante a Revolução Industrial
Fonte: <http://www.infoescola.com/historia/revolucao-industrial/>

AS GRANDES INVENÇÕES

Com o crescimento da população mundial produzir mais alimentos, roupas, desenvolver formas de transporte, comunicação, dentre outros aspectos que facilitassem a vida dos cidadãos, tornou-se algo urgente ao homem moderno que passou a exigir o atendimento de suas necessidades. A criatividade humana foi testada e colocada em prática.

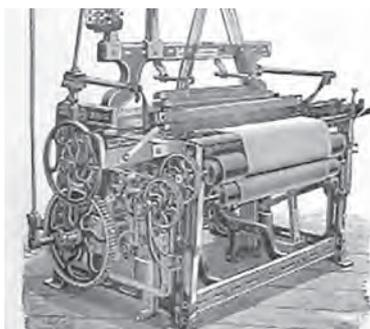
O homem percebeu que sua capacidade cognitiva e intelectual poderia levá-lo “longe”, gerando lucro e poder. Portanto, mencionaremos algumas invenções que revolucionaram a indústria, o transporte e as telecomunicações daquele período e que foram fundamentais para se chegar ao nível tecnológico da sociedade contemporânea.

- **Spinning jenny:** A roda de fiar permitiu a uma só pessoa fiar oito fios por vez, o que facilitou o crescimento da produção. Foi criada em 1767 pelo tecelão e carpinteiro James Hargreaves.
- **Water-frame:** máquina de fiar movida com água, que produzia fios mais resistentes. Atribuída sua criação a Richard Arkwright.
- **Tear mecânico:** antes a dificuldade era a falta de fios, mas com a criação das máquinas mencionadas anteriormente o problema passou a ser o excesso de fios, o que foi resolvido com a criação do tear mecânico, em 1785. Sua capacidade produtiva era muito maior que do tear manual.
- **Barco a vapor e locomotiva a vapor:** o primeiro foi criado em 1807, por Robert Fulton, e o segundo em 1814, por George Stephenson. Estas invenções revolucionaram os meios de transporte, tanto no que se refere ao transporte de pessoas, como ao de mercadorias. A locomotiva atingia uma velocidade de 45 km/h, o que era considerada alta para o período. A primeira ferrovia foi inaugurada em 1830, e ligava a cidade de Liverpool a Manchester.



Spinning jenny, fiandeira mecânica criada em 1764 por James Hargreaves.

Fonte: <http://histoblogsu.blogspot.com.br/2009/06/as-maquinas-simplificando-o-trabalho.html>



Criado pelo britânico Edmund Cartwright, o tear mecânico iniciou a revolução do carvão e do ferro. Foi nessa época que as indústrias passaram a empregar milhares de pessoas.

(Foto: Wikimedia Commons)

AS PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES

Hoje, quando visitamos uma fábrica ou assistimos alguma reportagem pela televisão é possível verificarmos que existe a exigência de que os ambientes sejam limpos, amplos, confortáveis, organizados e ventilados. Pelo menos em sua maioria.

Entretanto, as primeiras fábricas inglesas do século XVIII não eram bem assim. Ao contrário, estavam marcadas pela sujeira, pela má iluminação e pela insalubridade, extremamente **prejudiciais à saúde dos trabalhadores**.

Muitas pessoas ocupavam, simultaneamente, ambientes laborais fechados e sem ventilação adequada, o que tornava o ar quase irrespirável com o vapor produzido pelas máquinas.

Entre os trabalhadores se encontrava homens adultos, mulheres e crianças de ambos os sexos, os quais se prendiam a uma **jornada de trabalho diária de 14 a 18 horas**. As mulheres e crianças, apesar de exercerem o mesmo expediente dos homens, inclusive as mesmas funções, ganhavam apenas um terço do salário pago a esses.

Todos, sem exceção, trabalhavam de forma repetitiva e exaustiva o que, somado às péssimas condições de trabalho, demonstra o quanto o sistema fabril conseguiu intensificar a exploração dos trabalhadores e sua sujeição aos mandos e desmandos dos donos do capital.



A ilustração representa a cidade de Londres desorganizada urbanisticamente e socialmente, devido ao rápido crescimento com o advento das indústrias.

Fonte: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/revolucao-industrial/consequencias-da-industrializacao.php>

Fora das fábricas, ou seja, com o pouco tempo diário que lhes restavam, os trabalhadores continuavam o martírio no ambiente residencial a contrariar as expectativas, pois, deveria ser de descanso, lazer e boas condições de saúde e higiene. Na verdade, residiam em **cortiços** localizados nos centros urbanos, próximas às fábricas, regiões onde se concentrava o maior índice de poluição do ar.

Esses cortiços consistiam em amontoados de casas que possuíam, no máximo, dois cômodos, sendo todo o bairro operário desprovido de rede de esgoto. Os banheiros eram coletivos, o que facilitava a difusão de doenças como a cólera. Devido à baixa renda, a base da alimentação dos operários era uma torta de batata e, sabe-se também, que consumiam muita bebida alcoólica, principalmente cerveja.

A EXPLOSÃO DE REVOLTAS DOS TRABALHADORES

A intensa exploração dos trabalhadores exercida pelos industriais, acabou fomentando a eclosão de protestos e lutas contra os abusos e maus tratos, oriundos de seu ambiente de trabalho.

A primeira manifestação e uma das mais relevantes teve início em 1811, quando os operários decidiram sabotar e quebrar as máquinas, pois, consideravam-nas culpadas pelo desemprego e pelas péssimas condições de vida ao qual estavam submetidos.

Era o início do **Ludismo**, movimento liderado pelo operário Ned Ludd, cujos integrantes ficaram conhecidos pela quebra de máquinas quando não tinham suas exigências de melhores salários e condições de trabalho atendidas. O movimento, que começou na cidade de Nottingham, logo se alastrou para outras regiões, o que levou o Parlamento a reagir de forma drástica: qualquer cidadão que fosse surpreendido destruindo máquinas seria morto. Vários operários do movimento ludista foram enforcados.

Com a pena de morte, os trabalhadores passaram a se manifestar por meio de **greves e protestos** em público, entretanto, o Parlamento interviu mais uma vez instituindo em leis que proibiam as greves, a criação de sindicatos e as marchas de protesto.

Percebemos neste aspecto, resguardadas as diferenças, certa semelhança entre esse contexto com o da sociedade contemporânea, em que o Estado, seja ele monárquico ou republicano, sempre atua em defesa do capital e de seus representantes. Os trabalhadores, como mostra a História, sempre ficaram à margem social servindo como massa de manobra, seja em sentido político ou econômico, a fim de garantir os interesses daqueles que dominam os meios de produção e a burocracia estatal.

Outro movimento que não podemos deixar de destacar é o **Cartismo** que surgiu no contexto da luta dos trabalhadores pela aprovação da **Carta do Povo**, em 1838. O mencionado documento foi entregue ao Parlamento contendo mais de 1 milhão de assinaturas. Suas exigências se referiam, em termos gerais, às diversas demandas necessárias a melhoria das condições de vida dos operários ingleses.

Mesmo com a marcha e a colheita das assinaturas de trabalhadores de todo país, o Parlamento se recusou a atender as medidas contidas naquele documento. Ainda que o Parlamento tenha se comportado indiferentemente quanto aos aspectos políticos e sociais em pauta, os cartistas alcançaram algumas conquistas fundamentais aos trabalhadores. Entre elas vale destacar: a proibição do trabalho infantil (1842) e a jornada de trabalho reduzida para o limite de 10 horas diárias (1847).

TEXTO COMPLEMENTAR

MARXISMO E LUDISMO

A literatura marxista a respeito do ludismo (Karl Marx, E.P.Taylor, E.Hobsbawn, e, mais recentemente, Kirkpatrick Sale) procurou retirar a pecha de analfabetos ignorantes que o restante da população inglesa havia lançado sobre os inimigos das máquinas (tornando desde então o termo ludista a algo pejorativo). Entenderam-no, o movimento, como um proto-sindicalismo, uma reação desculpável e natural da parte dos trabalhadores contra algo que provocava o desemprego e o rebaixamento salarial deles.

Além, claro, de ser uma contestação ao capitalismo principiante, ainda que no quadro da grande transformação operada na transição do trabalho manual para o trabalho automatizado. Mesmo assim, não conseguiram evitar as óbvias associações do ludismo com o obscurantismo medieval, tão comuns a certos setores das classes populares.

Marx, socorrendo-se de um tal de Andrew Ure (*The Philosophy of the Manufactures*, 1835), um teórico, defendeu a tese de que graças às ameaças dos trabalhadores é que os capitalistas, para reduzirem as pressões e as rebeldias, aceleravam as implementações tecnológicas, concluindo que a máquina era estruturalmente uma “potência hostil ao trabalhador” (*O Capital*, vol. I, cap. XIII, 5). O que nos leva à estranha dedução de que o progresso tecnológico deve muito aos destruidores de máquinas.

O LUDISMO: A REBELIÃO CONTRA O FUTURO

O assalto às lavouras experimentais de transgênicos que se processam no Brasil de hoje e os protestos dos ambientalistas à engenharia genética em outras partes do mundo, particularmente na Europa, lembra o tempo dos Ludistas ingleses. Estes eram os integrantes de um movimento popular que surgiu na Grã-Bretanha, entre 1811-1818, na época da Revolução Industrial, voltado à destruição das máquinas e protestos contra os avanços da tecnologia. Na verdade, tratou-se de uma “rebelião contra ao futuro”.

Certa vez, no ano de 1812, há quase dois séculos atrás, Mr.Smith, um dono de uma tecelagem no distrito de Huddersfield, no leste da Inglaterra, recebeu uma estranha carta assinada por um tal de “General Ludd”. Continha pesadas ameaças. A sua fábrica em breve seria invadida e as máquinas destruídas, caso ele não se desfizesse delas. Um incêndio devoraria o edifício e até a sua casa, se ele tentasse reagir. O nome Ludd era conhecido nos meios fabris desde que um maluco chamado Ned Ludd, uns trinta anos antes, em 1779, invadira uma oficina para desengonçar as máquinas a marteladas. A mensagem ameaçadora não era brincadeira.

Uns meses antes, nos finais de 1811, uma onda de assaltos aos estabelecimentos mecânicos espalhou-se pela região de Nottinghamshire, uma antiga área ligada à criação de ovelhas e que desde o século 17 vira crescer por lá, espalhadas, pequenas empresas de fiação e tecelagem. A revolução industrial, com a rápida disseminação da máquina a vapor, como era de esperar, provocou ali uma radical mutação socioeconômica. Por todo lado, novos teares e máquinas tricoteadeiras, embaladas pela nova tecnologia da energia a vapor, substituíram os antigos procedimentos das rocas de fiar. As reações não demoraram.

A CARTA DO GENERAL LUDD

“Possuímos informações de que você é um dos proprietários que têm um desses detestáveis teares mecânicos e meus homens me encarregaram de escrever-lhe, fazendo uma advertência para que você se desfazer deles...atente para que se eles não forem despachados até o final da próxima semana enviarei um dos meus lugar-tenentes com uns 300 homens para destruí-los, e, além, disso, tome nota de que se você nos causar problemas aumentaremos o seu infortúnio queimando o seu edifício reduzindo-o a cinzas; se você tiver o atrevimento de disparar contra os meus homens, eles têm ordem de assassiná-lo e de queimar a sua casa. Assim você terá a bondade de informar aos seus vizinhos de que esperem o mesmo destino se os seus tricoteadores não sejam rapidamente desativados...”

Ass.: General Ludd, março de 1812

OUTRAS DESTRUÇÕES

Atacar e destruir máquinas é uma atividade bem mais antiga do que se supõe. Bem antes do desencadeamento do Movimento Ludita registraram-se, no princípio do século XVIII, ações depredadoras na periferia de Londres contra uma serra movida à água, como também contra uma tosquiadeira automática, inventada por um tal de Everet em 1758. O próprio Marx assinala (no cap. XIII, 5, d' O Capital) as rebeliões ocorridas em certas partes da Europa provocadas pela introdução de moinho de fazer fitas e galões. O que levava aquela gente humilde, geralmente cordata, a cometer tais atos desesperados? Medo e insegurança. Assustavam-se com a possibilidade das máquinas estreitarem ou suprimirem com o trabalho deles, além do receito sobrenatural ao novo tão comum entre as gentes pobres.

Por Voltaire Schilling. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/2006/03/14/000.htm>

R EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

01 | UFRN O historiador Christopher Hill se notabilizou pelos seus estudos sobre a Revolução Inglesa do século XVII (Revolução Puritana/Revolução Gloriosa). Considerando essa revolução como um evento capital não só da história inglesa mas também da história de todo o mundo contemporâneo, Christopher Hill afirma:

Se você observar a Inglaterra no século XVI, verá que é uma potência de segunda classe, levando um embaixador inglês em 1640 a dizer que seu país não gozava de qualquer consideração no mundo. O que era verdade. Mas já no começo do século XVIII a Inglaterra é a maior potência mundial. Logo, alguma coisa aconteceu no meio disso.

MARQUES, Adhemar M.; BERUTTI, Flávio C.; FARIA, Ricardo de M. *História contemporânea através de textos*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 12.

- A** Mencione e explique duas mudanças que contribuíram para a Inglaterra, no começo do século XVIII, se tornar a maior potência mundial.
- B** Justifique por que a Revolução Inglesa do século XVII pode ser considerada um evento capital de todo o mundo ocidental contemporâneo.

Resolução:

A MUDANÇAS NA INGLATERRA

- *A Guerra Civil e a Revolução acabaram com a possibilidade de a monarquia absolutista existir na Inglaterra (Christopher Hill).*
- *Negação do direito divino dos reis, com a decapitação do rei Carlos I, favorecendo um modelo mais liberal de participação política.*
- *Na luta Parlamento X Coroa, ficou estabelecido que o governo não poderia cobrar taxas que não fossem previamente autorizadas pelos representantes do povo.*
- *O rei perdeu a prerrogativa de suspender execuções de leis.*
- *Formação de um sistema político com organizações partidárias bem desenvolvidas, com a transferência de amplos poderes ao Parlamento.*
- *Disponibilização de enormes recursos para que as forças parlamentares montassem uma poderosa marinha, promovendo os interesses mercantis ingleses.*

ses em todo o mundo (Ato de Navegação).

- *Eliminação dos piratas e abertura do Mar Mediterrâneo aos mercadores ingleses, e a colonização efetiva das terras do Atlântico e do Pacífico, iniciando o imperialismo econômico inglês.*
- *A Inglaterra obteve o virtual monopólio do comércio de escravos, do qual retirou uma enorme fortuna.*
- *Abolição dos direitos feudais remanescentes sobre a posse das terras, transformando a terra numa mera mercadoria livremente comercializável.*
- *Estabelecimento de um clima geral de liberdade de pensamento e de estímulo oficial à produção de livros de investigação e pesquisa, que redundaram na revolução científica, pondo a Inglaterra à frente também nesse campo.*
- *Ato de Tolerância (Toleration Act) – concedia liberdade religiosa aos diversos seguimentos cristãos (“igrejas livres”), exceto aos católicos.*
- *Declaração de Direitos (Bill of Rights) – conjunto de leis que, entre outras medidas, instituiu um tribunal para julgar os indivíduos.*
- *Afirmção da moral puritana: valorização do trabalho e do acúmulo material.*

B JUSTIFICATIVA DA IMPORTÂNCIA DA REVOLUÇÃO INGLESA

A Revolução Inglesa do século XVII pode ser considerada, um evento capital de todo o mundo ocidental contemporâneo porque deu os primeiros passos daquilo que chamamos comumente hoje de “direitos humanos”, tendo o indivíduo como referência e criando a possibilidade histórica de um Estado de direito, no qual a condição da cidadania está definida por uma Carta de Direitos, e não mais por um poder absoluto de um monarca. Além disso, a política está baseada no consentimento de um setor muito amplo da sociedade.

02| UFJF Leia, abaixo, a interpretação do historiador Christopher Hill sobre a revolução ocorrida na Inglaterra em meados do século XVII. Em seguida, atenda ao que se pede.

Dentro da revolução inglesa do século XVII, que resultou no triunfo da ética protestante – a ideologia da classe proprietária – houve a ameaça de uma outra revolução, completamente diferente. Seu sucesso poderia ter estabelecido a propriedade comunal e uma democracia mais ampla, poderia ter derrubado a Igreja estatal e rejeitado a ética protestante. Os grupos radicais que apresentaram essas propostas (...) eram formados por homens e mulheres pobres, sem sofisticação ou educação, e talvez

por isso, raramente suas opiniões foram consideradas a sério. Porém muitas de suas exigências, tradicionalmente descartadas como fantasias impraticáveis, aproximam-se do radicalismo próprio do nosso próprio tempo.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta cabeça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, contracapa final.

Identifique DOIS desses grupos radicais participantes do que o autor denomina de “outra revolução” e analise suas principais demandas ou reivindicações.

Resolução:

O candidato poderá indicar dentre os grupos:

Tendo John Liburne como um dos seus mais destacados representantes, os levellers ou niveladores reivindicavam, dentre outras coisas, a igualdade jurídica entre os cidadãos; a liberdade de culto religioso; pediam a abolição do dízimo, da prisão e o fim dos cercamentos das terras comunais não usadas.

Mais radicais que os levellers, liderados por Gerrard Winstanley, os diggers ou cavadores (ou ainda true levellers) defendiam, dentre outras coisas, a igualdade econômica e uma reforma agrária que garantisse o acesso dos camponeses à terra; opunham-se à propriedade particular do solo e defendiam a posse comunitária das terras da coroa e dos terrenos ociosos; eram anticlericais. Será também considerada a indicação de grupos como: ranters, seekers e quacks.

03| UERJ

O rei é vencido e preso. O Parlamento tenta negociar com ele, dispendo-se a sacrificar o Exército. A intransigência de Carlos, a radicalização do Exército, as inépcias do Parlamento somam-se para impedir essa saída “moderada”; o rei foge do cativo, afinal, e uma nova guerra civil termina com a sua prisão pela segunda vez. O resultado será uma solução, por assim dizer, moderadamente radical (1649): os presbiterianos são excluídos do Parlamento, a Câmara dos Lordes é extinta, o rei decapitado por traição ao seu povo após um julgamento solene sem precedentes, proclamada a República; mas essas bandeiras radicais são tomadas por generais independentes, Cromwell à testa, que as esvaziam de seu conteúdo social.

RENATO JANINE RIBEIRO

In: HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

O texto faz menção a um dos acontecimentos mais importantes da Europa no século XVII: a Revolução Puritana (1642-1649). A partir daquele acontecimento, a Inglaterra viveu uma breve experiência republicana, sob a liderança de Oliver Cromwell. Dentre suas realizações mais importantes, destaca-se a decretação do primeiro Ato de Navegação.

Explique a importância do Ato de Navegação para a economia inglesa e aponte duas ações políticas da República Puritana.

Resolução:

A decretação do primeiro Ato de Navegação (1651) determinou que o transporte de produtos importados pela Inglaterra deveria ser feito apenas em navios ingleses ou pertencentes aos países de origem dos respectivos produtos, ampliando o processo de acumulação de capitais.

Duas das ações:

- *dissolução do Parlamento;*
- *conquista da Jamaica à Espanha;*
- *supressão da Câmara dos Lordes;*
- *vitórias militares contra a Holanda e a Espanha;*
- *submissão da Irlanda e da Escócia, outra vez, à Inglaterra;*
- *confisco e leilão das terras pertencentes à Igreja Anglicana e aos nobres que apoiaram o rei;*
- *autoproclamação de Cromwell como Lorde Protetor das Repúblicas da Inglaterra, Escócia e Irlanda;*

F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01| UEL

Leia o texto a seguir.

A tecnologia tem sido o catalizador da mudança social desde antes do matemático grego Arquimedes demonstrar que a água pode ser levantada para irrigar um terreno ressecado acima de um fluxo de água, por meio de um mecanismo contínuo propulsor dentro de um tubo flexível. Contudo, ao mesmo tempo, a diferença entre os contemplados e os tecnologicamente carentes tornou-se um abismo. Para cada um que agora compra sua passagem de avião, trem e ingresso de teatro *online*, milhões ainda esperam pela eletricidade e por água limpa corrente.

(Adaptado de: JARDINE, L. Como a tecnologia afeta a transformação social. In: SWAIN, H. *Grandes questões da História*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010. p.255-259.)

- A** Com base no texto, descreva duas características fundamentais da Revolução Industrial inglesa do século XVIII.
- B** Discuta as relações entre desenvolvimento tecnológico e bem-estar social no mundo contemporâneo.

02| UEG

A primeira e a segunda etapas da Revolução Industrial foram responsáveis por substanciais transformações nas relações de produção, mudando a economia, a sociedade e a política em vários lugares do planeta. Nesse sentido, complete o quadro a seguir, apontando as especificidades de cada um desses momentos da industrialização.

	I Revolução Industrial	II Revolução Industrial
Onde e quando ocorreu?		
Qual foi o tipo de energia motriz utilizada?		
Qual o principal tipo de indústria?		

03| UNICAMP

Na Europa, até o século XVIII, o passado era o modelo para o presente e para o futuro. O velho representava a sabedoria, não apenas em termos de uma longa experiência, mas também da memória de como eram as coisas, como eram feitas e, portanto, de como deveriam ser feitas. Atualmente, a experiência acumulada não é mais considerada tão relevante. Desde o início da Revolução Industrial, a novidade trazida por cada geração é muito mais marcante do que sua semelhança com o que havia antes.

(Adaptado de Eric Hobsbawm, O que a história tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea? Em: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 37-38.)

- A** Segundo o texto, como a Revolução Industrial transformou nossa atitude em relação ao passado?
- B** De que maneiras a Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX alterou o sistema de produção?

04| UNIFESP

A paz não passa de um engodo, de uma quimera, de um sonho fugaz; a indústria tornou-se o suplício dos povos, depois que uma ilha de piratas [refere-se à Inglaterra] bloqueia as comunicações (...) e transforma suas fábricas e oficinas em viveiros de mendigos.

(Charles Fourier. *Théorie des quatre mouvements* (1808), in *Oeuvres complètes*. Paris: Anthropos, vol. I, 1978, citado por Elias Thomé Saliba. *As utopias românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.)

O fragmento, escrito em 1808, mostra a visão de Charles Fourier acerca do nascimento das fábricas. Explique

- A** por que o autor chama as fábricas de “viveiros de mendigos”.
- B** o que leva o autor a afirmar que a Inglaterra “bloqueia as comunicações”.

05| UFMG

“O que significa a frase “a revolução industrial” explodiu? Significa que a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços. [...] Sob qualquer aspecto, este foi provavelmente o mais importante acontecimento na história do mundo, pelo menos desde a invenção da agri-

cultura e das cidades. E foi iniciado pela Grã-Bretanha. É evidente que isto não foi acidental.”

HOBBSAWM, Eric J. A era das revoluções: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 44-5.

1. CITE e ANALISE dois fatores que tornaram possível o pioneirismo inglês no processo de industrialização.
2. EXPLIQUE uma das razões por que a indústria têxtil se tornou o setor de ponta nos primórdios da industrialização.

T ENEM E VESTIBULARES

01| FUVEST As chamadas “revoluções inglesas”, transcorridas entre 1640 e 1688, tiveram como resultados imediatos:

- A A proclamação dos Direitos do Homem e do Cidadão e o fim dos monopólios comerciais.
- B O surgimento da monarquia absoluta e as guerras contra a França napoleônica.
- C O reconhecimento do catolicismo como religião oficial e o fortalecimento da ingerência papal nas questões locais.
- D O fim do anglicanismo e o início das demarcações das terras comuns.
- E O fortalecimento do Parlamento e o aumento, no governo, da influência dos grupos ligados às atividades comerciais.

02| MACK A Revolução Gloriosa, na Inglaterra (1688–1689), marcou o início de uma época de grande prosperidade para o país, lançando as bases para o desenvolvimento capitalista, e permitiu que o país fosse o pioneiro na Revolução Industrial do século XVIII. Podemos estabelecer uma relação entre os dois eventos porque:

- A O governo passou a impor a religião anglicana, dando fim aos conflitos religiosos e aos massacres entre católicos e protestantes, liberando mão de obra para as novas técnicas de produção.
- B O poder real, com a retomada do absolutismo, não encontra empecilhos para dar fim ao sistema feudal e incentivar a prática capitalista para aumentar os recursos do Tesouro Nacional.
- C O país, com o advento do Parlamentarismo, passou por transformações, como o acordo político e econômico entre a burguesia e a nobreza rural que, juntas, promoveram o desenvolvimento econômico.
- D Tanto a tolerância religiosa quanto uma maior liberdade de expressão política por parte da sociedade civil, características do despotismo esclarecido, incentivaram o desenvolvimento econômico.

E O desenvolvimento de uma monarquia, com características de um Estado liberal, permitiu a união de todas as classes sociais na Inglaterra, o que permitiu a modificação das relações trabalhistas no campo.

03| FGV Leia um fragmento do Ato de Navegação inglês de 1660.

Para o progresso do armamento marítimo e da navegação que soube a boa providência e proteção divina interessam tanto à prosperidade, à segurança e o poderio deste reino... nenhuma mercadoria será importada ou exportada dos países, ilhas, plantações ou territórios, pertencentes a Sua Majestade ou em posse de Sua Majestade, na Ásia, América e África, noutros navios senão nos que sem nenhuma fraude pertencem a súditos ingleses, irlandeses ou gauleses, ou ainda a habitantes destes países, ilhas, plantações e territórios, e que são comandados por um capitão inglês e tripulados por uma equipagem com três quartos de ingleses...

(English Historical Documents)

A determinação inglesa pode ser considerada:

- A Liberal, uma vez que a interferência do Estado se resumira a estabilizar a entrada e a saída de mercadorias da nação.
- B Fisiocrata, porque reforçou a tendência inglesa de buscar as rendas do Estado na produção agrícola.
- C Iluminista, já que atendeu às demandas das camadas mais modernas da nobreza de terras e da burguesia industrial.
- D Monopolista, visto que permitiu a livre circulação de mercadorias pela maior parte do continente europeu e da Ásia.
- E Mercantilista, pois permitiu a proteção e a consequente prosperidade da marinha e do comércio britânicos.

04| UNESP A Revolução Puritana (1640) e a Revolução Gloriosa (1688) transformaram a Inglaterra do século XVII. Sobre o conjunto de suas realizações, pode-se dizer que:

- A** Determinaram o declínio da hegemonia inglesa no comércio marítimo, pois os conflitos internos provocaram forte redução da produção e exportação de manufaturados.
- B** Resultaram na vitória política dos projetos populares e radicais dos cavadores e dos niveladores, que defendiam o fim da monarquia e dos privilégios dos nobres.
- C** Envolveram conflitos religiosos que, juntamente com as disputas políticas e sociais, desembocaram na retomada do poder pelos católicos e em perseguições contra protestantes.
- D** Geraram um Estado monárquico em que o poder real devia se submeter aos limites estabelecidos pela legislação e respeitar as decisões tomadas pelo Parlamento.
- E** Precederam as revoluções sociais que, nos dois séculos seguintes, abalaram França, Portugal e as colônias na América, provocando a ascensão política do proletariado industrial.

05| ESPM

No século XVII, a Inglaterra foi adquirindo os contornos da potência mundial que se tornaria nos séculos seguintes. Para tanto, priorizou-se o desenvolvimento da indústria naval, lançando-se, a partir de 1650, os Atos de Navegação, decretos que protegiam os mercadores ingleses e suprimiam a participação holandesa, muito forte até então.

(Cláudio Vicentino. *História Geral*)

Os Atos de Navegação foram lançados:

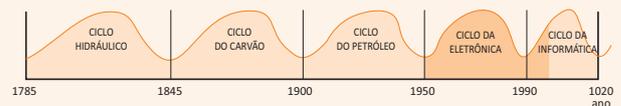
- A** Pelos reis da dinastia Tudor.
- B** Pelos reis da dinastia Stuart.
- C** Pelos reis da dinastia Windsor.
- D** Após a Revolução Gloriosa e a adoção da monarquia parlamentarista.
- E** Durante o governo de Cromwell, sob a vigência da República Puritana.

06| ESCS No mundo ocidental, a contemporaneidade se inicia sob o impacto de uma dupla revolução: na economia, a Revolução Industrial rompia radicalmente com os padrões anteriores do sistema produtivo, trazendo mudanças profundas na vida das sociedades; na polí-

tica, as revoluções liberais burguesas, iniciadas com a independência das 13 colônias inglesas da América do Norte, sepultavam o Antigo Regime e inauguravam uma nova ordem política. No que concerne ao significado de ambas as revoluções, assinale a opção correta.

- A** O Antigo Regime quedou-se ante a força avassaladora da Revolução Francesa e da Era Napoleônica, encerrando-se sem oferecer resistência à nova ordem liberal burguesa que procurava se instalar no mundo ocidental.
- B** A Revolução Americana, em 1776, representou o nascimento dos Estados Unidos da América do Norte, mas irrelevante ou mesmo inexistente foi sua influência em movimentos de independência nas colônias ibéricas da América.
- C** Por maior que tenha sido a importância da Revolução Industrial para a configuração do mundo contemporâneo, sua força circunscreveu-se ao sistema produtivo, com as inúmeras inovações tecnológicas.
- D** Entre as principais transformações advindas da Revolução Industrial, o fenômeno da urbanização mostra-se irreversível e acompanha o processo de modernização econômica que ocorre em escala global.

07| FM PETRÓPOLIS As transformações do espaço mundial da era industrial estão muito associadas aos longos ciclos de inovação tecnológica. Por meio deles, a economia contemporânea foi evoluindo até a “revolução da inovação” do mundo de hoje, de acordo com o esquema apresentado abaixo.



The Economist London: The Economist Group, 20 fev. 1999. p.8. In: MAGNOLI, Demétrio.

Geografia para ensino médio. São Paulo: Atual, 2012. p. 99. Adaptado.

Considerando-se a ordenação sequencial dos ciclos no esquema, é um elemento representativo para cada um desses ciclos, respectivamente:

- A** Força hidráulica, ferrovias, petroquímicos, eletricidade, novas mídias.
- B** Navios a vapor, carvão mineral, petróleo, aviação, redes digitais.
- C** Ferrovias, siderurgia, telefone, eletrônicos, *softwares*.
- D** Têxteis, siderurgia, automóveis, petroquímicos, biotecnologia.
- E** Ferro, carvão, petróleo, novas mídias, aviação.

08| UEA

O limpador de chaminés

*Eu era bem novo, e minha mãe morria;
e meu pai vendeu-me quando eu mal sabia
balbuciar, chorando: “ ‘dor! ‘dor! ‘dor! ‘dor! ‘dor!”
Assim, sujo e escuro, sou o limpador.*

*Aquele é Tom Dacre, que chorou na vez
em que lhe raspavam a cabeça: “Vês –
consolei-o – Tom, que é bom não ter cabelo,
pois assim fuligem não te suja o pelo.”*

(William Blake. *Canções da Inocência e da Experiência*. www.arquivors.com.)

William Blake (1757–1827) foi poeta, pintor e ilustrador inglês. Foi, também, um severo crítico da sociedade inglesa de sua época. O poema *O limpador de chaminés* é:

- A Um apelo dirigido às classes sociais dominantes na Inglaterra, para que remunerassem melhor os operários.
- B Uma denúncia da crueldade da exploração da mão de obra infantil no período da Revolução Industrial.
- C A verbalização do sentimento de piedade cristã, que pregava o sofrimento como condição de salvação da alma.
- D O exemplo de literatura inglesa de combate às forças sociais que tentavam impedir o desenvolvimento econômico.
- E A celebração da Revolução Industrial e das melhores condições de vida e trabalho proporcionadas pelas fábricas.

09| UFPE O historiador inglês, Erick J. Hobsbawn, classifica como “Era das Revoluções” o período transcorrido entre os anos de 1789 e 1848, inscrevendo nesses anos a Revolução Francesa e a Revolução Industrial na Inglaterra, diante do que se pode afirmar o seguinte:

- 00. Ambos os movimentos citados desenvolveram-se no continente europeu e promoveram, entre seus desdobramentos, a ascensão social dos grupos que vieram a ser denominados de burgueses.

- 01. A manutenção do regime monárquico absolutista, tanto na França como na Grã-Bretanha, impediu o desenvolvimento do Capitalismo no século XVIII.
- 02. A economia mundial, no século XIX, desenvolveu-se sob a influência da Revolução Industrial, enquanto, sob a égide da Revolução Francesa, consolidaram-se as instituições políticas burguesas.
- 03. Ao contrário do que ocorreu na França, no período pós-revolucionário, o campesinato na Inglaterra foi preservado, sobrevivendo às mudanças do Capitalismo.
- 04. Nas origens da Revolução Industrial na Inglaterra, estão diretamente associados o desenvolvimento da indústria têxtil e a utilização da energia a vapor.

10| UNIRG

Leia o texto a seguir.

- Art. 2º: Fazer as chamadas ou saídas pontualmente conforme lhe ordenar o mestre geral.
- Art. 3º: Tomar nota no Livro de Pontos das horas de trabalho de cada operário.
- Art. 6º: Não consentir que se retirem do repartimento sem licença por escrito do mestre de sua repartição.

REGULAMENTO, Portaria, arts. 2o, 3o, 6o. In: GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: convento e disciplina*. Brasília: Ed. da UnB, 2002. p. 193.

Compõem o fragmento apresentado alguns artigos do regulamento de uma fábrica, os quais tratam do controle do tempo. A partir da Revolução Industrial, a instalação de relógios, de sirenes e de livros de ponto no ambiente das fábricas está associada ao processo de:

- A Consolidação dos direitos trabalhistas, atendendo à reivindicação do movimento operário pela jornada máxima de oito horas diárias de trabalho.
- B Laicização dos costumes, rompendo com a marcação do tempo realizada pelos sinos das igrejas de acordo com as horas canônicas.
- C Disciplinarização do trabalhador, buscando delimitar o tempo do trabalho com o objetivo de controlar e aumentar a produtividade.
- D Intervenção do Estado, implementando uma política pública que cronometrava a produção e regulava a vida de patrões e empregados.

ILUMINISMO: O MOVIMENTO DAS “LUZES”

A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO

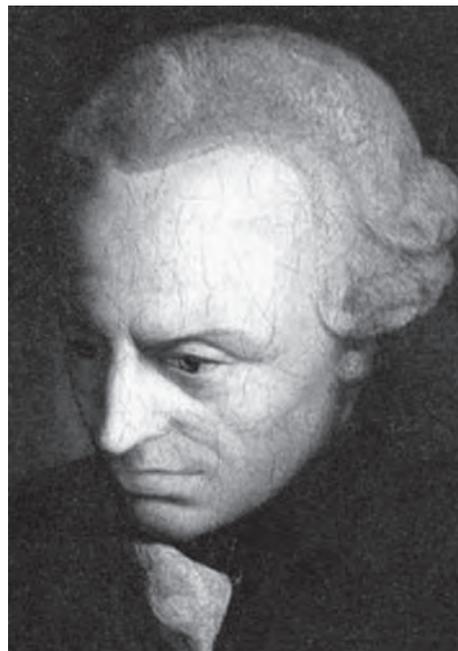
No contexto de transição do feudalismo para o capitalismo, a burguesia se aliou ao rei, o que foi fundamental para o fortalecimento econômico dessa classe e para que o rei passasse a ter o poder absoluto (absolutismo monárquico).

A sociedade do **Antigo Regime** – termo o qual é dado ao conjunto de características econômicas, políticas, sociais e culturais das sociedades da Idade Moderna – estava marcada pela existência de expressivos grupos sociais, com destaque a **nobreza** e a **burguesia**. Tentando garantir o equilíbrio entre essas classes, o rei incentivava o comércio burguês, mas concedia diversos privilégios àquela nobreza cortesã e parasitária, garantindo, desta forma, os interesses do próprio Estado Absolutista.

O progressivo fortalecimento econômico da burguesia e o desenvolvendo de uma ideologia própria passou a fundamentar a luta contra o **Antigo Regime**. Conscientes da dependência da nobreza quanto ao papel do Estado Absolutista pautado na manutenção de privilégios desse grupo, os burgueses passaram a se posicionar contrariamente a estas regalias, o que propiciou o surgimento do movimento Iluminista.

O **Iluminismo**, conhecido também como **Ilustração ou Filosofia das Luzes**, pode ser caracterizado como um movimento cultural e intelectual que se desenvolveu entre os séculos XVII e XVIII, sendo a França o centro difusor destas ideias.

O princípio fundamental do movimento era a crença na **razão**, no **progresso** e no **potencial humano**. Segundo seus idealizadores, apenas por meio do esclarecimento, da luz do conhecimento, o homem poderia superar o preconceito, a intolerância, a ignorância e o dogmatismo religioso exarcebado.



O filósofo alemão, Immanuel Kant, era um dos principais defensores do pensamento racional. Reprodução: internet.

PRINCIPAIS EXIGÊNCIAS DOS ILUMINISTAS

Uma análise mais acurada do movimento iluminista nos permite afirmar que muitas de suas exigências estavam relacionadas à defesa do desenvolvimento da atividade comercial, o que muito interessava aos burgueses. Analisaremos, então, algumas delas.



Filósofos Iluministas reunidos no salão de madame Geoffrin. Óleo sobre tela de Anicet-Charles Lemonnier, 1812. Museu Nacional do Castelo de Malmaison, Rueil-Malmaison.

Para os burgueses, independente da crença religiosa ou de suas convicções pessoais, qualquer cidadão poderia se envolver no ato de comercializar. Independente do fato de ser muçulmano, judeu, cristão ou ateu, do ponto de vista econômico, ninguém poderia ser excluído. Pena que esse ponto de vista se restringiu ao campo econômico, pois se ocorresse também em uma perspectiva social, diversos massacres poderiam ter sido evitados ao longo da História.

A **igualdade** era considerada o principal baluarte deste movimento. Todos os cidadãos deveriam ser iguais perante a lei. No ato de compra e venda, independente da origem social de cada parte, não existiriam diferenças. O que importaria era o cumprimento das obrigações contraídas, honrando o compromisso fundamental de pagar pelo que foi adquirido, seja

qual fosse a natureza desse bem.

A ideia da **liberdade**, tal como a igualdade, recebeu especial importância na estruturação da Ilustração. Acastelando não somente a liberdade comercial expressa no livre jogo da oferta e da procura, os burgueses passaram a defender o fim da escravidão e a liberdade das sociedades. Não se trata exatamente de um emergente sentimento humanitário burguês, mas sim do atendimento a algumas necessidades relacionadas ao próprio Capitalismo, quais sejam, a oferta de mão-de-obra livre, assalariada e barata, além da expansão de mercados consumidores. O contrário dessas ideias representava uma barreira, senão o próprio retrocesso, ao avanço capitalista.

Neste contexto, o direito a **propriedade privada** tornou-se quase sagrado. O desenvolvimento do comércio exigia, cada vez mais, o êxito econômico dos homens no que se refere a seu poder patrimonial (conjunto de bens e dinheiro). O direito a propriedade privada tornou-se a principal garantia de acesso a esse poder que, do mesmo modo, era indispensável ao fortalecimento da sociedade tipicamente capitalista.

PRINCIPAIS CRÍTICAS DOS ILUMINISTAS

Diante de uma nova mentalidade que surgia, influenciada pelos princípios iluministas, a burguesia passou a combater o Antigo Regime considerando tal período como uma época de “trevas” em função das características inerentes ao mesmo.

Inspirado nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, o Iluminismo criticava a política econômica mercantilista, o Absolutismo e a influência religiosa no que se refere a predominância dos dogmas, ou seja, das verdades reveladas pela fé. Tais ideias se disseminavam rapidamente nesta época revelando, assim, o desgaste natural das bases de sustentação do Antigo Regime.

O **Absolutismo** tinha no poder real o seu maior representante. Esse poder absoluto inerente aos reis lhes garantiam a liberdade de conceder privilégios à nobreza, o que inviabilizava o comércio burguês e limitava a participação destes na política.



Voltaire cercado por estudiosos. Reprodução: internet

Quanto à doutrina econômica do **Mercantilismo**, a defesa da intervenção do Estado na economia prejudicava o individualismo burguês e, conseqüentemente, o desenvolvimento do capital.

A manutenção da **escravidão** apresentava-se como contraditória aos preceitos capitalistas. Um homem, enquanto escravo, encontrar-se-ia na condição de mercadoria do seu senhor e, portanto, não recebia um salário correspondente ao trabalho desempenhado. Enquanto escravos, tais homens não poderiam compor o almejado mercado consumidor a ser conquistado com a expansão do comércio burguês.

Ressalta-se que as fábricas expandiam-se por toda a Europa, entre os séculos XVIII e XIX, cujo mercado consumidor encontrava-se saturado. A concorrência capitalista entre as nações industrializadas obrigava o velho mundo a reconhecer a liberdade de povos e nações, a exemplo do que ocorre em relação a Lei Bill Aberdeen (1845), que autorizava os ingleses a aprisionar os navios que insistissem em transportar escravos pelo oceano Atlântico.

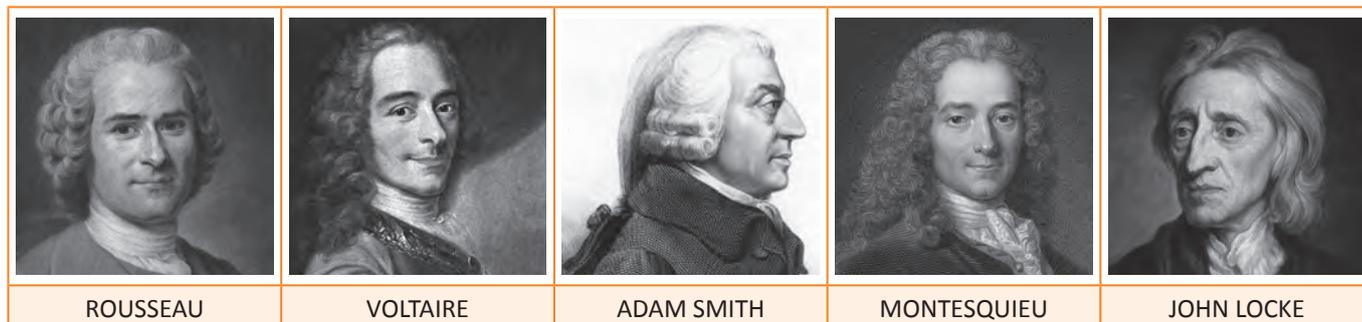
Por fim, o Iluminismo criticou duramente o **poder** e a **influência da Igreja**. Enquanto instituição dominadora, a Igreja Católica condenava o lucro e o racionalismo, ou seja, os princípios fundamentais que sustentavam o “espírito” iluminista protegido pela elite burguesa.

PENSADORES ILUMINISTAS

Os protagonistas do movimento Iluminista pertenciam às diversas áreas do conhecimento tais como a Filosofia, a Literatura, as Ciências etc.

Por meio da razão, tais pensadores se esforçaram em explicar as questões que envolviam a sociedade, pois, para eles, o acesso ao conhecimento traria o equilíbrio, a sociedade e a felicidade aos homens.

Apresentamos, a seguir, os principais pensadores iluministas e suas ideias.



- **Voltaire:** o francês François Marie Arouet, conhecido como Voltaire, é um dos mais conhecidos pensadores iluministas. Ficou marcado pela postura anticlericalista (combatia os preconceitos religiosos que fomentavam a ignorância dos homens), pelo combate ao Antigo Regime e pela defesa da liberdade de pensamento e de expressão.

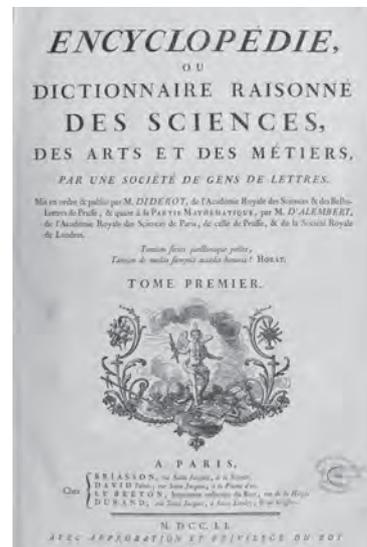
Sua obra de maior destaque foi Cartas Inglesas na qual defende, de forma apologética, a monarquia constitucional inglesa e o liberalismo político.

- **Montesquieu:** o jurista Charles Louis de Secondat, Barão de Montesquieu, destacou-se pela criação da **teoria dos três poderes**, debatida na obra O Espírito das Leis, na qual defende a distinção e a tripartição dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário.

A justificativa para esta divisão encontrava-se no fato de que indivíduo não poderia, ao mesmo tempo, acumular as funções de criar leis, executá-las e julgá-las, pois, o que facilitaria a emergência de formas absolutas relacionadas ao abuso de poder.

- **Rousseau:** para o suíço Jean-Jacques Rousseau a infelicidade humana tem sua origem na propriedade privada, o que ele destaca em sua obra Discurso sobre as origens e fundamentos da desigualdade entre os homens. Em sua outra obra clássica, O contrato social, Rousseau afirma que o povo é soberano e que o governo é apenas delegado, está a serviço do povo. Portanto, o povo deve estabelecer e destituir qualquer governo quando achar necessário.

- **Diderot e D'Alembert – A Enciclopédia:** o filósofo Denis Diderot e o matemático Jean D'Alembert foram os organizadores de uma obra composta de 35 volumes e que ficou conhecida como Enciclopédia. Esta obra foi formulada como uma síntese do saber até então acumulado. Tal obra exerceu extrema importância por se tratar de um instrumento de divulgação das ideias iluministas em geral.



A Enciclopédia seria uma espécie de dicionário sistemática das Ciências, Artes e Ofícios, em geral.
Reprodução: internet.

- **Adam Smith –** o “pai” do liberalismo econômico: em sua obra A Riqueza das Nações, o escocês Adam Smith defende que a única fonte de riqueza é o trabalho e não a terra, como entendiam os fisiocratas. Segundo esse pensador, a economia deveria “caminhar com as próprias pernas”, ou seja, livre da intervenção do Estado. Portanto, defendia a livre concorrência e o livre comércio, caracterizando as ideias básicas do liberalismo econômico.
- **John Locke:** esse filósofo inglês negava a influência de Deus no destino dos homens. Acreditava que a sociedade seria responsável por “moldar” o homem, seja para o bem, seja para o mal. Duas obras de destaque foram Ensaio sobre o entendimento humano (1689) e Dois tratados sobre governo (1689).

O DESPOTISMO ESCLARECIDO

Para finalizarmos a discussão envolvendo o movimento Iluminista, não poderíamos deixar de destacar o fenômeno que ficou conhecido como **despotismo esclarecido**.



Ilustração de Marquês de Pombal
Fonte: <http://tertuliabibliofila.blogspot.com.br/2014/05/nicolau-tolentino-de-almeida-um.html>

O despotismo esclarecido se caracterizou pelo uso de alguns princípios iluministas pelos monarcas absolutistas no intuito de se manterem no poder.

Promovendo diversas reformas econômicas e sociais em seus Estados, tais reis e rainhas absolutistas, ao aderirem a algumas das ideias iluministas, ficaram conhecidos como **déspotas esclarecidos**.

Entre os principais **déspotas** se destacaram-se: **Frederico II**, da Prússia – conhecido como rei-filósofo –, que investiu em escolas, na indústria e na agricultura; **Catarina II**, da Rússia, que também investiu em escolas, hospitais, urbanizou a cidade de Petesburgo e tomou bens e terras da Igreja; **José II**, da Áustria, que diminuiu o poder da Igreja, confiscando suas terras, e aboliu as obrigações feudais; e, por último, o **Marquês de Pombal** que, apesar de não ter sido rei, se destacou na administração portuguesa como representante do despotismo esclarecido. No cargo de ministro no reinado de Dom José (1714-1777), Pombal aboliu a escravidão africana e emancipou os indígenas na América portuguesa (Brasil), além de também incentivar as ciências naturais e criar faculdades de filosofia e matemática.

TEXTO COMPLEMENTAR

IRRESISTÍVEL POMBAL

Administrador incansável e ilustrado, autoritário, não raro vingativo, o homem forte de Portugal num tempo de grandes transformações deixou seu nome e sua trajetória para o sempre polêmico veredicto da História.

Sebastião José de Carvalho e Melo nasceu em Soure, no norte de Portugal, em 13 de maio de 1699. Pertencia a uma família da pequena nobreza, sem grandes recursos. É provável, embora controverso, que tenha estudado leis em Coimbra e depois passado boa parte da sua juventude na província, dividido entre trabalhos rurais e processos jurídicos locais. Após a morte do pai, Manuel de Carvalho e Ataíde, em 1720, ficou sete anos administrando a propriedade da família. Aos 23 anos, deu o primeiro sinal da impetuosidade que marcaria suas futuras ações públicas: raptou e desposou D. Teresa de Noronha, viúva dez anos mais velha, pertencente à orgulhosa família dos condes dos Arcos. A família da esposa jamais o aceitaria.

A carreira de Carvalho e Melo começou na década de 1730, valendo-se bastante do prestígio e da fortuna do tio Paulo de Carvalho e Ataíde, professor da Universidade de Coimbra, depois nomeado arcebispo em Lisboa. Dele herdou, em 1737, um morgado – tipo de propriedade familiar inalienável – constituído de diversos bens em Sintra e Oeiras, prédios alugados em Lisboa e 504 mil cruzados. No ano seguinte, o tio recomendou-o ao cardeal D. João da Mota, primeiro-ministro do rei D. João V, o que lhe valeu a nomeação para uma missão diplomática em Londres.

Na capital britânica, seu primo Marco Antônio de Azevedo Coutinho, recém-nomeado secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra em Lisboa, deu-lhe informações minuciosas sobre as características do governo local e as perspectivas dos interesses lusos. A leitura de autores ingleses sobre as estratégias mercantilistas o inspirou a produzir uma volumosa quantidade de relatórios e textos político-econômicos. Também se interessou pelo papel de judeus e cristãos-novos (judeus convertidos ao cristianismo) no comércio internacional, sobretudo na área das pedras preciosas. Chegou a organizar uma rica biblioteca hebraica.

Nomeado para a Corte de Viena, onde chegou em 1745, testemunhou um Estado em processo de amplas reformas na direção do chamado despotismo esclarecido – método de governo que aliava o poder absoluto dos reis à influência de ideais iluministas. Mas Sebastião José não perdia de vista seus interesses particulares. Viúvo desde 1739, contou com a amizade de Manuel Teles da Silva – nomeado duque da Silva-Tarouca pelo imperador Carlos VI –, e mais tarde foi confidante da imperatriz Maria Teresa da Áustria. Em 1746 casou-se com Maria Leonor, condessa de Daun, cuja mãe era dama da imperatriz. Ganhou assim seu primeiro título de nobreza: tornou-se conde de Daun.

Retornou a Lisboa em 1749, já nos meses derradeiros do reinado de D. João V. Os partidários do rei o detestavam: era visto como um estrangeirado, considerado ambicioso e vaidoso. Com a morte de D. João, em julho de 1750, foi nomeado pelo novo monarca, D. José I, para a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Iniciava-se um período de 27 anos no topo do poder.

Pombal logo adotou medidas radicais para enfrentar o declínio dos rendimentos coloniais. A produção e a exportação de açúcar, couros, ouro e diamantes foram objeto de novos regulamentos destinados a aumentar o controle da metrópole, evitar fraudes e, no caso dos produtos agrícolas, elevar os preços, numa conjuntura de baixa no mercado internacional. Em 1755, uma tragédia elevaria sua liderança a níveis decisivos: o terremoto que vitimou milhares de pessoas e arruinou Lisboa. Suas providências foram imediatas, no sentido de reconstruir a cidade o mais depressa possível. Atribuiu-se a ele uma ordem que ficou célebre: “Enterrar os mortos e cuidar dos vivos”. Revelava-se, aos olhos de D. José, o verdadeiro homem forte do reino.

Como tal, impôs com violência exemplar o princípio da autoridade régia contra três setores da sociedade. Hostil ao seu projeto de criar companhias comerciais privilegiadas, parte da burguesia mercantil organizou os “motins do Porto” em 1757/1758. Foi duramente castigada, com várias condenações à morte (por enforcamento), à prisão e ao degredo perpétuo. A aristocracia, até então intocável, caiu em desgraça depois que o rei sofreu uma tentativa de assassinato em 1758. Alguns membros da alta nobreza foram responsabilizados pelo atentado, e a sentença foi implacável: toda a família Távora foi condenada à execução em praça pública, inclusive mulheres e crianças. Os Távora pertenciam à mais alta linhagem do reino, com direitos inclusive à sucessão do trono. Como também havia indícios da participação de padres jesuítas no complô, Pombal desferiu seu golpe definitivo contra aquela ordem religiosa: a Companhia de Jesus foi dissolvida e expulsa de Portugal e de seus domínios em 1759. A virulência com que reagiu ao episódio rendeu-lhe um novo título nobiliárquico: conde de Oeiras.

No início da década de 1760, preocupações militares dominavam as ações do governo devido ao conflito com a Espanha durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Por isso, o conde de Oeiras teve que deixar em segundo plano um problema de importância fundamental para o futuro: a crise do ouro do Brasil, acompanhada do declínio dos preços e da produção de quase todos os artigos coloniais. Os rendimentos do Estado caíam de forma dramática, e a solução foi reforçar os privilégios mercantis e arrochar os impostos.

O primeiro-ministro se empenhou a fundo na reforma do ensino em todos os níveis, particularmente nos Estudos Menores (primeiras letras) e na Universidade de Coimbra. Suas reformas atingiram também a estrutura jurídica do reino, subordinando-a ao direito natural e das gentes, com grande impacto sobre o próprio ensino das leis em Coimbra. No campo religioso, converteu o Tribunal do Santo Ofício, ou da Inquisição, em tribunal de Estado. Por último, embora não menos importante, deve-se creditar a Pombal a série de leis, decretos e alvarás que aboliram as antigas discriminações que ainda pesavam sobre os cristãos-novos, eternos suspeitos de judaísmo, desde o século XVI.

Suas maiores honras lhe foram conferidas já no final da vida: em 1769, recebeu o título de marquês de Pombal. Mas com a morte de D. José I em 1777, a rainha D. Maria I, aliando-se aos seus muitos inimigos, expulsou-o do poder. Exilado em Pombal, viveu ali seus melancólicos últimos anos (ver box), morrendo em 1782.

Para o bem ou para o mal, a passagem de Sebastião José de Carvalho e Melo pelo poder foi um divisor de águas na História de Portugal.

Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/irresistivel-pombal>. Artigo publicado por Francisco José Calazans Falcon, professor da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), professor aposentado da Universidade Federal Fluminense (UFF).

R EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

01| UNESP

Preguiça e covardia são as causas que explicam por que uma grande parte dos seres humanos, mesmo muito após a natureza tê-los declarado livres da orientação alheia, ainda permanecem, com gosto, e por toda a vida, na condição de menoridade. É tão confortável ser menor! Tenho à disposição um livro que entende por mim, um pastor que tem consciência por mim, um médico que prescreve uma dieta etc.: então não preciso me esforçar. A maioria da humanidade vê como muito perigoso, além de bastante difícil, o passo a ser dado rumo à maioridade, uma vez que tutores já tomaram para si de bom grado a sua supervisão. Após terem previamente embrutecido e cuidadosamente protegido seu gado, para que estas pacatas criaturas não ousem dar qualquer passo fora dos trilhos nos quais devem andar, os tutores lhes mostram o perigo que as ameaça caso queiram andar por conta própria. Tal perigo, porém, não é assim tão grande, pois, após algumas quedas, aprenderiam finalmente a andar; basta, entretanto, o perigo de um tombo para intimidá-las e aterrorizá-las por completo para que não façam novas tentativas.

(Immanuel Kant, *apud* Danilo Marcondes. *Textos básicos de ética – de Platão a Foucault*, 2009. Adaptado.)

O texto refere-se à resposta dada pelo filósofo Kant à pergunta sobre “O que é o Iluminismo?”. Explique o significado da oposição por ele estabelecida entre “menoridade” e “autonomia intelectual”.

Resolução:

O filósofo Kant faz nesse texto uma defesa do Iluminismo, movimento intelectual do século XVIII que proclama a maioria do homem, uma vez conquistado o uso da razão. O Iluminismo foi, assim, um divisor de águas da história da filosofia. Antes, prevalecia uma antropologia da menoridade, em que o homem é entendido como ser insuficiente, frágil ou pecador. Trata-se de um homem incapaz de realizar sua autonomia, devido à sua dependência em relação às instituições políticas e religiosas. A maioria proclamada pelos iluministas se baseia na valorização da razão como instrumento da emancipação humana, ou seja, à autonomia fundamentada no desenvolvimento da inteligência. É curioso aqui observar a advertência que Kant faz contra a preguiça e a covardia, pois a menoridade confortável coloca o indivíduo numa posição cômoda; o desenvolvimento da razão, portanto, exigiria uma postura corajosa diante da própria vida.

02| UFRN

Durante o século XVIII, ganhou corpo na Europa o Iluminismo, um movimento intelectual que propunha a transformação das relações sociopolíticas que caracterizavam o Antigo Regime.

Montesquieu e Rousseau, citados abaixo, são pensadores cujas ideias exemplificam as posições iluministas.

Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exerces-

se esses três poderes: o de fazer as leis, o de executar as resoluções públicas, e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos.

MONTESQUIEU, Charles de. *O espírito das leis*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. p. 187. (Pensamento Político).

A primeira e mais importante consequência decorrente dos princípios até aqui estabelecidos é que só a vontade geral pode dirigir as forças do Estado de acordo com a finalidade de sua instituição, que é o bem comum, porque, se a oposição dos interesses particulares tornou necessário o estabelecimento das sociedades, foi o acordo desses mesmos interesses que o possibilitou. [...] Somente com base nesse interesse comum é que a sociedade pode ser governada.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 43.

- A** A partir dos fragmentos textuais acima, identifique uma característica do Antigo Regime e explique-a.
- B** Explique outras duas características do Antigo Regime às quais se opunha o pensamento iluminista.

Resolução:

A **CARACTERÍSTICAS DO ANTIGO REGIME IDENTIFICADAS NOS TEXTOS**

- *Absolutismo monárquico: concentração dos poderes nas mãos dos reis, a quem cabia fazer as leis (poder legislativo), executar as resoluções públicas (poder executivo) e julgar os crimes ou as divergências entre os indivíduos (poder judiciário).*
- *Ideologia do “direito divino” dos reis: a concepção de que o poder dos reis derivava diretamente de Deus servia de justificava ao poder absolutista dos monarcas.*

B **O ANTIGO REGIME À LUZ DAS CRÍTICAS DO ILUMINISMO**

- *Ausência de leis que garantissem as liberdades individuais, sendo a vontade do soberano a “lei” da nação.*
- *Sociedade estamental, em que os costumes tornavam quase impossível qualquer mudança de condição social, e a nobreza-clero tinha mais direitos do que os artesãos-camponeses.*
- *Manutenção dos privilégios da nobreza, que perdera o poder típico da ordem feudal, mas transformara-se numa nobreza cortesã, vivendo à sombra do monarca e recebendo privilégios da parte deste.*
- *Restrições à participação política da burguesia,*

classe que emergiu na época final da Idade Média e se consolidara durante a Idade Moderna, mas que continuava alijada do poder.

- *A política econômica do Mercantilismo, caracterizada pela grande interferência do Estado na ordem econômica, com vistas a alcançar aquilo que se tinha como fundamental para a prosperidade nacional: a acumulação de metais preciosos e a balança comercial favorável.*
- *Manutenção de muitas práticas fiscais (impostos/taxas) do período medieval (corveia, por exemplo), as quais sustentavam o modo de vida da corte e da nobreza cortesã.*
- *Profunda relação entre a Igreja e o Estado, restringindo, muitas vezes, a liberdade religiosa e de pensamento.*

03 | UNESP

E a verdade, o que será? A filosofia busca a verdade, mas não possui o significado e substância da verdade única. Para nós, a verdade não é estática e definitiva, mas movimento incessante, que penetra no infinito. No mundo, a verdade está em conflito perpétuo. A filosofia leva esse conflito ao extremo, porém o despe de violência. Em suas relações com tudo quanto existe, o filósofo vê a verdade revelar-se a seus olhos, graças ao intercâmbio com outros pensadores e ao processo que o torna transparente a si mesmo. Eis porque a filosofia não se transforma em credo. Está em contínuo combate consigo mesma.

(Karl Jaspers, 1971.)

Com base no texto, responda se a verdade filosófica pretende ser absoluta, justificando sua resposta com uma passagem do texto citado. Ainda de acordo com o fragmento, explique como podemos compreender os conflitos entre filosofia e religião e cite o principal movimento filosófico ocidental do período moderno que se caracterizou pelos conflitos com a religião.

Resolução:

O texto deixa claro que a filosofia não busca uma verdade absoluta ao afirmar, por exemplo, que a verdade “não possui o significado e substância da verdade única” (o candidato também poderia selecionar o trecho que diz que a verdade “não é estática e definitiva, mas movimento incessante”). Uma vez que a filosofia rejeita verdades absolutas, cria-se a possibilidade de conflitos com a religião, fundada em dogmas e textos sagrados. No período moderno, o movimento conhecido como Iluminismo criou um campo de atrito com a religião, a partir da crítica ao clero e ao irracionalismo de suas práticas e seu discurso.

F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01| UFG

Leia os textos a seguir.

Texto 1

Já havíamos chegado no ano da Encarnação do Filho de Deus, de 1348, quando, na cidade de Florença, sobreveio a mortífera pestilência. Por iniciativa dos corpos superiores, ou em consequência das nossas ações, esta peste, lançada sobre os homens por justa ira divina e para a nossa exemplificação, começara nas regiões orientais.

BOCACCIIO. Decameron, 1348/1353. In: MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio; Faria, Ricardo. (Org.). *História moderna através de textos*. São Paulo: Contexto, 1994. p. 33.

Texto 2

– Esse terremoto não é novidade nenhuma – respondeu Pangloss. – A cidade de Lima experimentou os mesmos tremores de terra no ano passado, iguais causas, iguais efeitos: há com certeza uma corrente subterrânea de enxofre, desde Lima até Lisboa.

– Nada mais provável – respondeu Cândido.

– Como, provável? Sustento que é a coisa mais demonstrada que existe. []

Pangloss consolou a todos, assegurando que as coisas não podiam ser de outra maneira. [] Um homenzinho de preto, familiar da Inquisição, que se achava ao seu lado, tomou a palavra e disse:

– Pelo visto, o senhor não crê no pecado original, pois se tudo está o melhor possível, não houve queda nem castigo.

VOLTAIRE. *Cândido*, 1759. p. 12-13. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?setec_action=&co_obra=2239>. Acesso em: 22 out. 2013. (Adaptado).

Os fragmentos apresentados integram duas obras literárias, abordando, no texto 1, a Peste Negra, que assolou a Europa no século XIV, e, no texto 2, o terremoto que devastou a cidade de Lisboa em 1755. Diante do exposto, explique como:

- A os textos interpretam, de modos diferentes, a causa dos fenômenos abordados;
- B o texto 2 associa-se à filosofia iluminista.

02| UFES No apogeu da crítica ao Antigo Regime, o filósofo e escritor francês Denis Diderot (1713-1784) afirmou: “Os homens somente serão livres quando o último rei for enforcado nas tripas do último padre”. Ao lado de D’Alembert, Rousseau, Montesquieu, Voltaire e outros pensadores do seu tempo, Diderot produziu a famosa *Enciclopédia*, obra em 33 volumes, com 71.818 artigos e 2.885 ilustrações, redigida entre 1750 e 1772. Essa obra

integrava um importante movimento filosófico conhecido como Iluminismo, que realizou forte crítica às monarquias de então e aos costumes da época, consolidando a modernidade.

- A Aponte duas das principais ideias do Iluminismo.
- B Analise a relação entre o pensamento iluminista e o surgimento do despotismo esclarecido, adotado por algumas monarquias europeias.

03| UNICAMP

Na segunda metade do século XVIII, pensadores importantes, como Denis Diderot, atacaram os próprios fundamentos do imperialismo. Para esse filósofo, os seres humanos eram fundamentalmente formados pelas suas culturas e marcados pelas diferenças culturais, não existindo o homem no estado de natureza. Isso levava à ideia de relatividade cultural, segundo a qual os povos não podiam ser considerados superiores ou inferiores a partir de uma escala universal de valores.

(Adaptado de Sankar Muthu, *Enlightenment Against Empire*. Princeton: Princeton University Press, 2003, p. 258, 268.)

- A Segundo o texto, como as ideias de Denis Diderot se opunham ao imperialismo?
- B No pensamento de Jean-Jacques Rousseau, qual a relação entre a ideia de “homem no estado de natureza” e a organização das sociedades civilizadas?

04| UFG Em 1751, os filósofos Diderot e D’Alembert organizaram a *Enciclopédia, ou dicionário racional das ciências, das artes e dos ofícios*, com a contribuição de um conjunto de autores que eles denominaram como “homens de letras”. Dois séculos e meio depois, foi disponibilizada na internet a Wikipédia, que se anuncia como a “Enciclopédia livre”. Ante o exposto, explique:

- A a relação entre a proposta de produção da Enciclopédia e a concepção de conhecimento defendida pelo movimento iluminista.
- B a diferença entre a Enciclopédia iluminista e a Wikipédia, no que se refere à relação entre os autores dos verbetes e o domínio dos conhecimentos.

05| UFG

Leia e compare os documentos.

O trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus. Três razões fazem ver que a monarquia hereditária é o melhor governo. A primeira é que é o mais natural e se perpetua por si próprio. A segunda razão é que esse governo é o que interessa mais na conservação do Estado e dos poderes que o constituem: o

príncipe, que trabalha para o seu Estado, trabalha para seus filhos. A terceira razão retira-se da dignidade das casas reais.

BOSSUET, Jacques-Bénigne. A política inspirada na Sagrada Escritura. In: FREITAS, Gustavo de. *900 textos e documentos de História*. Lisboa: Plátano, 1977. (Adaptado).

Nenhum homem recebeu da natureza o direito de comandar os outros. A liberdade é um presente do céu, e cada indivíduo da mesma espécie tem o direito de gozar dela logo que goze da razão. Toda autoridade (que não a paterna) vem duma outra origem, que não é a da natureza. Examinando-a bem, sempre se fará remontar a uma dessas duas fontes: ou a força e violência daquele

que dela se apoderou; ou o consentimento daqueles que lhe são submetidos, por um contrato celebrado ou suposto entre eles e a quem deferiram a autoridade.

DIDEROT, Denis. Autoridade política. In: FREITAS, Gustavo de. *900 textos e documentos de História*. Lisboa: Plátano, 1977.

O primeiro documento data de 1708, ao passo que o segundo faz parte da Enciclopédia, cujos volumes foram publicados entre 1751 e 1780. Ambos os escritos tratam do poder político e da relação entre governantes e governados, expressando perspectivas distintas. Nesse sentido, identifique e explique os princípios presentes em cada um dos documentos, que definiram a relação entre governantes e governados.

T ENEM E VESTIBULARES

01 | FATEC *A partir do final do século XIX, com o início da industrialização e da urbanização no estado de São Paulo, começam a surgir organizações de operários e jornais sindicais.*

Em um deles, chamado A Voz do Povo, encontramos a seguinte mensagem, publicada no ano de 1890:

Acreditamos que todos sabem que é do interesse comum haver na Constituinte opiniões de todas as classes, de modo que a lei seja uma verdadeira emanção do povo, e não de algumas classes privilegiadas, como foram todas as leis do Império.

(www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/viewFile/2073/1705 Acesso em: 30.08.2013)

Analisando o conteúdo do texto, encontramos influência das ideias:

- A** Anarquistas, pois se defende a eliminação do Estado civil organizado.
- B** Socialistas, pois se defende a tomada do poder pela revolução operária.
- C** Imperialistas, pois se defende a legislação tal qual era organizada no Império.
- D** Mercantilistas, pois se defende a diminuição das funções do Estado pela lei do mercado.
- E** Iluministas, pois se defende a soberania popular por meio da representação na Constituinte.

02 | FMJ *É necessário termos presente não só o progresso técnico como também o clima geral da economia, no qual surgem os primeiros sinais da “revolução industrial”: longo período de expansão que tem o seu início cerca de 1730, primeiro no domínio agrícola (progresso econômico e acréscimo da produção que permitem alimentar uma população mais numerosa), conjuntura favorável ao lucro e as atividades manufatureiras, cres-*

cimento das cidades e dos portos, poderio dos armadores e dos negociantes, dos quais Voltaire faz o panegírico nas suas Cartas Inglesas: “O comércio, que enriqueceu os cidadãos na Inglaterra, contribuiu para os tornar livres, e essa liberdade deu por sua vez maior expansão ao comércio; daí se formou o poderio do Estado.”

(Jean Touchard (org.). *História das ideias políticas*, 1970. Adaptado.)

No contexto apresentado, Voltaire:

- A** Sustenta a necessidade fundamental de a sociedade organizar-se de forma estamental.
- B** Argumenta que a excessiva liberdade econômica pode gerar nas nações tirania política.
- C** Denuncia a insustentabilidade das práticas econômicas essenciais sem a tutela estatal.
- D** Entende o desenvolvimento do comércio como causa e consequência da liberdade dos cidadãos.
- E** Apoia as monarquias absolutistas europeias fundadas no direito divino dos reis.

03 | IFGO É possível estabelecer relações entre os seguintes movimentos da história: Revolução Francesa; Independência dos Estados Unidos da América; Iluminismo. Tais movimentos, de alguma forma, expressaram a crise do Antigo Regime. Nos casos do movimento Iluminista e da Revolução Francesa, é possível identificar questionamentos dos revolucionários quanto ao excesso de autoridade do clero e da nobreza sobre os demais setores da sociedade. Além disso, a França passava por um período de crise econômica, decorrente da sua participação na guerra da independência norte-americana e dos elevados custos financeiros da corte do rei absolutista Luís XVI. Em 1791, os revolucionários franceses promulgaram uma nova Constituição, a partir dos princípios preconizados por Montesquieu. Assinale a alternativa que

contenha um fundamento do novo regime estabelecido com a nova Constituição francesa e que se faz presente na realidade política brasileira atual.

- A** A subordinação do Judiciário ao Legislativo.
- B** o fortalecimento da monarquia absolutista.
- C** A divisão do poder político em executivo, legislativo e judiciário.
- D** A supremacia do Judiciário sobre os outros poderes políticos.
- E** O estabelecimento da soberania popular, sob quaisquer circunstâncias políticas.

04| UEM Nos séculos XVII e XVIII, a Europa viu nascer um conjunto de teorias filosóficas conhecidas, genericamente, como Racionalismo e Iluminismo, que preconizavam, entre outras coisas, a primazia do sujeito pensante e do sujeito político como fundamento da sociedade. Essas teorias influenciaram diretamente uma série de mudanças sociais e políticas nesse período. Com base em conhecimentos sobre o tema, assinale o que for **correto**.

- 01. A Revolução Inglesa de 1688, a Gloriosa, foi influenciada pelas teorias políticas dos filósofos do século XVII, como John Locke, que se opunham ao domínio do Estado absolutista.
- 02. Nas colônias espanholas e portuguesa na América, sob influência do Iluminismo, foram criadas, no século XVII, universidades e burocracias locais para auxiliar a administração da metrópole.
- 04. Alguns monarcas se aproveitaram também das teorias racionalistas, praticando o “despotismo esclarecido”, que tinha como objetivo racionalizar a administração e incentivar a educação laica.
- 08. Governantes como Marquês de Pombal, em Portugal, e Frederico II, na Prússia, são exemplos de governantes ilustrados que se utilizaram do Racionalismo para manter o centralismo do poder do Estado.
- 16. Os ideais iluministas influenciaram a Revolução Francesa, principalmente na defesa dos princípios da igualdade perante a lei, da liberdade política e da solidariedade ou fraternidade entre os cidadãos.

05| PUC

O triunfo global do capitalismo é o tema mais importante da história nas décadas que sucederam 1848. Foi o triunfo de uma sociedade que acreditou que o crescimento econômico repousava na competição da livre iniciativa privada, no sucesso de comprar tudo no mercado mais barato (inclusive trabalho) e vender mais caro. Uma economia baseada nas sólidas fundações de uma burguesia composta daqueles cuja energia, mérito e inteligência

elevou-os a tal posição deveria – assim se acreditava – não somente criar um mundo de plena distribuição material, mas também de crescente felicidade, de avanço das ciências e das artes, numa palavra, um mundo de contínuo e acelerado progresso material e moral.

(Eric J. Hobsbawm. **A era do capital**. Trad. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 21)

A crença de que a melhor forma de estimular o capitalismo seria a *competição da livre iniciativa privada*, dentre outras características apontadas pelo texto, pode ser traduzida pelo termo:

- A** Liberalismo, cujos princípios, sistematizados por John Locke e Adam Smith, circularam amplamente no final do século XIX e começo do XX, valorizando a propriedade privada, o livre mercado, o Estado de direito e a liberdade de pensamento.
- B** Neoliberalismo, que aperfeiçoou as regras da oferta e da procura de modo que o Estado interviesse minimamente a fim de garantir a balança comercial favorável, conforme as teses propostas por economistas alemães nos anos 1930.
- C** Keynesianismo, que defendia a competição interna e externa como forma de regular o crescimento desmesurado de alguns setores, impedindo crises inesperadas, conforme a teoria econômica elaborada após a II Guerra Mundial.
- D** Materialismo utópico, cuja finalidade última era incentivar o crescimento do consumo em todas as camadas sociais e o progresso da civilização humana a ponto de que nas sociedades futuras existisse plena distribuição material.
- E** Mercantilismo que, no século XIX, valorizava práticas econômicas que contribuíssem para a expansão de mercados e a livre iniciativa, de forma que as burguesias europeias triunfassem sobre as nobrezas remanescentes.

06| UFG A segunda lei de Newton, divulgada em 1687, é conhecida como a equação fundamental da dinâmica e sintetiza os fundamentos da mecânica clássica. Nela estão contidas as ideias que influenciaram a modernidade europeia. De acordo com essa lei,

- A** A aceleração é uma constante universal, tal como demonstrado pelos avanços científicos necessários à Revolução Industrial.
- B** A massa pode ser considerada permanente, tal como anunciado pela concepção do Iluminismo sobre os regimes absolutistas.
- C** A resultante das forças é uma constante, tal como explicado pelos estudos renascentistas sobre a função da musculatura humana.

- D A movimento acelerado de um corpo uniformiza as percepções sobre o tempo, tal como exposto pela visão apocalíptica da Contrarreforma.
- E As forças podem atuar sobre os corpos, tal como indicado pelo princípio liberal que trata da atuação do mercado na economia.

07| UNICAMP O estudo da Ilustração nunca mais foi o mesmo após o holocausto, durante a Segunda Guerra Mundial. A crença ingênua no poder regenerador da razão inviabilizou-se. Estilhou-se a cômoda certeza de que as Luzes foram a filosofia da burguesia triunfante, e dos quatro pontos da Europa surgiram evidências acerca da amplitude e variação do fenômeno, que não caberia mais considerar nem apenas burguês, nem eminentemente francês, nem restrito ao século XVIII.

(Adaptado de Laura de Mello e Souza, em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/as-paioxesintelectuais>. Acessado em 20/08/2012.)

A partir do texto, é correto afirmar que:

- A A experiência do holocausto, no século XX, pode ser interpretada como a negação do projeto das Luzes, porque rejeita a eficácia do poder do Estado.
- B A compreensão das Luzes não se prende à explicação do triunfo da burguesia, exigindo um estudo mais amplo sobre seus impactos na Europa.
- C O projeto das Luzes difundia o ideário do progresso e, contraditoriamente, ensejava o conhecimento científico.
- D O ideário das Luzes ajuda a compreender as revoluções liberais dos séculos XVIII e XIX, que defendiam a intolerância religiosa.

08| UPE O pensamento de Jean-Jacques Rousseau, fruto do Iluminismo do século XVIII, serve de base, até hoje, para a estrutura política de vários países democráticos ocidentais.

Sobre essa realidade, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A No pensamento de Rousseau, gesta-se a teoria do Estado Contratualista.
- B Os atuais regimes socialistas do ocidente condenam a propriedade privada com base nos textos de Rousseau.
- C A teoria da tripartição do poder é herança do pensamento de Rousseau.
- D A teoria Contratualista foi desenvolvida por Rousseau na obra *Origem da desigualdade social entre os homens*.
- E Na obra *Do contrato social*, Rousseau defende a propriedade privada.

09| UPE Qual das alternativas a seguir apresenta apenas características associadas ao Liberalismo?

- A Monarquia parlamentarista, mínima participação do estado na economia, propriedade privada e Metalismo.
- B O processo de cercamentos, tolerância religiosa, direito divino, crescimento urbano.
- C Sistema de livre concorrência, monarquia parlamentarista, divisão entre os poderes, sufrágio universal.
- D Livre comércio, o processo de cercamentos, a monarquia parlamentarista e o trabalho servil.
- E Propriedade privada, livre comércio, igualdade perante a lei e mínima participação do estado na economia.

10| PUC Falação (excerto)

O Cabralismo. A civilização dos donatários. A Querência e a Exportação.

O Carnaval. O Sertão e a Favela. Pau-Brasil. Bárbaro e nosso.

A formação étnica rica. A riqueza vegetal. O minério. A cozinha. O vatapá, o ouro e a dança.

Contra a fatalidade do primeiro branco aportado e dominando diplomaticamente as selvas selvagens. Citando Virgílio para os tupiniquins. O bacharel.

Século XX. Um estouro nos aprendimentos. Os homens que sabiam tudo se deformaram como babéis de borracha. Reventaram de enciclopedismo.

(Oswald de Andrade. *Obras completas – Poesia Reunida*. São Paulo: MEC/Civilização Brasileira, 1972. p. 14)

Uma das principais experiências históricas relacionadas ao *enciclopedismo* foi a edição e a divulgação da Enciclopédia editada por pensadores iluministas, no século XVIII. Ao escreverem essa Enciclopédia, eram objetivos desses pensadores:

- A Afirmar a existência de Deus e questionar a validade dos princípios essencialmente racionalistas de concepção do mundo.
- B Questionar os princípios do absolutismo e expor as leis naturais sobre as quais se estruturaria a dinâmica do universo.
- C Disseminar o pensamento anticlerical e democratizar o acesso à ilustração a fim de impulsionar um movimento revolucionário autenticamente popular.
- D Estimular o livre pensamento e questionar o conhecimento desenvolvido pelos protagonistas da “Revolução Científica” do século anterior.
- E Criticar o liberalismo econômico e expor uma concepção de progresso baseada, exclusivamente, no domínio de modernas técnicas agrícolas.

INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS

AS IDEIAS ILUMINISTAS COLOCADAS EM PRÁTICA

Entendendo o contexto

No contexto da expansão marítima, a Inglaterra de Elizabeth I deu início ao processo de colonização da América do Norte, surgindo, assim, a divisão do território em treze colônias.

Com a difusão das ideias iluministas no século XVIII, as colônias inglesas foram as primeiras a aderir ao ideal de liberdade, fazendo delas a primeira nação independente do mundo colonial. Era o nascimento dos **Estados Unidos da América**.

O fato fundamental que desencadeou o processo de independência das treze colônias foi a **Guerra dos Sete Anos (1756-1763)**. Esse conflito entre Inglaterra e França consistiu na disputa pelas regiões coloniais da América do Norte. A Inglaterra saiu do conflito como vencedora, porém, desgastada militarmente e economicamente, o que obrigou a metrópole a intensificar a exploração das suas colônias a fim de equilibrar-se novamente.

Os colonos, todavia, não aceitavam mais aquela situação de dominação e exploração, o que se agravou a partir do contato com os princípios iluministas. Tinha início a luta pela independência.

As colônias inglesas na América estiveram marcadas, de forma singular, por uma população que pretendia desenvolver uma nação independente e autônoma. Isso se deve ao fato de que comunidades inteiras de protestantes, fugindo de perseguições religiosas, emigraram para o “novo mundo”, visando construir uma nova realidade, uma sociedade adequada aos seus princípios religiosos.

Diferentemente do processo colonizador da América central e do sul, marcado exclusivamente por colônias de exploração que visavam a exploração das riquezas e não a formação de uma sociedade livre, as colônias do norte tinham em seu cerne um espírito inovador e independente.

Todavia, não podemos esquecer que a Inglaterra, enquanto metrópole, impôs às colônias do sul o modelo colonial de exploração caracterizado pela existência de latifúndios monocultores, exportadores, cujo processo produtivo, em boa parte, estava baseado na exploração da mão-de-obra escrava. Isso foi possível, em parte, graças ao clima do sul que propiciava o cultivo de gêneros diversos, a exemplo do tabaco e do arroz, como estudaremos a seguir.

CONHECENDO AS 13 COLÔNIAS E A DOMINAÇÃO INGLESA

Deve-se compreender que havia diferenças no modo de colonização das treze colônias e, por isso, é possível fazer uma divisão dessas colônias inglesas.

As colônias do centro-norte estiveram marcadas pelo processo de povoamento e as colônias do sul pelo processo de exploração, assim como o restante do continente.

As colônias do centro-norte (povoamento) possuíam certas características que permite identificá-las. A policultura (produção agrícola voltada para vários itens), bem como a pequena e média propriedade pautada na produção voltada para o consumo interno, marcaram esse modelo de colonização.

Tais colônias não compartilhavam do penoso esquema de exploração colonial desenvolvido, por exemplo, por Portugal e Espanha, já que não correspondiam aos anseios da política econômica mercantilista, o qual visava o lucro com as exportações.

Já as colônias do sul (exploração) se estruturaram com base nos fundamentos exigidos pelo Mercantilismo, como a produção agrícola voltada para o mercado externo, a divisão das terras em latifúndios monocultores e o largo uso de mão de obra escrava africana.



Essas colônias eram conservadoras e dependentes da metrópole e, por isso, opunham-se ao rompimento com a Inglaterra. Entretanto, devido às pressões da burguesia em ascensão no centro-norte, acabaram aderindo à causa da luta pela independência, ou seja, também compartilharam dos princípios iluministas.

Como já foi mencionado, devido ao desgaste econômico na Guerra dos Sete Anos na segunda metade do século XVIII, os ingleses intensificaram a dominação sobre suas colônias na América por meio do enrijecimento do pacto colonial, nesse sentido criaram diversas leis no intuito de recuperar o equilíbrio de sua economia. Entre essas leis, as quais desagradaram a burguesia americana, destacam-se:

- **Lei do Açúcar (1764):** elevou os impostos sobre o açúcar, artigos de luxo, vinho e café importados pelos colonos.
- **Lei do Selo (1765):** Exigia que qualquer carta, jornal ou documento público recebesse um selo real, cuja venda era monopólio da coroa inglesa e a renda obtida seria destinada a mesma.
- **Lei do Alojamento (1765):** obrigava os colonos a fornecer alojamento e alimentação às tropas inglesas.
- **Atos Townshend (1767):** compreendiam leis que taxavam a importação de diversas mercadorias de alto consumo. Por meio destas, foram estabelecidos os Tribunais Alfandegários.
- **Lei do Chá (1773):** concedeu à Companhia das Índias Orientais o monopólio sobre a venda de chá para as treze colônias.
- **Ato de Quebec (1774):** as colônias de Massachussets, Virgínia, Connecticut e Pensilvânia estavam proibidas de ocupar as terras localizadas à Oeste.
- **Leis Intoleráveis (1774):** foram diversas leis que limitaram as ações dos colonos contra a coroa. Entre elas, a proibição do direito a reunião, que pretendia desestruturar a organização dos manifestantes, e a punição de qualquer ato de rebeldia contra a metrópole que passaria a ser julgado por tribunais ingleses.

Tais leis fomentaram a insatisfação dos colonos com a metrópole e, imbuídos deste forte sentimento antimetropolitano, diversas sociedades secretas foram criadas, a exemplo dos “Filhos da Liberdade”, que uniram os colonos em torno do ideário de autonomia.

Do mesmo modo, na tentativa de protestar e negociar por melhores condições, foi realizado em 1774 o **Primeiro Congresso Continental da Filadélfia**. Nesse encontro, os colonos decidiram manter o boicote aos produtos ingleses, além de exigirem a revogação das “Leis Intoleráveis”. O direito de representação perante o Parlamento inglês também foi debatido no encontro que, ao final, deu origem ao documento intitulado **Declaração de Direitos e Agravos**, que foi enviado a Inglaterra.

Alheio às negociações, o governo inglês não se prontificou a atender as reivindicações expressas no documento. Restando aos colonos a única alternativa possível, qual seja, a luta armada. Formaram-se comitês favoráveis a independência em diversas cidades.

Temerosos mediante a inevitabilidade do conflito, os ingleses atacaram, em 1775, Lexington e Concord.

OS COLONOS VÃO À LUTA: A GUERRA PELA INDEPENDÊNCIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Em 19 de abril de 1775 teve início a guerra pela independência americana com a **Batalha de Lexington**, na qual os colonos resistiram fortemente à investida das tropas inglesas comandadas pelo general Gage, que tentaram destruir um depósito dos rebeldes.

Ainda em 1775 foi organizado o **Segundo Congresso Continental da Filadélfia**, que reafirmou a posição separatista, inclusive convocando a população a lutar contra os ingleses. Coube a George Washington a liderança das tropas rebeldes.

A Declaração oficial de Independência dos Estados Unidos elaborada por uma comissão, cujo principal autor foi **Thomas Jefferson**, foi publicada em 04 de julho de 1776. Entretanto, mesmo legalmente estando independentes, os colonos tiveram que travar uma luta sangrenta contra as “casacas vermelhas” – como eram chamados os soldados ingleses – para conquistar, de fato, sua independência.



A comissão de elaboração da Declaração de Independência apresenta seu trabalho ao Congresso (1819). Por John Trumbull.
Reprodução: internet.

Até a vitória conquistada na **Batalha de Saratoga (1777)** os colonos lutaram sozinhos, sem apoio externo. Todavia, a credibilidade dos colonos atraiu o apoio da Espanha e da França, ambos rivais da Inglaterra.

Tal apoio injetou dinheiro, armas, soldados e navios no conflito, o que permitiu aos colonos alcançar mais uma vitória contra os ingleses na decisiva **Batalha de York Town (1781)**. Contudo, a Inglaterra só reconheceu a derrota e a independência das treze colônias dois anos depois, quando assinou o **Tratado de Paris (1783)**.

Com a independência reconhecida cabia à recente nação elaborar sua carta magna, ou seja, sua constituição. Em 17 de setembro de 1787 foi concluída a Constituição dos Estados Unidos, em vigor até hoje. O país se tornava uma república presidencialista e federalista.

O conceito de **federalismo** é fundamental para entendermos o funcionamento político-administrativo de tal nação, o qual se resume na autonomia que os estados da federação passaram a ter, como a criação de suas próprias leis e a organização de seu próprio aparato militar. Quanto ao governo federal, ficou com a responsabilidade de administrar a política externa e o comércio exterior.

Seguindo os princípios iluministas, os EUA adotaram o modelo de separação do Estado elaborado por Montesquieu, a teoria da tripartição dos poderes, que se resume na divisão dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário, sendo eles autônomos um dos outros, porém atuando em conjunto.

Criada a constituição, faltava a escolha do presidente da república, sendo escolhido pela maioria dos estados **George Washington**.

A vitória dos colonos demonstrou ao mundo que era possível colocar em prática as ideias iluministas e ainda fazer valer a vontade do povo quando esse se une.

Evidenciou, também, características fundamentais para qualquer sociedade, como a democracia, os direitos humanos, a liberdade e a justiça.

Contudo, cabe destacarmos o outro lado desse processo, ou seja, as consequências negativas intrínsecas ao contexto.

A primeira é o fato da independência não ter representado a liberdade para todos os cidadãos, uma vez que foi mantida, ainda por cerca de 90 anos, a escravidão negra.

Quanto aos índios, foram prejudicados perdendo grandes extensões de seus territórios para grandes proprietários de terra.



Gravura que retrata a posse de George Washington. Muitos dos signatários da Declaração de Independência eram Maçons. O primeiro Presidente dos Estados Unidos também o era.

Fonte: <http://agenciadeimprensaconica.blogspot.com.br/2013/07/4-de-julho-um-evento-historico-e.html>



Ilustração do Tio Sam

Fonte: <http://www.brasilescola.com/geografia/tio-sam.htm>

No plano externo, apesar de os EUA defenderem a democracia e a liberdade, foram assumindo uma política imperialista de dominação, passando a impor seus interesses econômicos, políticos e ideológicos às outras nações, principalmente, àquelas localizadas em sua área de influência.

A análise histórica dos fatos nos demonstra o quanto os EUA são contraditórios, pois, ingressaram em uma guerra lutando pela liberdade e a democracia, no entanto, aplicam uma política movida pelas mesmas ideias imperialistas de sua antiga metrópole. Hoje percebemos isso com clareza quando, em nome de interesses político-econômicos, invadem nações, por exemplo como ocorreu com o Iraque, o Afeganistão e tantos outros. Não há, na maioria desses conflitos, a evidente preocupação com a população civil, vez que o escopo é a fixação de seus domínios em regiões ricas, como aquelas produtoras de petróleo.

TEXTO COMPLEMENTAR

CIDADANIA NA INDEPENDÊNCIA NORTE-AMERICANA

O processo de independência das treze colônias inglesas da América do Norte culminou com a vitória das tropas constituídas de colonos, com apoio francês, seguindo-se do início da construção de um país cujo aparelho legal foi representado pela Constituição promulgada em 1787. Ao longo desse processo histórico, surgiram uma visão da liberdade e uma concepção da cidadania que se constituíram como o ponto de partida para a construção das modernas leituras sobre cidadania e democracia que são vigentes nos EUA atuais. Aqui interessa-nos, sobretudo, a formulação que será dada ao conceito de cidadania e suas repercussões na edificação daquilo que os norte-americanos entendem como cidadania e democracia nos dias atuais.

A inspiração intelectual para a formulação do conceito de cidadania presente na independência dos EUA foi o conjunto de ideias que estão presentes na principal obra escrita pelo inglês John Locke, o Segundo tratado de governo civil. “O texto de Declaração da independência é uma lembrança quase literal dos princípios enunciados pelo autor inglês: direitos naturais, governo instituído para preservar os direitos naturais, e direito à rebelião. Raras vezes na história um autor teve uma influência tão clara em um texto elaborado em outro país.” (KARNAL, Leandro. Estados Unidos, liberdade e cidadania. in PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). História da cidadania. 4ªEd. São Paulo: Contexto, 2008, p. 141). Por outro lado, os princípios de Locke ganharam conotação popular durante a independência através dos panfletos distribuídos pelos rebeldes onde aquele que foi escrito por Thomas Paine (Senso comum) pode ser considerado como o mais importante. No referido documento, o autor consagra a visão de que o Estado não deve ser confundido com a sociedade porque o Estado nasce da desonestidade que ameaça a sociedade. Portanto, se o Estado foi uma invenção da sociedade para preservar seus direitos, cabe a mesma sociedade desconfiar sempre da sua criação para que ela não se desvirtue de suas finalidades e, caso isto aconteça, substituí-la por um novo Estado que represente os anseios sociais.

A constituição norte-americana de 1787 reforça esses valores. Nela os direitos naturais do homem são afirmados como universais. Ao mesmo tempo, A Constituição de 1787 mantém em alerta a desconfiança em torno da possibilidade do Estado se tornar opressivo para a sociedade e os indivíduos. Essa desconfiança seria confirmada quatro anos mais tarde: “Para garantir ainda mais a certeza dos temos em relação a liberdades individuais, os estados votaram e aprovaram, em 1791, dez emendas constitucionais que se tornaram tão importantes quanto a própria Constituição. As emendas estabelecem uma quase absoluta liberdade de expressão, o direito de o cidadão comum portar armas, a necessidade de julgamentos abertos e com júri, proibição de penas cruéis e outras liberdades. As emendas estabelecem um diálogo imediato com a experiência da guerra contra a Inglaterra, consagrando a proeminência do indivíduo sobre o Estado e manifestando a desconfiança diante do Estado que Paine havia expressado em seu senso comum.”

(KARNAL, Leandro. Estados Unidos, liberdade e cidadania. in PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). História da cidadania. 4ªEd. São Paulo: Contexto, 2008, p. 142).

Apesar da proeminência dos direitos naturais/individuais sobre o Estado, o que o conjunto de Emendas Constitucionais acabou assegurando foi o silêncio em relação a uma cidadania e liberdade que não eram partilhadas por todos. Em teoria havia a mais ampla democracia possível naquela época: poderes divididos, Presidentes eleitos regularmente e uma Constituição escrita com base no princípio da liberdade. Na prática, a liberdade e a cidadania criadas pela independência dos EUA e pela Constituição de 1787 eram bastante limitadas: “(...) o termo cidadania foi criado mediante um processo de exclusão. Dizer quem era cidadão – ao contrário de hoje, em que supomos se tratar da maioria – era uma maneira de eliminar a possibilidade de a maioria participar, e garantir os privilégios de uma minoria. Admitir o conceito de cidadania como um processo de inclusão total é uma leitura contemporânea. Da mesma forma, os fundadores da República podiam falar de igualdade e liberdade em meio a seiscentos mil seres humanos escravizados. Tratava-se, nos EUA nascentes, de uma cidadania de cunho liberal, o que representa obter igualdade política para um grupo determinado. Esse grupo, aquele que dirigiu o movimento de independência, foi beneficiado por essa cidadania. Para outros grupos, como os indígenas norte-americanos, a independência representou uma sensível piora. (...) O avanço sobre as terras indígenas cresceu enormemente com a independência do EUA. A busca de liberdade dos colonos foi o início de uma dolorosa ‘trilha de lágrimas’ para os indígenas.”

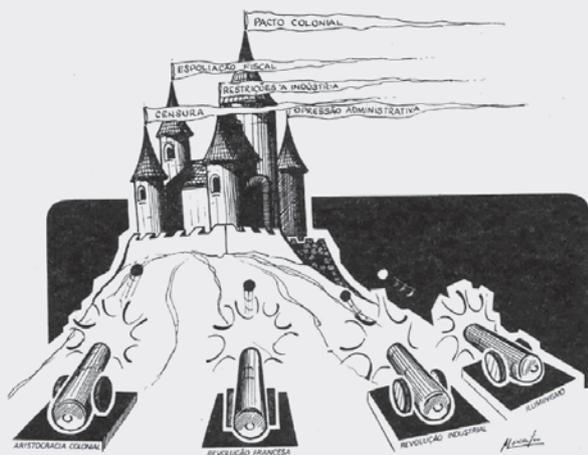
(KARNAL, Leandro. Estados Unidos, liberdade e cidadania. in PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). História da cidadania. 4ªEd. São Paulo: Contexto, 2008, p. 144).

É evidente, portanto, que a Independência dos EUA favoreceu bem mais aos grandes comerciantes do Norte e aos latifundiários escravistas do Sul. Todavia, os princípios de liberdade expressos na declaração de independência e na Constituição transformaram-se, mesmo com o caráter excludente inicialmente atribuído a cidadania, na grande bandeira política das gerações posteriores que lutaram pela ampliação dos direitos de cidadania. Assim, mesmo com escravismo sobre negros e espoliação dos indígenas, o caráter revolucionário do movimento de independência dos Estados Unidos reside em uma questão: a partir dele, homens desprezados que ajudaram a construir o país (negros, índios aculturados, brancos pobres, mulheres etc.), passaram a ter motivos para fazer pressão em favor de uma compreensão literal do texto de independência.

Lutas anti-coloniais, direitos civis e políticos: a independência dos Estados Unidos. Por Sérgio Cabeça. Disponível em: <http://sergiokbsa.blogspot.com.br/2010/07/independencia-dos-estados-unidos-e.html>

R EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

01| UFJF



AQUINO, R.; LEMOS, N. J. F.; LOPES, O. & OSCAR. *História das sociedades americanas*. Rio de Janeiro: Record, 1990. p. 109.

Como se vê na figura acima, a Europa, na segunda metade do século XVIII, foi abalada por revoluções e reivindicações que envolviam também suas colônias americanas.

Baseando-se na imagem e em seus conhecimentos, responda ao que se pede:

- A Qual foi o primeiro movimento vitorioso da história americana que ilustra a vitória das reivindicações das elites locais contra o sistema colonial europeu?
- B Analise uma repercussão desse episódio no restante do continente americano.

Resolução:

- A *Independência das treze colônias norte americanas.*
- B *O candidato poderá destacar entre outros aspectos: a influência nas independências da América espanhola e do Haiti; difusão de ideias iluministas e igualitárias.*

02| UEG O movimento de emancipação das colônias europeias da América iniciou-se com a independência das colônias inglesas da América do Norte, atingindo a seguir a América Latina, onde ocorreu, com algumas exceções, entre 1804 e 1824. Considerando-se esses processos de independência, explique:

- A os motivos do pioneirismo das 13 colônias inglesas da América;
- B a relação entre as Guerras Napoleônicas e a independência das colônias hispânicas na América.

Resolução:

- A *Autonomia socioeconômica e cultural das colônias do norte em detrimento das pressões tributárias impostas a elas pela Inglaterra, após o término da Guerra dos Sete Anos, que a deixou falida, justificam o pioneirismo das 13 colônias no processo de independência das Américas. Fato da Inglaterra ter negligenciado as colônias do norte, produziram sua autonomia, que perdurou por tanto tempo, até 1763.*
- B *A Espanha se ocupou de lutar contra a invasão de seu território pelas tropas napoleônicas. Desviando-se do controle sobre suas colônias da América, em pleno clima de luta por independência, o que facilitou o trabalho das lideranças liberais no continente.*

03| FGV

Na América Latina, as primeiras décadas do século XIX caracterizaram-se pela emancipação política da maior parte das colônias ibéricas.

- A Que fatores explicam a coincidência do surgimento de movimentos de emancipação em todo o subcontinente?

- B** Como se explica o contraste entre a América espanhola, que se fragmentou em diversos países, e a América portuguesa, cuja unidade foi mantida após a independência?

Resolução:

- A** *Crise do Antigo Sistema Colonial, decorrente da consolidação do capitalismo pela Revolução Industrial; interesse britânico em expandir mercados; influência da ideologia liberal-iluminista, da independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa; reação*

das elites coloniais à opressão metropolitana; e interferência napoleônica em Portugal e Espanha.

- B** *O processo de Independência na América Espanhola foi muito mais violento do que no Brasil; a forma republicana suscitou na América Espanhola disputas internas que a Monarquia Brasileira conseguiu minimizar; o território colonial hispano-americano era muito mais extenso que o brasileiro e já se encontrava dividido administrativamente em vice-reinos e capitanias gerais.*

F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

- 01| UFR** Leia o texto a seguir e responda ao que se pede.

“A luta dos Estados Unidos contra a Inglaterra foi apenas uma “guerra de independência” ou foi uma revolução?”

(...) Alguns têm procurado ver, na guerra de independência americana, uma revolução (...), outros negam que essa guerra tenha trazido às antigas colônias inglesas profundas modificações econômicas e sociais. O meio termo é a opinião que deve prevalecer.”

(Godechot, Jacques. *As Revoluções: 1770-1799*. São Paulo: Pioneira, 1976. Pg. 19.)

- A** Por que a Guerra de Independência dos Estados Unidos não pode ser considerada, do ponto de vista político, simplesmente uma guerra anticolonial?
- B** Aponte o impacto para o Estado Francês de sua participação na Guerra de Independência.

- 02| UNIMONTES** Estabeleça a relação existente entre a criação das 13 colônias na América do Norte e o panorama religioso inglês no século XVII.

- 03| UNIRIO** *“A história do atual Rei da Grã-Bretanha é uma história de repetidas injúrias e usurpações, todas ditadas pelo objetivo único de estabelecer a tirania absoluta sobre estes Estados. Para isto provar, submetemos os fatos ao julgamento imparcial do mundo. Recusou-se ele a dar assentimento a leis as mais sadias e necessárias para o bem público ... Dissolveu repetidamente corpos representativos por terem se oposto, com viril firmeza, às usurpações dos direitos do povo ... Interrompendo nosso comércio com todas as partes do mundo; impondo taxas sem nosso consentimento; privando-nos, em numerosos casos, do benefício do julgamento por júri ... Um Príncipe, cujo caráter está assim marcado por atos característicos do tirano, é indigno de governar um povo livre.”*

(Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, em 1776, in: ALLEN, H. C. *História dos Estados Unidos da América*. RJ: Forense, 1968, ps. 361-363.)

A Independência dos Estados Unidos da América, também denominada Revolução Americana, ocorreu em um contexto histórico de revoluções atlânticas que promoveram a construção de uma nova ordem política, dentre outros aspectos, identificada com um conjunto de ideias contrárias ao absolutismo monárquico. A partir da leitura dos trechos citados acima da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, responda:

- A** Qual corrente de pensamento se expressa no trecho citado?
- B** Como esta corrente de pensamento se relaciona com o processo de independência dos EUA?

- 04| UFG** As rivalidades políticas entre nações europeias, na segunda metade do século XVIII, contribuíram para que as Treze Colônias inglesas na América declarassem sua independência em 1776. Relacione o contexto político europeu com o processo de independência norte-americano.

- 05| UFR** Leia o texto abaixo sobre a independência dos EUA.

A falta de um efetivo projeto colonial aproximou os EUA de sua independência. As 13 colônias nascem sem a tutela do Estado. Por ter sido “fraca”, a colonização inglesa deu origem à primeira independência vitoriosa da América.

KARNAL, L. *Estados Unidos: a formação da nação*. São Paulo: Contexto, 2001, p.17.

Sobre a referência do texto ao período colonial dos EUA,

- A** descreva a situação interna da Inglaterra que, durante o século XVII, dificultava o controle sobre as 13 colônias.
- B** cite 2 (dois) fatores que levaram à independência dos EUA.

T ENEM E VESTIBULARES

01| FGV

(...) Nós temos essas verdades como evidentes por si mesmas: que todos os homens nascem iguais; que o seu Criador os dotou de certos direitos inalienáveis, entre os quais a Vida, a Liberdade e a procura da Felicidade; que para garantir esses direitos, os homens instituem entre eles Governos, cujo justo poder emana do consentimento dos governados; que, se um governo, seja qual for a sua forma, chega a não reconhecer esses fins, o povo tem o direito de modificá-lo ou de aboli-lo e de instituir um novo governo, que fundará sobre tais princípios e de que ele organizará os poderes segundo as formas que lhe parecem mais próprias para garantir a sua Segurança e a sua Felicidade.

(Declaração de Independência dos Estados Unidos da América do Norte, 04 de julho de 1776 apud Gustavo de Freitas, *900 textos de História*, p. 60)

Segundo o documento, é correto afirmar que:

- A** A separação das 13 colônias inglesas da metrópole foi ilegítima, uma vez que os sagrados laços coloniais não foram rompidos, isto é, o Antigo Sistema Colonial assimilou os princípios iluministas.
- B** A rompimento dos laços políticos e econômicos com a metrópole baseou-se nos princípios iluministas e deu às ex-colônias o direito de serem Estados livres, com o consentimento dos governados.
- C** A quebra das relações entre as 13 colônias e a metrópole tem a sua legitimidade baseada nos princípios do Antigo Sistema Colonial, isto é, na Igualdade, na Liberdade e na Felicidade.
- D** Os princípios iluministas fundados na Vida, Liberdade e procura da Felicidade sustentam os novos Estados livres e independentes com o consentimento da elite da metrópole.
- E** Os direitos inalienáveis como a Vida, a Liberdade e a procura da Felicidade referem-se tanto ao povo das colônias como ao povo da metrópole, preservando assim os sagrados vínculos coloniais.

02| FAC. DIREITO DE SOROCABA A partir dos anos 1760, foram impostas várias taxações. Foram criados a Lei do Açúcar, a Lei do Selo e os impostos sobre chá, papel, tintas, chumbo e vidro. A Lei do Selo determinava que todos os jornais e documentos legais e até mesmo cartas de baralho deveriam pagar um tributo e receber um selo estampado pelo governo para comprovar o recolhimento da taxa. O principal efeito dessas medidas foi a indignação dos grandes comerciantes e de toda a população, que se viu prejudicada com a iniciativa despótica. Assim,

aconteceram vários conflitos, dando mostras da reação às taxações impostas.

(Cabrini, Catelli e Montellato, *História Temática: o mundo dos cidadãos*. Adaptado)

Consequência do processo descrito no trecho citado, o lema “Sem representação não há taxa” refere-se à:

- A** Revolução Haitiana.
- B** Conjuração Baiana.
- C** Independência do Brasil.
- D** Independência dos EUA.
- E** Revolução Francesa.

03| MACK A respeito do processo de independência das 13 Colônias, julgue os itens a seguir.

- I. Inseriu-se no contexto de crise do Antigo Sistema Colonial, combatendo tentativas de imposição do “Pacto Colonial”, por parte de sua metrópole.
- II. Inaugurou a época das lutas pelas independências na América, sendo seguida, quase que ao mesmo tempo, pela independência brasileira.
- III. Baseou-se nos princípios liberais do Iluminismo, adotando o federalismo, a tripartição dos poderes e o sufrágio universal para alfabetizados.
- IV. Resultou na promulgação de uma Constituição, em 1787, que, apesar de práticas liberais, manteve a escravidão e o poder político nas mãos de certos grupos.
- V. Teve na religião católica seu substrato ideológico, por isso, o puritanismo rapidamente espalhou-se pelo país e o “Destino Manifesto” originou a sua expansão territorial.

Estão corretas:

- A** III e IV, apenas.
- B** I, II, III e IV.
- C** I, III e IV, apenas.
- D** I e IV, apenas.
- E** I, II e III, apenas.

04| UEMS No aspecto político, as Treze Colônias desenvolveram-se com grande autonomia. Cada colônia tinha sua própria assembleia, que era encarregada de elaborar leis, votar o orçamento e administrar o recolhimento dos impostos. Assim, desde cedo os colonos americanos desenvolveram hábitos e sentimentos de autonomia em relação à metrópole inglesa.

BOULOS JR., A. *História: sociedade e cidadania*. São Paulo: FTD, 8o ano, 2004, p.131.

Os “sentimentos de autonomia” levaram as Colônias Inglesas da América, em meados do século XVIII, a:

- A Reagirem violentamente às pressões inglesas para a aquisição de recursos financeiros, voltados para atender às despesas da Metrópole.
- B Discutirem com a Metrópole, em igualdade de condições, as propostas de aplicação de novos impostos na área colonial.
- C Participarem dos órgãos que compunham o Parlamento Inglês, na condição de cidadãos do mesmo país.
- D Se aliarem às colônias portuguesas e espanholas na luta pela independência.
- E Seceberem autorização da Metrópole para organizar o seu próprio exército.

05| UEPA Em 4 de julho de 1776, o Segundo Congresso Continental assinou a famosa Declaração de Independência das 13 colônias inglesas, a partir de então chamadas de estados. Essa declaração significou:

- A O início do processo de luta armada dos diversos segmentos da sociedade colonial americana contra e a favor das tropas enviadas pela metrópole inglesa, que ali estavam para assegurar as ordens do rei.
- B Que a partir daquela data estava instituída de fato a independência das 13 colônias inglesas, visto que este processo de emancipação já vinha se consolidando desde o Massacre de Boston.
- C A instauração de um Estado Liberal apoiado nas ideias iluministas que garantiam às camadas populares que lideravam o processo revolucionário o acesso aos direitos naturais do homem, dentre eles a liberdade dos escravos.
- D A independência das colônias no aspecto legal, a qual só se processaria de fato dentro de um quadro de lutas sangrentas que ainda se estenderiam por alguns anos, até que a emancipação se efetivasse de fato.
- E A vitória da legalidade defendida pelo grupo de fazendeiros abastados, que temia o confronto armado com as tropas reais, envolvendo as camadas populares que participavam do processo de independência.

06| FGV “Consideramos (...) que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade

e a busca da felicidade. Que para garantir esses direitos são instituídos entre os homens governos que derivam os seus justos poderes do consentimento dos governados; que toda vez que uma forma qualquer de governo ameace destruir esses fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir um novo governo, assentando a sua fundação sobre tais princípios e organizando-lhe os poderes da forma que pareça mais provável de proporcionar segurança e felicidade.”

A Declaração de Independência dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p. 53.

Sobre a Declaração de Independência dos Estados Unidos, é correto afirmar que:

- A Defendia o princípio da igualdade de direitos dos seres humanos, mas condenava o direito à rebelião como uma afronta à ordem social.
- B O radicalismo da sua formulação, com respeito ao direito de rebelião dos escravos, provocou forte reação dos proprietários de escravos em toda a América.
- C Sua formulação foi baseada no ideário liberal-iluminista e acabou influenciando outros movimentos políticos na América e na Europa.
- D Influenciada pelos tratadistas espanhóis, a declaração defendia a origem do poder divino e condenava a desobediência dos subordinados.
- E A declaração sustentava que os governos poderiam cercear a liberdade dos indivíduos em nome da segurança e da felicidade coletivas.

07| FM PETRÓPOLIS A Guerra dos Sete Anos, iniciada em 1756, foi um confronto direto entre Inglaterra e França, devido à disputa pela posse do Vale do Ohio e, posteriormente, por outras áreas geográficas importantes para a configuração territorial do que se tornaria os Estados Unidos da América. A paz foi selada, em 1763, pelo Tratado de Paris, mediante uma série de disposições.

Uma das disposições pertinentes a esse tratado de paz foi a:

- A Entrega espanhola da Flórida para ingleses e franceses.
- B Entrega aos ingleses do Haiti e da Martinica, nas Antilhas.
- C Desistência francesa de fortificar seus entrepostos na Índia.
- D Retomada francesa do controle da região da Luisiânia.
- E Cessão do Canadá ao domínio político da Inglaterra.

08| UEFS As leis do Açúcar, do Selo, do Chá, dentre outras leis decretadas pela Inglaterra contra as Treze Colônias da América do Norte, expressavam:

- A** A pressão do mercantilismo colonial monopolista de uma metrópole sobre a área colonial, visando obter maiores rendimentos com a cobrança desses impostos.
- B** O protecionismo da Inglaterra sobre as Treze Colônias, garantindo a supremacia desses gêneros produzidos na América, no mercado internacional.
- C** A vontade dos produtores e comerciantes das Treze Colônias, desejosos de garantir a produção e a exportação dos seus produtos para outras colônias da América.
- D** A expansão do pensamento econômico liberal, voltado para a livre concorrência e para o livre comércio.
- E** O projeto de expansão territorial das Treze Colônias em direção do interior, no fato histórico denominado “marcha para o oeste”.

09| UCS Considere as seguintes afirmativas sobre a Independência dos EUA.

- I. Ocorreu na segunda metade do século XVIII, após uma série de conflitos de natureza econômica com os ingleses. A divergência residia no controle cada vez mais intenso que a Inglaterra pretendia exercer sobre os negócios das treze colônias americanas.
- II. Ocorreu no século XVIII e foi caracterizada pela violenta oposição que faziam entre si as colônias do Norte e as do Sul. Os nortistas eram industrializados e mini fundiários; os sulistas eram latifundiários escravistas.
- III. Foi proclamada pelo I Congresso Continental da Filadélfia, reunido em 1774, como uma resposta às investidas inglesas contra a autonomia comercial que as colônias desfrutavam até então.

Das afirmativas acima, pode-se dizer que:

- A** apenas I está correta.
- B** apenas II está correta.
- C** apenas I e II estão corretas.
- D** apenas II e III estão corretas.
- E** I, II e III estão corretas.

10| UFPB Uma das características políticas mais significativas da formação dos Estados Unidos foi o *self government* (governar a si próprio/autogoverno), instituído durante a colonização inglesa.

Acerca do *self government* e suas bases sociais e históricas, é correto afirmar:

- A** A sua base econômica era a pequena propriedade rural familiar, que possibilitou o surgimento de uma sociedade coletivista, sem desigualdades sociais e sem preconceitos.

- B** A sua base ideológica era o puritanismo que, em decorrência das perseguições sofridas na Inglaterra, acabou assumindo, nas colônias inglesas na América, práticas democráticas e republicanas.
- C** O exercício da liberdade política pelas comunidades locais das Treze Colônias era cerceado pela nomeação de magistrados metropolitanos (ingleses), que impediam os debates dos problemas comunitários no espaço público.
- D** A prática do *self government* restringiu-se ao período colonial dos Estados Unidos, como contestação ao domínio inglês, o que provocou a sua abolição da vida política após a independência norte-americana.
- E** O autogoverno constituiu uma afirmação do domínio aristocrático local na Nova Inglaterra, onde a população reagia às tendências centralizantes do absolutismo inglês, durante o século XVII.

11| FGV Nós temos essas verdades como evidentes por si mesmas: que todos os homens nascem iguais; que o seu Criador os dotou de certos direitos inalienáveis, entre os quais a Vida, a Liberdade e a procura da Felicidade; que para garantir esses direitos, os homens instituem entre eles Governos, cujo justo poder emana do consentimento dos governados; que, se um governo, seja qual for a sua forma, chega a não reconhecer esses fins, o povo tem o direito de modificá-lo ou de aboli-lo e de instituir um novo governo, que fundará sobre tais princípios e de que ele organizará os poderes segundo as formas que lhe parecem mais próprias para garantir a sua Segurança e a sua Felicidade.

(Declaração de Independência dos Estados Unidos da América do Norte, 04 de julho de 1776 apud Gustavo de Freitas, 900 textos de História. p. 60)

Segundo o documento, é correto afirmar que

- A** a separação das 13 colônias inglesas da metrópole foi ilegítima, uma vez que os sagrados laços coloniais não foram rompidos, isto é, o Antigo Sistema Colonial assimilou os princípios iluministas.
- B** o rompimento dos laços políticos e econômicos com a metrópole baseou-se nos princípios iluministas e deu às ex-colônias o direito de serem Estados livres, com o consentimento dos governados.
- C** a quebra das relações entre as 13 colônias e a metrópole tem a sua legitimidade baseada nos princípios do Antigo Sistema Colonial, isto é, na Igualdade, na Liberdade e na Felicidade.
- D** os princípios iluministas fundados na Vida, Liberdade e procura da Felicidade sustentam os novos Estados livres e independentes com o consentimento da elite da metrópole.
- E** os direitos inalienáveis como a Vida, a Liberdade e a procura da Felicidade referem-se tanto ao povo das colônias como ao povo da metrópole, preservando assim os sagrados vínculos coloniais.

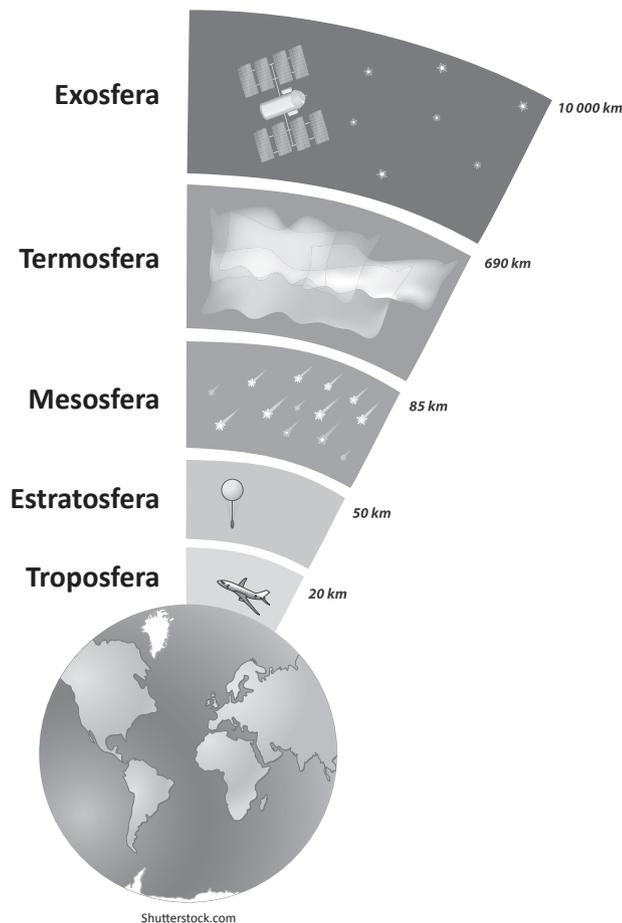
CLIMATOLOGIA

É a ciência que estuda o clima, seu padrão atmosférico e as relações dialéticas com o ser humano.

É muito comum no dia a dia falarmos que o **clima** ou o **tempo** está quente sem nem ao menos sabermos a diferença existente entre esses dois conceitos. Segundo Ayoade, “clima é a síntese das condições climáticas numa determinada localidade durante o período de 30 a 35 anos”. Podemos conceituar da seguinte forma, tempo atmosférico é a configuração momentânea da atmosfera em uma dada localidade em um determinado instante, sem que seja facilmente alterado. Outro conceito importante que devemos saber é, o que é atmosfera? E qual sua configuração?

Atmosfera é a camada de gases que envolvem a superfície do nosso planeta, portanto ela não é homogênea e esses gases são mantidos por meio da força gravitacional. Ela é subdividida em cinco camadas, são elas: troposfera, estratosfera, mesosfera, termosfera, exosfera.

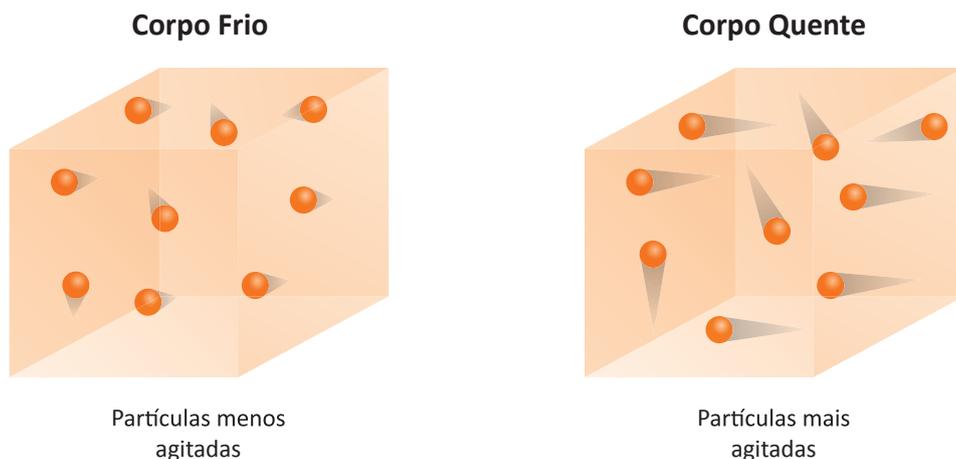
Camada	Altura	°C	Características
Troposfera	Até 20 km	40 a 60	Precipitações, raios e relâmpagos.
Estratosfera	20 a 50 km	(-50) a 10	Absorção do ultravioleta. Os Vôos são feitos nesta camada.
Mesosfera	50 a 85 km	(- 10) a (-100)	Absorção de raio X e Gama.
Termosfera	85 a 690 km	Até 1000	Ar rarefeito. Auroras acontecem nesta camada.
Exosfera	Acima de 690 km	700	Absorção de raio X e Gama. Auroras acontecem nesta camada. Estão localizados os satélites artificiais.



ELEMENTOS E FATORES CLIMÁTICOS

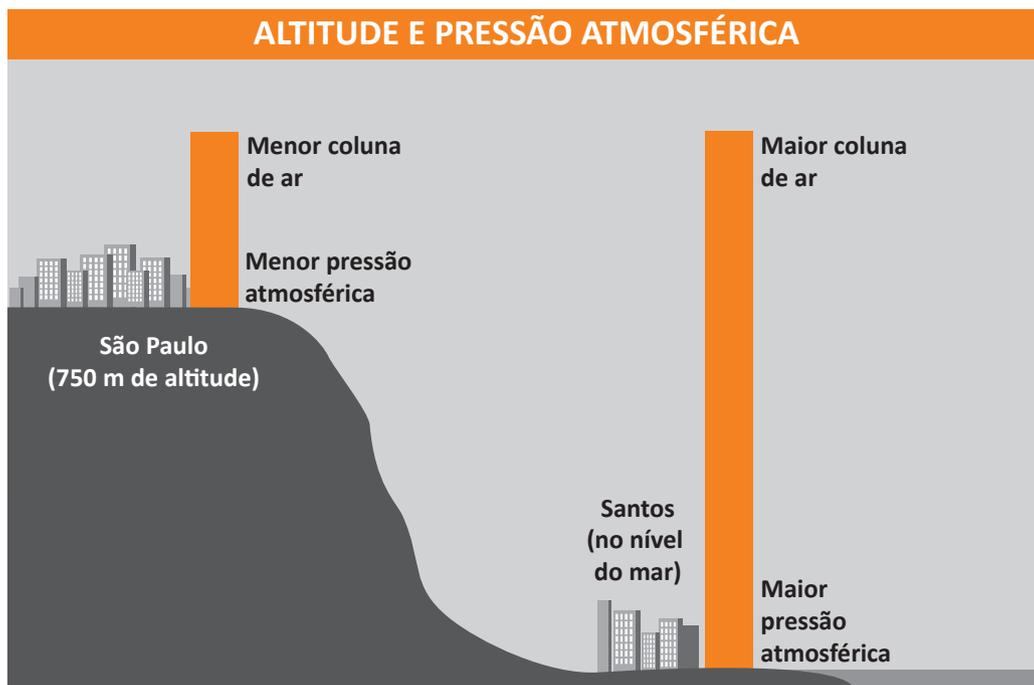
Os elementos climáticos são definidos pelas propriedades físicas que compõem as características da atmosfera de um determinado local. Os principais elementos climáticos são: temperatura, a umidade do ar, pressão atmosférica, vento, nebulosidade, ondas de calor e frio.

Temperatura é o grau estatístico de agitação das moléculas relacionado com o deslocamento da energia cinética de um átomo ou molécula.



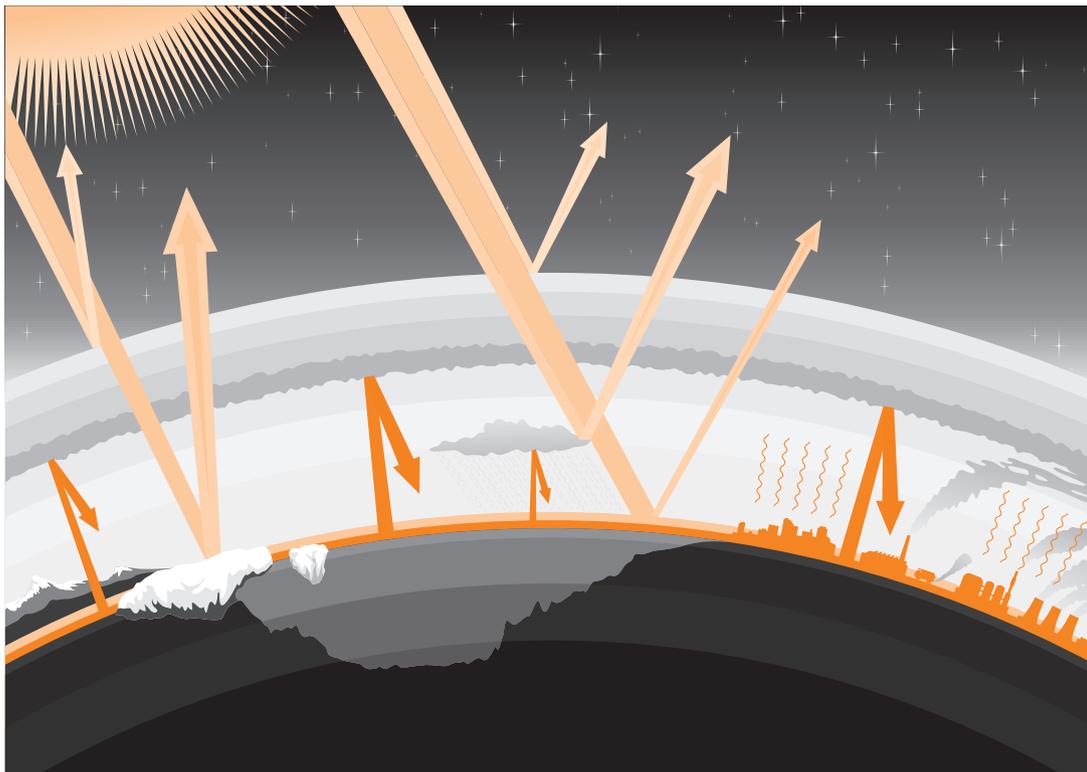
Umidade do ar é a quantidade de vapor de água presente no ar. Essa presença é contabilizada em números absolutos (g/m^3) ou de forma relativa ao seu ponto de saturação, porcentagem (%).

Pressão é um conceito físico, força aplicada sobre uma área. Pressão Atmosférica é a força/peso das camadas de ar atmosféricas aplicada sobre a superfície. Regiões próximas ao nível do mar possuem pressão atmosférica maior do que as regiões mais elevadas.

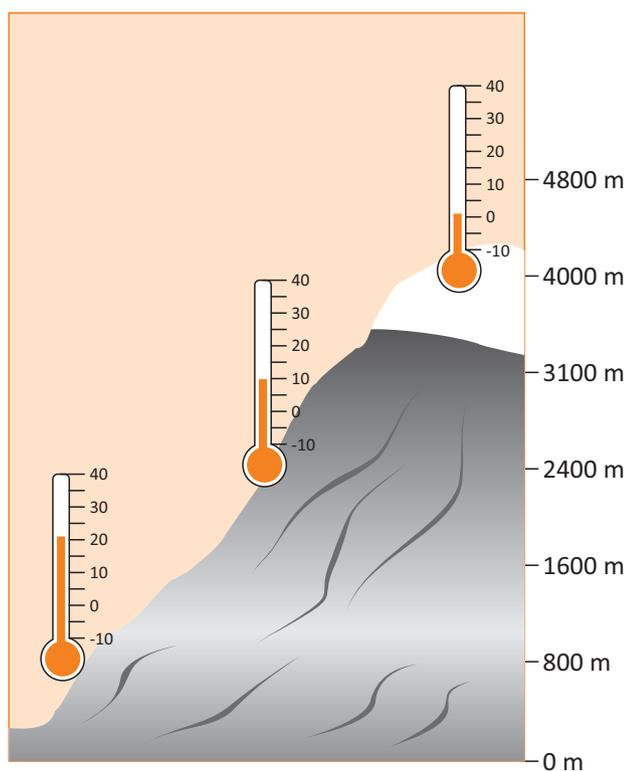


Vento é a movimentação de ar. Tal circulação de ar traz características de onde foi composta e é responsável pela formação de nebulosidade, ondas de calor e frio.

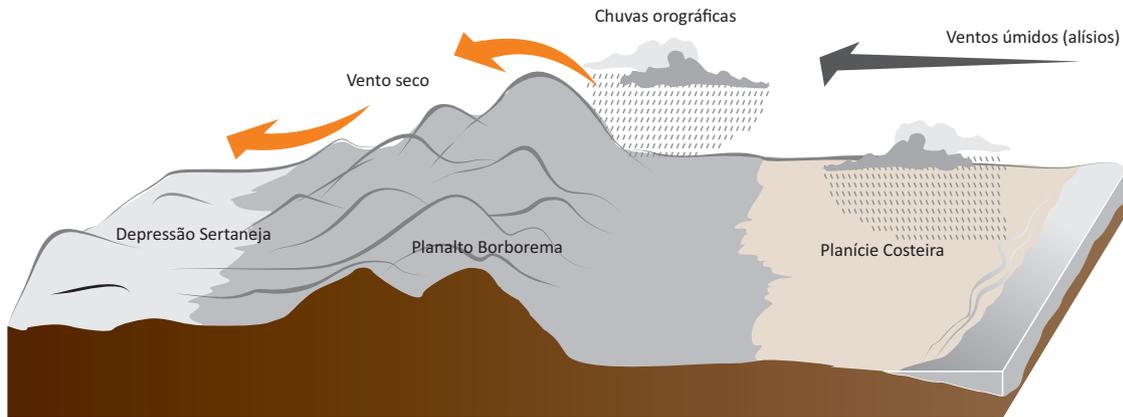
Os fatores climáticos são os que correspondem às características geográficas estáticas. Por isso, são chamados de fatores do clima. Os principais fatores climáticos são: latitude, altitude, relevo, vegetação, continentalidade / maritimidade e atividades humanas.



Altitude é a variação métrica em relação ao nível do mar. A influência da altitude na configuração do clima de uma dada região, consiste no conceito de que quanto maior for essa variação métrica, menor vai ser a temperatura. Uma relação matemática existente é que a cada 1000 metros acima há uma variação negativa de 6°C.



O relevo é um fator climático que é determinante na configuração do clima. Isso se deve à sua posição, orientação de suas vertentes e declividade. Sendo assim, a presença de um relevo pode favorecer ou dificultar o fluxo de ventos, de calor, de umidade e de chuvas. Em regiões com cadeias de montanhas esse fluxo é impedido, gerando regime intenso de chuvas orográficas em um lado da cadeia e secas severas do outro lado.



Um fator importante é a orientação da vertente, pois assim pode variar a quantidade de carga de iluminação solar, umidade e tais fatos influenciam diretamente na presença de vegetação densa ou não.

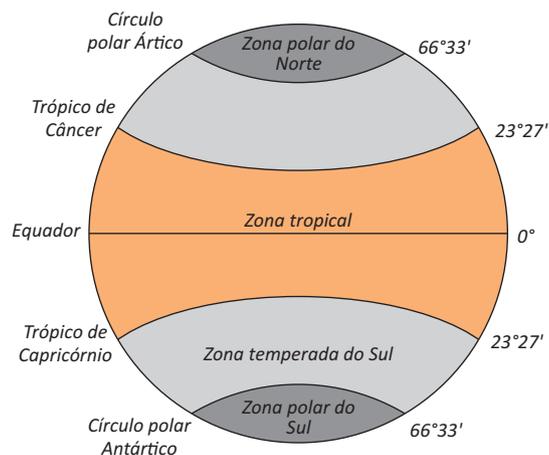
A vegetação é outro fator climático. Já a declividade do relevo afeta a quantidade de radiação solar incidida na superfície e a quantidade de refletância dessa radiação, fator esse que pode alterar a temperatura e a quantidade de umidade, o que influencia diretamente na vegetação. Sendo assim, a vegetação é um controlador de umidade do ar e da temperatura.

A maritimidade é a influencia de grandes corpos d'água (mares e oceanos) que interferem na configuração climática. A presença dos corpos hídricos funciona como determinante de umidade do ar, temperatura, além estar relacionado quase sempre com a altimetria, pressão atmosférica e a vegetação.

A continentalidade pode ser conceituada como a interferência da presença de grande porção terrestre (continentes) e o distanciamento de grandes corpos hídricos (mares e oceanos). A interferência da maritimidade e da continentalidade no clima ocorre por meio do coeficiente térmico e da capacidade de reter calor. Isso influencia diretamente na variação térmica entre o dia e a noite da área afetada por ambas.

Um bom exemplo disso é que durante o dia, logo nas primeiras horas de sol, a areia da praia está quente enquanto a água do mar está fria. Já à noite a areia da praia está fria e água do mar está mais quente do que durante o dia. Isso acontece porque o coeficiente térmico da areia é baixo, ganha e perde calor com muita facilidade. Já a água do mar possui um coeficiente térmico alto, portanto ela ganha e perde calor mais lentamente.

A latitude é a distância medida em graus de qualquer ponto da superfície terrestre em relação à linha do equador. Varia entre 0° (Linha do equador) a 90° tanto para N – norte quanto para o S – sul. A latitude é de extrema importância na configuração do clima planetário e também local, pois quanto maior a latitude (mais distante do equador), menor vão ser as médias de temperatura. Já quanto menor a latitude (mais próximo do equador), maior vão ser as médias de temperatura.



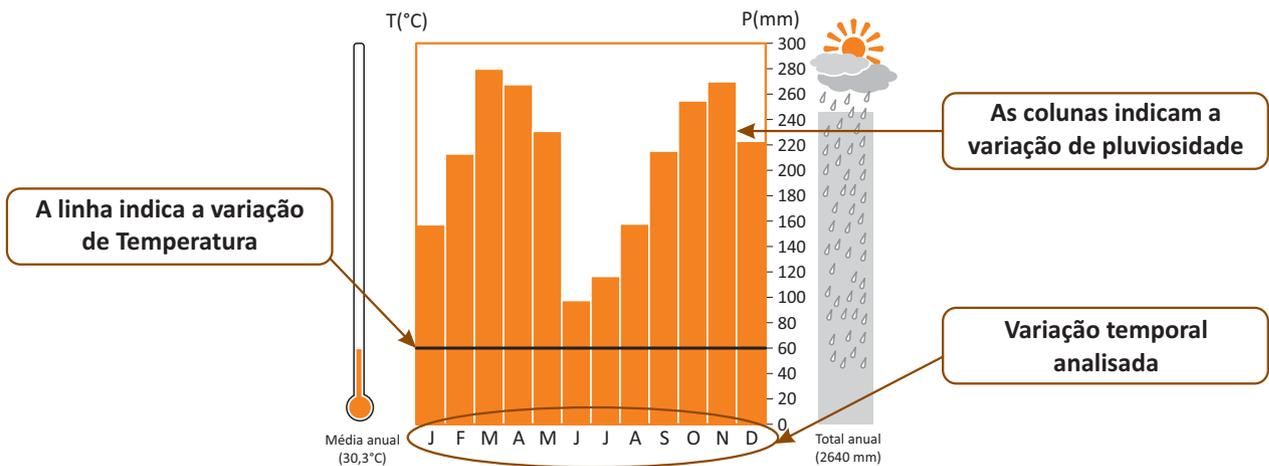
Isso acontece pelo fato de a terra ser um geóide e pelo ângulo de incidência/reflexão dos raios solares serem diferentes na superfície terrestre, criando faixas de classificação do clima (tropical, temperada norte/sul e as polares norte/sul).

A zona tropical é a faixa que compreende entre os trópicos. Tem uma média de temperatura acima de 25°C e por ser uma grande extensão o índice pluviométrico possui um contraste bastante acentuado, pois em algumas regiões há médias de 2000 mm e enquanto em outras são de 25 mm no mesmo período do ano e na mesma estação. Nessa faixa as quatro estações do ano, não são facilmente perceptíveis!

As zonas temperadas são limitadas entre os trópicos e os círculos polares e possuem média de temperatura entre 10°C e 20°C e as quatro estações ocorrem de maneira bem perceptível. As zonas polares estão em altas latitudes localizadas após os círculos polares, baixo índice pluviométrico e temperaturas abaixo dos 5°C. Somando isso com as diferentes temperaturas, há o percentual de albedo (média de reflexão dos raios solares) em que quanto maior for a reflexão, menor será o calor acumulado. Em regiões de muita latitude (como nos pólos) o albedo é altíssimo.

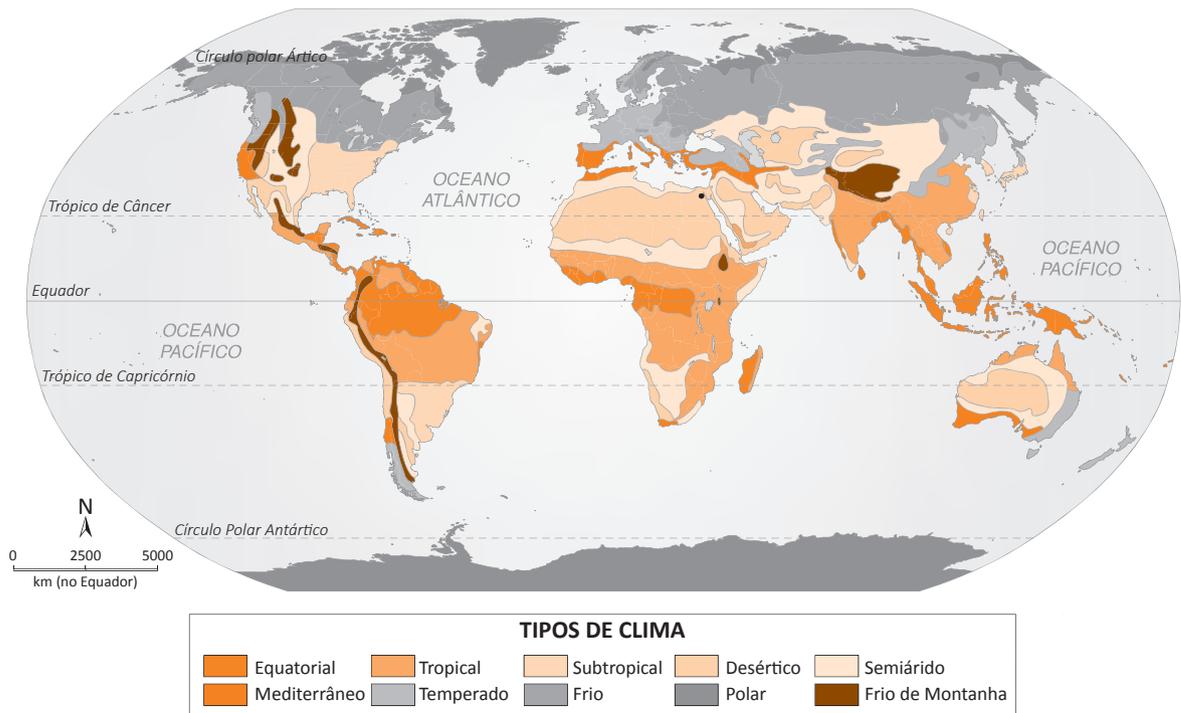
CLIMOGRAMA

É uma representação gráfica simples e eficaz que possibilita verificar aspectos climáticos, tais como: índice pluviométrico, sua sazonalidade e temperatura. Além de ser possível identificar o clima e a localização espacial do mesmo.



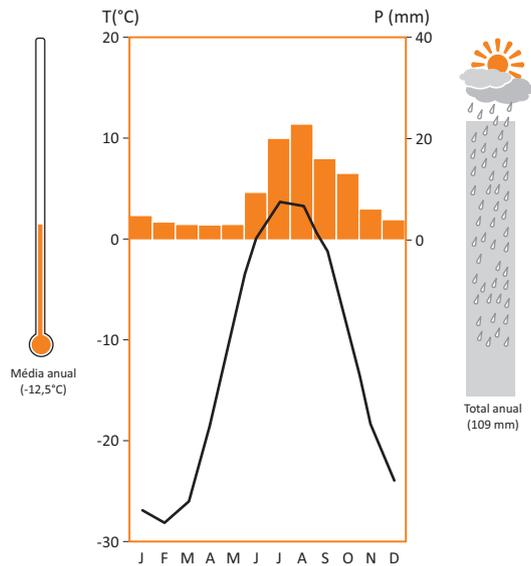
CLIMA DO MUNDO

O clima não é homogêneo no planeta. Existem inúmeros tipos de climas na terra.



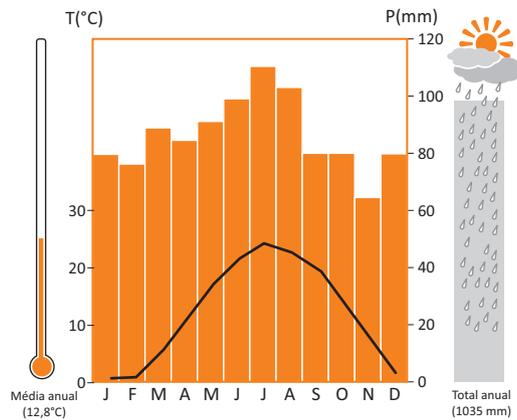
Trataremos das principais características dos mais conhecidos climas do mundo (polar, temperado continental, temperado oceânico, mediterrâneo, tropical, subtropical árido, semiárido).

Polar- região de alta latitude, temperaturas abaixo de 10° C.



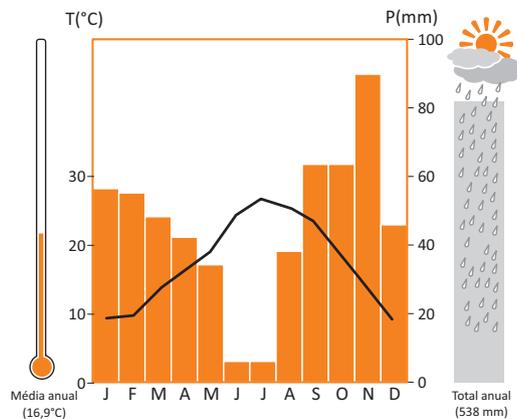
Climograma Polar: Barrow – Alasca – EUA- Hemisfério Norte

Temperado – Médias latitudes e possui temperaturas entre 10°C e 20°C. As quatro estações ocorrem de maneira bem perceptível. Sofre grande influência da maritimidade e continentalidade.



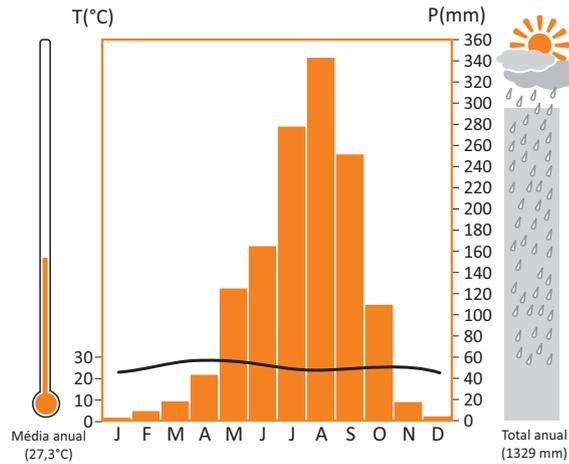
Climograma Subtropical: Washington – EUA- Hemisfério Norte

Mediterrâneo – Clima de regiões temperadas que apresentam verões quentes e secos e invernos amenos e chuvosos.



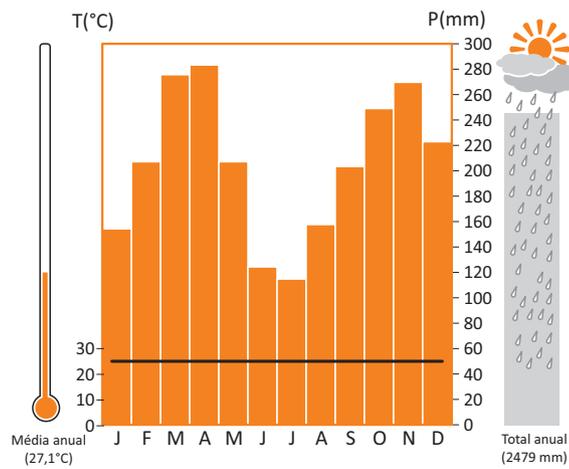
Climograma Mediterrâneo: Badajoz – Espanha- Hemisfério Norte

Tropical – Regiões entre os trópicos de capricórnio e de câncer. Apresenta duas estações bem definidas. Invernos secos e amenos e verões quentes e chuvosos.



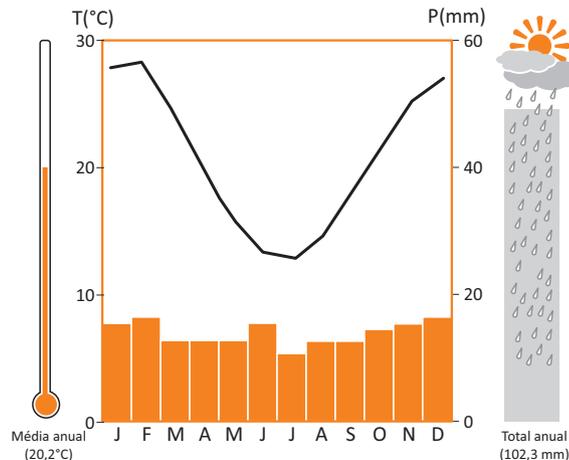
Climograma Tropical: Zinguinchor – Senegal- Hemisfério Norte

Equatorial – Baixas latitudes, região com as maiores temperaturas do planeta e maiores índices pluviométricos do mundo.



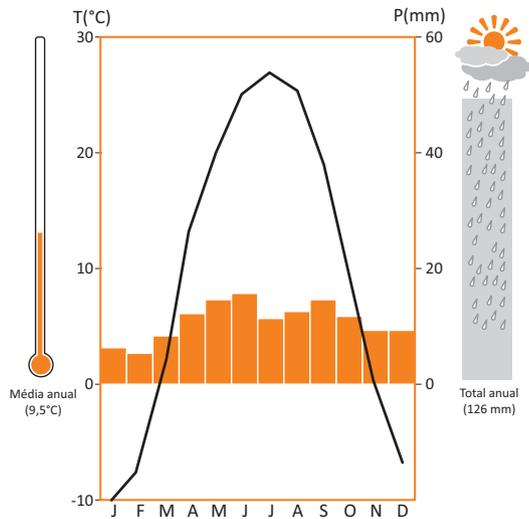
Climograma Equatorial: Kuala Lumpur – Malásia- Hemisfério Norte

Árido ou desértico – Baixa pluviosidade, média de 2500mm/ano e temperaturas médias altas.



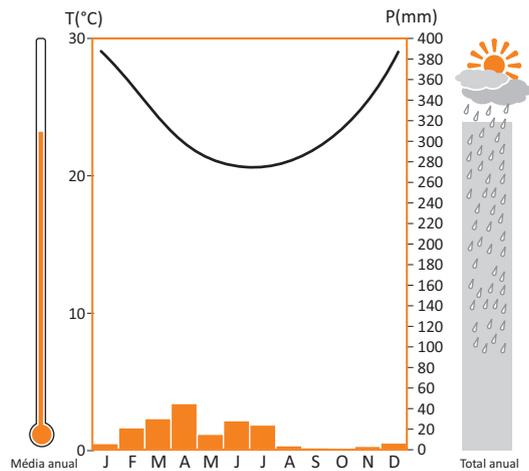
Climograma Desértico: Uluru – Austrália- Hemisfério Sul

Deserto Frio – Média de baixa precipitação em forma de neve e amplitude térmica anual alta.



Climograma Desértico Frio: Kalsalinsk – Cazaquistão- Hemisfério Norte

Semiárido – Clima caracterizado por transição. Precipitação escassa e mal distribuída.



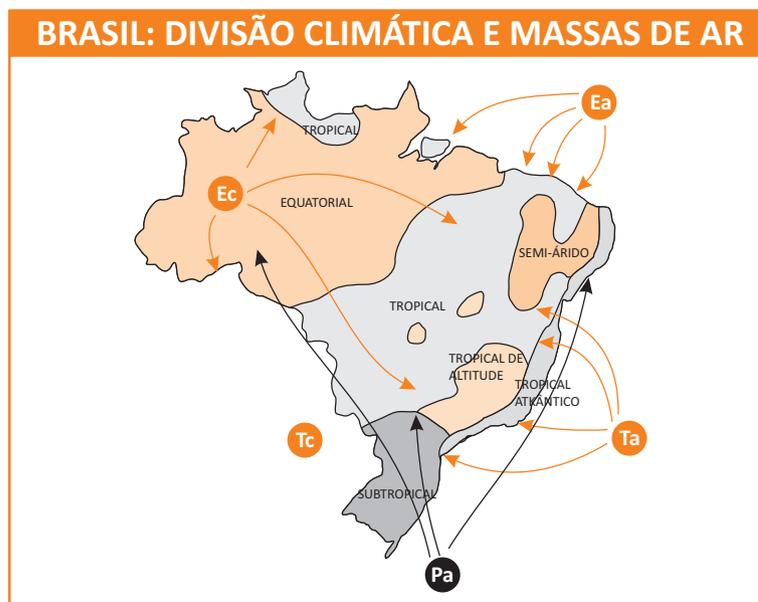
Cabaceiras- PB- Brasil- Hemisfério Sul

CLIMA DO BRASIL



MASSAS DE AR

Existe uma interação da dinâmica atmosférica em escala planetária. Portanto, fica inviável o seu estudo de maneira separada e unitária (massas de ar). No entanto, para uma compreensão mais didática, trataremos de tais tópicos de forma separada. Pelo fato do Brasil ter uma grande extensão territorial continental, atuam sobre seu território 5 massas de ar. O mapa abaixo espacializa sua área de atuação.



Nome	Sigla	Origem	Região de Atuação	Características
Massa Equatorial Atlântica	MEA	Oceano Atlântico próximo à linha do equador.	Litoral da região norte e nordeste.	Quente e úmida.
Massa Equatorial Continental	MEC	No interior da América do Sul próximo à linha do equador.	Região norte e noroeste do Mato Grosso.	Quente e úmida.
Massa Tropical Atlântica	MTA	Oceano Atlântico próximo ao trópico de Capricórnio.	Litoral do Sudeste.	Quente e úmida.
Massa Equatorial Continental	MTC.	No interior da América próximo ao trópico de Capricórnio.	Regiões Centro-Oeste e parte da Sudeste.	Quente e seca.
Massa Polar Atlântica	MPA	Oceano Atlântico, próximo ao Círculo Polar Antártico.	Região sul.	Fria e úmida.

EL NIÑO E LA NIÑA

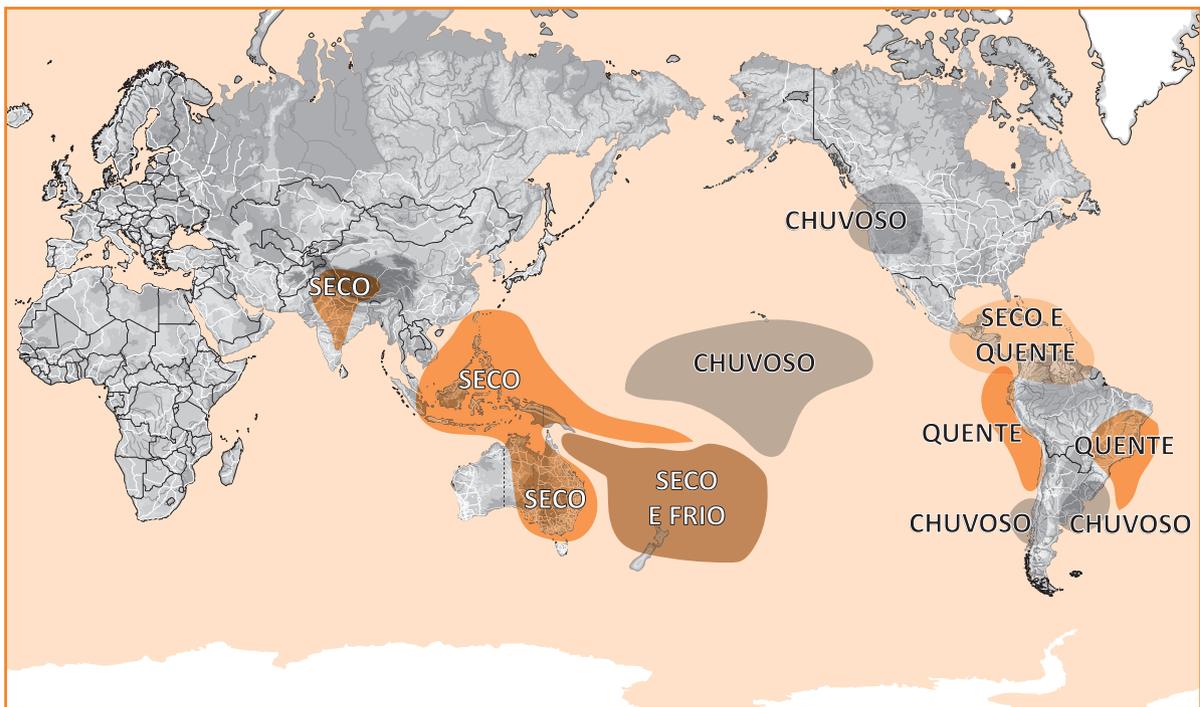
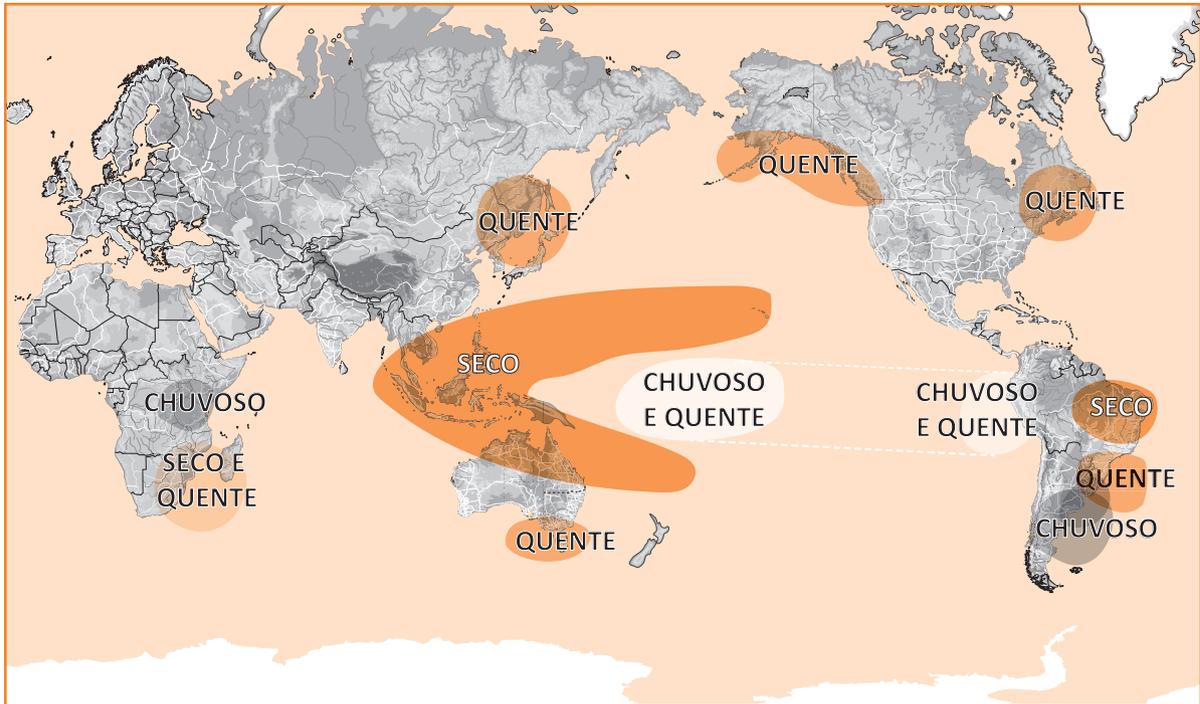
El niño é o fenômeno oceânico-atmosférico no qual ocorre o aquecimento das águas do Oceano Pacífico nas proximidades da costa oeste da América do Sul. Ele ocorre particularmente nas proximidades do Peru e do Chile. Esse fenômeno acontece devido ao enfraquecimento da célula de Walker¹ e recebe esse nome devido ao seu surgimento nas proximidades do natal, fazendo referência ao menino Jesus. O aquecimento das águas do Pacífico influencia não somente o clima planetário, mas a economia, principalmente do Peru e do Chile, pois altera a dinâmica da pesca local.

¹ Célula de Walker ou célula do Pacífico, está relacionada com a variação da pressão atmosférica entre as porções leste e oeste do oceano pacífico, o que promove uma circulação celular zonal na região equatorial. As circulações zonais do tipo Walker são marcadas pelas zonas de ascendência acima dos continentes e na porção oeste dos oceanos(fonte quente), e pelas zonas de subsidência acima das partes orientais dos oceanos(fonte fria).



<i>El Niño – Reflexos e alterações climáticas no Brasil</i>	
Regiões	Características
Sul	Aumento da precipitação de setembro a dezembro e aumento de temperatura de maio a junho.
Sudeste	Sem alterações na precipitação, contudo aumento da temperatura no inverno.
Centro-Oeste	Registro de precipitação superior à média histórica, mas sem grandes alterações no padrão de precipitação. Aumento de temperatura no estado do Mato Grosso.
Norte	Redução significativa de precipitação.
Nordeste	Redução drástica e secas severas.

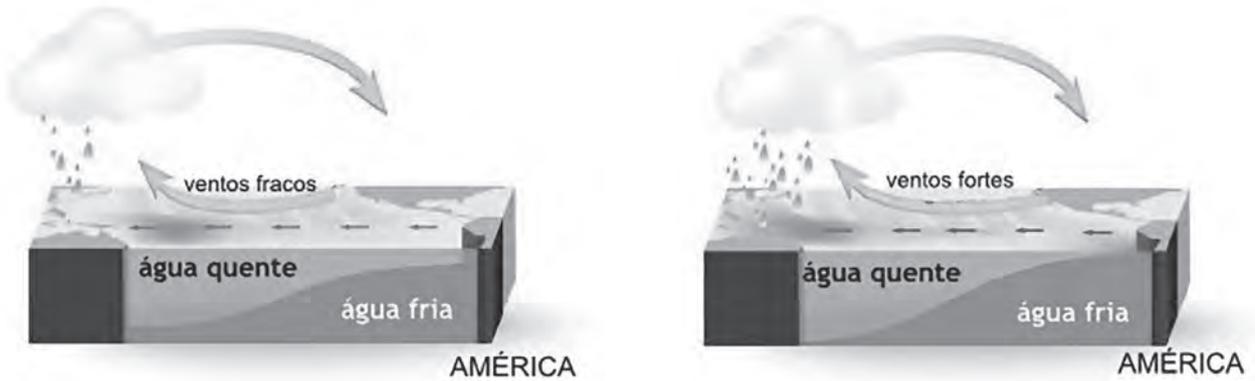
<i>El Niño – Reflexos e alterações climáticas nas Américas e no Mundo.</i>		
Região	Países	Características
Noroeste da América do Sul	Venezuela, Suriname, Guiana, Guiana Francesa.	Redução das precipitações.
Noroeste da América do Sul	Colômbia.	Chuvas intensas no verão.
Oeste da América do Sul	Equador, Peru e Chile.	Aumento das precipitações no verão e no inverno.
Regiões Andinas	Peru, Equador e Bolívia.	Redução de precipitações.
Sul da América do Sul	Argentina, Paraguai e Uruguai	Aumento das precipitações na primavera e no verão.
Ásia	Indonésia e Índia	Secas severas.
Oceania	Austrália	Secas severas.
Sudoeste da América do Norte	Estados Unidos	Aumento de precipitação.
América Central	América central	Tempestades tropicais.



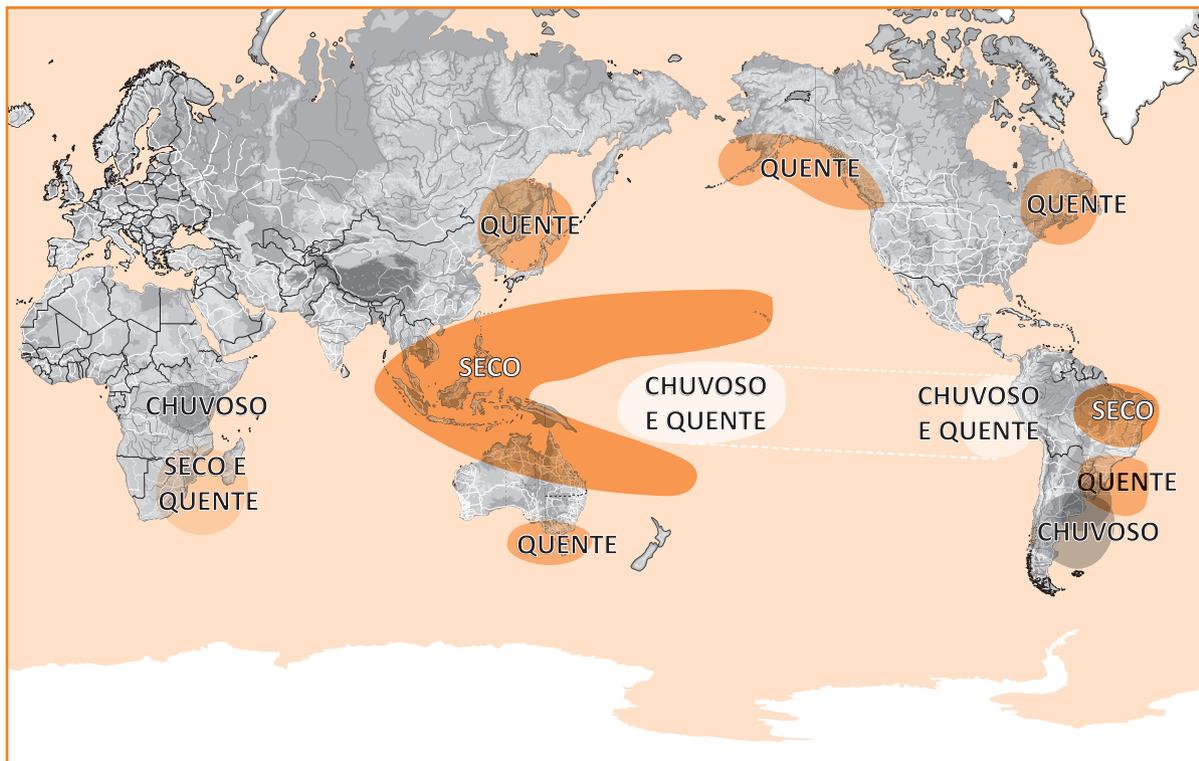
El Niño – Reflexos e alterações climáticas nas Américas e no Mundo.

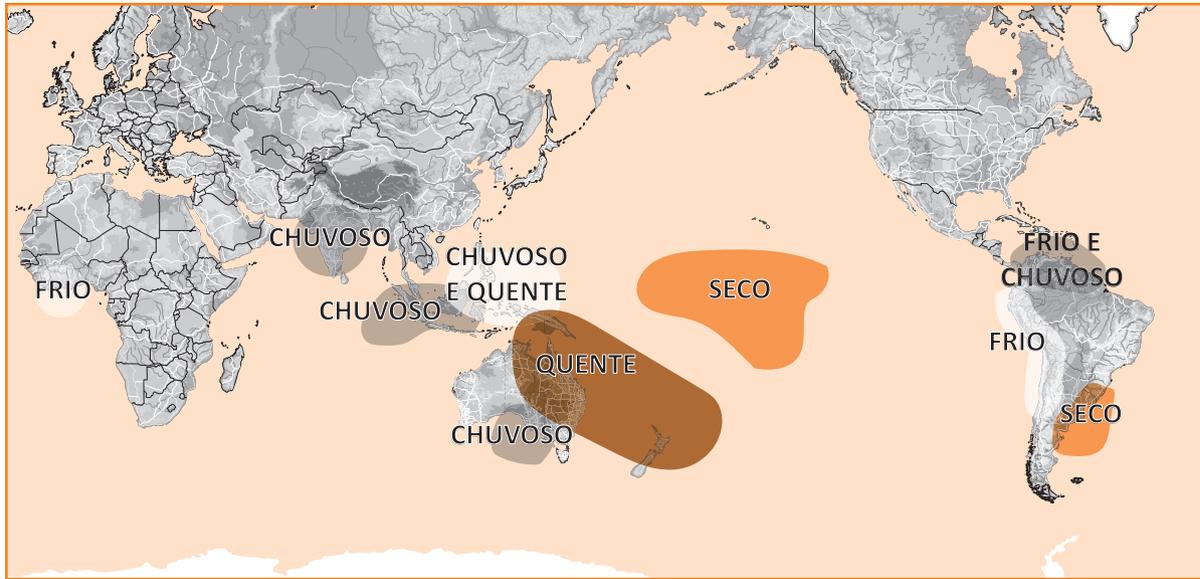
Região	Países	Características
América do Norte	Costa oeste dos Estados Unidos.	Queda de temperatura.
América Central	América Central	Queda de temperatura e de precipitação.
América do Sul	Costa Oeste.	Queda de temperatura

La Niña ou anti *El Niño* é o fenômeno oposto ao *El Niño*. Portanto é um fenômeno oceânico-atmosférico no qual ocorre o resfriamento das águas do Oceano Pacífico nas proximidades da costa oeste da América do Sul. Esse fenômeno acontece em virtude da intensificação barométrica, que leva à intensificação da célula de Walker.

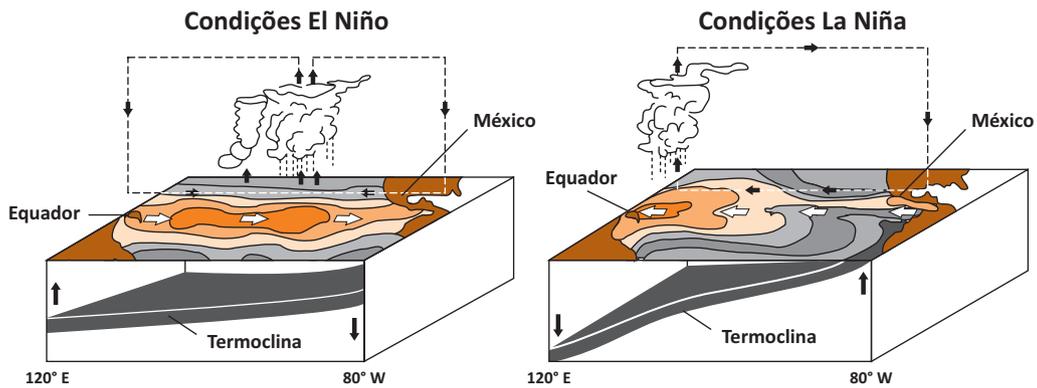


La Niña – Reflexos e alterações climáticas no Brasil	
Regiões	Características
Sul	Redução da precipitação e secas severas.
Sudeste	Sem grande alteração no regime de precipitação.
Centro-Oeste	Sem grande alteração no regime de precipitação.
Norte	Aumento das precipitações e na vazão dos rios.
Nordeste	Aumento das precipitações e na vazão dos rios.



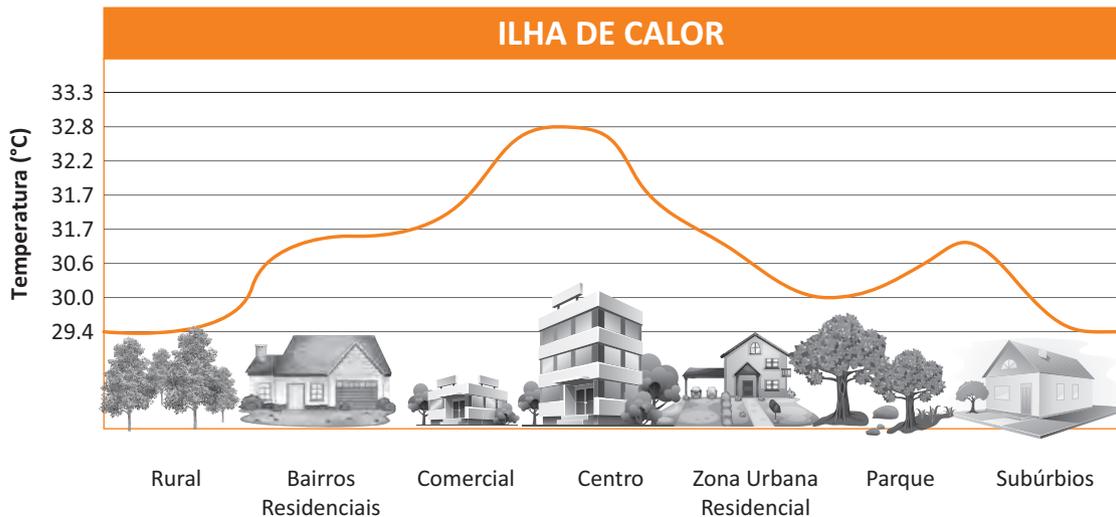


COMPARATIVO DE EL NIÑO E LA NIÑA



ILHA DE CALOR

Você já deve ter reparado que na sua cidade há bairros mais quentes do que outros. Por que isso acontece? Como isso acontece? Isso ocorre por conta de um fenômeno chamado de *ilha de calor*. É bem comum nos grandes centros urbanos, consiste em uma região de anomalia térmica positiva que pode ter registros de até 7°C de diferença em relação às regiões circunvizinhas.

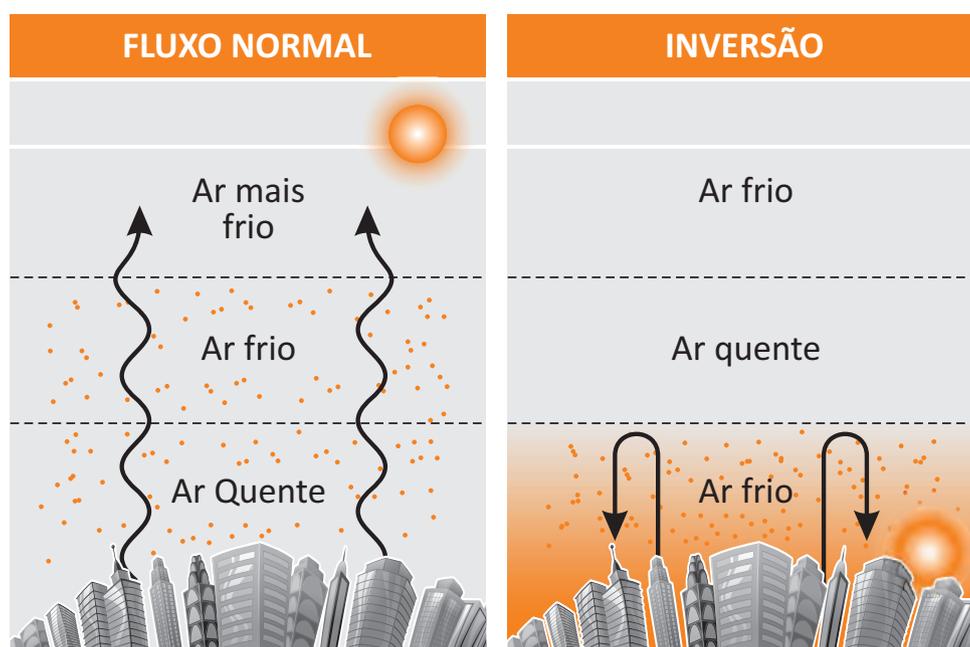


Bairros centrais e comerciais apresentam maiores temperaturas do que os bairros exclusivamente residenciais. Esse fenômeno é resultado de vários fatores, dentre eles podemos destacar: impermeabilização do solo (materiais que possuem um coeficiente térmico baixo, logo ganha e perde calor com muita facilidade, portanto durante o dia com a irradiação solar nessa região a aquece rapidamente com a ausência de vegetação local (a vegetação serve como regulador de umidade e térmica, o que agrava ainda mais a situação da ilha de calor), a presença de uma quantidade grande de prédios (evita a plena circulação de ar) e a circulação de grande número de veículos e pessoas aumentam essa incidência (os gases lançados pelos veículos são gases considerados quentes e a grande quantidade de pessoas faz aumentar ainda mais a sensação de calor!).

INVERSÃO TÉRMICA

É um fenômeno atmosférico natural que é agravado pelas ações do homem. É comum nos grandes centros urbanos e em regiões industrializadas, está relacionada com a má circulação atmosférica e poluição da mesma. É intensificado no inverno devido à variabilidade térmica durante o dia.

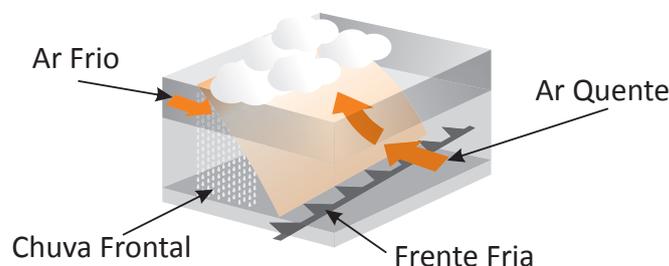
A inversão térmica é comum no fim da madrugada e início do dia em regiões chamadas de “fundo de vale”. Com a queda de temperatura, o solo e o ar próximo à superfície resfriam e por conta da poluição atmosférica é criado um bloqueio impedindo que o ar frio, que está próximo à superfície, ascenda para as regiões mais altas da atmosfera. Enquanto isso, o ar que está nessa região mais alta e está relativamente mais quente, não consegue descer.



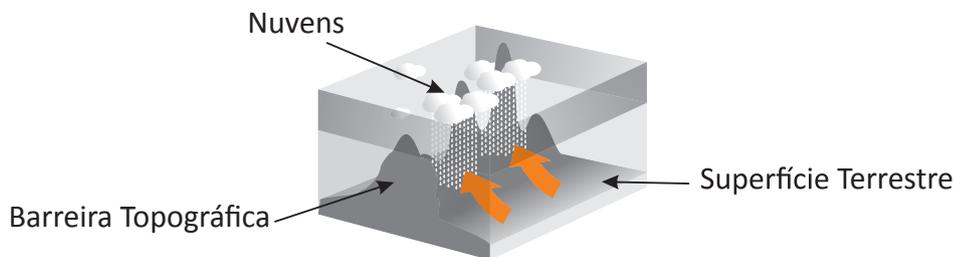
TIPO DE CHUVA

Nem todas as chuvas são iguais! E não têm a mesma origem! As chuvas são formadas a partir do vapor que atinge seu ponto de saturação e da queda de temperatura na atmosfera. As chuvas são classificadas em três tipos: frontal, orográfica ou de relevo, de convecção ou de verão.

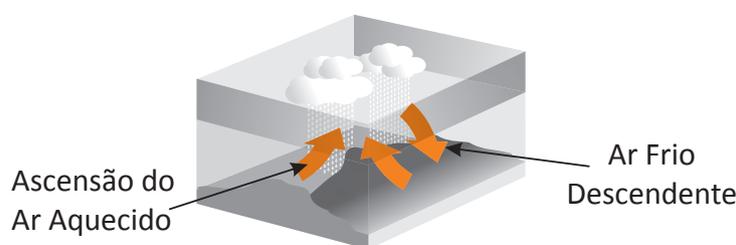
Frontal – é resultado do encontro de duas frentes com características diferentes. Uma frente quente e outra frente fria, por exemplo.



Orográficas ou de Relevo – ocorre quando uma frente com umidade encontra uma barreira topográfica e é forçada a transpor o relevo, então ela se eleva e com a queda de temperatura e a condensação, forma nuvens e assim ocorre a precipitação. Ao ultrapassar o relevo, se ela possuir pouca umidade a precipitação é baixa.



Convecção ou de Verão – ocorrem em dias quentes nos quais o círculo de convecção do ar é acelerado. O ar quente próximo ao solo, por ser menos denso e leve ascende e carrega umidade. Ao chegar a certa altitude, tem a queda de temperatura e a condensação da umidade. Isso gera precipitação forte, rápida e localizada (chuvas chamadas de torrenciais).



TEXTO COMPLEMENTAR

FENÔMENO DOS RIOS VOADORES

Os rios voadores são “cursos de água atmosféricos”, formados por massas de ar carregadas de vapor de água, muitas vezes acompanhados por nuvens, e são propelidos pelos ventos. Essas correntes de ar invisíveis passam em cima das nossas cabeças carregando umidade da Bacia Amazônica para o Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil.

Essa umidade, nas condições meteorológicas propícias como uma frente fria vinda do sul, por exemplo, se transforma em chuva. É essa ação de transporte de enormes quantidades de vapor de água pelas correntes aéreas que recebe o nome de rios voadores – um termo que descreve perfeitamente, mas em termos poéticos, um fenômeno real que tem um impacto significativo em nossas vidas.

A floresta amazônica funciona como uma bomba d’água. Ela puxa para dentro do continente a umidade evaporada pelo oceano Atlântico e carregada pelos ventos alísios. Ao seguir terra adentro, a umidade cai como chuva sobre a floresta. Pela ação da evapotranspiração das árvores sob o sol tropical, a floresta devolve a água da chuva para a atmosfera na forma de vapor de água. Dessa forma, o ar é sempre recarregado com mais umidade, que continua sendo transportada rumo ao oeste para cair novamente como chuva mais adiante.

Propelidos em direção ao oeste, os rios voadores (massas de ar) recarregados de umidade – boa parte dela proveniente da evapotranspiração da floresta – encontram a barreira natural formada pela Cordilheira dos Andes. Eles se precipitam parcialmente nas encostas leste da cadeia de montanhas, formando as cabeceiras dos rios amazônicos. Porém, barrados pelo paredão de 4.000 metros de altura, os rios voadores, ainda transportando vapor de água, fazem a curva e partem em direção ao sul, rumo às regiões do Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil e aos países vizinhos.

É assim que o regime de chuva e o clima do Brasil se deve muito a um acidente geográfico localizado fora do país! A chuva, claro, é de suma importância para nossa vida, nosso bem-estar e para a economia do país. Ela irriga as lavouras, enche os rios terrestres e as represas que fornecem nossa energia.

Por incrível que pareça, a quantidade de vapor de água evaporada pelas árvores da floresta amazônica pode ter a mesma ordem de grandeza, ou mais, que a vazão do rio Amazonas (200.000 m³/s), tudo isso graças aos serviços prestados da floresta.

Estudos promovidos pelo INPA já mostraram que uma árvore com copa de 10 metros de diâmetro é capaz de bombear para a atmosfera mais de 300 litros de água, em forma de vapor, em um único dia – ou seja, mais que o dobro da água que um brasileiro usa diariamente! Uma árvore maior, com copa de 20 metros de diâmetro, por exemplo, pode evapotranspirar bem mais de 1.000 litros por dia. Estima-se que haja 600 bilhões de árvores na Amazônia: imagine então quanta água a floresta toda está bombeando a cada 24 horas!

Todas as previsões indicam alterações importantes no clima da América do Sul em decorrência da substituição de florestas por agricultura ou pastos. Ao avançar cada vez mais por dentro da floresta, o agronegócio pode dar um tiro no próprio pé com a eventual perda de chuva imprescindível para as plantações.

O Brasil tem uma posição privilegiada no que diz respeito aos recursos hídricos. Porém, com o aquecimento global e as mudanças climáticas que ameaçam alterar regimes de chuva em escala mundial, é hora de analisarmos melhor os serviços ambientais prestados pela floresta amazônica antes que seja tarde demais.

Obs. O termo “rios voadores” foi popularizada pelo prof. José Marengo do CPTEC.



R EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

01| ENEM



Disponível em: <http://clickdigitalsj.com.br>. Acesso em: 9 jul. 2009.



Disponível em: <http://conexaoambiental.zip.net/images/charge.jpg>. Acesso em: 9 jul. 2009.

Reunindo-se as informações contidas nas duas charges, infere-se que:

- A os regimes climáticos da Terra são desprovidos de padrões que os caracterizem.
- B as intervenções humanas nas regiões polares são mais intensas que em outras partes do globo.
- C o processo de aquecimento global será detido com a eliminação das queimadas.
- D a destruição das florestas tropicais é uma das causas do aumento da temperatura em locais distantes como os polos.
- E os parâmetros climáticos modificados pelo homem afetam todo o planeta, mas os processos naturais têm alcance regional.

Resolução:

- D a destruição das florestas tropicais é uma das causas do aumento da temperatura em locais distantes como os polos.

O desmatamento constitui uma prática relacionada à ocupação humana desde as primeiras formas de agrupamentos sedentários. A atividade agropecuária, condição básica para o desenvolvimento de qualquer tipo de sociedade, depende da retirada da mata nativa e do uso intensivo dos solos. Após as Grandes Navegações, a ocupação europeia nas Américas, África, Ásia e Oceania foi fundamentalmente predatória e só não realizou um extermínio ainda maior de áreas florestadas porque havia uma série de limitações técnicas.

A escala de desmatamento aumentou bastante após o surgimento das sociedades industriais. Na Europa, ainda no século XVIII, a expansão urbano-industrial associada à utilização do carvão mineral foi considerada o maior responsável pela redução das florestas do continente. A poluição formada pelas chuvas ácidas e a necessidade de povoar as áreas interioranas tornaram a Europa o continente que mais devastou suas florestas originais.

A destruição das florestas acarreta em perda de biodiversidade e habitat de muitas espécies. No contexto das transformações climáticas globais, 20% das emissões antrópicas de CO₂ são provocadas pelo desmatamento. Seus efeitos também determinam alterações no ciclo hidrológico, formação das chuvas e nas características de um microclima. Sem as raízes para absorver a água das chuvas, os solos desprotegidos ficam mais suscetíveis aos processos de erosão e em uma escala ampliada podem chegar à desertificação. A água perde a sua capacidade de infiltração e deixa de abastecer os lençóis freáticos, aumentando a velocidade do escoamento superficial e podendo provocar assoreamento de rios e enchentes.

- 02| ENEM A interface clima/sociedade pode ser considerada em termos de ajustamento à extensão e aos modos como as sociedades funcionam em uma relação harmônica com seu clima. O homem e suas sociedades são vulneráveis às variações climáticas. A vulnerabilidade é a medida pela qual uma sociedade é suscetível de sofrer por causas climáticas.

AYOADE, J. O. *Introdução a climatologia para os trópicos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010 (adaptado).

Considerando o tipo de relação entre ser humano e condição climática apresentado no texto, uma sociedade torna-se mais vulnerável quando

- A concentra suas atividades no setor primário.
- B apresenta estoques elevados de alimentos.
- C possui um sistema de transportes articulado.
- D diversifica a matriz de geração de energia.
- E introduz tecnologias à produção agrícola.

Resolução:

- A concentra suas atividades no setor primário.

Existe uma relação de correspondência entre o homem e o clima. A humanidade, com mais de seis bilhões de pessoas, é capaz de alterar o clima, aquecendo o planeta, e isso afeta suas atividades, como a agricultura. A eleva-

ção da temperatura provocada pela alta concentração de gases de efeito estufa deve causar um impacto negativo na agricultura de quase todo o planeta. O aquecimento trará alguma vantagem somente para o cultivo nas regiões de alta latitude. Tornando-se menos geladas do que são atualmente, essas áreas poderão no futuro abrigar plantas que hoje não resistem ao frio.

No entanto, os danos previstos devem ser bem mais significativos. A FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentos) afirma que a segurança alimentar pode ser prejudicada em três pontos: disponibilidade, acesso e estabilidade do suprimento. Para a agricultura, prevê perda da produtividade de várias culturas, o que deve trazer consequências preocupantes para a segurança alimentar. Algumas dessas projeções foram confirmadas pelo estudo realizado pela Embrapa e pela Unicamp: a maior parte das culturas brasileiras vai sofrer com a elevação da temperatura..

F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01| UEL

Leia a tirinha a seguir.



(Disponível em: <<http://contraposicao.wordpress.com/2011/05/17/atos-de-falauma-analise-sobre-os-efeitos-de-sentido/>>. Acesso em: 2 ago. 2012.)

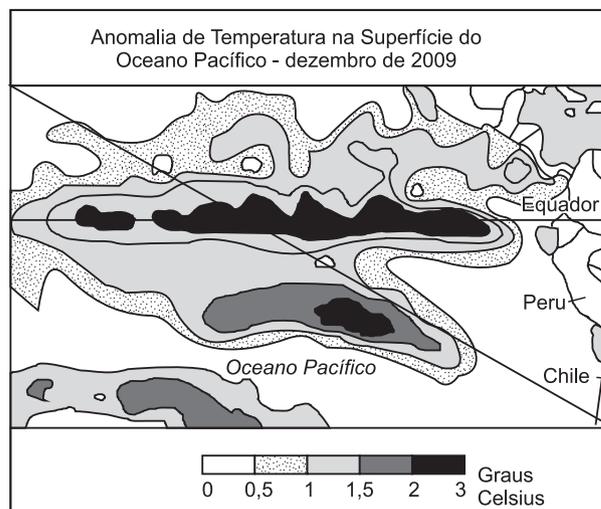
Em relação ao aquecimento global, há um prognóstico de que as geleiras do planeta tendem à diminuição até a extinção.

- A Aponte quatro consequências que o aquecimento global produziria no clima do planeta.
- B A Era do Gelo (glaciação) baseia-se em um cenário de resfriamento que ocorreu de maneira cíclica nos Períodos e nas Eras geológicas passadas. Cite duas consequências que uma nova glaciação acarretaria ao ambiente do planeta Terra.

02| UNIFESP Clima corresponde à sequência cíclica das variações das condições atmosféricas, no decorrer do ano. É essa sequência que nos permite afirmar o tipo climático de alguma região. Por influência de alguns fatores, o clima não é o mesmo em todo o planeta.

- A Quais são os elementos que compõem o clima?
- B Quais os principais fatores modificadores do clima?

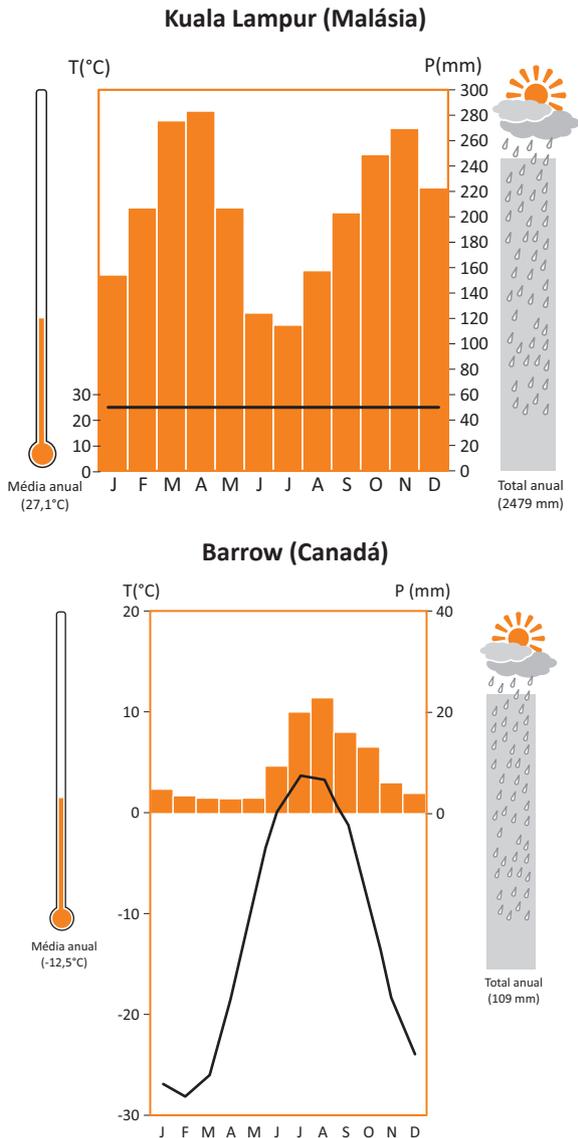
03| UNICAMP O *El Niño* é um fenômeno atmosférico-oceânico que ocorre no oceano Pacífico Tropical, e que pode afetar o clima regional e global, porque altera padrões de vento em nível mundial. Desse modo, afeta regimes de chuva em regiões tropicais e de latitudes médias. Com o auxílio da figura abaixo, responda às questões:



(Adaptado de <http://enos.cptec.inpe.br/>)

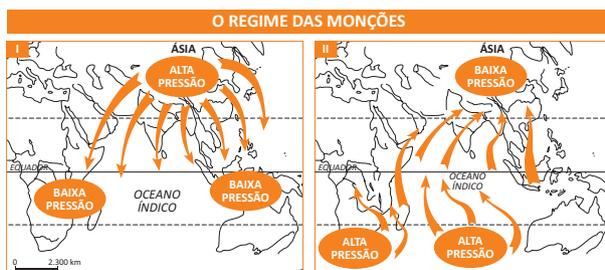
- A O que acontece com a temperatura das águas do Oceano Pacífico quando ocorre o *El Niño*? Qual a razão para esse fenômeno ser denominado *El Niño*?
- B Nos anos em que esse fenômeno ocorre, qual a consequência para a atividade pesqueira do Peru? Qual a alteração do tempo no Nordeste Brasileiro?

04| UERJ Os climogramas são gráficos que permitem comparar os climas por meio de dados referentes a temperatura e umidade.



A partir da análise desses climogramas, justifique as diferenças de amplitude térmica e de total anual de chuva verificadas entre os dois tipos climáticos representados.

05| UFBA



Fonte: Ferreira. Geografia em mapas, v.4, p. 32

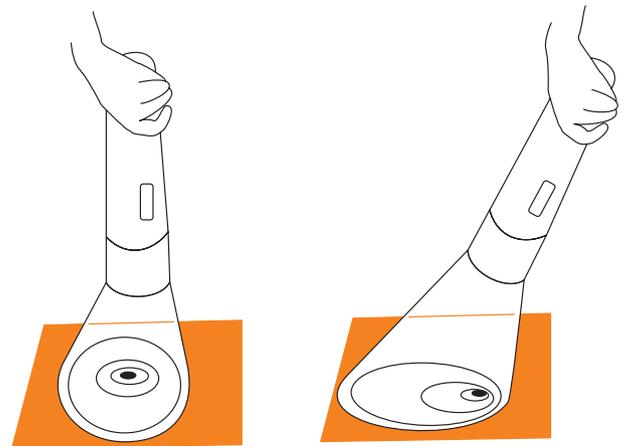
A disposição da massa de terras asiática e do Oceano Índico gera uma circulação atmosférica singular: o regime dos ventos de monções. As monções configuram, por sua vez, uma dinâmica sazonal que caracteriza o clima tropical de toda a Ásia meridional.

(MAGNOLI; ARAÚJO, 2000, p. 58).

Com base nessas informações e nas ilustrações apresentadas, indique as estações do ano correspondentes aos sistemas de pressão atuantes em I e II, explicando, respectivamente, o mecanismo das monções e as consequências ambientais que ocorrem nas áreas atingidas.

06| UFJF

Observe a figura:



Fonte: VANCELEAVE, Janice. Ciências da terra para jovens. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

Responda:

- A) Supondo-se que a lanterna represente o sol e a folha de papel escuro, a superfície da Terra, explique por que, no inverno, as temperaturas são mais baixas.
- B) Explique por que esse processo ocorre com menor intensidade na zona equatorial.

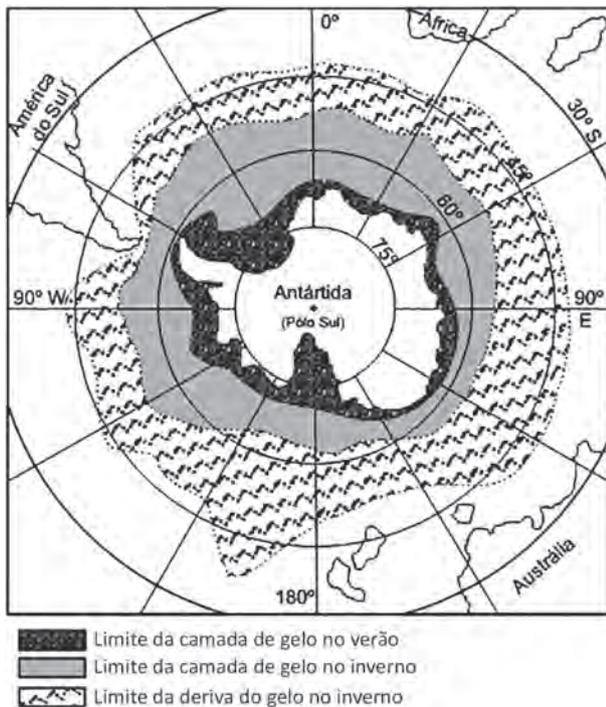
07| UFG O clima de um lugar é caracterizado mediante a observação continuada da dinâmica dos estados atmosféricos ao longo de um certo período de tempo, normalmente superior a três décadas.

Considerando-se tal dinâmica, faça o que se pede:

- A) escolha dois elementos da dinâmica atmosférica mostrados a seguir e explique como eles se relacionam: insolação – precipitação atmosférica – massas de ar – pressão atmosférica – temperatura
- B) apresente uma consequência da interferência antrópica nessa dinâmica.

08| UFMG

Analise este mapa:



FONTE: HANNA, Edward. The role of Antarctic sea ice in global climate change. Progress in Physical Geography, v. 20, n. 4, 1996. p. 372.

A partir da análise e interpretação desse mapa e de outros conhecimentos sobre o assunto, faça o que se pede.

1. DESCREVA e EXPLIQUE o processo representado nesse mapa.
2. EXPLIQUE a importância desse processo para
 - A as condições atmosféricas do Hemisfério Sul, particularmente para o Brasil.
 - B as condições oceanográficas na costa brasileira.
3. EXPLIQUE as relações de causa e efeito entre esse processo e as mudanças climáticas globais.

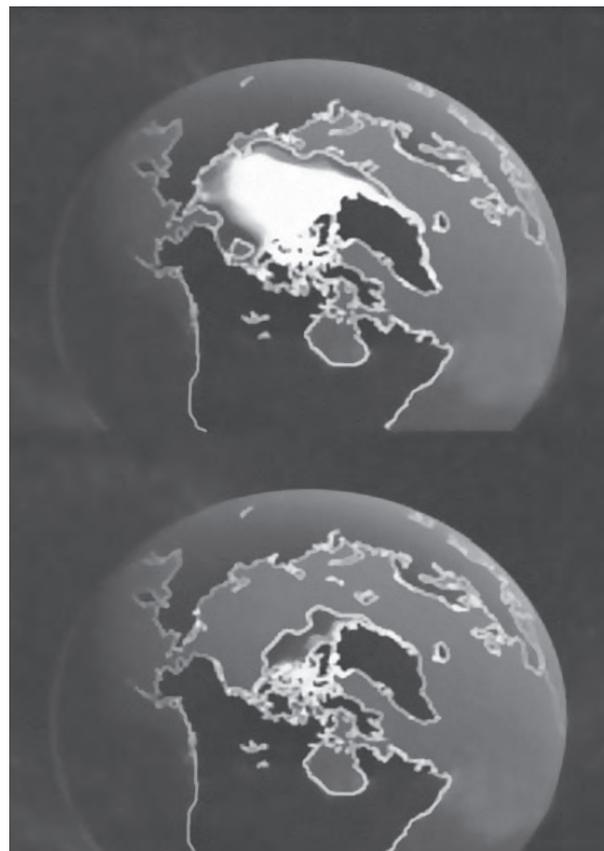
09| PUC

Ártico pode derreter totalmente até 2040, diz estudo.

“O Oceano Ártico pode perder todo o seu gelo até o verão de 2040 devido à emissão de gases-estufa, informa um grupo de cientistas americanos. Simulações realizadas por supercomputadores mostram que o aquecimento global pode antecipar em até 20 anos o degelo total da região”.

Redação Terra, 12 dez. 2006.

Imagem – Simulação do Derretimento do gelo no Oceano Glacial Ártico, no verão de 2040.



Em relação ao desaparecimento do gelo do Oceano Glacial Ártico, apresente:

- A dois possíveis efeitos socioambientais negativos, em escala global, desse evento;
- B dois possíveis efeitos positivos para a economia dos países localizados nas elevadas latitudes do hemisfério Norte.

10| UNICAMP A evapotranspiração constitui a fonte de

umidade atmosférica a partir da movimentação de água através do ciclo hidrológico. Nas áreas continentais os máximos de evaporação ocorrem nas regiões equatoriais.

(Adaptado de Kenitiro Suguio e João J. Bigarella, Ambientes Fluviais. Florianópolis, Editora da UFSC, 1990, p.5.)

- A Quais fatores determinam a maior evapotranspiração nas regiões equatoriais do globo?
- B Quais os processos que compõem a evapotranspiração?

T ENEM E VESTIBULARES

01| ENEM O clima é um dos elementos fundamentais não só na caracterização das paisagens naturais, mas também no histórico de ocupação do espaço geográfico.

Tendo em vista determinada restrição climática, a figura que representa o uso de tecnologia voltada para a produção é:

A



Exploração vinícola no Chile

B



Pequena agricultura praticada em região andina

C



Parque de engorda de bovinos nos EUA

D



Zonas irrigadas por aspersão na Arábia Saudita

E



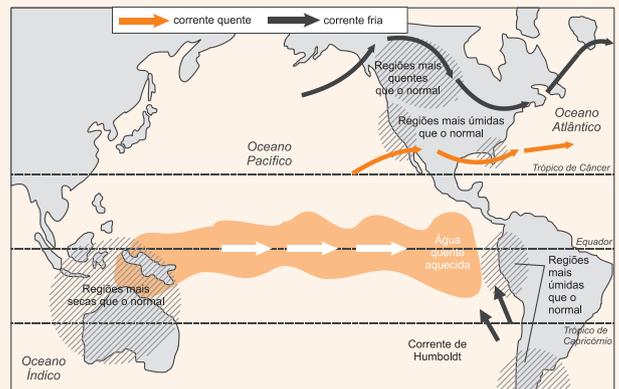
Parque eólico na Califórnia

02| ESPM A atípica estiagem que castigou o Sudeste brasileiro em 2014 é explicada:

- A** Pelo aquecimento global que alterou o ritmo das chuvas, normalmente concentra-das no verão em qualquer tipo de clima.
- B** Pela carência de chuvas que caem frequentemente tanto no verão, quanto no inverno brasileiro.
- C** Pelo excesso de ventos secos que sopraram intensamente no último outono no sentido norte.
- D** Pela escassez de chuvas, fato anormal no verão tropical.
- E** Pelo bloqueio atmosférico proporcionado pela presença da Massa Polar Atlântica, seca e fria, e muito atuante no verão.

03| FGV

Analise o mapa que representa uma anomalia climática.



(David Blanchon. Atlas Mondial de l'eau. Paris: Autrement, 2013. p. 20)

Com base nos conhecimentos sobre a dinâmica climática mundial, pode-se concluir que se trata

- A** da presença de *La Niña* no oceano Pacífico.
- B** de mudanças provocadas pelo aquecimento global.
- C** da ocorrência de furacões no oeste do continente americano.
- D** do fenômeno *El Niño* e suas consequências.
- E** de alterações na circulação dos ventos alísios.

04| UERN

“... São as águas de março fechando o verão
É a promessa de vida no teu coração...”

(Tom Jobim)

As chuvas do Sudeste são atribuídas às massas de ar. Formadora dos ventos alísios de sudeste, essa massa

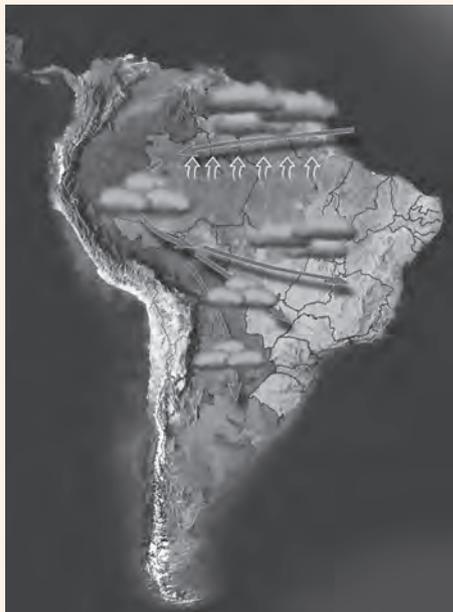
de ar é praticamente constante no decorrer do ano no Brasil. O encontro desta massa de ar com as áreas mais elevadas da serra do mar provoca as chuvas orográficas. Identifique a massa de ar.

- A Massa polar atlântica.
- B Massa tropical atlântica.
- C Massa tropical continental.
- D Massa equatorial continental.

05| UNESP

O fenômeno dos “rios voadores”

“Rios voadores” são cursos de água atmosféricos, invisíveis, que passam por cima de nossas cabeças transportando umidade e vapor de água da bacia Amazônica para outras regiões do Brasil. A floresta Amazônica funciona como uma bomba d’água. Ela “puxa” para dentro do continente umidade evaporada do oceano Atlântico que, ao seguir terra adentro, cai como chuva sobre a floresta. Pela ação da evapotranspiração da floresta, as árvores e o solo devolvem a água da chuva para a atmosfera na forma de vapor de água, que volta a cair novamente como chuva mais adiante. O Projeto Rios Voadores busca entender mais sobre a evapotranspiração da floresta Amazônica e a importante contribuição da umidade gerada por ela no regime de chuvas do Brasil.



(www.riosvoadores.com.br. Adaptado.)

A partir da leitura do texto e da observação do mapa, é correto afirmar que, no Brasil,

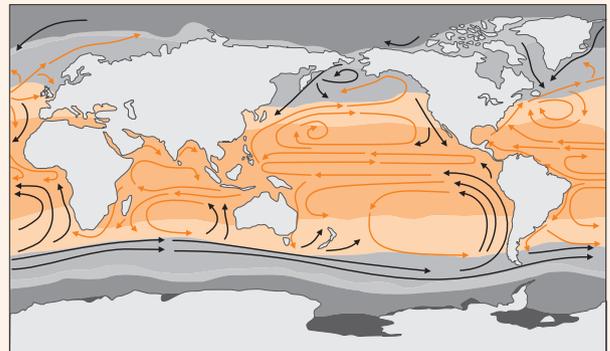
- A cada vez mais, a floresta é substituída por agricultura ou pastagem, procedimento que promove o desenvolvimento econômico, sem influenciar, significativamente, o clima na América do Sul.

- B os recursos hídricos são abundantes e os regimes fluviais não serão alterados, apesar das mudanças climáticas que ameaçam modificar o regime de chuvas na América do Sul.
- C o atual desenvolvimento da Amazônia não afeta o sistema hidrológico, devido à aplicação de medidas rigorosas contra o desmatamento e danos à biodiversidade da floresta.
- D os mecanismos climatológicos devem ser considerados na avaliação dos riscos decorrentes de ações como o desmatamento, as queimadas, a abertura de novas fronteiras agrícolas e a liberação dos gases do efeito estufa.
- E a circulação atmosférica é dominada por massas de ar carregadas de umidade que, encontrando a barreira natural formada pelos Andes, precipitam-se na encosta leste, alimentando as bacias hidrográficas do país.

06| UNESP

Analise o mapa.

Correntes marítimas e temperatura na superfície dos oceanos



Legenda

- ← correntes quentes
- ← correntes frias
- calotas de gelo (abaixo de 0 °C)
- água do mar congelada (em média) abaixo de -2 °C
- águas oceânicas -2 a 0 °C
- 0 a 10 °C
- 10 a 20 °C
- 20 a 30 °C

(Antonio Guerra et al. Atlas geográfico mundial, 2007. Adaptado.)

Considerando as relações existentes entre zonas climáticas, sistema de circulação atmosférica e correntes marítimas de superfície, é correto afirmar que

- A as correntes quentes predominam nas zonas intertropicais e o sentido de seu deslocamento está associado aos ventos de oeste predominantes na região.

- B as correntes frias predominam na zona equatorial e o sentido de seu deslocamento está associado aos ventos de leste predominantes na região.
- C as correntes quentes predominam na zona equatorial e o sentido de seu deslocamento está associado aos ventos de leste predominantes na região.
- D as correntes quentes predominam nas zonas subtropicais e o sentido de seu deslocamento está associado aos ventos de leste predominantes na região.
- E as correntes frias predominam nas zonas intertropicais e o sentido de seu deslocamento está associado aos ventos de oeste predominantes na região.

07| UNICAMP O clima urbano decorre do contraste entre o espaço urbano e o campo circundante, evidenciando o caráter fundamental da cidade como espaço localizado de contínua, cumulativa e acentuada derivação antrópica do ambiente.

(Adaptado de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, "Por um suporte teórico e prático para estimular estudos geográficos do clima urbano no Brasil". Geosul, Florianópolis, ano V, n. 9, 1º sem, 1990.)

Sobre o clima urbano é correto afirmar que:

- A ele resulta da interação da paisagem natural com o espaço construído pela ação humana; a paisagem natural não é substituída pelo meio ambiente construído; nas grandes cidades as temperaturas são mais elevadas nas zonas de contato entre os espaços urbano e rural.
- B ele resulta da interdependência entre as condições naturais e as ações humanas; a paisagem natural interage com o meio ambiente construído sem grandes alterações; nas grandes cidades as temperaturas declinam da periferia em direção ao centro.
- C ele resulta da permanência da paisagem natural pela interferência da ação humana; a paisagem natural é substituída pelas atividades agrícolas; nas grandes cidades as temperaturas são mais elevadas nas áreas circundantes que nas áreas centrais.
- D ele resulta da alteração da paisagem natural pela interferência da ação humana; a paisagem natural é substituída pelo meio ambiente construído; nas grandes cidades as temperaturas das áreas centrais são mais elevadas que nos campos circundantes.

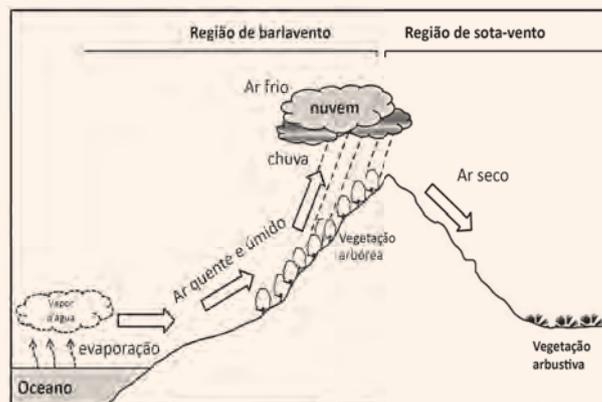
08| FMABC Mudanças climáticas são fenômenos naturais que já ocorreram muitas vezes na Terra. Elas dependem de fatores tais como a atividade solar, as propriedades da superfície da Terra, a composição da atmosfera etc. A ONU está organizando a 19ª COP (19ª Conferência sobre mudanças climáticas) porque

- A a temperatura média global aumentou 0,74°C e o nível do mar aumentou pela primeira vez desde a última era glacial em razão de processos naturais, e

é preciso nos prepararmos para enfrentar as consequências.

- B se entende que outra mudança climática está acontecendo nos últimos 100 anos e que o elemento chave dessa mudança é a atividade humana, e que essa tem que ser caracterizada e controlada.
- C a mudança climática natural que se dá na região polar Norte adquiriu escala global e ameaça o ser humano, pois o derretimento da calota polar Norte elevou o nível das águas oceânicas em geral em 20 centímetros.
- D a mudança climática atual é atribuída a alterações do ciclo solar e a várias atividades vulcânicas, e diante dessas ocorrências resta ao ser humano um controle defensivo que tem que ser preparado em conferências globais.
- E as várias conferências da ONU procuraram pressionar os países emergentes, para diminuir as emissões de gases estufa, pois esses são os principais emissores dos gases cujo aumento na atmosfera é um fator das mudanças climáticas.

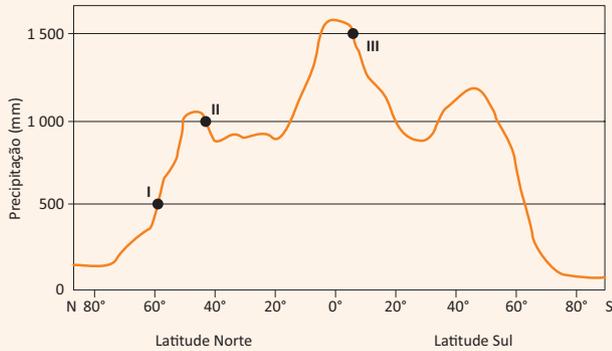
09| MACK A figura representa o efeito da orografia (relevo) sobre a circulação atmosférica. É **INCORRETO** afirmar que o efeito orográfico apresentado:



- A influencia no deslocamento das massas de ar, sem interferir na diversidade da cobertura vegetal da região.
- B ocorre quando uma massa de ar carregada de umidade sobe ao encontrar uma elevação do relevo; o ar quente e úmido é empurrado para cima, provocando a condensação do vapor e chuva.
- C faz com que as vertentes situadas a barlavento apresentem totais de precipitação mais elevados aos apresentados pelas vertentes a sotavento, originando áreas de sombra pluvial.
- D contribui na diferenciação climática, promovendo um clima mais úmido na região de barlavento e um mais seco na região a sota-vento.

10| USCS A distribuição geográfica da chuva relaciona-se com quatro fatores principais, que são a latitude, a distância do oceano, a ação do relevo e o efeito das correntes marinhas.

Distribuição das precipitações conforme as latitudes



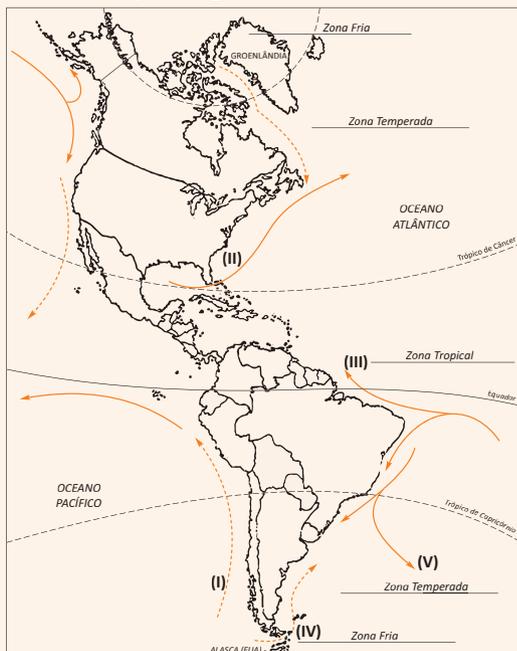
(José B. Conti e Sueli A. Furlan. Geografia do Brasil, 2005. Adaptado.)

Com base no gráfico, são países que possuem a maior parte do seu território nas latitudes que podem responder à relação I – 500 mm, II – 1 000 mm e III – 1 500 mm, respectivamente:

- A** Canadá, França e Indonésia.
- B** Canadá, Índia e Brasil.
- C** EUA, França e Colômbia.
- D** EUA, Índia e Brasil.
- E** Argentina, Espanha e Indonésia.

11| UFGD

Observe o mapa a seguir.

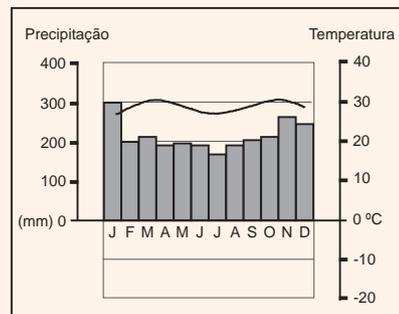


(Fonte: Adaptado de AZEVEDO, Eglom; GOMES, Roberto R. Geografia Dinâmica 3: As Américas. Tatuí (SP): Casa Publicadora Brasileira 1996, p.13.)

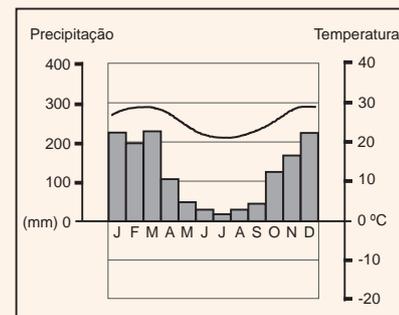
As indicações no mapa referem-se às seguintes correntes marítimas, assim torna-se correto aquilo que se afirma em:

- A** I: Humboldt; II: Golfo; III: Guianas; IV: Falkland; e V: Sul-equatorial Atlântica.
- B** I: Peru; II: Labrador; III: Guianas; IV: Patagônia; e V: Sul-equatorial Atlântica.
- C** I: Peru; II: Leste Americana; III: Caribe; IV: Falkland; e V: Sul-equatorial Atlântica.
- D** I: Patagônia; II: Golfo; III: Caribe; IV: Falkland; e V: Brasil.
- E** I: Humboldt; II: Golfo; III: Guianas; IV: Patagônia; e V: Brasil.

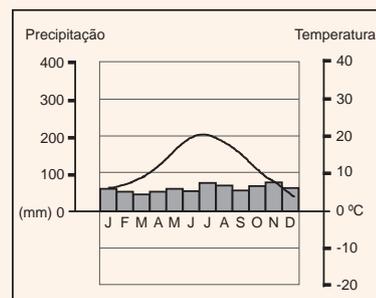
12| PUC Considere os climogramas que tratam da situação climática de três diferentes cidades.



I



II

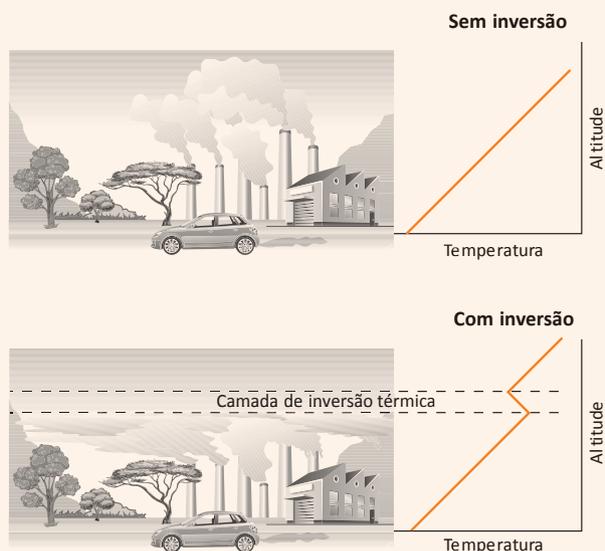


III

Os climas representados por I, II e III e as respectivas cidades estão corretamente indicados em:

	I	II	III
A	<ul style="list-style-type: none"> Mediterrâneo Valparaíso 	<ul style="list-style-type: none"> Temperado Continental Varsóvia 	<ul style="list-style-type: none"> Subtropical Porto Alegre
B	<ul style="list-style-type: none"> Temperado Oceânico Nova Iorque 	<ul style="list-style-type: none"> Mediterrâneo Barcelona 	<ul style="list-style-type: none"> Semiárido Recife
C	<ul style="list-style-type: none"> Equatorial Cingapura 	<ul style="list-style-type: none"> Tropical Continental Cuiabá 	<ul style="list-style-type: none"> Temperado Oceânico Londres
D	<ul style="list-style-type: none"> Temperado Continental Berlim 	<ul style="list-style-type: none"> Equatorial Manaus 	<ul style="list-style-type: none"> Semiárido Nova Orleans
E	<ul style="list-style-type: none"> Equatorial Campo Grande 	<ul style="list-style-type: none"> Semiárido Teresina 	<ul style="list-style-type: none"> Desértico Riad

13| UEMG As ilustrações a seguir representam um ambiente em dois momentos diferenciados, associados ao fenômeno meteorológico conhecido como Inversão Térmica.



FELTRE, Ricardo Fundamentos de Química. 2. ed. São Paulo: Moderna. 1996. p. 111. Adaptado.

Sobre esse fenômeno, são feitas as seguintes afirmativas:

- I. Acontece quando uma camada de ar quente se sobrepõe a uma camada de ar frio, impedindo o movimento ascendente do ar.
- II. Eleva as concentrações de poluentes em ambientes urbanos em função da presença das indústrias e da poluição atmosférica.
- III. Promove a redução da temperatura do ar, gradativamente com a altitude, dispersando a fumaça das fábricas e veículos.

IV. Aumenta abruptamente a temperatura do ar na chamada “camada de Inversão Térmica”, sufocando o ambiente das áreas urbanas.

Estão CORRETAS

- A** todas as afirmativas.
- B** apenas as afirmativas I e III.
- C** apenas as afirmativas II e III.
- D** apenas as afirmativas I, II e IV.

14| UERN Observe a charge e leia o texto a seguir.



(Ramos, Lara. Cuidado! Irresponsáveis trabalhando!

Artigo. 15 de maio de 2012. Disponível em:

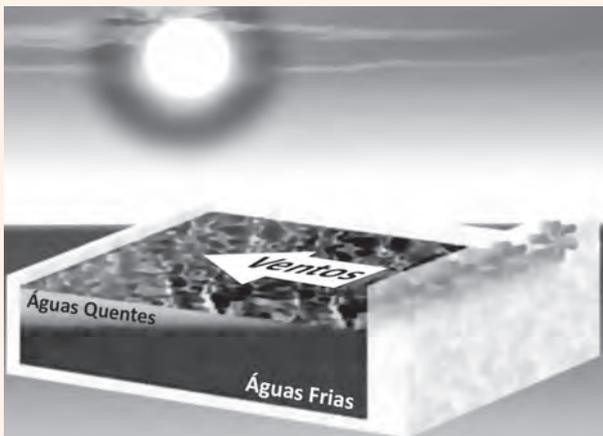
<http://reflexoes-de-umasonhadora.blogspot.com.br/2012/05/oii-e-uma-personagem-de-charge-e.html>. Acesso em: 06/02/2013.)

Esta charge se refere ao nosso planeta e aos cuidados (ou a falta de) que temos com ele. Ao dizer “Cuidado! Irresponsáveis trabalhando” o autor faz uma crítica à humanidade, mostrando que não cuidamos devidamente do nosso planeta. Ou, indo mais além, o autor pode estar mostrando que os políticos não cumprem com o que dizem, não cumprem as promessas de criar projetos que cuidem do meio ambiente. Essa charge nos lembra que devemos cuidar da nossa casa, pois é a única que temos.

Os problemas ambientais são inúmeros e muitos ultrapassam os limites dos países em que foram gerados. A inserção do desenvolvimento sustentável em escala global constitui um grande desafio para a comunidade internacional. Assinale o problema ambiental que ultrapassa o limite territorial do país origem.

- A** Chuva ácida.
- B** Ilha de calor.
- C** Inversão térmica.
- D** Movimento de massa.

15| MACK

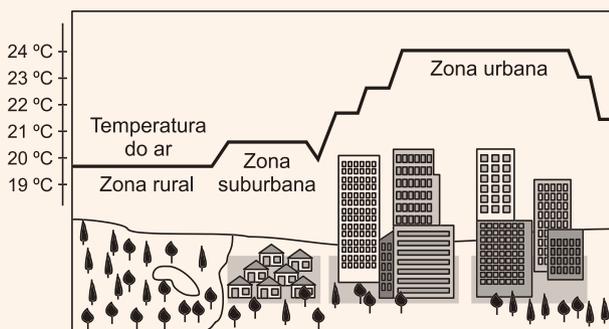


<http://enos.cptec.inpe.br>

A ilustração acima representa o fenômeno que

- A pouco altera as condições de circulação atmosférica, especialmente na zona intertropical, sem maiores consequências para os níveis de pluviosidade.
- B ocorre periodicamente, sobretudo nos meses de novembro e dezembro, sendo o principal fator de normalidade nos regimes de chuvas da América do Sul.
- C decorre, exclusivamente, do processo de aquecimento global e explica anormalidades como chuvas excessivas no interior do Nordeste brasileiro.
- D provoca o aquecimento das águas do Pacífico Sul-equatorial, com alterações na circulação atmosférica que resultam em chuvas excessivas na região Sul do Brasil e estiagem mais acentuada no Sertão Nordeste.
- E provoca o aquecimento das águas do Pacífico Sul – equatorial, com alterações na circulação atmosférica, que resultam em invernos mais rigorosos nas regiões Sul e Sudeste, além de um aumento da pluviosidade no Nordeste brasileiro.

16| MACK Analise a figura abaixo para responder a questão.



Está correto afirmar que o fenômeno representado corresponde

- A ao efeito Estufa, que tem alcance global e que afeta todas as cidades no mundo, independentemente das dimensões e dos topos de suas construções.
- B à chuva ácida, que decorre da combinação entre o vapor d'água e o enxofre, nos centros urbanos. Esse fenômeno é agravado pela queima de derivados de petróleo e carvão mineral.
- C às enchentes, pois as alterações ambientais provocadas pelo homem interferem no clima. Na ilustração, podemos constatar, claramente, a movimentação do ar que provoca chuvas de tipo frontal.
- D à ilha de Calor, caracterizada pelo aumento das temperaturas nas áreas centrais das cidades médias e grandes. A verticalização das construções e a cobertura de grandes espaços com asfalto e concreto estão entre as suas causas.
- E ao Cânion de Frio, que nada mais é do que o resfriamento de determinadas áreas dos grandes centros urbanos em relação a outras. A construção de grandes edifícios, com materiais espelhados, segundo os padrões de países de clima mais frio, como os EUA, é a opção mais correta para cidades de ambientes tropicais, como São Paulo e Rio de Janeiro.

17| UERN Analise atentamente a charge.

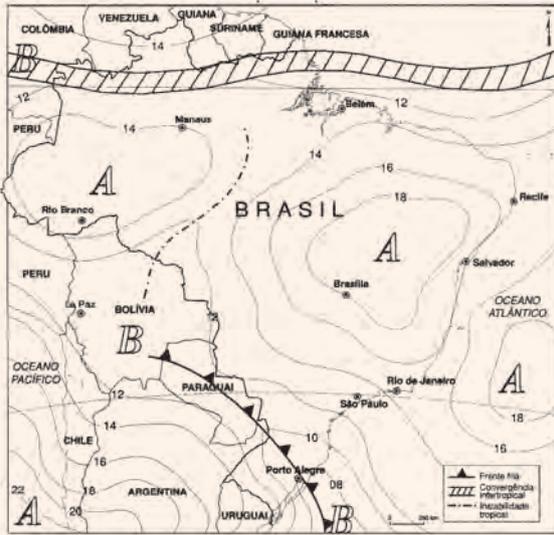
Vivemos em um mundo em constante modificação para sempre atender às necessidades de nós, humanos. Mas o meio natural paga um preço caro, por esse avanço desordenado da sociedade dita moderna. Após analisar a charge, pode-se concluir que o problema ambiental representado está relacionado à (ao)



- A fenômeno de “ilha de calor”.
- B poluição hídrica.
- C aquecimento global.
- D chuva ácida.

18| UNIMONTES Observe o mapa.

Mapa do tempo



Fonte: MAGNOLI, D. e ARAÚJO, R. Geografia a Construção do Mundo: Geografia Geral e do Brasil. São Paulo: Moderna, 2005.

O mapa mostra o comportamento atmosférico do Brasil e parte da América do Sul no inverno.

De acordo com esse mapa, todas as alternativas abaixo estão corretas, EXCETO

- A A instabilidade tropical na Amazônia Legal aparece em espaço delimitado por isóbaras de 14 bares ou milibares, isto é, linhas que unem pontos de igual pressão.
- B A Zona de Convergência Intertropical – ZCIT – atua no Brasil central com ação essencialmente marítima devido à grande extensão territorial do país.
- C A frente fria que se originou no Atlântico Sul, adentrando o território nacional, dependendo da intensidade do inverno, pode chegar até a Amazônia e provocar o fenômeno de friagem.
- D Na América do Sul, a Argentina, o Paraguai, a Bolívia e a Colômbia destacam-se por apresentarem comportamento atmosférico influenciado por fenômenos meteorológicos comuns aos do Brasil.

19| UNESP

As chuvas torrenciais que costumam causar tormentas nesta época do ano em diversas cidades brasileiras desapareceram neste verão. O lugar delas foi tomado por uma seca considerada atípica e por muito calor. Este é, sem dúvida, um verão de recordes. São Paulo registra há mais de 48 dias seguidos temperaturas máximas acima dos 30°C, mais do que as médias históricas dos meses de dezembro, janeiro e fevereiro registradas nos verões dos últimos 20 anos.

(<http://brasil.elpais.com>. Adaptado.)

A dinâmica de circulação atmosférica tem importante papel na definição dos regimes climáticos predominantes em cada região brasileira. Dentre as razões que expli-

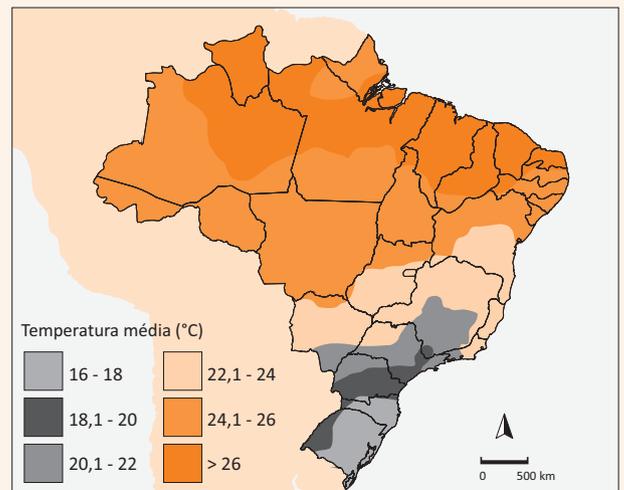
cam a excepcionalestíagem e as elevadas temperaturas que assolaram a região Centro-Sul do Brasil em janeiro e fevereiro de 2014 estão

- A a manifestação do fenômeno *La Niña* e o reforço das condições climatológicas de ambiente quente e seco por questões sazonais.
- B a incidência de uma zona de alta pressão atmosférica e o predomínio de uma massa de ar quente e seca.
- C a ocorrência de uma zona de baixa pressão atmosférica e a passagem de uma massa de ar quente e seca.
- D a atuação da Zona de Convergência do Atlântico Sul e o predomínio de uma massa de ar quente e seca.
- E a presença da Zona de Convergência Intertropical e a existência de um evento climático extremo de subsidência da umidade em superfície.

20| USCS

Examine o mapa.

Brasil: temperatura média anual, 1961-2001



(Francisco Mendonça e Inês M. D. Oliveira. Climatologia: noções básicas e climas do Brasil, 2007. Adaptado.)

A área com maior temperatura média anual corresponde à planície do Rio Amazonas e à parte norte da planície costeira.

É correto afirmar que isso ocorre em função da

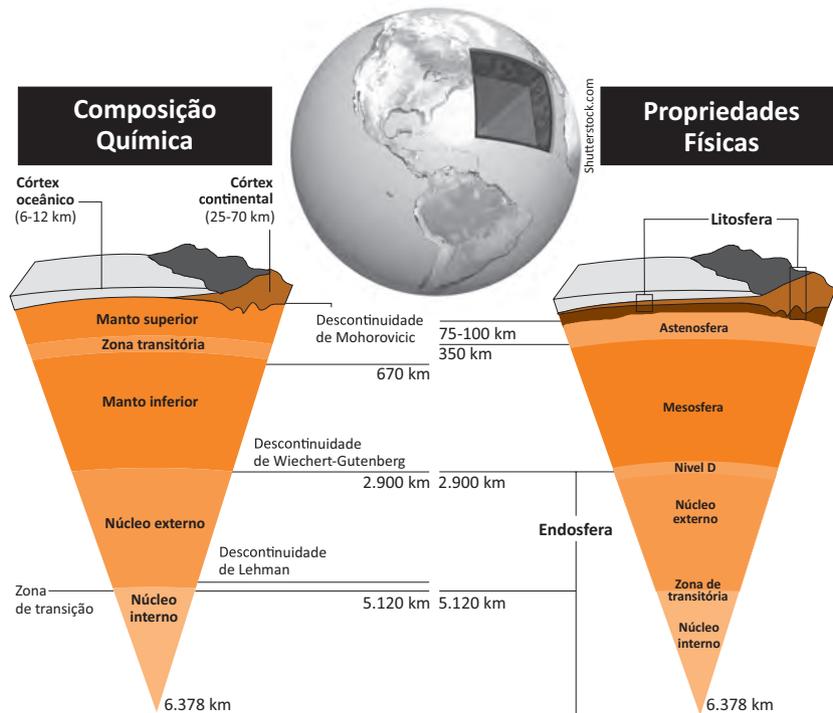
- A alta radiação solar, da presença dos ventos de oeste e da atuação das massas de ar equatorial e tropical.
- B média radiação solar, da presença dos ventos de oeste e da atuação das massas de ar tropical e polar.
- C alta radiação solar, da presença dos ventos alísios e da atuação das massas de ar equatorial e tropical.
- D baixa radiação solar, da presença dos ventos polares de leste e da atuação das massas de ar equatorial e polar.
- E média radiação solar, da presença dos ventos alísios e da atuação das massas de ar tropical e polar.

GEOMORFOLOGIA

Como já estudamos no capítulo que trata de geologia, a terra não é um corpo homogêneo, mas sim um corpo com estruturas físicas e químicas bem distintas.



A estruturação mais conhecida por nós é a física: núcleo (interno e externo) manto (inferior e superior) e a crosta terrestre.



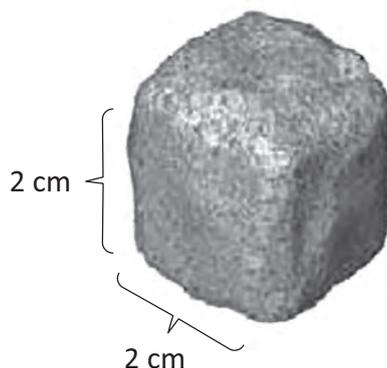
O planeta terra é um corpo extremamente dinâmico. A crosta terrestre é testemunha dessa dinamicidade, devido à sua diversidade de estruturas geomorfológicas. As formas e estruturas que conhecemos são resultado das forças endógenas e exógenas.

Forças endógenas – são forças que atuam no interior do planeta. Percebemos sua ação quando ocorre a movimentação das placas tectônicas e a consequência dessa movimentação são os terremotos e o vulcanismo. É responsável pela criação das protuberâncias do relevo terrestre.

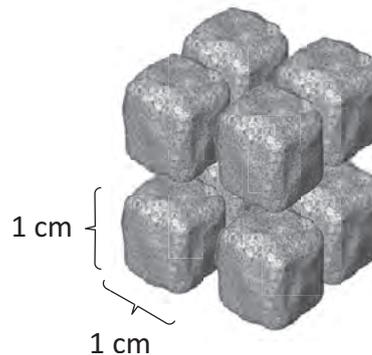
Forças exógenas – são forças que atuam sobre a superfície da terra e configuram as formas do relevo, por meio de intemperismo físico e químico.

Intemperismo – é o conjunto de alterações de ordem física (desagregação), químicas (decomposição) e biológicas no solo e na rocha (relevo).

Intemperismo Físico – está relacionado ao processo que gera a desagregação, fragmentação e/ou aumento da superfície de contato.



ÁREA SUPERFICIAL
 $2\text{ cm} \times 2\text{ cm} = 4\text{ cm}^2$
 $4\text{ cm}^2 \times 6\text{ lados} = 24\text{ cm}^2$



ÁREA SUPERFICIAL
 $1\text{ cm} \times 1\text{ cm} = 1\text{ cm}^2$
 $1\text{ cm}^2 \times 6\text{ lados} = 6\text{ cm}^2$
 $6\text{ cm}^2 \times 8\text{ cubos} = 48\text{ cm}^2$

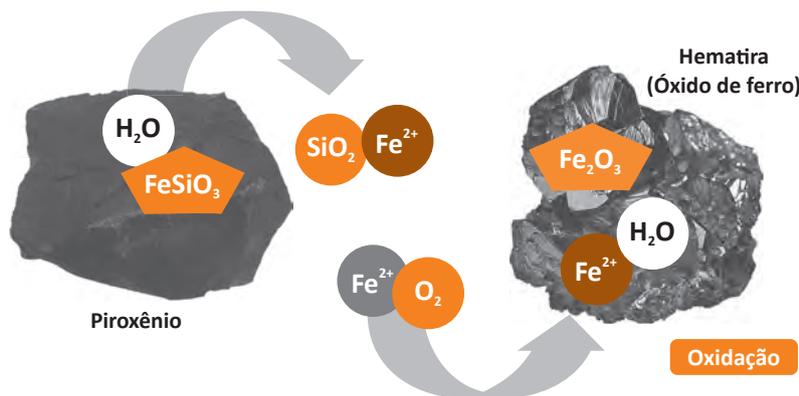
<http://www.brasilecola.com/geografia/intemperismo.htm>

O principal agente do intemperismo físico são: o vento, alternância térmica ocorrida entre dia e noite, o impacto da água da chuva e o congelamento da água nas fissuras de rochas, que gera o aumento do volume do corpo em até 9%, fragmentando assim raízes de árvores e provocando o aumento da superfície de contato.



<http://meioambiente.culturamix.com/natureza/intemperismo-processo-fisico-e-quimico>

Intemperismo Químico – está relacionado com todo o processo de alteração na estrutura química da rocha e do solo. Seu principal agente de transformação é a água.



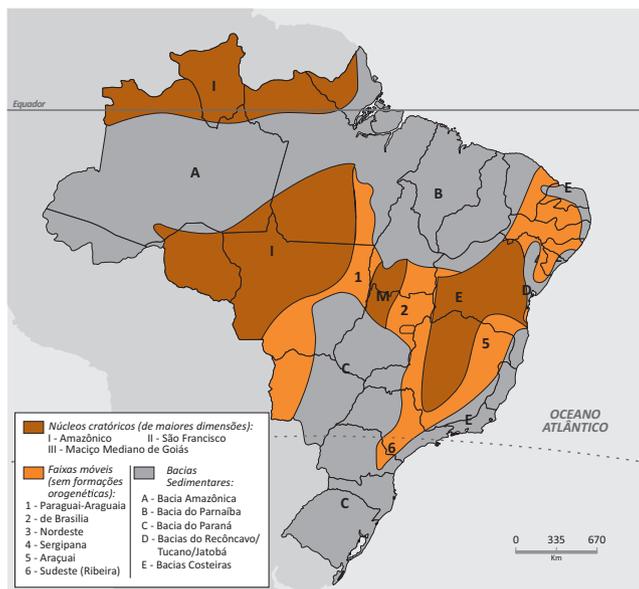
<http://geologiahoje.blogspot.com.br/2010/08/intemperismo-quimico.html>

PROVÍNCIAS GEOLÓGICAS

O processo da dinâmica interna da terra condiciona nas formações das províncias geológicas. Possuem estrutura geológica e geomorfológica como características comuns de origem e formação, os quais influenciam diretamente na forma de apresentação do relevo. Iremos estudar essas estruturas a partir das estruturas brasileiras¹ (escudos cristalinos e Bacias sedimentares) e as que não se fazem presentes no Brasil (dobramentos modernos), veremos posteriormente.

Escudos Cristalinos – são as formações mais antigas existentes. Estão em regiões consolidadas da crosta terrestre (regiões cratônicas), compostas por minerais metálicos e não metálicos. Cerca de 36% do território brasileiro é formado por escudos cristalinos.

Bacias Sedimentares – são regiões depressivas preenchidas por acumulação de fragmentos de rochas, organismos (vegetais, animais), sedimentos ou até mesmo uma fina camada de lava vulcânica. Cerca de 64% do território brasileiro está em regiões de bacias sedimentares. A importância mineralógica das bacias são os combustíveis. fósseis.



A estrutura geológica não presente no Brasil são os dobramentos modernos.

Dobramentos modernos ou dobramentos terciários – são as estruturas de grande altimetria, tais como: cordilheiras do Himalaia, dos Andes, dos Alpes e as montanhas rochosas.

¹ O texto fala apenas de duas estruturas e o mapa apresenta 3 estruturas, sendo uma delas a faixa móvel. Para elucidar é importante ressaltar o conceito de faixa móvel que é "região crustal, em geral estreita e alongada, caracterizada por ser ou ter sido sede de intensa atividade tectônica associada geralmente a magmatismo e metamorfismo regional". Ela se faz presente tanto nos escudos cristalinos, quanto nas bacias sedimentares.

Fonte do conceito MINEROPAR. Disponível em: <<http://www.mineropar.pr.gov.br/modules/glossario/conteudo.php?conteudo=F>>.

CLASSIFICAÇÕES DO RELEVO BRASILEIRO

As três principais classificações do relevo brasileiro foram feitas por: Aroldo de Azevedo, Aziz Ab’Sáber e Jurandy Ross.

A classificação proposta por Aroldo de Azevedo, um dos primeiros professores do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo –USP, levou em consideração para elaborar sua classificação cotas altimétricas da década de 1940. Portanto, ele define o relevo brasileiro da seguinte forma: planalto, que são regiões com altimetria superior a 200 metros em relação ao nível do mar. Planície, como regiões com altimetria inferior a 200 metros em relação ao nível do mar. Para ele são 7 compartimentos, nos quais 4 são planaltos e 3 planícies.

AS GRANDES DIVISÕES DO RELEVO BRASILEIRO (SEGUNDO AROLDO DE AZEVEDO)



<http://geoconceicao.blogspot.com.br/2011/12/formacao-do-relevo-brasileiro-decorre.html>

Já a classificação proposta pelo professor Aziz Ab’Sáber em 1958, que também era professor e pesquisador do departamento Geografia da Universidade de São Paulo, enumera 10 compartimentos na sua classificação. Classificou planalto, como áreas em que o processo de erosão supera os de sedimentação e a planície, como uma área mais ou menos plana em que os processos de sedimentação superam os de erosão, independentemente das cotas altimétricas.

RELEVO DO BRASIL (SEGUNDO PROF. AZIZ NACIB AB'SABER)



<http://www.klickeducacao.com.br/materia/print/0,5920,POR-16-48-2181-,00.html>

A classificação proposta por Jurandy Ross, também professor e pesquisador do departamento de geografia da Universidade de São Paulo –USP, no qual faz uma análise aprofundada dos estudos do Aziz Ab’Sáber, com auxílio de imagens de radar obtidas no projeto Radambrasil, entre os anos 1970-1985, ele define o território em 25 compartimentos. Ross define depressão, como um relevo rebaixado, aplainado em relação ao seu entorno.



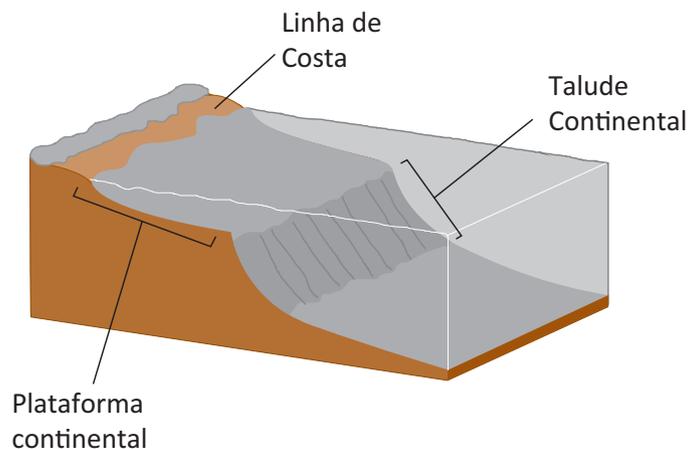
Fonte: Ross, Jurandir, ed. Ática – SP

RELEVO SUBMARINO

Assim como o relevo continental, o relevo submarino também é diversificado. Além de ser submerso, a grande diferença é que esse relevo não sofre com a dinâmica atmosférica da terra, e sim com o intemperismo químico (resultante do contato constante com a água carregada de sais) e o físico devido à movimentação da água. O relevo submarino é composto, pela plataforma continental, talude continental e pela região pelágica.

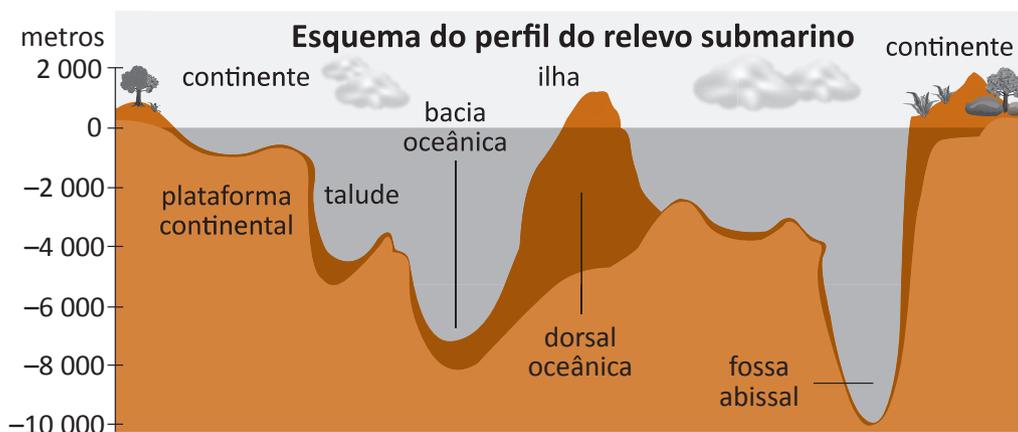
Plataforma Continental – consiste na continuidade do continente que está submersa. É composta essencialmente por rochas sedimentares planas e tem profundidade média de 200 metros. Região favorável a possuir combustíveis fósseis.

Talude Continental – é a borda da plataforma continental, é marcada pelo desnível acentuado que chega a 2 mil metros.



<http://www.zonacosteira.bio.ufba.br/plataforma.html>

Região pelágica ou Abissal – região correspondente à crosta oceânica, também conhecida por assoalho oceânico. Ela difere da crosta continental, pois é bem mais densa. Na região pelágica ocorrem inúmeras formas de relevo como: depressões (chamadas bacias), dorsais, montanhas marinhas, tectônicas, planaltos e fossas marinhas.



<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/relevo-submarino-plataforma-talude-e-outras-unidades.html>

TEXTO COMPLEMENTAR

ESPELEOLOGIA: O ESTUDO DAS CAVERNAS

Pércio de Moraes Branco

O termo caverna (do latim *cavus*, buraco) designa qualquer cavidade natural em rocha com dimensões que permitam acesso a seres humanos. Pode ser de vários tipos, conforme topografia, comprimento e forma.

Abrigo é uma cavidade de pequeno comprimento e grande abertura que pode ser usada como guarita por animais ou pessoas.

Toca é uma caverna com grande abertura, desenvolvimento horizontal menor que 20 metros e uma única entrada. Costuma ser predominantemente horizontal, sendo o desnível, quando presente, pequeno.

Gruta ou lapa é uma caverna também predominantemente horizontal, mas com mais de 20 metros de comprimento. Pode ter desníveis internos e salões. Geralmente tem mais de uma entrada, mas nem sempre se pode atravessá-la de um lado ao outro.

Fosso é uma caverna predominantemente vertical, com grande abertura e desnível inferior a 10 metros.

Abismo é uma caverna também predominantemente vertical, mas com desnível maior que 10 metros.

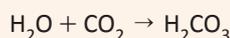
Alguns autores só consideram caverna aquela cavidade natural com mais de 20 metros de desenvolvimento horizontal ou mais de 10 metros de desenvolvimento vertical. Assim, não consideram cavernas os abrigos, tocas e fossos.

Em algumas regiões do Brasil, utiliza-se o termo gruta para cavidades com pelo menos duas entradas e caverna para aquelas com uma entrada só.

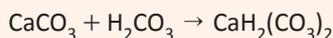
Origem

As cavernas formam-se principalmente por dissolução das rochas. Por isso, são muito mais comuns em zonas de rochas carbonáticas, como mármore e calcários.

Embora a calcita, mineral que forma os calcários e mármore, seja um carbonato de cálcio pouco solúvel em água, se essa água absorver pequenas quantidades de dióxido de carbono formará ácido carbônico.



Esse ácido é fraco, mas basta uma pequena quantidade dele para que a água dissolva facilmente o carbonato de cálcio. Forma-se, assim, carbonato ácido de cálcio (mais conhecido como bicarbonato de cálcio), que é solúvel e vai embora com a água.



Normalmente, o calcário é uma rocha com abundantes fraturas. À medida que a água dissolve a rocha, vai alargando essas aberturas e, com isso, mais água pode ali penetrar, de modo que o processo tende a se acelerar cada vez mais.

Cavernas formam-se também em rochas ígneas e metamórficas, bem como em geleiras, pela água proveniente da fusão do gelo e em recifes de coral.

Derrames de lava podem esfriar na porção superficial, mas continuar em fusão no interior. Desse modo, a lava pode continuar fluindo e acabar formando um túnel.

Estalactite e stalagmite são resultantes do gotejamento do teto de caverna de origem rocha calcária. Estalactite é a estrutura formada no teto e stalagmite é a estrutura formada no chão da caverna.



Shutterstock.com

R EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

01 | ENEM



Disponível em: <http://BP.blogspot.com>. Acesso em: 24 ago. 2011.

Na imagem, visualiza-se um método de cultivo e as transformações provocadas no espaço geográfico. O objetivo imediato da técnica agrícola utilizada é

- A** controlar a erosão laminar.
- B** preservar as nascentes fluviais.
- C** diminuir a contaminação química.
- D** incentivar a produção transgênica.
- E** implantar a mecanização intensiva.

Resolução:

- A** controlar a erosão laminar.

A imagem retrata a cultura em manejo de terraceamento, que consiste na construção de uma estrutura transversal ao sentido do maior declive do terre-

no. Apresenta estrutura composta de um dique e um canal e tem a finalidade de reter e infiltrar, nos terraços em nível, ou escoar lentamente para áreas adjacentes, nos terraços em desnível ou com gradiente, as águas das chuvas. A função do terraço é a de reduzir o comprimento da rampa, área contínua por onde há escoamento das águas das chuvas, e, com isso, diminuir a velocidade de escoamento da água superficial. Ademais, contribui para a recarga de aquíferos.

02| ENEM As plataformas ou crátons correspondem aos terrenos mais antigos e arrasados por muitas fases de erosão. Apresentam uma grande complexidade litológica, prevalecendo as rochas metamórficas muito antigas (Pré-Cambriano Médio e Inferior). Também ocorrem rochas intrusivas antigas e resíduos de rochas sedimentares. São três as áreas de plataforma de crátons no Brasil: a das Guianas, a Sul-Amazônica e a São Francisco.

ROSS, J. L. S. Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp, 1998.

As regiões cratônicas das Guianas e a Sul-Amazônica têm como arcabouço geológico vastas extensões de escudos cristalinos, ricos em minérios, que atraíram a ação de empresas nacionais e estrangeiras do setor de mineração e destacam-se pela sua história geológica por

- A** apresentarem áreas de intrusões graníticas, ricas em jazidas minerais (ferro, manganês).
- B** corresponderem ao principal evento geológico do Cenozoico no território brasileiro.
- C** apresentarem áreas arrasadas pela erosão, que originaram a maior planície do país.
- D** possuírem em sua extensão terrenos cristalinos ricos em reservas de petróleo e gás natural.
- E** serem esculpidas pela ação do intemperismo físico, decorrente da variação de temperatura.

Resolução:

- A** apresentarem áreas de intrusões graníticas, ricas em jazidas minerais (ferro, manganês).

Os minérios metálicos estão ligados a existência de escudos cristalinos, especificamente nas rochas metamórficas. Os minerais metálicos mais abundantes no território brasileiro são o minério de ferro, manganês, ouro, estanho, sal, bauxita. Além desses existem outros que apresenta quantidades suficientes para atender as necessidades econômicas do país como é o caso da argila, do chumbo, do zinco e do amianto.

F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01| UERJ Os agentes erosivos estão entre os grandes responsáveis pela variedade de formas do modelado terrestre. Nas imagens, exibem-se dois exemplos dessa ação.



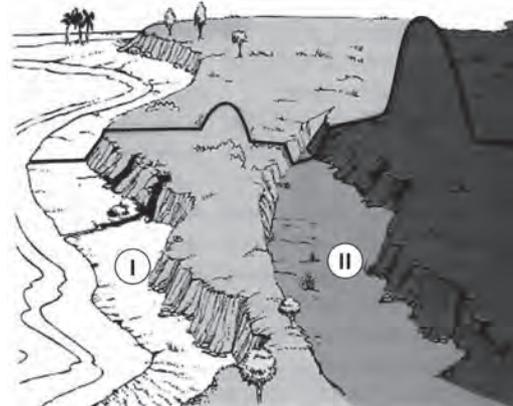
10mosttoday.com



wolnature.com

Aponte o principal agente erosivo responsável pelo desgaste verificado nos espaços retratados em cada uma das imagens. Apresente, ainda, para cada agente, um exemplo de forma de relevo produzida na fase de deposição do ciclo erosivo.

02| UNIFESP Observe a figura.



(As grandes unidades de relevo. Pentead, 1994.)

- A** Identifique corretamente as formas de relevo I e II apontadas na figura.
- B** Explique o processo de formação das formas de relevo I e II.

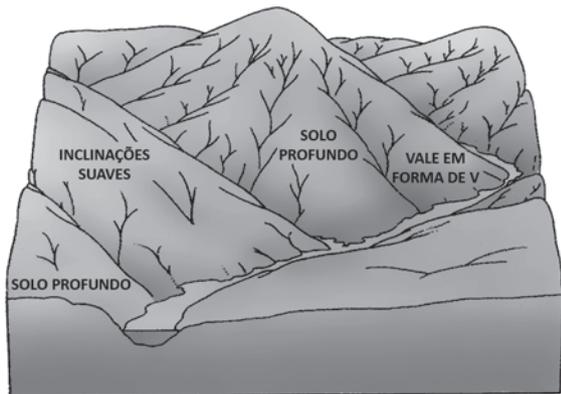
03| UFU A crosta terrestre é formada por blocos rochosos continentais sobrepostos às placas tectônicas que flutuam sobre o manto de lavas fluidas e viscosas.

Cite dois eventos derivados da movimentação da crosta terrestre e explique as consequências destes para a vida e sociedade humana.

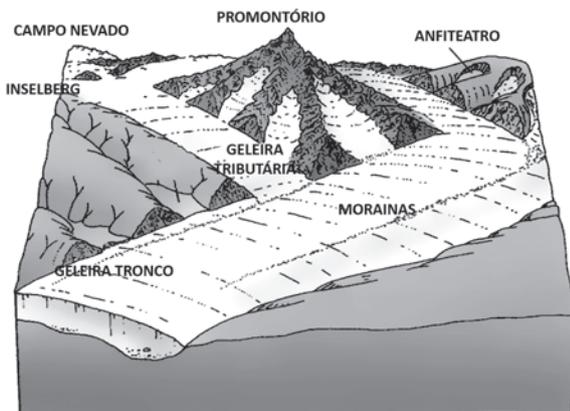
04| UFC O relevo tem sua gênese a partir da ação de agentes internos e de agentes externos. Os primeiros atuam no interior da terra por meio da movimentação da crosta terrestre e por meio da formação das rochas, enquanto os segundos atuam na superfície modificando as suas formas. A partir do tema, responda o que se pede a seguir.

- A** Cite um agente interno da formação do relevo.
- B** Cite dois agentes externos da formação do relevo.
- C** Identifique o agente externo responsável pela formação de um vale.
- D** Identifique o principal elemento do clima responsável pelos processos intempéricos químicos sobre as rochas

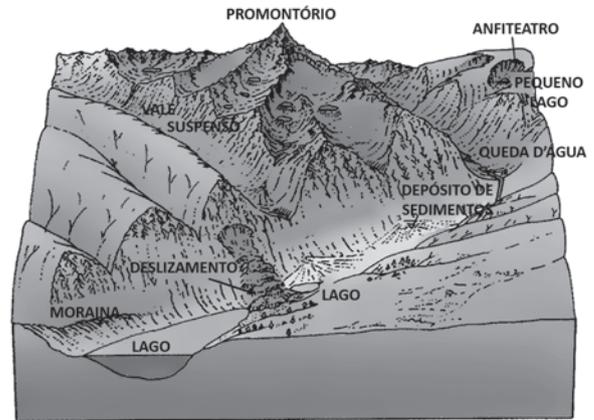
05| UFJF Na sequência a, b e c, observa-se a modificação da paisagem.



A ANTES DA GLACIAÇÃO



B DURANTE A GLACIAÇÃO



C DEPOIS DA GLACIAÇÃO

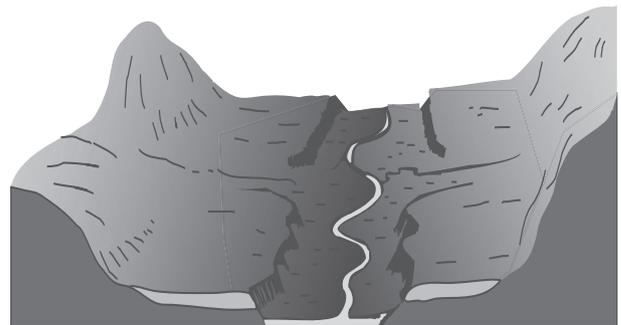
- A** O que provocou essa modificação na paisagem?
- B** Com base nas figuras, explique as transformações ocorridas no relevo.

06| UFC A estrutura interna da Terra é interpretada como sendo formada por grandes camadas.

- A** Nomeie as grandes camadas que formam a estrutura interna da Terra.
- B** Apresente as características que as diferenciam.

07| UNICAMP

“O entendimento do relevo é fundamental para solucionar os problemas relativos à expansão dos sítios urbanos.”

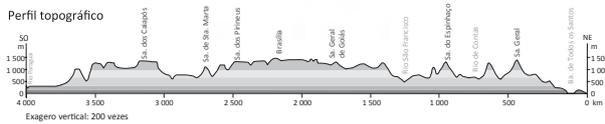
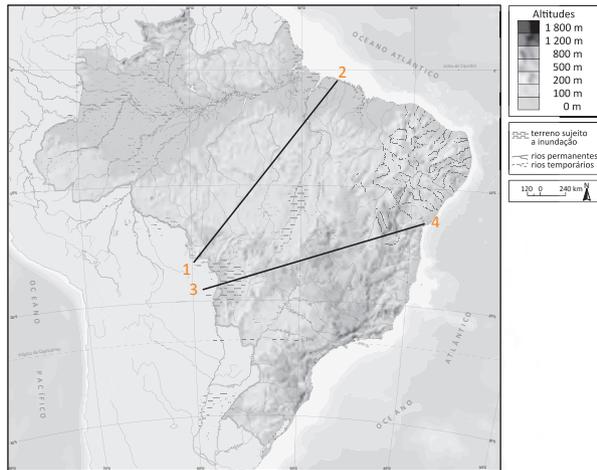


(Jurandyr L. S. Ross, Geomorfologia, ambiente e planejamento, São Paulo, Contexto, 1990, p.18.)

Considerando a afirmação e a figura anterior, responda:

- A** Quais são as três diferentes formas de relevo apresentadas na figura?
- B** Que unidades de relevo não são propícias à urbanização? Justifique sua resposta.
- C** Por que muitos assentamentos humanos foram historicamente desenvolvidos nas várzeas dos rios?

08| UNESP No mapa, estão traçados os cortes 1–2 e 3–4.



(IBGE. Atlas Geográfico Escolar, 2009. Adaptado.)

Indique o corte que identifica o perfil topográfico representado e mencione três características geográficas encontradas ao longo desse perfil.

09| UFC O relevo brasileiro, segundo a maioria das classificações, apresenta três tipos de unidades geomorfológicas, que refletem suas gênese.

- A Nomeie estas unidades geomorfológicas.
- B Cite um exemplo de cada uma destas grandes unidades geomorfológicas existentes na região nordeste do Brasil.

10| UFBA Com base no mapa, no perfil e nos conhecimentos sobre o Nordeste brasileiro,



- identifique, no perfil longitudinal A-B, as quatro grandes sub-regiões;
- cite duas características da sub-região II, em relação à exploração agrícola;
- estabeleça um contraste entre as sub-regiões I e IV.

T ENEM E VESTIBULARES

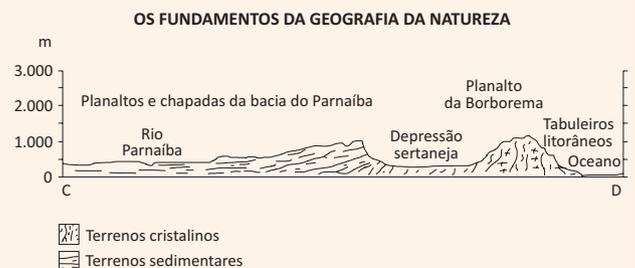
01| UNIVAG O Parque Nacional da Chapada dos Guimarães localiza-se em área de rochas paleomesozoicas da Bacia do Paraná, que formam a Chapada dos Guimarães. As rochas paleozoicas correspondem a arenitos das formações Furnas e Ponta Grossa e as mesozoicas, a arenitos eólicos Botucatu, parcialmente recobertos por sedimentos Bauru.

(www.chapadaexplorer.com.br. Adaptado.)

Os tipos de rochas citadas que integram a geologia da Chapada dos Guimarães são resultantes da

- A orogênese, em razão dos abalos sísmicos.
- B epirogênese, em razão das falhas tectônicas.
- C deriva continental, pela metamorfização das rochas.
- D dinâmica externa da Terra, através do intemperismo.
- E dinâmica interna da Terra, através do vulcanismo.

02| UEFS



ROSS, Geografia do Brasil. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p.55.

Com base no perfil leste-oeste da Região Nordeste brasileira e nos conhecimentos sobre o relevo dessa região, é correto afirmar:

- A** A depressão sertaneja e do São Francisco constitui uma extensa área rebaixada, com a ocorrência de relevos residuais, constituindo inselbergs.
- B** Os planaltos e as chapadas da bacia do Parnaíba apresentam um modelado simples e fazem limites, ao norte, com as terras altas da bacia Amazônica.
- C** O planalto da Borborema encontra-se totalmente no Estado da Paraíba e contém as áreas mais elevadas do Nordeste.
- D** Os tabuleiros originados de rochas vulcânicas, com formas topográficas de terrenos que se assemelham às planícies, terminam, geralmente, de forma suave.
- E** O delta do rio Parnaíba, na divisa dos estados do Ceará e do Maranhão, é constituído de terrenos sedimentares, sendo o único na costa oceânica do Brasil.

03| PUC O relevo do Brasil é resultado das inter-relações de vários ciclos climáticos sobre estruturas geológicas diversificadas. São estruturas geológicas presentes no território brasileiro, EXCETO:

- A** Escudos cristalinos, representados pelos planaltos das Guianas, Brasil-Central e Atlântico, elaborados em rochas ígneas ou magmáticas. Correspondem aos terrenos de consolidação muito antiga de idade pré-cambriana.
- B** Bacias sedimentares pouco deformadas, caracterizadas por planaltos elaborados em rochas sedimentares, tabuliformes ou ligeiramente cuestiformes, como os planaltos paleomesozoicos da bacia do Paraná e Parnaíba.
- C** Bacias sedimentares deformadas, que ocorrem nas faixas de orogenia (formação de montanhas dobradas) recente, caracterizadas por relevo montanhoso e escarpado, apoiadas em rochas metamórficas de idade cenozoica. São exemplos as serras do Espinhaço e da Mantiqueira.
- D** Áreas de sedimentação recente ou em processo de sedimentação, caracterizando as terras baixas em geral, como a planície do Pantanal e baixos platôs litorâneos.

04| FGV Sobre a formação geológica do território brasileiro, assinale a alternativa correta:

- A** O Brasil não apresenta dobramentos modernos, mas apresenta vestígios de antigos dobramentos do Pré-Cambriano.

- B** As províncias Mantiqueira, Borborema e Tocantins resultam de processos orogenéticos ocorridos no Cenozoico.
- C** As camadas rochosas da bacia sedimentar do Paraná atestam a ocorrência de extensos derrames vulcânicos durante o Pré-Cambriano.
- D** As províncias Guiana Meridional, Xingu e São Francisco figuram entre as principais bacias sedimentares brasileiras.
- E** A Serra do Mar foi formada pelo ciclo orogenético ocorrido no Quaternário.

05| UERN Sempre que se fala sobre o relevo brasileiro, três classificações são lembradas: de Aroldo de Azevedo, de Aziz Ab'Saber e de Jurandyr Ross. Pode-se pensar que havia erro nas primeiras classificações, entretanto, nada disso aconteceu. A verdade é que cada autor seguiu uma “escola” diferente em seus estudos de geomorfologia. A classificação de Jurandyr Ross, estabelecida em 1981, classifica três formas de relevo no Brasil. Assinale-as.

- A** Planalto, Planície e Montanha.
- B** Planalto, Planície e Depressão.
- C** Chapada, Planalto e Depressão.
- D** Montanha, Depressão e Planície.

06| UFG Segundo os geógrafos Aroldo de Azevedo (1948) e Aziz Ab' Saber (1956), no Planalto Meridional do Brasil destaca-se a ocorrência de solos de terra roxa, caracterizados por elevada fertilidade natural e por isso muito utilizados nas atividades agrícolas. O tipo de rocha, a estrutura geológica que dá origem ao solo de terra roxa e a atividade agrícola historicamente nele desenvolvida são, respectivamente:

- A** o basalto, que é uma rocha ígnea extrusiva da Bacia Sedimentar do Paraná, onde se desenvolveu o cultivo de café.
- B** o arenito, que é uma rocha sedimentar marinha da Bacia Sedimentar do Maranhão, onde se desenvolveu a plantação de arroz.
- C** o granito, que é uma rocha ígnea intrusiva do Escudo Cristalino do Brasil Central, onde se desenvolveu o cultivo de feijão.
- D** o gnaiss, que é uma rocha metamórfica bandeada do Escudo Cristalino Atlântico, onde se desenvolveu o plantio de laranja.
- E** o diabásio, que é uma rocha ígnea extrusiva da Bacia Sedimentar da Amazônia, onde se desenvolveu o cultivo de pimenta-do-reino.

07| UCS O relevo é o resultado de longos anos de trabalho da natureza. Os agentes modeladores foram esculpindo nosso relevo e dando feições marcantes à paisagem brasileira. Três renomados autores organizaram classificações para o relevo: Aroldo de Azevedo, Aziz Ab'Saber e Jurandyr Ross.

Considerando essas classificações, é correto afirmar que:

- A** as classificações para o relevo brasileiro de Azevedo, Ab'Saber e Ross consideram apenas cotas altimétricas.
- B** as três classificações consideram cotas altimétricas, definindo as cadeias montanhosas modernas nas regiões Norte, Sul e Sudeste.
- C** as três classificações para o relevo brasileiro consideram apenas a dinâmica de erosão/ sedimentação, definindo o sudeste e nordeste do Rio Grande do Sul como regiões de cadeia montanhosa moderna.
- D** a planície do Pantanal ou Pantanal Mato-Grossense aparece nas três classificações sobre o relevo brasileiro.
- E** as classificações consideram apenas o Sudeste brasileiro como região de cadeia montanhosa moderna.

08| UNIFOR Observe a imagem apresentada abaixo.



(Aroldo de Azevedo. Brasil: A Terra e o Homem, 1972)

A partir de seus conhecimentos sobre as interações clima-relevo, no Brasil, pode-se concluir que as formas observadas na paisagem estão relacionadas aos climas:

- A** úmidos, onde ocorre intenso intemperismo químico nas rochas, produzindo formas de relevo arredondadas.
- B** semi-áridos, com equilíbrio entre o intemperismo químico e físico que produzem encostas suaves nos vales.

- C** frios, com predomínio de intemperismo físico responsável pela formação de vales profundos e morros desgastados.
- D** temperados, no qual se alternam o intemperismo físico e químico das rochas, produzindo formas convexas.
- E** desérticos, com predomínio do intemperismo químico provocado pelo calor solar, produzindo dunas com formas arredondadas.

09| UFJF A vasta superfície do território brasileiro, associada às características de tropicalidade, confere ao nosso país uma extraordinária riqueza florística.

Leia atentamente a descrição de algumas formações vegetais:

- I. "As florestas latifoliadas, cada vez mais raras em virtude da enorme devastação que têm sofrido, têm aspecto imponente: árvores altas, com troncos retilíneos e copas frondosas. Recobrem, originalmente, as escarpas do relevo voltadas para o mar.
- II. A mais difundida, a mais interessante e a mais característica formação florestal do Planalto Central: as árvores, geralmente pequenas, com troncos e galhos retorcidos, acham-se espalhadas irregularmente em meio a uma cobertura descontínua de gramíneas.
- III. O viajante, nos meses de seca, é cercado por troncos despídos; não se vê folha verde; nenhum vestígio de grama no solo incandescente; apenas caules de formas estranhas se erguem, como candelabros gigantes, com seus espinhos venenosos."

(AZEVEDO, Aroldo de. O Brasil, a terra e o homem.)

As formações vegetais descritas, são respectivamente:

- A** Floresta Equatorial, Cerrado e Caatinga;
- B** Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga;
- C** Mata de Araucária, Caatinga e Cerrado;
- D** Floresta Subtropical, Caatinga e Cerrado;
- E** Floresta Tropical, Floresta Subtropical e Mata dos Pinhais

10| UEPA

"As formas desiguais de desenvolvimento das regiões brasileiras a partir dos anos 50 acabaram gerando profundas sequelas até os dias de hoje. Populações foram obrigadas a abandonar seus lugares de origem na busca de possibilidades de sobrevivência ou de melhores chances profissionais."

(ROSS, Jurandyr L. Sanches (org) Geografia do Brasil. Edusp. São Paulo. 1995)

Sobre o tema abordado no texto, é correto afirmar que:

- A** uma rota migratória cada vez mais intensa de migrantes oriundos da Zona da Mata Nordeste em direção ao Sertão com caráter intrarregional, configura esta subregião como a principal área receptora de migrantes nordestinos; fato relacionado às grandes oportunidades de trabalho devido à implantação da agricultura irrigada.
- B** o espaço regional do Centro-sul do país deixou de ser há alguns anos um espaço de saída de migrantes, fato que tem relação com a expansão da agropecuária moderna que, apesar de mecanizada, exige muita mão de obra, absorvendo os expropriados surgidos com a expansão da agroindústria.
- C** nas últimas décadas ocorreu uma ocupação territorial rápida e significativa, devido a fatores como o de termos fronteiras internas abertas (áreas a serem ocupadas). As migrações tinham/tem um caráter interregional; a Amazônia pós década de 1960 recebeu muitos migrantes estimulados pelas políticas estatais voltadas para a ocupação demográfica.
- D** nos dias de hoje, acontecem fortes movimentos migratórios em direção às grandes cidades em substituição aos que iam para as médias e pequenas cidades, que deixaram de ser tão atraentes devido a vários fatores, entre eles a facilidade na obtenção de emprego.
- E** nas regiões brasileiras, o crescimento da economia ocorreu de forma desequilibrada e diversificada, num país que, em grande parte, esteve dependente do mercado interno, provocando alterações na distribuição da população, que desde o período colonial preferiu se fixar no interior.

11| UNIRG

Analise a figura a seguir.



ROSS, J. L. S. (Org.). Geografia do Brasil. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998. p. 63.

Este perfil topográfico e geológico esquemático apresentado contém uma sequência do relevo em território brasileiro que corresponde, de forma simplificada,

- A** às planícies e terras baixas amazônicas e aos planaltos residuais norte-amazônicos.

- B** aos planaltos e às chapadas dos Parecis e às depressões interplanálticas nordestinas.
- C** aos planaltos e às chapadas da Bacia do Paraná e aos planaltos e às serras do Atlântico Leste-Sudeste.
- D** às depressões sertanejas e do São Francisco e aos planaltos e às chapadas da Bacia do Parnaíba.

- 12| ENEM** As plataformas ou crátons correspondem aos terrenos mais antigos e arrasados por muitas fases de erosão. Apresentam uma grande complexidade litológica, prevalecendo as rochas metamórficas muito antigas (Pré-Cambriano Médio e Inferior). Também ocorrem rochas intrusivas antigas e resíduos de rochas sedimentares. São três as áreas de plataforma de crátons no Brasil: a das Guianas, a Sul-Amazônica e a São Francisco.

ROSS, J. L. S. Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp, 1998.

As regiões cratônicas das Guianas e a Sul-Amazônica têm como arcabouço geológico vastas extensões de escudos cristalinos, ricos em minérios, que atraíram a ação de empresas nacionais e estrangeiras do setor de mineração e destacam-se pela sua história geológica por

- A** apresentarem áreas de intrusões graníticas, ricas em jazidas minerais (ferro, manganês).
- B** corresponderem ao principal evento geológico do Cenozoico no território brasileiro.
- C** apresentarem áreas arrasadas pela erosão, que originaram a maior planície do país.
- D** possuírem em sua extensão terrenos cristalinos ricos em reservas de petróleo e gás natural.
- E** serem esculpidas pela ação do intemperismo físico, decorrente da variação de temperatura.

- 13| UNESP** As margens continentais são uma das diversas macroformas do relevo submarino. Elas margeiam os continentes apresentando, conforme o continente, características físicas diferentes, como extensão e profundidade. Analise as figuras, que correspondem aos diferentes tipos de margem continental presentes no planeta.

Figura 1

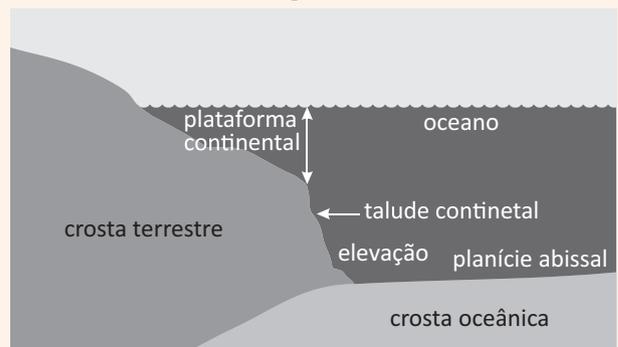


Figura 2

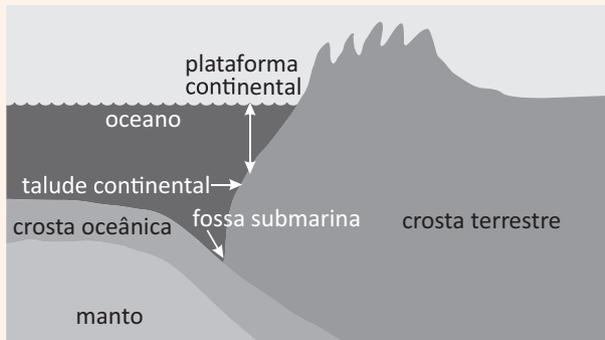
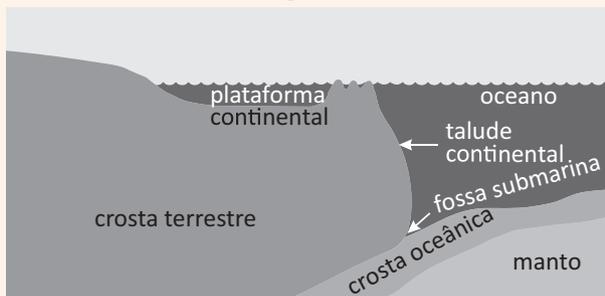


Figura 3



(Jurandy Ross (org.). Geografia do Brasil, 2001. Adaptado.)

É possível afirmar que as figuras 1, 2 e 3 correspondem, respectivamente, às margens continentais do tipo:

- A Atlântico, pacífico cordilheriano e pacífico insular.
- B Atlântico, pacífico insular e pacífico cordilheriano.
- C Pacífico insular, atlântico e pacífico cordilheriano.
- D Pacífico insular, pacífico cordilheriano e atlântico.
- E Pacífico cordilheriano, atlântico e pacífico insular.

14| UNIOESTE As modernas técnicas cartográficas e de sensoriamento remoto permitiram realizar levantamentos mais detalhados sobre as características fisiográficas (geologia, relevo, solo, hidrografia, clima e vegetação) do Brasil. No final da década de 1980, o professor Jurandy Ross, do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, propôs uma divisão mais detalhada do relevo brasileiro do que as anteriores. Sobre o relevo e as unidades estruturais do território nacional representados na figura abaixo, assinale a alternativa INCORRETA.



Adaptado de ROSS, J.L.S. **Relevo Brasileiro: uma nova proposta de classificação**. Revista do Departamento de Geografia. São Paulo, n° 4, 1990.

- A A maioria dos planaltos, também denominados de “formas residuais”, é considerada como vestígios de antigas superfícies erodidas pelos agentes externos, os quais atuam continuamente nas paisagens.
- B Os planaltos e as chapadas da Bacia Sedimentar do Paraná englobam terrenos sedimentares e de rochas vulcânicas e o seu contato com as depressões circundantes é feito por meio do talude continental.
- C Nos limites das bacias sedimentares com os maciços antigos, os processos erosivos formaram áreas rebaixadas, denominadas de depressões. As depressões periféricas são aquelas formadas nas regiões de contato entre as estruturas sedimentares e as cristalinas, como por exemplo, a depressão Sul-Rio-Grandense.
- D As planícies em estruturas sedimentares recentes formam as planícies costeiras, também conhecidas como planícies litorâneas e as planícies continentais situadas no interior do país como, por exemplo, a planície do Pantanal.
- E Em sua classificação para as formas do relevo Brasileiro, Jurandy Ross baseou-se em três critérios: o morfoestrutural, que considera a estrutura geológica; o morfoclimático, que considera o clima e o relevo e o morfoescultural, que considera a ação de agentes externos.

15| UDESC Segundo a classificação do relevo feita em 1985 por Jurandy L. S. Ross, existem no Brasil 11 planaltos, 6 planícies e 11 depressões. Esta classificação é diferente da elaborada pelo professor Aziz N. Ab’Saber. A classificação de Ross foi feita com base em imagens obtidas pelo projeto RadamBrasil que, durante aproximadamente 15 anos, rastreou toda a superfície do território brasileiro, utilizando radares instalados em aviões.

Em relação a esta última classificação, é correto afirmar que:

- A a depressão do Miranda se localiza no Acre.
- B as serras residuais do Alto Paraguai se localizam no estado de Goiás.
- C a depressão do Araguaia localiza-se na porção Sul de São Paulo.
- D no Rio Grande do Sul situam-se a Planície da Lagoa dos Patos e a da Lagoa Mirim.
- E o Planalto e as Chapadas dos Parecis se localizam no sertão baiano.

16| UFG Na atual classificação do relevo brasileiro, elaborada pelo geógrafo Jurandy Ross (1996), destacam-se três unidades principais: planalto, planície e depressão. Nessa classificação, utilizou-se como critério a atuação de processos morfogenéticos (associados à ocorrência de bacias sedimentares, intrusões e coberturas residuais de plataforma, cinturões orogênicos, núcleos cristalinos, planícies e depressões) e processos morfodinâmicos (erosão e sedimentação).

Com base nos conhecimentos sobre a classificação de Jurandy Ross, a relação entre as unidades de relevo, processos morfogenéticos e morfodinâmicos pode ser exemplificada respectivamente por:

	Unidade de Relevo	Processo Morfogenético	Processo Morfodinâmico
A	Planaltos e chapadas da bacia do Paraná	Dobramentos antigos	Processo de erosão supera o de sedimentação
B	Planície do rio Amazonas	Deposição de origem marinha, lacustre ou fluvial	Processo de sedimentação supera o de erosão
C	Depressão da Amazônia Ocidental	Cinturões orogênicos	Processos de sedimentação e rebaixamento em relação ao seu entorno
D	Planícies e tabuleiros costeiros	Bacias sedimentares	Processo de sedimentação supera o de erosão
E	Planalto da Borborema	Núcleos cristalinos	Processo de sedimentação supera o de erosão

17| UDESC O relevo corresponde às formas do terreno que foram moldadas pelos agentes internos e externos sobre a crosta terrestre. Cada forma de relevo corresponde a um estado da atuação desses agentes. Analise as proposições referentes ao relevo.

- I. Planalto é um compartimento do relevo com superfície irregular e altitude superior a 300 metros, onde predominam processos erosivos.
- II. Planície é uma parte do relevo com superfície plana e altitude igual ou inferior a 100 metros, onde predominam os acúmulos recentes de sedimentos.
- III. Depressão é uma fração do relevo mais plano que o planalto, onde predominam processos erosivos, com suave inclinação e altitude entre 100 e 500 metros.
- IV. No Brasil predominam planaltos e depressões.
- V. Talude é a parte do relevo submarino, onde há o encontro da crosta continental com a crosta oceânica, formando desníveis de profundidade variável que chegam a atingir 3 mil metros.

Assinale a alternativa correta.

- A** Somente as afirmativas II e IV são verdadeiras.
- B** Somente as afirmativas I, II e V são verdadeiras.
- C** Somente as afirmativas I e III são verdadeiras.
- D** Somente a afirmativa V é verdadeira.
- E** Todas as afirmativas são verdadeiras.

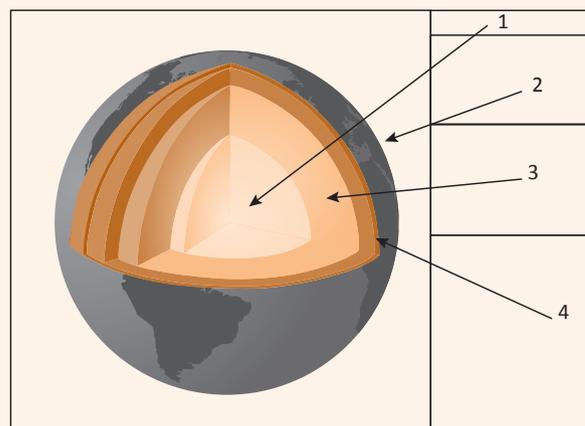
18| UEG A Terra é um sistema vivo, com sua dinâmica evolutiva própria. Montanhas e oceanos nascem, crescem e desaparecem, num processo dinâmico. Enquanto os vulcões e os processos orogênicos trazem novas rochas à superfície, os materiais são intemperizados e mobilizados pela ação dos ventos, das águas e das geleiras. Os rios mudam seus cursos, e fenômenos climáticos alteram periodicamente as condições de vida e o balanço entre as espécies.

CORDANI, Umberto G.; TAIOLI, Fábio. In: TEIXEIRA, Wilson. Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de Textos, 2001. p. 518.

A citação comenta a dinâmica interna e externa da Terra. São agentes dessa dinâmica:

- A** o aquecimento global e a erosão antrópica.
- B** as implosões, as secas e as precipitações.
- C** os movimentos de massas e a vegetação.
- D** o tectonismo, o vulcanismo e as erosões.

19| UDESC Observando a figura abaixo, sobre o interior da Terra, pode-se afirmar.

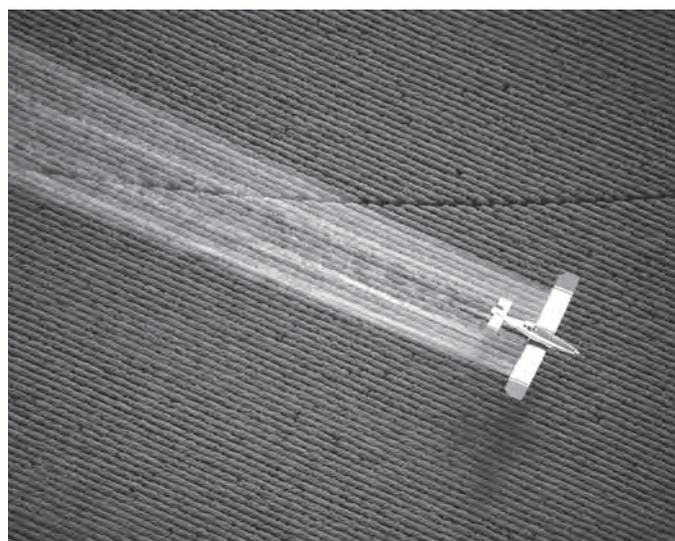


- A** O manto, representado na figura pelo número 3, está dividido em manto interno e manto externo, sendo o externo mais próximo à superfície, onde se encontram vidas animais.
- B** O manto, representado na figura pelo número 1, com cerca de 2.900 quilômetros de espessura, possui partes de consistência pastosa, formado por rochas derretidas e temperatura que variam em torno de 1.000 a 3.000°C

Desde que o homem fixou-se e deixou de ser nômade no período neolítico há cerca de 12000 mil anos atrás, a atividade agrícola passou a ser fundamental para sobrevivência humana. Os primeiros registros de sociedades primitivas foram nos vales dos rios Tigre e Eufrates (Mesopotâmia — atual Iraque), no rio Nilo (Egito), Yang-Tse Kiang (China) e no Indo e Ganges (Índia). Nessas sociedades as ferramentas e as técnicas utilizadas eram rudimentares. Com o passar dos séculos tanto ferramentas quanto técnicas foram evoluindo, até chegar ao século XX, quando ocorre a revolução verde.

REVOLUÇÃO VERDE

A revolução verde ocorre com o intuito de aumentar a produção sem aumentar a área plantada com o uso de técnica e o mais alto nível de tecnologias disponíveis voltado para prática agrícola. O processo de revolução verde começa na década de 60, baseado no uso de Organismos Geneticamente Modificados – OGM (transgênicos), ¹semente híbridas, uso de fertilizantes e insumos agrícolas, maquinário e o emprego de mão de obra extremamente qualificada.



Embasada em princípios da teoria Neomalthusiana para legitimar o aumento vertiginoso na produção. Conseguiu elevar a produção de alguns produtos, entretanto causou problemas sociais gravíssimos, pois aumentou a concentração de terras expulsando os pequenos proprietários do campo, aumentou a monocultura e não alcançou seu “objetivo” que era resolver o problema da fome.

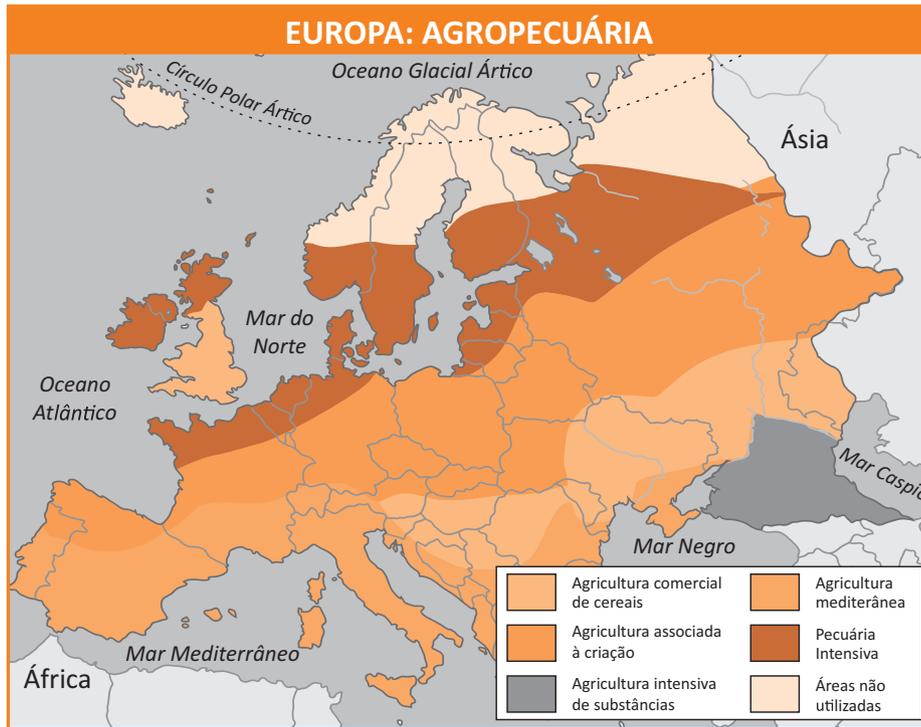
AGRICULTURA NO MUNDO

A produção agrícola nos países desenvolvidos é baseada na política de incentivos na produção e no protecionismo. Tanto que os países subdesenvolvidos a questionam constantemente nas reuniões da ²Organização Mundial do Comércio – OMC. Essa política não é muito interessante para o consumidor dos países desenvolvidos, pois os subsídios oferecidos aos agricultores são pagos de maneira indireta pelos consumidores. Os países subdesenvolvidos exportadores de produtos agrícolas, a exemplo o Brasil, também saem prejudicados, devido às altas taxas de importação dos seus produtos nos países desenvolvidos. Assim, os produtos dos países subdesenvolvidos perdem competitividade no mercado mundial.

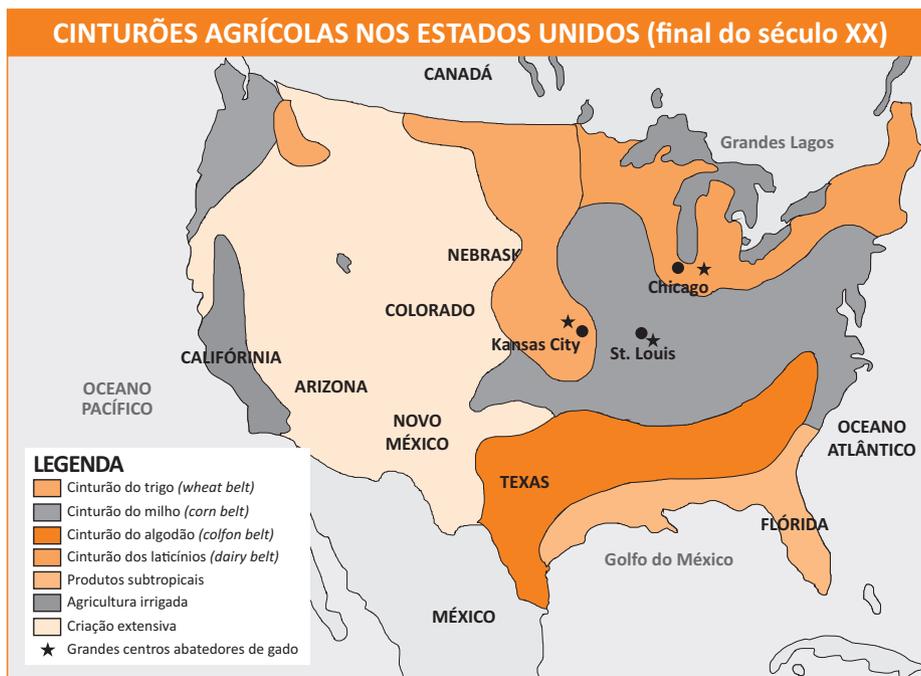
Os beneficiados nesse processo são os produtores de países desenvolvidos. No Japão, por exemplo, os produtores custeiam apenas cerca de 40% do valor total da produção, os outros 60% são garantidos por meio de subsídios, mesmo dependendo da produção agrícola externa, já que o Japão só é auto-suficiente na produção de arroz. Isso se deve ao fato de sua

- Semente híbridas** – resulta do cruzamento de sementes de uma mesma espécie vegetal, com o objetivo de melhorar a qualidade, a produção ou aparência de um produto agrícola. Normalmente possibilita a obtenção de safras maiores, mas a produção não pode ser reservada para replantio algumas destas sementes tornam-se estéreis, e outras produzem descendentes que perdem suas características originais. Com isso, os produtores são sempre obrigados a comprar destas sementes da empresa que detém a patente.
- Durante a reunião da OMC no México em 2003, um grupo de 20 países subdesenvolvidos (G-20), liderados pelo Brasil, chamou atenção ao questionar a política de subsídios agrícolas desenvolvida pelos países europeus e pelos Estados Unidos.

morfologia ser insular³ e do país não possuir terras disponíveis para uma produção ainda maior. A Europa adota a Política Agrícola Comum- PAC, i desde 1962 que se fundamenta em um mecanismo de proteção agrícola por meio de taxaço dos produtos importados, subsídio à produção comunitária e da exportação para garantir a venda da produção de excedentes.



Os Estados Unidos da América é o maior produtor e exportador agrícola do mundo. Isso devido à disponibilidade de terra e também ao fato de sua produção ser mecanizada. Na política agrícola norte americana o subsídio oferecido aos produtores não é passado para o consumidor. Os preços do mercado interno são os mesmos preços em relação ao mercado externo. As principais características da agricultura norte americana são: alto investimento em biotecnologia, fato que maximiza a produção; espacialização e concentração da produção em cinturões (belts); elevado grau de mecanização e uma política econômica agrícola globalizada.



3 Insular – relativo a Ilhas.

AGRICULTURA NO BRASIL

Com o advento da revolução verde e a intensa mecanização do espaço rural dos países desenvolvidos, os países subdesenvolvidos que eram tidos como exportadores agrícolas desde as grandes navegações foram aos poucos perdendo esse posto. Isso se deve ao fato de os países desenvolvidos aumentarem sua produção a cada ano.

Outra característica marcante dos países subdesenvolvidos que é resquício do período da colonização europeia é o sistema de plantation e a concentração fundiária. O sistema de plantation consiste em um sistema no qual a produção agrícola, voltada para o mercado externo é praticada em latifúndios e com mão de obra escrava.

Após conseguirem a independência política de suas metrópoles, os países em sua maioria, não conseguiram uma independência financeira. Portanto, continuava a dependência econômica, consolidando a agricultura como pilar da economia.

Isso aconteceu no Brasil, o processo de concentração de terra e a formação de latifúndios ocorrem a partir de 1530 com a divisão das capitanias. A doação de lotes de terras da Coroa Portuguesa para famílias que vieram de Portugal tinha o objetivo de colonizar e povoar o território e das mesmas fazerem uso da terra. Com a concessão de terras devolutas⁴ para poucas famílias, inicia-se o processo de concentração de terras.

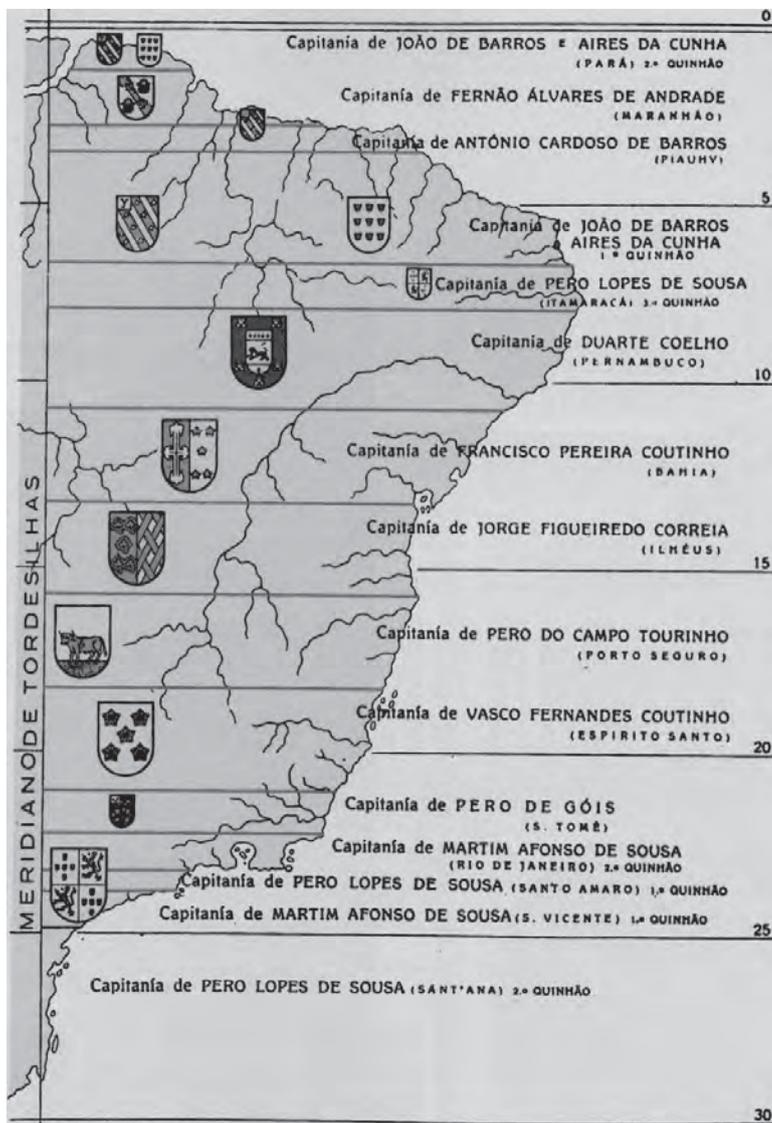
O século XIX foi de muita agitação devido aos fatos histórico geográficos que marcaram aquele tempo, a exemplo, temos a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida com lei de Terras. Ela organizava a estrutura rural brasileira e propunha que a aquisição da terra não seria mais por doação por parte do Estado e nem por posseiros⁵ e sim pela venda e compra da terra. Sendo assim a lei consolidou o processo de concentração de terras no país, assim como referem os artigos 1º, 12º, 15º e 18º da lei.

"Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

Art. 12. O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias: 1º, para a colonização dos indigenas; 2º, para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaesquer outras servidões, e assento de estabelecimentos publicos: 3º, para a construção naval.

Art. 15. Os possuidores de terra de cultura e criação, qualquer que seja o título de sua aquisição, terão preferência na compra das terras devolutas que lhes forem contiguas, comtanto que mostrem pelo estado da sua lavoura ou criação, que tem os meios necessarios para aproveitá-las.

Art. 18. O Governo fica autorizado a mandar vir annualmente á custa do Thesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agricolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração publica, ou na formação de colonias nos logares em que estas mais convierem; tomando anticipadamente as medidas necessarias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem".



Fonte: Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm> 30/01/2015 às 13:40

4 Terras devolutas – Terras pertencentes ao Estado.

5 Posseiros – Indivíduos que ocupam terras devolutas ou particulares por meio de força e depois de certo tempo requerem título das mesmas.

O processo histórico do espaço rural brasileiro acarretou uma concentração de terras que coloca o Brasil entre os países com a maior concentração de terra do mundo. Um fator que contribuiu muito, além das doações da Coroa e os posseiros, foram os ⁶grileiros.

Brasil- estrutura fundiária na primeira década do século XXI		
Tamanho dos estabelecimentos rurais (em ha)	% dos estabelecimentos	% da área ocupada por estabelecimentos
Até 10	47,86	2,36
De 10 a 20	14,23	3,11
De 20 a 50	16,30	7,81
De 50 a 100	7,55	7,91
De 100 a 500	7,17	23,00
De 500 a 1000	1,03	11,20
De 1000 a 2500	0,61	14,57
Mais de 2500	0,29	29,84
Produtor sem área	5	-
Total	100,00%	100,00%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

A tabela retrata uma realidade de concentração de terras alarmante, pois cerca de 80% das terras do país estão nas mãos de 10% dos produtores rurais. Considerando os produtores sem área, 90% dos produtores rurais estão dividindo apenas 20% das terras e estão compreendidos em propriedades menores que 100 hectares.

Mediante a uma situação concentradora é necessário um processo de reforma agrária efetivo. Segundo a lei nº4.504, de 30 de novembro de 1964, reforma agrária “é o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, levanta nove aspectos nos quais a reforma agrária proporcional: **desconcentração e democratização da estrutura fundiária; produção de alimentos básicos**, (uma vez que 70% dos alimentos presentes na mesa do brasileiro são oriundos de pequenas propriedades); **geração de ocupação e renda (pois, a pequena propriedade emprega mais do que os latifúndios que possuem uma mecanização elevada); combate à fome e à miséria; interiorização dos serviços públicos básicos; redução da migração campo-cidade** (e os processos de macrocefalia urbana); **promoção da cidadania e da justiça social; diversificação do comércio e dos serviços no meio rural e a democratização das estruturas de poder.**

Na década de 80 com o “enfraquecimento” do poder dos militares no Brasil, devido a graves problemas econômicos, os movimentos sociais de luta pela terra ganham força. E no ano de 1984 na cidade de Cascavel no Paraná, surge o maior e mais famoso grupo de luta pela terra o “Movimento sem terra –MST”. Esse movimento era formado por trabalhadores rurais, camponeses, posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores e todos os brasileiros que ficassem desprovidos do uso da terra. Seus princípios norteiam a um processo de reforma agrária, além da democratização da comunicação, combate à violência sexista, saúde pública, diversidade étnica, democracia popular participativa e a soberania nacional e política.



6 **Grileiros** – Indivíduos que falsificavam documentos de posse de terras devolutas ou particulares. Tal prática ocorria por meio de colocação do documento falsificado em uma caixa cheia de grilos. Esse animal solta uma toxina à qual dá um aspecto envelhecido ao documento falsificado. Após esse processo os grileiros procuravam um cartório e registravam a terra. O nome grileiros está relacionado ao uso de grilos no processo de falsificação dos documentos.

Durante sua história o movimento protagonizou inúmeras ocupações de propriedades rurais (privadas e públicas), prédios e instituições públicas, fecharam rodovias e etc. O momento de maior tensão, foi no confronto no município de Eldorado dos Carajás no estado do Pará em 17 de abril de 1996, quando cerca de 1500 sem terras fecharam a rodovia da BR-155, o confronto com a polícia levou à morte de dezenove manifestantes. O episódio ficou conhecido como o Massacre de Eldorado de Carajás.



<https://andradetalis.wordpress.com/tag/curionopolis/>

TEXTO COMPLEMENTAR

O QUE É AGRICULTURA ORGÂNICA?

Agricultura Orgânica é um processo produtivo comprometido com a organicidade e sanidade da produção de alimentos vivos para garantir a saúde dos seres humanos, razão pela qual usa e desenvolve tecnologias apropriadas à realidade local de solo, topografia, clima, água, radiações e biodiversidade própria de cada contexto, mantendo a harmonia de todos esses elementos entre si e com os seres humanos.

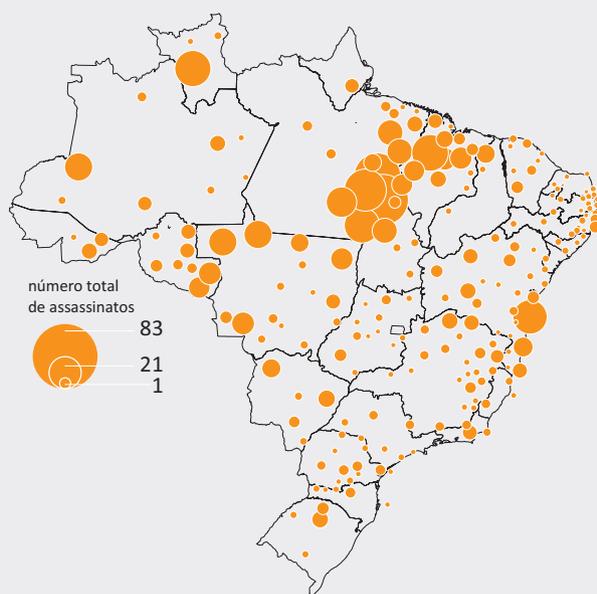
Esse modo de produção assegura o fornecimento de alimentos orgânicos saudáveis, mais saborosos e de maior durabilidade; não utilizando agrotóxicos preserva a qualidade da água usada na irrigação e não polui o solo nem o lençol freático com substâncias químicas tóxicas; por utilizar sistema de manejo mínimo do solo assegura a estrutura e fertilidade dos solos evitando erosões e degradação, contribuindo para promover e restaurar a rica biodiversidade local; por esse conjunto de fatores a agricultura orgânica viabiliza a sustentabilidade da agricultura familiar e amplia a capacidade dos ecossistemas locais em prestar serviços ambientais a toda a comunidade do entorno, contribuindo para reduzir o aquecimento global.

As práticas da agricultura orgânica, assim como as demais sob a denominação de biológica, ecológica, biodinâmica, agroecológica e natural, comprometidas com a sustentabilidade local da espécie humana na terra, implicam em:

1. Uso da adubação verde com uso de leguminosas fixadoras de nitrogênio atmosférico;
2. Adubação orgânica com uso de compostagem da matéria orgânica, que pela fermentação elimina microorganismos como fungos e bactérias, eventualmente existentes em esterco de origem animal, desde que provenientes da própria região;
3. Minhocultura, geradora de húmus com diferentes graus de fertilidade; manejo mínimo e adequado do solo com plantio direto, curvas de níveis e outras para assegurar sua estrutura, fertilidade e porosidade;
4. Manejo da vegetação nativa, como cobertura morta, rotação de culturas e cultivos protegidos para controle da luminosidade, temperatura, umidade, pluviosidade e intempéries;
5. uso racional da água de irrigação seja por gotejamento ou demais técnicas econômicas de água contextualizadas na realidade local de topografia, clima, variação climática e hábitos culturais de sua população.

R EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

01 | ENEM A luta pela terra no Brasil é marcada por diversos aspectos que chamam a atenção. Entre os aspectos positivos, destaca-se a perseverança dos movimentos do campesinato e, entre os aspectos negativos, a violência que manchou de sangue essa história. Os movimentos pela reforma agrária articularam-se por todo o território nacional, principalmente entre 1985 e 1996, e conseguiram de maneira expressiva a inserção desse tema nas discussões pelo acesso à terra. O mapa seguinte apresenta a distribuição dos conflitos agrários em todas as regiões do Brasil nesse período, e o número de mortes ocorridas nessas lutas.



Brasil – Vítimas fatais de conflitos ocorridos no campo 1985-1996

Fonte: Comissão Pastoral da terra – CPT OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária.

Revista Estudos Avançados. Vol. 15 n. 43, São Paulo, set./dez. 2001.

Com base nas informações do mapa acerca dos conflitos pela posse de terra no Brasil, a região

- A** conhecida historicamente como das Missões Jesuítas é a de maior violência.
- B** do Bico do Papagaio apresenta os números mais expressivos.
- C** conhecida como oeste baiano tem o maior número de mortes.
- D** do norte do Mato Grosso, área de expansão da agricultura mecanizada, é a mais violenta do país.
- E** da Zona da Mata mineira teve o maior registro de mortes.

Resolução:

- B** do Bico do Papagaio apresenta os números mais expressivos.

A região do Bico do Papagaio localiza-se no extremo norte do Estado do Tocantins, está compreendido entre os rios Araguaia, a Oeste, e Tocantins, a Leste; fazendo fronteira entre o Estado do Pará, a Oeste, e Maranhão, a Leste.

Encontra-se na transição geográfica entre o cerrado do Centro-Oeste e a floresta Amazônica; os Rios Tocantins e Araguaia. Vastas extensões de terra adequadas para a agricultura e a pecuária são partes da riqueza do Estado, a disputa pela posse dessa terra, porém, é a causa de graves conflitos envolvendo fazendeiros e posseiros.

Por um longo período manteve-se elevado o número de conflitos no campo, envolvendo conflitos de terra, ocorrência de trabalho escravo, conflitos trabalhistas e outros tipos de conflitos, vinculados à seca, ao movimento sindical e à política agrícola.

Após o entendimento de parte de acontecimentos na estrutura agrária do estado do maranhão fica mais fácil entender como o Bico do Papagaio entre também em conflituosas brigas por terras. Esses constantes conflitos sempre envolvendo os fazendeiros proprietários de terras e os posseiros, mas vale lembrar que sempre por trás disto havia os interesses políticos.

Sendo eles os “donos das terras” não aprovavam os protestos em relação a reforma agrária brasileira, pois se isso ocorresse perderiam parte de suas terras que muitas das vezes fora tomada a força e “na bala”.

Não é muito difícil encontrarmos certa resistência cultural e política na história do (a)s posseiro (a)s do Bico do Papagaio, pessoas que vinham do Piauí, Maranhão, Ceará e Pernambuco, ou seja, regiões nas quais a integração econômica já se fazia sentir na permanência de um modelo agrário concentrador, o que fez da migração uma forma de resistência às imposições que os condicionavam a agregados e subordinados. Isto é, essas constantes mudanças podem ser interpretadas como uma fuga frente às transformações que regulavam suas vidas, caracterizadas por expulsões evidentes ou disfarçadas.

02 | ENEM

Texto I

A nossa luta é pela democratização da propriedade da terra, cada vez mais concentrada em nosso país. Cerca de 1% de todos os proprietários controla 46% das terras. Fazemos pressão por meio da ocupação de latifúndios improdutivos e grandes propriedades, que não cumprem a função social, como determina a Constituição de 1988. Também ocupamos as fazendas que têm origem na grilagem de terras públicas.

Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em: 25 ago. 2011 (adaptado).

Texto II

O pequeno proprietário rural é igual a um pequeno proprietário de loja: quanto menor o negócio mais difícil de manter, pois tem de ser produtivo e os encargos são difíceis de arcar. Sou a favor de propriedades produtivas e sustentáveis e que gerem empregos. Apoiar uma empresa produtiva que gere emprego é muito mais barato e gera muito mais do que apoiar a reforma agrária.

LESSA, C. Disponível em: www.observadorpolitico.org.br. Acesso em: 2011 (adaptado).

Nos fragmentos dos textos, os posicionamentos em relação à reforma agrária se opõem. Isso acontece porque os autores associam a reforma agrária, respectivamente, à

- A** redução do inchaço urbano e à crítica ao minifúndio camponês.

- B** ampliação da renda nacional e à prioridade ao mercado externo.
- C** contenção da mecanização agrícola e ao combate ao êxodo rural.
- D** privatização de empresas estatais e ao estímulo ao crescimento econômico.
- E** correção de distorções históricas e ao prejuízo ao agronegócio.

Resolução:

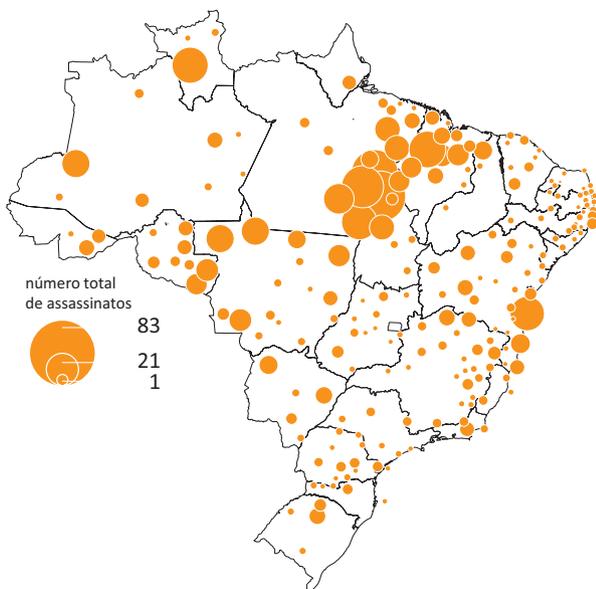
- E** correção de distorções históricas e ao prejuízo ao agronegócio.

Os textos retratam a realidade da produção no campo em dois universos diferentes. O 1º do latifúndio agroprodutor, como uma herança colonial de exploração econômica. Já o 2º texto retrata uma realidade do pequeno produtor. Deflagram uma grande aliança política e econômica no interior das classes dominantes no Brasil, com o suporte dos grandes conglomerados econômicos multinacionais ligados ao agronegócio burguês, contrária a qualquer iniciativa governamental de reforma agrária, mesmo conservadora, e à consolidação do campesinato no Brasil.

F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01 | UFG O mapa a seguir demonstra um quantitativo das mortes no campo relacionadas a conflitos fundiários no Brasil.

Mortes em conflito no campo – 1985 – 1996



Fonte: VESENTINI, J. W. Brasil: sociedade e espaço. São Paulo: Ática, 2001. p. 130.

Com base na interpretação do mapa e nos conhecimentos sobre ao assunto, faça o que se pede:

- A** Cite 2 (dois) estados, com suas respectivas regiões, onde a violência no campo é mais acentuada.
- B** Relacione a estrutura fundiária brasileira com a violência no campo uma das regiões citadas.

02 | FUVEST Considere o texto abaixo para responder à questão.

O que houve em Canudos e continua a acontecer hoje, no campo como nas grandes cidades brasileiras, foi o choque do Brasil “oficial e mais claro” com o Brasil “real e mais escuro” (...). Euclides da Cunha, formado, como todos nós, pelo Brasil oficial, de repente, ao chegar ao sertão, viu-se ofuscado pelo Brasil real de Antônio Conselheiro e seus seguidores. Sua intuição de escritor de gênio e seu nobre caráter de homem de bem colocaram-no imediatamente ao lado do Conselheiro, para honra e glória do escritor. De modo que, entre outros erros e contradições, só lhe ocorreu, além da corajosa denúncia do crime, pregar uma “modernização” que consistiria, finalmente, em conformar o Brasil real pelos moldes do Brasil oficial. Isto é, uma modernização falsificadora e falsa, que, como a que estão

tentando fazer agora, é talvez pior do que uma invasão declarada. Esta apenas destrói e assola, enquanto a falsa modernização, no campo como na cidade, descaracteriza, assola, destrói e avilta o povo do Brasil real.

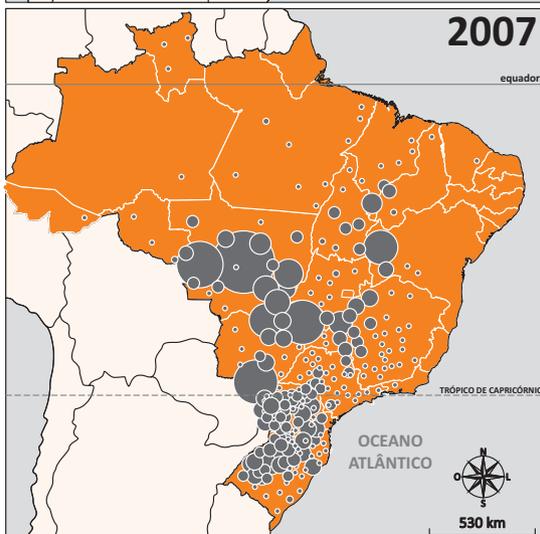
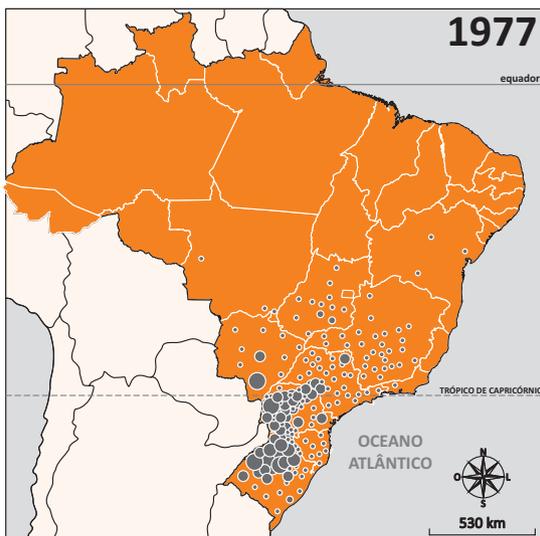
Ariano Suassuna. *Folha de S. Paulo*, 30/11/1999. Adaptado.

- A Identifique e explique dois elementos da questão agrária brasileira contemporânea que justificam a expressão “falsa modernização no campo”.
- B Descreva uma característica comum entre o movimento de Canudos e os movimentos sociais que atuam no campo brasileiro na atualidade.

03| UFRN O Brasil, nas últimas décadas, transformou-se em um dos maiores celeiros de produção de gêneros alimentícios do mundo. Essa transformação foi impulsionada, entre outros fatores, pelo cultivo de soja.

Observe os mapas a seguir, cujos círculos representam áreas do cultivo de soja no território brasileiro, em diferentes períodos.

ÁREAS DO CULTIVO DE SOJA NO BRASIL

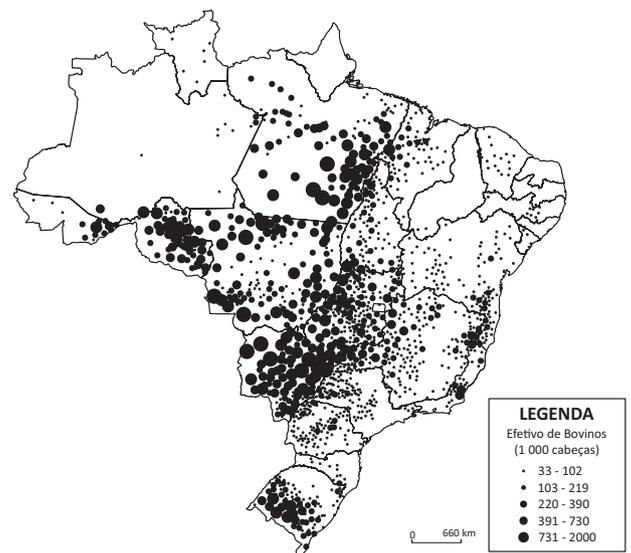


TERRA, L.; et al. *Conexões*. V. 3. São Paulo: Moderna, 2010, p. 152/153; 268/269.

- A A partir dos mapas, que mudança pode ser observada na dinâmica espacial da produção de soja?
- B Mencione dois fatores que justificam essa mudança.
- C Cite e explique um problema ambiental decorrente do cultivo da soja no Brasil.

04| FUVEST

Considere os mapas a seguir.

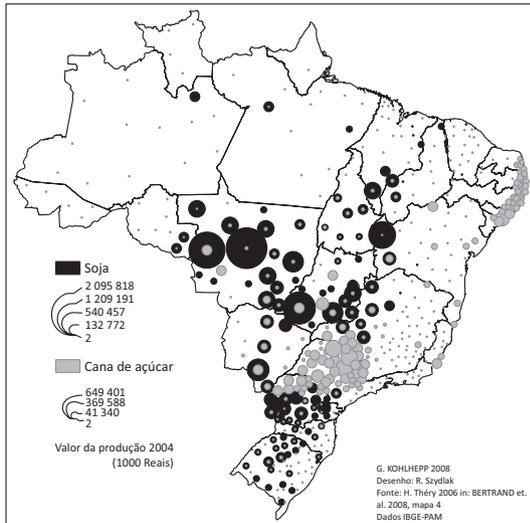


IBGE, *Atlas Rural do Brasil*, 2012. Adaptado.

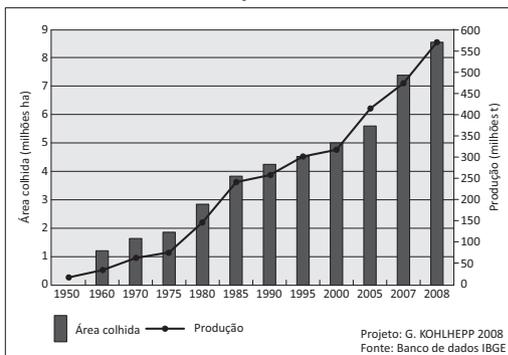
Os mapas representam alterações na distribuição espacial e quantitativa do efetivo de bovinos no Brasil.

- A Identifique e explique dois fatores responsáveis por essa mudança.
- B Explique dois impactos ambientais decorrentes da alteração na distribuição espacial do efetivo de bovinos, no Brasil.

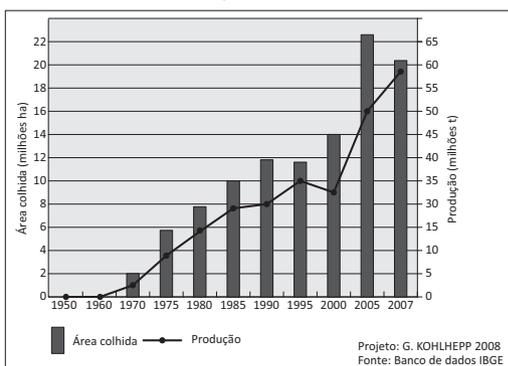
05| UEL Analise o mapa e os gráficos a seguir.



Área colhida e produção de cana-de-açúcar no Brasil



Área colhida e produção de soja no Brasil



(KOHLHEPP, G. Análise da situação da produção de etanol e biodiesel no Brasil. Estudos Avançados. v.24, n.68, São Paulo, 2010. p.6.)

- A** Descreva o mapa do Brasil com relação à distribuição espacial do valor da produção de soja e cana-de-açúcar para a produção de biocombustíveis.
- B** Com base nos gráficos e nos conhecimentos sobre os cultivos da produção agrícola no Brasil, analise o impacto da ampliação da produção de cana-de-açúcar e soja sobre as áreas destinadas à produção de alimentos, destacando a produção dos alimentos orgânicos.

06| UFES

REGIÃO	Porcentagem da área total da região ocupada por estabelecimentos agropecuários	Porcentagem de estabelecimentos agropecuários nos quais agrotóxicos são utilizados
Norte	14%	12%
Nordeste	49%	18%
Sudeste	58%	
Sul	72%	60%
Centro-Oeste	64%	16%

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2006



THÉRY, H.; MELO, N. A. Atlas du Brésil. Paris: CNRS/GDR Libergéo, 2003. Adaptado.

Tomando por base informações constantes na tabela e no mapa acima, explique as diferenças regionais do espaço agrário brasileiro, no que se refere à utilização de agrotóxicos e aos impactos sociais e ambientais dessa utilização.

07| PUC

"Há favelas gigantes geradas pelas monoculturas que estão por aí"

(Adaptado da entrevista do líder camponês Manoel da Conceição ao site Repórter Brasil, em 04 de julho de 2006.)

- A** Interprete a afirmação do líder camponês, a partir da extensão das propriedades agrícolas do país.
- B** Explique o que é um latifúndio.

08| UFMG No Brasil, é comum a defesa da agricultura familiar, mas privilegia-se, pela concessão de créditos e de investimentos em infraestrutura, o agronegócio.

A este último, porém, não só cabem méritos no equilíbrio da balança comercial e composição do superávit pri-

mário que favorecem a economia nacional, mas também pesam alguns “pecados” como a perda de biodiversidade e grande parcela de responsabilidade na escassez de água, que ameaça a humanidade nas últimas décadas.

Por outro lado, a agricultura familiar é, em geral, menos produtiva por hectare que ocupa. Tendo-se em vista, porém, outras atividades da economia como a indústria e o comércio, por exemplo e, essa modalidade de agricultura é, muitas vezes, mais capaz de promover o estímulo ao crescimento econômico nacional.

Considerando essas informações e outros conhecimentos sobre o assunto,

- A** CITE e EXPLIQUE duas estratégias adotadas pelo agronegócio que comprometem a biodiversidade e os recursos hídricos no Brasil.

Estratégia 1:

Explicação:

Estratégia 2:

Explicação:

- B** CITE dois fatores que, no Brasil, fazem da agricultura familiar um estímulo para a economia nacional ou para o comércio e a indústria.

Fator 1:

Fator 2:

- 09| UFRRJ** A agricultura brasileira vem se transformando, nas últimas décadas, como resultado de sua articulação cada vez maior com o setor industrial. A expansão das culturas de produtos agrícolas de exportação, marcada pelo consumo de tratores, máquina e insumos industriais, seria a expressão dessa modernização.

A partir do texto:

- A** cite duas razões para a modernização da agricultura na Região Centro-Sul;
- B** apresente dois exemplos que mostrem como a aplicação de produtos agroquímicos vem provocando graves desequilíbrios ambientais;
- C** apresente dois exemplos que mostrem como a “industrialização da agricultura” vem alterando as relações de produção na agricultura brasileira.

- 10| UNESP** No Brasil, a posse da terra constitui-se num grande problema agrário, envolvendo grileiros, posseiros e estrutura fundiária.

- A** O que são grileiros? O que são posseiros?
- B** Em linhas gerais, como está organizada a estrutura fundiária nacional?

T ENEM E VESTIBULARES

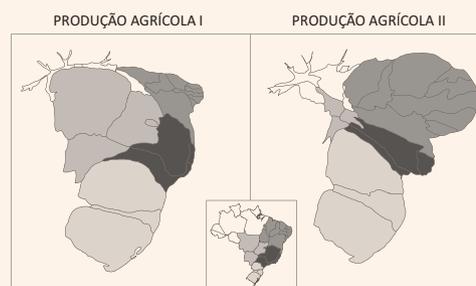
- 01| FAC. DIREITO DE SOROCABA** A modernização agrícola concentrou-se nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil e na monocultura de produtos exportáveis, como soja e cana-de-açúcar, deixando à margem regiões mais pobres onde predominam os pequenos produtores e a policultura alimentar.

(http://www.gp.usp.br/files/denru_agribrasil.pdf)

Com relação ao conteúdo do texto, é correto afirmar que ele é

- A** incompleto, pois deixou de relacionar a modernização das técnicas à reformulação da estrutura fundiária.
- B** correto, pois a modernização do campo teve caráter seletivo tanto sob o aspecto espacial como o social.
- C** ultrapassado, pois nos anos de 2000, a ampliação dos assentamentos foi acompanhada de modernização das técnicas agrícolas.
- D** falso, porque foi com a modernização do campo nas pequenas e médias propriedades que o Brasil se tornou grande exportador agrícola.
- E** falso, porque atualmente as áreas de cultivos tradicionais superam em extensão e produção as áreas modernizadas.

- 02| FUVEST** Considere as anamorfozes:



As condições da produção agrícola, no Brasil, são bastante heterogêneas, porém alguns aspectos estão presentes em todas as regiões do País.

Nas anamorfozes acima, estão representadas formas de produção agrícola das diferentes regiões administrativas. Assinale a alternativa que contém, respectivamente, a produção agrícola representada em I e em II.

- A** De subsistência e patronal.
- B** Familiar e itinerante.
- C** Patronal e familiar.
- D** Familiar e de subsistência.
- E** Itinerante e patronal.

03| IFRS De acordo com o Estatuto da Terra, de 1964, a propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; mantém níveis satisfatórios de produtividade; assegura a conservação dos recursos naturais; observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm Acesso em: 23 set. 2013.

O Estatuto da Terra de 1964, além de definir a função social da propriedade da terra, relaciona também os tipos de estabelecimentos rurais. A esse respeito, considere as seguintes afirmações.

- I – Propriedade familiar é o imóvel rural explorado pelo agricultor e sua família, que lhes garanta trabalho, subsistência e o progresso social e econômico.
- II – Minifúndio é o imóvel rural explorado pelo agricultor e sua família, de área superior à propriedade familiar, que lhes garanta a subsistência e também melhoria econômica.
- III – Latifúndio é o imóvel rural que compreende área superior a 100 hectares e inferior a 1000 hectares.
- IV – Empresa rural é o imóvel rural explorado economicamente e racionalmente por pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados pelo Poder Executivo.

Estão corretas apenas

- A I e II.
- B I e III.
- C I e IV.
- D II e IV.
- E III e IV.

04| FGV Considere as tabelas para responder à questão.

Brasil: Estrutura Fundiária

	% da área		
	Pequena (menos de 200 ha)	Média (de 201 a 2000 ha)	Grande (2001 e mais ha)
1992	26,59	34,0	39,31
1998	24,28	32,84	42,88
2003	28,42	36,45	35,12

	% dos imóveis		
	Pequena (menos de 200 ha)	Média (de 201 a 2000 ha)	Grande (2001 e mais ha)
1992	92,35	7,0	0,65
1998	91,99	7,24	0,77
2003	92,56	6,67	0,77

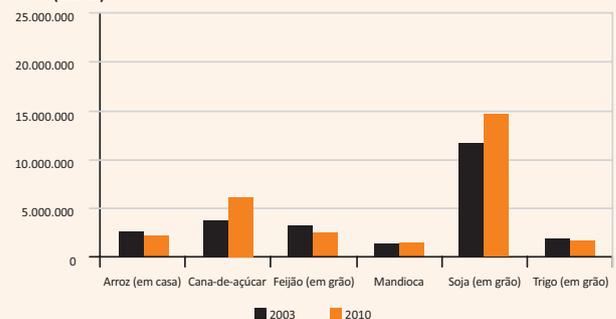
(http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura_fundiaria.htm)

Com base na análise da tabela e nos conhecimentos sobre as transformações do espaço agrário brasileiro, pode-se afirmar que, no período selecionado,

- A o aprofundamento das relações capitalistas no campo preservou a grande propriedade, mas fragmentou a média e a pequena propriedade.
- B a distribuição mais equitativa das propriedades reduziu a dependência do campo em relação à cidade, o que significa estagnação da modernização.
- C a reorientação da estrutura fundiária deve ser entendida no bojo das transformações do setor agrário e da solidificação do campesinato.
- D o traço marcante da estrutura fundiária brasileira, que é a concentração de terras, foi reduzido em razão do aumento da participação da pequena propriedade.
- E a expansão das relações capitalistas no campo contribuiu para o crescimento das pequenas propriedades em detrimento das grandes.

05| UFAL

Evolução da área plantada de cultivos agrícolas selecionados (2003 e 2010)
(Em ha)



Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_21_complet_o.pdf. Acesso em: 30/11/2013.

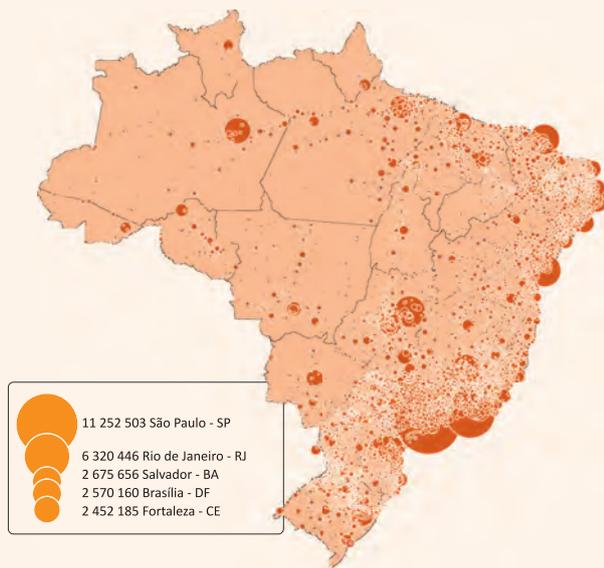
O Brasil é um dos maiores produtores mundiais de alimento, mas sua produção atende a alguns imperativos do mercado, o que determina a priorização de algumas culturas. De acordo com o gráfico, em relação à área plantada, no período abrangido

- A as culturas comerciais sofreram forte redução.
- B a agricultura familiar aumentou sua participação na produção.
- C houve maior incremento das culturas de exportação.
- D houve forte incremento das culturas alimentares locais.
- E houve redução na participação dos latifúndios.

06| ENEM

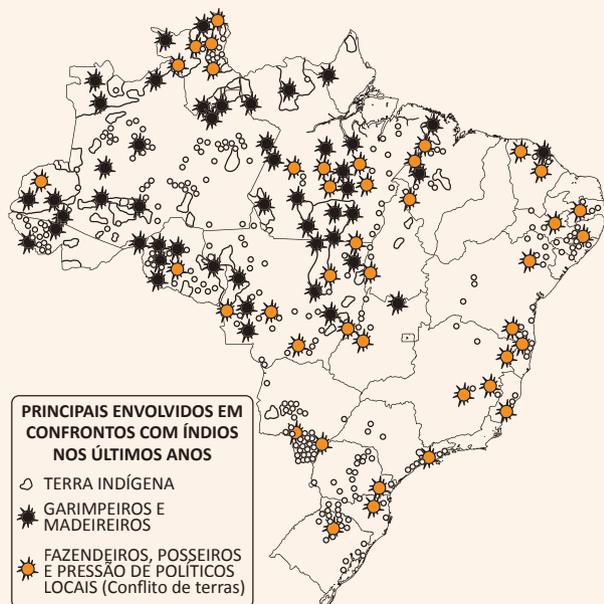
MAPA 1

Distribuição espacial atual da população brasileira



MAPA 2

Conflitos em terras indígenas



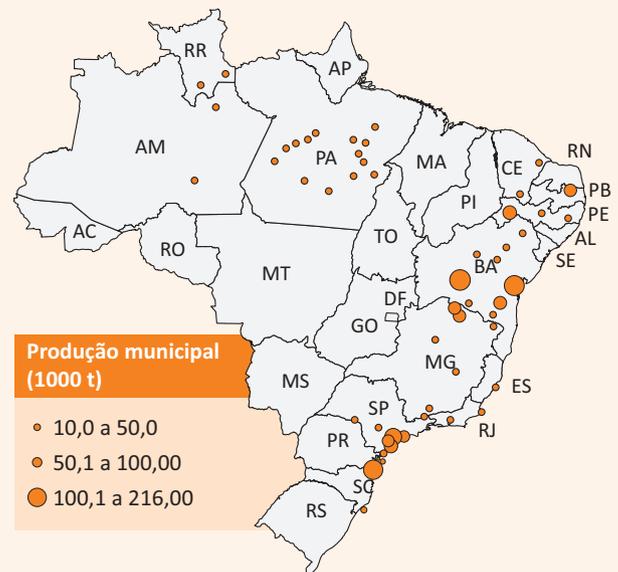
Os mapas representam distintos padrões de distribuição de processos socioespaciais. Nesse sentido, a menor incidência de disputas territoriais envolvendo povos indígenas se explica pela:

- A fertilização natural dos solos.
- B expansão da fronteira agrícola.
- C intensificação da migração de retorno.
- D homologação de reservas extrativistas.
- E concentração histórica da urbanização.

07| UNIMONTES

Observe o mapa.

Cultura Permanente em 2009



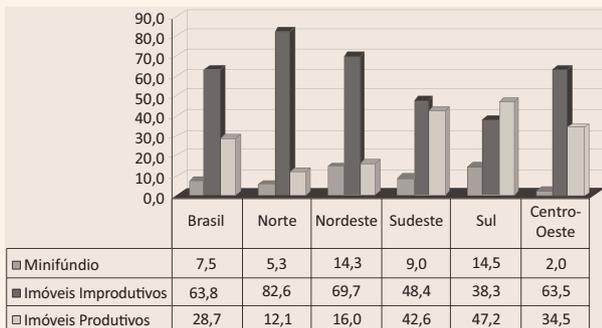
Fonte: IBGE. Atlas Geográfico Escolar. Rio de Janeiro: IBGE, 2012, p. 129.

A leitura do mapa permite interpretar como CORRETA a afirmativa:

- A O cultivo de trigo aparece nos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, onde as condições climáticas favoráveis do clima subtropical garantem elevadas safras anuais.
- B No litoral do Recôncavo Baiano, o cultivo do cacau atende à importante indústria alimentícia nacional, bem como ao mercado externo.
- C A área em destaque no Norte de Minas, na região central da Bahia e na divisa de Bahia e Pernambuco, trata-se de cultivo irrigado e destaque para a banana.
- D As áreas em destaques no Centro-Sul se tratam do cultivo do café que, ao adentrar o Vale do Ribeira, atingiu o oeste paulista, favorecendo o povoamento no interior do estado.

08| ENEM O gráfico mostra o percentual de áreas ocupadas, segundo o tipo de propriedade rural no Brasil, no ano de 2006.

Área ocupada pelos imóveis rurais



MDA/INCRA (DIEESE, 2006)

Disponível em: <http://www.sober.org.br>. Acesso em: 6 ago. 2009.

De acordo com o gráfico e com referência à distribuição das áreas rurais no Brasil, conclui-se que

- A** imóveis improdutivos são predominantes em relação às demais formas de ocupação da terra no âmbito nacional e na maioria das regiões.
- B** o índice de 63,8% de imóveis improdutivos demonstra que grande parte do solo brasileiro é de baixa fertilidade, impróprio para a atividade agrícola.
- C** o percentual de imóveis improdutivos iguala-se ao de imóveis produtivos somados aos minifúndios, o que justifica a existência de conflitos por terra.
- D** a região Norte apresenta o segundo menor percentual de imóveis produtivos, possivelmente em razão da presença de densa cobertura florestal, protegida por legislação ambiental.
- E** a região Centro-Oeste apresenta o menor percentual de área ocupada por minifúndios, o que inviabiliza políticas de reforma agrária nesta região.

09| ENEM



Disponível em: <http://nutriteengv.blogspot.com.br>. Acesso em: 28 dez. 2011.

Na charge faz-se referência a uma modificação produtiva ocorrida na agricultura. Uma contradição presente no espaço rural brasileiro derivada dessa modificação produtiva está presente em:

- A** Expansão das terras agricultáveis, com manutenção de desigualdades sociais.
- B** Modernização técnica do território, com redução do nível de emprego formal.
- C** Valorização de atividades de subsistência, com redução da produtividade da terra.
- D** Desenvolvimento de núcleos policultores, com ampliação da concentração fundiária.
- E** Melhora da qualidade dos produtos, com retração na exportação de produtos primários.

10| IFGO

Leia a charge e o texto a seguir:



Fonte: QUINO, J. L. *Toda Mafalda*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Denomina-se reforma agrária um conjunto de medidas políticas adotadas para se reformular a estrutura fundiária de um país, isto é, para se redistribuir de modo mais equilibrado as terras agrícolas entre os proprietários. A questão da reforma agrária adquire destaque, sobretudo nos países onde a estrutura fundiária (...) é muito concentrada (...)

PORTELA, F; FERNANDES, B. M. *Reforma Agrária*. São Paulo: Ática, 1990. p. 11.

Com base nas informações sugeridas, nos conhecimentos sobre o tema, é correto afirmar que:

- A** Quando Mafalda diz para Filipe: "queremos reforma agrária" está explícito que sem a reforma agrária é impossível haver verde e animais no campo.

- B** A reforma agrária, por pretender reduzir ou eliminar a concentração fundiária, propõe-se a erradicar a propriedade privada da terra.
- C** No Brasil existem vários movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, sendo o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – um dos mais famosos.
- D** Com a Eleição do presidente Lula, em 2002, iniciou-se um intenso processo de reforma agrária, sendo eliminados os latifúndios no Brasil.
- E** O conceito de concentração fundiária expressa a concentração das terras agricultáveis nas mãos do Estado.

11| UECE No Brasil há uma elevada concentração de terras. Os latifúndios predominam, ocupando a maior parte da área enquanto os minifúndios têm pouca expressividade percentual. Sobre as características da estrutura fundiária brasileira, é correto afirmar-se que

- A** nas grandes concentrações fundiárias, geralmente existem grandes parcelas de terras ociosas.
- B** os pequenos produtores não têm problemas de endividamento no campo, em virtude das linhas de crédito oferecidas pelo Governo Federal.
- C** a mecanização das lavouras nas grandes propriedades tem contribuído para a fixação do homem no campo.
- D** no Brasil as maiores áreas de tensão e conflitos por disputa de terras estão localizadas na região Sul.

12| UFG O Brasil é um dos maiores exportadores de commodities do mundo. O termo commodities está associado a produtos primários com baixo valor agregado, sejam eles minerais, sejam agrícolas. São produzidos em larga escala, negociados prioritariamente no mercado internacional e têm os seus valores estabelecidos em bolsas de mercadorias que definem seus preços futuros. São exemplos de commodities agrícolas:

- A** trigo, feijão, batata, cacau e café.
- B** açúcar, soja, milho, algodão e café.
- C** soja, arroz, trigo, feijão e banana.
- D** milho, mandioca, cacau, açúcar e arroz.
- E** café, algodão, feijão, banana e arroz.

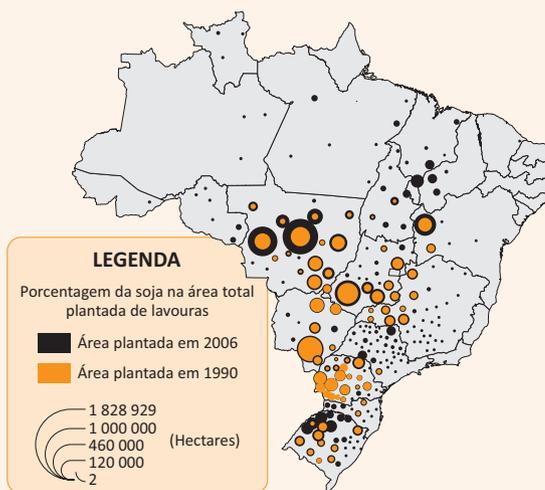
13| UEPA O Massacre de Eldorado dos Carajás em 1997 e mais recente os assassinatos da Irma Dorothy em Anapu, 2005, e do casal José Claudio e Maria da Silva em Ipixuna, 2011, sinalizam para a permanência de velhas práticas no campo paraense que se materializam na existência de conflitos de territorialidades. Sobre as

causas dos conflitos de territorialidades, nos diferentes espaços paraenses, destacam-se:

- A** a disputa pela terra implementada no Baixo Amazonas, em particular na Gleba Nova Olinda, BR 163, decorrente principalmente dos conflitos entre fazendeiros e povos indígenas, em virtude das recentes demarcações das áreas indígenas impostas pelo Governo Federal.
- B** as políticas públicas implementadas nos últimos 10 anos, particularmente resultantes do plano de aceleração do crescimento e seu massivo investimento no Estado, gerando disputas por áreas econômicas estratégicas como as jazidas minerais presentes na ZonaBragantina.
- C** o novo valor atribuído aos recursos naturais existentes no Nordeste Paraense, colocando o Pará numa posição privilegiada com relação aos demais estados da federação e o conseqüente atrito entre a elite regional detentora da exploração desses recursos e a elite nacional e internacional.
- D** a contaminação dos rios e igarapés em virtude do vazamento do mineroduto do caulim no Município de Ourilândia, além do assoreamento de recursos hídricos, desmatamentos, conseqüências da exploração do níquel afetando Trabalhadores Rurais, Comunidades Quilombolas e outros.
- E** as novas formas de gestão do território em alguns espaços paraense, a exemplo do Sudeste, através da implantação dos projetos minero-metalúrgicos, que contribuíram para a intensificação dos conflitos de territorialidades devido, entre outros motivos, à expropriação de populações locais.

14| ENEM

SOJA: EVOLUÇÃO DA ÁREA PLANTADA 1990-2006

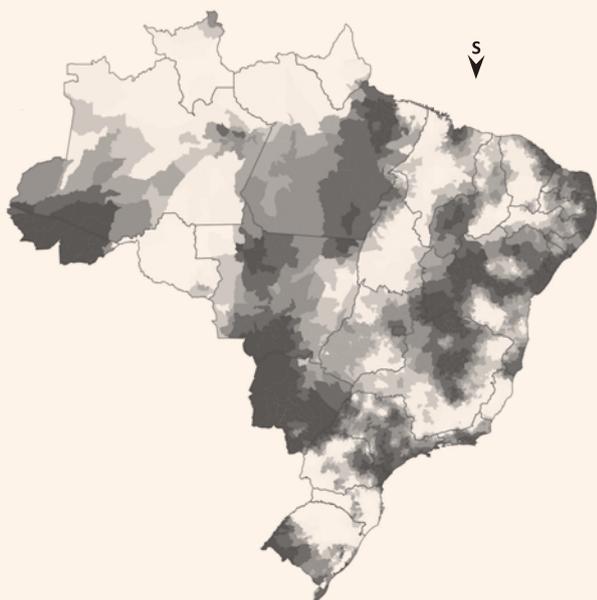


Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br>. Acesso em: 20 abr. 2010.

A interpretação do mapa indica que, entre 1990 e 2006, a expansão territorial da produção brasileira de soja ocorreu da região

- A Sul em direção às regiões Centro-Oeste e Nordeste.
- B Sudeste em direção às regiões Sul e Centro-Oeste.
- C Centro-Oeste em direção às regiões Sudeste e Nordeste.
- D Norte em direção às regiões Sul e Nordeste.
- E Nordeste em direção às regiões Norte e Centro-Oeste.

15| FAMECA



(<http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/>)

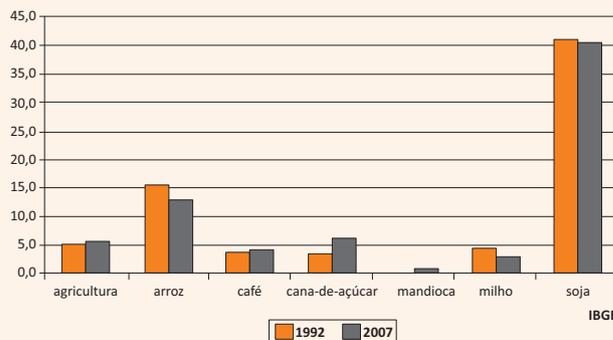
O mapa identifica o grau de concentração da terra no Brasil, em 2003. Quanto mais escura a área do mapa, maior a concentração da terra.

A leitura das informações do mapa permite concluir que

- A alguns estados das regiões Centro-Oeste e Norte apresentam grande concentração de terras.
- B os estados da região Nordeste apresentam baixa concentração de terras, principalmente no litoral.
- C os estados da região Sudeste, em razão da modernização do campo, apresentam baixíssima concentração de terras.
- D a ação do MST nos estados da região Sul é responsável pelo baixo grau de concentração das terras.
- E as áreas de ocupação mais antigas apresentam maior concentração de terras do que as áreas de ocupação mais recentes.

16| UFTM A mecanização da colheita, seja na cana ou em qualquer outra lavoura, altera o perfil do empregado, pois cria oportunidades para outros trabalhadores especializados, [...] e reduz a demanda dos empregos de baixa escolaridade.

Brasil – Proporção de tratoristas na cana-de-açúcar e em outras lavouras, em 1992 e 2007.



(Fabiola de Oliveira. Ocupação, emprego e remuneração na cana-de-açúcar e em outras atividades agropecuárias no Brasil, de 1992 a 2007, 2009. Adaptado.)

Pela leitura do texto e do gráfico, assinale a alternativa correta sobre emprego e produção de cana-de-açúcar no Brasil.

- A Cultura com predomínio de mão de obra qualificada, gerando o aumento da produtividade e da demanda de emprego de baixa escolaridade.
- B Aumento da mecanização, reduzindo a oferta de empregos de baixa escolaridade em 2007.
- C Aumento da produção mecanizada, com redução dos postos de trabalho e extinção da figura do boia-fria.
- D Aumento da mecanização e ampliação dos postos de trabalho para a mão de obra de baixa escolaridade desde 1992.
- E Aumento da oferta de postos de trabalho para trabalhadores não especializados, como tendência das demais lavouras brasileiras analisadas.

17| UEFS Reformas agrárias foram implantadas por governos de diferentes orientações políticas, em vários momentos históricos.

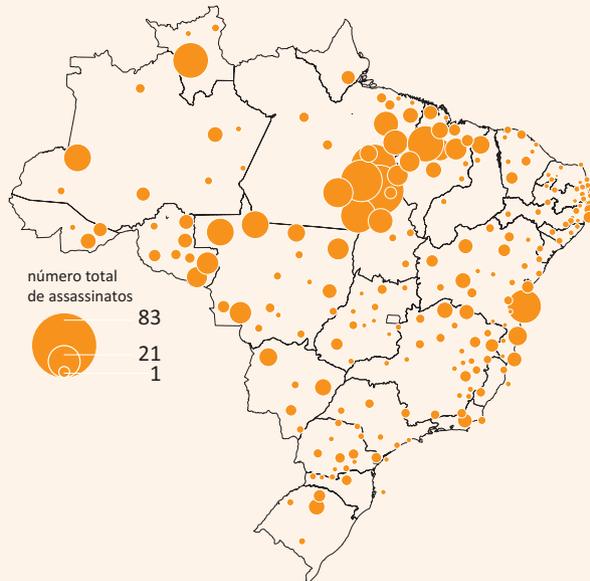
Sobre os movimentos de reforma agrária, no mundo e no Brasil, marque V nas afirmativas verdadeiras e F, nas falsas.

- () Reformas agrárias ocorreram na França e na Inglaterra, no período pós-Segunda Guerra Mundial.
- () A Rússia e a China sofreram reformas agrárias após revoluções populares de caráter socialista.
- () As mudanças na área fundiária, no Brasil atual, contribuem para o desmatamento, pois a maioria dos novos assentamentos está situada na Amazônia Legal.
- () As reformas agrárias, no Brasil, deverão ter uma função social, entre elas a de manter as famílias no campo, evitando o êxodo rural.

A alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A FVVV
- B VVFF
- C VFVF
- D FFFV
- E FVVF

18| IFGO Observe o mapa abaixo e analise as afirmativas:



OLIVEIRA, A. U. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. São Paulo: FFLCH, 2007.

- I. A relação entre latifúndio e produção camponesa no Brasil é marcada por conflitos e interesses distintos e contraditórios.
- II. A maior concentração de assassinatos no Pará, Tocantins e Maranhão explica-se também por ser ali uma nova fronteira agrícola.
- III. Denomina-se fronteira agrícola uma linha bem delimitada que separa áreas onde há predominância de terras improdutivas das áreas mais produtivas.
- IV. O campo brasileiro é marcado por profundas disputas territoriais. A prova mais clara disto é o número de mortos em conflitos por terra.

Estão corretas:

- A Apenas as afirmativas I e II.
- B Apenas as afirmativas III e IV.
- C Apenas as afirmativas I, II e IV.
- D Apenas as afirmativas I, II e III.
- E As afirmativas I, II, III e IV.

19| UERJ

GRAÚNA



O Globo, 28/01/2010

Os conflitos relacionados à propriedade fundiária no Brasil possuem raízes históricas profundas e uma multiplicidade de agentes sociais envolvidos.

Na situação referida nos quadrinhos, um desses agentes sociais, o grileiro, é mais especificamente definido por:

- A apoderar-se de terras de forma ilegal
- B promover a segurança pessoal dos latifundiários
- C pressionar os pequenos fazendeiros para a venda dos imóveis
- D ocupar uma pequena área desprovida de título de propriedade

20| ESPCEX "A agricultura é hoje o maior negócio do país. (...) Apenas [em 2005], a cadeia do agronegócio gerou um Produto Interno Bruto de 534 bilhões de reais." (Faria, 2006 in: Terra, Araújo e Guimarães, 2009). A atual expansão da agricultura e do agronegócio no Brasil deve-se, entre outros fatores ao (à)

- A forte vinculação da agricultura à indústria, ampliando a participação de produtos com maior valor agregado no valor das exportações brasileiras, como os dos complexos de soja e do setor sucroalcooleiro.
- B expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste e na Amazônia e ao emprego intensivo de mão de obra no campo, nessas áreas, determinando o aumento da produtividade agrícola.
- C difusão de modernas tecnologias e técnicas de plantio na maioria dos estabelecimentos rurais do País, contribuindo para a expansão das exportações brasileiras.
- D modelo agrícola brasileiro, pautado na policultura de exportação e na concentração da propriedade rural.
- E Revolução Verde, que, disseminada em larga escala nas pequenas e médias propriedades do País, incentivou a agricultura voltada para os mercados interno e externo.

CONFLITOS

Parafraseando Milton Santos “O mundo que vivemos é confuso e confusamente entendido”. Por que existem tantos conflitos neste mundo confuso? Qual origem dos conflitos? O que legitima esses conflitos? Neste capítulo, abordaremos sobre os principais conflitos mundiais.

Por que existem tantos conflitos no mundo? Por que mesmo com tantos pedidos de paz eles continuam a existir? A guerra fria acabou, e agora? Como ficou o mundo após o fim da bipolaridade da guerra fria? Essas são algumas perguntas que esse capítulo vai abordar e discutir. Retrataremos alguns dos conflitos atuais e também como ficou a ordem ou até mesmo uma possível desordem mundial, além do surgimento dos blocos econômicos regionais e dos grupos econômicos que ditam o ritmo econômico do planeta.

ORIENTE MÉDIO

É uma região de clima semi-árido com pequenas regiões com bastante umidade localizadas na parte litorânea e nos vales dos principais rios do Oriente Médio: Rio Jordão, Rio Tigres e Eufrates. Está localizado no encontro de duas placas tectônicas e possui ao norte um relevo montanhoso. Para entender geopoliticamente o Oriente Médio é necessário ter em mente que ele está em uma região de extrema importância, pois está localizado entre três continentes: África, Ásia e Europa. Isso o torna uma rota de passagem com grande movimentação de pessoas e de produtos. Suas principais rotas de grande importância geopolítica são: Canal de Suez, Estreito de Ormuz, Estreito de Bósforo, Estreito de Tiran e Estreito de Bab-el-Mandeb.

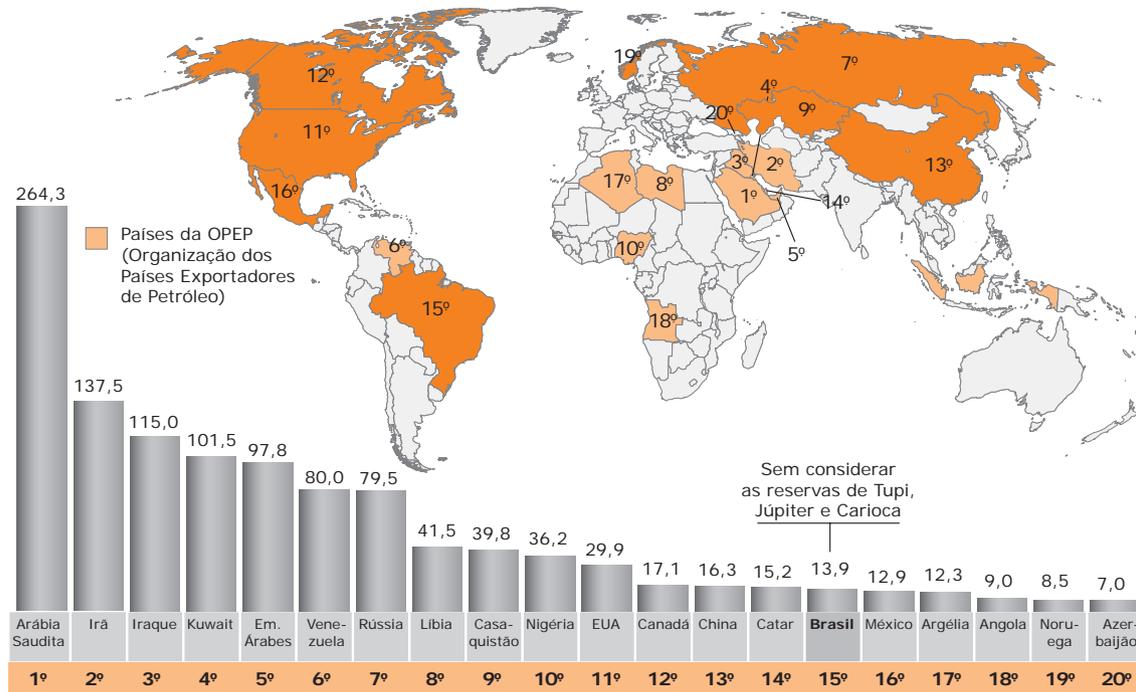


FONTE: ATLAS IBGE

É o berço das três principais religiões monoteístas do mundo (Judaísmo, Cristianismo e o Islamismo).

Dezessete países e o Estado Palestino compõem o oriente médio. ¹Além de ser a região com as maiores reservas de petróleo do mundo, cerca de 64% das reservas comprovadas estão no Oriente Médio. O gráfico abaixo retrata as maiores reservas de petróleo em barris. Os cinco primeiros colocados estão no Oriente Médio.

MAIORES RESERVAS DE PETRÓLEO (em milhões de barris)

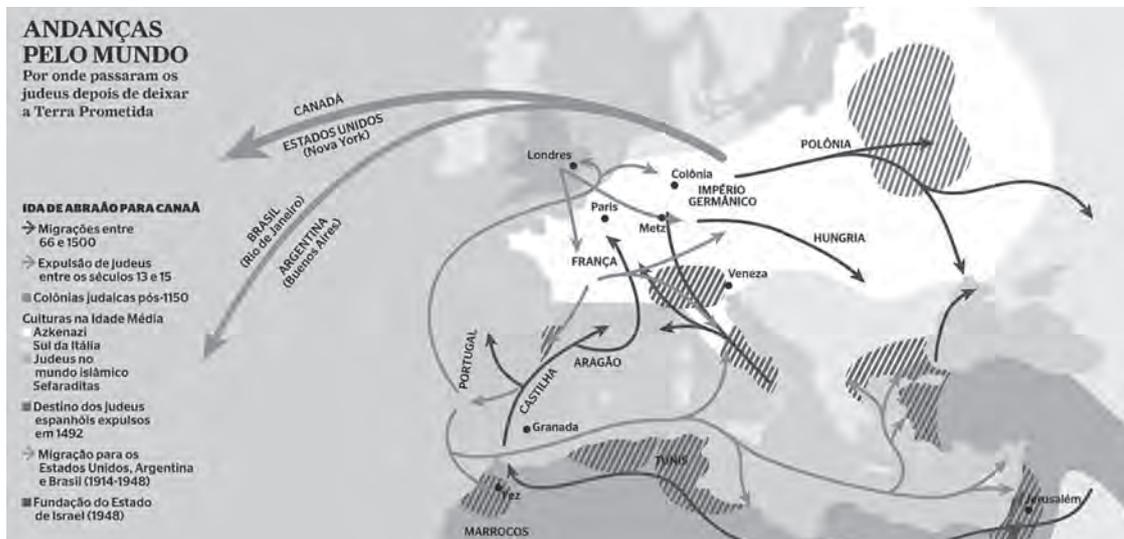


BPC / LABJOR. Petróleo. Disponível em: <http://www.comciencia.br>. (Adaptação).

QUESTÃO DA PALESTINA

Região localizada no oeste do Mediterrâneo, correspondente a uma área de 27.000 km². Atualmente ela é ocupada pelo Estado de Israel (cerca de 78%) e o Estado da Palestina (22% do território). Mas essa região já foi habitada por outros povos (Assírios, Hebreus, Babilônicos e Romanos) e teve várias configurações de territorialidade.

Os judeus, que são herdeiros dos hebreus ocupavam essa região até o século II, quando os romanos invadiram e expulsaram os judeus se iniciou um processo chamado de **Diáspora Judaica**, que consiste no processo no qual os judeus se espalharam pelo mundo e mesmo espalhados não perderam seus costumes e tradições.



<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/diaposora-descubra-como-judeus-se-espalharam-pelo-mundo-743351.shtml>

1 É importante ressaltar que apenas parte do território do Egito está no Oriente médio. Todavia, a maior parte do seu território e sua capital (Cairo) está no continente Africano.

Os árabes se fizeram presentes na região durante os séculos VII e VX. O Império Otomano também se fez presente na região durante os séculos VII a XX, estiveram no controle da região até o fim da primeira guerra mundial. No final do século XIX houve o início da volta dos judeus para a região da palestina. O nome desse processo de retorno é chamado de movimento **Sionista** ou **Sinonismo**.

Com o fim do conflito da Primeira Guerra, uma das consequências foi a dissolução do Império Otomano, a região ficou sob o controle em forma de protetorado da Inglaterra até o fim da Segunda Guerra Mundial, quando passou a responsabilidade da região para a ²ONU- Organização das Nações Unidas. A ONU elaborou em 1947 um plano de partilha, o qual deu início aos conflitos entre árabes palestinos e judeus. Já no primeiro conflito os judeus derrotam os árabes e em 14 de maio de 1948 a ONU, cria o Estado Judeu de Israel.

Após esse conflito, aconteceu uma série de enfrentamentos entre árabes e israelenses. Iremos retratar os principais: Guerra de Suez (1956), Guerra dos Seis Dias (1967), Guerra do Yon Kippur (1973) e a Primeira Intifada.

A Guerra de Suez (1956) envolveu o Egito e os aliados árabes, franceses e ingleses que desejavam obter o controle do canal de Suez, pois era de interesse dos europeus ter o controle do canal já que o mesmo liga o mar Mediterrâneo ao mar Vermelho. Além dos Estados Unidos, que apoiaram os europeus, para que o Egito reconhecesse o Estado de Israel.

Na Guerra Dos Seis Dias o Estado de Israel expande seu território com apoio dos EUA conquistando as colinas do Golan na Síria, a Jordânia, Cisjordânia, Faixa de Gaza e o Egito em apenas seis dias de conflitos.



<http://www.historiazine.com/2011/07/a-guerra-dos-seis-dias.html>

Na Guerra de Yom Kippur (1973) os árabes atacaram os judeus no dia sagrado, o dia do perdão. Os judeus foram pegos de surpresa. Contudo, devido ao poderio bélico judeu os árabes foram derrotados. Em resposta à derrota os árabes subiram vertiginosamente o preço do barril de petróleo, uma vez que eles são possuidores de grandes reservas. Tal fato gerou o que chamamos de primeira crise do petróleo, que marcou profundamente a economia mundial em 1973.

A Primeira Intifada (1987) ocorreu com o ataque da sociedade civil árabe aos soldados e às casas dos judeus, com pedras. Houve o segundo levante de revolta da sociedade civil árabe, que novamente voltou a usar pedras em 2006.

ORGANIZAÇÃO DE LIBERTAÇÃO DA PALESTINA E ARAFAT

A organização de libertação da Palestina nasce no ano de 1964 sendo uma organização política e paramilitar, com o objetivo de tornar o povo palestino livre. Yasser Arafat (1929-2004) foi um líder do Al-Fatah e membro da OLP.



- 2 **A Organização das Nações Unidas** – ONU foi criada logo após da Segunda Guerra Mundial, para substituir a Liga das Nações. Os princípios básicos da ONU são: manter a paz e a segurança internacionais; desenvolver relações amistosas entre as nações; realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais; ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns. FONTE: Organizações das Nações Unidas- ONU.

Desde sua criação até o ano de 1988 a OLP usava de força armada nas suas ações. No entanto, passou adotar um discurso mais político e pacifista. Em 1992, iniciou um diálogo entre Arafat (líder da OLP) e Yitzhak Rabin (político Israelense). E em 1993 por intermédio do presidente dos Estados Unidos da América, Bill Clinton, Yasser Arafat e Yitzhak Rabin assinaram o acordo de paz de Oslo I.

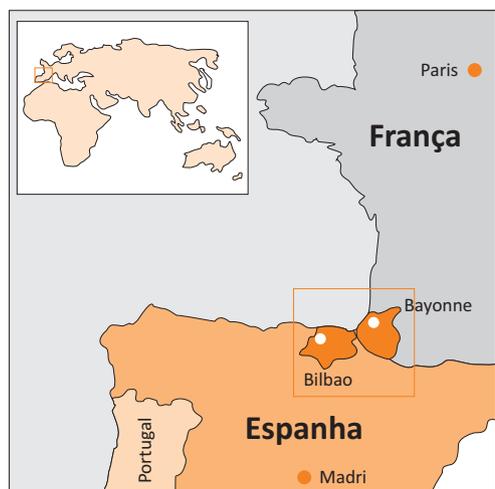
A imagem do aperto de mão é histórica. Todavia, a paz na região foi momentânea, pois com o assassinato de Rabin em 1995 por um extremista judeu que não aceitava que terras públicas dos judeus fossem cedidas aos palestinos, estremeceu a paz selada no acordo. É importante ressaltar que a paz não região é algo praticamente utópico, uma vez que essa pequena porção do globo é a maior consumidora de armas do planeta.



Arkady Mazon / Shutterstock.com

QUESTÃO BASCA

Localizada na região do norte da Espanha e sul da França.



Dominados pela coroa espanhola desde o século XIV, os bascos mantêm seus costumes e suas tradições com forte sentimento de autonomia. Com a ditadura na Espanha, Francisco Franco entre os anos de 1938-1973, impôs várias ações para reprimir os bascos em tentativas de etnocídio, pois a língua (euskara) dos bascos foi proibida de ser ensinada. Durante o período de guerra fria e toda efervescente geopolítica do momento, alguns grupos tentaram o processo de independência do povo basco, o principal foi o ETA-Euskadi Ta Askatasuna (Pátria Basca e Liberdade), criado em 1959, oriundo do Partido Nacionalista Basco.

A repressão sobre os bascos contribuiu decisivamente para o radicalismo no interior da ETA. O grupo separatista ganhou projeção devido aos ataques armados e com uso de violência. Sua ação mais espetacular foi o atentado que matou o Primeiro Ministro, Almirante Luiz Carrero Blanco, provável sucessor de Franco, em 1973. Durante a ditadura certos assassinatos políticos tiveram grande apoio popular.

Sem o apoio popular na década de 90, o ETA, perdeu força e em 1998 surpreendeu o governo espanhol e o mundo ao anunciar uma trégua nos atentados, contudo, foi curto esse período de paz, pois em 1999 voltaram os ataques do grupo separatista. Em 2011 o grupo anuncia o fim definitivo dos ataques armados.

CÁUCASO

Região localizada na cadeia de montanhas de Cáucaso ao sul da atual Rússia, sendo área das antigas repúblicas da URSS. Com grande diversidade étnica e sob influência de duas religiões: a cristã ortodoxa e o islamismo. Os conflitos na região estão ligados com aspectos políticos, econômicos (área de oleodutos e gasodutos) e religiosos.

De 1994 a 1996 a Chechênia travou um intenso conflito com os russos. No conflito os russos deixaram várias cidades da região arrasada, entretanto os chechenos conseguiram sua autonomia. No início da década de 2000 foi discutida a independência da Chechênia, mas sem sucesso. No ano de 2002, na capital russa- Moscou houve um atentado em um teatro que levou o então presidente Vladimir Putin a retomar a intervenção na região.



IUGOSLÁVIA

Para entender o conflito é necessário voltar ao início do século XX. Antes da Primeira Guerra Mundial a região da Iugoslávia (Eslavos do Sul) pertencia ao Impérios Austro-Húngaro e Otomano. Com o fim da guerra e a dissolução dos impérios em 1919, foi criado o tratado de Paris, o qual cria o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos (composto por Sérvia, Croácia, Eslovênia, Bósnia-Herzegovina, Montenegro e Macedônia), que posteriormente foi transformado em Reino da Iugoslávia.

Durante a Segunda Guerra o reino resiste a invasões dos nazistas pela liderança do Marechal Josip Broz Tito e com o fim do conflito em 1945, assume o poder e inicia o regime comunista. Com sua morte em 1980, começa um período de instabilidade política devido à fragmentação do reino.

De 1991 a 1995 inicia-se uma guerra civil. No ano de 1991 a Croácia e a Eslovênia, tornam-se independentes. Entretanto, sua população se revolta, pois não queria perder a identidade iugoslava. Com o início do processo de independência da Bósnia e a intervenção da Croácia reivindicando do território, começa uma guerra (1992-1995) sangrenta com mais de 250 mil mortos. O conflito chega ao fim com a assinatura Acordo de Dayton ou Protocolo de Paris, que dividiu o território da Bósnia em duas regiões: República Sérvia da Bósnia e Federação Muçumana Croata.

Os Grupos separatistas da região de Kosovo: Exército de Libertação de Kosovo (ELK) e o Exército de Libertação Nacional (UCK) rebelam-se em 1997 contra o presidente da Iugoslávia e dá início a um massacre, mas em 1998 a região se torna autônoma.

Em 2003 a federação da Iugoslávia foi extinta e passa a se chamar de República da Sérvia e Montenegro.



ÍNDIA, PAQUISTÃO E A QUESTÃO DA CAXEMIRA.



A região que hoje compreende Índia, Paquistão e Bangladesh, pertencia ao controle da Inglaterra até o fim da Segunda Guerra Mundial. Com a saída dos ingleses do controle da região, iniciou-se o processo de independência em 1947 de Índia e Paquistão (oriental e ocidental). Em 1970 Paquistão Ocidental, torna-se independente com o nome de Bangladesh.

O conflito na região é baseado em questões religiosas e recursos hídricos. A Índia é um país extremamente diversificado, com 15 línguas oficiais e mais de 700 dialetos, sobretudo sua população é essencialmente hinduísta (cerca de 82%). No Paquistão cerca de 75 % da população é Islâmica.

Em disputa está a região da Caxemira, ao norte do território indiano. A palavra caxemira significa terra seca, sem água. Mas apesar deste significado essa região é de extrema importância em relação aos recursos hídricos, por ser nascente dos rios Indo e Ganges (sagrados para os hinduístas). Por conta da região estar localizada na cadeia de montanhas do Himalaia, cerca de 80% das suas terras não são agricultáveis, os 20% estão nos vales dos rios da região. Em 2004 houve uma tentativa de aproximação dos dois governos, mas a população não partilha desse sentimento. O grande problema de ordem mundial é porque tanto a Índia quanto o Paquistão são duas potências nucleares.

RUANDA

Ruanda é um país africano, localizado na África Oriental. Com uma extensão territorial de 26,336km², com uma população de cerca de 11,5 milhões de habitantes, com índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo.

O país é marcado pela disputa entre as principais tribos locais: Hutus e Tutsis. No dia 6 de abril de 1994, um avião que transportava os então presidentes de Ruanda, Juvenal Habyarimana, e do Burundi, Cyprien Ntaryamira, ambos Hutus, foi derrubado na capital Kigali. Então começa o genocídio, os primeiros a serem mortos foram os opositores ao governo de Juvenal (Hutus). Foram assassinadas famílias inteiras. A situação era tão grave, que foram montadas barreiras nas ruas para que todos se identificassem, uma vez que na carteira de identidade constava o grupo étnico ao qual o indivíduo pertencia. Se fosse opositor, seria morto na hora.



Homem recolhe corpos em Ruanda 1994.

Fonte <http://internacional.elpais.com/internacional/2014/04/06/album/1396787965_073319.html#1396787965_073319_1396788144>

Vizinhos mataram vizinhos, marido matou mulher e vice versa, pai matou filhos. Uma cena de filme de terror, pois em 100 dias foram mortos cerca de 800 mil pessoas. Uma característica peculiar deste conflito foi a que a principal arma utilizada foi a arma “branca”: facas, facões, foices. No entanto, houve também o uso de arma de fogo.

O conflito chegou ao fim quando a Frente Patriótica Ruandesa – RPF (grupo de exilados tutsis) apoiados pelo governo de Uganda, chegou ao poder em 4 de julho na capital Kigali.

PÓS GUERRA FRIA (NOVA ORDEM)

Com a queda do muro de Berlim, a unificação da Alemanha e a dissolução da URSS, houve o fim do período que chamamos de Guerra Fria. Período esse que foi marcado pela bipolaridade ideológica de duas superpotências com modelos econômicos diferentes. Essa disputa chega ao fim com a dissolução da URSS em janeiro de 1991. Então se inicia uma soberania militar, política e de modelo econômico norte americana. Essa nova reconfiguração geopolítica global é marcada pelo auge da 3ª revolução industrial ou a revolução técnico-científica. O fluxo e a velocidade da informação nunca foram tão grandes. O que dá a impressão de redução do tempo e do espaço, pois as redes de comunicação nesse período são “complexas e complexamente entendidas”.

3 O livro Por Uma Outra Globalização de Milton Santos, começar com perverso e perversamente entendidas). Apesar de toda sua perversidade, ela é possível de ser entendida. Assim, como a complexidade das redes de comunicação, apesar de sua perversidade, ela é facilmente entendida.



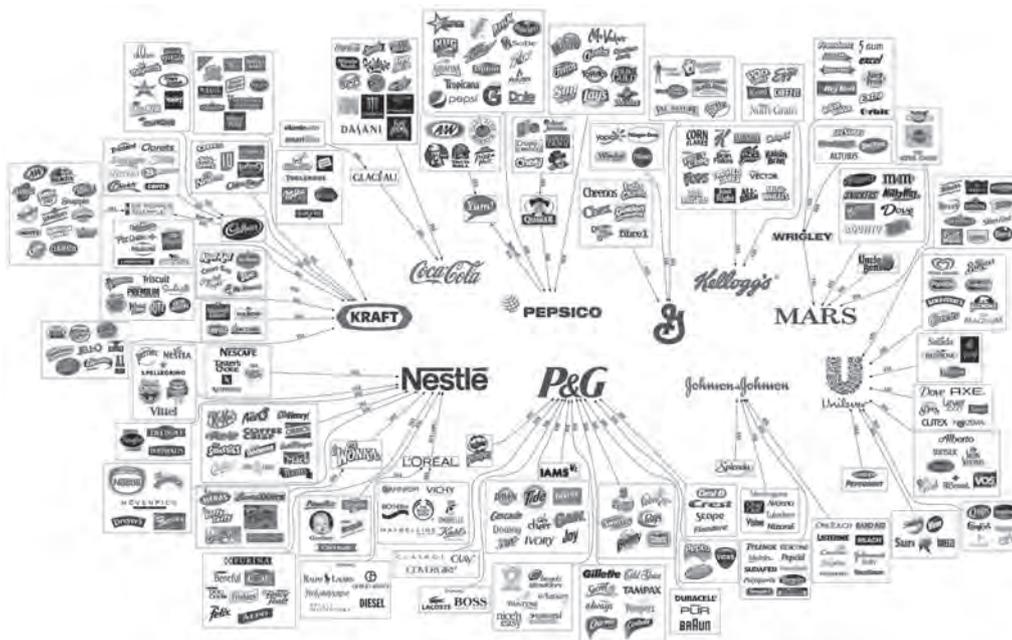
Com toda essa flexibilidade de circulação, a identidade nacional praticamente acaba. Os estados nacionais, a identidade nacional, o nacionalismo, é praticamente aniquilado. O marco importante deste processo de globalização é o 4º Consenso de Washington, que indica termos que vão cair em desuso e sugere práticas neoliberais aos países do sul.

O fluxo e a velocidade da informação, derruba as fronteiras nacionais, por isso chamamos esse período de Aldeia global, até por que com o fim dos estados nacionais, o indivíduo passa a ser um cidadão do mundo.

Essa integração que parte dos aspectos econômicos e perpassa os aspectos políticos e culturais é chamado de globalização. Sendo assim, é o estágio atual do sistema capitalista. Essa integração ocorre devido ao aumento das multinacionais, que são empresas que comumente possuem sua sede em países desenvolvidos e distribuem suas atividades pelo mundo, principalmente nos países subdesenvolvidos.

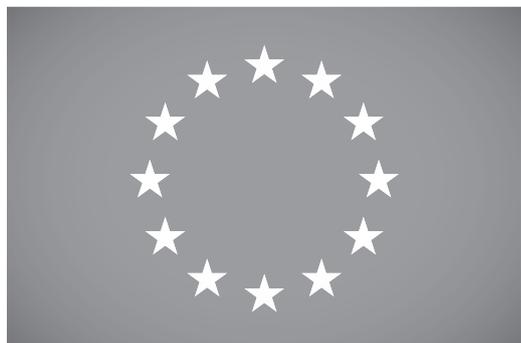


As marcas acabam dominando e criando um monopólio. Isso acontece quando uma empresa domina o mercado ou boa parte dele.



4 Consenso de Washington realizado na cidade homônima nos Estados Unidos e foi a reunião no qual os países desenvolvidos listou uma série de recomendações para os desenvolvimento dos países subdesenvolvidos sobretudo da América do sul além da ampliação do neoliberalismo.

Diante dessa nova configuração econômica e política mundial, os países buscaram ganhar força diante do mercado mundial. Para adquirir esse espaço no mercado mundial, surgiram os blocos econômicos regionais, que são uniões bilaterais com interesse de integração econômica, política e cultural de países com proximidades geográficas. Os principais blocos econômicos regionais são: União Europeia, NAFTA, MERCOSUL, APEC, ASEAN.



Outra forma de união e integração foram os grupos econômicos, a grande diferença entre o bloco e um grupo é que no grupo não há a necessidade de proximidade geográfica. Os principais grupos são G-7, G-8, G-20 e os BRICS.

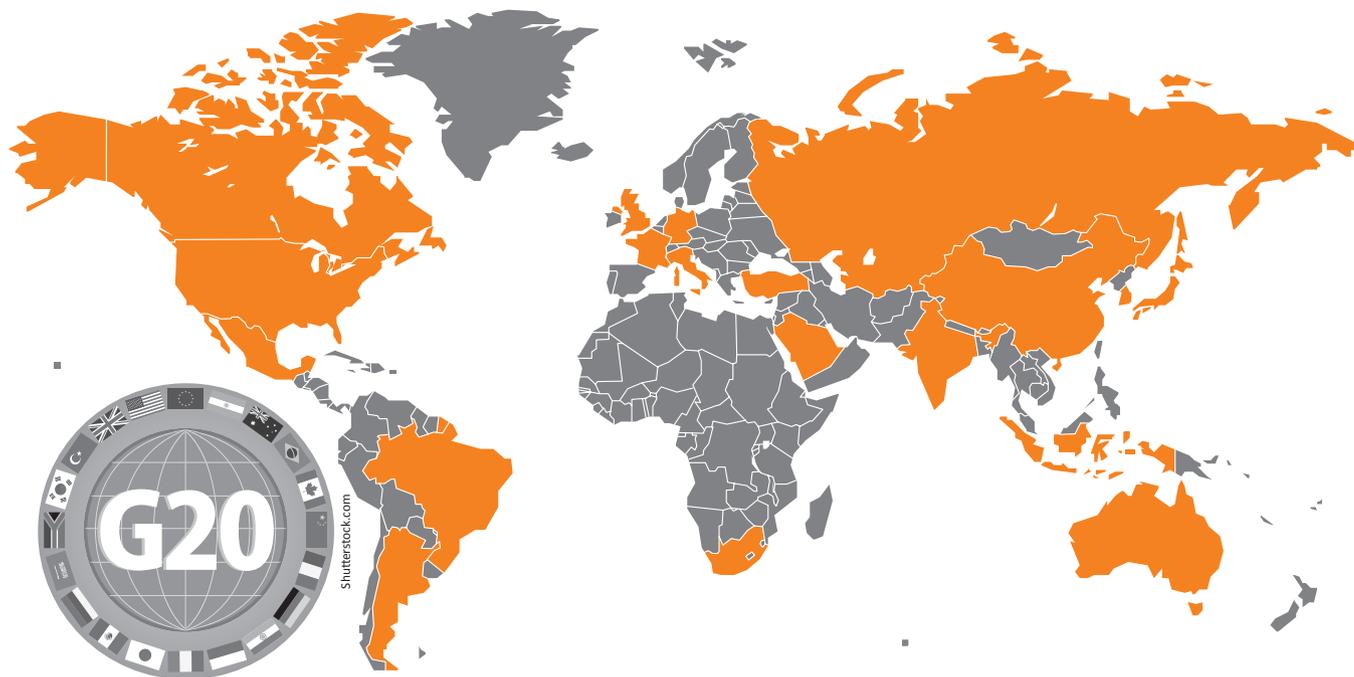
O G-7 é o grupo das sete maiores economias do planeta. Estão presente nele: EUA, Itália, Japão, Alemanha, Inglaterra, Canadá e França.



O G-8 é composto pelas sete maiores economias do planeta mais a Rússia, além da participação da União Europeia. A Rússia fazia parte devido à importância política e o poderio bélico adquirido no período de Guerra Fria. No entanto, foi excluída em 2014 devido à questão da Ucrânia.

O G-20 é um grupo constituído pelas dezenove economias do planeta mais a União Europeia. Os membros do G-20 são Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, República da Coreia, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos e da União Europeia. A população desses países representa nada mais que dois terços da população do mundo. E cerca 85% do PIB mundial e 75% do comércio mundial. Dados extraídos do site do grupo.

Disponível em <<https://g20.org/about-g20/g20-members/>>.



Outra marca da contemporaneidade é a ascensão do terrorismo. O marco inicial desse fato é o ataque de 11 de setembro de 2001, ocorrido nos EUA. Nesse dia o Estado americano foi surpreendido com um ataque às torres gêmeas, o World Trade Center, ao Pentágono e no estado da Pensilvânia.

Eram quase 9 horas da manhã do dia 11 de setembro quando o voo 11 da American Airlines foi tomado por 11 terroristas e colidiu com a Torre Norte do prédio em Nova York. No primeiro momento, acreditava-se ser um acidente aéreo, mas 20 minutos depois o voo 175 da United Airlines, colidiu com a torre Sul.

Nesse momento o caos se instalava não só nos EUA, mas no mundo todo que já noticiava os atentados. Mais tarde, às 9:40 da manhã o voo 77 da American Airlines, com 7 membros da Al Qaeda, colide contra o Pentágono.

O último avião a atacar o solo americano naquele dia foi o voo 77 da American Airlines, que caiu às 10:05 no Estado da Pensilvânia.

Todos os ataques foram assumidos pela organização Al Qaeda liderada por Osama Bin Mohammed Bin Awad Bin Laden, ou simplesmente Osama Bin Laden.



Ken Tannenbaum / Shutterstock.com



Shutterstock.com

Em 1º de maio de 2011 Osama Bin Laden foi capturado e morto pelas tropas americanas no Paquistão na cidade de Abbottabad.

Com os ataques de 11 de setembro o então presidente George W. Bush (2001 a 2009) tomou uma série de medidas na luta contra o terror e em 2002 lança um documento conhecido como “A estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos” também conhecido como a doutrina Bush.

O documento deixou claro que a segurança nacional era para ser conquistada a todo custo! Em nome da “paz e da segurança internacional” os Estados Unidos não permitiriam a ascensão de qualquer país que rivalizasse com o seu poderio econômico e militar. Sendo assim, os países que eram considerados inimigos dos norte-americanos, tais como Irã, Iraque e Coreia do Norte, foram vigiados e seriam atacados se necessário.



Carolina K. Smith MD / Shutterstock.com



A guerra do Iraque foi, segundo a doutrina, uma guerra preventiva! Isso ocorreu devido aos EUA afirmarem haver produção de armas de destruição em massa no país invadido, para justificar e legitimar sua invasão. Nenhuma arma e indícios das mesmas foram encontradas no Iraque. No entanto, o ditador iraquiano Saddam Hussein foi preso e condenado à forca em 2006.



CHINA

Com uma proposta de socialismo de mercado, a China vem crescendo de maneira surpreendente nas últimas décadas. Sendo o país que mais cresce na última década, o Fundo Monetário Internacional, calculou que a China cresceu cerca de 24% somente entre os anos 2011 e 2014. Tal crescimento coloca a China como o país com o maior potencial para tomar a supremacia norte-americana.

<http://www.novoeste.com/index.php?page=destaque&op=readNews&title=Economia+da+China+deve+ultrapassar+a+dos+Estados+Unidos+nos+pr%F3ximos+anos>

TEXTO COMPLEMENTAR

EUA VÃO VENDER DRONES ARMADOS AOS SEUS ALIADOS

Washington define nova política de exportações militares para beneficiar de um mercado em expansão.



Os Estados Unidos vão autorizar pela primeira vez a exportação de drones armados para alguns países aliados no quadro da luta mundial ao terrorismo.

“Esta nova política estabelece as regras para a venda, transferência e utilização internacional de sistemas aeronáuticos militares sem piloto de origem americana”, anunciou o Departamento de Estado num relatório divulgado na terça-feira.

A diplomacia americana sublinha que os EUA são “os líderes tecnológicos mundiais em matéria de desenvolvimento e utilização” dos drones militares. “Há outros países que estão a começar a utilizar drones militares de modo mais regular e este mercado está a desenvolver-se cada vez mais”, refere o documento do Departamento de Estado.

É neste contexto que os EUA dizem ter “a responsabilidade de garantir as vendas, transferências e utilização internacional dos drones militares de origem americana, tendo sempre presente os interesses da sua segurança nacional e da sua política externa”.

A exportação para o estrangeiro de “sistemas sensíveis será feita através de um programa de vendas de equipamentos militares de governo para governo”, explica o Departamento de Estado, sem referir nenhum país como potencial cliente.

O jornal Washington Post, que noticiou em primeira mão esta mudança na política de vendas militares dos EUA, refere que países aliados como a Itália, a Turquia e as monarquias do Golfo estão muito interessados em negociar com Washington.

Segundo um responsável americano citado sob anonimato pelo Washington Post, os EUA já venderam drones armados ao seu mais próximo aliado, o Reino Unido. Aparelhos deste tipo mas não armados, que servem para operações de vigilância e recolha de informação, já foram vendidos a aliados da Aliança Atlântica, como a França e Itália.

A utilização de drones armados constitui uma pedra angular na luta contra o terrorismo delineada pelo governo de Barack Obama, nomeadamente em operações realizadas no Afeganistão, Paquistão, Somália, Síria, Iraque e Iémen.

TEXTO DISPONÍVEL EM < <http://www.publico.pt/mundo/noticia/eua-vao-vender-drones-armados-aos-seus-aliados-1686501>> em 30/01/2015 as 15:00.

R EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

01| ENEM O fim da Guerra Fria e da bipolaridade, entre as décadas de 1980 e 1990, gerou expectativas de que seria instaurada uma ordem internacional marcada pela redução de conflitos e pela multipolaridade.

O panorama estratégico do mundo pós-Guerra Fria apresenta

- A** o aumento de conflitos internos associados ao nacionalismo, às disputas étnicas, ao extremismo religioso e ao fortalecimento de ameaças como o terrorismo, o tráfico de drogas e o crime organizado.
- B** o fim da corrida armamentista e a redução dos gastos militares das grandes potências, o que se traduziu em maior estabilidade nos continentes europeu e asiático, que tinham sido palco da Guerra Fria.
- C** o desengajamento das grandes potências, pois as intervenções militares em regiões assoladas por conflitos passaram a ser realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), com maior envolvimento de países emergentes.
- D** a plena vigência do Tratado de Não Proliferação, que afastou a possibilidade de um conflito nuclear como ameaça global, devido à crescente consciência política internacional acerca desse perigo.
- E** a condição dos EUA como única superpotência, mas que se submetem às decisões da ONU no que concerne às ações militares.

Resolução:

- A** o aumento de conflitos internos associados ao nacionalismo, às disputas étnicas, ao extremismo religioso e ao fortalecimento de ameaças como o terrorismo, o tráfico de drogas e o crime organizado.

O fim da Guerra Fria embaralhou as cartas do jogo planetário. A dissolução do bloco soviético, uma aparente vitória da superpotência da América do Norte, descortinou realidades novas, que prefiguram o próximo século. O poder mundial tende a se concentrar em macroáreas do hemisfério norte que aglutinam a riqueza e a capacidade de inovação tecnológica. A economia mundial globalizava-se e, simultaneamente, fragmentava-se em blocos regionais. A partilha do mercado mundial envolve as estratégias das grandes corporações econômicas e as políticas externas dos Estados.

Com o fim da bipolaridade, os Estados Unidos viram-se transformados na potência “vencedora” da guerra fria e assumiram o papel da grande potência mundial. Entretanto, apesar do indiscutível poderio americano, Japão e Alemanha (hoje reunificada e integrando a União Européia) também apareciam como pólos da economia mundial, que se tornou,

então, multipolar.

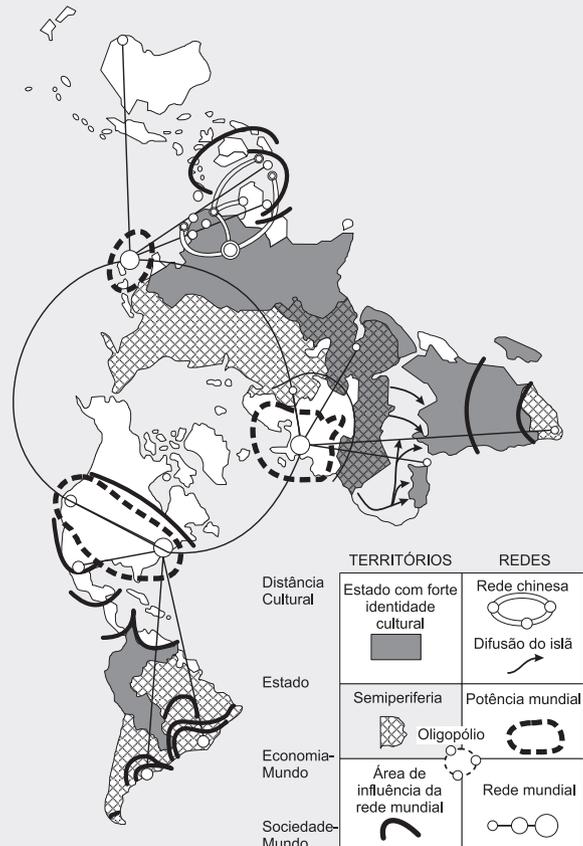
Essa nova situação, que o presidente norte-americano George Bush chamou de nova ordem mundial na Conferência de Malta, em 1989, na verdade não trouxe muita coisa de novo. O que deixava de existir era a velha ordem bipolar e a rivalidade entre sistemas econômicos opostos que buscavam competir usando a capacidade militar.

Com isso surgem novas ideias para o mundo do século XXI:

- Países emergentes
- A globalização
- A revolução técnico-científica
- As empresas globais
- Globalização regionalizada
- Desemprego global
- A globalização de idéias
- A globalização do crime

02| ENEM

A nova des-ordem geográfica mundial: uma proposta de regionalização



Fonte: LÉVY et al. (1992), atualizado.

O espaço mundial sob a “nova des-ordem” é um emaranhado de zonas, redes e “aglomerados”, espaços hegemônicos e contra-hegemônicos que se cruzam de forma complexa na face da Terra. Fica clara, de saída, a polêmica que envolve uma nova regionalização mundial. Como regionalizar um espaço tão heterogêneo e, em parte, fluido, como é o espaço mundial contemporâneo?

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C.W. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: UNESP, 2006.

O mapa procura representar a lógica espacial do mundo contemporâneo pós-União Soviética, no contexto de avanço da globalização e do neoliberalismo, quando a divisão entre países socialistas e capitalistas se desfez e as categorias de “primeiro” e “terceiro” mundo perderam sua validade explicativa.

Considerando esse objetivo interpretativo, tal distribuição espacial aponta para

- A** a estagnação dos Estados com forte identidade cultural.
- B** o alcance da racionalidade anticapitalista.
- C** a influência das grandes potências econômicas.
- D** a dissolução de blocos políticos regionais.
- E** o alargamento da força econômica dos países islâmicos.

Resolução:

- C** a influência das grandes potências econômicas.

As pequenas nações tem suas economias dependentes das grandes mais próximas, mas quanto maior for a economia, maior pode ser a distância entre a grande nação e a pequena. Quanto maior é a nação, maior são seus dependentes e mais distantes eles podem estar. Não apenas a economia informal ou criminosa, mas também a economia formal. Também surgem o sonho e as correntes migratórias ilegais. A história da modernidade é rica em ensinamentos sobre a ascensão e o declínio de impérios baseados na acumulação irrefreada de riquezas materiais e alavancados por conquistas militares que levaram à subjugação e posterior exploração de outros povos. Às conquistas dos portugueses e espanhóis no século XVI, seguiu a expansão comercial holandesa no século XVII, substituída no século XVIII pelos franceses e britânicos. O império britânico atingiu seu apogeu no século XIX, entrando em decadência a partir da 1ª guerra mundial que inaugurou o século da supremacia dos Estados Unidos da América do Norte. Na corrida armamentista durante a Guerra Fria, a ex-União Soviética tentou contestar a hegemonia americana; sem sucesso, entrou em colapso em 1989.

F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01| UNICAMP Faz cerca de vinte anos que “globalização” se tornou uma palavra-chave para a organização de nossos pensamentos no que respeita ao funcionamento do mundo. A palavra “globalização” entrou recentemente em nossos discursos e, mesmo entre muitos “progressistas” e “esquerdistas” do mundo capitalista avançado, palavras mais carregadas politicamente passaram a ter um papel secundário diante de “globalização”. A globalização pode ser vista como um processo, uma condição ou um tipo específico de projeto político.

(Adaptado de David Harvey, *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2006. p. 79.)

- A** Identifique uma característica política e uma cultural do processo de globalização.
- B** Quais as principais críticas econômicas dos movimentos antiglobalização?

02| UFF

Os mapas a seguir apresentam diferenças nas fronteiras políticas e étnicas da África.

Divisão Política



Divisão Étnica



Fonte: Adaptado de de GLASSNER, Martin Ira – *Political Geography*. London, 2004.

Aponte e comente uma consequência dessas diferenças.

03| UFG A segregação socioespacial na África do Sul, decorrente da colonização europeia, existe desde o século XVII, quando a região foi ocupada por ingleses e holandeses. No entanto, o regime do apartheid data de 1948, quando se intensificaram a institucionalização e o processo de formação de territorialidades da população negra segregada no território nacional e nos espaços urbanos de uma mesma cidade.

Considerando o exposto,

- A** caracterize o regime do apartheid.
- B** explique a relação entre a Lei de Criação dos Bantustões, de 1951, e a Lei de Reserva de Amenidades Separadas, de 1953, quanto à institucionalização das territorialidades da população negra segregada.

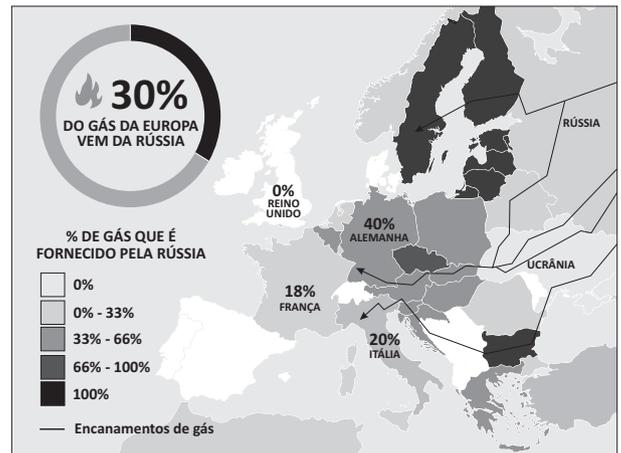
04| UNESP A nova ordem político-econômica mundial sofreu mudanças. Recentemente, surgiu mais um país na Europa. No mês de fevereiro de 2008, o referido país deu o último passo para proclamar sua independência. O Governo do país que perderá território com essa independência alega que sua integridade territorial está garantida pela Carta da ONU e pelo direito internacional, isto porque, desde a guerra de 1999, o país em processo de independência foi administrado pela ONU. A situação de luta pela liberdade relatada não está plenamente encerrada, visto que essa situação ultrapassa os aspectos político-territoriais, pois envolvem relações culturais e étnicas.



(www.folha.uol.com.br. Acessado em 22.02.2008.)

Observando a figura, nomeie o país que proclamou sua independência, o país que perderá território e quais as posições dos EUA e da Rússia sobre esse processo.

05| UEL Analise os mapas a seguir.



(Disponível em: <http://www.esquerda.net/artigo/mapas-e-gr%C3%A1ficos-para-compreender-crise-da-ucr%C3%A2nia/31800>. Acesso em: 2 jun. 2014.)



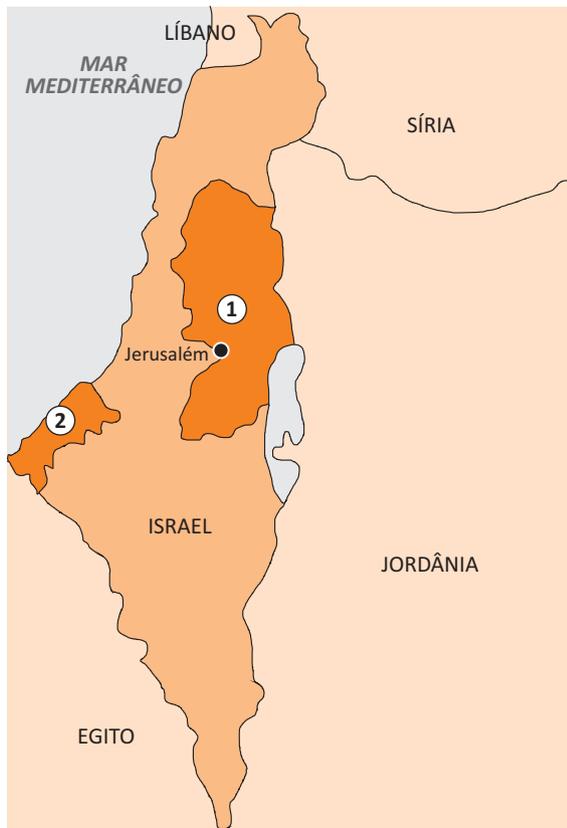
(Disponível em: <http://www.aldeialoglobal.net.br/2014/02/russia-e-ucrania-iniciam-conflito-pela.html>. Acesso em: 2 jun. 2014.)

Com base nos mapas e nos conhecimentos sobre as relações entre Ucrânia e Rússia no pós-URSS, explique a geopolítica do conflito entre os dois países atualmente, tendo como foco os aspectos étnicos, econômicos, políticos e militares.

06| UEG A globalização, ao mesmo tempo em que une cada vez mais os povos, agrava e acirra as contradições internacionais. O século XXI traz à tona vários conflitos como o terrorismo, o crime organizado, a xenofobia, as desigualdades socioculturais e as agressões ambientais, questões que estiveram em segundo plano nos anos da Guerra Fria. Discorra sobre um desses tipos de conflito, considerando os seguintes aspectos.

- A** Locais de ocorrência
- B** Causas
- C** Consequências

07| UFTM O conflito entre palestinos e israelenses dura mais de seis décadas. O mapa apresenta os territórios ocupados por Israel, durante a Guerra dos Seis Dias, em 1967.



(Maria Elena Simielli. Geoatlas, 2011. Adaptado.)

- A** Qual a atual situação política da cidade de Jerusalém?
- B** Identifique as áreas 1 e 2 e explique qual a atual situação política de cada uma dessas duas áreas.

08| UEL

Observe o mapa a seguir.



O mapa destaca uma região do mundo que há muito tempo vive em conflitos étnico, religioso, político e econômico.

- A** Nomeie a região em destaque no mapa, identifique seu principal recurso natural e discuta a importância desse recurso na economia da região.
- B** Indique as três religiões que tiveram origem nessa região e as implicações religiosas e econômicas dessa região para o Brasil.

09| UFG

Leia o texto **O inferno são os outros**.

“Para o intelectual palestino Edward Said, a confusão entre a nação árabe e a religião muçulmana associa-se à imagem negativa que ambas possuem no imaginário do Ocidente. ‘Nos filmes e na televisão, o árabe é associado à libidinagem ou à desonestidade sedenta de sangue. Aparece como um degenerado supersexuado, capaz, é claro, de intrigas astutamente tortuosas, mas essencialmente sádico, traiçoeiro, baixo. Traficante de escravos, cameleiro, cambista, trapaceiro pitoresco: esses são alguns dos papéis tradicionais do árabe no cinema.[...] A maior parte das imagens apresenta massas enraivecidas ou miseráveis, ou gestos irracionais (logo, desesperadamente excêntricos). À espreita, por trás de todas essas imagens, está a ameaça da jihad. Resultado: um temor de que os muçulmanos (ou árabes) tomem conta do mundo.’”

MAGNOLI, Demétrio e ARAÚJO, Regina. A nova geografia: estudos de geografia geral. São Paulo: Moderna, 1995. 2.ed. p.265.

Com base na interpretação do texto e nos conhecimentos sobre o assunto, faça o que se pede:

- A** explique o motivo da freqüente “[...] confusão entre a nação árabe e a religião muçulmana [...]”.
- B** cite um fator de ordem geopolítica que esclareça o “[...] temor de que os muçulmanos (ou árabes) tomem conta do mundo”.

10| UNICAMP Faz cerca de vinte anos que “globalização” se tornou uma palavra-chave para a organização de nossos pensamentos no que respeita ao funcionamento do mundo. A palavra “globalização” entrou recentemente em nossos discursos e, mesmo entre muitos “progressistas” e “esquerdistas” do mundo capitalista avançado, palavras mais carregadas politicamente passaram a ter um papel secundário diante de “globalização”. A globalização pode ser vista como um processo, uma condição ou um tipo específico de projeto político.

(Adaptado de David Harvey, Espaços de Esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2006. p. 79.)

- A** Identifique uma característica política e uma cultural do processo de globalização.
- B** Quais as principais críticas econômicas dos movimentos antiglobalização?

T ENEM E VESTIBULARES

01| ENEM O G-20 é o grupo que reúne os países do G-7, os mais industrializados do mundo (EUA, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Canadá), a União Europeia e os principais emergentes (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Coreia do Sul, Indonésia, México e Turquia). Esse grupo de países vem ganhando força nos fóruns internacionais de decisão e consulta.

ALLAN, R. *Crise global*. Disponível em:
<http://conteudoclipingmp.planejamento.gov.br>.
 Acesso em: 31 jul. 2010.

Entre os países emergentes que formam o G-20, estão os chamados BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), termo criado em 2001 para referir-se aos países que

- A** apresentam características econômicas promissoras para as próximas décadas.
- B** possuem base tecnológica mais elevada.
- C** apresentam índices de igualdade social e econômica mais acentuados.
- D** apresentam diversidade ambiental suficiente para impulsionar a economia global.
- E** possuem similaridades culturais capazes de alavancar a economia mundial.

02| ENEM O acidente nuclear de Chernobyl revela brutalmente os limites dos poderes técnico-científicos da humanidade e as “marchas-à-ré” que a “natureza” nos pode reservar. É evidente que uma gestão mais coletiva se impõe para orientar as ciências e as técnicas em direção a finalidades mais humanas.

GUATTARI, F. *As três ecologias*. São Paulo: Papirus, 1995 (adaptado).

O texto trata do aparato técnico-científico e suas consequências para a humanidade, propondo que esse desenvolvimento

- A** defina seus projetos a partir dos interesses coletivos.
- B** guie-se por interesses econômicos, prescritos pela lógica do mercado.
- C** priorize a evolução da tecnologia, se apropriando da natureza.
- D** promova a separação entre natureza e sociedade tecnológica.
- E** tenha gestão própria, com o objetivo de melhor apropriação da natureza.

03| ENEM No mundo árabe, países governados há décadas por regimes políticos centralizadores contabilizam metade da população com menos de 30 anos; desses, 56% têm acesso à internet. Sentindo-se sem perspectivas de futuro e diante da estagnação da economia, esses jovens incubam vírus sedentos por modernidade e democracia. Em meados de dezembro, um tunisiano de 26 anos, vendedor de frutas, põe fogo no próprio corpo em protesto por trabalho, justiça e liberdade. Uma série de manifestações eclode na Tunísia e, como uma epidemia, o vírus libertário começa a se espalhar pelos países vizinhos, derrubando em seguida o presidente do Egito, Hosni Mubarak. Sites e redes sociais – como o Facebook e o Twitter – ajudaram a mobilizar manifestantes do norte da África a ilhas do Golfo Pérsico.

SEQUEIRA, C. D.; VILLAMÉA, L. A epidemia da Liberdade. *Istoé Internacional*. 2 mar. 2011 (adaptado).

Considerando os movimentos políticos mencionados no texto, o acesso à internet permitiu aos jovens árabes

- A** reforçar a atuação dos regimes políticos existentes.
- B** tomar conhecimento dos fatos sem se envolver.
- C** manter o distanciamento necessário à sua segurança.
- D** disseminar vírus capazes de destruir programas dos computadores.
- E** difundir ideias revolucionárias que mobilizaram a população.

04| ENEM Os chineses não atrelam nenhuma condição para efetuar investimentos nos países africanos. Outro ponto interessante é a venda e compra de grandes somas de áreas, posteriormente cercadas. Por se tratar de países instáveis e com governos ainda não consolidados, teme-se que algumas nações da África tornem-se literalmente protetorados.

BRANCOLI, F. *China e os novos investimentos na África: neocolonialismo ou mudanças na arquitetura global?*

Disponível em: <http://opiniaoenoticia.com.br>. Acesso em: 29 abr. 2010 (adaptado).

A presença econômica da China em vastas áreas do globo é uma realidade do século XXI. A partir do texto, como é possível caracterizar a relação econômica da China com o continente africano?

- A** Pela presença de órgãos econômicos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que restringem os investimentos chineses, uma vez que estes não se preocupam com a preservação do meio ambiente.

- B** Pela ação de ONGs (Organizações Não Governamentais) que limitam os investimentos estatais chineses, uma vez que estes se mostram desinteressados em relação aos problemas sociais africanos.
- C** Pela aliança com os capitais e investimentos diretos realizados pelos países ocidentais, promovendo o crescimento econômico de algumas regiões desse continente.
- D** Pela presença cada vez maior de investimentos diretos, o que pode representar uma ameaça à soberania dos países africanos ou manipulação das ações destes governos em favor dos grandes projetos.
- E** Pela presença de um número cada vez maior de diplomatas, o que pode levar à formação de um Mercado Comum Sino-Africano, ameaçando os interesses ocidentais.

05| ENEM A Convenção da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiências, realizada, em 2006, em Nova York, teve como objetivo melhorar a vida da população de 650 milhões de pessoas com deficiência em todo o mundo. Dessa convenção foi elaborado e acordado, entre os países das Nações Unidas, um tratado internacional para garantir direitos a esse público.

Entidades ligadas aos direitos das pessoas com deficiência acreditam que, para o Brasil, a ratificação do tratado pode significar avanços na implementação de leis no país.

Disponível em: <http://www.bbc.co.uk>. Acesso em: 18 mai. 2010 (adaptado).

No Brasil, as políticas públicas de inclusão social apontam para o discurso, tanto da parte do governo quanto da iniciativa privada, sobre a efetivação da cidadania. Nesse sentido, a temática da inclusão social de pessoas com deficiência

- A** vem sendo combatida por diversos grupos sociais, em virtude dos elevados custos para a adaptação e manutenção de prédios e equipamentos públicos.
- B** está assumindo o status de política pública bem como representa um diferencial positivo de marketing institucional.
- C** reflete prática que viabiliza políticas compensatórias voltadas somente para as pessoas desse grupo que estão socialmente organizadas.
- D** associa-se a uma estratégia de mercado que objetiva atrair consumidores com algum tipo de deficiência, embora esteja descolada das metas da globalização.
- E** representa preocupação isolada, visto que o Estado ainda as discrimina e não lhes possibilita meios de integração à sociedade sob a ótica econômica.

06| ENEM Do ponto de vista geopolítico, a Guerra Fria dividiu a Europa em dois blocos. Essa divisão propiciou a formação de alianças antagônicas de caráter militar, como a OTAN, que aglutinava os países do bloco ocidental, e o Pacto de Varsóvia, que concentrava os do bloco oriental. É importante destacar que, na formação da OTAN, estão presentes, além dos países do oeste europeu, os EUA e o Canadá. Essa divisão histórica atingiu igualmente os âmbitos político e econômico que se refletia pela opção entre os modelos capitalista e socialista.

Essa divisão europeia ficou conhecida como

- A** Cortina de Ferro.
- B** Muro de Berlim.
- C** União Europeia.
- D** Convenção de Ramsar.
- E** Conferência de Estocolmo.

07| UDESC Analise as proposições sobre Israel e Palestina.

- I. O conflito entre Israel e Palestina começou no século XX, quando os judeus começaram a comprar terras na Palestina. Na década de 30, milhares de judeus já viviam nesta região.
- II. O primeiro confronto armado entre Israel e Palestina aconteceu em 1967, o que se convencionou chamar de Guerra dos Sete Dias.
- III. A mais importante tentativa de paz entre Israel e Palestina, durante o século XX, aconteceu em 1993. O acordo foi assinado entre Yasser Arafat, líder da OLP (Organização para a Libertação da Palestina), e o primeiro ministro de Israel, Yitzhak Rabin.
- IV. Em 2000, nova tentativa de paz foi negociada pelos EUA, sem sucesso, dando início à segunda intifada, o levante armado palestino.

Assinale a alternativa correta.

- A** Somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- B** Somente as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
- C** Somente as afirmativas II e IV são verdadeiras.
- D** Somente as afirmativas I e IV são verdadeiras.
- E** Todas as afirmativas são verdadeiras.

08| ESPM No momento em que Israel e palestinos retomaram negociações de paz, após quase três anos de interrupção, cabe lembrar um momento referencial para essa questão. Encerrada a Segunda Guerra Mundial e sob o impacto da revelação dos horrores dos campos de con-

centração nazistas na Europa, na sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1947 foi aprovada a resolução no. 181 que recomendava:

- A a confirmação mandato de ocupação britânica em toda a Palestina, onde deveriam viver como súditos britânicos tanto judeus como palestinos;
- B a partilha da Palestina em dois Estados, um árabe e um judeu;
- C a concessão de todo o território da Palestina para a criação de um Estado judeu;
- D o reconhecimento do direito dos árabes muçulmanos ao território da Palestina, negando qualquer direito aos judeus;
- E o estabelecimento de um mandato da ONU sobre o território da Palestina a partir daquela data.

09| **ESPM** Leia os textos e responda:

Em visita a Israel, o candidato republicano Mitt Romney afirmou que Jerusalém é a capital do Estado judeu.

A declaração de Romney de que Jerusalém é a capital de Israel está alinhada à afirmação feita pelos governos israelenses, ainda que os Estados Unidos e outras nações tenham suas embaixadas em Tel Aviv.

(<http://www.valor.com.br/internacional>)

Os palestinos acusaram o candidato republicano à presidência dos EUA, Mitt Romney, de minar as perspectivas de paz, pois segundo o próprio chefe negociador palestino, Saeb Erekat, não pode haver Estado palestino sem Jerusalém Oriental.

(<http://www.g1.globo.com/mundo/noticias/2012/07>)

A ocupação de Jerusalém Oriental pelo exército de Israel e o domínio de toda a cidade pelos israelenses ocorreu:

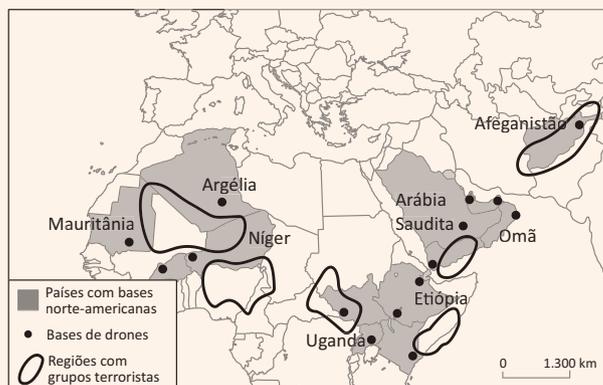
- A durante a Guerra da Fundação de Israel, em 1949;
- B na Guerra de Suez, em 1956;
- C na Guerra dos 6 Dias, em 1967;
- D na Guerra do Golfo, em 1991;
- E depois do 11 de Setembro, em 2001.

10| **UNESP** Após os atentados de 11 de setembro de 2001, o governo dos Estados Unidos da América aprovou uma série de medidas com o objetivo de proteger os cidadãos americanos da ameaça representada pelo terrorismo internacional. Entre as medidas adotadas pelo governo norte-americano estão

- A a realização de acordos de cooperação militar e tecnológica com países aliados no combate ao terrorismo internacional; e a prisão imediata de árabes e muçulmanos que residissem nos Estados Unidos.

- B a realização de ataques preventivos a países suspeitos de sediarem grupos terroristas; e a restrição da liberdade e dos direitos civis de suspeitos de associação com o terrorismo.
- C a concessão de apoio logístico e financeiro a países que, autonomamente, pudessem combater grupos terroristas em seus territórios; e a preservação dos direitos civis de suspeitos de associação com o terrorismo, que residissem dentro ou fora dos Estados Unidos.
- D a realização de ataques preventivos a países suspeitos de sediarem grupos terroristas; e a flexibilização do ingresso nos Estados Unidos de pessoas oriundas de qualquer região do mundo.
- E a realização de acordos de cooperação militar e tecnológica com países suspeitos de sediarem grupos terroristas; e a preservação dos princípios de liberdade individual e autonomia dos povos.

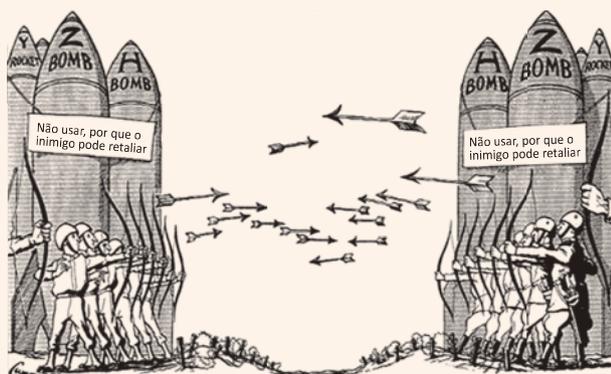
11| **FUVEST** Observe o mapa da distribuição dos drones (veículos aéreos não tripulados) norte-americanos na África e no Oriente Médio.



Em suas declarações, o governo norte-americano justifica o uso dos drones, principalmente, como

- A proteção militar a países com importantes laços econômicos com os EUA, principalmente na área de minerais raros.
- B necessidade de proteção às embaixadas e outras legações diplomáticas norte-americanas em países com trajetória comunista.
- C meio de transporte para o envio de equipamentos militares ao Irã, com a finalidade de desmonte das atividades nucleares.
- D um dos pilares da sua estratégia de combate ao terrorismo, principalmente em regiões com importante atuação tribal/terrorista.
- E reforço para a megaoperação de espionagem, executada em 2013, que culminou com o asilo de Snowden na Rússia.

12| **IFGO** Observe a imagem a seguir.



Disponível em: <<http://geografiaegeopolitica.blogspot.com.br/p/geopolitica-emquadrinhos.html>>. Acesso em: 11 fev. 2014

A charge refere-se ao conflito da

- A** Guerra Fria.
- B** Guerra de Sucessão.
- C** Guerra do Kuwait.
- D** Guerra ao terror.
- E** Guerra do Afeganistão.

13| **UERJ** Observe a imagem abaixo, do episódio ocorrido nos E.U.A., no dia 11 de setembro de 2001.



blogs.estadao.com.br

A queda das torres do World Trade Center foi certamente a mais abrangente experiência de catástrofe que se tem na História, inclusive por ter sido acompanhada em cada aparelho de televisão, nos dois hemisférios do planeta. Nunca houve algo assim. E sendo imagens tão dramáticas, não surpreende que ainda causem forte impressão e tenham se convertido em ícones. Agora, elas representam uma guinada histórica?

ERIC HOBBSBAWM (10/09/2011)
www.estadao.com.br

A guinada histórica colocada em questão pelo historiador Eric Hobsbawm associa-se à seguinte repercussão internacional da queda das torres do World Trade Center:

- A** concentração de atentados terroristas na Ásia Meridional
- B** crescimento do movimento migratório de grupos islâmicos
- C** intensificação da presença militar norte-americana no Oriente Médio
- D** ampliação da competição econômica entre a União Europeia e os países árabes

14| **UERN** Analise a imagem a seguir.



(Disponível em: <http://sicnoticias.sapo.pt/mundo/2011/11/26/pelo-menos-10-militares-mortos-em-conflitos-na-siria>. Acesso em: 05/02/2013.)

O movimento conhecido como “Primavera Árabe” foi um levante popular em vários países, de maioria árabe, que ocorreu no norte da África e no Oriente Médio. Neste contexto, a Internet teve um papel de destaque, ao levar para o restante do mundo os acontecimentos do mundo árabe. Atualmente, o foco de maior tensão ocorre na Síria. São várias as origens desta revolta, mas em todos os países existe uma causa determinante. Assinale-a.

- A** Guerras civis com intervenção dos Estados Unidos na região, visando obter o controle da distribuição do petróleo e outros recursos naturais.
- B** Conflitos religiosos entre as duas seitas, xiitas e sunitas, com maior número de seguidores, divergindo pela influência das ideias ocidentais na região.
- C** Permanência de vários sistemas de governo ditatoriais que impedem a população de exercer sua liberdade individual e ter maior participação social.
- D** Embargo econômico dos Estados Unidos no Oriente Médio, desde o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, que impôs à região uma forte recessão econômica.

15| MACK

A Questão Basca: grupo separatista ETA anuncia trégua permanente.

Silvana Aline Soares Simon (Divulgação Científica em Relações Internacionais) – 10/01/2011

A imprensa internacional, nas últimas décadas, tem dado destaque às atividades do grupo basco ETA que, por meio de seus atentados, se chocava com o Estado espanhol. No último dia 10 de janeiro, 51 anos após o início de suas atividades, o grupo anunciou, no jornal independente basco Gara, uma trégua geral e permanente.

A respeito do tema, é correto afirmar que

- A** os bascos são um povo de origem desconhecida e estão divididos entre a Espanha e o norte de Portugal. Mesmo passando por longos períodos de dominação, lutam pelo reconhecimento internacional do seu país, por meio de um território definido.
- B** em 1959 surgiu, no nordeste da Espanha e no sudoeste da França, o movimento ETA, um grupo de tendência socialista e com ideais separatistas. A ação do grupo centrou-se nas táticas de guerrilha urbana, praticando atentados contra autoridades governamentais ligadas ao ditador Francisco Franco.
- C** o ETA usa de práticas terroristas na França desde o final do século XIX, buscando garantir a liberdade religiosa, já que a maioria professa a religião muçulmana.
- D** o povo Basco teria chegado à península ibérica há mais de 4000 anos. Devido às intensas perseguições, teve a sua cultura e a sua língua dizimadas ao longo do tempo, restando, hoje, pouco de sua cultura original.
- E** na década de 1990, a ação terrorista basca matou militares, políticos, juizes, entre outras autoridades locais, trazendo, para a população, a sensação de possíveis conquistas por sua liberdade. O ETA recebe apoio irrestrito da população, porém não consegue atingir seus objetivos.

16| UFTM Em julho de 2011, a série de revoltas contra regimes do mundo árabe, conhecida como Primavera Árabe, completou seis meses. Os ativistas utilizaram os dispositivos tecnológicos para questionar os regimes autoritários e centralizadores que ocorrem em diversos países do Oriente Médio. Os levantes contra os governos da situação reivindicaram políticas liberais. Sobre esta crise, é correto afirmar que:

- A** o novo cenário político, que se forma após a crise árabe, será construído sobre os pressupostos ideológicos do alcorão.

- B** a interferência da União Europeia e dos Estados Unidos para conter a crise árabe atingiu os países que iniciavam o comércio de petróleo.
- C** o uso das mídias interativas extrapolou o espaço físico geográfico da revolução e se tornou uma estratégia política para sensibilizar a comunidade internacional.
- D** a grande preocupação mundial dos países do G8, a respeito da Primavera Árabe, é a revolta dos migrantes muçulmanos que residem em países europeus.
- E** o movimento despertou uma onda de atentados terroristas de origem islâmica nos Estados Unidos.

17| UNEB

*“Nós, filhos da tragédia,
trazemos no peito feridas incuráveis,
e uma história de humanidade desumanizada.
Na Argélia ou na Bósnia, em Ruanda ou Uganda...
Quantos Somos? Dezenas. Milhares...
Vidas assassinadas,
Sonhos roubados,
Direitos violados.
Vivemos numa cidade perturbada,
Onde o sangue jorra,
Onde o terror é o rei
E a arbitrariedade tem mais força que a lei.*

*Nós, filhos da tragédia,
Precisamos de alívio,
proteção, carinho, orientação...
Carregamos o destino da humanidade.
Pensem em transformar em uma sinfonia
de paz e fraternidade as declarações que assinaram
A Declaração dos Direitos do Homem é o nosso
guia”.*

(MOHAMMED, In: MAGALHÃES et al, 2005, p. 186).

Identifique as afirmativas verdadeiras.

A leitura do poema, aliada aos conhecimentos sobre o continente africano e sua história, permite afirmar:

- I. A colonização da África pelos europeus foi facilitada pelos seus aspectos naturais, como um litoral recortado, um relevo predominantemente de planícies e grandes riquezas minerais.

- II. A colonização europeia implantou novas formas de produção agrícola, sem desarticular o processo produtivo já existente no continente, o que explica a sua baixa produtividade atual.
- III. Os versos evidenciam o fato de a partilha do continente africano não ter considerado a sua diversidade étnica, o que resultou na emergência de conflitos internos, após a descolonização.
- IV. Os atuais conflitos que se verificam no continente são uma consequência das pressões demográficas e da necessidade de se estender as áreas agrícolas, não sendo, portanto, provocados por diferenças ideológicas, como no passado.
- V. A África Subsaariana, por possuir solos mais férteis e não sofrer escassez de água, é a região que concentra o maior número de conflitos armados no continente.

A alternativa que indica todas as afirmativas verdadeiras é a

- A** I e II
- B** II e IV
- C** III e IV
- D** I, III e V
- E** I, II, IV e V

18| UNESP

Analisar a charge e o texto a seguir.



As teses dos neoconservadores voltaram a aparecer em plena luz do dia com o regresso dos republicanos à Casa Branca, em 2000, depois de uma controvertida vitória

eleitoral de George W. Bush (o filho). Sob a influência de neoconservadores como o vice-presidente Dick Cheney, o novo presidente se recusou a assinar o Protocolo de Kyoto de defesa do meio ambiente e rompeu vários tratados internacionais.

(Igor Fuser. Geopolítica – o mundo em conflito, 2006. Adaptado.)

Sobre o período que se segue aos acontecimentos da charge e do texto, faz-se as seguintes afirmações.

- I. Ao contrário dos defensores da redução dos gastos militares após o fim da Guerra Fria, a linha-dura americana propunha a ampliação do aparato militar e do recurso à guerra como principais instrumentos de política externa do governo Bush.
- II. O inimigo imediato já estava escolhido: a Arábia Saudita, um país riquíssimo em petróleo. Os EUA acreditavam ter ainda contas a ajustar com o ditador Saddam Hussein, cujo regime havia sobrevivido à derrota na Guerra do Golfo de 1991.
- III. A decisão de invadir a Turquia foi tomada quando ocorreram os atentados de 11 de setembro de 2001. Os cidadãos norte-americanos nunca tinham testemunhado um ataque tão devastador em seu próprio território.
- IV. A resposta do governo Bush, aos atentados de 11 de setembro de 2001, veio rápida, com um ataque militar fulminante ao Afeganistão. Aproveitando-se da solidariedade internacional aos EUA após os atentados, declara “Guerra ao Terror” e ao “Eixo do Mal”, constituído por Iraque, Coreia do Norte e Irã.

É correto apenas o que se afirma em

- A** I e IV.
- B** II e III.
- C** II, III e IV.
- D** I, III e IV.
- E** I, II e III.

19| FAC. DIREITO DE SOROCABA

O grupo de países denominado Brics representa 25% do PIB mundial e 40% da população do planeta. Os textos a seguir apresentam características de dois de seus componentes.

- I. Este país registrou, em 2012, seu menor crescimento dos últimos treze anos, (7,7%) e no segundo trimestre de 2013, o aumento de seu PIB foi de 7,5%. O aumento da produção industrial, maior que a prevista em julho e um claro aumento das trocas comerciais atenuaram, contudo, as preocupações pela economia do país.

(<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/brics-uma-alianca-heterogenea>)

II. Ainda que o país siga crescendo, mesmo em épocas de crise mundial, os resultados positivos da balança econômica não são refletidos na queda rápida do número de pessoas vivendo na miséria. As razões indicadas para isso são a alta inflação, corrupção do sistema político, sistemas social e de previdência precários, entre outros.

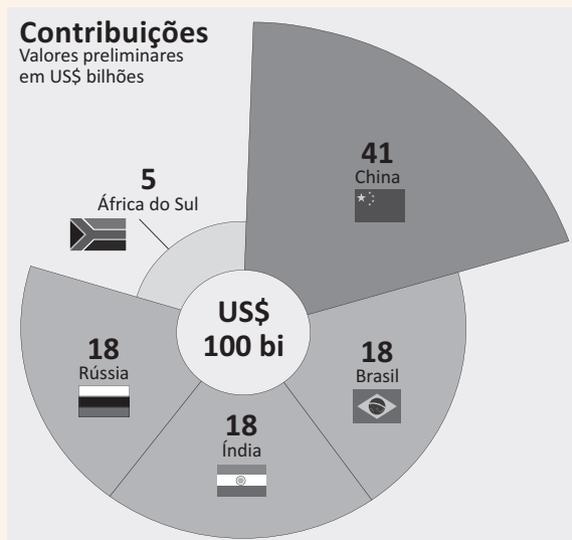
(<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:AxOG1X2lLk0J:osbrics.com/2013/04/18/>)

Os textos I e II referem-se, respectivamente, à

- A Índia e Rússia.
- B África do Sul e Rússia.
- C China e Índia.
- D China e África do Sul.
- E Índia e Rússia.

20| ESPM

Os Brics devem anunciar o primeiro resultado concreto desde que o grupo foi oficialmente criado, em 2006, uma espécie de um Fundo de Reservas, mas só dos Brics e para os Brics.



Fonte: Folha de São Paulo, 27/03/2013.

O Arranjo de Reservas Contingenciais será uma alternativa dos Brics

- A ao Banco Mundial;
- B ao Banco de Compensações Internacionais;
- C ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;
- D ao Sistema Geral de Preferências Comerciais;
- E ao Fundo Monetário Internacional.

21| ENEM Existe uma cultura política que domina o sistema e é fundamental para entender o conservadorismo brasileiro. Há um argumento, partilhado pela direita e pela esquerda, de que a sociedade brasileira é conservadora. Isso legitimou o conservadorismo do sistema político: existiriam limites para transformar o país, porque a sociedade é conservadora, não aceita mudanças bruscas. Isso justifica o caráter vagaroso da redemocratização e da redistribuição da renda. Mas não é assim. A sociedade é muito mais avançada que o sistema político. Ele se mantém porque consegue convencer a sociedade de que é a expressão dela, de seu conservadorismo.

NOBRE, M. Dois ismos que não rimam. Disponível em: www.unicamp.br. Acesso em: 28 mar. 2014 (adaptado).

A característica do sistema político brasileiro, ressaltada no texto, obtém sua legitimidade da

- A dispersão regional do poder econômico.
- B polarização acentuada da disputa partidária.
- C orientação radical dos movimentos populares.
- D condução eficiente das ações administrativas.
- E sustentação ideológica das desigualdades existentes.

22| UFTM Em 2009, o presidente Barack Obama anunciou um reforço de 30 mil homens. O objetivo era tentar estabilizar o conflito; enfraquecer o Talebã; derrotar seu aliado, a Al-Qaeda; e começar a retirada das tropas em julho de 2011. Com o aumento do contingente militar, os EUA passaram a ter cerca de 100 mil soldados lutando nessa guerra, que já dura nove anos. Em meio a um aumento de civis mortos, os EUA, que lideram a coalizão internacional nessa guerra, tentam uma ofensiva. Tropas americanas e da OTAN cercam a cidade de Kandahar, reduto dos insurgentes, e esperam expulsá-los da região até dezembro de 2010, através da operação "Golpe do Dragão".

(O Estado de S.Paulo, 27.09.2010. Adaptado.)

O texto refere-se

- A à Guerra do Iraque.
- B ao conflito entre Israel e palestinos.
- C à tensão entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul.
- D à crise entre a Rússia e a Ucrânia.
- E à Guerra do Afeganistão.

FRENTE A

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO (P. 33)

01|

Duas das ações:

- Criação da Imprensa Régia;
- Contratação da Missão Artística Francesa;
- Fundação do futuro Jardim Botânico (Real Horto);
- Fundação da futura Biblioteca Nacional (Real Biblioteca);
- Publicação de jornais, periódicos e obras de caráter científico com o aval da Imprensa Régia.

Órgãos do Estado português, agora sediados no Brasil, exerciam a função de fiscalizar e censurar todos os impressos, inclusive os importados, que aqui fossem publicados sob a justificativa de cuidar da moral, da religião e dos bons costumes.

02|

Duas das inovações:

- Biblioteca Real, atual Nacional.
- Academia Real Militar.
- Imprensa Régia.
- Gazeta do Rio de Janeiro.
- Aulas de Comércio.
- Real Horto, atual Jardim Botânico.
- Intendência de Polícia.
- Vinda da Missão Artística Francesa.

Uma das mudanças e sua respectiva consequência:

- Abertura dos portos às nações amigas – rompimento com o pacto colonial.
- Assinatura dos tratados de 1810 com a Inglaterra – aprofundamento da influência comercial britânica.
- Elevação do Brasil a Reino Unido – fim do status de colônia da América Portuguesa.
- Estabelecimento do Rio de Janeiro como capital do Império luso-brasileiro – inversão de papéis entre Portugal e Brasil.

03|

a) Ao decretar a abertura dos portos brasileiros às “nações amigas” em 1808 D. João VI estavam beneficiando, sobretudo, a Inglaterra, então, em plena Revolução Industrial, e o principal país que mantinha relações amigáveis com Portugal. A partir dessa data, os produtos manufaturados ingleses começaram a entrar no Brasil, sendo que a ampliação do controle do mercado colonial seria conseguida, anos mais tarde, com a assinatura do Tratado de Comércio e Navegação em fevereiro de 1810. Esse Tratado garantia à Inglaterra a taxação privilegiada de 15% de impostos sobre os seus produtos

vendidos no Brasil, enquanto que as mercadorias portuguesas pagariam 16% e as dos demais países, 24%.

b) Durante a permanência da corte joanina no Brasil (1808-1821) o Rio de Janeiro passou por uma série de transformações culturais dentre as quais podemos citar:

- A criação do Jardim Botânico;
- A escola de medicina do Rio de Janeiro;
- O Teatro Real;
- A Imprensa Real;
- A Academia Real de Belas Artes;
- A Biblioteca Real.

04|

a) As aspirações de independência e de unidade aparecem ao longo de boa parte da história colonial e monárquica do Brasil. A repressão aos movimentos separatistas e a discussão entre federalismo e centralismo são exemplos dessas aspirações antagônicas. A diferença está nos projetos de organização política e econômica do Brasil. Por um lado, o separatismo e as independências fragmentariam a América lusitana; por outro lado, o unitarismo desejava manter, ainda que pela força, a unidade territorial e procurava impor a construção de um país de dimensões continentais, a partir de um poder centralizado.

b) Como aspiração de “unidade”, pode-se citar como exemplo a outorga da constituição de 1824, de caráter monárquico, centralista, autoritário e sustentada politicamente no poder moderador. Entretanto, a implementação daquela carta gerou reações em algumas províncias coadjuvantes naquela conjuntura política. Um dos mais relevantes exemplos é a Confederação do Equador (1824), republicana e separatista, contrapondo-se aos pilares da monarquia que surgia e servindo, portanto, como exemplo da aspiração de “independência” a que o autor se refere.

05|

a) Segundo o texto, o termo “federação” foi usado equivocadamente como sinônimo de república e de democracia, mas também identificava-se com a autonomia das províncias unidas sob a égide da monarquia.

b) O processo de independência foi alimentado, no âmbito interno, pelos interesses comerciais da aristocracia rural exportadora, que não abria mão da quebra do domínio colonial lusitano iniciada com a abertura dos portos de 1808. No plano externo, a nossa emancipação política atendia aos interesses capitalistas do empresariado britânico empenhado na ampliação dos mercados fornecedores

de matérias-primas e produtos primários e no de mercados consumidores para os produtos industrializados ingleses

ENEM E VESTIBULARES (P. 34)

01 D	07 C	13 D	19 C
02 C	08 B	14 B	20 C
03 D	09 C	15 E	21 C
04 D	10 C	16 B	22 D
05 D	11 B	17 A	
06 B	12 C	18 D	

FRENTE A

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO (P. 54)

01|

Um dos setores e uma das respectivas razões:

- Traficantes de escravos / discordância em relação ao acordo assinado com a Inglaterra pelo fim do tráfico de escravos;
- Comerciantes nativos / insatisfação com as vantagens e privilégios dispensados pelo imperador aos comerciantes portugueses e ingleses;
- Grandes proprietários de escravos e terras / insatisfação com os altos impostos, com a centralização política imposta por Pedro I e com o acordo relativo ao final do tráfico;
- Grupos médios urbanos liberais / defesa do federalismo, reivindicação de reformas à Constituição de 1824, crítica ao endividamento do Estado, aos rumos da Guerra da Cisplatina e ao envolvimento do Imperador na sucessão portuguesa.

Um dos motivos:

- Crise da economia açucareira;
- Gastos com a estruturação do Estado Imperial;
- Dívidas geradas pelas Guerras de Independência e da Cisplatina;
- Acordos comerciais desfavoráveis assinados, principalmente, com Portugal e Inglaterra.

02|

a) Podemos identificar os seguintes aspectos do cenário político brasileiro de abril de 1831: o clamor antilusitano da população brasileira, evidenciado pelo conflito entre brasileiros e portugueses na chamada Noite das garrafadas; a desconfiança da elite política brasileira em relação às pretensões absolutistas do Imperador; a substituição de um ministério composto majoritariamente por brasileiros natos por um formado por pessoas do círculo pessoal do Imperador, denominado por Ministério dos Marqueses.

b) No dia 7 de abril de 1831, por não aceitar as exigências populares referentes ao retorno do Ministério de 20 Março, D. Pedro I, abdicou-se do trono brasileiro em favor de seu filho infante Pedro de Alcântara. Devido à pouca idade do príncipe herdeiro, com apenas 5 anos, estabeleceu-se o chamado período regencial, no qual o poder seria exercido por regentes até a maioridade do príncipe herdeiro.

03|

a) A pintura alude a diversas características do projeto político monárquico, dentre as quais:

- A ideia de soberania da Monarquia frente aos distintos setores da sociedade brasileira recém-emancipada, conforme pode ser observado na presença de diferentes tipos sociais na cena retratada por Debret. O intuito era garantir a legitimidade do poder do Príncipe junto à população.
- A ideia de união das raças com o objetivo de defender o território nacional, conforme pode ser observado na disposição das personagens representadas: indígenas, negros, brancos e mestiços. Essas figuras aparecem em torno do trono, com armas e instrumentos de trabalho em punho, dispostos a defender a Monarquia.
- A referência à Monarquia como instituição protetora da Nação, conforme pode ser verificado na centralidade da personagem que a representa. Essa centralidade é reforçada pela referência ao brasão de D. Pedro I e pela posição ocupada pela figura, que se encontra em plano superior às demais personagens.

b) Foram vários os motivos que levaram à mudança da imagem de D. Pedro I, dentre os quais:

- As atitudes autoritárias, associadas ao caráter absolutista da formação política do Imperador. Essa atitude pode ser observada, por exemplo, na dissolução da Assembleia Constituinte de 1823, na elaboração da Constituição Outorgada de 1824, que legitimou o poder pessoal do Imperador, e na repressão violenta aos participantes da Confederação do Equador, em Pernambuco;
- A dinâmica socioeconômica do I Império, que colocou em choque os interesses das elites brasileiras que tinham na agricultura sua principal atividade econômica, e os interesses das elites portuguesas da Corte, normalmente associados ao grande comércio. Tais di-

vergências, elevadas ao plano político com a formação de dois agrupamentos concorrentes, não conseguiram ser administradas por D. Pedro I;

- A insistência e o insucesso na Guerra da Cisplatina (1825-1828), que teve forte impacto no erário público.

04|

a) Revolta dos Malês: rebelião liderada por escravos africanos islamizados que tentaram implantar na Bahia um Estado de modelo haitiano. Balaiada: violenta revolta de caráter popular, realizada por sertanejos e escravos fugidos. Revolução Farroupilha: revolta de estancieiros gaúchos, de caráter separatista e republicano.

b) Enquanto a Balaiada propunha a libertação dos escravos e melhores condições de vida para os sertanejos, a Farroupilha defendia a manutenção da concentração fundiária e do predomínio da aristocracia rural.

c) No contexto do Período Regencial (1831-40), caracterizado pela grande instabilidade política e pelo antagonismo entre centralistas e federalistas.

05|

a) O texto de Joaquim Nabuco critica o período regencial no Brasil, caracterizado como uma época de “agitação federalista extrema”, de “anarquização das províncias”, trazendo uma ameaça de fragmentação política do Brasil.

b) O período regencial foi chamado de “uma experiência republicana federalista”, a partir da ocorrência da ausência de um rei soberano no comando da Nação, ficando o governo sob responsabilidade dos regentes, que teria enfraquecido o poder centralizado no país. A criação das Guardas Nacionais, que atuavam principalmente nos municípios, paróquias e curatos, servindo de instrumento político armado para as elites locais, também deve ser mencionada, assim como a criação do Ato Adicional de 1834, visto comumente como o grande marco das medidas descentralizadoras do período regencial. Deve, também, mencionar a criação dos Códigos Criminal (1830) e de Processo Criminal (1832), que determinavam a escolha de júris populares escolhidos localmente, bem como deixavam aos poderes locais a escolha dos membros do judiciário.

ENEM E VESTIBULARES (P. 55)

01 C	05 B	09 C	13 C
02 A	06 A	10 A	14 B
03 A	07 E	11 D	15 A
04 A	08 B	12 C	16 E

FRENTE A

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO (P. 80)

01|

a) Eram duas as formas de trabalho do escravo urbano:

- 1) A escravidão doméstica, que se voltava para o atendimento das diversas demandas dos senhores em relação à casa e à família;
- 2) O escravo de ganho, que recebia uma cota dos rendimentos auferidos na prestação de seus serviços (comércio, artesanato, dentre outros), podendo, assim, juntar recursos para a compra de sua alforria.

b) Segundo Alencar, a representação do escravo como demônio decorre da posição ambígua que ele ocupava no seio da família: partilhava da vida íntima dos senhores e, ao mesmo tempo, produzia intrigas. Essa ambiguidade levava à associação do escravo com a metáfora do demônio, na medida em que ele colocava em risco os valores morais vigentes.

02|

a) Os africanos não foram sujeitos passivos e apenas vítimas do tráfico negreiro. Tal comércio esteve assentado numa organização comercial complexa que pressupunha a participação ativa dos africanos, tanto na captura e venda, como nos transportes dos cativos. Por essa razão, não se pode mais identificar o tráfico negreiro como o resultado apenas dos interesses mercantis europeus, sem que se leve em conta a dinâmica de escravidão do próprio continente africano, onde o cativo já era prática comum entre as tribos. A literatura tradicional salientava a posição dependente dos comerciantes africanos no tráfico. Pensava-se que os preços cobrados pelos escravos eram baixos e constantes, e que o tráfico fora dominado por europeus. Novos estudos demonstram que a mistura de bens que compunha o preço de cada região tendia a variar com o tempo e refletia a transformação das condições de oferta e procura. Assim, os comerciantes africanos ajustavam sua demanda de bens, respondendo às condições do mercado. Com isso, as sociedades africanas transformaram essa demanda com o enriquecimento dos setores ligados ao comércio de cativos, o que provocou alterações nas formas tradicionais de organização política e social.

- b)
- A despeito da pressão inglesa, o Império brasileiro estava baseado na ordem escravocrata. Nesse sentido, em termos práticos, era temerária qualquer atitude mais consistente em relação ao tráfico de negros, pois isso colocaria em risco a própria base do sistema que se procurava construir;
 - Desde a década de 1830, a cafeicultura no vale do Paraíba havia se tornado a principal atividade agroexportadora do Brasil. Os chamados barões do café fortaleceram sua posição econômica e política e obstaculizaram qualquer política mais eficaz de ataque ao tráfico negreiro após 1831;
 - O Brasil era um jovem país independente, cujas bases políticas eram formadas por escravocratas;
 - É possível também que o aluno destaque a pressão inglesa e as dificuldades da Inglaterra em inibir o tráfico num país independente.

03|

1. A decretação da Tarifa Alves Branco, em 1844, que aumentava as taxas alfandegárias entre 30 e 60%, estimulando assim uma incipiente industrialização, principalmente no sudeste.
2. A Lei Eusébio de Queiroz de 1850, que extinguiu o tráfico de escravos, liberando recursos que puderam ser investidos em outros setores como bancos, indústrias, companhias de seguros, navegação, transporte urbano, e etc.
3. O governo ainda isentava de impostos a importação de maquinarias e facilitava o crédito dos investidores nos setores de serviços.

04|

As condições de possibilidade de crescimento das atividades empresariais do Visconde de Mauá podem associar-se ao bom desempenho das exportações de café, que, de uma certa forma, promoveram oportunidades decorrentes da entrada de divisas, à aprovação da Tarifa Alves Branco (1844), que aumentava o imposto sobre produtos importados encarecendo-os e, por esta via, abria oportunidades para a produção de similares nacionais, e a Lei Eusébio de Queiroz (1850), que aboliu o tráfico de escravos para o país. Os capitais até então investidos no tráfico puderam ser canalizados para outras atividades, entre as quais os empreendimentos de Mauá.

05|

- a) De acordo com o texto, o regime republicano associou a escravidão ao atraso, e a abolição da escravatura à modernização do país. Desse modo, os republicanos se autorrepresentaram como libertadores que se recusaram a perseguir escravos fugitivos, como redentores da pátria livre, ao mesmo tempo em que reforçavam a relação da privação da liberdade dos escravos ao regime monárquico, derrubado pelos mesmos republicanos.
- b) A chamada questão militar, uma série de desavenças entre a monarquia e o exército brasileiro, expressava o descontentamento dos militares com Pedro II, sobretudo após a participação na Guerra do Paraguai, quando os oficiais reivindicavam maior participação no cenário político. A incorporação do positivismo e do abolicionismo por membros da hierarquia militar potencializou as críticas à administração de Pedro II e fez com que esses militares assumissem a liderança no processo de proclamação da República.

06|

- a) Podemos identificar a maior presença de estrangeiros nas atividades manufatureiras e industriais, portanto mais especializadas, enquanto que os brasileiros predominam nas atividades agrícolas. Destaca-se ainda o fato de que entre os nacionais prevalece uma porcentagem bem maior de indivíduos sem profissão, o que não ocorre na população de estrangeiros.
- b) Devemos levar em consideração os seguintes elementos: No sul havia a possibilidade de o imigrante adquirir parcelas de terras, o que possibilitava o empreendimento rural com maior autonomia; além disso, incentivava a agricultura de alimentos (visando o abastecimento do mercado interno) e a ocupação de terras no interior. No sudeste, principalmente em São Paulo, por outro lado, os imigrantes eram dirigidos majoritariamente para as plantações agroexportadoras e na condição de colonos e de trabalhadores livres rurais.

07| B

08|

- a) A colonização portuguesa na Zona da Mata de Pernambuco e do Recôncavo baiano foi favorecida pelas extensas manchas de solo do tipo massapê, pela presença de excelentes portos naturais e pela proximidade da metrópole, o que barateava o frete marítimo internacional. Todas essas condições geográficas con-

tribuíram para a organização da grande empresa açucareira dirigida para a exportação.

- b) O povoamento do Oeste paulista, no século XIX, teve como principal causa a multiplicação dos latifúndios exportadores de café.

ENEM E VESTIBULARES (P. 82)

01 E	06 B	11 E	16 B
02 C	07 E	12 D	17 C
03 D	08 D	13 B	18 B
04 D	09 B	14 C	
05 B	10 B	15 A	

FRENTE B

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO (P. 115)

01|

Os dois fragmentos demonstram o conflito entre Estado e Igreja, característico do período medieval, em que a formação das monarquias nacionais esbarra nos terrenos da Igreja católica — isto é, o poder temporal, dos reis, é limitado pelo poder universal ou espiritual da Igreja. Esta detinha, além da esfera ideológica, a capacidade de legislar em terrenos tributários e políticos; tal capacidade foi contestada pelas autoridades reais, pelos reformadores da Igreja. Dessa forma, a hegemonia católica começou a entrar em colapso, pon-do em risco a unidade cristã propagada pela instituição.

A questão iniciada como um conflito verbal assumiu proporções políticas mais graves na gestão do rei francês Felipe IV, o Belo (1285-1314), em que se iniciou o chamado Cisma do Ocidente. Aproveitando-se dos conflitos no seio da Igreja, o rei impôs-lhe sua autoridade, transferindo a sede da instituição para a cidade de Avignon (sul da França) e indicando o francês Clemente V como substituto do papa Bonifácio VIII. Esta passagem, conhecida como Cativo da Babilônia ou de Avignon, denota a força dos reis franceses sobre o Papado no período de 1307 a 1377.

02|

No final da Idade Média, com o renascimento comercial e urbano e a intensificação do processo de desestruturação do feudalismo, a cidade passou a significar para o homem medieval uma nova opção de sobrevivência que o desvinculava da compulsoriedade feudal. Na ci-

dade a atividade comercial, embora fundada numa nova hierarquia social com as corporações, era vista como uma legitimação da liberdade por quebrar a antiga estratificação baseada no ordenamento divino da sociedade. Dessa maneira, o imobilismo social foi substituído pela aceitação da possibilidade de mudanças. Com isso, no final da Idade Média, foi no mundo urbano que surgiram as principais transformações econômicas, sociais e políticas, imbricadas com uma nova mentalidade, justificando o adágio popular: "O ar da cidade torna o homem livre".

03|

a) Os fatores conjunturais, apontados normalmente na análise da crise do século XIV, são: a Peste Negra, decorrente da total falta de estrutura higiênica das cidades medievais, aliada a um crescimento urbano caótico e rápido na baixa idade média. A Guerra dos Cem Anos, entre a França e Inglaterra, completava o quadro de desagregação da estrutura feudal e agravava a exploração das camadas camponesas, acarretando a explosão de inúmeras revoltas. Juntos, estes fatores cristalizaram a imagem do século XIV como período de crise.

b) A questão da "ruptura", enunciada na questão, relaciona-se aos elementos estruturais da crise do século XIV. A crise anunciava não a eliminação abrupta do regime feudal, o que ocorrerá apenas no século XIX, mas inicia-se um período de transformação da sociedade europeia a partir do reforço da dinâmica comercial, do lento declínio da nobreza feudal, do fortalecimento gradual da burguesia. A ampliação vultosa do comércio foi uma das alavancas para a superação da crise que exigiu a retomada da expansão europeia, ultrapassando as fronteiras do continente: iniciava-se o período das grandes navegações que antecipava, em certa medida, uma nova forma de domínio do homem sobre o mundo. A modernidade apresentava-se ao mundo.

04|

Economicamente, a reabertura do Mediterrâneo (renascimento comercial com o controle da pirataria moura, a presença das cidades comerciais italianas e a retomada dos contatos com o oriente); socialmente, a ascensão da burguesia (a nova classe de comerciantes e artesãos livres que habitava a cidade).

05|

- a) Trata-se de corporações que se destinavam à produção de manufaturas, vindo depois a comercializá-las, em escala restrita às necessidades da sociedade.
- b) Nota-se a presença do artesão – proprietário da corporação de ofício – e de seu aprendiz, que detém seus meios de produção (as ferramentas), e assim como o artesão conhece todo o processo de confecção do produto a ser comercializado, contudo se submete ao artesão.

06|

1. Desorganização na produção de alimentos.
2. Queda na quantidade de mão-de-obra disponível / Declínio demográfico.
3. Expansão da fome; aumento da dependência dos servos frente aos senhores de terras.
4. Estagnação do comércio, aumento da carestia dos produtos.
5. Revoltas camponesas em consequência do aumento dos tributos / Fuga dos camponeses para as cidades.
6. Desarticulação da estrutura feudal.

07|

O geocentrismo foi aceito, já que a Igreja Católica difundia a ideia de que Deus era o centro de todas as coisas, logo "Criador dos Céus e da Terra".

08|

- a) Crise do feudalismo e peste Negra.
- b) Renascimento Comercial e urbano.
- c) A centralização política nas mãos do rei, tornando-se absoluto e soberano sobre todas e qualquer esferas de poder, e exercendo domínio e diretriz sobre as crises sociais.

09|

a) Segundo o texto, entre os aspectos que definem a novidade da Inquisição fundada pelo papa Sisto IV, destacam-se os seguintes:

Trata-se de uma nova Inquisição;

Foi instaurada para atender a um pedido dos monarcas espanhóis;

Atribuía os desvios à doutrina católica à atitude tolerante dos bispos;

Atribuía uma responsabilidade que até então era exclusiva da Igreja, por intermédio da figura do papa, aos monarcas espanhóis;

A Igreja passava a utilizar a autoridade secular (os monarcas) para tratar de questões doutrinárias.

b) As perseguições aos judeus durante a Inquisição provocaram, entre outros:

A fuga de parte deles para regiões onde havia maior tolerância religiosa;

A cristianização de alguns, dando origem aos cristãos novos;

A realização de cultos religiosos de forma secreta;

A tortura e a morte dos que insistiam nos seus cultos.

Destaca-se, ainda, que no período de Fernando de Aragão, em 1480, alguns judeus foram isolados em bairros separados – as judiarias.

10|

- Urbanísticas — origem nos burgos; cidades muradas; ruas estreitas e sujas; — influência da concentração de profissões na formação dos bairros.
- Sociais — predominância dos homens livres, burgueses, trabalhadores livres e servos; — atração de populações servis da área rural para as cidades autônomas; permanência da nobreza e do clero no controle de cidades não-autônomas.
- Organização do trabalho — controle das corporações de ofícios, que exerciam rígida estrutura interna e controle da produção e do mercado.

ENEM E VESTIBULARES (P. 117)

01 D	06 B	11 B	16 A
02 A	07 A	12 D	17 B
03 C	08 D	13 E	18 D
04 E	09 E	14 A	
05 A	10 D	15 A	

FRENTE C

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO (P. 128)

01|

- a) Absolutismo monárquico.
- b) Os principais ideólogos do Absolutismo defendiam a soberania do Estado sobre o indivíduo, por meio de teses como a do "direito divino" e da "soberania do Estado". A primeira tese pressupunha que o poder do rei provinha diretamente de Deus e contestar o soberano significava opor-se à vontade divina. A segunda tese defendia que as leis de uma nação dependiam exclusivamente da vontade do rei, representante supremo do Estado.

02|

Duas das práticas:

- Monopólio do exercício da força;
- Formação de um exército regular;
- Respeito às leis fundamentais do reino;
- Concentração de poder político nas mãos do soberano.

03|

Século XV ao XVIII.

Práticas superadas:

- Economia agrícola e autosuficiente;
- Autonomia de feudos e cidades;
- Hierarquia social estamental;
- Poder pessoal do senhor feudal;
- Cultura teológica – subordinação à universalidade da Igreja Católica.

Princípios estabelecidos:

- Ênfase na cultura racional e científica;
- Centralização do poder na pessoa do Rei;
- Fortalecimento das relações comerciais;
- Desenvolvimento dos centros urbanos – fortalecimento da burguesia;
- Adoção de língua, moeda e legislação nacionais;
- Soberania do Estado no território nacional; exército permanente;
- Flexibilização da sociedade estamental com a ascensão da burguesia comercial.

04|

a) Esses emblemas se associam ao Absolutismo, no caso do reinado de Elizabeth I (1558-1603), e à Revolução Gloriosa, no caso da Declaração dos Direitos.

b) No caso do Absolutismo, cujo apogeu se encontra no reinado de Elizabeth I, há uma concentração de poder nas mãos da realeza e o conseqüente enfraquecimento do Parlamento. Por sua vez, a Revolução Gloriosa assegura a supremacia do Parlamento em consonância com o enfraquecimento do poder real. Por esse motivo, a Declaração dos Direitos emerge do processo revolucionário.

05|

a) Absolutismo.

b)

I.

- Grande intervenção do Estado na economia;
- Adoção de práticas mercantilistas (tais como: busca de uma balança comercial favorável, metalismo ou bulionismo,

grande ênfase no desenvolvimento das atividades comerciais e manufatureiras, protecionismo alfandegário, criação de monopólios comerciais, exploração colonial);

- Supressão de barreiras particularistas no interior da monarquia objetivando a criação de um mercado interno unificado (criação da moeda única, unificação do sistema de pesos e medidas etc);
- Criação de uma série de tributos gerais que recaiam principalmente sobre os mais pobres;
- Crescente fortalecimento da burguesia mercantil.

II.

- Processo crescente de centralização do poder político nas mãos da monarquia;
- Surgimento dos exércitos regulares;
- Criação de um aparato burocrático centralizado;
- Formulação de uma política internacional de Estado (surgimento da diplomacia);
- Codificação do direito romano;
- Diminuição da influência da Igreja nas questões do Estado;
- Delimitação cada vez mais precisa das fronteiras dos Estados.

ENEM E VESTIBULARES (P. 129)

- 01| B 04| C 07| 09 10| E
 02| C 05| D 08| D
 03| A 06| C 09| A

FRENTE C

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO (P. 141)

01|

O processo de “cercamentos”, ocorrido a partir do final da Idade Média, instituiu pastagens “cercadas” para a criação de ovelhas, cuja lã deveria abastecer os teares das manufaturas em expansão na Inglaterra e na Holanda. Esse processo resultou na expulsão dos camponeses e de pequenos proprietários ingleses das terras antes ocupadas pela agricultura, assim como na extinção da maior parte das terras comunais ligadas às aldeias, até então exploradas pelos camponeses moradores destas aldeias. A ilha imaginada pelo humanista More não poderia ser reconhecida em nenhum lugar já conhecido pelos europeus, ou seja, tratava-se de um lugar ideal, com propriedade coletiva, onde não haveria privações e reinaria a felicidade.

02|

Devemos relacionar as descobertas ultramarinas – que possibilitaram o conhecimento de novos territórios, povos e espécies da fauna e da flora –, com o movimento intelectual e criativo pelo qual passava a Europa de então.

03|

a) É possível citar várias características do Renascimento entre as quais podemos destacar: o humanismo, o antropocentrismo, a valorização da razão e da observação e a crítica aos argumentos de autoridade.

b) O ambiente urbano propicia uma maior circulação de pessoas e de idéias. É no ambiente urbano também que se concentram setores sociais com maiores condições de acesso a formas variadas de conhecimento, há uma maior afluência de riqueza que favorece o financiamento de atividades artísticas e culturais. Enfim, é no ambiente urbano que se encontram os artistas, os intelectuais e o seu respectivo público.

c) Tanto a Itália quanto os Países Baixos eram os centros dinâmicos do revigorado comércio europeu na Baixa Idade Média, fazendo a ligação entre o Mediterrâneo e o mar do Norte, especialmente para a distribuição dos artigos de luxo e especiarias do Oriente. Esse dinamismo comercial contribuía, por sua própria natureza, para o desenvolvimento urbano.

04|

O neoplatonismo no contexto renascentista reafirmava o individualismo, o racionalismo e o humanismo. A ciência, fundamentada no conhecimento da natureza e da razão, e a arte, baseada na inspiração e na emoção, unidas ampliavam o conhecimento do homem e o aproximariam de Deus. Ciência e arte não são percebidas de forma antagônica, mas sim, complementares. Assim, “conhecer Deus é conhecer o homem”.

ENEM E VESTIBULARES (P. 142)

- 01| C 03| B 05| B 07| E
 02| E 04| B 06| D 08| B

FRENTE C

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO (P. 155)

01|

a) **Luteranismo:** salvação da alma por meio da fé e livre interpretação da Bíblia.

Anglicanismo: reconhecimento do rei como chefe supremo da Igreja da Inglaterra.

Calvinismo: salvação da alma por meio da predes – tinação e adequação do cristianismo ao capita – lismo nascente, por meio da justificação do lucro e da usura.

- b) O luteranismo apoiava-se na nobreza de origem feudal e por isso expandiu-se pela Europa Setentrional, onde aquela camada ainda possuía grande influência; e o calvinismo expandiu-se por diversos países porque encontrou grande receptividade junto à burguesia, à qual interessava a postura de Calvino favorável às práticas capitalistas. Já o anglicanismo, se concentrou na Inglaterra porque reconhecia o soberano inglês como chefe supremo da Igreja Anglicana.
- c) Além de justificar o lucro, a usura e considerar a riqueza um indício de salvação da alma, o calvinismo, ao valorizar o trabalho, a poupança e a prática de uma moral rigorosa, criou uma ética que estimulava a acumulação capitalista.

02|

- a) Na Contrarreforma: estabelecimento de princípios moralizadores e disciplinares para os membros do Clero; atuação na área da educação e monopólio do ensino em diversas regiões.
- b) No Novo Mundo: evangelização de povos indígenas; influência discutível quanto à interferência nas culturas indígenas locais e na organização dos aldeamentos; ambiguidade quanto à defesa da escravidão de africanos e combate à escravidão de indígenas; organização de colégios.

03|

1) A Reforma Protestante.

2)

a) Podemos destacar entre outros aspectos: a dinamização das transações mercantis e o fortalecimento da burguesia atrelada ao fim da condenação da usura, sobretudo nas monarquias protestantes.

b) Podemos destacar entre outros aspectos: questionamento do poder do papa como autoridade maior do mundo cristão; cisão da cristandade e surgimento de distintas igrejas protestantes; incentivo à livre interpretação da Bíblia no mundo protestante, acirramento dos conflitos religiosos culminando com o fortalecimento da inquisição nas monarquias católicas.

04|

a) Podemos perceber, a partir da leitura do texto, que, para Lutero, o homem não pode salvar-se por seus próprios esforços, mas pela fé na justiça divina. Lutero acreditava também na predestinação, isto é, alguns homens estariam predestinados à salvação e outros à condenação eterna.

b) Poderiam ser mencionados vários aspectos da Contra-Reforma, entre eles a fundação de ordens religiosas, como a Companhia de Jesus, a elaboração de um Índice dos Livros Proibidos e a criação de seminários.

05|

a) Durante a Idade Média, a partir do momento em que os monarcas converteram-se ao cristianismo, a Igreja Católica passa a tornar-se uma organização formal e seu papel é decisivo na história do mundo ocidental. No entanto, apesar do crescente poder da Igreja Católica, destacam-se as heresias. Eram chamados hereges os que rechaçavam com persistência parte das doutrinas professadas pela Igreja Católica. As mais célebres heresias, e que reuniram mais adeptos, foram a dos "albigenses" ou cátaros e as guerras hussitas.

A Igreja Católica reagiu às heresias usando a violência e convocando as cruzadas contra os hereges; durante o pontificado do Papa Gregório IX, o concílio de Toulouse criou os "inquisidores da fé". Para combater as heresias, criaram-se também ordens religiosas, como os franciscanos e dominicanos.

b) O luteranismo e o calvinismo podem ser considerados como "heresias que deram certo", possibilitando a ruptura da unidade da Igreja Católica.

Surgiu, assim, o movimento conhecido por Reforma. O êxito do calvinismo e do luteranismo deve ser entendido dentro do contexto cultural, político e econômico que marcava o início da Idade Moderna. O humanismo e o antropocentrismo do Renascimento deram origem a uma postura cética em relação à Igreja Católica, mas foram poucos os que adotaram essa postura. A partir do momento em que foi impressa, a Bíblia tornou-se acessível a milhares de pessoas, que podiam lê-la e compará-la ao que era dito pelos sacerdotes e a condenar certas práticas do clero católico, como a venda de indulgências.

O sucesso da Reforma também esteve, de alguma maneira, associado ao processo de consolidação das monarquias nacionais. A Igreja Católica constituía-se em uma instituição supranacional à qual o poder dos estados deveria submeter-se. A afirmação das monarquias nacionais como estados plenamente soberanos passava, portanto, pela condenação de qualquer forma de poder supranacional.

Calvino desenvolve a Teoria da Predestinação e faz o Estado subordinado à Igreja. O calvinismo propõe o trabalho como

forma de retirar o homem do pecado. A ética medieval católica condena a acumulação de capitais e o empréstimo a juros. Assim, entre os protestantes, teria havido maior propensão ao desenvolvimento das atividades capitalistas.

ENEM E VESTIBULARES (P. 156)

01 C	05 E	09 C
02 VVVFF	06 E	10 B
03 D	07 23	11 31
04 B	08 03	

FRENTE C

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO (P. 162)

01|

a) A imagem apresentada se refere a dois princípios do mercantilismo:

- Metalismo: consiste na política de acumulação de metais preciosos, mensurando a riqueza econômica de um país por meio da quantificação de ouro ou prata por ele adquiridos, valorizados como moeda de troca e capital. Percebe-se tal característica na imagem por meios das linhas de fluxo de prata (América Espanhola para Europa) e ouro (América Portuguesa para Europa).

- Valorização do comércio e balança comercial favorável: a economia da colônia é integrada à economia da metrópole, o que significa que a colônia fornece à metrópole produtos tropicais para a comercialização com outros Estados Nacionais (no mapa, observam-se as linhas de fluxo, da América para a Europa, de produtos como açúcar, tabaco, cacau e pele). Ao mesmo tempo, a colônia funciona como entreposto comercial, recebendo produtos manufaturados da metrópole. Desse modo, a metrópole aumenta suas exportações e diminui suas importações, garantindo uma balança comercial favorável.

b) A imagem apresentada se refere à relação entre metrópoles e colônias por meio da visualização do:

- Comércio triangular: constituía-se nas rotas de navegação executadas pelo comércio entre metrópoles e colônias. A imagem evidencia a ligação entre os três continentes (Europa, América e África) e suas respectivas funções comerciais. A Europa fornecia produtos manufaturados para a América; a África fornecia mão de obra escrava para a produção colonial; a América fornecia produtos tropicais para a Europa. Nesse sentido, a dinâmica comercial fortalecia a relação entre os territórios coloniais e metropolitanos.

- Pacto colonial: estabelecia que a colônia, além de ser produtora de matérias-primas, devia comercializar apenas com a metrópole (exclusivo comercial ou monopólio comercial). Na imagem, observam-se indícios do pacto colonial nas trajetórias de produtos (açúcar, tabaco, cacau, prata e ouro) das colônias para as metrópoles espanhola e portuguesa. Da mesma forma, o pacto colonial gerava o impedimento de produção de manufaturados nos territórios coloniais, sendo esses importados da metrópole, conforme se observa na trajetória expressa na imagem.

02|

- a) Razões para o pioneirismo português na expansão marítima.
1. Posição geográfica favorável.
 2. Paz interna, relativa estabilidade política.
 3. Formação/reunião de navegadores, matemáticos, geógrafos e astrônomos.
 4. Tradição marítima: experiência com atividade pesqueira.
 5. Pioneirismo na formação do Estado Nacional Moderno
- b) Características do Mercantilismo
1. Metalismo: acumulação de metais preciosos dentro do território nacional. Identificação entre a riqueza de um país e a quantidade de moedas em circulação no seu território.
 2. Protecionismo: direito exclusivo dos governos sobre a comercialização de certos produtos em todos os seus domínios, principalmente nas colônias (pacto colonial). Imposição de barreiras tarifárias aos produtos estrangeiros.
 3. Balança comercial favorável: A balança comercial é favorável quando se exporta mais que importa. Estímulo à produção manufatureira e diminuição das importações. Posse de colônias de exploração como forma de garantir a balança comercial favorável.
 4. Colonialismo: Conquista e domínio de territórios ultramarinos. A colônia como uma economia complementar à metrópole, com produção totalmente voltada à exportação.

03|

1. Metalismo, prática dominante do mercantilismo ibérico.
2. O acúmulo de metais preciosos seria condição básica para o fortalecimento de poder real por meio da consolidação do aparato político, burocrático e militar das monarquias.

3. A citação faz referência aos problemas decorrentes da política mercantilista ibérica. A prioridade dada à acumulação de metais para a sustentação de uma sociedade fortemente aristocrática impediu o desenvolvimento econômico interno espanhol. Essa situação exigiu a importação de bens agrícolas e manufaturados em grande quantidade, provocando o escoamento das riquezas americanas para outros países. Neste sentido, a Espanha era as “Índias de outros Reinos Estrangeiros”.

04|

- a) As principais características do Mercantilismo são intervencionismo, monopólio do comércio, protecionismo, balança comercial favorável e Metalismo.
- b) A colonização europeia — especialmente a espanhola e a portuguesa — caracterizou-se pelo Pacto Colonial, isto é, pelo monopólio comercial exercido pelas metrópoles. As colônias eram propriedades das monarquias absolutistas, que as controlavam por meio de políticas mercantilistas.

05|

Colônias de exploração — produção para o mercado externo, relações de trabalho escravistas, estrutura fundiária concentrada. Colônias de povoamento — produção para o mercado interno, relações de trabalho livres, estrutura fundiária

ENEM E VESTIBULARES (P. 163)

01| A 04| C 07| C 10| D
 02| D 05| E 08| D
 03| 06 06| B 09| A

FRENTE A

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO (P. 173)

01|

A Revolução Comercial deslocou o eixo comercial europeu das rotas que privilegiavam o Mar Mediterrâneo para as que utilizavam a navegação do Oceano Atlântico.

Uma das consequências para a economia europeia:

- acumulação de capitais;
- crescimento do tráfico de escravos;
- fortalecimento econômico da burguesia;
- acesso a novas fontes de metais preciosos;
- consolidação de práticas econômicas mercantilistas;
- aumento do consumo de produtos extra-europeus, como as especiarias;
- processo inflacionário derivado do afluxo de metais preciosos americanos.

Uma das consequências para a economia dos outros continentes:

- submissão aos interesses mercantilistas dos Estados europeus;
- incorporação de práticas econômicas ditadas pelos interesses europeus;
- perda da posse da terra e de outros bens materiais por populações nativas;
- desorganização, eliminação ou retração de práticas econômicas autossuficientes;
- utilização do tráfico interno ou externo de trabalhadores como estratégia de ação econômica.

02|

- a) Dentre os principais fatores podemos destacar os interesses comerciais da burguesia europeia, que buscava descobrir novas rotas para o Oriente a fim de obter especiarias e outras riquezas. Podemos citar também a expansão territorial promovida pelas monarquias nacionais e as motivações religiosas e cruzadísticas, de difusão do cristianismo e busca do paraíso — localizado, segundo a cartografia medieval cristã, no Oriente.
- b) O Império Marítimo Português estabeleceu, no Oriente, domínios sobretudo comerciais, com o intuito de obter especiarias para distribuir no mercado europeu. No caso americano, o domínio foi motivado por questões territoriais e, posteriormente, pela exploração de culturas tropicais, no sistema de “plantation”.

03|

Os critérios são relativos porque respondem a uma visão unilateral quanto aos valores culturais ocidentais. Para o autor a verdadeira “barbárie” consiste em não aceitar uma determinada cultura em prol de uma visão ocidental, e supostamente civilizatória.

O conceito de “bárbaro” relaciona-se, na concepção de Lévi-Strauss na não aceitação da contradição. A noção de civilização implica a superação das diferenças em prol de um entendimento e interpretação das diversas culturas. Propiciando, desta maneira, a supremacia da ideologia ocidental.

04|

Porque caberia ao Estado, representado pelo rei, coordenar os esforços econômicos (inclusive com utilização de investimentos particulares), técnicos e militares para a realização das viagens ultramarinas e de seu desdobramento lógico: a conquista colonial para fins de exploração mercantil.

05|

Duas das motivações:

- espírito cruzadista do povo português;
- expansão da fé cristã;
- busca de ouro, pimenta, marfim e escravos na África;
- procura de caminho marítimo para área de especiarias (Índias);
- busca de terras para a nobreza na Europa;
- estabelecimento de relações comerciais com os chefes africanos.

O encontro e a exploração de novos territórios produziram trocas culturais, políticas e comerciais, ampliando o mundo até então conhecido pelos europeus.

ENEM E VESTIBULARES (P. 174)

- 01| B 04| B 07| A 10| 20
 02| D 05| B 08| D
 03| D 06| A 09| C

FRENTE C

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO (P. 186)

01|

Conteúdo: Mundo na modernidade. A revolução industrial: aspectos culturais, sociais e econômicos. O Mundo contemporâneo. A consolidação do capitalismo: dominação, conflitos e resistências. Globalização, neoliberalismos, a questão ambiental e a sociedade do conhecimento.

- a) O surgimento da manufatura, a urbanização, o surgimento do proletariado, o surgimento da indústria de bens de capital, a expulsão do homem do campo, o cercamento das terras, a exploração do trabalho assalariado.
- b) Podemos articular uma reflexão demonstrando como o desenvolvimento tecnológico pode contribuir para o desenvolvimento humano e até mesmo para a preservação ambiental. Essas tecnologias não estão, contudo, disponíveis para todos, o que reforça a desigualdade existente. Em suma, o devemos argumentar sobre os aspectos contraditórios das relações entre desenvolvimento tecnológico e bem-estar social.

02|

	I Revolução Industrial	II Revolução Industrial
Onde e quando ocorreu?	Inglaterra, por volta de 1760.	Europa Ocidental, EUA e Japão, por volta de 1870.
Qual foi o tipo de energia motriz utilizada?	Carvão mineral.	Petróleo e energia elétrica.
Qual o principal tipo de indústria?	Têxtil.	Variadas, com destaque para as de bens de consumo duráveis e a indústria pesada.

03|

- a) Segundo o texto, antes da Revolução Industrial, o passado era visto como um modelo e os velhos representavam a sabedoria e a experiência. Depois da revolução Industrial, a experiência perdeu importância, porque o que caracteriza cada geração não é mais a sua semelhança com a anterior, mas a sua novidade.
- b) A revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX, entre outras transformações, mecanizou a produção, levando à perda do controle por parte do trabalho sobre o processo de trabalho. Isso foi o fim do artesanato como sistema de produção predominante e deu origem ao sistema fabril.

04|

- a) O termo usado por Charles Fourier (idealizador dos Falanstérios e ligado à tradição do socialismo utópico) faz referência às duras condições vividas pelos operários fabris na Inglaterra. As fábricas concentrando homens, mulheres e até crianças e submetendo-os a longas jornadas de trabalho e baixíssimos salários, aos olhos de Fourier assemelhavam-se a “viveiros de mendigos”.
- b) O fragmento foi escrito em 1808, período em que se deram as guerras napoleônicas e o Bloqueio Continental. Provavelmente, devido aos conflitos entre França e Inglaterra e seus desdobramentos, Fourier está afirmando que a Inglaterra “bloqueia as comunicações”.

05|

1. A Inglaterra tinha disponibilidade de capitais acumulados através do mercantilismo empreendido ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, além da abundância de matérias-primas – lã, oriunda da criação de ovelhas – e fontes de energia, como o carvão mineral.
2. O cercamento dos campos para a criação de ovelhas dispensou grandes contingentes para as cidades, que se constituíram ora como mão-de-obra, ora como consumidores. Os enclausures dessa forma viviam lã – matéria-prima do setor têxtil, que se tornou um dos setores de maior relevância no início da industrialização.

ENEM E VESTIBULARES (P. 187)

- 01| E 05| E 09| V F V F V
 02| C 06| D 10| C
 03| E 07| D
 04| D 08| B

FRENTE C

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO (P. 196)

01|

- a) Cada um dos textos constrói uma interpretação para os fenômenos naturais, tal como segue:
- Em Decameron, a voz narradora interpreta a causa da Peste Negra como expressão da vontade divina, identificando a epidemia como “iniciativa dos corpos superiores” ou celestes. Além disso, ao destacar a pestilência como manifestação de uma “justa ira divina”, o narrador responsabiliza as próprias vítimas pela dizimação que assolou a Europa, compreendendo que os atos humanos assumiram papel preponderante para a ocorrência do fenômeno. Assim, os homens provocaram a ira divina, que, por conseguinte, enviou a peste como punição legítima e exemplar;
 - Em Cândido, a fala da personagem Pangloss formula uma explicação natural para o terremoto, identificando em fatores geográficos as causas da ocorrência do fenômeno (“há com certeza uma corrente subterrânea de enxofre”). Além disso, ao se referir a outros terremotos, como o que havia ocorrido em Lima (Peru), a personagem constrói uma explicação baseada na formulação de leis naturais (“iguais causas, iguais efeitos”), ao invés de recorrer à ação do sobrenatural. Com essa interpretação racional, não se culpabiliza os habitantes de Lisboa (Portugal) pelo desastre que lhes abateu. Em virtude disso, a ação humana não tem papel ou interferência na causa do fenômeno.
- b) O texto 2, de Voltaire, associa-se à filosofia iluminista ao combater a supremacia das concepções religiosas na construção de sentidos para o mundo e para a história. No século XVIII, a compreensão do mundo era fortemente mediada pela crença no sobrenatural, identificando a intervenção divina nos acontecimentos e nos aspectos do cotidiano. Decorre disso o fato de o terremoto em Portugal ter sido compreendido por muitos como punição divina aos habitantes de Lisboa. Tal imaginário religioso é representado, no fragmento, pela figura descrita como “homenzinho de preto, familiar da Inquisição”, que compreende a realidade a partir da crença na queda humana e no castigo divino. Em contraposição a essa visão de mundo, o texto recorre a um tipo de explicação baseada no método comparativo (“iguais causas, iguais efeitos”) e na demonstração (“é a coisa mais demonstrada que existe”). Com isso, são expressos princípios da filosofia iluminista, que preconizava o uso da razão, estabelecendo que o conhecimento deveria adquirir caráter lógico ou empírico.

02|

a) Serão consideradas, positivamente, as citações sobre as principais ideias do Iluminismo e suas respectivas características, entre outras citações afins ou correlatas:

- O Iluminismo foi um movimento cultural e filosófico que agitou as elites durante o século XVIII na Europa, que mobilizou a razão no sentido de transformar a sociedade e o pensamento existentes e representou um momento de intenso intercâmbio cultural.
- A principal ideia era o uso da razão e não da consciência religiosa como instrumento para a emancipação humana.
- O Iluminismo constituiu-se como um conjunto de concepções de grande influência em diversos domínios: político, filosófico, social, econômico e cultural.
- Outro pressuposto fundamental consistia na defesa da liberdade humana, reivindicando o fim de tudo aquilo que prendesse ou mantivesse os homens na servidão. Ele contestava o Absolutismo monárquico que defendia a tese do poder divino dos reis, visto defender a soberania como emanção da vontade da população. Nesse sentido, entendia que o poder deveria ser dividido, que sua autoridade não deveria residir exclusivamente na vontade dos monarcas, daí derivaram todos os esforços da criação dos três poderes – tal como propugnou Montesquieu – e a reflexão sobre o poder nas mãos dos reis e imperadores, bem como a defesa do constitucionalismo.
- Além de uma reação ao Absolutismo, o Iluminismo também representou uma reação contra a influência da Igreja na política e na vida sociocultural. Assim, reivindicava a necessidade de um ensino laico e da liberdade de culto. Para Voltaire, por exemplo, era fundamental a tolerância religiosa a fim de se evitarem as guerras e a perseguição. O peso da Igreja na vida cultural e a censura que esta promovia, a resistência às novas ideias entendidas como perigosas também surgia como um obstáculo a vencer.
- O próprio nome do movimento, Luzes – tal como era conhecido na França – indica a negação da presença da Igreja como algo medieval, como uma era de obscurantismo e superstição que atravancaram o desenvolvimento humano. Outro desdobramento importante desse ideário foi a defesa da renovação, da produção e da difusão de novos saberes tal como preconizada por Diderot e D’Alembert na elaboração d’A enciclopédia.

- Uma outra ideia fundamental presente no Iluminismo é a defesa de uma maior igualdade entre os homens, tal como surge nos textos de Rousseau e naquilo que definiu como vontade geral. Este pensador critica a desigualdade existente e reivindica maior participação política dos indivíduos no interior do Estado. Em suma, o Iluminismo utilizou a razão para combater a fé e a liberdade para se contrapor ao despotismo, transformando radicalmente o pensamento e as concepções de mundo posteriores.
 - Outro desdobramento nesse sentido foi o desenvolvimento do liberalismo e das doutrinas liberais no século XIX. Elas revelam a reação do Iluminismo a várias práticas econômicas existentes no bojo do que se convencionou chamar de Mercantilismo.
 - O ideário iluminista foi desenvolvido por diferentes pensadores e suas bases encontram-se em Spinoza (1632-1677), John Locke (1632-1704), Pierre Bayle (1647-1706) e até mesmo em Isaac Newton (1643-1727).
 - O Iluminismo desenvolveu-se entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX, quando dá lugar a outras correntes de pensamento doutrinas políticas, econômicas e filosóficas.
 - Um de seus epicentros do Iluminismo foi a França, mas também manifestou-se em vários outros países como a Inglaterra, os Estados germânicos, a Itália, a Escócia, os Países Baixos e a Rússia.
 - Sob este conceito – Iluminismo – estão reunidas diversas tradições filosóficas, políticas, econômicas, sociais e até mesmo atitudes religiosas. Pode-se falar mesmo em diferentes expressões do Iluminismo diferenciadas pelos países no momento em que surgem e devido ao seu caráter. Assim é possível falar em Iluminismo tardio, Iluminismo germânico de Kant e Herder, iluminismo católico.
 - Um pressuposto fundamental é entender o Iluminismo como uma visão de mundo que prega a necessidade da ação para transformar ou reformar o mundo.
- b) Serão consideradas, positivamente, as análises sobre as inter-relações entre o pensamento iluminista e o despotismo esclarecido, que levem em conta aspectos afins ou correlatos:
- O desenvolvimento do ideário iluminista acabou inspirando e pressionando os monarcas reinantes a adotarem alguns de seus preceitos, tendo surgi-

do alguns personagens que coadjuvaram alguns Estados europeus a implementarem reformas na condução dos aspectos políticos e administrativos. Isto representou uma mudança social e politicamente mais abrangente, que foi denominada como despotismo esclarecido (ou ilustrado, ou ainda absolutismo ilustrado), uma expressão que identifica uma forma de governar característica da Europa continental a partir da segunda metade do século XVIII.

- Embora o poder dos soberanos não fosse questionado e estes se mantivessem à frente da condução dos assuntos ou negócios dos Estados, foram assumidos ou incorporados determinados princípios reformistas do Iluminismo. Ou seja, surgiu uma alteração no princípio que fundamentava o poder real desde a Idade Média, inclusive o direito divino dos reis, sendo adotadas algumas idéias defendidas pelo Iluminismo, havendo uma combinação entre estes. Desta forma a autoridade absoluta dos reis foi abrandada por reformas cujos princípios inspiravam-se no pensamento iluminista, conferindo sobrevida ao Antigo Regime.
- O despotismo esclarecido desenvolveu-se em vários países destacando, sobretudo, providências ou medidas aplicadas à economia, visando superar alguns entraves que a mantinham atrasada e essencialmente agrícola, coadjuvando no desenvolvimento da burguesia junto ao Estado.
- Os Déspotas Esclarecidos continuavam implementaram reformas administrativas, políticas, jurídicas e econômicas, bem como incentivaram reformas no ensino e incorporaram uma maior dose de tolerância e de liberdade ao pensamento e a certas práticas. Isto representou a consolidação daquilo que entendemos como a modernidade, que exerceu impulsos sensíveis no processo de modernização na Europa.
- Do ponto de vista político o despotismo esclarecido representa uma abertura da monarquia a determinadas pressões sociais, aproximando-se dos intelectuais, da burguesia em expansão e acolhendo, no interior do Estado, segmentos de uma burocracia administrativa, em especial os magistrados, que passam a adquirir cada vez mais importância na condução do governo. Lentamente agentes patrimoniais deram lugar a funcionários que ingressam na burocracia estatal, cujo exercício profissional encontra-se definido principalmente na retração do princípio da hereditariedade no cargo.

- Do ponto de vista religioso o despotismo esclarecido não encontrou homogeneidade, embora seja caracterizado pela ampliação da tolerância e pela ênfase sobre a laicização. De qualquer modo, em alguns países caracterizou-se por um espírito secular e, em outros casos, foi demasiado hostil a certas expressões religiosas. Em alguns países o déspota manteve alianças com a religião.
- Em Portugal, o expoente do despotismo esclarecido foi o marquês de Pombal, ministro do rei D. José I; na Prússia, o rei Frederico II; na Rússia, a representante do despotismo esclarecido foi Catarina II; na Suécia, foi Gustavo III; na Áustria destacaram-se d. Maria Teresa e seu ministro Kaunitz, bem como José II; nos Estados italianos os principais representantes foram o arquiduque Leopoldo de Habsburgo e o grão-duque da Toscana; no Reino de Nápoles, o ministro Bernardo Tanucci; na Espanha, os reis Filipe V, Fernando VI e Carlos III.

03|

- a) De acordo com o texto, Diderot identificava e valorizava a existência de diferentes culturas. Desse modo, não acreditava na existência de uma base comum a partir da qual alguns povos evoluiriam mais e outros menos. Disso resultava que, na opinião dele, qualquer ação imperialista era um ato de agressão.
- b) Segundo Rousseau, o desenvolvimento da civilização e de suas formas e instituições sociais cada vez mais complexas resultou na perda de uma "inocência" primitiva comum a todos os homens. Assim, a sociedade seria responsável pela corrupção da virtude humana primordial.

04|

- a) A produção de um "dicionário racional" consistiu numa tentativa de mapear o saber segundo critérios determinados pelo racionalismo e empirismo, que são os fundamentos da concepção de conhecimento iluminista. Seus organizadores tinham como objetivo a seleção e a ordenação dos saberes, elaborando um dicionário não como conhecemos, mas propondo uma taxonomia peculiar que classificava o conhecimento em ramos. Desse modo, a Enciclopédia buscou a sistematização do conhecimento para possibilitar a divulgação e a propagação do "saber esclarecido", que se colocava contra as superstições e criticava a cultura estabelecida à época.
- b) No que diz respeito à Enciclopédia iluminista, seus autores, chamados "homens de letras", compunham um conjunto de colaboradores que deveriam dominar o conhecimento, ou seja, ser notoriamente sábios e eruditos. Esses autores se encar-

regariam de escrever verbetes sobre sua respectiva área de conhecimento, o que, supunha-se, garantiria o seu rigor, a sua acuidade e o seu aprofundamento. Nessa perspectiva, os autores que tiveram acesso à escrita dos verbetes foram escolhidos por Diderot e D'Alembert, que convidaram escritores já reconhecidos como Rousseau, Montesquieu e Voltaire. No que diz respeito à Wikipédia, a rede de escritores é formada por voluntários anônimos. Nesse sentido, a ideia de "enciclopédia livre" remete à compilação aberta de informações variadas, sem necessariamente haver controle sistemático por parte de especialistas.

05|

O princípio que orienta o primeiro documento é o do direito divino dos Reis; já, no segundo, o princípio orientador é o da razão iluminista. Para os defensores do Absolutismo, como Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704), o poder político dos Reis emanava de Deus, sendo, portanto, um "poder divino" e determinado pelo nascimento (a hereditariedade sustentava a sucessão dinástica). Isso significa que a legitimidade dos monarcas é indiscutível e natural, constituindo, então, uma relação entre governantes e governados, na qual o primeiro tem autoridade e o segundo deve-lhe obediência e fidelidade, na categoria de súdito. Para os iluministas, em geral, e para Diderot (1713-1784), em particular, tal como se pode deduzir da leitura do fragmento, o poder político não é algo natural ou tomado como uma herança divina, uma vez que os homens, amparados pela razão, devem gozar de sua liberdade. Por isso, a relação entre governo e governado depende de fonte distinta: a força (o uso da violência) e o consentimento (o contrato).

ENEM E VESTIBULARES (P. 197)

01 E	04 29	07 B	10 B
02 D	05 A	08 A	
03 C	06 E	09 E	

FRENTE C

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO (P. 205)

01|

- a) Pelo menos uma das seguintes variáveis deve ser mencionada: estabelecimento do Estado a partir dos princípios do constitucionalismo, existência das declarações de direitos, ideias de liberdade e igualdade legal dos cidadãos, divisão de poderes
- b) A ruína das finanças francesas foi a principal consequência para o Estado de sua participação na guerra de independência.

02|

Os avanços da Reforma Protestante na Europa, tanto no contexto político quanto religioso, provocaram densas crises na monarquia britânica. Alternaram-se no poder Maria Tudor e Elisabeth, respectivamente católica e anglicana, sucedendo Henrique VIII – criador da Igreja Anglicana, após ter rompido relações com o papado. Perseguiram constantemente aqueles que não se submetessem à autoridade das rainhas, o que era comum em meio aos puritanos (calvinistas). Tal situação se torna caótica e se arrastava até o século XVII, quando britânicos tendem a fugir das perseguições religiosas, partindo em busca de uma nova terra, cuja adaptação fosse viável, bem como o acesso. Nesse contexto são fundadas no norte da América as Treze Colônias (a Nova Inglaterra), com forte predominância de povoamento e trabalho livre, sendo esta porção negligenciada pela Coroa Britânica até o século XVIII.

03|

- a) Liberalismo.
- b) Em virtude da expansão econômica das 13 Colônias a Inglaterra instituiu novas medidas fiscais e normativas que contrariavam os interesses dos colonos. A forte rejeição ao fiscalismo e o repúdio à intolância do Rei quanto a sua conduta política nos assuntos coloniais – tais como o desrespeito aos direitos mais "justos" e "indiscutíveis" – encontrou respaldo na crítica promovida pelo liberalismo às práticas mercantilistas – como se identifica na passagem "Interrompendo nosso comércio com todas as partes do mundo; " – e absolutistas – expressas em diversas passagens do texto. A união dos colonos em defesa de seus interesses sob a influência do liberalismo e de sentimentos nativistas se manifestou no Primeiro Congresso Continental da Filadélfia (1774), que decidiu pelo boicote aos produtos metropolitanos, e no Segundo Congresso Continental da Filadélfia (1775) que decidiu pela separação das 13 Colônias em relação à Inglaterra. A Declaração de Independência manifestou os sentimentos nativistas e a influência do pensamento liberal – político e econômico. A Constituição dos Estados Unidos da América (1787) instituiu a vitória do liberalismo através do modelo republicano e federalista adotado pela nação.

04| No século XVIII, o crescimento econômico da Inglaterra é marcado pela Revolução Industrial e, por outro lado, percebemos o fortalecimento político da burguesia com a Revolução Francesa. A luta político-econômica das duas maiores potências europeias por uma hegemonia imperialista faz com que se radicalizem os conflitos entre os colonos norte-americanos e os colonizadores ingleses. Após a Guerra dos Sete Anos, os franceses começam a apoiar os colonos, transferindo do continente europeu para a América as rivalidades e os focos de conflitos econômicos.

05|

a) No século XVII, a Inglaterra vivia o processo de cercamentos, gerando o êxodo rural e grandes dificuldades sociais. Além disso, ocorreram choques entre o rei e a burguesia, entre a religião oficial e as seitas e os grupos mais democráticos e populares e os burgueses mais elitizantes.

b) A interferência inglesa na colônia através da taxação de diversos produtos; desenvolvimento de uma política de controle político e econômico nas colônias; favorecimento da companhia das Índias Orientais pelo governo inglês com o monopólio do chá em suas colônias

ENEM E VESTIBULARES (P. 206)

01 B	04 A	07 E	10 B
02 D	05 D	08 A	11 B
03 D	06 C	09 A	

FRENTE D

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO (P. 226)

01| **Conteúdo:** Apropriação e exploração dos diferentes elementos da natureza. Dinâmicas e interações climáticas, apropriações e consequências, aspectos ambientais e suas implicações no mundo moderno. Leitura de diferentes linguagens e a produção de conhecimento geográfico; análise e interpretação de tirinhas, charges.

a) Entre as possíveis consequências que o aquecimento global poderia produzir no clima do planeta estariam: a inexistência de ar frio e o degelo das calotas polares e geleiras das montanhas, o que faria cessar as grandes correntes convectivas no planeta, acarretando mudanças climáticas totais nas regiões de clima temperado e frio, com intenso calor, sem ventos ou brisas, e a redução da diferença potencial do movimento de vento – DDP; a ausência do ciclo anual de chuvas, ocorrências bem marcadas de chuvas intensas, concentradas em locais aleatórios e estiagens prolon-

gadas sem previsibilidade meteorológicas, provocando o aumento de danos à agropecuária, entre outros consequentes danos ao meio ambiente em geral.

b) Entre as possíveis consequências que a Era do Gelo, glaciação, poderia produzir no clima do planeta estariam a extinção de espécies, o aumento de regiões com maior aridez e o avanço (aumento) das geleiras.

02|

a) Os elementos que compõem o clima são: temperatura, pressão atmosférica, ventos, umidade do ar e precipitação.

b) Os principais fatores modificadores do clima são: latitude, altitude, maritimidade, continentalidade, correntes marítimas e massas de ar.

03|

a) As temperaturas superficiais dos oceanos, principalmente nas águas do Pacífico, sofrem gradual elevação em decorrência do *El Niño*. A denominação desse fenômeno climático — em português, Menino Jesus — se deve ao fato de ele ocorrer próximo à costa da América do Sul na época do Natal.

b) Para os pescadores peruanos, a ocorrência desse fenômeno implica graves problemas, entre eles o econômico, pois o aquecimento das águas impede a ressurgência, diminuindo as atividades pesqueiras na corrente de Humboldt, que margeia a Costa Oeste sul-americana. Já no Nordeste brasileiro há uma progressiva redução da umidade, o que afeta a distribuição das chuvas na região, acentuando os problemas ligados à seca.

04|

Amplitude térmica: no climograma da Malásia, a variação da temperatura é mínima, cerca de 1°C, e o ano todo é muito quente, já que a região está em área muito próxima à linha do Equador, onde quase não há alteração da incidência solar ao longo do ano; no climograma do Canadá, a diferença de amplitude é grande, explicada pela latitude elevada, gerando variação acentuada da incidência solar na região ao longo do ano.

Pluviosidade: o elevado total pluviométrico anual verificado na Malásia é o resultado da sua localização na área equatorial, sujeita a grandes volumes de chuvas de convecção resultante da expressiva evaporação na região do oceano Índico; já no Canadá, as baixas temperaturas resultam em um ar mais seco, em função da redução acentuada do ponto de saturação e da menor evaporação.

05|

Monções são ventos periódicos, cujo regime está associado à dinâmica dos centros de altas e baixas pressões atmosféricas,

que se alternam sazonalmente, sob a influência das diferenças de temperatura entre o oceano e o continente.

I. representa uma situação de inverno, durante a qual o Oceano Índico funciona como “reservatório de calor”: suas águas estão mais aquecidas que a massa de terras localizada ao norte, tornando-se receptivo aos ventos que sopram do continente para o oceano, ocasionando um período bastante seco. São as monções de inverno.

II. corresponde ao verão, quando a superfície continental se aquece rapidamente e sobre ela se formam os centros de baixa pressão. O oceano, menos quente, torna-se um centro de alta pressão, impulsionando os ventos carregados de umidade para o continente, os quais ocasionam chuvas constantes e torrenciais, que causam enchentes nos vales e inundações em áreas urbanizadas. São as monções de verão.

Consequências ambientais

Esse regime de ventos define, portanto, a dinâmica das precipitações nessa área e tem grande importância para o Sul e o Sudeste Asiático, condicionando o ciclo da agricultura. Os atrasos das chuvas, a sua escassez ou excesso causam perdas de safras com irreparáveis prejuízos a uma imensa população e, não raro, com grande número de vítimas fatais.

06|

a) No inverno as temperaturas são mais baixas porque: quanto maior é a latitude, mais acentuada é a inclinação com que os raios solares incidem na superfície da Terra; o movimento de translação gera as estações do ano, que diferencia o grau de obliquidade dos raios solares; o eixo da Terra em posição inclinada em relação ao plano de sua órbita, associado ao movimento de translação, gera as estações do ano, diferenciando o grau de obliquidade dos raios solares; quanto maior a inclinação dos raios solares, maior é a área aquecida levando a uma menor temperatura.

b) Esse processo ocorre com menor intensidade na zona equatorial porque: quanto mais próximo do Equador, menor é a inclinação com que os raios solares incidem na superfície da Terra; quanto menor a inclinação dos raios solares, menor é a área atingida, acarretando numa maior temperatura; a localização da Zona Equatorial em função do eixo da Terra e sua posição com relação ao Sol, leva a uma maior incidência de raios perpendiculares ao eixo da Terra; quanto menor a latitude, menos acentuada é a inclinação com que os raios solares incidem na superfície da Terra.

07|

a) Quanto maior a latitude, mais acentuada é a inclinação com que os raios solares incidem na superfície da Terra.

Quanto maior a inclinação, maior é a área aquecida e, portanto, menor é a temperatura.

- b) Quanto mais próximo do Equador, menor é a inclinação com que os raios solares incidem na superfície terrestre.

08|

1. Ampliação das massas de gelo (bânuis) no período de inverno, devido ao rigor das médias do inverno polar, a diferença entre a área de bânquias no verão e inverno relacionada à elevada variabilidade térmica anual, alcance dos icebergs durante o inverno.

2.

a) Expansão das células de alta pressão, permitindo a formação de frentes frias que atingem o território brasileiro provocando chuvas frontais no litoral, quedas bruscas de temperatura e o fenômeno da friagem na Amazônia.

b) Durante o ano as correntes marinhas do Brasil (quente) e da Argentina (fria) atuam alternadamente em nossas costas aumentando as atividades biológicas marinhas de suma importância para a pesca.

3. Com o aumento da temperatura do planeta, verifica-se uma redução das áreas de bânquias, e do derretimento das geleiras continentais, implicando numa elevação do nível médio dos oceanos com inundação e destruição dos litorais em várias partes do globo.

09|

- a) Podem ser apresentados como efeitos socioambientais negativos, no âmbito global:

- o desaparecimento de algumas espécies animais e vegetais (a redução da biodiversidade);
- o aumento da temperatura;
- a alteração no regime de chuvas, causando o aumento das secas e/ou a intensificação das inundações e tempestades;
- o aumento da incidência de algumas doenças;
- a ampliação das ondas de calor em decorrência da alteração da direção, velocidade e temperatura das correntes marítimas;
- o aumento da temperatura média dos oceanos.

Todos os fatores acima poderiam gerar inúmeros problemas sociais, econômicos, geopolíticos... afetando a qualidade de vida de boa parte da população do planeta.

- b) Podem ser apresentados como aspectos positivos para os países localizados nas elevadas latitudes do hemisfério Norte:

- a incorporação do Ártico por empresas de prospecção e refino de petróleo, ampliando a oferta de hidrocarbonetos no mercado mundial;
- a ampliação das áreas agrícolas próximas ao Círculo Polar Ártico;
- a redução dos custos de transporte marítimo entre a Europa, Ásia e a América do Norte;
- a ampliação dos estudos científicos sobre as espécies adaptadas às condições de alta pressão e às baixíssimas temperaturas da região.

10|

- a) Dentre os fatores responsáveis pela elevada evapotranspiração nas regiões equatoriais, podem ser destacados os seguintes:

- Elevadas temperaturas atmosféricas durante todo o ano;
- Presença de grande volume de água superficial, especialmente nas áreas mais florestadas e com grandes rios e lagos;
- Extensas florestas latifoliadas.

- b) A evapotranspiração consiste na perda de água, proveniente do solo e da superfície das plantas para a atmosfera.

No primeiro caso, a água no estado líquido se evapora devido à elevação da temperatura. No segundo caso, as plantas absorvem a água no estado líquido, utilizando-a em seu metabolismo, e depois perdem parte desse líquido por meio da evaporação realizada nas folhas.

ENEM E VESTIBULARES (P. 229)

01 D	06 C	11 A	16 D
02 D	07 D	12 C	17 D
03 D	08 B	13 D	18 B
04 B	09 A	14 A	19 B
05 D	10 A	15 D	20 C

FRENTE D

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO (P. 243)

01|

Agente erosivo:

- imagem 1 – mar/erosão marinha
- imagem 2 – rio/erosão fluvial

Forma de relevo:

- imagem 1 – praia/restinga
- imagem 2 – planície fluvial/delta/meandros/ilha fluvial

02|

- a) A forma de relevo identificada com o número I corresponde a uma planície situada entre o oceano e a escarpa de um planalto. O número II representa uma depressão relativa, área rebaixada situada entre planaltos.

- b) A planície junto ao litoral corresponde a uma área com baixa altitude, formada pela deposição de sedimentos provenientes do oceano e das regiões mais elevadas ao seu redor. A depressão relativa é geralmente formada por um longo processo erosivo (muitas vezes do tipo diferenciado) que origina formas relativamente aplainadas, mais baixas que as áreas do seu entorno.

03|

Os movimentos das placas tectônicas podem provocar terremotos e atividade vulcânica ou vulcanismo.

Os terremotos são movimentos bruscos e repentinos do terreno resultantes de um falhamento. Portanto, a ruptura das rochas é o mecanismo pelo qual o terremoto é produzido.

A quase totalidade dos terremotos tem origem tectônica, isto é, estão associados a falhamentos geológicos. Entretanto, terremotos podem ser também ocasionados por atividades vulcânicas ou pela própria ação do homem que, neste caso, recebe a denominação de sismos induzidos. Como exemplos significativos, temos os sismos produzidos por explosões nucleares ou gerados pela criação de grandes reservatórios hidrelétricos.

Entre os efeitos dos terremotos de grande magnitude sobre áreas habitadas estão a destruição da infraestrutura, como ruas, estradas, pontes, edifícios, túneis, redes de água, gás e esgotos; além das perdas de vidas humanas.

Os terremotos nos oceanos provocam a formação de gigantes ondas, os tsunamis, que, ao atingir o litoral dos continentes apresentam elevado potencial destrutivo.

Existe relação direta entre a energia liberada pelos terremotos e as consequências verificadas durante e após a ocorrência destes e, em função desta relação foi estabelecida uma escala para se avaliar a capacidade destrutiva dos terremotos, a Escala Richter, como exposta abaixo:

Energia liberada em Escala Richter	Consequências do terremoto
Inferior a 3,5 graus	Abalo que pode ser registrado, mas difícil de ser percebido, nesse caso não causa danos.
3,5 a 5,4 graus	Tremor que pode ser percebido, mas que dificilmente causa destruição.
Inferior a 6,0 graus	Terremoto com capacidade de produzir prejuízos com pequena intensidade em edificações com estrutura de elevado índice de qualidade, nas construções de má qualidade o abalo promove grandes danos.
6,1 a 6,9 graus	Essa intensidade possui um quantidade de energia capaz de gerar destruição e danos em uma área de 100 quilômetros ao redor.
7 a 7,9 graus	Energia liberada com potencial elevado que pode tirar os prédios das fundações, além de causar fendas na superfície, danificar os sistemas de esgoto e água que se encontram no subsolo e que podem ser quebrados.
8 a 8,5 graus	Tremor de grande proporção que deriva grande destruição nas edificações em geral, além de desintegrar pontes, praticamente nenhuma construção é capaz de suportar a energia liberada.
9 graus	Destruição total.
12 graus (hipoteticamente)	Poderia partir a Terra ao meio.

A atividade vulcânica ou vulcanismo

A atividade vulcânica influencia de um modo nefasto ou benéfico as populações humanas. Quantas e quantas vezes as erupções provocam destruição e mortes, tomando muitas vezes aspectos catastróficos. A atividade dos vulcões não é contínua e homogênea, alternando a projeção de materiais piroclásticos (fase explosiva) com a emissão de produtos fundidos (fase efusiva). Tudo depende da temperatura e da composição química do magma, pois são eles que determinam a viscosidade e as condições de expulsão dos gases existentes no magma.

O vulcão é uma fissura na crosta terrestre, sobre o qual se acumula material vulcânico. Sua forma, muitas vezes cônica, é resultado da deposição de matéria fundida que se solidifica quando lançada do interior da Terra através da cratera.

Os vulcões estão associados à atividade tectônica. A maioria deles ocorre nas margens de enormes placas que formam a litosfera, a camada superficial da Terra.

Os vulcões podem tornar-se realmente perigosos, uma vez que anualmente continuam a matar, em média, cerca de 300 pessoas. Como não podemos controlá-los, resta ao Homem minimizar os seus efeitos negativos e aprender a beneficiar das suas vantagens.

Assim, as regiões que possuem atividades vulcânicas podem apresentar algumas consequências vantajosas, como

- A presença de solos férteis, bons para a agricultura;
- A possibilidade de exploração de materiais valiosos (ouro, ferro, enxofre, diamantes);
- A atração turística pela diferenciação paisagística;
- Produção de energia elétrica (conversão de energia geotérmica);
- Utilização para fins medicinais (termas).

Entretanto, as consequências desvantajosas da presença dos vulcões são significativas, como

- alterações locais nas paisagens naturais e culturais, com destruições no espaço construído;
- perdas de vidas humanas tanto pelo impacto físico como pela contaminação do ar por substâncias tóxicas;
- ocorrência de chuvas ácidas;
- alterações climáticas pela aceleração do efeito estufa, em escala global.

04 |

- a) Os agentes internos da formação do relevo atuam no interior da terra. São eles: o tectonismo, que produz movimentos orogênicos e epirogênicos dando origem a dobramentos e falhamentos; o vulcanismo e os abalos sísmicos.
- b) Os agentes externos são fenômenos que atuam na superfície do relevo modificando as suas formas. Os principais agentes modeladores do relevo são a chuva, os rios, o vento, o mar, as geleiras, o intemperismo, etc.
- c) O agente externo responsável pela formação de um vale é o rio, que modifica o relevo por erosão, transporte e deposição.
- d) O principal elemento do clima responsável pelo intemperismo químico é a chuva, que fornece a água que atua sobre a rocha pelo processo de hidrólise.

05 |

- a) São efeitos da Glaciação: Erosão Glacial, Erosão Glacial, dentre outras – na diferenciação das três paisagens.

- b) Podemos citar e explicar algumas das várias transformações ocorridas no relevo, fruto, sobretudo, da ação erosiva da água e das geleiras (ou seja, a ação do gelo e do degelo), especialmente no período da glaciação e posterior a ela (desgaste do solo; formas “ásperas” resultantes; transformação dos vales em forma de “V” em vales em forma de “U”, surgimento de lagos; depósitos de sedimentos; presença de morainas e vales suspensos, etc).

06 |

- a) Crosta superior, Crosta inferior; Manto externo, Manto interno; Núcleo externo e Núcleo interno.
- b) A Crosta encontra-se a uma profundidade de 30 a 70 quilômetros. A Crosta superior, também denominada de SIAL, é constituída de silício e alumínio, em média, apresenta densidade 2,7 e uma temperatura de 8000 C (800 graus Celsius). A Crosta inferior, também denominada SIMA, é constituída de silício e magnésio, com densidade 3,0 e temperatura de aproximadamente 10000 C (1000 graus Celsius).

O Manto estende-se desde a crosta até uma profundidade de 2.900 quilômetros, é constituído de silicatos de ferro e de magnésio, com densidades de 3,3 e 5,5 respectivamente. O Núcleo é uma composição de níquel e ferro, também denominado de NIFE. O núcleo externo apresenta profundidade de 5.100 quilômetros, densidade entre 9,0 e 11,0 e temperatura de 3.0000 C (graus Celsius). O núcleo interno estende-se até 6.370 quilômetros, com densidade de 12,0 a 14,0 e com temperaturas de aproximadamente 50000 C (graus Celsius).

07 |

- a) Na figura apresentada, pode-se observar as seguintes formas de relevo: planícies (sendo parte de inundação), formas aplainadas em altitudes superiores às planícies e áreas montanhosas.
- b) Das três unidades apresentadas, não são propícias à urbanização as planícies de inundação, devido aos períodos de alagamentos por que passam, e as encostas das áreas montanhosas, devido ao processo erosivo, que pode provocar deslizamentos das áreas mais íngremes.
- c) Muitos assentamentos humanos desenvolveram-se junto a várzeas, como no Antigo Egito e na Mesopotâmia, em razão da fertilidade das terras dessas áreas, consequência das inundações, que acabam fertilizando naturalmente os solos locais através da deposição de material orgânico.

08|

O perfil topográfico que identifica as unidades geomorfológicas destacadas no perfil de relevo apresentado é o de no 3-4.

Entre as características geográficas encontradas ao longo desse perfil, podem-se citar:

Relacionadas ao relevo:

- presença da planície do pantanal (ao sudoeste);
- presença de planaltos e chapadas (na porção central e nordeste do perfil).

Relacionadas à hidrografia:

- presenças das bacias do Paraguai, São Francisco e do Leste.

Relacionadas ao clima:

- presença de clima tropical, no Brasil central, semiárido, no interior do nordeste, e tropical úmido, no litoral desta última região.

Relacionadas à vegetação:

- presença do complexo do pantanal, cerrado (Brasil central), caatinga (interior do nordeste) e mata atlântica (zona da mata).

Relacionadas à população:

- densidade demográfica baixa na faixa central e no interior do nordeste, e alta no litoral nordestino.

Relacionadas à economia:

- presença de pecuária extensiva (bovinos) e cultivo de soja na porção central e oeste da Bahia.

09|

a) As unidades são: planaltos, planícies e depressões.

b) Região Nordeste – Planaltos – Planalto da Borborema

Planaltos e chapadas da bacia do Parnaíba

Planícies – Planície Litorânea

Depressões – Depressão sertaneja

Depressão do São Francisco

10|

Sub-regiões:

Meio Norte, Semi-Árido/Sertão, Agreste, Litoral/Zona da Mata.

Características da sub-região II em reação à exploração agrícola:

- Cultivos de subsistência com predomínio de milho, feijão, mandioca, dentre outros;
- Cultivos explorados em grandes propriedades agrícolas (latifúndios) com baixa produtividade;
- Exploração comercial de algodão, sisal etc.;
- Grande exploração do trabalhador rural, com precárias condições de trabalho;
- Recente implantação de agricultura irrigada, principalmente às margens dos grandes rios.

Setor I:

- Relevo com predomínio de planaltos e chapadas;
- Clima tropical com verão úmido e inverno seco;
- Economia baseada no extrativismo vegetal e na agricultura;
- Predomínio de Mata dos Cocais e cerrado;
- População relativamente pouco numerosa.

Setor IV:

- Relevo com predomínio de planícies e tabuleiros;
- Clima tropical úmido (maior concentração de chuva no inverno);
- Economia com diversificação de atividades primárias, secundárias e terciárias;
- Vegetação de Mata Atlântica e Litorânea;
- Área mais populosa e povoada da região;
- Maior índice de urbanização.

ENEM E VESTIBULARES (P. 245)

01 D	07 D	13 A	19 C
02 A	08 A	14 B	20 D
03 C	09 B	15 D	21 A
04 A	10 C	16 B	22 C
05 B	11 C	17 E	
06 A	12 A	18 D	

FRENTE E

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO (P. 258)

01|

a) Pará (Região Norte); Maranhão (Região Nordeste)

b) Forte concentração fundiária (concentração de terras)

02|

a) A expressão “falsa modernização do campo” pode ser justificada nos dias atuais, entre outros elementos, pela concentração fundiária e por uma disputa pelo acesso à terra. Ambos os elementos são justificados como consequência do processo de modernização conservadora do campo que favoreceu os grandes produtores rurais relacionados ao setor do agronegócio e marginalizou pequenos proprietários e trabalhadores rurais.

b) A característica comum que relaciona o movimento de Canudos aos atuais movimentos sociais presentes no campo brasileiro é a luta pela posse da terra.

03|

a) Observa-se, nos mapas, que, entre 1977 e 2007, a área de cultivo de soja passou por um processo de expansão com a incorporação de espaços do Centro-Oeste, Tocantins, oeste da Bahia, Sul do Maranhão, entre outros.

ou

Observa-se, nos mapas, que, entre 1977 e 2007, a área de cultivo de soja passou por um processo de expansão em direção às frentes pioneiras, com a incorporação de espaços do Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

b)

- Investimentos em pesquisa e/ou extensão;
 - Descoberta e uso de novas tecnologias de cultivo adaptadas às áreas de cerrado;
 - Melhoria das condições de solo mediante o uso de novas tecnologias;
 - Disponibilidade de terras para agricultura;
 - Baixo preço das terras;
 - Linhas de crédito agrícola;
 - Valorização da soja no mercado internacional e/ou nacional;
 - Contribuição da soja no saldo da balança comercial brasileira;
 - Melhoria da infraestrutura;
 - Aumento da demanda por soja;
 - Difusão do Agronegócio no Brasil;
 - Maior utilização da soja pra fins industriais;
 - Utilização da soja para fins de produção de biocombustíveis;
 - Condições climáticas favoráveis;
 - Relevo propício à produção;
 - Solo propício à produção, desde que submetido a processos de correção.
- c)
- Desmatamento (destruição dos recursos naturais) – o cultivo da soja, por se desenvolver com base na monocultura, ocupa grandes áreas, o que favorece a prática do desmatamento;
 - Poluição dos solos – no cultivo da soja, o combate às pragas é feito com a utilização de agrotóxicos, que provoca a poluição dos solos;
 - Poluição das águas – no cultivo da soja, o combate às pragas é feito com a utilização de agrotóxicos, que provoca a poluição das águas;
 - Intensificação dos processos erosivos e/ou assoreamento de corpos hídricos – o cultivo da soja, por se desenvolver com base na monocultura, ocupa grandes áreas, o que favorece a prática do desmatamento, intensificando os processos de erosão e/ou assoreamento dos rios;
 - Poluição atmosférica – decorrente das queimadas de matas nativas e/ou de resíduos sólidos (embalagens de agrotóxicos e fertilizantes), provocando poluição atmosférica;

- Produção de resíduos – destinação inadequada dos resíduos (líquidos ou sólidos) que provoca diferentes formas de poluição (do ar, do solo, das águas);
- Empobrecimento do solo – acentua a lixiviação dos solos contribuindo para a sua perda da produtividade;
- Empobrecimento do solo – devido ao seu uso intensivo, isso favorece a perda de produtividade;
- Redução da biodiversidade – proliferação de pragas invasoras, por se desenvolver com base na monocultura.

04|

- a) Um primeiro fator responsável pela mudança relaciona-se com o aumento numérico das cabeças de gado, observando-se um grande crescimento entre 1995 e 2006. Uma justificativa para isso se relaciona com o fato de que o Brasil se tornou, no período, um dos maiores exportadores de carne, além, é claro, do crescimento do consumo do mercado interno. Quando à mudança espacial, nota-se a expressão do gado na Região Norte, abrindo novas áreas de criação. Um fator a justificar tal situação é a maior facilidade de acesso criada pela melhoria da rede de rodovias e os terrenos mais baratos disponíveis na fronteira entre as Regiões Norte e Centro-Oeste.
- b) Um primeiro impacto ambiental causado pelas alterações na distribuição espacial dos efetivos bovinos é a devastação de formações vegetais importantes, como o Cerrado e a Floresta Equatorial Amazônica. O gado é o elemento pioneiro de ocupação logo após o desmate, geralmente feito com queimadas. Além da eliminação de espécies, a devastação das formações certamente provocará alterações das formações certamente provocará alterações climáticas difíceis de se precisar. Outra alteração ambiental com consequências climáticas é o aumento na emissão de gases-estufa, seja pela queimada que causará maior emissão de CO₂, seja pelo funcionamento intestinal dos bovinos, que produz gás metano.

05|

Conteúdo: Os processos sociais e culturais e suas expressões territoriais. Atividades econômicas, transformações tecnológicas e o mundo do trabalho, transformações do espaço agrário. A lei-

tura de diferentes linguagens e a produção de conhecimentos geográficos. Análise e interpretação de mapas e gráficos.

- a) O mapa do Brasil mostra a concentração da distribuição espacial do valor da produção de cana-de-açúcar no centro-sul do país, com predominância no estado de São Paulo, e na região nordeste; assim como uma concentração da distribuição espacial do valor da produção da soja nos estados de Mato Grosso e Paraná.
- b) Como pode ser observado nos gráficos, as áreas para o plantio da cana-de-açúcar e soja cresceram nas últimas décadas no Brasil. Este fato tem provocado a retração das áreas destinadas à produção de alimentícios. Apesar desse cenário adverso, o consumo de alimentos de origem orgânica no país vem crescendo, embora a sua produção em larga escala seja incipiente, devido aos custos de produção, às dificuldades de obtenção de certificados de produção orgânica e à demora do processo de conversão de uma área cultivada no sistema convencional para uma de cultivo orgânico.

06|

Os agrotóxicos são utilizados nas lavouras para controle de pragas e consequente aumento de produtividade, sendo um dos indicadores de modernização agrícola. Esta modernização, contudo, traz sérios impactos na saúde das pessoas e na contaminação da água e do solo. As áreas consideradas de maior modernização agrícola são as regiões sul, sudeste e centro-oeste. Predominam nestas áreas a agricultura comercial, altamente mecanizada e tecnicada. A maior parte do território destas três regiões é ocupada por atividades agropecuárias e por este motivo há maiores índices de contaminação dos recursos naturais. Nas regiões norte e nordeste a porcentagem de estabelecimentos agropecuários que utilizam agrotóxicos é menor devido a baixa tecnificação e ao predomínio da agricultura de subsistência.

07|

- a) O líder camponês se refere à grande concentração de terras nos espaços rurais brasileiros para a produção comercial de monoculturas voltadas para diversos mercados. A produção agro-

pecuária brasileira bate recorde de colheitas e áreas cultivadas anualmente, o que não quer dizer que as disparidades socioeconômicas no país sejam reduzidas pela alta produção. Na verdade, essa situação é derivada, muitas vezes, pela ampliação das terras cultivadas por poucos proprietários, reduzindo o acesso, à terra produtiva, de milhões de trabalhadores rurais. Estes, sem outras opções de trabalho e renda (devido à forte mecanização da agricultura monocultora brasileira), migram para centros urbanos de variados tamanhos, aumentando a quantidade de pessoas que sofrem com a falta de habitação. Tal deficiência de habitações para populações de baixa renda (ou sem renda) nas cidades brasileiras amplia a formação de favelas.

- b) um regime de propriedade agrária caracterizado pela concentração desequilibrada de terras que são pertencentes a poucos proprietários que fazem baixo (ou nenhum) aproveitamento físico delas. Ou seja, os latifúndios são extensas propriedades rurais onde existe uma grande proporção de terras cultivadas ou não e são exploradas com tecnologia obsoleta e de baixa produtividade com mão de obra de baixo custo.

Ou ainda:

Determinada gleba de terra, no Brasil, independentemente de sua extensão territorial, desde que maior do que o módulo rural definido pelo INCRA, e mantido inexplorado ou mal explorado, caracterizando o que se denomina de exploração predatória da terra.

08|

- a) Estratégia 1: Uso de agrotóxicos na lavoura.

Explicação: No processo de infiltração da água no solo, os agrotóxicos acabam atingindo as águas subterrâneas e comprometem a qualidade da mesma.

Estratégia 2: Prática da monocultura.

Explicação: Ao se adotar o cultivo de uma única espécie vegetal em um determinado ambiente, a biodiversidade local acaba prejudicada, assim como ocorre um maior desgaste do solo.

b) Fator 1: Grande parte da produção agrícola oriunda da agricultura familiar é destinada ao mercado interno, o que estimula o comércio e a geração de empregos.

Fator 2: A agricultura familiar é, também, uma importante fornecedora de matérias-primas para as grandes agroindústrias existentes no país.

09|

- a) A agricultura brasileira é mais modernizada no Centro-Sul em razão dos estímulos concedidos aos setores da agricultura voltados para a exportação, à proximidade dos centros difusores da modernização, à infra-estrutura de energia e transportes e às maiores facilidades de acesso ao crédito bancário.
- b) A aplicação de produtos agroquímicos reduz a população de predadores naturais; Os vetores das pragas estão apresentando novas gerações mais resistentes aos venenos aplicados; A água da chuva dissolve os produtos químicos, contaminando rios e lençóis subterrâneos.
- c) Maior exigência de qualificação técnica; expansão do trabalho assalariado; utilização do trabalho assalariado dos "bóias-frias" em determinadas etapas do processo produtivo.

10|

- a) Grileiros são pessoas que tomam posse de terras por meio de documentação "falsa" e posseiros são pessoas que ocupam terras das quais não são proprietárias.
- b) Em linhas gerais, o Brasil apresenta uma elevada concentração fundiária, ou seja, o predomínio do minifúndio em número de imóveis e da grande propriedade em área ocupada.

ENEM E VESTIBULARES (P. 261)

01 B	06 D	11 A	16 B
02 C	07 C	12 B	17 A
03 C	08 A	13 E	18 C
04 D	09 A	14 A	19 A
05 C	10 C	15 A	20 A

FRENTE F

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO (P. 280)

01|

- a) No plano político, a globalização do modelo liberal democrático do Estado a partir das nações ocidentais tem gerado con-

flitos com outras formas de organização das relações de poder, que resistem às imposições das potências econômicas e militares.

No plano cultural, a padronização das produções da chamada indústria cultural aponta para a homogeneização das mensagens de mídia no interesse de classes hegemônicas ou setores sociais a elas vinculados.

- b) Os movimentos sociais que se têm manifestado no sentido da antiglobalização baseiam-se no acirramento das desigualdades sociais a partir do aumento do desemprego e da desvalorização do trabalho. Denunciam também as agressões ao meio ambiente e a degradação das condições de trabalho e moradia, sobretudo nos grandes centros urbanos.

02|

A divisão do continente, estabelecida pelos europeus no período colonialista, não respeitou a diversidade política e cultural dos africanos, acabando, frequentemente, por reunir grupos rivais num mesmo território, e/ou até por dividir membros de uma mesma etnia em distintos territórios, nos países formados no período pós-colonial.

Como consequência, instauraram-se diversos conflitos no continente africano, influenciando decisivamente na situação de extrema pobreza, na recorrência de guerras civis, golpes de Estado e no persistente subdesenvolvimento da maioria de seus países.

03|

- a) O regime do apartheid caracteriza-se pelo controle político de um governo de minoria branca, de origem europeia, sobre a maioria da população negra africana, impondo-lhe leis, regras e sistemas de controle social. Esse regime definiu o que era permitido à população negra quanto à mobilidade, ao uso de bens, aos serviços e equipamentos públicos e à ocupação de determinadas áreas no espaço urbano.
- b) A Lei de 1951, que determinou a criação dos Bantustões, bairros só para negros, instituiu a segregação socioespacial ao definir as áreas nas cidades destinadas às territorialidades da população negra segregada.

- A Lei de 1953, de Reserva de Amenida-

des Separadas, codificou o apartheid nas estações de embarque e desembarque, cinemas, hotéis, praças, parques, praias, piscinas e outros locais de lazer. O ensino também passou a ser separado para as diferentes origens étnicas, assim como qualquer competição interracial foi proibida em todo o território nacional.

04|

Kosovo é o nome do território que proclamou sua independência da Sérvia, apoiado por países como os EUA e sob o protesto da Rússia, que não aceita a separação e destaca-se entre os países que não reconhecem Kosovo como um novo país.

05|

Questão étnica: Aproximadamente 50% da população ucraniana é de origem russa e, especificamente, na península da Crimeia é de 58,5% russos (os demais: 24,4% ucranianos; 12% tártaros). Esses dados são relevantes porque a presença de uma significativa população de origem russa em território ucraniano tem provocado uma desestabilização, visto que esta população reivindica um território autônomo, o que leva a região a se constituir como um "barril de pólvora", em uma instabilidade que poderá gerar uma possível guerra civil.

Esfera econômica: 30% do gás russo é exportado para a Europa pelos dutos localizados em território ucraniano, como pode ser observado no primeiro mapa, o que justifica o interesse da Rússia no território ucraniano.

Econômico e político: 70% do petróleo e 90% do gás natural consumidos na Ucrânia são fornecidos pela Rússia, que utiliza sua condição de credora como trunfo nas negociações que envolvem outras disputas com o país.

Política e militar: A Ucrânia vive em constante ameaça de corte de fornecimento de energia pela Rússia, por isso lança mão do único recurso que possui nesse âmbito: sua localização geográfica (o que pode ser visualizado nos dois mapas). A Rússia mantém uma base da sua frota no Mar Negro, na cidade mais importante da Crimeia (Sebastopol); por isso a posição geográfica da Crimeia é estratégica, (a saída para o Mar Negro, onde a Rússia tem sua frota) e lhe dá relevância política, econômica e militar.

06|

a)

Conflitos	a) Locais de ocorrência*
Terrorismo	Oriente Médio, Europa EUA
Crime organizado	Europa Brasil Colômbia
Xenofobia	Europa Ocidental
Desigualdades socioculturais	Ásia
Agressões ambientais	Em todo o planeta

b)

Conflitos	b) Causas
Terrorismo	Fundamentalismo islâmico.
Crime organizado	Tráfego de drogas.
Xenofobia	Crescimento do percentual de migrantes em relação à população originária dos países.
Desigualdades socioculturais	Desrespeito às diferenças culturais.
Agressões ambientais	Processo de exploração predatório dos recursos naturais do planeta visando atender os interesses da classe dominante.

c)

Conflitos	b) Consequências
Terrorismo	Conflitos dentro dos países e entre os países do oriente médio e ataques terroristas em países da Europa e Estados Unidos, considerado o grande inimigo do Islã.
Crime organizado	Criação de governos paralelos, execuções sumárias, domínio e pânico de populações subjugadas pelo crime organizado, "guerra" entre a polícia e traficantes.
Xenofobia	Agressões físicas e assassinatos de migrantes
Desigualdades socioculturais	Guerras como a entre Árabes e Israelenses.
Agressões ambientais	Degradação ambiental, com destaque para o aquecimento global e a poluição dos recursos hídricos

07|

a) Atualmente Jerusalém é um município em Israel e também a sua capital e a sede do governo, embora não seja reconhecida como tal pela ONU e pela UE. A ONU considera Jerusalém como cidade internacional. A cidade é governada por um conselho municipal composto por 31 membros eleitos cada quatro anos. Desde 1975, o presidente da câmara (prefeito) é eleito por sufrágio direto cumprindo um mandato de 5 anos e apontando 6 deputados.

b) Área 1 – Cisjordânia

É um território sob ocupação de Israel, reclamado pela Autoridade Palestina e pela Jordânia, situado na margem ocidental do rio Jordão. É limitado a leste pela Jordânia e a norte, sul e oeste por Israel. Até 1948, integrava a parcela remanescente da Palestina histórica,¹ a qual foi dividida em três partes: uma parte passou a integrar o Estado de Israel e as duas outras, Faixa de Gaza e a Cisjordânia, ambas de maioria árabo-palestina, deveriam integrar um Estado palestino, a ser criado conforme a Resolução 181 das Nações Unidas (1947), com a anuência da anterior potência colonial da zona, o Reino Unido. Todavia, em 1967, a Faixa de Gaza e a Cisjordânia foram ocupadas militarmente por Israel após a Guerra dos Seis Dias. Desde então e até 2009, Israel demoliu mais de 20 mil casas de cidadãos não-judeus.

Área 2 – Faixa de Gaza é um território palestino composto por uma estreita faixa de terra localizada na costa oriental do Mar Mediterrâneo, no Oriente Médio, que faz fronteira com o Egito no sudoeste (11 km) e com Israel no leste e no norte (51 km). O território tem 41 quilômetros de comprimento e apenas de 6 a 12 quilômetros de largura, com uma área total de 365 quilômetros quadrados. A designação Faixa de Gaza deriva do nome da sua principal cidade, Gaza, cuja existência remonta à Antiguidade.

08|

a) Oriente Médio. Petróleo: reserva, mercado, transporte, indústria, emprego.

b) Judaísmo, cristianismo (cristãos, católicos, protestantes, evangélicos) e islamismo (muçulmano). Do ponto de vista da origem (muçulmana), judaica ou cristã para a leitura das questões que envolvem o Brasil quanto às ligações culturais, influências da religião no Brasil, quanto aos preços do petróleo etc. Importante que se abordem os quatro itens: étnicos, religiosos, políticos e econômicos.

09|

a) Árabe: um dos povos que habitam o Oriente Médio

Religião Muçumana: Aquele que professa a Religião criada por Maomé, inscrito no Alcorão.

b) É o próprio Jihad, Gerra Santa que prega o fim do Imperialismo Ocidental.

10|

a) No plano político, a globalização do modelo liberal democrático do Estado a partir das nações ocidentais tem gerado conflitos com outras formas de organização das relações de poder, que resistem às imposições das potências econômicas e militares.

No plano cultural, a padronização das produções da chamada indústria cultural aponta para a homogeneização das mensagens de mídia no interesse de classes hegemônicas ou setores sociais a elas vinculados.

b) Os movimentos sociais que se têm manifestado no sentido da antiglobalização baseiam-se no acirramento das desigualdades sociais a partir do aumento do desemprego e da desvalorização do trabalho. Denunciam também as agressões ao meio ambiente e a degradação das condições de trabalho e moradia, sobretudo nos grandes centros urbanos.

ENEM E VESTIBULARES (P. 283)

01 A	07 B	13 C	19 C
02 A	08 B	14 C	20 E
03 E	09 C	15 B	21 E
04 D	10 B	16 C	22 E
05 B	11 D	17 C	
06 A	12 A	18 A	

"Conte-me e eu esqueço.
Mostre-me e eu apenas me lembro.
Envolve-me e eu compreendo."

Confúcio


**prepara
enem**



62 3877 3223 | 3877 3222



WWW.GRUPOPREPARAENEM.COM.BR

ISBN 978-85-88249-24-0




CLASSIS
EDITORA